

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANEAMENTO MUNICIPAL

FICHA TÉCNICA

EQUIPA TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO:

Rui Martins Município de Bragança

EQUIPA TÉCNICA:

NÚCLEO DE COORDENAÇÃO

Vilma Silva Coordenação Geral
Licenciatura e Mestrado (pré-Bolonha) em Planeamento Regional e Urbano

Renato Dias Coordenação Técnica
Mestrado em Engenharia Civil - Planeamento

ESTRUTURA TÉCNICA

Vera Santos Silva Licenciatura (pré-Bolonha) em Arquitetura e Mestrado em Arquitetura

Rita Vaz Licenciatura em Arquitetura Paisagista e Mestrado em Planeamento e Projeto Urbano

ÍNDICES

ÍNDICE GERAL

NOTA INTRODUTÓRIA.....	21
1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL E ADMINISTRATIVO	22
2. INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO MUNICIPAL.....	26
2.1. PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BRAGANÇA	27
2.1.1. COMPOSIÇÃO	27
2.1.2. ESTRATÉGIA.....	38
2.1.3. PROGRAMA DE EXECUÇÃO	39
2.2. OUTROS PLANOS TERRITORIAIS DE ÂMBITO MUNICIPAL.....	45
2.2.1. PLANO DE URBANIZAÇÃO DE BRAGANÇA	45
2.2.2. PLANO DE PORMENOR PARA A ZONA HISTÓRICA DE BRAGANÇA I	48
3. DINÂMICAS TERRITORIAIS	51
3.1. OCUPAÇÃO TERRITORIAL	52
3.1.1. USO DO SOLO	52
3.1.2. AGLOMERADOS URBANOS.....	60
3.2. DEMOGRAFIA	65
3.2.1. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO	65
3.2.2. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO.....	74
3.2.3. GRUPOS ETÁRIOS	79
3.2.4. ESTRUTURA DAS FAMÍLIAS.....	84
3.2.5. ESCOLARIDADE.....	85
3.3. PARQUE EDIFICADO	89
3.3.1. EDIFÍCIOS.....	89
3.3.2. ALOJAMENTOS	103
3.4. ATIVIDADES ECONÓMICAS.....	111
3.4.1. POPULAÇÃO ATIVA, EMPREGO E DESEMPREGO	111
3.4.2. DINÂMICA EMPRESARIAL	115
3.5. DINÂMICA URBANÍSTICA	137
3.5.1. OPERAÇÕES URBANÍSTICAS	137
3.5.2. OBRAS MUNICIPAIS	143
3.6. ACESSIBILIDADES, TRANSPORTES E MOBILIDADE.....	147
3.6.1. PADRÕES DE MOBILIDADE	147
3.6.2. REDE RODOVIÁRIA	153
3.6.3. SINISTRALIDADE	157
3.6.4. TRANSPORTE PÚBLICO RODOVIÁRIO	158
3.6.5. TRANSPORTE AÉREO	162

3.7. PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO	163
3.7.1. IMÓVEIS CLASSIFICADOS E EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO	163
3.7.2. OUTROS VALORES PATRIMONIAIS	170
3.8. EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA	181
3.9. INFRAESTRUTURAS URBANAS	191
3.9.1. REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	191
3.9.2. REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS	193
3.9.3. RECOLHA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	195
3.10. AMBIENTE	197
3.10.1. ÁREAS CLASSIFICADAS	197
3.10.2. QUALIDADE DA ÁGUA	200
3.10.3. QUALIDADE DO AMBIENTE URBANO	205
3.10.4. QUALIDADE DO AR	208
3.10.5. ENERGIA	209
3.10.6. RISCOS NATURAIS E MISTOS	212
4. ANÁLISE DA EXECUÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO MUNICIPAL	219
4.1. ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE EXECUÇÃO	220
4.1.1. EQUIPAMENTOS E HABITAÇÃO SOCIAL	220
4.1.2. ESTRUTURA ECOLÓGICA	226
4.1.3. REDE VIÁRIA	227
4.1.4. INFRAESTRUTURAS URBANAS	230
4.1.5. UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO	232
4.1.6. SÍNTESE DA EXECUÇÃO	233
4.2. ANÁLISE DA CONCRETIZAÇÃO DO MODELO TERRITORIAL	235
4.2.1. REDE URBANA	235
4.2.2. REDE RODOVIÁRIA	239
4.2.3. SOLO URBANO	243
4.2.4. SOLO RURAL	258
4.3. ANÁLISE GLOBAL DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO	262
5. CONTEXTO LEGAL E ESTRATÉGICO	266
5.1. QUADRO LEGAL	266
5.1.1. O REGIME JURÍDICO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL – DO DECRETO-LEI N.º 380/99 AO DECRETO-LEI N.º 80/2015	266
5.1.2. OUTROS DIPLOMAS LEGAIS RELEVANTES PARA OS PROCESSOS DE ELABORAÇÃO / REVISÃO DOS PDM	271
5.2. QUADRO ESTRATÉGICO	279
5.2.1 INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL	279
5.2.2 OUTROS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DE DESENVOLVIMENTO URBANO	285
6. SÍNTESE E CONTRIBUTOS PARA A REVISÃO DO PDM	292
6.1 SÍNTESE DOS FATORES DE MUDANÇA INTERNOS	292

6.2	SÍNTESE DAS ALTERAÇÕES AO CONTEXTO LEGAL E ESTRATÉGICO.....	296
6.3	CONTRIBUTOS PARA A REVISÃO DO PDM DE BRAGANÇA.....	299
7.	ELEMENTOS DE REFERÊNCIA.....	303
7.1	BIBLIOGRAFIA.....	303
7.2	LEGISLAÇÃO	305
7.3	RECURSOS WEB.....	309
ANEXOS		
	ANEXO I - PARQUE EDIFICADO.....	2
	ANEXO II - DINÂMICA EMPRESARIAL	6
	ANEXO III - INVESTIMENTOS MUNICIPAIS POR ÁREA DE ATUAÇÃO	11
	ANEXO IV - PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO	22
	ANEXO V - PRESSÕES SIGNIFICATIVAS PARA AS MASSAS DE ÁGUA SUPERFICIAIS DO CONCELHO DE BRAGANÇA..	41
	ANEXO VI - QUADRO ESTRATÉGICO.....	43

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Enquadramento administrativo do concelho de Bragança.....	22
Figura 2. Freguesias do concelho de Bragança	25
Figura 3. Planta de Ordenamento do PDM de Bragança (2010).....	29
Figura 4. Planta de Condicionantes do PDM de Bragança (2010)	37
Figura 5. Planta de Zonamento do PU de Bragança (2009)	46
Figura 6. Planta de Implantação do PP para a Zona Histórica de Bragança I (2007)	48
Figura 7. Classes de uso e ocupação do solo em 2007 e ocorrência de alterações	54
Figura 8. Áreas com alterações de classe de uso e ocupação do solo ocorridas entre 2007 e 2018	55
Figura 9. Territórios Artificializados em 2018 e alterações ocorridas desde 2007	59
Figura 10. Aglomerados urbanos do concelho de Bragança.....	64
Figura 11. Evolução da densidade populacional, por aglomerado urbano.....	75
Figura 12. Evolução da densidade do edificado, por aglomerado urbano	98
Figura 13. Distribuição geográfica do número de edifícios licenciados (2014-2018)	138
Figura 14. Distribuição geográfica do número de edifícios licenciados, por tipo de obra (2014-2018)	140
Figura 15. Distribuição geográfica do número de edifícios licenciados, por destino de obra (2014-2018)	142
Figura 16. Infraestrutura ciclável	152
Figura 17. Rede rodoviária definida pelo PDM em vigor	156
Figura 18. Rede de transporte público rodoviário do concelho de Bragança (STUB)	160
Figura 19. Igreja Paroquial de São João Baptista (antiga Sé)	166
Figura 20. Distribuição geográfica dos imóveis classificados e em vias de classificação (2010 e 2020).....	170
Figura 21. Distribuição geográfica de outros imóveis com interesse identificados no PDM em vigor, por tipologia arquitetónica.....	174
Figura 22. Distribuição geográfica dos conjuntos com interesse identificados no PDM em vigor	175
Figura 23. Distribuição geográfica do património arqueológico identificado no PDM em vigor.....	180
Figura 24. Equipamentos de saúde do concelho de Bragança	182
Figura 25. Equipamentos de ensino do concelho de Bragança	185
Figura 26. Áreas Classificadas no concelho de Bragança	200
Figura 27. Áreas verdes urbanas.....	206
Figura 28. Espaços verdes	207
Figura 29. Carta das zonas inundáveis	214
Figura 30. Área ardida no concelho de Bragança	216
Figura 31. Perigosidade de incêndio florestal no concelho de Bragança	218
Figura 32. Hierarquia da rede urbana proposta na 1.ª Revisão do PDM	237
Figura 33. Hierarquia da rede urbana em 2020	238
Figura 34. Alterações à rede rodoviária propostas pela 1.ª Revisão do PDM	240

Figura 35. Alterações à rede rodoviária propostas pela 1.ª Revisão do PDM efetivamente executadas	241
Figura 36. Espaços Urbanizados (PDM 2010) e Tecido Edificado (COS 2018)	244
Figura 37. Espaços a Urbanizar (PDM 2010) e Tecido Edificado (COS 2018)	247
Figura 38. Espaços de Equipamentos e Espaços para Equipamentos (PDM 2010) e equipamentos (COS 2018)	254
Figura 39. Espaços de Indústria e Espaços para Indústria (PDM 2010) e Indústria (COS 2018)	257
Figura 40. Espaços agrícolas, espaços agro-silvo-pastoris e espaços florestais (PDM 2010).....	258
Figura 41. Espaços de exploração mineira (PDM 2010) ocupados por áreas de extração de inertes (COS 2018)	260
Figura 42. Espaços naturais (PDM 2010) com ocupação artificializada (COS 2018)	261

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Evolução da população residente (2001-2018).....	65
Gráfico 2. Variação da população residente (2001-2018)	66
Gráfico 3. Evolução das taxas de crescimento da população residente (2001-2018)	67
Gráfico 4. Evolução da proporção da população residente, por grupo etário (2001-2018).....	80
Gráfico 5. Variação na população residente, por grupo etário (2001-2018).....	80
Gráfico 6. Evolução do índice de envelhecimento (2001-2018)	81
Gráfico 7. Evolução dos índices de dependência em Bragança (2001-2018)	82
Gráfico 8. Evolução do índice de renovação da população em idade ativa (2001-2018).....	83
Gráfico 9. Variação na dimensão média das famílias clássicas em Bragança (2001-2011)	85
Gráfico 10. Evolução da taxa de analfabetismo (2001-2011)	86
Gráfico 11. Evolução da taxa de abandono escolar (1991-2011)	86
Gráfico 12. Variação do número de edifícios clássicos (2001-2011)	89
Gráfico 13. Evolução da proporção da função dos edifícios clássicos (2001-2011).....	99
Gráfico 14. Variação dos alojamentos familiares (2001-2011).....	103
Gráfico 15. Variação dos alojamentos familiares vagos (2001-2011).....	107
Gráfico 16. Variação dos alojamentos familiares vagos (2001-2011).....	109
Gráfico 17. Evolução da taxa de atividade, por escalão etário (2001-2011)	112
Gráfico 18. Variação da taxa de atividade, por escalão etário (2001-2011).....	112
Gráfico 19. Evolução da proporção de inscritos nos centros de emprego sobre a população residente com 15 a 64 anos (2009-2018)	114
Gráfico 20. Evolução do poder de compra <i>per capita</i> (2000-2017).....	115
Gráfico 21. Proporção do efetivo animal, por espécie animal (2009)	127
Gráfico 22. Empreendimentos turísticos registados, por ano (2010-2020*).....	133
Gráfico 23. Evolução do número de alojamentos locais (2010-2020*)	134
Gráfico 24. Número de camas disponíveis e capacidade de utentes em alojamento local, por ano (2010-2020*) ..	134
Gráfico 25. Evolução dos edifícios licenciados (2010-2018)	137
Gráfico 26. Evolução dos edifícios licenciados, por tipo de obra (2010-2018)	139
Gráfico 27. Evolução dos edifícios licenciados, por destino de obra (2010-2018)	141
Gráfico 28. Dinâmica de investimentos municipais (2010-2019)	143
Gráfico 29. Número de ações municipais realizadas, por ano (2010-2019)	144
Gráfico 30. Proporção de investimentos municipais, por área de atuação (2010-2019)	145
Gráfico 31. Dinâmica de investimentos municipais, por ano e por área de atuação (2010-2019).....	145
Gráfico 32. Distribuição modal (2001)	148
Gráfico 33. Distribuição modal (2011)	148
Gráfico 34. Evolução do parque automóvel do concelho de Bragança (2014-2018)	149

Gráfico 35. Evolução dos acidentes de viação com vítimas (nº) e tipo de vítima (2014-2018).....	157
Gráfico 36. Evolução do índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas (2014-2018).....	157
Gráfico 37. Evolução da água distribuída, em m ³ (2011-2018)	191
Gráfico 38. Evolução da água distribuída, por habitante, em m ³ (2011-2018)	192
Gráfico 39. Evolução das perdas nos sistemas de abastecimento de água, em m ³ (2011-2017)	192
Gráfico 40. Evolução do volume de águas residuais drenadas, em m ³ (2011-2018).....	194
Gráfico 41. Evolução do número de ecopontos a cargo da empresa Resíduos do Nordeste, EIM, SA.....	195
Gráfico 42. Evolução da recolha de resíduos sólidos urbanos, por tipo de recolha (2015-2018)	196
Gráfico 43. Índice da qualidade do ar na Zona Interior Norte (nº de dias/ano)	208
Gráfico 44. Evolução do número de consumidores de energia elétrica (2011-2018)	209
Gráfico 45. Consumo de energia elétrica total (kWh)	210
Gráfico 46. Evolução do consumo de energia elétrica (kWh), por atividade (2011-2017)	210
Gráfico 47. Evolução do consumo de energia elétrica (kWh) para iluminação das vias públicas e iluminação interior de edifícios do Estado (2011-2017).....	211
Gráfico 48. Evolução da quota (%) da produção bruta de energia elétrica (2011-2013)	212
Gráfico 49. Evolução da área ardida, em hectares, no concelho de Bragança (1990-2018)	215
Gráfico 50. Evolução da área ardida no concelho de Bragança (hectares)	217
Gráfico 51. Nível de execução (%) das ações propostas no PDM em vigor: Equipamentos e Habitação Social.	225
Gráfico 52. Nível de execução (%) das ações propostas no PDM em vigor: Estrutura Ecológica	227
Gráfico 53. Nível de execução (%) das ações propostas no PDM em vigor: Rede Viária	229
Gráfico 54. Nível de execução (%) das ações propostas no PDM em vigor: Infraestruturas Urbanas	231
Gráfico 55. Nível de execução (%) das ações propostas no PDM em vigor: UOPG	233
Gráfico 56. Nível de execução global (%) das ações propostas no PDM em vigor	233

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Reorganização administrativa das freguesias do concelho de Bragança	23
Tabela 2. Enquadramento legal do Plano Diretor Municipal de Bragança	27
Tabela 3. Elementos que acompanham o PDM de Bragança	28
Tabela 4. Classes de espaço consideradas no PDM de Bragança	34
Tabela 5. Solo ocupado pela RAN e REN.....	36
Tabela 6. Propostas de intervenção definidas pelo PDM de Bragança (2010)	40
Tabela 7. Categorias e subcategorias de uso do Solo Urbano definidas no PU de Bragança (2009)	46
Tabela 8. Ações propostas no âmbito do PU de Bragança (2009)	47
Tabela 9. Propostas de intervenção no âmbito do PP para a Zona Histórica de Bragança I (2007)	49
Tabela 10. Definição das classes de nível 1 da COS aplicáveis ao concelho de Bragança	52
Tabela 11. Evolução da ocupação das classes de uso do solo (2007-2018)	53
Tabela 12. Evolução dos Territórios Artificializados com alterações de uso e ocupação do solo ocorridas entre 2007 e 2018.....	56
Tabela 13. Definição das classes de nível 3 da COS aplicáveis ao concelho de Bragança	56
Tabela 14. Evolução dos Territórios Artificializados (2007-2018)	58
Tabela 15. População residente, por aglomerado urbano (2001-2011).....	60
Tabela 16. Evolução da proporção da população residente (2001-2018)	66
Tabela 17. Evolução das taxas de natalidade e mortalidade (2001-2018)	67
Tabela 18. Evolução da população residente, por freguesia (2001-2011)	69
Tabela 19. Variação da população residente, por aglomerado urbano (2001-2011).....	70
Tabela 20. Evolução da densidade populacional (2001-2018)	74
Tabela 21. Densidade populacional, por aglomerado urbano (2011)	76
Tabela 22. Evolução da dimensão média das famílias (1981-2011)	84
Tabela 23. Evolução da proporção dos níveis de escolaridade (2001-2011).....	87
Tabela 24. Variação dos edifícios clássicos, por aglomerado urbano (2001-2011)	90
Tabela 25. Densidade do edificado, por aglomerado urbano (2011)	94
Tabela 26. Data de construção dos edifícios clássicos, por freguesia (2011)	101
Tabela 27. Evolução dos alojamentos familiares, por freguesia (2001-2011)	104
Tabela 28. Evolução da proporção da forma de ocupação dos alojamentos familiares (2001-2011).....	106
Tabela 29. Evolução dos alojamentos familiares não clássicos (2001-2011).....	108
Tabela 30. Evolução dos alojamentos familiares não clássicos no concelho de Bragança, por tipo de alojamento (2001-2011).....	108
Tabela 31. Conjuntura da habitação social (2011 e 2015).....	109
Tabela 32. Evolução da taxa de atividade (2001-2011)	111
Tabela 33. Evolução da proporção da população residente empregada, por setor de atividade (2001-2011) .	113

Tabela 34. Evolução do número de estabelecimentos e de pessoas ao serviço nas empresas, por setor de atividade (2010-2018).....	116
Tabela 35. Evolução do número de estabelecimentos, por ramo de atividade (2010-2018).....	117
Tabela 36. Evolução do número de pessoas ao serviço nas empresas, por ramo de atividade (2010-2018)	118
Tabela 37. Evolução do número de estabelecimentos, por freguesia (2010-2018)	120
Tabela 38. Evolução do número de pessoas ao serviço nas empresas, por freguesia (2010-2018).....	121
Tabela 39. Evolução da Superfície Agrícola Utilizada (1999-2009).....	124
Tabela 40. Evolução do número de explorações agrícolas (1999-2009)	126
Tabela 41. Evolução do efetivo animal (1999-2009)	128
Tabela 42. Agentes turísticos (2020*)	129
Tabela 43. Empresas de Animação Turística (2020*)	130
Tabela 44. Agentes de Viagens e Turismo (2020*)	130
Tabela 45. Evolução dos principais indicadores de atividade hoteleira (2010-2018).....	131
Tabela 46. Empreendimentos turísticos e alojamento local (2020*)	132
Tabela 47. Número de alojamentos locais, por tipo de alojamento (2020*)	135
Tabela 48. Alojamento local, por freguesia(2020*).....	136
Tabela 49. Evolução do número de viagens pendulares (2001-2011).....	147
Tabela 50. Evolução da duração média das viagens pendulares.....	150
Tabela 51. Movimentos pendulares inter-concelhios e infra-concelhios da população residente	150
Tabela 52. Movimentos pendulares inter-concelhios com destino na unidade territorial	150
Tabela 53. Postos de carregamento de veículos elétricos no concelho de Bragança	151
Tabela 54. Sublanços da A4 em Bragança	153
Tabela 55. Custo das portagens na Autoestrada Transmontana (A4)	154
Tabela 56. Eixos rodoviários incluídos no Plano Rodoviário Nacional.....	154
Tabela 57. Hierarquia Funcional da rede rodoviária constante no PDM em vigor.....	155
Tabela 58. Serviço de Transportes Urbanos de Bragança (STUB).....	158
Tabela 59. Serviços interurbanos de transporte público rodoviário no concelho de Bragança	161
Tabela 60. Património classificado em 2010	164
Tabela 61. Alterações ao património em vias de classificação desde 2010	167
Tabela 62. Imóveis não classificados sujeitos a zona de proteção fixada por portaria	169
Tabela 63. Valores de interesse patrimonial identificados no concelho de Bragança, por tipologia arquitetónica e por freguesia	172
Tabela 64. Sítios arqueológicos identificados no concelho de Bragança (2010 e 2020)	177
Tabela 65. Sítios arqueológicos identificados no concelho de Bragança, por tipo de sítio e por freguesia	178
Tabela 66. Unidades de saúde.....	181
Tabela 67. Equipamentos de ensino.....	183

Tabela 68. Equipamentos de ensino profissional	184
Tabela 69. Equipamentos de ensino superior	184
Tabela 70. Equipamentos sociais no concelho de Bragança.....	186
Tabela 71. Número de respostas sociais disponibilizadas pelas instituições no concelho	188
Tabela 72. Instalações desportivas	188
Tabela 73. Associações culturais, recreativas e desportivas do concelho de Bragança	189
Tabela 74. Equipamentos culturais e de recreio no concelho de Bragança	189
Tabela 75. Evolução da proporção de população servida por sistemas de abastecimento de água (2013-2017).....	193
Tabela 76. Evolução da proporção de população servida por sistemas de drenagem de águas residuais (2011-2017)	194
Tabela 77. Sítios de Importância Comunitária no concelho de Bragança	198
Tabela 78. Massas de água superficiais de Bragança	201
Tabela 79. Massas de água superficiais intersetadas pelo concelho de Bragança	202
Tabela 80. Estado global das massas de água superficiais intersetadas pelo concelho de Bragança, para o 1.º e 2.º ciclos de planeamento do PGRH	203
Tabela 81. Áreas verdes do concelho de Bragança (hectares)	205
Tabela 82. Variação do consumo de energia elétrica por atividade (2011-2017)	211
Tabela 83. Nível de execução das ações propostas no PDM em vigor: Equipamentos e Habitação Social.....	220
Tabela 84. Nível de execução das ações propostas no PDM em vigor: Estrutura Ecológica	226
Tabela 85. Nível de execução das ações propostas no PDM em vigor: Rede Viária	227
Tabela 86. Nível de execução das ações propostas no PDM em vigor: Infraestruturas Urbanas.....	230
Tabela 87. Nível de execução das ações propostas no PDM em vigor: UOPG	232
Tabela 88. Hierarquia da rede urbana proposta pelo PDM em vigor	235
Tabela 89. Eixos rodoviários propostos ou a requalificar no âmbito do PDM (2010)	239
Tabela 90. Evolução da extensão da rede rodoviária	242
Tabela 91. Ocupação dos Espaços Urbanizados em 2018	245
Tabela 92. Ocupação dos Espaços Urbanizados em 2018	245
Tabela 93. Ocupação dos Espaços a Urbanizar em 2018.....	246
Tabela 94. Ocupação dos Espaços a Urbanizar, por aglomerado urbano (2018)	248
Tabela 95. Modelo de ordenamento do PDM em vigor (Espaços Urbanizados e Espaços a Urbanizar) e dinâmica urbanística, por freguesia	251
Tabela 96. Espaços de Equipamentos (PDM 2010) efetivamente ocupados com equipamentos (COS2018).....	253
Tabela 97. Espaços para Equipamentos (PDM 2010) efetivamente ocupados com equipamentos (COS2018)	253
Tabela 98. Ocupação Comercial ou Industrial (COS2018) dos Espaços de Indústria (PDM 2010).....	255
Tabela 99. Ocupação Comercial ou Industrial (COS2018) dos Espaços para Indústria (PDM 2010)	255
Tabela 100. Distribuição das áreas de Comércio e Indústria (COS 2018) no PDM em vigor	256

Tabela 101. Instrumentos de Gestão Territorial com incidência em Bragança	280
Tabela 102. Outros Instrumentos de Política de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano com incidência em Bragança	285
Tabela 103. Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas no concelho de Bragança	291

ÍNDICE DE TABELAS | ANEXOS

A_Tabela 1. Evolução dos edifícios clássicos, por função e por freguesia (2001-2011)	3
A_Tabela 2. Evolução do estado de conservação dos edifícios clássicos, por freguesia (2001-2011)	4
A_Tabela 3. Evolução da forma de ocupação dos alojamentos familiares, por freguesia (2001-2011)	5
A_Tabela 4. Número de estabelecimentos, por setor económico e por freguesia (2010-2018)	7
A_Tabela 5. Número de pessoas ao serviço nas empresas, por setor económico e por freguesia (2010-2018) ...	8
A_Tabela 6. Empreendimentos turísticos, por tipologia e por freguesia (2020*)	9
A_Tabela 7. Investimentos municipais (2010-2019): Equipamentos Públicos	12
A_Tabela 8. Investimentos municipais (2010-2019): Habitação	14
A_Tabela 9. Investimentos municipais (2010-2019): Infraestruturas Rodoviárias	15
A_Tabela 10. Investimentos municipais (2010-2019): Obras de Urbanização	17
A_Tabela 11. Investimentos municipais (2010-2019): Qualificação do Espaço Público	18
A_Tabela 12. Investimentos municipais (2010-2019): Saneamento Básico	20
A_Tabela 13. Outros imóveis com interesse identificados no PDM em vigor	22
A_Tabela 14. Património arqueológico identificado no concelho de Bragança	32
A_Tabela 15. Cargas anuais estimadas por setor de atividade e pressões significativas para as massas de água superficiais intersetadas pelo concelho de Bragança	41
A_Tabela 16. Instrumentos de Gestão Territorial com incidência em Bragança	43
A_Tabela 17. Quadro estratégico: Instrumentos de Gestão Territorial	44
A_Tabela 18. Outros Instrumentos de Política de Ordenamento do Território e de Desenvolvimento Urbano com incidência em Bragança	51
A_Tabela 19. Quadro estratégico: Outros Instrumentos de Política de Ordenamento do Território e de Desenvolvimento Urbano	52

SIGLAS E ACRÓNIMOS

A	Autoestrada
AMTFNT	Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
ASF	Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões
ARU	Área de Reabilitação Urbana
ATMAD	Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro
BGRI	Base Geográfica de Referenciação da Informação
CAOP	Carta Administrativa Oficial de Portugal
CIM	Comunidade Intermunicipal
CIM TTM	Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes
CNS	Código Nacional de Sítio
CMB	Câmara Municipal de Bragança
COS	Carta de Ocupação do Solo
DGPC	Direção-Geral do Património Cultural
DGT	Direção-Geral do Território
DL	Decreto-Lei
DR	Diário da República
DRCN	Direção Regional da Cultura do Norte
EDE	Eixo de Desenvolvimento Estratégico
EIDT	Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial
EIDT-TTM	Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial das Terras de Trás-os-Montes
EEM	Estrutura Ecológica Municipal
EN	Estrada Nacional
ENAAC	Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas
ENCNB	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade
ENMA	Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa
ERSAR	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
ET 27	Estratégia Turismo 2027
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais

IC	Itinerário Complementar
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
IGT	Instrumento(s) de Gestão Territorial
IHRU	Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana
IIM	Imóvel de Interesse Municipal
IIP	Imóvel de Interesse Público
IMT	Instituto da Mobilidade e dos Transportes
INE	Instituto Nacional de Estatística
IP	Itinerário Principal
LBGPPSOTU	Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, Ordenamento do Território e de Urbanismo
LED	Linha Estratégica de Desenvolvimento
MA	Modos Ativos
MIP	Monumento de Interesse Público
MN	Monumento Nacional
MTSSS	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
NGPH	Nova Geração de Políticas de Habitação
NUT	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OE	Objetivo Estratégico
ORU	Operação de Reabilitação Urbana
PAICD	Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas
PAMUS	Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável
PAMUS-TTM	Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável das Terras de Trás-os-Montes
PARU	Plano de Ação de Regeneração Urbana
PCHI	Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas
PCT-TMAD	Parque de Ciência e Tecnologia de Trás-os-Montes e Alto Douro
PDIM	Plano Diretor Intermunicipal
PDM	Plano Diretor Municipal
PDMB	Plano Diretor Municipal de Bragança
PEDU	Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano

PGRH	Plano de Gestão da Região Hidrográfica
PGRH - RH3	Plano de Gestão de Região Hidrográfica do Douro - RH3
PGRI	Plano de Gestão dos Riscos e Inundações
PIAAC-TFNT	Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Terra Fria do Nordeste Transmontano
PMDFCI	Plano Municipal de Defesa de Floresta Contra Incêndios
PMEPC	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil
PMOT	Plano Municipal de Ordenamento do Território
PNA	Plano Nacional da Água
PNAP	Política Nacional de Arquitetura e Paisagem
PNDFCI	Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PNGGIFR	Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais
PNCT	Programa Nacional para a Coesão Territorial
PNM	Parque Natural de Montesinho
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
POAA	Plano de Ordenamento da Albufeira do Azibo
POPNM	Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho
POSEUR	Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos
PP	Plano de Pormenor
PPP	Parceria Público Privada
PPZHB I	Plano de Pormenor para a Zona Histórica de Bragança I
PRN	Plano Rodoviário Nacional
PRN 2000	Plano Rodoviário Nacional de 2000
PROF	Plano Regional de Ordenamento Florestal
PROF TMAD	Programa Regional de Ordenamento Florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro
PROT	Plano Regional de Ordenamento do Território
PROT - N	Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte
PS	Plano Setorial
PSRN 2000	Plano Setorial da Rede Natura 2000
PU	Plano de Urbanização
PUB	Plano de Urbanização de Bragança

QREN	Quadro de Referência Estratégica Nacional
RAEPM	Relatório de Avaliação da Execução do Planeamento Municipal
RAN	Reserva Agrícola Nacional
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
REN	Reserva Ecológica Nacional
REOT	Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território
RERAE	Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas
RJCNB	Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade
RJIGT	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
RJRU	Regime Jurídico da Reabilitação Urbana
RJSPTP	Regime Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros
RNAAT	Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística
RNAP	Rede Nacional de Áreas Protegidas
RNAV	Registo Nacional dos Agentes de Viagens e Turismo
RNT	Registo Nacional de Turismo
RPDM	Regulamento do Plano Diretor Municipal
RPDMB	Regulamento do Plano Diretor Municipal de Bragança
SAU	Superfície Agrícola Utilizada
SDFCI	Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios
SEAS	Serviço de Educação e Ação Social
SGIFR	Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais
SIC	Sítio de Importância Comunitária
SIGGESC	Sistema de Informação Geográfica de Gestão de Carreiras
SIGTUR	Sistema de Informação Geográfica do Turismo
SIOU	Sistema de Indicadores de Operações Urbanística
SNDFCI	Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios
SNIT	Sistema Nacional de Informação Territorial
SNS	Serviço Nacional de Saúde
STUB	Serviço de Transportes Urbanos de Bragança
TdP	Turismo de Portugal
TI	Transporte Individual

TP	Transporte Público
TPR	Transporte Público Rodoviário
TTM	Terras de Trás-os-Montes
UCC	Unidade de Cuidados na Comunidade
UCSP	Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados
UF	União das Freguesias
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UOPG	Unidade Operativa de Planeamento e Gestão
ZEC	Zona Especial de Conservação
ZPE	Zona Especial de Proteção

NOTA INTRODUTÓRIA

Nos termos do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, a elaboração (ou revisão) de planos municipais é determinada por deliberação da Câmara Municipal, a qual estabelece os prazos de elaboração e o período de participação, bem como a definição da oportunidade e dos termos de referência dos mesmos planos. No caso dos planos diretores municipais, esta deliberação deve ser acompanhada de relatório sobre o estado do ordenamento do território ou, na ausência deste, de um relatório fundamentado de avaliação da execução do planeamento municipal preexistente e de identificação dos principais fatores de evolução do município, conforme previsto no regime transitório constante do artigo 21.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro.

O Relatório de Avaliação da Execução do Planeamento Municipal (RAEPM) do Município de Bragança procede à avaliação da execução do Plano Diretor Municipal (PDM) em vigor, através da análise do grau de concretização das propostas nele constantes, nomeadamente do programa de execução, do modelo territorial e, de forma mais abrangente, dos seus objetivos estratégicos.

Neste documento procede-se, também, à caracterização e análise das dinâmicas territoriais que marcaram de forma mais evidente a evolução do território municipal no período que medeia entre a aprovação do PDM em vigor e o momento presente, nomeadamente no que diz respeito à ocupação territorial, demografia, parque edificado, atividades económicas, urbanização e construção, acessibilidades, transportes e mobilidade, património classificado, equipamentos coletivos, infraestruturas e ambiente.

O RAEPM integra, ainda, um capítulo de descrição do novo contexto legal e estratégico que subjaz ao processo de revisão do PDM, com destaque para o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015 e legislação associada).

Por fim, o RAEPM apresenta uma síntese dos principais fatores de mudança interna e externa que caracterizam o território municipal e que condicionam o processo de revisão do PDM e identifica os aspetos-chave do exercício de planeamento que agora se inicia, os quais constituirão a base para a definição dos termos de referência da 2.ª Revisão do PDM de Bragança.

1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL E ADMINISTRATIVO

Inserido na região Norte de Portugal Continental (NUT II), Bragança constitui um dos nove concelhos que integram a sub-região Terras de Trás-os-Montes (NUT III), a par dos municípios de Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais. Pertence, ainda, à Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano (AMTFNT), criada em 1995, em conjunto com Miranda do Douro, Mogadouro (desde dezembro de 2007), Vimioso e Vinhais.

Com cerca de 1.173,57 Km² de área, o território de Bragança é limitado, a norte e este por Espanha, a sul pelos concelhos de Vimioso e Macedo de Cavaleiros e a oeste pelo concelho de Vinhais (Figura 1).

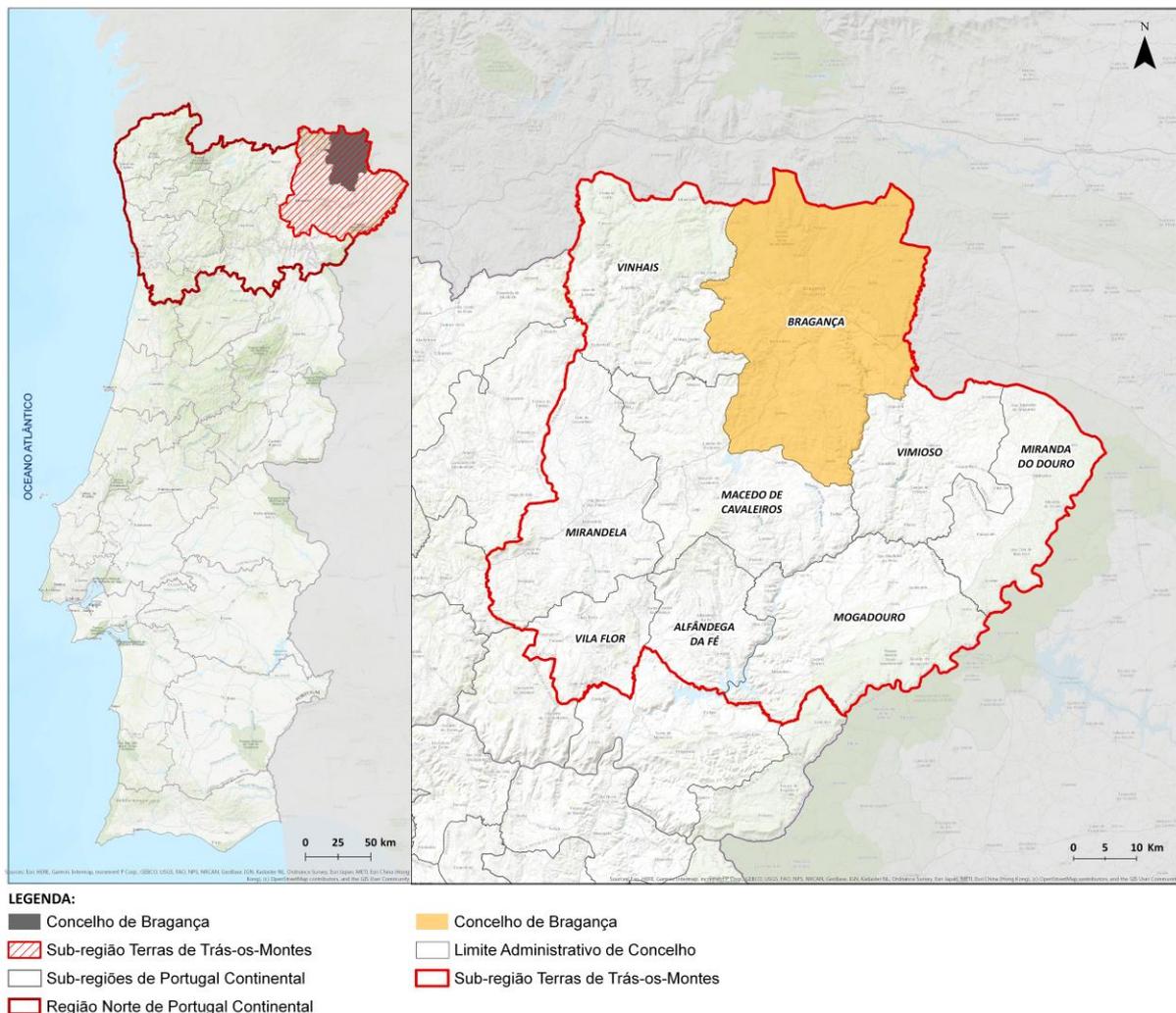


Figura 1. Enquadramento administrativo do concelho de Bragança
(Fontes cartográficas: CAOP, 2018; ESRI, 2020)

Até 2014, Bragança pertencia, para fins estatísticos, à sub-região Alto Trás-os-Montes, constituída por 14 municípios: Alfândega da Fé, Boticas, Bragança, Chaves, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Montalegre, Murça, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar, Vimioso e Vinhais.

A nova organização das regiões portuguesas para fins estatísticos, instituída pelo Regulamento (EU) n.º 868/2014 da Comissão Europeia, de 8 de agosto de 2014, compreendeu alterações na Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins estatísticos (NUT) de nível III que passam a ter limites territoriais, no Continente, coincidentes com os limites das Entidades Intermunicipais definidos na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Esta nova divisão regional (NUTS 2013), aplicada pelo Sistema Estatístico Nacional e Europeu desde 1 de janeiro de 2015, implicou a separação de seis municípios — Boticas, Chaves, Montalegre, Murça, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar — da unidade sub-regional a que Bragança pertence, bem como a inclusão do município de Vila Flor (pertencente à antiga sub-região Douro), passando a ser designada por Terras de Trás-os-Montes (TTM), a unidade supramunicipal de referência a considerar no âmbito do presente Relatório de Avaliação da Execução do Planeamento Municipal.

Simultaneamente, em resultado da Reorganização Administrativa do Território das Freguesias (Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, alterada pela Declaração de Retificação n.º 19/2013, de 28 de março), 18 das 49 freguesias de Bragança encontram-se atualmente agregadas em oito uniões de freguesias (UF), mantendo-se as restantes 31 como freguesias não agregadas, de acordo com o constante na Tabela 1.

Tabela 1. Reorganização administrativa das freguesias do concelho de Bragança
(Fonte: Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, alterada pela Declaração de Retificação n.º 19/2013, de 28 de março)

ORGANIZAÇÃO ANTERIOR	ORGANIZAÇÃO ATUAL	SEDE	ÁREA	
			Hectares	%
Alfaião	Alfaião	Alfaião	1.758,2	1,5
Babe	Babe	Babe	2.561,7	2,2
Baçal	Baçal	Baçal	2.836,6	2,4
Carragosa	Carragosa	Carragosa	2.777,2	2,4
Castro de Avelãs	Castro de Avelãs	Castro de Avelãs	1.347,9	1,1
Coelhoso	Coelhoso	Coelhoso	1.978,1	1,7
Donai	Donai	Donai	1.506,9	1,3
Espinhosela	Espinhosela	Espinhosela	3.702,8	3,2
França	França	França	5.371,3	4,6
Gimonde	Gimonde	Gimonde	1.649,6	1,4
Gondesende	Gondesende	Gondesende	1.294,2	1,1
Gostei	Gostei	Gostei	1.949,2	1,7

ORGANIZAÇÃO ANTERIOR	ORGANIZAÇÃO ATUAL	SEDE	ÁREA	
			Hectares	%
Grijó de Parada	Grijó de Parada	Grijó de Parada	3.118,7	2,7
Macedo do Mato	Macedo do Mato	Macedo do Mato	1.554,2	1,3
Mós	Mós	Mós	1.162,3	1,0
Nogueira	Nogueira	Nogueira	1.207,1	1,0
Outeiro	Outeiro	Outeiro	4.093,2	3,5
Parâmio	Parâmio	Parâmio	2.256,5	1,9
Pinela	Pinela	Pinela	2.264,9	1,9
Quintanilha	Quintanilha	Quintanilha	2.030,2	1,7
Quintela de Lampaças	Quintela de Lampaças	Quintela de Lampaças	1.998,5	1,7
Rabal	Rabal	Rabal	2.337,1	2,0
Rebordãos	Rebordãos	Rebordãos	2.629,2	2,2
Salsas	Salsas	Salsas	2.611,8	2,2
Samil	Samil	Samil	1.024,7	0,9
Santa Comba de Rossas	Santa Comba de Rossas	Santa Comba de Rossas	874,8	0,7
São Pedro de Sarracenos	São Pedro de Sarracenos	São Pedro de Sarracenos	1.590,8	1,4
Sendas	Sendas	Sendas	1.917,4	1,6
Serapicos	Serapicos	Serapicos	2.824,9	2,4
Sortes	Sortes	Sortes	2.130,4	1,8
Aveleda	UF de Aveleda e Rio de Onor	Aveleda	10.635,2	9,1
Rio de Onor				
Castrelos	UF de Castrelos e Carrzedo	Castrelos	5.053,1	4,3
Carrzedo				
Izeda	UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova	Izeda	7.267,0	6,2
Calvelhe				
Paradinha Nova				
Parada	UF de Parada e Failde	Parada	5.213,3	4,4
Failde				
Rebordainhos	UF de Rebordainhos e Pombares	Rebordainhos	2.407,2	2,1
Pombares				
Rio Frio	UF de Rio Frio e Milhão	Rio Frio	6.350,6	5,4
Milhão				
São Julião de Palácios	UF de São Julião de Palácios e Deilão	São Julião de Palácios	8.062,1	6,9
Deilão				
Bragança (Sé)	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	Bragança (Sé)	3.569,2	3,0
Bragança (Santa Maria)				
Meixedo				
Zoio	Zoio	Zoio	2.439,1	2,1
			117.357,3	

Neste contexto administrativo, a abordagem às diferentes freguesias do concelho de Bragança (Figura 2), no âmbito do presente documento, será feita de acordo com o mapa resultante da reorganização administrativa.

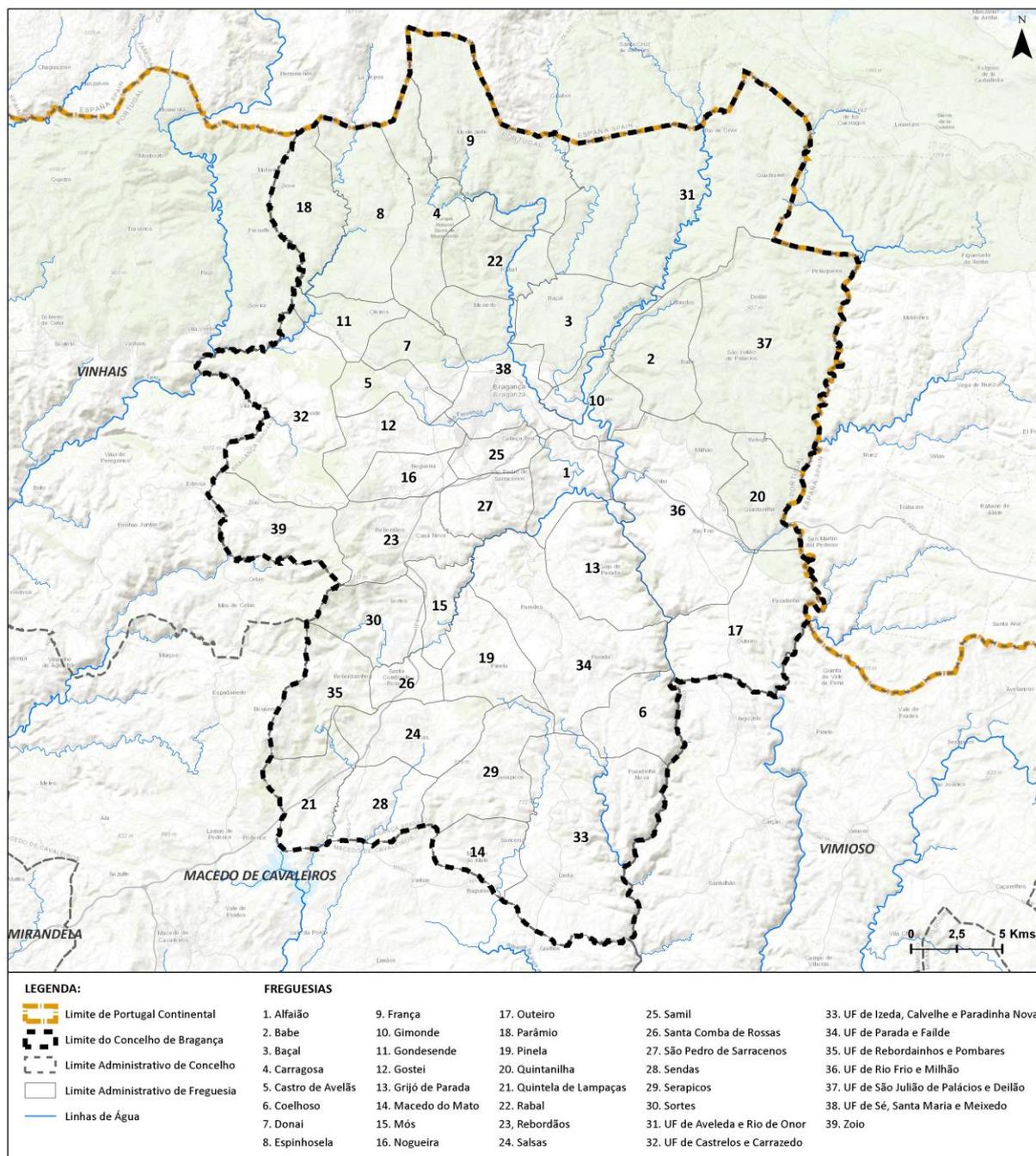


Figura 2. Freguesias do concelho de Bragança
(Fontes cartográficas: APA, 2015; CAOP, 2018; ESRI, 2020)

2. INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO MUNICIPAL

Como determina o artigo 21.º da Portaria 277/2015, de 10 de setembro, este documento constitui um relatório fundamentado de avaliação da execução do planeamento municipal preexistente e de identificação dos principais fatores de evolução do município. Como tal, centra-se na análise e avaliação da implementação dos planos territoriais em vigor no concelho de Bragança — o Plano Diretor Municipal (PDM) de Bragança, o Plano de Urbanização (PU) de Bragança e o Plano de Pormenor (PP) para a Zona Histórica de Bragança I.

No presente capítulo é feita a apresentação e descrição do PDM de Bragança em vigor, colocando o enfoque nas propostas de ordenamento veiculadas na Planta de Ordenamento, bem como na estratégia e nas propostas programáticas preconizadas por este plano territorial.

Procede-se, igualmente, à apresentação do Plano de Urbanização (PU) de Bragança e do Plano de Pormenor (PP) para a Zona Histórica de Bragança I, instrumentos de planeamento municipal de nível inferior que incidem sobre o aglomerado urbano correspondente à cidade de Bragança, com destaque para os objetivos estratégicos de cada um dos planos territoriais e respetivos programas de intervenção.

2.1. PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BRAGANÇA

A 1ª Revisão do PDM de Bragança data de 18 de junho de 2010, tendo sido alvo, desde a sua publicação, de um procedimento de alteração.

Tabela 2. Enquadramento legal do Plano Diretor Municipal de Bragança

ATO	DIPLOMA LEGAL	PUBLICAÇÃO
1.ª Publicação	RCM n.º 29/95	Diário da República — I Série-B — N.º 80 — 4 de abril de 1995
Alteração	RCM n.º 44/2000	Diário da República — I Série-B — N.º 126 — 31 de maio de 2000
1.ª Revisão	Aviso n.º 12248-A/2010	Diário da República — 2.ª Série — N.º 117 — 18 de junho de 2010
1.ª Alteração	Aviso n.º 5469/2019	Diário da República — 2.ª Série — N.º 62 — 28 de março de 2019

O primeiro PDM de Bragança foi publicado em 1995, tendo o mesmo sido parcialmente alterado cinco anos depois, em 2000, incidindo a alteração apenas no regime de edificabilidade em espaços agrícolas e florestais.

Após a publicação da 1.ª Revisão do PDM em 2010, procede-se à sua alteração em março de 2019. Trata-se de uma alteração sujeita a regime simplificado, que incide apenas sobre algumas disposições do Regulamento do Plano, nomeadamente na introdução dos artigos 39.º-A e 82.º-A, relativos à “Instalação de Empreendimentos com Caráter Estratégico” e à “Regularização no âmbito do RERAE [Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas] (DL 165/2014)”. Corresponde, mais concretamente, ao reconhecimento do interesse público estratégico de empreendimentos que cumpram determinado tipo de requisitos, entre os quais um elevado caráter inovador em áreas relacionadas com a cultura, educação, saúde e ambiente, entre outras.

2.1.1. COMPOSIÇÃO

O PDM de Bragança é constituído pelos seguintes elementos:

- **Regulamento:** elemento normativo que estabelece as regras e parâmetros aplicáveis à ocupação, uso e transformação do solo, vinculando as entidades públicas, privadas ou cooperativas.
- **Planta de Ordenamento,** à escala 1:25.000: representa o modelo de organização espacial do território municipal, de acordo com os sistemas estruturantes e a classificação e qualificação

dos solos e, ainda, a delimitação das zonas de proteção e de salvaguarda dos recursos e valores naturais.

- **Planta de Condicionantes**, à escala 1:25.000: identifica as servidões administrativas e as restrições de utilidade pública que possam constituir limitações ou impedimentos a qualquer forma específica de aproveitamento.

O PDM é, ainda, acompanhado pelas peças escritas e desenhadas que constam na Tabela 3.

Tabela 3. Elementos que acompanham o PDM de Bragança

PEÇAS ESCRITAS	PEÇAS DESENHADAS	
	DESIGNAÇÃO	ESCALA
Relatório de Proposta	Estrutura Ecológica Municipal Rede Viária — Hierarquização Funcional Proposta Outras Infraestruturas — Redes de Abastecimento de Água Outras Infraestruturas — Redes de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais Ruído — Delimitação das Zonas Mistas e Sensíveis e Zonas de Conflito Carta de Risco de Incêndio — Perigosidade	1:50.000
Programa de Execução e Plano de Financiamento	-	-
Relatório de Compromissos Urbanísticos	-	-
Relatório Ambiental	-	-
Mapa de Ruído	-	-
Carta Educativa	-	-
Relatório de Ponderação da Discussão Pública	-	-
Estudos de Análise e Diagnóstico	Planta de Enquadramento	1:350.000
	Análise Biofísica — Síntese Fisiográfica — Hipsometria, festos e talwegues	1:50.000
	Análise Biofísica — Síntese Biofísica — Declives	1:50.000
	Análise Biofísica — Ocupação do Solo	1:25.000
	Análise Biofísica — Valores Naturais	1:50.000
	Análise Biofísica — Unidades de Paisagem	1:100.000
	Rede Urbana — Situação Existente	1:25.000
	Rede Urbana — Compromissos e Intenções	1:25.000
	Património — Património Arquitetónico e Arqueológico	1:25.000
	Rede Viária — Estrutura e Hierarquização Atuais	1:25.000
	Rede Viária — Inventário Físico	1:25.000
	Infraestruturas Urbanas — Redes de Abastecimento de Água	1:25.000
	Infraestruturas Urbanas — Redes de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais	1:25.000

PLANTA DE ORDENAMENTO

Em termos de usos dominantes do solo, o modelo de organização espacial do território do concelho de Bragança surge representado na Planta de Ordenamento, que constitui a expressão gráfica das disposições constantes no Regulamento (Figura 3).

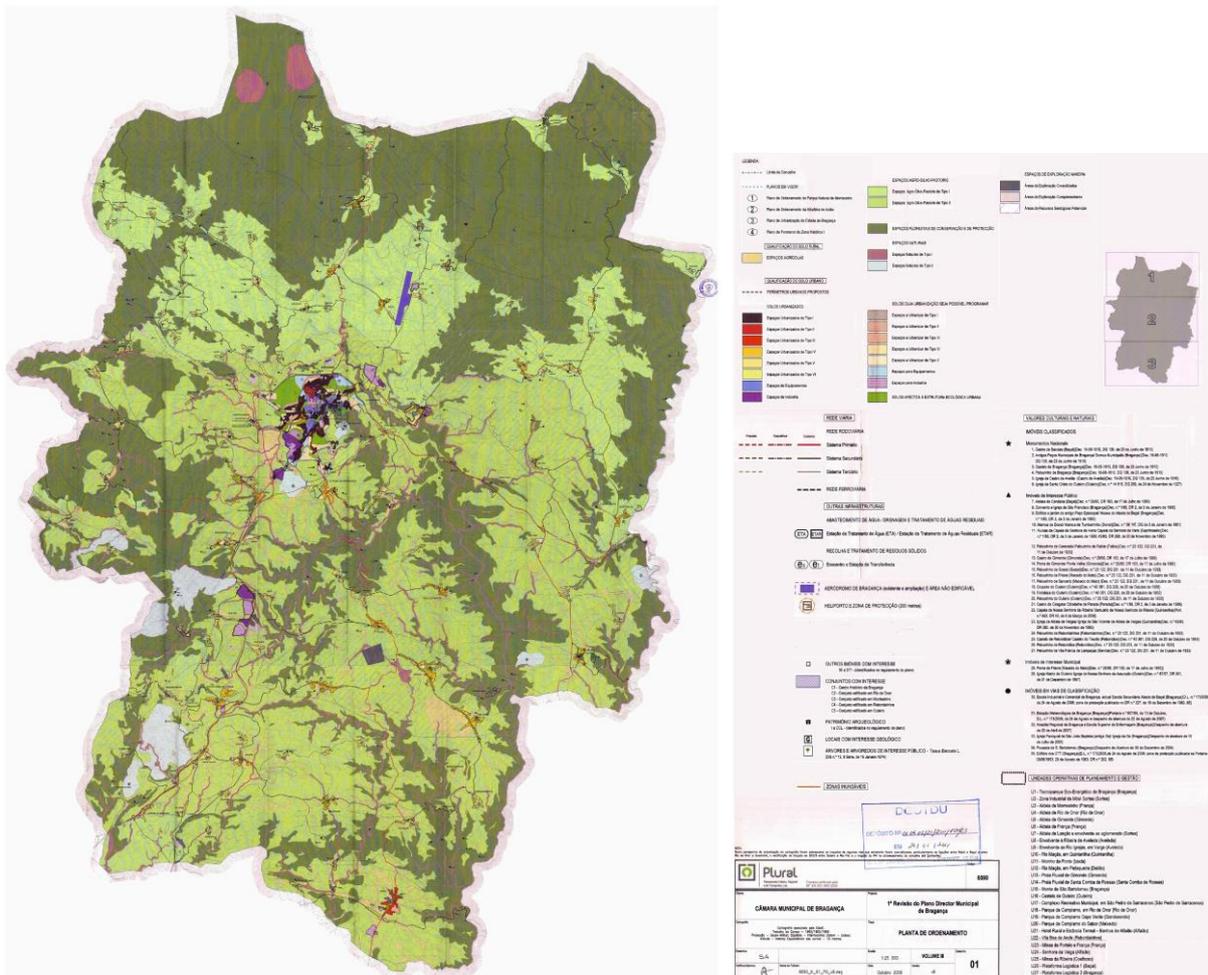


Figura 3. Planta de Ordenamento do PDM de Bragança (2010)
(Fonte: SNIT, DGT)

A Classificação e Qualificação do Solo do concelho de Bragança assenta nas seguintes categorias e subcategorias de espaço do Solo Rural e do Solo Urbano delimitadas na Planta de Ordenamento:

SOLO RURAL

- **Espaços Agrícolas:** correspondem aos solos incluídos na Reserva Agrícola Nacional (RAN) e outros com características semelhantes, que detêm o maior potencial agrícola do concelho e destinam-se ao desenvolvimento das atividades agrícolas.

- **Espaços Agro-silvo-pastoris**

Espaços Agro-silvo-pastoris de Tipo I: correspondem a comunidades herbáceas dominadas por gramíneas anuais ou perenes submetidas a pastoreio, integrando ainda as áreas de enquadramento, de transição ou de amortecimento de impactes necessárias à proteção de valores naturais existentes na sua envolvente, que englobam, essencialmente, áreas cerealíferas, soutos de castanheiros, áreas de agricultura anual, lameiros, pomares, vinhas e arborizações.

Espaços Agro-silvo-pastoris de Tipo II: correspondem a zonas com aptidão florestal e agrícola com vocação específica para o desenvolvimento da agricultura, da pastorícia, da caça e da pesca, ocupadas por povoamentos florestais diversos, espaços agrícolas e ocupação arbustivo-herbácea.

- **Espaços Florestais de Conservação e de Proteção:** correspondem a áreas com risco de erosão, com manchas de carvalhos com dimensão significativa e a ocupação florestal incluída na região do rio Sabor, integrando, ainda, as áreas excecionais do ponto de vista da conservação da natureza, bem como com elevada ou moderada sensibilidade ecológica, que englobam essencialmente rios e bosques ripícolas, matos e sardoais.

- **Espaços Naturais**

Espaços Naturais de Tipo I: integram os valores naturais e paisagísticos com significado e importância relevante do ponto de vista da conservação da natureza e que se caracterizam por um grau muito elevado de sensibilidade ecológica.

Espaços Naturais de Tipo II: são constituídos por matos baixos de elevada cobertura dominados por urzais e estevais que se caracterizam por um elevado grau de sensibilidade ecológica e por locais de interesse geológico.

- **Espaços de Exploração Mineira**

Áreas de Exploração Consolidadas: áreas onde ocorre atividade produtiva significativa e que correspondem às áreas concessionadas, licenciadas ou em vias de licenciamento, bem como àquelas onde atualmente predomina a exploração intensiva e que se pretendem licenciar face ao reconhecido interesse em termos da existência do recurso geológico e da sua importância no contexto da economia regional, tendo em vista o aproveitamento de recurso geológico dentro dos valores de qualidade ambiental.

Áreas de Exploração Complementares: áreas com recursos geológicos prioritários para progressão das áreas de exploração consolidada, adjacentes ou não.

Áreas de Recursos Geológicos Potenciais: áreas onde se verifica a existência de recursos geológicos cuja exploração é viável sempre que permitida na categoria de espaço abrangida.

SOLO URBANO

▪ Solos Urbanizados

Espaços Urbanizados de Tipo I, II, III, IV, V e VI: caracterizam-se pelo elevado nível de infraestruturização e concentração de edificações, destinando-se o solo predominantemente à construção. Correspondem a áreas centrais e outros espaços, relativamente homogêneos, onde se verifica uma concentração de edificações que pode ter ou não diversos espaços intersticiais, onde predominam as funções habitacionais, comerciais e de serviços mais significativos.

Espaços Urbanizados de Tipo I: localizam-se na cidade de Bragança e abrangem zonas urbanas consolidadas de maior densidade;

Espaços Urbanizados de Tipo II: localizam-se na cidade de Bragança e abrangem zonas urbanas consolidadas de baixa densidade;

Espaços Urbanizados de Tipo III: localizam-se na vila de Izeda e correspondem a situações de alguma densidade;

Espaços Urbanizados de Tipo IV: localizam-se nos aglomerados de Babe, Baçal, Coelho, França, Gimonde, Grijó de Parada, Nogueira/Couto, Outeiro, Parada, Paredes (Parada), Pinela, Quintanilha, Rabal, Rebordãos, Salsas, Santa Comba de Rossas, São Pedro de Sarracenos e Serapicos e correspondem a espaços de menor densidade do que os Espaços Urbanizados de Tipo III;

Espaços Urbanizados de Tipo V: localizam-se nos aglomerados de Alfaião, Aveleda, Calvelhe, Carragosa, Carrazedo, Castrelos, Castro de Avelãs, Deilão, Donai, Espinhosela, Failde, Formil (Gostei), Freixedelo (Grijó de Parada), Gondesende, Gostei, Macedo do Mato, Meixedo, Milhão, Mós, Oleiros (Gondesende), Paço (Mós), Paradinha (Outeiro), Paradinha Nova, Parâmio, Pombares, Quinta das Carvas (Santa Maria, Bragança), Quintela de Lapaças, Rebordainhos, Rio de Onor, Rio Frio, Sacóias (Baçal), Sanceriz (Macedo do Mato), São Julião, Sarzeda (Rebordãos), Sendas, Sortes, Vale de Nogueira (Salsas), Varge (Aveleda) e Zoio, onde se pretende a manutenção das características urbanas existentes;

Espaços Urbanizados de Tipo VI: localizam-se nos restantes aglomerados demarcados na Planta de Ordenamento e correspondem a pequenos aglomerados com densidades baixas.

Espaços de Equipamentos: correspondem a espaços onde são prestados serviços à população, nomeadamente no âmbito da saúde, da educação, da religião, da segurança social, de

prevenção e segurança e outros, onde são facultadas as condições para a prática de atividades desportivas e de recreio e lazer, e atividades culturais, podendo ainda contemplar estabelecimentos de restauração e bebidas de apoio, bem como locais de entretenimento complementares.

Espaços de Indústria: correspondem a espaços que contemplam ou podem vir a contemplar as atividades industriais e empresariais e outras funções complementares, designadamente armazenagem, logística, serviços e comércio.

▪ **Solos cuja Urbanização seja Possível Programar**

Espaços a Urbanizar de Tipo I, II, III, IV e V: constituídos pelas áreas que, não possuindo ainda as características dos Espaços Urbanizados, se prevê que as venham a adquirir.

Espaços a Urbanizar de Tipo I: localizam-se na cidade de Bragança e estão associados a situações de expansão, onde se pretende uma maior densidade e volumetria;

Espaços a Urbanizar de Tipo II: localizam-se na cidade de Bragança e estão associados a situações de expansão, onde se pretende uma densidade e volumetria médias;

Espaços a Urbanizar de Tipo III: localizam-se na vila de Izeda e estão associados a situações de expansão, onde se pretende uma densidade e volumetrias médias, mais baixas que as dos Espaços de Tipo II;

Espaços a Urbanizar de Tipo IV: localizam-se na cidade de Bragança e nos aglomerados de Gimonde, Parada, Rebordãos, São Pedro de Sarracenos e Santa Comba de Rossas e estão associados a situações de expansão, onde se pretende uma densidade e volumetria mais baixas que as dos Espaços de Tipo III;

Espaços a Urbanizar de Tipo V: localizam-se nos aglomerados de Quinta das Carvas (Santa Maria, Bragança), Rio Frio e Sarzeda (Rebordãos) e estão associados a situações de expansão, onde se pretende uma densidade e volumetria baixas.

Espaços para Equipamentos: correspondem a espaços destinados à prestação de serviços à população, nomeadamente no âmbito da saúde, da educação, da religião, da segurança social, da prevenção e segurança e outros, onde são facultadas as condições para a prática de atividades desportivas e de recreio e lazer, de atividades culturais, podendo ainda contemplar estabelecimentos de restauração e bebidas de apoio, bem como locais de entretenimento complementares.

Espaços para Indústria: espaços que se destinam a estabelecimentos industriais e empresariais e outras funções complementares, designadamente armazenagem, logística, serviços e comércio.

- **Solos afetos à Estrutura Ecológica Urbana:** destinam-se a assegurar o funcionamento dos sistemas biológicos, controlo de escoamentos hídricos e conforto bioclimático, e a promover a melhoria das condições ambientais e a qualidade do espaço urbano. Correspondem a:

Espaços naturais com funções relevantes ao nível do funcionamento dos sistemas ecológicos, identificados ou não na Reserva Agrícola Ecológica (REN), e correspondem a áreas declivosas, áreas atravessadas por linhas de água ou linhas de drenagem natural, zonas húmidas, entre outros;

Espaços públicos ou privados, construídos ou naturais, equipados ou não, que contribuem ou se prevê que venham a adquirir características que concorrem para a melhoria do ambiente urbano e da qualidade de vida das populações como jardins públicos, largos arborizados ou ajardinados, manchas relevantes de espécies florestais, áreas com interesse biofísico ou paisagístico e outros.

Identificadas as classes de uso e ocupação do solo consagradas no PDM, bem como as respetivas categorias/subcategorias, interessa agora analisar a respetiva incidência territorial, que se apresenta na Tabela 4.

A leitura da Tabela 4 permite constatar, no modelo de ordenamento municipal, o evidente domínio das áreas integradas no Solo Rural (96,7%), distribuindo-se, maioritariamente, em Espaços Agro-silvo-pastoris (47,9%) — sobretudo de Tipo II — e em Espaços Florestais de Conservação e de Proteção (40,9%). Os Espaços Naturais correspondem a 4,8% do total do território, os Espaços Agrícolas a 2,9% e os Espaços de Exploração Mineira a apenas 0,2%.

Por sua vez, as Áreas de Recursos Geológicos Potenciais, sobrepondo-se às restantes categorias/subcategorias de espaço, englobam cerca de um terço do território do concelho, perfazendo um total de 37.084,9 hectares distribuídos da seguinte forma:

SOLO RURAL	36.431,0 ha	98,3%
Espaços Agrícolas	860,4 ha	2,3%
Espaços Agro-silvo-pastoris	17.065,8 ha	46,1%
Espaços Florestais de Conservação e de Proteção	16.891,0 ha	45,6%
Espaços Naturais	1.518,8 ha	4,1%
Espaços de Exploração Mineira	95,0 ha	0,3%
SOLO URBANO	620,9 ha	1,7%
Solos Urbanizados	535,4 ha	1,4%
Solos cuja Urbanização seja Possível Programar	57,9 ha	0,2%
Solos afetos à Estrutura Ecológica Urbana	27,6 ha	0,1%

Por sua vez, o Solo Urbano corresponde a apenas 3,3% do território, distribuindo-se pelos Solos Urbanizados (2,2%), os Solos cuja Urbanização seja Possível Programar (0,6%) e os Solos afetos à Estrutura Ecológica Urbana (0,4%).

Tabela 4. Classes de espaço consideradas no PDM de Bragança
(Fonte: PDMB, 2010)

CLASSES DE ESPAÇO	ÁREA (hectares)	%
SOLO RURAL	113.372,0	96,7
Espaços Agrícolas	3.438,1	2,9
Espaços Agro-silvo-pastoris	56.150,4	47,9
Espaços Agro-silvo-pastoris de Tipo I	17.061,5	14,66
Espaços Agro-silvo-pastoris de Tipo II	39.088,9	33,35
Espaços Florestais de Conservação e de Proteção	47.900,4	40,9
Espaços Naturais	5.661,2	4,8
Espaços Naturais de Tipo I	3.676,4	3,14
Espaços Naturais de Tipo II	1.984,8	1,69
Espaços de Exploração Mineira	221,9	0,2
Áreas de Exploração Consolidadas	147,7	0,13
Áreas de Exploração Complementares	74,2	0,06
Áreas de Recursos Geológicos Potenciais*	37.084,9*	31,6*
SOLO URBANO	3.848,3	3,3
Solos Urbanizados	2.617,7	2,2
Espaços Urbanizados de Tipo I	384,8	0,33
Espaços Urbanizados de Tipo II	32,1	0,03
Espaços Urbanizados de Tipo III	53,3	0,05
Espaços Urbanizados de Tipo IV	652,9	0,56
Espaços Urbanizados de Tipo V	635,3	0,54
Espaços Urbanizados de Tipo VI	554,1	0,47
Espaços de Equipamentos	158,2	0,13
Espaços de Indústria	147,0	0,13
Solos cuja Urbanização seja Possível Programar	717,0	0,6
Espaços a Urbanizar de Tipo I	2,3	0,00
Espaços a Urbanizar de Tipo II	49,4	0,04
Espaços a Urbanizar de Tipo III	12,0	0,01
Espaços a Urbanizar de Tipo IV	306,2	0,26
Espaços a Urbanizar de Tipo V	26,3	0,02
Espaços para Equipamentos	134,6	0,11
Espaços para Indústria	186,2	0,16
Solos afetos à Estrutura Ecológica Urbana	513,6	0,4
TOTAL	117.220,3	

Nota: * As Áreas de Recursos Geológicos Potenciais sobrepõem-se às restantes categorias e subcategorias de espaço delimitadas na Planta de Ordenamento, pelo que os valores indicados correspondem aos totais desta subcategoria.

Para além das categorias e subcategorias do Solo Rural e do Solo Urbano, a Planta de Ordenamento do PDM de Bragança identifica, ainda, a Rede Viária, as Outras Infraestruturas, os Valores Culturais e Naturais, as Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) e as Zonas Inundáveis, impondo restrições adicionais ao regime de uso, ocupação e transformação do solo.

PLANTA DE CONDICIONANTES

A Planta de Condicionantes identifica as servidões administrativas e outras restrições de utilidade pública que constituem limitações ou impedimentos ao uso do solo, surgindo definidas no Regulamento do PDM (concretamente no Capítulo II, artigos 6.º e 7.º).

A Planta de Condicionantes do PDM de Bragança encontra-se desdobrada em quatro cartas, identificadas na Figura 4, onde surgem representadas as diversas condicionantes, designadamente as seguintes:

- **Recursos Agrícolas e Florestais**

- **Reserva Agrícola Nacional (RAN)**

- **Obras de Aproveitamento Hidroagrícola**

- **Regime Florestal**

- **Árvores e Arvoredo de Interesse Público**

- **Recursos Ecológicos**

- **Reserva Ecológica Nacional (REN)**

- Zonas ribeirinhas, águas interiores e áreas de infiltração máxima ou de apanhamento
 - Zonas declivosas

- **Áreas Protegidas**

- **Rede Natura 2000**

- Sítios de Importância Comunitária
 - Zonas de Proteção Especial

- **Outras Condicionantes**

- **Recursos Naturais**

- Recursos Hídricos

- Domínio Público Hídrico

- Albufeiras de Águas Públicas

- Captações de Águas Subterrâneas para Abastecimento Público

- Recursos Geológicos

- Águas de Nascente

- Águas Minerais Naturais

- Pedreiras

- Concessões Mineiras

Equipamentos

Estabelecimentos Prisionais e Tutelares de Menores
Instalações Aduaneiras
Defesa Nacional

Património Edificado e Arqueológico

Imóveis Classificados
Imóveis em Vias de Classificação
Edifícios Públicos e Outras Construções de Interesse Público

Infraestruturas

Abastecimento de Água
Drenagem de Águas Residuais
Rede Elétrica
Rede Rodoviária Nacional e Estradas Regionais
Estradas Nacionais Desclassificadas
Estradas e Caminhos Municipais
Rede Ferroviária
Aeroportos e Aeródromos
Telecomunicações
Marcos Geodésicos

Atividades Perigosas

Estabelecimentos com Produtos Explosivos
Estabelecimentos com Substâncias Perigosas

▪ Povoamentos Florestais percorridos por Incêndios e Áreas de Risco Elevado e Muito Elevado de Incêndio

Povoamentos Florestais Percorridos por Incêndios

Áreas de Risco de Incêndio

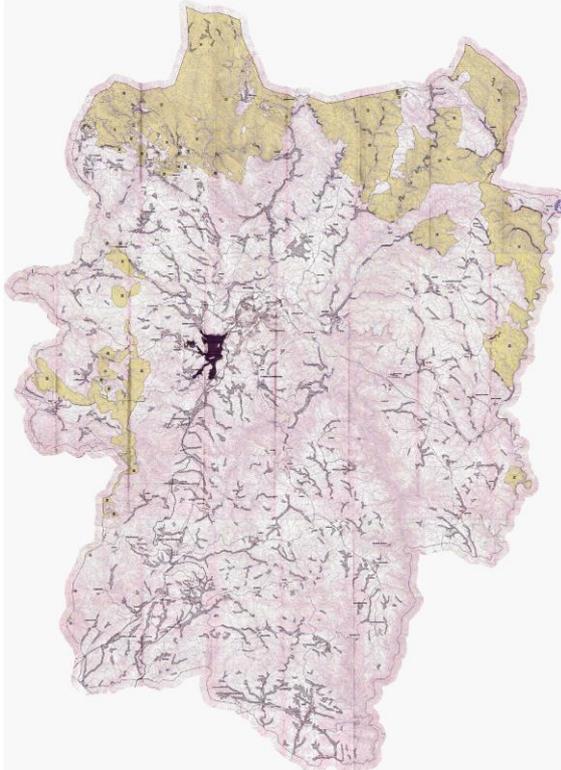
Elevado
Muito Elevado

Finalmente, na Tabela 5 encontra-se discriminada a percentagem de solo afeto aos regimes legais da RAN e REN no concelho de Bragança.

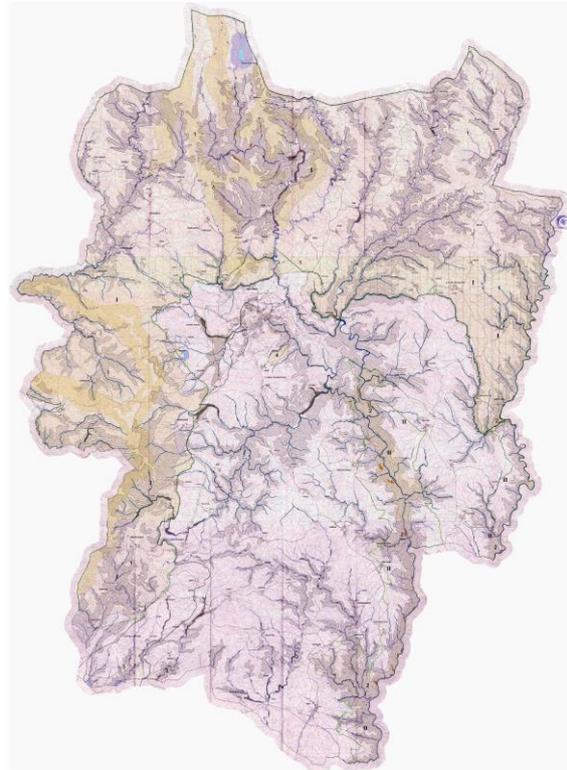
Tabela 5. Solo ocupado pela RAN e REN
(Fonte: PDMB, 2010)

CATEGORIAS DE ESPAÇO	ÁREA (Hectares)	% do Concelho
RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL (RAN)	6.421,5	5,5
RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL (REN)	44.669,3	38,1
	51.090,8	43,6

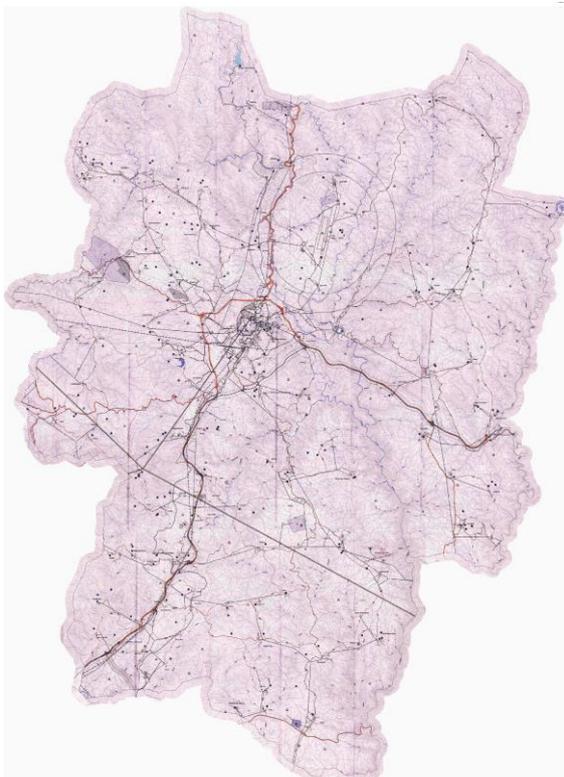
Recursos Agrícolas e Florestais



Recursos Geológicos



Outras Condicionantes



Povoamentos Florestais percorridos por Incêndios e Áreas de Risco Elevado e Muito Elevado de Incêndio

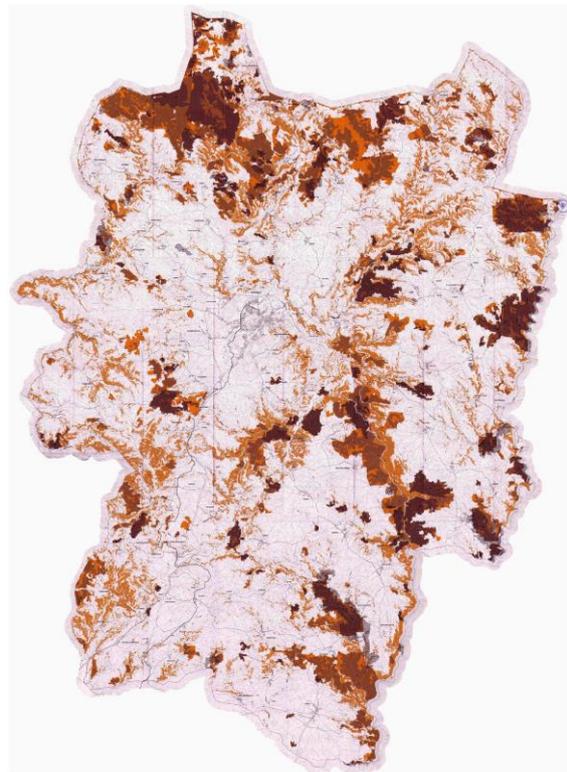


Figura 4. Planta de Condicionantes do PDM de Bragança (2010)
(Fonte: SNIT, DGT)

2.1.2. ESTRATÉGIA

A 1.ª Revisão do PDM de Bragança assumiu como principais objetivos:

- Especificar um modelo estratégico de atuação que estabeleça ações distintas para a promoção de um desenvolvimento equilibrado do concelho, tendo em atenção a sua diversidade territorial e as mudanças operadas;
- Proceder à articulação do PDM com os Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) hierarquicamente superiores que abrangem o concelho, nomeadamente o Plano Setorial da Rede Natura 2000, o Plano da Bacia Hidrográfica do Douro, o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Nordeste e o Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho;
- Agilizar a gestão do PDM e proceder à sua articulação com outros planos em vigor ou em elaboração, nomeadamente o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e o Plano Municipal de Emergência, entre outros;
- Ajustar o PDM à realidade do concelho, através da correção de situações desadequadas, bem como à legislação em vigor, nomeadamente adaptar o Plano à legislação ambiental, Às zonas inundáveis, à avaliação estratégica ambiental, etc.;
- Enquadrar a ocupação urbana em espaço rural e ajustar os perímetros urbanos em função do crescimento verificado e previsto, numa ótica de contenção, procurando limitar o crescimento, à custa do preenchimento de áreas intersticiais;
- Rever os princípios e regras de preservação do património cultural e promover a proteção e valorização dos núcleos históricos, procurando assegurar a defesa do património edificado do concelho;
- Repensar a estratégia de ordenamento florestal do concelho, apostando na sua diversificação, condicionando a ocupação urbana em áreas rurais e isoladas e regulamentando de forma conveniente as ocupações e utilizações possíveis em espaço florestal;
- Rever os princípios e regras de proteção do património natural, através da adequação das restrições impostas a intervenções em áreas rurais, por forma a preservar o ambiente e o património paisagístico do concelho;
- Definir e disponibilizar um quadro normativo e um programa de investimentos públicos municipais e estatais, adequados ao desenvolvimento do concelho;
- Proceder à reestruturação da Rede Viária (PRN 2000) e considerar o traçado de novas infraestruturas viárias na definição de uma proposta de ordenamento;

- Estabelecer um ordenamento adequado e equilibrado que seja articulado com os concelhos vizinhos, evitando descontinuidades territoriais.

Tendo presente os objetivos elencados anteriormente, a estratégia preconizada pelo PDM de Bragança, alicerçada em quatro domínios fundamentais — demografia, economia, relações internacionais e inovação e território —, assenta na definição de três Linhas Estratégicas de Desenvolvimento (LED), designadamente:

- **LED A | Reforçar a imagem da cidade de Bragança** como espaço de inovação, polo regional, elo de ligação internacional, centro de serviços de apoio às empresas e centro comercial e cultural;
- **LED B | Consolidar a oferta de equipamentos e infraestruturas e qualificação dos espaços públicos** nas áreas rurais, garantindo não só uma maior competitividade destas na atração de áreas habitacionais como reforçando a coesão social;
- **LED C | Valorizar economicamente os produtos tradicionais e os recursos do património** natural, cultural e paisagístico, dinamizando a exploração de potencialidades endógenas.

2.1.3. PROGRAMA DE EXECUÇÃO

O Programa de Execução do PDM em vigor encontra-se subdividido em cinco grandes grupos de intervenção, agregando as ações previstas para o horizonte temporal do Plano (10 anos):

- Equipamentos e Habitação Social;
- Estrutura Ecológica;
- Rede Viária;
- Infraestruturas Urbanas;
- Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG).

Cada um destes grupos é constituído por um conjunto de propostas, onde se incluem vários projetos estratégicos, a concretizar de acordo com três níveis de prioridade, que materializam os grandes objetivos do Plano, como sejam o correto ordenamento das infraestruturas, a preservação de elementos naturais e o equilíbrio biofísico, bem como o enquadramento e a valorização das potencialidades existentes.

A Tabela 6 sistematiza as propostas de ação definidas pelo PDM em vigor, organizadas de acordo com os cinco grandes grupos de intervenção, identificando a negrito as consideradas como prioritárias no Programa de Investimentos do Plano.

Tabela 6. Propostas de intervenção definidas pelo PDM de Bragança (2010)
(Fonte: Relatório do PDM de Bragança, 2010)

GRUPOS DE INTERVENÇÃO	PROPOSTAS
EQUIPAMENTOS E HABITAÇÃO SOCIAL	<p><u>Equipamentos Educativos (cumprimento da Carta Educativa)*:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Construção de EB1/JI na EB2,3 Augusto Moreno (Bragança); ▪ Construção de EB1/JI na EB2,3 Paulo Quintela (Bragança); ▪ Requalificação de estabelecimentos do 1.º ciclo e educação pré-escolar em várias freguesias do concelho e constituição de 11 Centros Escolares: <ul style="list-style-type: none"> • Baçal (Núcleo EB1); • Coelhoso (Núcleo EB1); • Espinhosela (Núcleo EB1); • Izeda (Núcleo EI); • Parada (Núcleo EI+EB1); • Quintanilha (Núcleo EI+EB1); • Rebordãos (Núcleo EI+EB1); • Salsas (Núcleo EI+EB1); • Samil (Núcleo EI+EB1); • Santa Comba de Rossas (Núcleo EI+EB1); • Zoio (Núcleo EB1). ▪ Integração de EB1 na EB2,3 de Izeda: <p>Nota: * Projetos com o apoio financiamento do QREN.</p> <p><u>Equipamentos de Solidariedade e Segurança Social:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação, até 2016, de um total de 160 vagas na valência creche ou creche familiar, sobretudo na cidade de Bragança (Sé), e incremento das creches familiares em sete nucleações rurais: Baçal, Espinhosela, Rebordãos, Quintanilha, Parada, Santa Comba de Rossas e Izeda; ▪ Criação de um total de 282 vagas em equipamentos de assistência a idosos (sem identificar locais nem definir possíveis tipologias), tendo em consideração os seguintes aspetos: <ul style="list-style-type: none"> • Ajustar a oferta à procura; • Valorizar o Apoio Domiciliário e, sobretudo, o Apoio Domiciliário Integrado; • Apostar no recurso ao Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (PCHI); • Ampliar a valência “Lar”; • Alargar as valências a serviços mais inovadores, nomeadamente a Centros de Noite ou outros. <p><u>Equipamentos de Saúde:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Substituição de três Extensões de Saúde: Fontes Transbaceiro (Parâmio), Paredes (Parada) e Sortes;

GRUPOS DE INTERVENÇÃO	PROPOSTAS
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ampliação do Hospital Distrital (Bragança); ▪ Construção de um Centro de Saúde em Santa Maria (Bragança); ▪ Criação de uma Unidade Móvel de Saúde, encarada como um meio complementar ao apoio domiciliário; ▪ Criação de uma nova farmácia na Sé (Bragança), a acrescer às sete existentes; ▪ Instalação de Postos Farmacêuticos Móveis em seis núcleos urbanos: Baçal, Espinhosela, Parada, Quintanilha, Rebordãos e Santa Maria de Rossas. <p><u>Equipamentos Desportivos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Construção de Multiusos: ampliação das infraestruturas desportivas com a construção de um equipamento multifuncional (cidade de Bragança)*; ▪ Construção do Complexo Recreativo Municipal em São Pedro de Sarracenos, integrando diversas valências desportivas, rede viária, sistema de circulação, estacionamento e arranjo de espaços exteriores; <p>Nota: * Projeto com o apoio financeiro do QREN.</p> <p><u>Equipamentos Culturais e Recreativos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ampliação e diversificação da oferta existente; ▪ Rentabilização dos equipamentos existentes (Teatro Municipal, entre outros); ▪ Apoio às iniciativas das várias associações culturais e recreativas existentes. <p><u>Habituação:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Supressão das carências habitacionais existentes através do desenvolvimento de um projeto de construção de 28 habitações unifamiliares integradas em espaço urbano requalificado*; ▪ Produção de habitação através de um modelo diversificado de promoção; ▪ Aposta preferencial na vertente da reabilitação urbana <i>versus</i> construção de fogos novos; ▪ Criação de áreas habitacionais qualificadas, privilegiando as zonas rurais de habitação dispersa; ▪ Manutenção de uma reserva de fogos vagos; ▪ Implementação da Rede Social e do Plano de Desenvolvimento Social. <p>Nota: * Projeto com o apoio financeiro do QREN.</p>
<p>ESTRUTURA ECOLÓGICA URBANA</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementação de uma rede ciclável no concelho; ▪ Requalificação das zonas verdes existentes; ▪ Implementação da Zona Verde da Quinta do Campelo*; ▪ Implementação do Parque Urbano do Monte de São Bartolomeu*; ▪ PORTA NORTE - Parque de Lazer e de Recreio na Quinta da Trajinha**. <p>Nota: * Propostas inseridas no Plano de Urbanização de Bragança; ** Projeto com o apoio financeiro de Parcerias Público Privadas (PPP).</p>

GRUPOS DE INTERVENÇÃO	PROPOSTAS
<p>REDE VIÁRIA</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Construção da Circular Interior de Bragança: ligação da zona nascente de Bragança com a zona sul, contornando a cidade por poente, criando uma via estruturante; ▪ Acesso Poente 2ª Fase: construção do acesso de ligação a poente da cidade, dando continuidade ao eixo nascente/poente que estruturará a ligação do centro da cidade para a saída poente; ▪ Conservação e beneficiação, através de ações de iniciativa intermunicipal, das acessibilidades às sedes de concelho mais próximas; ▪ Pavimentação/Construção de novos troços: <ul style="list-style-type: none"> • Ligação França - Aveleda (Via T); • Ligação Pinela - Vila Boa; • Ligação Donai - Vila Nova; • Ligação Zeive (Fontes Transbaceiro) - fronteira (Via U); • Ligação do CM 1039 (Petisqueira) à fronteira (Via D); • CR Quintela de Lapaças - Vila Franca (Via P); • CR Valverde - Pinela (Via N); • CR Zoio - Refoios (Via I); • CM 1054-1, Serapicos - Carçãozinho; • CR Carrazedo - ER206 (Via H); • CR Fermentãos – Salsas - Moredo (Via E); • CR Oleiros - Portela (Via E); • CR Gondesende - Via E (Via F). ▪ Pavimentação/Beneficiação de troços existentes: <ul style="list-style-type: none"> • EM518, Campo Redondo - Gostei - Formil; • EM521, antiga EN217 - limite do perímetro urbano de São Pedro de Sarracenos; • EM524, entrada de Grijó de Parada; • EM526, antiga EN15 - Rebordãos; • EM528, antiga EN15 - Pombares; • EM540, acesso a Calvelhe; • EM540, Coelhooso - Paradinha Nova; • EM527, Santa Comba de Rossas - Rebordainhos; • EM528, Sortes - Lanção; • CM1027, acesso a Maçãs; • CM1041, entre ER206 - Martim - Refoios; • CM1042, Gostei - Castanheira; • CM1047, antiga EN218 - Refega; • CM1048, acesso a Veigas; • CM1197, Alfaião - Santuário da Senhora da Veiga; • Acesso de Rio Frio à ER218; • Acesso a São Julião de Palácios.

GRUPOS DE INTERVENÇÃO	PROPOSTAS
<p>INFRAESTRUTURAS URBANAS</p>	<p><u>Abastecimento de Água:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Construção da Barragem de Veiguiñas, do sistema de abastecimento a ela associado e das novas infraestruturas (adutoras, reservatórios e estação elevatória), correspondente à 6.ª Fase do projeto de Aproveitamentos Múltiplos do Alto Sabor*; ▪ Proteção dos aquíferos subterrâneos; ▪ Redução ou eliminação de descargas de efluentes domésticos, industriais e agropecuários não tratados, nos cursos de água; ▪ Prevenção da poluição de águas subterrâneas por nitratos; ▪ Melhoria de alguns sistemas de abastecimento de água, principalmente os mais antigos; ▪ Construção ou remodelação de infraestruturas nos aglomerados com carências a esse nível; ▪ Diminuição das perdas de água existentes na atual rede de abastecimento; ▪ Garantia de absorção das necessidades da população prevista para o horizonte do Plano pelas infraestruturas existentes e os investimentos previstos. <p>Nota: * Projeto com o apoio financeiro da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro (ATMAD).</p> <p><u>Drenagem e Tratamento de Águas Residuais:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ampliação das redes existentes; ▪ Tratamento dos efluentes antes do seu lançamento para o meio recetor; ▪ Ampliação do serviço a aglomerados de pequena dimensão através de sistemas autónomos dotados de ETAR compactas; ▪ Implementação de sistemas diferenciados de drenagem e tratamento de águas pluviais, caso se justifique. <p><u>Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Expansão da rede de contentores, sempre que necessário. <p><u>Outras infraestruturas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Aeroporto Regional: ampliação do aeródromo municipal, alongando a pista existente de 1.700 metros para os 2.300 metros, com construção de novo terminal, placa de estacionamento para aeronaves e zona logística de apoio*; ▪ Aproveitamento do potencial eólico do concelho: instalação de parques eólicos nas serras de Nogueira e Montesinho**. <p>Nota: * Projeto com o apoio financeiro do QREN; ** Projeto com o apoio financeiro de Privados.</p>

GRUPOS DE INTERVENÇÃO	PROPOSTAS
<p>UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO</p>	<p><u>Delimitação de 27 UOPG:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ U1 - Tecnoparque Eco-Energético de Bragança*¹; ▪ U2 - Zona Industrial de Mós/Sortes (Sortes)*²; ▪ U3 - Aldeia de Montesinho (França)³; ▪ U4 - Aldeia de Rio de Onor³; ▪ U5 - Aldeia de Gimonde³; ▪ U6 - Aldeia de França³; ▪ U7 - Aldeia de Lanção e envolvente ao aglomerado (Sortes)³; ▪ U8 - Envolvente à Ribeira de Aveleda³; ▪ U9 - Envolvente ao Rio Igrejas, em Varge (Aveleda)³; ▪ U10 - Rio Maçãs, em Quintanilha⁴; ▪ U11 - Moinho da Ponte (Izeda)⁴; ▪ U12 - Rio Maçãs, em Petisqueira (Deilão)⁴; ▪ U13 - Praia Fluvial de Gimonde⁴; ▪ U14 - Praia Fluvial de Santa Comba de Rossas⁴; ▪ U15 - Monte de São Bartolomeu (Bragança)⁴; ▪ U16 - Castelo de Outeiro⁴; ▪ U17 - Complexo Recreativo Municipal, em São Pedro de Sarracenos*⁴; ▪ U18 - Parque de Campismo, em Rio de Onor⁴; ▪ U19 - Parque de Campismo Cepo Verde (Gondesende)⁴; ▪ U20 - Parque de Campismo do Sabor (Meixedo)⁴; ▪ U21 - Hotel Rural e Estância Termal – Banhos de Alfaião⁴; ▪ U22 - Vila Boa de Arufe (Rebordainhos)⁴; ▪ U23 - Minas de Portelo e França (França)⁴; ▪ U24 - Senhora da Veiga (Alfaião)⁵; ▪ U25 - Minas da Ribeira (Coelhoso)*⁴; ▪ U26 - Plataforma Logística 1 (Baçal)*²; ▪ U27 - Plataforma Logística 2 (Bragança)*². <p>Nota 1: * UOPG a promover e financiar pelo Município. A U1 tem, ainda, o apoio financeiro dos Particulares e as U26 e U27 de Parcerias Público Privadas (PPP).</p> <p>Nota 2: Instrumentos de Planeamento:</p> <ol style="list-style-type: none"> (1) Plano de Pormenor; (2) Plano de Pormenor, Operação de Loteamento ou Unidade de Execução; (3) Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana (Plano de Pormenor na modalidade específica) ou Unidade de Execução; (4) Plano de Intervenção em Espaço Rural (Plano de Pormenor na modalidade específica) ou Unidade de Execução; (5) Unidade de Execução.

2.2. OUTROS PLANOS TERRITORIAIS DE ÂMBITO MUNICIPAL

Procede-se, de seguida, à apresentação dos dois planos territoriais, de nível inferior ao PDM, em vigor no concelho de Bragança:

- a) Plano de Urbanização (PU) de Bragança;
- b) Plano de Pormenor para a Zona História de Bragança I (PPZHB I).

2.2.1. PLANO DE URBANIZAÇÃO DE BRAGANÇA

Tendo como macro objetivo garantir a exequibilidade da estratégia de desenvolvimento do Município através de um correto ordenamento, o PU de Bragança, publicado através do Aviso n.º 4407/2009, de 25 de fevereiro, engloba o aglomerado urbano constituído pelo núcleo da cidade de Bragança, alterando o perímetro urbano definido na 1.ª publicação do PDM (1995).

Os **objetivos fundamentais de desenvolvimento** preconizados pelo PU para a área de intervenção são os seguintes:

- Repensar o espaço urbano, visando a manutenção, colmatação, requalificação e expansão do parque edificado, no sentido de dar resposta à desejada qualificação da área de intervenção;
- Definir vias rodoviárias estruturantes do novo espaço urbano, de modo a criar alternativas às infraestruturas existentes, e aliviá-las da sobrecarga verificada no centro da cidade;
- Promover a atração e a fixação de jovens, tendo em vista o atenuar do envelhecimento concelhio, mas também a criação de condições humanas para o desenvolvimento da atividade económica;
- Dinamizar o aproveitamento de potencialidades endógenas da área de intervenção e, de modo complementar, da área envolvente, designadamente ao nível dos recursos turísticos e dos recursos ligados ao setor primário (caça, agropecuária, floresta);
- Diversificar e qualificar o tecido empresarial, quer pelo apoio e motivação de iniciativas locais, quer pela atração de investimento exógeno;
- Reforçar a imagem de Bragança como importante polo regional, centro de serviços de apoio às empresas e polo comercial.

Concorrendo para a concretização daqueles objetivos, encontram-se igualmente definidos **objetivos específicos de ordenamento**, apoiados em ações programáticas, que passam, entre outros aspetos, pela racionalização e programação do crescimento urbano, pela definição de uma estrutura verde

adequada, pela preservação e proteção do património cultural, pela melhoria da rede viária, pela diversificação das atividades económicas e pelo desenvolvimento do setor turístico.

Concretizando a proposta de ordenamento e gestão do território, a Planta de Zonamento do PU (Figura 5) identifica, à escala 1:5.000, as categorias e subcategorias de uso do Solo Urbano que se identificam na Tabela 7.

Tabela 7. Categorias e subcategorias de uso do Solo Urbano definidas no PU de Bragança (2009)
(Fonte: Regulamento do PU de Bragança, 2009)

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
Solo Urbanizado	Zona Consolidada Zona de Preenchimento Zona a Reestruturar Zona de Equipamento Zona Comercial/Oficinal e Armazéns Zona Industrial
Solo de Urbanização Programada	Zona para Equipamento Zona de Expansão Industrial Zona para Parque de Ciência e Tecnologia
Solo afeto à Estrutura Ecológica Urbana	Zona Verde Equipada Zona Verde de Enquadramento Zona Verde de Proteção Zona Destinada a Parque Urbano

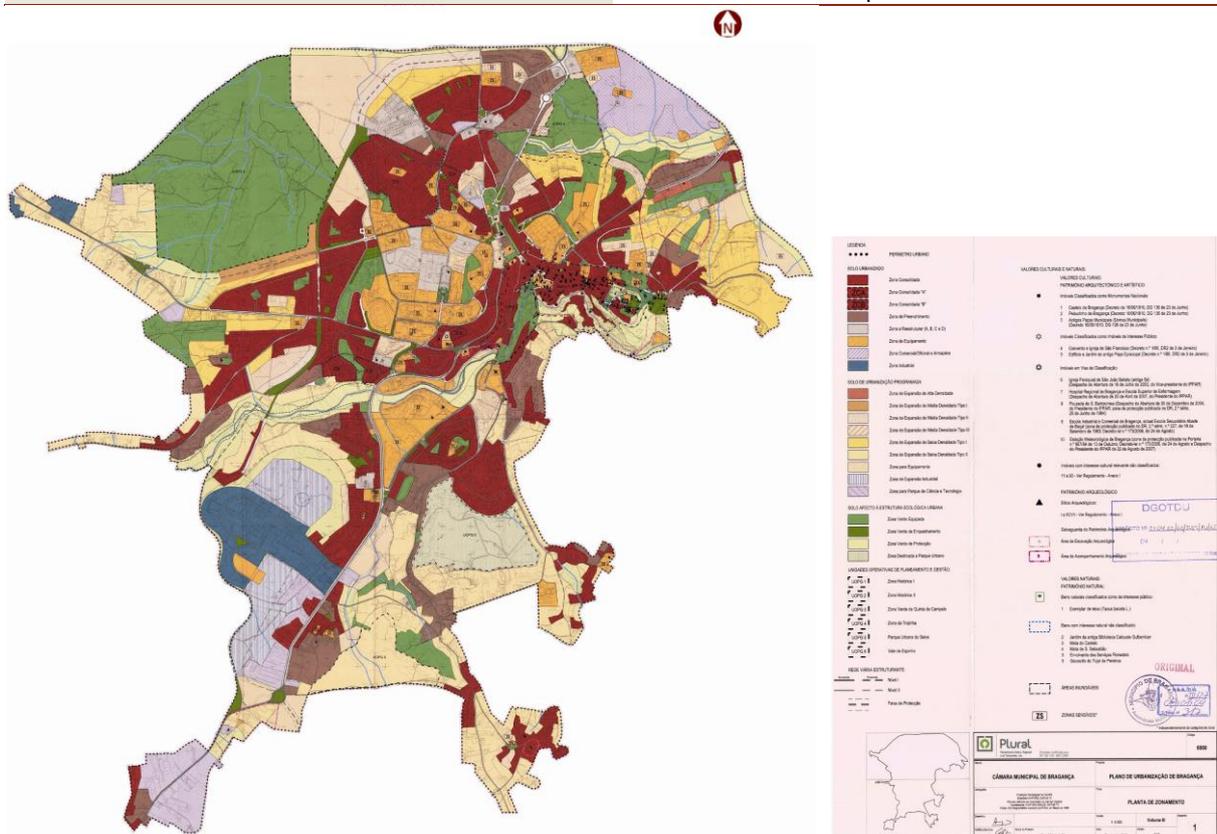


Figura 5. Planta de Zonamento do PU de Bragança (2009)
(Fonte: SNIT, DGT)

O PU de Bragança identifica, ainda, seis áreas correspondentes a UOPG, delimitadas na Planta de Zonamento, com a seguinte programação:

- **UOPG 1 - Zona Histórica I** — com Plano de Pormenor em vigor, aprovado em 2007;
- **UOPG 2 - Zona Histórica II** — elaboração de Plano de Pormenor;
- **UOPG 3 - Zona Verde da Quinta de Campelo** — elaboração de Plano de Pormenor;
- **UOPG 4 - Zona da Trajinha** — elaboração de uma Operação de Loteamento Municipal;
- **UOPG 5 - Parque Urbano do Seixo** — elaboração de Plano de Pormenor;
- **UOPG 6 - Vale de Espinho** — elaboração de Plano de Pormenor.

Finalmente, abrangendo cinco tipologias de áreas de intervenção, as **ações propostas** pelo PU abrangem as iniciativas identificadas na Tabela 8.

Tabela 8. Ações propostas no âmbito do PU de Bragança (2009)
(Fonte: Relatório do PU de Bragança, 2008)

ÁREAS DE INTERVENÇÃO / AÇÕES PROPOSTAS	INVESTIMENTO (€)
Acessibilidades e Transportes	1.270.000,00
Arranjos de pavimentação	270.000,00
Ampliação da pista do aeródromo	1.000.000,00
Via Circular Interna*	-
Reconversão Urbana	21.460.000,00
Programa de Recuperação de Edifícios no Centro Histórico	460.000,00
Zona do Forte de São João de Deus	13.000.000,00
Edifício Sede da Câmara Municipal	8.000.000,00
Saúde	3.000.000,00
Centro de Saúde de Santa Maria - Bragança II**	3.000.000,00
Cultura, lazer e espaços verdes	5.923.731,47
Centro de Arte Contemporânea	3.500.000,00
Museu da Máscara e do Traje	250.000,00
Arranjos exteriores na zona envolvente da Sé Catedral	2.173.731,47
Parque de lazer e de recreio da Quinta da Trajinha*	-
Infraestruturas Urbanas	1.977.500,00
Ampliação da ETAR da Cidade***	1.900.000,00
Ampliação da rede de água - Samil e Cabeça Boa	77.500,00
TOTAL	33.631.231,47

Notas: * Projetos em fase de execução à data, sem estimativa orçamental; ** Obra participada pelo Ministério da Saúde; *** Obra da responsabilidade da empresa multimunicipal Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro.

2.2.2. PLANO DE PORMENOR PARA A ZONA HISTÓRICA DE BRAGANÇA I

O PP para a Zona Histórica de Bragança I (PPZHB I), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 99/2007, de 26 de julho, compreende a cidadela de Bragança e o espaço envolvente, bem como o tecido histórico que se estende até à Praça da Sé e o corredor do rio Fervença. A sua delimitação, representada, à escala 1:1.000, na Planta de Implantação do PP (Figura 6) é coincidente com a **UOPG 1 - Zona Histórica I** identificada no PU de Bragança.

O PPZHB I tem como **objetivos**:

- Estabelecer um conjunto de diretrizes e medidas regulamentares de suporte à gestão eficiente e coordenada da sua área de intervenção;
- Propor um conjunto de ações que deverão ser desencadeadas pelas instituições competentes ao nível dos espaços públicos e património edificado de exceção, introduzindo uma dinâmica de reabilitação extensível à generalidade das edificações.

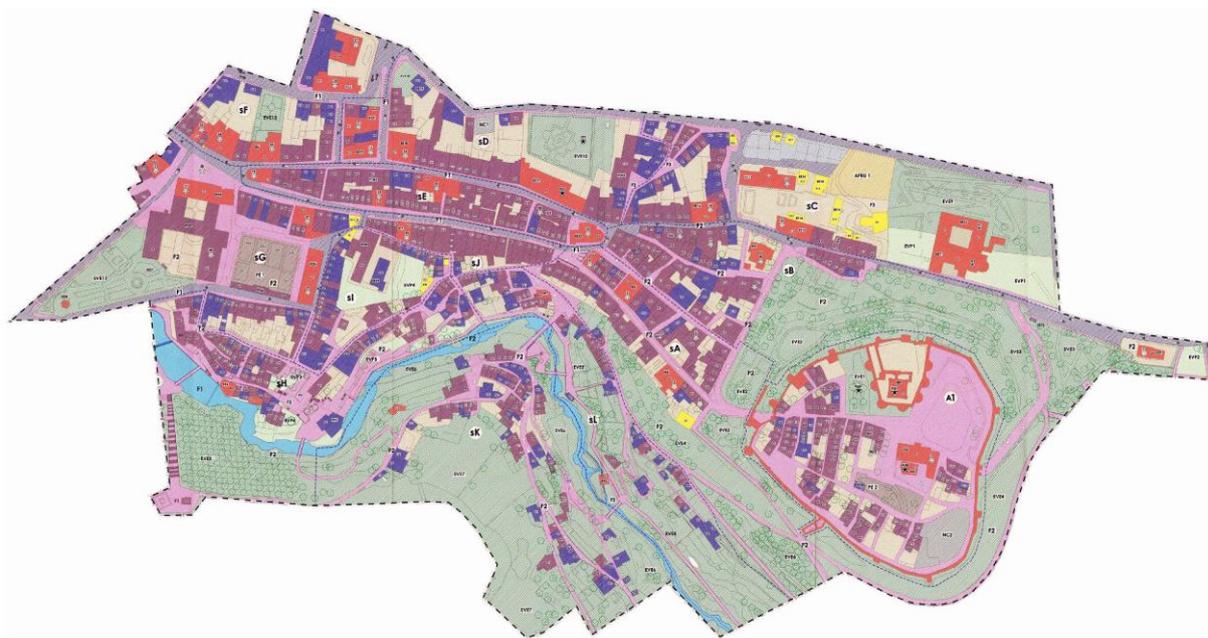


Figura 6. Planta de Implantação do PP para a Zona Histórica de Bragança I (2007)
(Fonte: SNIT, DGT)

O PPZHB I encontra-se estruturado em três áreas diferenciadas (e correspondentes setores), delimitadas de acordo com variações de caráter histórico, arquitetónico e urbanístico, designadas por:

- **Área I** - cidadela;
- **Área II** - setores sA, sB, sC, sD, sE, sF, sG, sI e sJ;
- **Área III** - setores sH, sK e sL.

A implementação do PP, com execução prevista em três fases, assenta em diversas **propostas de intervenção** que incluem ações específicas dirigidas ao edificado (onde se encontram previstos quatro graus de intervenção permitidos), ao espaço público e às infraestruturas, designadamente:

- 14 imóveis com potencial para instalação de equipamentos;
- 34 imóveis de interesse patrimonial a classificar.
- 13 áreas verdes a manter e seis a propor;
- Espaços para nova construção/requalificação;
- Espaços de circulação automóvel e pedonal/condicionada;
- Sentidos de tráfego associados a três níveis de intensidade;
- Estacionamento de superfície e em parque.

A Tabela 9 discrimina as propostas relativas aos imóveis com potencial para instalação de equipamentos, ao património a classificar e às áreas verdes.

Tabela 9. Propostas de intervenção no âmbito do PP para a Zona Histórica de Bragança I (2007)
(Fonte: Regulamento do PPZH I, 2007)

PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO	
IMÓVEIS COM POTENCIAL PARA INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	<p><u>Previstos pelo Programa POLIS:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Forno de Pão; ▪ Moinho; ▪ Centro de Interpretação e Monitorização Ambiental/Centro Ciência Viva; ▪ Moinho/Centro Temático da Indústria da Seda. <p><u>Previstos por outras entidades:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Casa de Cultura de Bragança; ▪ Sede do Parque Natural de Montesinho; ▪ Sede da Comissão de Turismo/Sede da A.C.I.B.. <p><u>Imóveis disponíveis (7 unidades)</u></p>
PATRIMÓNIO A CLASSIFICAR	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Igreja de Santa Maria; ▪ Casa ao Cimo da Costa Grande; ▪ Fundação “Os Nossos Livros”; ▪ Edifício da Antiga Cadeia; ▪ Antiga Guarda Fiscal; ▪ Casa com as armas dos Pintos e FONSECAS; ▪ Antigo Agrupamento XVIII do C.N.E. de Bragança; ▪ Antigo Banco de Portugal; ▪ Casa General Manuel Gomes Sepúlveda; ▪ Rua Engenheiro José Beça; ▪ Capela de São Sebastião; ▪ Igreja de São Bento; ▪ Governo Civil; ▪ Casa dos Quintelas (Casa do Galego);

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Centro Cultural de Bragança; ▪ Igreja de Misericórdia; ▪ Antiga Escola do Magistério primário; ▪ Antigo Centro Republicano (Chave D'Ouro); ▪ Antiga Câmara Municipal; ▪ Antiga Sede da Caixa Geral de Depósitos; ▪ Casa do Arco; ▪ Igreja de São Vicente; ▪ Edifício Sá Vargas; ▪ Casa dos Calaiinhos; ▪ Edifício Rosa D'Ouro; ▪ Igreja de Santa Clara; ▪ Paço Episcopal; ▪ Cruzeiro da Sé; ▪ Casa do Benfica; ▪ Antigo Convento dos Jesuítas; ▪ Antigo Teatro; ▪ Solar Engenheiro Matos; ▪ Casa dos Morgados; ▪ Igreja da Sé.
<p>ÁREAS VERDES</p>	<p><u>Espaços verdes/recreativos existentes, a manter:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Cidadela; ▪ Envolvente às muralhas poente; ▪ Envolvente às muralhas norte; ▪ Envolvente às muralhas nascente e sul; ▪ Envolvente à margem norte do rio Fervença; ▪ Envolvente à margem sul do rio Fervença; ▪ Envolvente além do rio; ▪ Envolvente à Senhora da Piedade; ▪ Envolvente ao Arquivo Distrital; ▪ Jardim Abade Baçal; ▪ Jardim Dr. António José de Almeida; ▪ Jardim da Biblioteca (Fundação Calouste Gulbenkian); ▪ Jardim do Edifício Sá Vargas. <p><u>Espaços verdes/recreativos a propor:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Envolvente da Igreja de São Francisco; ▪ Envolvente da Capela de São Sebastião; ▪ Largo com elemento escultórico alusivo à indústria da seda; ▪ Envolvente do Instituto Português da Juventude; ▪ Moreirinhas; ▪ Espaço resultante da demolição de um edifício.

Finalmente, o **sistema de execução** do PPZHB I corresponde ao sistema de cooperação, sendo a área delimitada no PP considerada uma única unidade de execução, onde cabe ao Município e às entidades públicas a intervenção sobre o espaço público, as infraestruturas e os equipamentos de uso coletivo.

3. DINÂMICAS TERRITORIAIS

No presente capítulo desenvolve-se uma análise das dinâmicas territoriais que marcam a evolução do território concelhio no período de vigência do atual PDM (entre 2010 e 2020). Esta análise serve dois propósitos fundamentais: o de permitir confrontar a evolução territorial do concelho com as propostas e intenções vertidas no plano aprovado em 2010, permitindo uma avaliação dos resultados e impactos da sua execução (ou falta dela); e o de constituir um retrato da situação atual do território, nomeadamente através da identificação de alguns dos aspetos mais relevantes a ter em conta no processo de revisão do plano. Assim, neste capítulo são abordadas as seguintes temáticas:

- Ocupação territorial;
- Demografia;
- Parque edificado;
- Dinâmicas económicas;
- Dinâmica Urbanística;
- Acessibilidades, transportes e mobilidade;
- Património arquitetónico e arqueológico;
- Equipamentos de utilização coletiva;
- Infraestruturas urbanas;
- Ambiente.

Considerando que esta análise se centra, sobretudo, nas tendências globais de evolução do território e na caracterização dos aspetos setoriais mais relevantes para o exercício de planeamento que agora se inicia, o Recenseamento Geral da População e da Habitação de 2011 (Censos 2011), efetuado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), constitui a principal fonte estatística utilizada na análise, em confronto com a informação proveniente do recenseamento anterior, de 2001, sempre que disponível.

Com o objetivo de posicionar o território de Bragança face a realidades mais abrangentes, nas variáveis de carácter mais geral efetua-se a comparação entre a realidade do concelho e a observada a escalas mais alargadas (sub-região Terras de Trás-os-Montes e região Norte de Portugal).

Por seu turno, as variáveis infra-concelhias são utilizadas no sentido de identificar regularidades e especificidades territoriais distinguíveis no interior do concelho, enquanto as análises à subsecção estatística permitem inferir, com maior profundidade, as relações entre as características do indicador em estudo e a envolvente mais próxima.

3.1. OCUPAÇÃO TERRITORIAL

A análise da evolução da ocupação do território de Bragança assenta, por um lado, no estudo da evolução do uso e ocupação do solo e, por outro, na observação das alterações ocorridas ao nível da estrutura do povoamento, nomeadamente em termos de dimensão, articulação e hierarquização da rede de aglomerados urbanos.

3.1.1. USO DO SOLO

O estudo da evolução do uso e ocupação do solo de Bragança baseia-se na análise da informação geográfica das Cartas de Ocupação do Solo (COS), publicadas pela Direção-Geral do Território (DGT), referentes aos anos 2007, 2010 e 2018 (última data disponível).

Para a análise das três cartas, procedeu-se ao agrupamento das classes de uso e ocupação do solo em quatro classes principais, parcialmente correspondentes à nomenclatura de nível 1 da COS — Áreas Agrícolas, Áreas Florestais, Territórios Artificializados e Massas de Água. De referir que a classe Zonas Húmidas não apresenta qualquer expressão em Bragança.

Para efeitos da presente análise, a Tabela 10 apresenta as definições das classes de nível 1 da COS aplicáveis ao território de Bragança.

Tabela 10. Definição das classes de nível 1 da COS aplicáveis ao concelho de Bragança
(Fonte: adaptado de DGT, junho 2018)

CLASSES DE NÍVEL 1 DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	DEFINIÇÃO
Áreas Agrícolas	Áreas utilizadas para agricultura, constituídas por terras aráveis, culturas permanentes, prados e pastagens permanentes. Inclui sistemas agroflorestais.
Áreas Florestais	Áreas onde se incluem florestas, vegetação arbustiva e herbácea e áreas naturais com pouco ou, mais raramente, nenhum coberto vegetal.
Territórios Artificializados	Superfícies artificializadas ou ajardinadas, destinadas a atividades relacionadas com as sociedades humanas. Inclui áreas de tecido urbano, áreas industriais, comerciais, rede rodoviária e ferroviária, áreas de serviço, jardins ou parques urbanos e equipamentos culturais e de lazer.
Massas de Água	Superfícies de água doce que incluem cursos de água e planos de água, naturais, fortemente modificados e artificiais.

Considerando as grandes classes de uso e ocupação do solo definidas anteriormente, os resultados para o território de Bragança em 2007, 2010 e 2018 podem ser observados na Tabela 11. Evidencia-se o predomínio das **Áreas Florestais**, com valores superiores a 60% em todos os períodos de referência, seguindo-se as Áreas Agrícolas com valores próximos dos 36%. Por sua vez, os Territórios Artificializados ocupam, em 2018, menos de 2% do território e as Massas de Água cerca de 0,2%.

Tabela 11. Evolução da ocupação das classes de uso do solo (2007-2018)
(Fonte: elaboração própria com base nas COS 2007, 2010, 2015 e 2018, DGT)

CLASSES DE NÍVEL 1 DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	ANOS DA COS			VARIÇÃO			
	2007	2010	2018	2007-2010		2010-2018	
	ha	ha	ha	ha	%	ha	%
Áreas Agrícolas	42.576,7 (36,3%)	42.587,2 (36,3%)	43.345,0 (36,9%)	10,5	0,02	757,7	1,8
Áreas Florestais	72.618,7 (61,9%)	72.541,5 (61,8%)	71.554,8 (61,0%)	-77,2	-0,1	-986,7	-1,4
Territórios Artificializados	2.013,6 (1,7%)	2.080,3 (1,8%)	2.265,2 (1,9%)	66,7	3,3	184,9	8,9
Massas de Água	148,2 (0,1%)	148,2 (0,1%)	192,3 (0,2%)	-	-	44,1	29,8
TOTAL DE ÁREAS COM OCORRÊNCIA DE ALTERAÇÕES				154,4		1.973,4	
PROPORÇÃO DO TERRITÓRIO DO CONCELHO (%)				0,1		1,7	

A análise da Tabela 11 sugere a não ocorrência de alterações muito significativas ao nível da ocupação do território do concelho em todas as classes de uso do solo analisadas, no período compreendido entre 2007 e 2018, sendo que as maiores ocorreram a partir de 2010. Dessas, as mais expressivas relacionam-se com a diminuição das Áreas Florestais em cerca de 1,4% e com o aumento das Áreas Agrícolas (+1,8%) e dos Territórios Artificializados (+8,9%).

No entanto, a espacialização das alterações no território revela um cenário relativamente diferente (Figura 7), uma vez que se verifica a ocorrência de alterações na ocupação e uso do solo em áreas para além daquelas, correspondentes aos aumentos e diminuições percentuais referidos anteriormente. Esta circunstância prende-se com o facto de áreas com a mesma dimensão e com usos diferentes “trocarem” de uso entre si, anulando-se as suas áreas umas às outras estatisticamente. Por este motivo, as áreas com registo efetivo de alterações, expressas territorialmente na Figura 8, correspondem a um total de **7.600,2 hectares (6,5% do concelho)**.

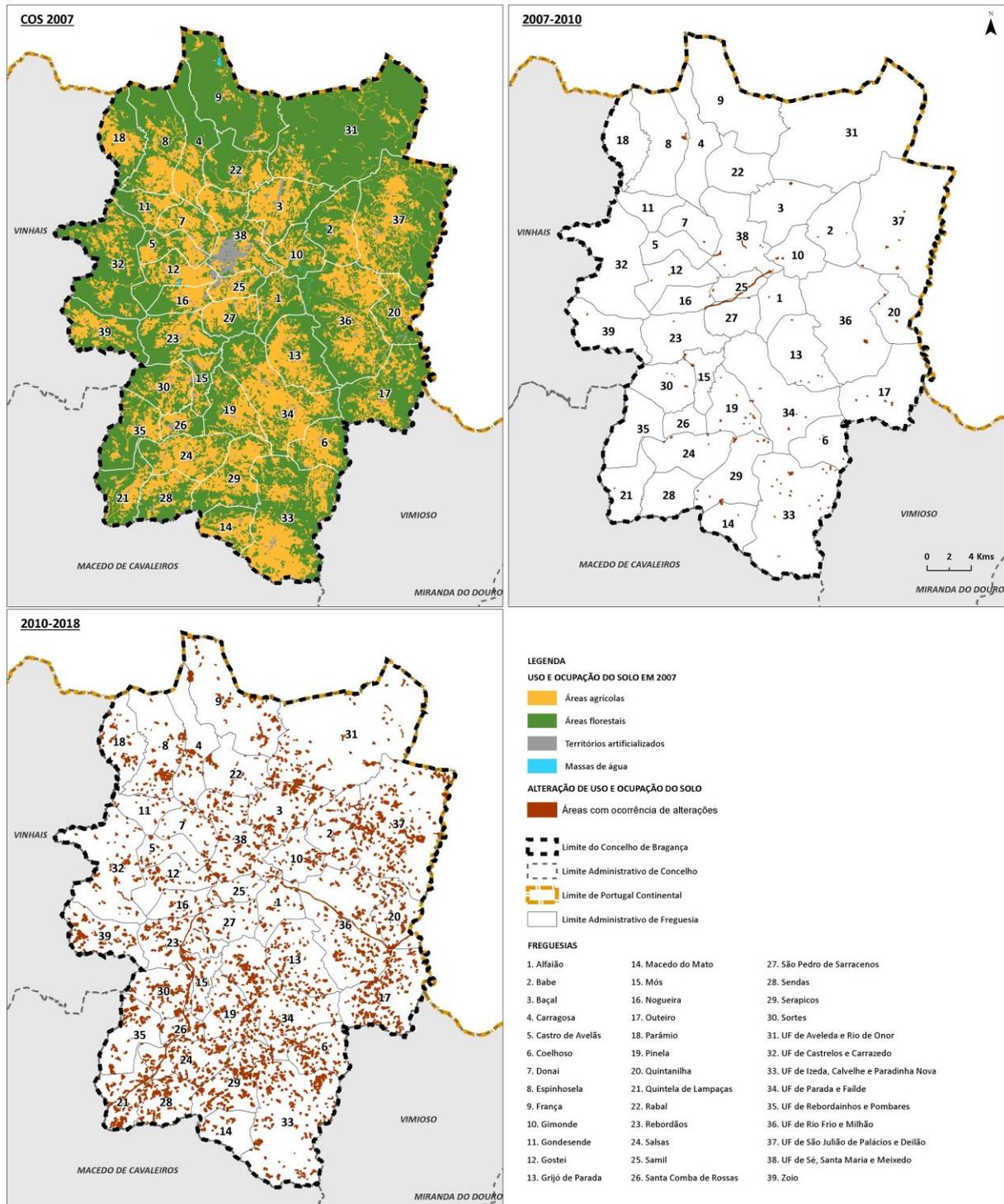


Figura 7. Classes de uso e ocupação do solo em 2007 e ocorrência de alterações (Fontes cartográficas: CAOP, 2018; DGT - COS 2007)

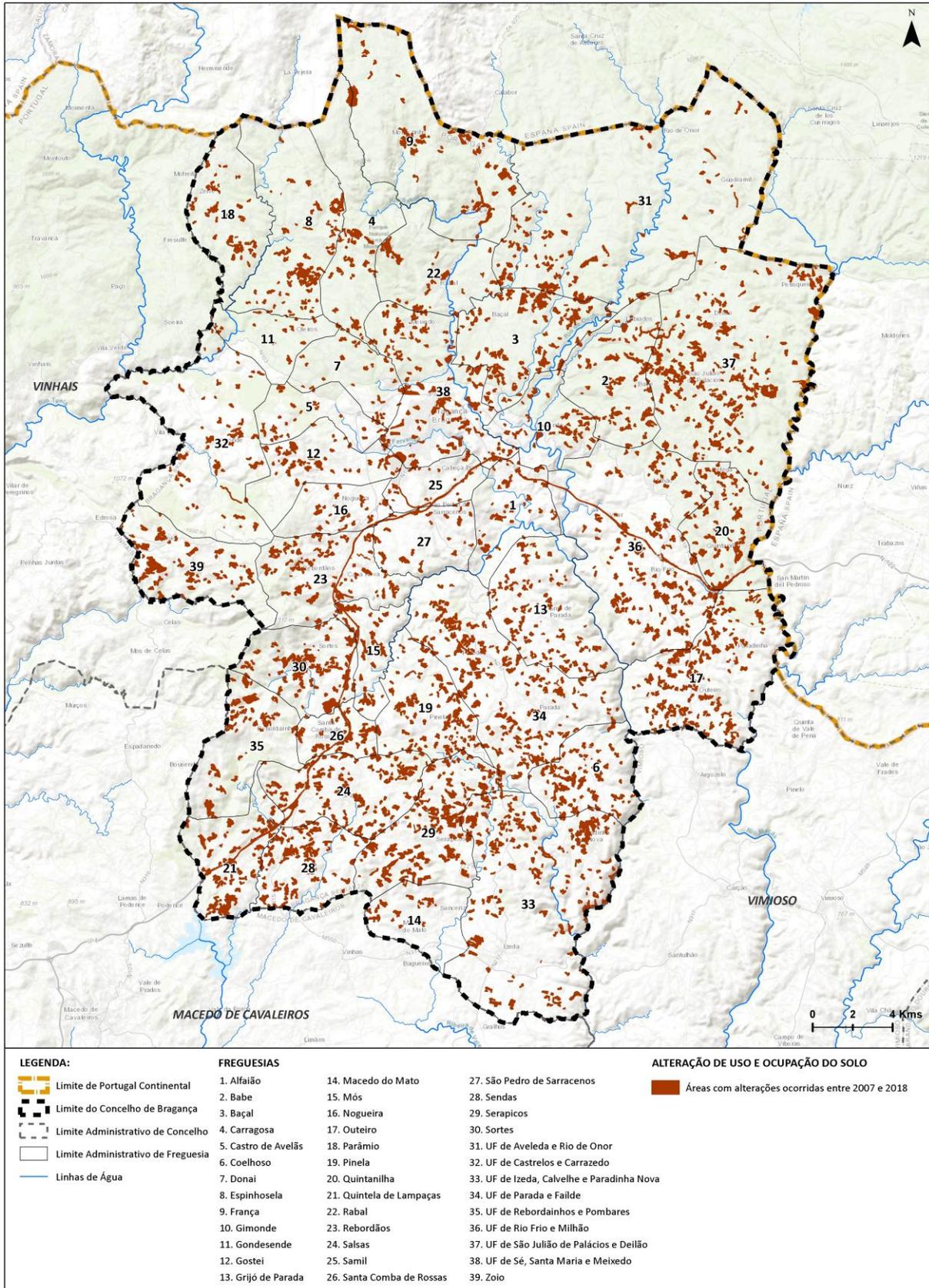


Figura 8. Áreas com alterações de classe de uso e ocupação do solo ocorridas entre 2007 e 2018
(Fontes cartográficas: APA, 2014; CAOP, 2018; DGT - COS 2007; ESRI, 2020)

Relativamente aos **Territórios Artificializados**, a Tabela 12 discrimina, por período temporal, as proveniências (áreas transformadas em Territórios Artificializados) e as conversões (Territórios Artificializados transformados) das áreas com ocorrência de alterações. Salienta-se, no período 2015-2018, a conversão de 39,1 hectares em Massas de Água e de 23,8 hectares em Áreas Florestais.

Por sua vez, o incremento das superfícies artificializadas desde 2007 resulta, sobretudo, da ocupação humana de Áreas Agrícolas (173,9 hectares), mas também de 156,6 hectares de Áreas Florestais.

Tabela 12. Evolução dos Territórios Artificializados com alterações de uso e ocupação do solo ocorridas entre 2007 e 2018

(Fonte: elaboração própria com base nas COS 2007, 2010, 2015 e 2018, DGT)

CLASSES DE NÍVEL 1 DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	PROVENIÊNCIA (hectares)			CONVERSÃO (hectares)		
	2007-2010	2010-2015	2015-2018	2007-2010	2010-2015	2015-2018
Áreas Agrícolas	52,4	85,4	36,1	-	9,8	1,0
Áreas Florestais	14,3	111,9	30,4	-	5,4	23,8
Massas de Água	-	0,2	-	-	-	39,1
TOTAL	66,7	197,4	66,5	-	15,2	63,9

Focando a análise nas formas de ocupação antrópica do território, e considerando que a nomenclatura da COS obedece a uma hierarquia que representa a ocupação/uso do solo com diferentes níveis de detalhe temático, procede-se, de seguida, à desagregação da classe Territórios Artificializados nas correspondentes à nomenclatura de nível 3 da COS aplicáveis ao território de Bragança, com as definições constantes na Tabela 13. Salienta-se que, apesar da COS 2018 apresentar uma forma de decomposição do nível 3 da classe Territórios Artificializados distinta das COS anteriores, é possível, no entanto, estabelecer uma correspondência direta com as classes de nível 3 da COS 2015, que constitui a base de referência do presente estudo.

Tabela 13. Definição das classes de nível 3 da COS aplicáveis ao concelho de Bragança

(Fonte: adaptado de DGT, junho 2018)

CLASSES DE NÍVEL 3 DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	DEFINIÇÃO
Tecido Urbano Contínuo	Áreas de tecido urbano com superfície total impermeabilizada superior ou igual a 80%. Inclui centros urbanos e subúrbios em que os edifícios formem um tecido contínuo e homogéneo, bem como áreas de estacionamento, logradouros, áreas cobertas de betão ou asfalto, etc..
Tecido Urbano Descontínuo	Áreas de tecido urbano na sua maior parte ocupadas por construções do tipo residencial. Os edifícios e outras superfícies artificializadas estão associados a áreas com vegetação a olho nu, as quais ocupam uma superfície significativa, embora descontínua. A superfície impermeabilizada ocupa uma área superior ou igual a 30% e inferior a 80% da superfície total. Inclui mosaicos de áreas cultivadas com áreas construídas.

CLASSES DE NÍVEL 3 DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	DEFINIÇÃO
Indústria, Comércio e Equipamentos Gerais	Áreas de atividade industrial, grandes superfícies comerciais, armazéns e outros equipamentos diversos. São principalmente ocupadas com construções, asfalto, alcatrão, cimento na superfície ou terra compactada. Podem ter vegetação que, quando existente, ocupa pequenos espaços sobrantes e zonas ajardinadas. Inclui hospitais, universidades, infraestruturas de produção de energia, instalações de apoio à exploração agropecuária, etc..
Redes Viárias e Ferroviárias e Espaços Associados	Rodovias e ferrovias, incluindo equipamentos associados (estações, plataformas, taludes, etc.).
Aeroportos e Aeródromos	Áreas ocupadas por aeródromos e aeroportos civis ou militares. Inclui pistas de aterragem, edifícios e áreas associadas a este tipo de infraestruturas.
Áreas de Extração de Inertes	Áreas de extração de minerais (areiros, pedreiras, carvão, etc.) a céu aberto. Inclui áreas de extração inundadas temporariamente e saibreiras inundadas, exceto nos casos em que se trate de extração por dragagem de fundos fluviais. Inclui também áreas de extração de sal-gema e de areias em dunas interiores.
Áreas de Deposição de Resíduos	Áreas de deposição de resíduos urbanos ou industriais. Inclui aterros, lixeiras e sucatas.
Áreas em Construção	Áreas em construção (escavações, estaleiros, etc.) e áreas abandonadas inseridas num contexto urbano.
Equipamentos Desportivos, Culturais e de Lazer e Zonas Históricas	Espaços e estruturas desportivas, culturais e de lazer, incluindo parques de campismo, campos de golfe, hipódromos e complexos arqueológicos a céu aberto, bem como cemitérios com vegetação, jardins zoológicos e jardins botânicos não inclusos em tecido urbano.

Assim, considerando as classes de nível 3 de uso e ocupação do solo dos Territórios Artificializados definidas anteriormente, as áreas afetas a cada uma delas, no período compreendido entre 2007 e 2018, podem ser observadas na Tabela 14.

Destaca-se a quase duplicação das áreas afetas a redes viárias e ferroviárias e espaços associados, sobretudo no período 2010-2015, bem como das áreas de equipamentos desportivos, culturais e de lazer e zonas históricas a partir de 2010. Para além destas, as outras áreas que apresentam uma evolução positiva correspondem, por ordem crescente, a áreas de deposição de resíduos (+15,8%), indústria, comércio e equipamentos gerais (+15,2%) e tecido urbano descontínuo (13,0%).

Por sua vez, o tecido urbano contínuo que, em 2007, ocupava cerca de 51,3% dos Territórios Artificializados, passa a ocupar, em 2018, cerca de 45,5% daquelas áreas, associando-se à pequena perda de peso dos espaços verdes urbanos.

Os decréscimos mais expressivos verificam-se, contudo, nas áreas de extração de inertes e nas áreas em construção, fundamentalmente a partir de 2015. De referir que, após um incremento de cerca de 126,7% no período 2007-2010, as áreas em construção sofreram uma significativa redução a partir de 2015 (-60,0%).

Tabela 14. Evolução dos Territórios Artificializados (2007-2018)
(Fonte: elaboração própria com base nas COS 2007, 2010, 2015 e 2018, DGT)

TERRITÓRIOS ARTIFICIALIZADOS (hectares)					VARIÇÃO (%)			
ANOS DA COS	2007	2010	2015	2018	2007-2010	2010-2015	2015-2018	2007-2018
Tecido Urbano Contínuo	1.033,2	1.035,6	1.039,5	1.030,2	0,2	0,4	-0,9	-0,3
Tecido Urbano Descontínuo	400,4	408,4	403,3	452,7	2,0	-1,2	12,2	13,0
Indústria, Comércio e Equipamentos Gerais	175,9	187,3	193,4	202,6	6,5	3,3	4,7	15,2
Redes Viárias e Ferroviárias e Espaços Associados	202,7	206,4	378,4	377,5	1,9	83,3	-0,2	86,3
Aerportos e Aeródromos	49,5	49,5	49,5	49,5	-	-	-	-
Áreas de Extração de Inertes	56,7	59,5	63,8	43,9	4,9	7,2	-31,1	-22,5
Áreas de Deposição de Resíduos	1,1	1,1	1,1	1,3	-	-	15,8	15,8
Áreas em Construção	30,3	68,6	67,3	26,9	126,7	-1,9	-60,0	-11,0
Espaços Verdes Urbanos	40,3	40,3	34,8	39,3	-	-13,7	13,0	-2,5
Equipamentos Desportivos, Culturais e de Lazer e Zonas Históricas	23,6	23,6	31,6	41,3	-	33,9	30,7	75,0
TOTAL	2.013,6	2.080,3	2.262,6	2.265,2				

A Figura 9 identifica geograficamente as áreas afetadas a Territórios Artificializados com ocorrência de alterações entre 2007 e 2018, num total de **422,7 hectares (18,7% da classe em 2018 e somente 0,4% do concelho)**. Estas áreas, que correspondem à artificialização de solos agrícolas e florestais, destinaram-se, sobretudo, à construção de redes viárias (e espaços associados) e de equipamentos desportivos, culturais e de lazer.

Finalmente, importa referir que, de acordo com os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), entre 2010 e 2015, os territórios artificializados *per capita* no concelho de Bragança aumentaram cerca de 14,0% (de 566,1 m²/habitante para 645,1 m²/habitante), proporção inferior à registada na sub-região Terras de Trás-os-Montes (21,4%), onde, durante o mesmo período, este indicador aumentou de 618,6 m²/habitante para 751,0 m²/habitante.

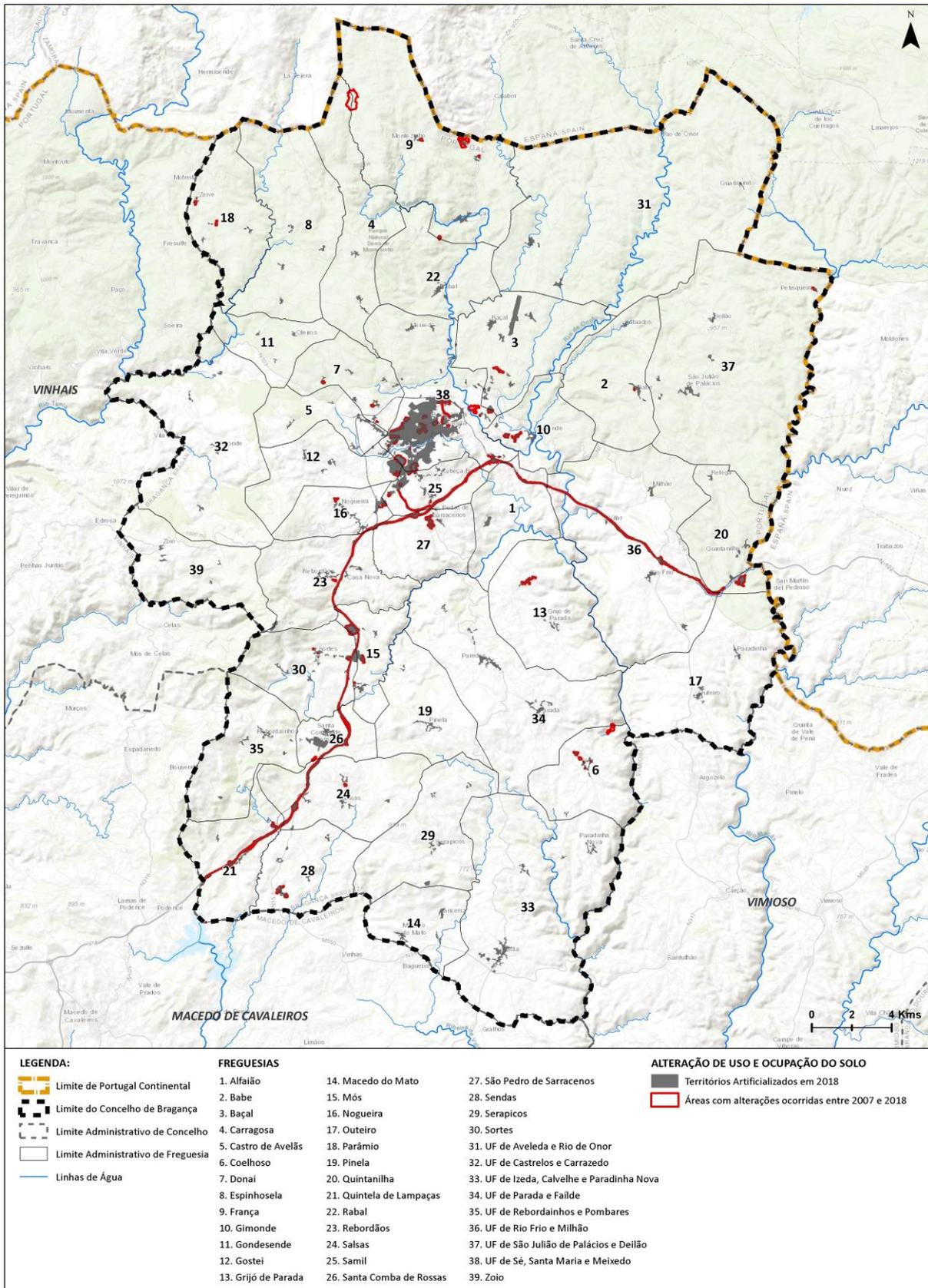


Figura 9. Territórios Artificializados em 2018 e alterações ocorridas desde 2007
(Fontes cartográficas: APA, 2014; CAOP, 2018; DGT - COS 2018; ESRI, 2020)

3.1.2. AGLOMERADOS URBANOS

Atendendo à elevada percentagem de áreas florestais e agrícolas, perfazendo um total de 97,9% do total, Bragança pode ser considerado como um concelho eminentemente rural. Excetuando a cidade de Bragança — que corresponde a cerca de 40,0% das áreas urbanas concelhias e onde reside dois terços da população —, todas as povoações são, na generalidade, de pequena dimensão. Com pouca expressão na rede urbana do concelho, a maioria destes pequenos aglomerados desenvolveu-se, sobretudo na segunda metade do século XX, de forma espontânea e em função das estradas existentes e das características orográficas do terreno.

A Tabela 15 discrimina, de acordo com os dois últimos recenseamentos, a população residente nos aglomerados urbanos do concelho de Bragança, definidos com base nos perímetros urbanos delimitados no PDM em vigor. Salienta-se que, em 2001, 96,9% da população do concelho residia nestes núcleos urbanos, proporção que, 10 anos depois, sobe para 98,3%¹.

Tabela 15. População residente, por aglomerado urbano (2001-2011)
(Fonte: Censos 2001-2011, INE)

LOCALIZAÇÃO			POPULAÇÃO RESIDENTE (n.º)		ÁREA URBANA	
FREGUESIA	CÓDIGO	AGLOMERADO URBANO	2001	2011	Hectares	%
Alfaião	A001	Alfaião	164	152	33,7	0,9
Babe	A002	Babe	223	195	34,9	0,9
	A003	Laviados	54	42	6,6	0,2
Baçal	A004	Baçal	178	211	28,2	0,7
	A005	Sacóias	120	87	29,1	0,8
	A006	Vale de Lamas	72	185	17,9	0,5
Baçal; Gimonde; UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	A007	Quinta das Carvas**	-	181	110,8	2,9
Carragosa	A008	Carragosa	160	126	25,8	0,7
	A009	Soutelo	98	61	13,5	0,4
Castro de Avelãs	A010	Castro de Avelãs	84	73	11,9	0,3
	A011	Fontes Barrosas	84	67	8,6	0,2
	A012	Grandais	32	28	9,2	0,2
	A013	Torre Velha*	46	24	2,2	0,1
Castro de Avelãs; Donai; Gostei; Nogueira; Samil, UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	A014	Bragança	20.881	23.186	1.527,8	39,7
Coelhoso	A015	Coelhoso	284	299	63,1	1,6

¹ A análise da evolução da população residente nos aglomerados urbanos (perímetros urbanos) do concelho de Bragança concretiza-se, de forma mais detalhada, no subcapítulo seguinte referente à *Demografia*).

LOCALIZAÇÃO			POPULAÇÃO RESIDENTE (n.º)		ÁREA URBANA	
FREGUESIA	CÓDIGO	AGLOMERADO URBANO	2001	2011	Hectares	%
	A016	Quintas de Montesinho	15	14	2,8	0,1
Donai	A017	Britelo	60	100	29,5	0,8
	A018	Donai	118	101	16,0	0,4
	A019	Lagomar	66	73	10,0	0,3
	A020	Sabariz	26	23	2,8	0,1
	A021	Vila Nova	89	67	8,5	0,2
	Espinhosela	A022	Cova da Lua	70	64	14,6
A023		Espinhosela	88	75	12,6	0,3
A024		Terroso	86	66	10,7	0,3
A025		Vilarinho	60	39	11,7	0,3
França	A026	França	181	146	22,2	0,6
	A027	Montesinho	32	42	9,1	0,2
	A028	Portelo	62	50	9,1	0,2
Gimonde	A029	Gimonde	352	300	45,2	1,2
Gondesende	A030	Gondesende	35	40	7,9	0,2
	A031	Oleiros	100	80	10,6	0,3
	A032	Portela	82	69	12,1	0,3
Gostei	A033	Castanheira	54	52	4,8	0,1
	A034	Formil	107	85	9,1	0,2
	A035	Gostei	78	64	11,4	0,3
Grijó de Parada	A036	Freixedelo	128	101	23,3	0,6
	A037	Grijó de Parada	252	192	31,0	0,8
Macedo do Mato	A038	Frieira	61	24	7,5	0,2
	A039	Macedo do Mato	124	90	14,9	0,4
	A040	Sanceriz	107	92	11,3	0,3
Mós	A041	Mós	82	68	13,7	0,4
Mós; Sortes	A042	Paçó	112	106	25,1	0,7
	A043	Zona Industrial de Mós*	0	4	38,5	1,0
Nogueira	A044	Bairro da Mosca	41	69	37,8	1,0
	A045	Nogueira	283	308	26,7	0,7
Outeiro	A046	Outeiro	237	194	34,5	0,9
	A047	Paradinha	130	107	18,3	0,5
Parâmio	A048	Fontes Transbaceiro	64	54	9,3	0,2
	A049	Maças	76	59	10,0	0,3
	A050	Parâmio	74	61	9,5	0,2
	A051	Zeive	66	38	8,1	0,2

LOCALIZAÇÃO			POPULAÇÃO RESIDENTE (n.º)		ÁREA URBANA	
FREGUESIA	CÓDIGO	AGLOMERADO URBANO	2001	2011	Hectares	%
Pinela	A052	Pinela	196	172	50,1	1,3
	A053	Valverde	37	35	11,8	0,3
Quintanilha	A054	Quintanilha	192	159	24,3	0,6
	A055	Refega	59	32	7,1	0,2
	A056	Veigas de Quintanilha	50	23	6,1	0,2
Quintela de Lapaças	A057	Bragada	74	61	9,0	0,2
	A058	Quintela de Lapaças	125	89	15,8	0,4
	A059	Veigas de Quintela	86	60	12,0	0,3
Rabal	A060	Rabal	194	171	23,9	0,6
Rebordãos	A061	Rebordãos	371	353	44,0	1,1
	A062	Reta da Mosca*	31	24	5,6	0,1
	A063	Sarzedá	141	159	21,4	0,6
Salsas	A064	Freixeda	70	42	11,2	0,3
	A065	Moredo	70	58	15,5	0,4
	A066	Salsas	173	161	26,7	0,7
	A067	Vale de Nogueira	110	114	25,6	0,7
Santa Comba de Rossas	A068	Santa Comba de Rossas	366	303	69,6	1,8
São Pedro de Sarracenos	A069	São Pedro de Sarracenos	278	351	54,1	1,4
Sendas	A070	Fermentões	97	60	11,5	0,3
	A071	Sendas	49	45	7,1	0,2
	A072	Vila Franca	77	69	16,4	0,4
Serapicos	A073	Carçãozinho	39	28	7,5	0,2
	A074	Serapicos	179	141	30,1	0,8
	A075	Vila Boa	71	39	14,9	0,4
Sortes	A076	Lanção	95	64	8,4	0,2
	A077	Sortes	120	145	40,3	1,0
	A078	Sortes U2*	17	10	62,1	1,6
	A079	Vidoedo	88	77	5,0	0,1
UF de Aveleda e Rio de Onor	A080	Aveleda	119	81	13,1	0,3
	A081	Guadramil	46	28	5,0	0,1
	A082	Rio de Onor	80	48	8,6	0,2
	A083	Varge	134	107	17,0	0,4
UF de Castrelos e Carrazedo	A084	Alimonde	96	75	13,7	0,4
	A085	Carrazedo	50	37	8,3	0,2
	A086	Castrelos	86	58	12,9	0,3
	A087	Conlelas	95	67	12,4	0,3

LOCALIZAÇÃO			POPULAÇÃO RESIDENTE (n.º)		ÁREA URBANA	
FREGUESIA	CÓDIGO	AGLOMERADO URBANO	2001	2011	Hectares	%
	A088	Ponte de Castrelos*	5	2	1,5	0,0(4)
UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova	A089	Calvelhe	137	97	26,2	0,7
	A090	Paradinha Nova	122	93	30,2	0,8
	A091	Paradinha Velha	23	13	4,6	0,1
	A092	Izeda	902	1.002	124,1	3,2
UF de Parada e Failde	A093	Carocedo	86	88	15,0	0,4
	A094	Failde	72	62	16,5	0,4
	A095	Parada	410	348	88,7	2,3
	A096	Paredes	173	159	40,2	1,0
UF de Rebordainhos e Pombares	A097	Pereiros	31	26	5,7	0,1
	A098	Pombares	59	39	7,5	0,2
	A099	Quintas de Arufe*	10	3	2,1	0,1
	A100	Rebordainhos	127	110	20,8	0,5
UF de Rio Frio e Milhão	A101	Milhão	160	134	27,0	0,7
	A102	Paçô de Rio Frio	67	59	17,9	0,5
	A103	Quintas do Vilar	33	22	5,8	0,2
	A104	Rio Frio	165	136	26,5	0,7
	A105	Vale de Prados*	12	5	2,7	0,1
UF de São Julião de Palácios e Deilão	A106	Deilão	111	89	20,9	0,5
	A107	Palácios	57	39	7,5	0,2
	A108	Petisqueira	31	18	4,0	0,1
	A109	São Julião de Palácios	218	193	48,0	1,2
	A110	Vila Meã	77	61	11,6	0,3
UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	A111	Meixedo	96	77	10,3	0,3
	A112	Oleirinhos	47	46	8,3	0,2
	A113	Quintas da Seara**	-	65	14,8	0,4
Zoio	A114	Martim	40	27	4,2	0,1
	A115	Refóios	30	26	7,1	0,2
	A116	Zoio	123	122	16,8	0,4
TOTAL			33.663	34.741	3.848,4	

Nota: * Em 2001 e 2011, os aglomerados urbanos (definidos no PDM em vigor) *Ponte de Castrelos*, *Quintas de Arufe*, *Reta da Mosca*, *Sortes U2*, *Torre Velha*, *Vale de Prados* e *Zona Industrial de Mós* encontram-se inseridos nas áreas residuais (unidades territoriais estatísticas residuais para recenseamento da população e da habitação), pelo que os valores apresentados relativos à população residente são aproximados; ** Os aglomerados urbanos *Quinta das Carvas* e *Quintas da Seara* surgem como lugares censitários apenas em 2011, sendo que, em 2001, encontravam-se inseridos na população *Residual* (isolada).

Por sua vez, a Figura 10 apresenta a distribuição geográfica dos 116 aglomerados urbanos presentes no concelho de Bragança.

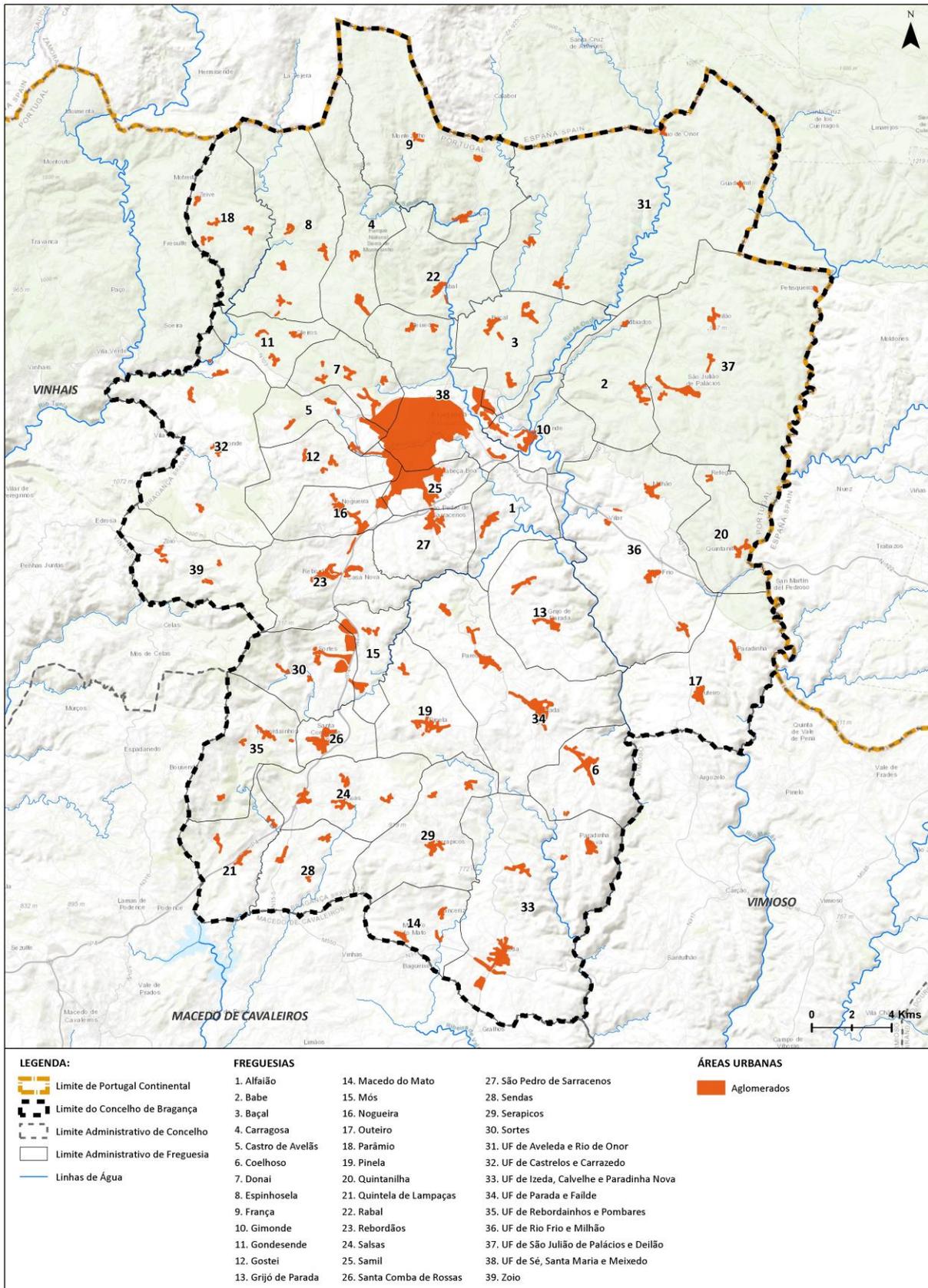


Figura 10. Aglomerados urbanos do concelho de Bragança
(Fontes cartográficas: APA, 2015; CAOP, 2018; ESRI, 2020)

3.2. DEMOGRAFIA

No presente capítulo, concretiza-se uma análise evolutiva dos principais descritores demográficos do concelho de Bragança baseada, sobretudo, na informação disponibilizada pelo INE, nomeadamente nos dados censitários constantes na Base Geográfica de Referenciação da Informação (BGRI) e nas informações da série Estimativas provisórias Anuais da População Residente, por forma a avaliar as tendências mais recentes, pós-censitárias, de alguns indicadores.

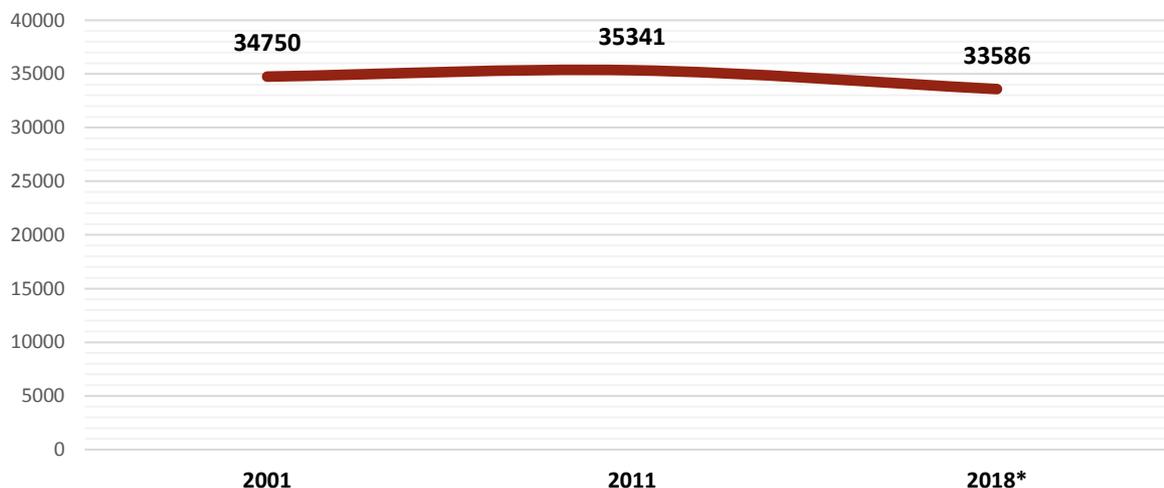
A caracterização da população residente materializa-se, relativamente aos diferentes aspetos a considerar, a diferentes escalas territoriais, privilegiando a análise de variáveis e indicadores ao nível municipal, mas passando, também, quando se justifica, pelos níveis territoriais freguesia (ou uniões de freguesias) e lugar censitário, até às subsecções estatísticas.

Sempre que o âmbito ou relevância da variável ou indicador estatístico o justifique, procede-se, ainda, a uma comparação dos valores concelhios com os resultados observados ao nível supramunicipal (NUT III), por forma a contextualizar e relativizar os resultados obtidos ao nível municipal.

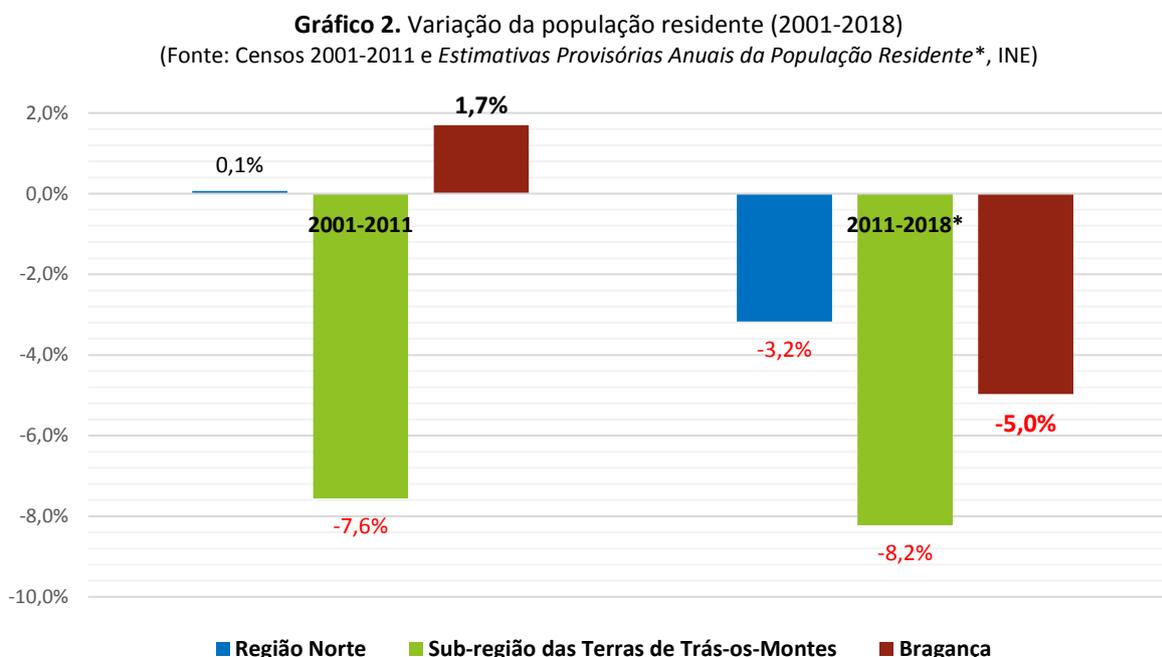
3.2.1. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO

A observação do Gráfico 1 permite constatar que, à data do último Recenseamento (2011), o concelho de Bragança apresentava uma trajetória de crescimento da população residente, com mais 591 habitantes face a 2001 (+1,7%). No entanto, este percurso ascendente inverte-se a partir de 2011, com a perda de 1.755 residentes durante o último período de sete anos (-5,0% face a 2011).

Gráfico 1. Evolução da população residente (2001-2018)
(Fonte: Censos 2001-2011 e *Estimativas Provisórias Anuais da População Residente**, INE)



Esta situação não se apresenta, contudo, tão gravosa como a observada na sub-região Terras de Trás-os-Montes, onde as perdas populacionais são, já desde o início do século XXI, ainda mais expressivas (Gráfico 2).



Na realidade, tal como expressa a Tabela 16, apesar da generalizada perda populacional, o concelho de Bragança tem vindo, progressivamente, a reforçar a sua posição no contexto sub-regional e a mantê-la a nível regional.

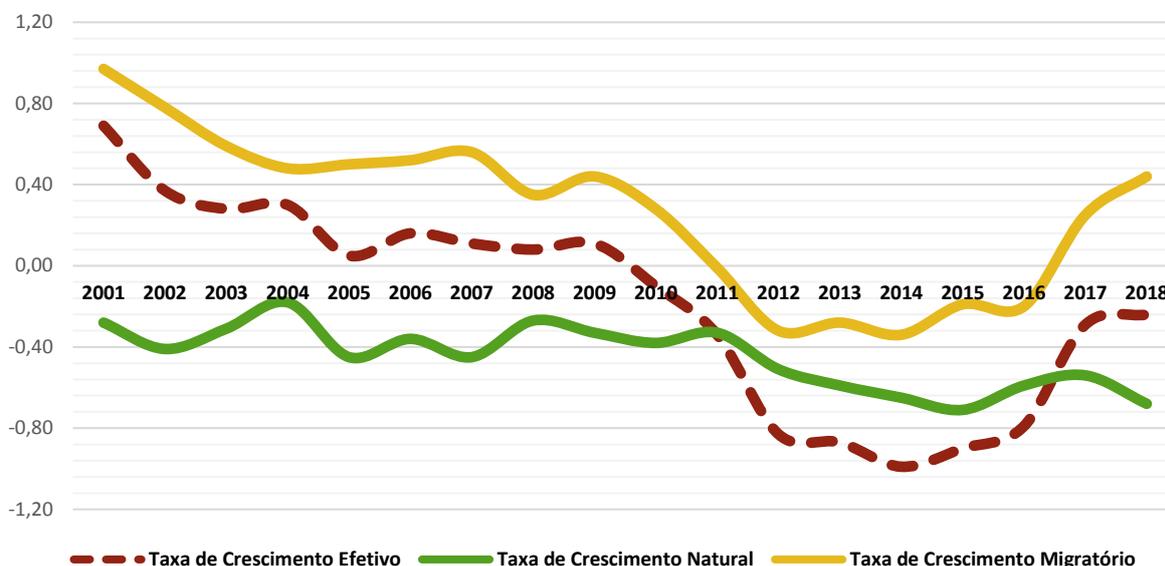
Tabela 16. Evolução da proporção da população residente (2001-2018)
(Fonte: Censos 2001-2011 e *Estimativas Provisórias Anuais da População Residente**, INE)

UNIDADE TERRITORIAL SUPRAMUNICIPAL	PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM BRAGANÇA (%)		
	2001	2011	2018*
Região Norte	0,94	0,96	0,94
Sub-região Terras de Trás-os-Montes	27,33	30,07	31,14

Considerando a **taxa de crescimento efetivo** como o somatório da **taxa de crescimento natural** (relativa ao saldo natural, ou seja, à diferença entre o número de nados vivos e o número de óbitos) e da **taxa de crescimento migratório** (relativa ao saldo migratório, ou seja, à diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna), o Gráfico 3 distingue estas três variáveis para o concelho de Bragança durante o período 2001-2018.

Gráfico 3. Evolução das taxas de crescimento da população residente (2001-2018)

(Fonte: *Estimativas Provisórias Anuais da População Residente*, INE)



A análise do Gráfico 3 permite concluir que, desde 2001, os valores da taxa de crescimento migratório em Bragança apresentam-se sempre superiores aos da taxa de crescimento natural, com disparidades médias anuais na ordem dos 0,71%, distanciando-se em 2018, com uma diferença de 1,12%.

A observação do Gráfico 3 permite, ainda, retirar as seguintes conclusões:

- O saldo natural apresenta-se permanentemente negativo, com o número de óbitos a exceder o número de nados vivos (mais 2.779 óbitos do que nados vivos no período 2001-2018);
- 2011-2016 corresponde ao único período negativo de população migrante em Bragança, com a saída de um total de 362 pessoas, sendo que no período 2001-2011 se registava a entrada de 1.919 pessoas. A recuperação acontece a partir de 2017, com a entrada, em dois anos, de 231 pessoas no concelho.

Em termos de **taxas de natalidade e mortalidade**, a Tabela 17 permite analisar a evolução destes dois indicadores no concelho Bragança em comparação com os dois níveis territoriais de referência.

Tabela 17. Evolução das taxas de natalidade e mortalidade (2001-2018)

(Fonte: INE)

UNIDADE TERRITORIAL	TAXA DE NATALIDADE (‰)			TAXA DE MORTALIDADE (‰)		
	2001	2011	2018	2001	2011	2018
Região Norte	11,2	8,5	7,7	8,7	8,6	9,9
Sub-região Terras de Trás-os-Montes	7,1	6,1	5,9	13,9	13,0	15,1
Concelho de Bragança	8,5	7,4	6,9	11,3	10,7	13,6

Assim, tendo a taxa de natalidade descido, entre 2001 e 2018, nas três unidades territoriais analisadas, o concelho de Bragança apresenta sempre uma taxa superior à média dos concelhos das Terras de Trás-os-Montes, mas inferior à da região Norte.

Por seu turno, a taxa de mortalidade — que diminui ligeiramente no período 2001-2011 —, sofre, nos anos mais recentes, um considerável aumento, sobretudo nos níveis sub-regional e municipal. No entanto, em Bragança, mantém-se ainda inferior à média da sub-região.

A evolução demográfica positiva registada pelo concelho de Bragança no período intercensitário 2001-2011 não se manifesta, contudo, de igual modo quando a análise incide nas freguesias/uniões de freguesias, sendo possível constatar, através da leitura da Tabela 18, uma realidade demográfica distinta no nível infra-concelho.

Entre 2001 e 2011, apenas 10 freguesias registam ganhos populacionais. O mais expressivo pertence a São Pedro de Sarracenos, que regista um crescimento populacional próximo dos 30,0%, passando de 282 habitantes, em 2001, para 366 em 2011. Seguem-se as freguesias de Samil e Nogueira, com incrementos de 15,7% e 14,8%, respetivamente, bem como a UF de Sé, Santa Maria e Meixedo com um aumento de 9,1% do número de habitantes.

Por outro lado, registam-se perdas populacionais de mais de 20,0% em 12 freguesias/uniões de freguesias, pertencendo a mais significativa a Macedo do Mato com uma redução populacional próxima dos 30,0%. Seguem-se Quintanilha e a UF de Aveleda e Rio de Onor, ambas com decréscimos superiores a 28,0%.

Com o mesmo número de habitantes registados em 2001 e 2011, Alfaião é a única freguesia do concelho de Bragança que não apresenta qualquer variação populacional.

Tabela 18. Evolução da população residente, por freguesia (2001-2011)

(Fonte: Censos 2001-2011, INE)

UNIDADE TERRITORIAL INFRA-CONCELHIA	2001		2011		VARIACÃO (%)
	n.º	% do concelho	n.º	% do concelho	
Alfaião	173	0,5%	173	0,5%	s/Var.
Babe	277	0,8%	238	0,7%	-14,1
Baçal	470	1,4%	484	1,4%	3,0%
Carragosa	260	0,7%	190	0,5%	-26,9
Castro de Avelãs	483	1,4%	460	1,3%	-4,8
Coelhoso	299	0,9%	319	0,9%	6,7
Donai	416	1,2%	446	1,3%	7,2
Espinhosela	304	0,9%	244	0,7%	-19,7
França	275	0,8%	238	0,7%	-13,5
Gimonde	386	1,1%	341	1,0%	-11,7
Gondesende	226	0,7%	194	0,5%	-14,2
Gostei	412	1,2%	425	1,2%	3,2
Grijó de Parada	380	1,1%	296	0,8%	-22,1
Macedo do Mato	296	0,9%	208	0,6%	-29,7
Mós	194	0,6%	178	0,5%	-8,2
Nogueira	431	1,2%	495	1,4%	14,8
Outeiro	367	1,1%	301	0,9%	-18,0
Parâmio	281	0,8%	214	0,6%	-23,8
Pinela	244	0,7%	219	0,6%	-10,2
Quintanilha	304	0,9%	216	0,6%	-28,9
Quintela de Lampaças	285	0,8%	215	0,6%	-24,6
Rabal	196	0,6%	171	0,5%	-12,8
Rebordãos	543	1,6%	546	1,5%	0,6
Salsas	424	1,2%	389	1,1%	-8,3
Samil	1077	3,1%	1246	3,5%	15,7
Santa Comba de Rossas	366	1,1%	304	0,9%	-16,9
São Pedro de Sarracenos	282	0,8%	366	1,0%	29,8
Sendas	241	0,7%	183	0,5%	-24,1
Serapicos	289	0,8%	208	0,6%	-28,0
Sortes	320	0,9%	296	0,8%	-7,5
UF de Aveleda e Rio de Onor	379	1,1%	272	0,8%	-28,2
UF de Castrelos e Carrazedo	332	1,0%	241	0,7%	-27,4
UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova	1202	3,5%	1212	3,4%	0,8
UF de Parada e Failde	762	2,2%	657	1,9%	-13,8
UF de Rebordainhos e Pombares	247	0,7%	187	0,5%	-24,3
UF de Rio Frio e Milhão	437	1,3%	364	1,0%	-16,7
UF de São Julião de Palácios e Deilão	502	1,4%	400	1,1%	-20,3
UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	20185	58,1%	22016	62,3%	9,1
Zoio	203	0,6%	189	0,5%	-6,9
TOTAL DO CONCELHO	34.750		35.341		1,7

Por sua vez, a observação da Tabela 19 permite reforçar esta ideia de heterogeneidade demográfica ao nível dos aglomerados urbanos já listados atrás.

Tabela 19. Variação da população residente, por aglomerado urbano (2001-2011)
(Fonte: Censos 2001-2011, INE)

LOCALIZAÇÃO			POPULAÇÃO RESIDENTE (% do concelho)		VARIÇÃO (%)
FREGUESIA	CÓDIGO	AGLOMERADO URBANO	2001	2011	
Alfaião	A001	Alfaião	0,5	0,4	-7,3
Babe	A002	Babe	0,6	0,6	-12,6
	A003	Laviados	0,2	0,1	-22,2
Baçal	A004	Baçal	0,5	0,6	18,5
	A005	Sacóias	0,3	0,2	-27,5
	A006	Vale de Lamas	0,2	0,5	156,9
Baçal; Gimonde; UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	A007	Quinta das Carvas**	-	0,5	-
Carragosa	A008	Carragosa	0,5	0,4	-21,3
	A009	Soutelo	0,3	0,2	-37,8
Castro de Avelãs	A010	Castro de Avelãs	0,2	0,2	-13,1
	A011	Fontes Barrosas	0,2	0,2	-20,2
	A012	Grandais	0,1	0,1	-12,5
	A013	Torre Velha*	0,1	0,1	-47,8
Castro de Avelãs; Donai; Gostei; Nogueira; Samil, UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	A014	Bragança	60,1	65,6	11,0
Coelhoso	A015	Coelhoso	0,8	0,8	5,3
	A016	Quintas de Montesinho	0,0(4)	0,0(4)	-6,7
Donai	A017	Britelo	0,2	0,3	66,7
	A018	Donai	0,3	0,3	-14,4
	A019	Lagomar	0,2	0,2	10,6
	A020	Sabariz	0,1	0,1	-11,5
	A021	Vila Nova	0,3	0,2	-24,7
Espinhosela	A022	Cova da Lua	0,2	0,2	-8,6
	A023	Espinhosela	0,3	0,2	-14,8
	A024	Terroso	0,2	0,2	-23,3
	A025	Vilarinho	0,2	0,1	-35,0
França	A026	França	0,5	0,4	-19,3
	A027	Montesinho	0,1	0,1	31,3
	A028	Portelo	0,2	0,1	-19,4
Gimonde	A029	Gimonde	1,0	0,8	-14,8

LOCALIZAÇÃO			POPULAÇÃO RESIDENTE (% do concelho)		VARIACÃO (%)
FREGUESIA	CÓDIGO	AGLOMERADO URBANO	2001	2011	
Gondesende	A030	Gondesende	0,1	0,1	14,3
	A031	Oleiros	0,3	0,2	-20,0
	A032	Portela	0,2	0,2	-15,9
Gostei	A033	Castanheira	0,2	0,1	-3,7
	A034	Formil	0,3	0,2	-20,6
	A035	Gostei	0,2	0,2	-17,9
Grijó de Parada	A036	Freixedelo	0,4	0,3	-21,1
	A037	Grijó de Parada	0,7	0,5	-23,8
Macedo do Mato	A038	Frieira	0,2	0,1	-60,7
	A039	Macedo do Mato	0,4	0,3	-27,4
	A040	Sanceriz	0,3	0,3	-14,0
Mós	A041	Mós	0,2	0,2	-17,1
Mós; Sortes	A042	Paçó	0,3	0,3	-5,4
	A043	Zona Industrial de Mós*	0,0	0,0(1)	s/Var.
	A044	Bairro da Mosca	0,1	0,2	68,3
Nogueira	A045	Nogueira	0,8	0,9	8,8
	A046	Outeiro	0,7	0,5	-18,1
Outeiro	A047	Paradinha	0,4	0,3	-17,7
	A048	Fontes Transbaceiro	0,2	0,2	-15,6
Parâmio	A049	Maçãs	0,2	0,2	-22,4
	A050	Parâmio	0,2	0,2	-17,6
	A051	Zeive	0,2	0,1	-42,4
Pinela	A052	Pinela	0,6	0,5	-12,2
	A053	Valverde	0,1	0,1	-5,4
Quintanilha	A054	Quintanilha	0,6	0,4	-17,2
	A055	Refega	0,2	0,1	-45,8
	A056	Veigas de Quintanilha	0,1	0,1	-54,0
Quintela de Lapaças	A057	Bragada	0,2	0,2	-17,6
	A058	Quintela de Lapaças	0,4	0,3	-28,8
	A059	Veigas de Quintela	0,2	0,2	-30,2
Rabal	A060	Rabal	0,6	0,5	-11,9
Rebordãos	A061	Rebordãos	1,1	1,0	-4,9
	A062	Reta da Mosca*	0,1	0,1	-22,6
	A063	Sarzedá	0,4	0,4	12,8
Salsas	A064	Freixeda	0,2	0,1	-40,0
	A065	Moredo	0,2	0,2	-17,1

LOCALIZAÇÃO			POPULAÇÃO RESIDENTE (% do concelho)		VARIACÃO (%)
FREGUESIA	CÓDIGO	AGLOMERADO URBANO	2001	2011	
	A066	Salsas	0,5	0,5	-6,9
	A067	Vale de Nogueira	0,3	0,3	3,6
Santa Comba de Rossas	A068	Santa Comba de Rossas	1,1	0,9	-17,2
São Pedro de Sarracenos	A069	São Pedro de Sarracenos	0,8	1,0	26,3
Sendas	A070	Fermentões	0,3	0,2	-38,1
	A071	Sendas	0,1	0,1	-8,2
	A072	Vila Franca	0,2	0,2	-10,4
Serapicos	A073	Carçãozinho	0,1	0,1	-28,2
	A074	Serapicos	0,5	0,4	-21,2
	A075	Vila Boa	0,2	0,1	-45,1
Sortes	A076	Lanção	0,3	0,2	-32,6
	A077	Sortes	0,3	0,4	20,8
	A078	Sortes U2*	0,0(5)	0,0(3)	-41,2
	A079	Vidoedo	0,3	0,2	-12,5
UF de Aveleda e Rio de Onor	A080	Aveleda	0,3	0,2	-31,9
	A081	Guadramil	0,1	0,1	-39,1
	A082	Rio de Onor	0,2	0,1	-40,0
	A083	Varge	0,4	0,3	-20,1
UF de Castrelos e Carrazedo	A084	Alimonde	0,3	0,2	-21,9
	A085	Carrazedo	0,1	0,1	-26,0
	A086	Castrelos	0,2	0,2	-32,6
	A087	Conlelas	0,3	0,2	-29,5
	A088	Ponte de Castrelos*	0,0(1)	0,0(1)	-60,0
UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova	A089	Calvelhe	0,4	0,3	-29,2
	A090	Paradinha Nova	0,4	0,3	-23,8
	A091	Paradinha Velha	0,1	0,0(4)	-43,5
	A092	Izeda	2,6	2,8	11,1
UF de Parada e Failde	A093	Carocedo	0,2	0,2	2,3
	A094	Failde	0,2	0,2	-13,9
	A095	Parada	1,2	1,0	-15,1
	A096	Paredes	0,5	0,4	-8,1
UF de Rebordainhos e Pombares	A097	Pereiros	0,1	0,1	-16,1
	A098	Pombares	0,2	0,1	-33,9
	A099	Quintas de Arufe*	0,0(3)	0,0(1)	-70,0
	A100	Rebordainhos	0,4	0,3	-13,4
UF de Rio Frio e Milhão	A101	Milhão	0,5	0,4	-16,3

LOCALIZAÇÃO			POPULAÇÃO RESIDENTE (% do concelho)		VARIÇÃO (%)
FREGUESIA	CÓDIGO	AGLOMERADO URBANO	2001	2011	
	A102	Paçõ de Rio Frio	0,2	0,2	-11,9
	A103	Quintas do Vilar	0,1	0,1	-33,3
	A104	Rio Frio	0,5	0,4	-17,6
	A105	Vale de Prados*	0,0(3)	0,0(1)	-58,3
	A106	Deilão	0,3	0,3	-19,8
UF de São Julião de Palácios e Deilão	A107	Palácios	0,2	0,1	-31,6
	A108	Petisqueira	0,1	0,1	-41,9
	A109	São Julião de Palácios	0,6	0,5	-11,5
	A110	Vila Meã	0,2	0,2	-20,8
UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	A111	Meixedo	0,3	0,2	-19,8
	A112	Oleirinhos	0,1	0,1	-2,1
	A113	Quintas da Seara**	-	0,2	-
Zoio	A114	Martim	0,1	0,1	-32,5
	A115	Refóios	0,1	0,1	-13,3
	A116	Zoio	0,4	0,3	-0,8
MÉDIA DOS AGLOMERADOS					3,2

Nota: * Em 2001 e 2011, os aglomerados urbanos (definidos no PDM em vigor) *Ponte de Castrelos, Quintas de Arufe, Reta da Mosca, Sortes U2, Torre Velha, Vale de Prados e Zona Industrial de Mós* encontram-se inseridos nas áreas residuais (unidades territoriais estatísticas residuais para recenseamento da população e da habitação), pelo que os valores apresentados relativos à população residente são aproximados; ** Os aglomerados urbanos *Quinta das Carvas e Quintas da Seara* surgem como lugares censitários apenas em 2011, sendo que, em 2001, encontravam-se inseridos na população *Residual* (isolada).

Entre 2001 e 2011, apesar da média concelhia corresponder a um aumento populacional de 3,2%, apenas 19 aglomerados urbanos (16,4% do total) apresentam ganhos efetivos. Destaca-se Vale de Lamas (Baçal) com um aumento de 156,9% e a quase duplicação dos residentes em Bairro da Mosca (Nogueira) e Britelo (Donai), com acréscimos na ordem dos 68,3% e 66,7%, respetivamente. Montesinho (França) e São Pedro de Sarracenos apresentam, igualmente, um expressivo aumento do número de habitantes (31,3% e 26,3%, respetivamente).

Simultaneamente, ao longo da década em análise, a cidade de Bragança reforça a sua posição demográfica. Com 23.186 habitantes registados em 2011, este aglomerado passa a integrar cerca de dois terços da população residente em todo o concelho (cerca de 60,1% em 2001). Os restantes aglomerados apresentam muito escassa dimensão demográfica (até 1,0%), à exceção de Izeda que se constitui como o único aglomerado, para além de Bragança, com mais de 1.000 habitantes (2,8% do total).

3.2.2. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO

Os dados disponibilizados pelo INE, sistematizados na Tabela 20, permitem verificar, para além da baixa concentração de população na sub-região Terras de Trás-os-Montes relativamente à globalidade da região Norte, o seu evidente decréscimo nos anos mais recentes, bem como a tendência de afastamento dos valores registados no concelho de Bragança dos apresentados pela NUT III onde se insere.

Tabela 20. Evolução da densidade populacional (2001-2018)
(Fonte: Estimativas Anuais da População Residente, INE - PORDATA)

UNIDADE TERRITORIAL	DENSIDADE POPULACIONAL (n.º habitantes/hectares)			VARIÇÃO (%)	
	2001	2011	2018	2001-2011	2011-2018
Região Norte (NUT II)	1,732	1,734	1,679	0,1	-3,2
Sub-região Terras de Trás-os-Montes (NUT III)	0,229	0,212	0,195	-7,4	-8,0
Bragança (concelho)	0,296	0,301	0,287	1,7	-4,7

A Figura 11 apresenta, para os dois momentos censitários em estudo (2001 e 2011), a distribuição geográfica da densidade populacional no concelho de Bragança por aglomerado urbano. A sua observação permite constatar o aumento da concentração populacional na cidade de Bragança (sede do concelho e capital do distrito), à volta da qual gravita um conjunto de pequenos aglomerados que, regra geral, apresentam perdas demográficas consideráveis desde o início do século XXI.

Por sua vez, a Tabela 21 discrimina a densidade da população residente nos diversos aglomerados urbanos do concelho de Bragança, organizados pelas respetivas freguesias (ou uniões de freguesias) em 2011.

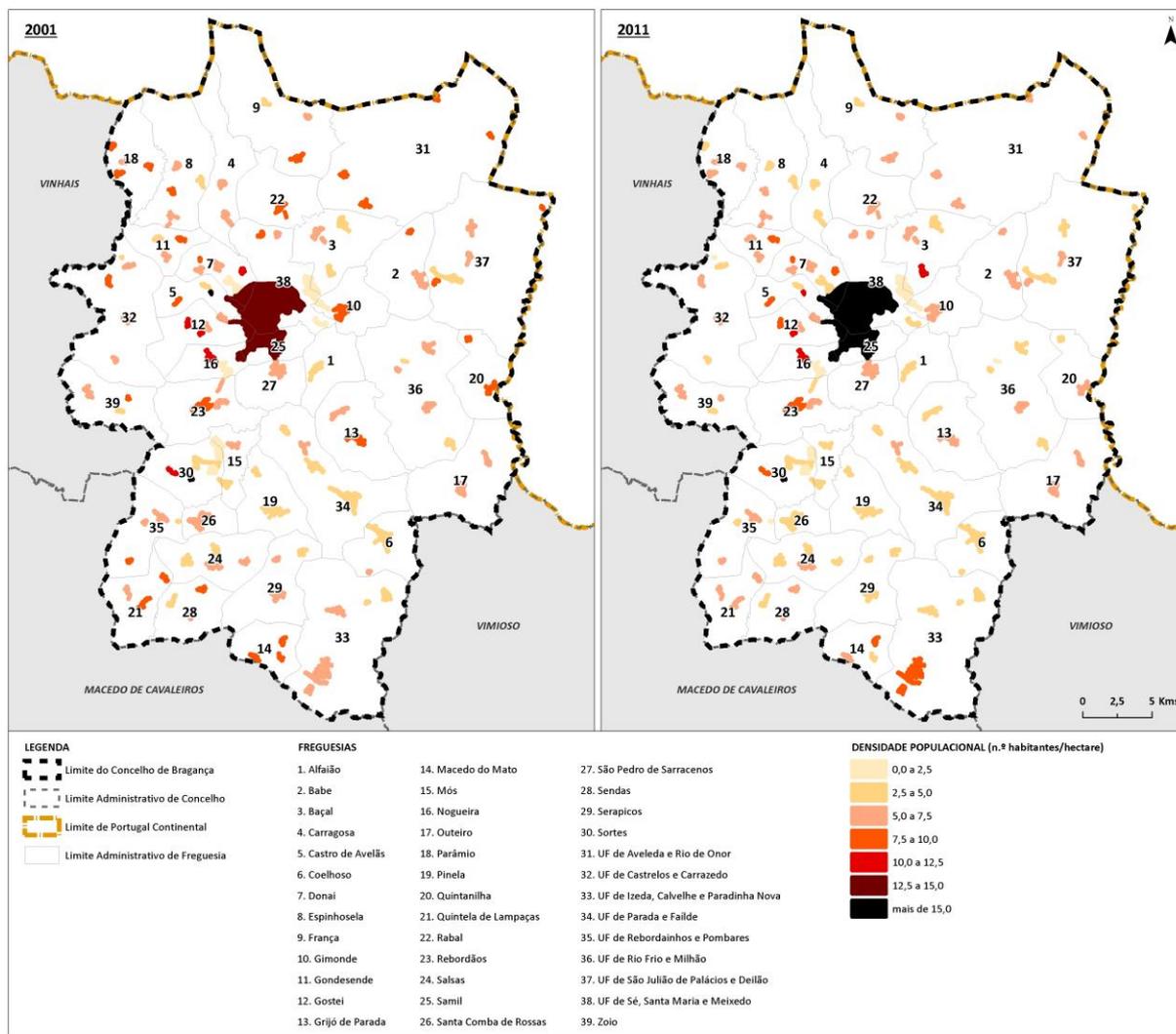


Figura 11. Evolução da densidade populacional, por aglomerado urbano (Fonte dos dados: Censos 2001-2011, INE. Fontes cartográficas: CAOP, 2018; INE, 2020)

Tal como expectável, a cidade de Bragança regista, em 2011, um dos valores mais elevados (15,2 habitantes/hectare), apenas superado por Vidoedo, em Sortes, onde 77 habitantes residem numa área de apenas cinco hectares. Seguem-se os aglomerados de Nogueira, Torre Velha (Castro de Avelãs), Castanheira (Gostei) e Vale de Lamas (Baçal), todos eles com uma densidade superior a 10 habitantes/hectare.

Por seu turno, para além da Zona Industrial de Mós (Mós/Sortes) e de Sortes U2 (novo perímetro urbano delimitado no PDM em vigor), Carçozinho (Serapicos) é o aglomerado urbano menos densamente ocupado, com 0,9 habitantes/hectare. Seguem-se Ponte de Castrelos (UF de Castrelos e Carrazedo), Quintas de Arufe (UF de Rebordainhos e Pombares), Quinta das Carvas

(Baçal/Gimonde/UF de Sé, Santa Maria e Meixedo), Bairro da Mosca (Nogueira) e Vale de Prados (UF de Rio Frio e Milhão), com densidades que se situam entre 1,3 e 1,9 habitantes/hectare.

Tabela 21. Densidade populacional, por aglomerado urbano (2011)
(Fonte: Censos 2011, INE)

FREGUESIA	LOCALIZAÇÃO		DENSIDADE POPULACIONAL EM 2011 (n.º habitantes/hectare)
	CÓDIGO	AGLOMERADO URBANO	
Alfaião	A001	Alfaião	4,5
Babe	A002	Babe	5,6
	A003	Laviados	6,4
Baçal	A004	Baçal	7,5
	A005	Sacóias	3,0
	A006	Vale de Lamas	10,3
Baçal; Gimonde; UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	A007	Quinta das Carvas**	1,6
Carragosa	A008	Carragosa	4,9
	A009	Soutelo	4,5
Castro de Avelãs	A010	Castro de Avelãs	6,1
	A011	Fontes Barrosas	7,8
	A012	Grandais	3,1
	A013	Torre Velha*	11,0
Castro de Avelãs; Donai; Gostei; Nogueira; Samil, UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	A014	Bragança	15,2
Coelhoso	A015	Coelhoso	4,7
	A016	Quintas de Montesinho	4,9
Donai	A017	Britelo	3,4
	A018	Donai	6,3
	A019	Lagomar	7,3
	A020	Sabariz	8,2
	A021	Vila Nova	7,9
Espinhosela	A022	Cova da Lua	5,1
	A023	Espinhosela	7,0
	A024	Terroso	5,7
	A025	Vilarinho	2,7
França	A026	França	6,6
	A027	Montesinho	4,6
	A028	Portelo	5,5
Gimonde	A029	Gimonde	6,6

FREGUESIA	LOCALIZAÇÃO		DENSIDADE POPULACIONAL EM 2011 (n.º habitantes/hectare)
	CÓDIGO	AGLOMERADO URBANO	
Gondesende	A030	Gondesende	5,0
	A031	Oleiros	7,5
	A032	Portela	5,7
Gostei	A033	Castanheira	10,8
	A034	Formil	9,3
	A035	Gostei	5,6
Grijó de Parada	A036	Freixedelo	4,3
	A037	Grijó de Parada	6,2
Macedo do Mato	A038	Frieira	3,2
	A039	Macedo do Mato	6,0
	A040	Sanceriz	8,2
Mós	A041	Mós	5,0
Mós; Sortes	A042	Paçó	2,8
	A043	Zona Industrial de Mós*	0,2
Nogueira	A044	Bairro da Mosca	1,8
	A045	Nogueira	11,5
Outeiro	A046	Outeiro	5,6
	A047	Paradinha	5,9
Parâmio	A048	Fontes Transbaceiro	5,8
	A049	Maças	5,9
	A050	Parâmio	6,4
	A051	Zeive	4,7
Pinela	A052	Pinela	3,4
	A053	Valverde	3,0
Quintanilha	A054	Quintanilha	6,6
	A055	Refega	4,5
	A056	Veigas de Quintanilha	3,8
Quintela de Lapaças	A057	Bragada	6,8
	A058	Quintela de Lapaças	5,6
	A059	Veigas de Quintela	5,0
Rabal	A060	Rabal	7,2
Rebordãos	A061	Rebordãos	8,0
	A062	Reta da Mosca*	4,3
	A063	Sarzeda	7,4
Salsas	A064	Freixeda	3,8
	A065	Moredo	3,8

FREGUESIA	LOCALIZAÇÃO		DENSIDADE POPULACIONAL EM 2011 (n.º habitantes/hectare)
	CÓDIGO	AGLOMERADO URBANO	
	A066	Salsas	6,0
	A067	Vale de Nogueira	4,5
Santa Comba de Rossas	A068	Santa Comba de Rossas	4,4
São Pedro de Sarracenos	A069	São Pedro de Sarracenos	6,5
Sendas	A070	Fermentões	5,2
	A071	Sendas	6,3
	A072	Vila Franca	4,2
Serapicos	A073	Carçãozinho	0,9
	A074	Serapicos	9,4
	A075	Vila Boa	5,2
Sortes	A076	Lação	7,6
	A077	Sortes	3,6
	A078	Sortes U2*	0,2
	A079	Vidoedo	15,5
UF de Aveleda e Rio de Onor	A080	Aveleda	6,2
	A081	Guadramil	5,6
	A082	Rio de Onor	5,6
	A083	Varge	6,3
UF de Castrelos e Carrazedo	A084	Alimonde	5,5
	A085	Carrazedo	4,5
	A086	Castrelos	4,5
	A087	Conlelas	5,4
	A088	Ponte de Castrelos*	1,3
UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova	A089	Calvelhe	3,7
	A090	Paradinha Nova	3,1
	A091	Paradinha Velha	2,8
	A092	Izeda	8,1
UF de Parada e Failde	A093	Carocedo	5,9
	A094	Failde	3,8
	A095	Parada	3,9
	A096	Paredes	4,0
UF de Rebordainhos e Pombares	A097	Pereiros	4,6
	A098	Pombares	5,2
	A099	Quintas de Arufe*	1,4
	A100	Rebordainhos	5,3
UF de Rio Frio e Milhão	A101	Milhão	5,0

FREGUESIA	LOCALIZAÇÃO		DENSIDADE POPULACIONAL EM 2011 (n.º habitantes/hectare)
	CÓDIGO	AGLOMERADO URBANO	
	A102	Paçô de Rio Frio	3,3
	A103	Quintas do Vilar	3,8
	A104	Rio Frio	5,1
	A105	Vale de Prados*	1,9
UF de São Julião de Palácios e Deilão	A106	Deilão	4,3
	A107	Palácios	5,2
	A108	Petisqueira	4,5
	A109	São Julião de Palácios	4,0
	A110	Vila Meã	5,2
UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	A111	Meixedo	7,5
	A112	Oleirinhos	5,6
	A113	Quintas da Seara**	4,4
Zoio	A114	Martim	6,5
	A115	Refóios	3,7
	A116	Zoio	7,3
MÉDIA DOS AGLOMERADOS			9,0

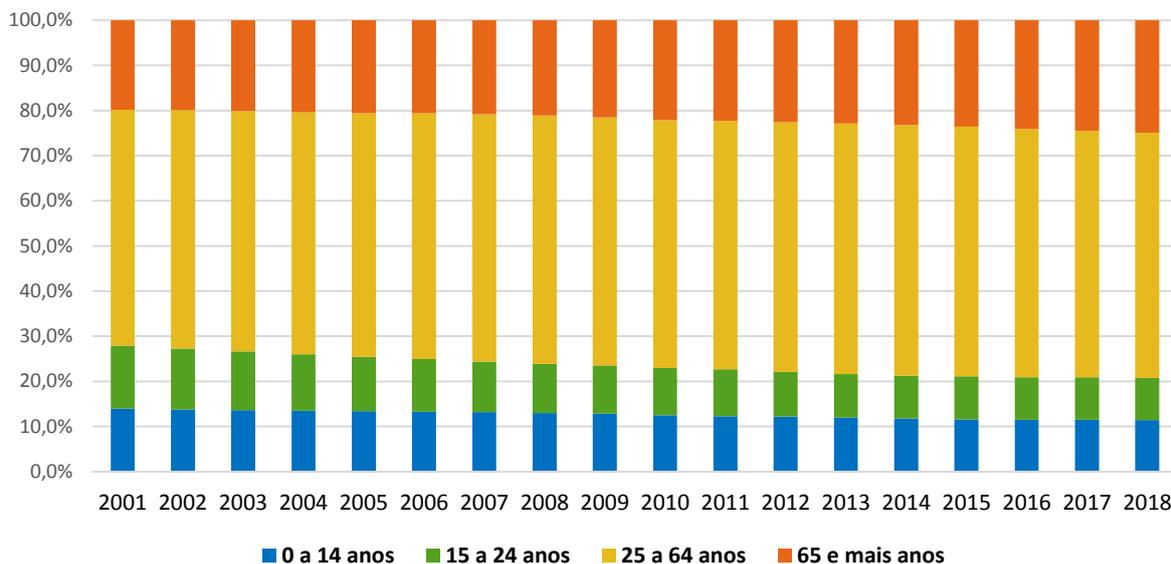
Nota: * Em 2001 e 2011, os aglomerados urbanos (definidos no PDM em vigor) *Ponte de Castrelos, Quintas de Arufe, Reta da Mosca, Sortes U2, Torre Velha, Vale de Prados e Zona Industrial de Mós* encontram-se inseridos nas áreas residuais (unidades territoriais estatísticas residuais para recenseamento da população e da habitação), pelo que os valores apresentados relativos à população residente são aproximados; ** Os aglomerados urbanos *Quinta das Carvas e Quintas da Seara* surgem como lugares censitários apenas em 2011, sendo que, em 2001, encontravam-se inseridos na população *Residual* (isolada).

3.2.3. GRUPOS ETÁRIOS

A análise da evolução da representatividade populacional dos diferentes **grupos etários** no concelho de Bragança permite constatar um processo de envelhecimento demográfico que combina os efeitos da diminuição da população jovem com o aumento do número de idosos.

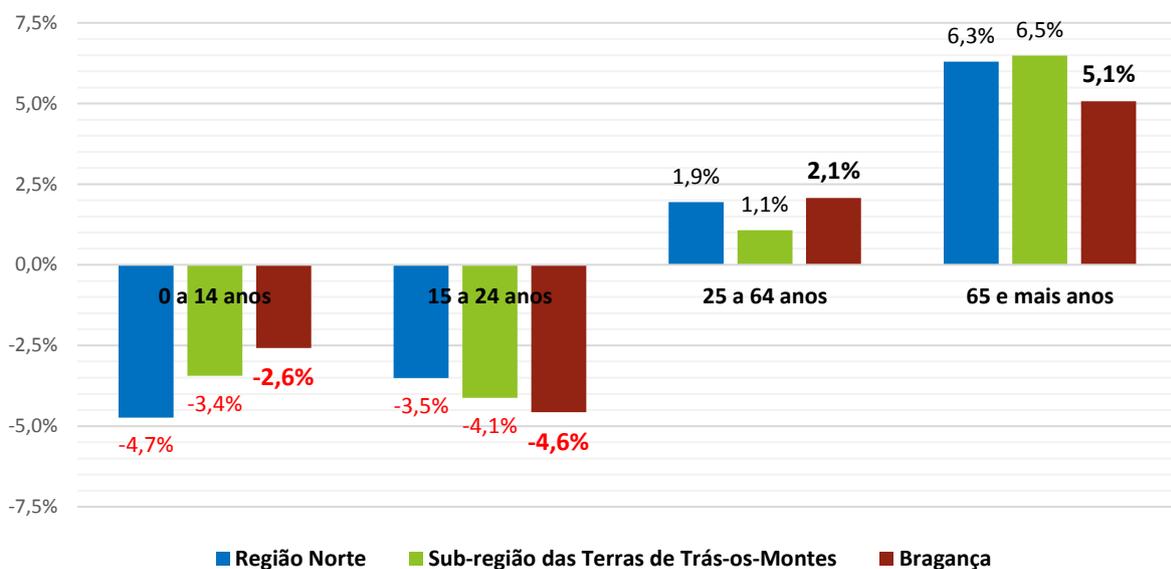
A observação do Gráfico 4 permite comprovar que, ao longo das últimas duas décadas, Bragança tem vindo, progressivamente, a perder jovens (0 a 24 anos) e a ganhar idosos (65 ou mais anos). A percentagem da população em idade ativa (25 a 64 anos) tem vindo, igualmente, a aumentar, embora de forma menos acentuada (2,1% em 19 anos), constituindo-se como a faixa etária predominante.

Gráfico 4. Evolução da proporção da população residente, por grupo etário (2001-2018)
(Fonte: *Estimativas Provisórias Anuais da População Residente, INE*)



Esta evolução da estrutura etária da população residente em Bragança não se apresenta, contudo, tão gravosa quando comparada com a tendência verificada a nível sub-regional e regional, onde as perdas da população residente com menos de 15 anos são ainda mais acentuadas e o incremento dos indivíduos com 65 ou mais anos são mais significativos (Gráfico 5).

Gráfico 5. Variação na população residente, por grupo etário (2001-2018)
(Fonte: *Estimativas Provisórias Anuais da População Residente, INE*)



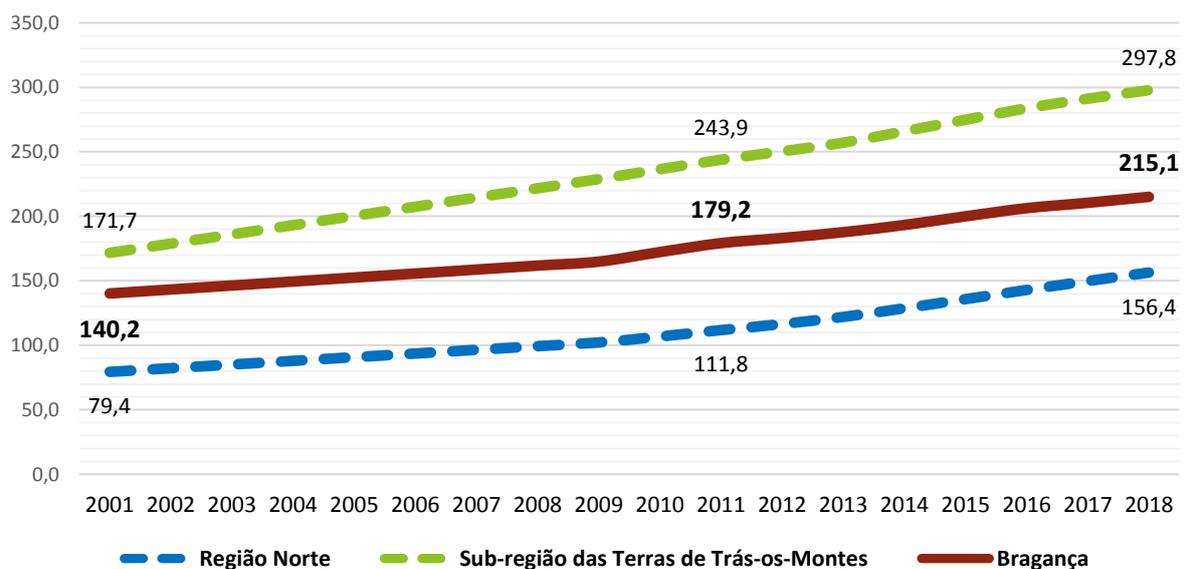
Em 2001, o grupo dos jovens com menos de 15 anos representava, em Bragança, 14,0% da população, enquanto em 2018 passa a corresponder a apenas 11,4% (10,0% nas TTM e 12,8% na região Norte). A população de jovens em idade ativa (15 a 24 anos) sofre, igualmente, uma redução, passando de 13,9% em 2001 para 9,3% em 2018 (9,1% nas TTM e 11,1% na região Norte). Por sua vez, o grupo de pessoas com 65 ou mais anos que, em 2001, já detinha um peso de 19,9%, passa a representar 24,9% da população em 2018 (30,3 nas TTM e 20,5% na região Norte).

O aumento da proporção de idosos associado à redução da representatividade dos jovens traduz-se no agravamento do **índice de envelhecimento**, que mede precisamente a relação entre a população idosa (número de pessoas com 65 ou mais anos) e a população jovem (número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos).

Em 2001, já existiam em Bragança, em média, cerca de 140 idosos por cada 100 jovens, valor bastante inferior ao registado à data do último censos (179 idosos). A partir de 2011, a situação agrava-se com o aumento daquele valor para 215, em 2018, o que significa que o número de idosos corresponde, atualmente, a mais do dobro do número de jovens no concelho.

O Gráfico 6 permite comparar os valores registados em Bragança com a sub-região Terras de Trás-os-Montes e a região Norte, evidenciando as grandes disparidades existentes entre as três unidades territoriais.

Gráfico 6. Evolução do índice de envelhecimento (2001-2018)
(Fonte: Estimativas Anuais da População Residente, INE - PORDATA)

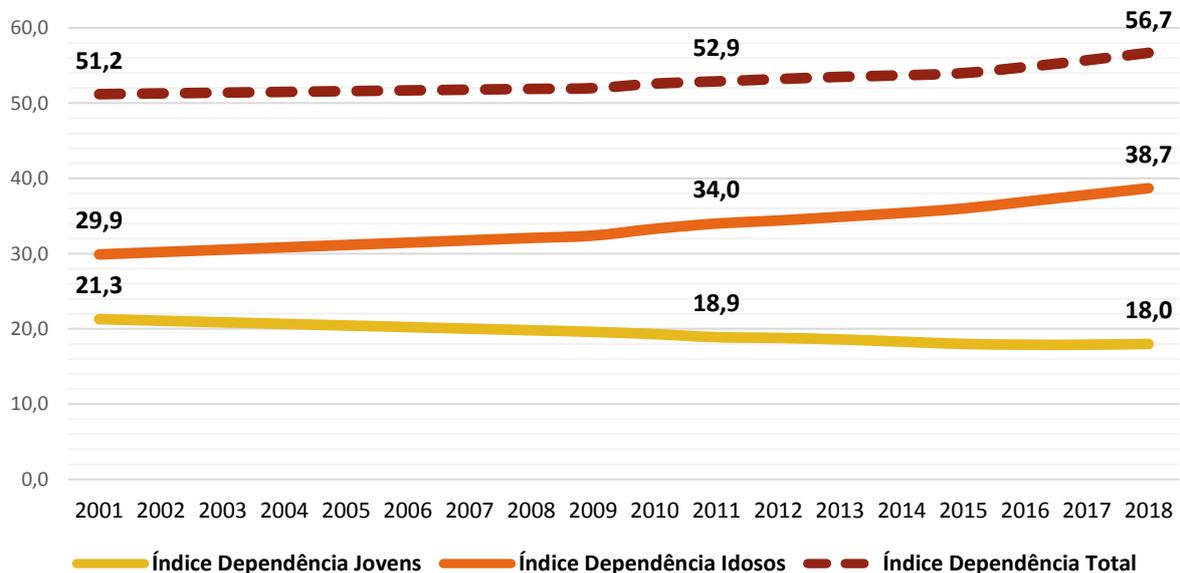


De referir que, na unidade territorial sub-regional de referência, o índice de envelhecimento apresenta-se, face ao panorama regional, extremamente elevado, divergindo consideravelmente de acordo com a tipologia das áreas urbanas. Deste modo, nas áreas predominantemente rurais, o índice de envelhecimento registado pela sub-região onde o concelho de Bragança se insere é de 608 idosos por cada 100 jovens (347 na região Norte), nas áreas mediantemente urbanas é de 221 (166 na região Norte) e nas áreas predominantemente urbanas é de 145 (143 na região Norte).

Considerando o **índice de dependência total** a relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa (15 a 64 anos), ou seja, o somatório entre o **índice de dependência de jovens** (relação entre a população jovem e a população ativa) e o **índice de dependência de idosos** (relação entre a população idosa e a população ativa), o Gráfico 7 distingue estas três variáveis para o concelho de Bragança durante o período 2001-2018. A sua observação permite contatar, antes de mais, um cenário de agravamento contínuo do índice de dependência de idosos face ao índice de dependência de jovens.

Gráfico 7. Evolução dos índices de dependência em Bragança (2001-2018)

(Fonte: Estimativas Anuais da População Residente, INE - PORDATA)



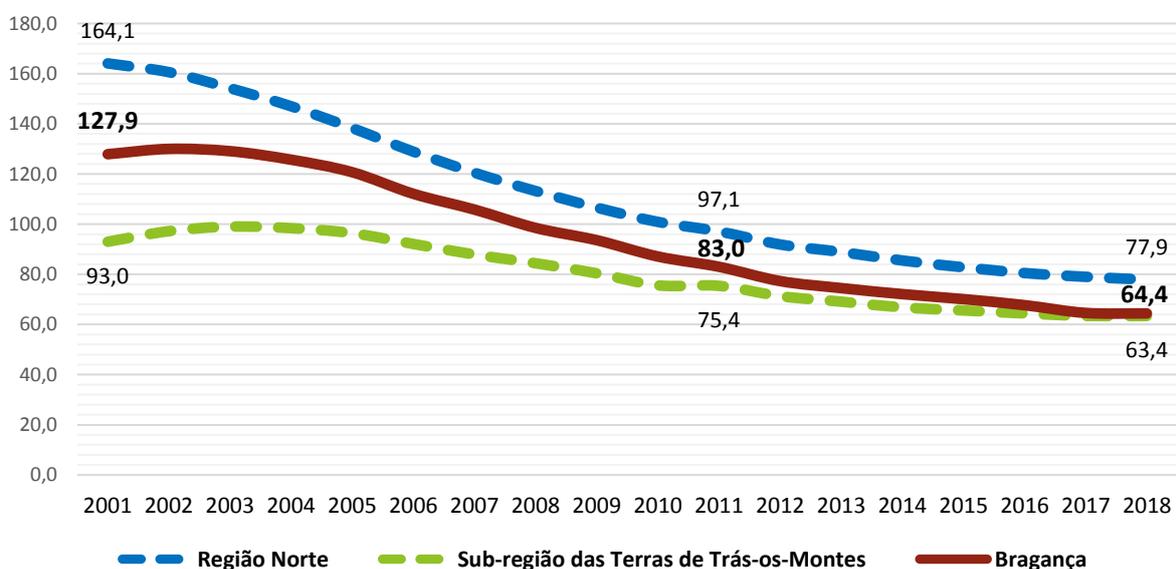
Desde 2001, o índice de dependência de jovens regista um decréscimo, passando, em média, de 21 jovens (0 a 14 anos) a cargo por cada 100 indivíduos em idade ativa, para os 18. Esta circunstância revela, desde já, a quebra da taxa de fecundidade. Em igual período, o índice de dependência de idosos cresceu de 30 indivíduos dependentes para 39, reflexo do aumento da esperança média de vida.

Em termos globais, esta evolução traduz-se, em 2018, num aumento médio de 6 pessoas dependentes por 100 indivíduos em idade adulta desde 2001 em Bragança (resultado da redução de 3 jovens e do aumento de 9 idosos), sendo que o peso dos idosos se sobrepõe consideravelmente ao dos jovens. Perfazendo um índice de dependência total de 57, este valor apresenta-se inferior quando comparado com o registado pela sub-região Terras de Trás-os-Montes — 67, que corresponde a 50 idosos e a 17 jovens —, mas superior quando a unidade territorial supramunicipal de referência é a região Norte, onde se observa um índice de dependência total de 49 (30 idosos e 19 jovens).

Este pronunciado envelhecimento populacional coloca em causa a garantia de substituição da população ativa e, como tal, o seu índice de renovação. O **índice de renovação da população em idade ativa** mede, precisamente, a relação entre a população que, potencialmente, está a entrar e a que está a sair do mercado de trabalho (idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos e entre os 55 e os 64 anos, respetivamente).

O Gráfico 8 ilustra a evolução do índice de renovação da população em idade ativa em Bragança, na sub-região Terras de Trás-os-Montes e na região Norte, colocando em evidência a dificuldade atual destes territórios em renovar a sua população ativa. Assim, se, em 2001, Bragança apresenta um índice de renovação da população em idade ativa de 127,9, este registo diminui drasticamente para 83,0 em 2011, mantendo-se a tendência decrescente até 2018, com 64,4. Esta situação significa que, atualmente, existem no concelho de Bragança cerca de 64 jovens entre os 20 e os 29 anos por cada 100 indivíduos entre os 55 e os 64 anos.

Gráfico 8. Evolução do índice de renovação da população em idade ativa (2001-2018)
(Fonte: *Estimativas Provisórias Anuais da População Residente*, INE)



De referir que este cenário de redução generalizada de população jovem a entrar no mercado de trabalho encontra-se em linha com o observado nas duas unidades territoriais supramunicipais de referência. O valor registado por Bragança apresenta-se, em 2018, ligeiramente superior ao observado a nível sub-regional (63,4), mas consideravelmente inferior ao apresentado pela região Norte (77,9).

3.2.4. ESTRUTURA DAS FAMÍLIAS

O **número de famílias** (clássicas e institucionais) residentes em Bragança apresenta, em valores globais, um acréscimo de 8,6% no período compreendido entre 2001 e 2011. Em valores absolutos, o concelho alberga, em 2011, 13.868 famílias (13.835 clássicas e 33 institucionais), o que significa um aumento de 1.100 famílias face a 2001, cinco das quais institucionais.

Simultaneamente, a **dimensão média das famílias** em Bragança tem vindo, nas últimas décadas, a diminuir (Tabela 22). Os dados mais recentes, provenientes do Censos 2011, revelam que o número médio de pessoas por família situa-se em 2,5 indivíduos, que corresponde a menos 0,2 pessoas por família relativamente ao valor registado em 2001 (2,7) e a menos 0,9 pessoas por família relativamente ao valor de 1981 (3,4). Esta tendência apresenta-se semelhante à verificada na sub-região Terras de Trás-os-Montes, mas mais gravosa face à registada a nível regional que, desde 1981, revela médias superiores às observadas no concelho de Bragança.

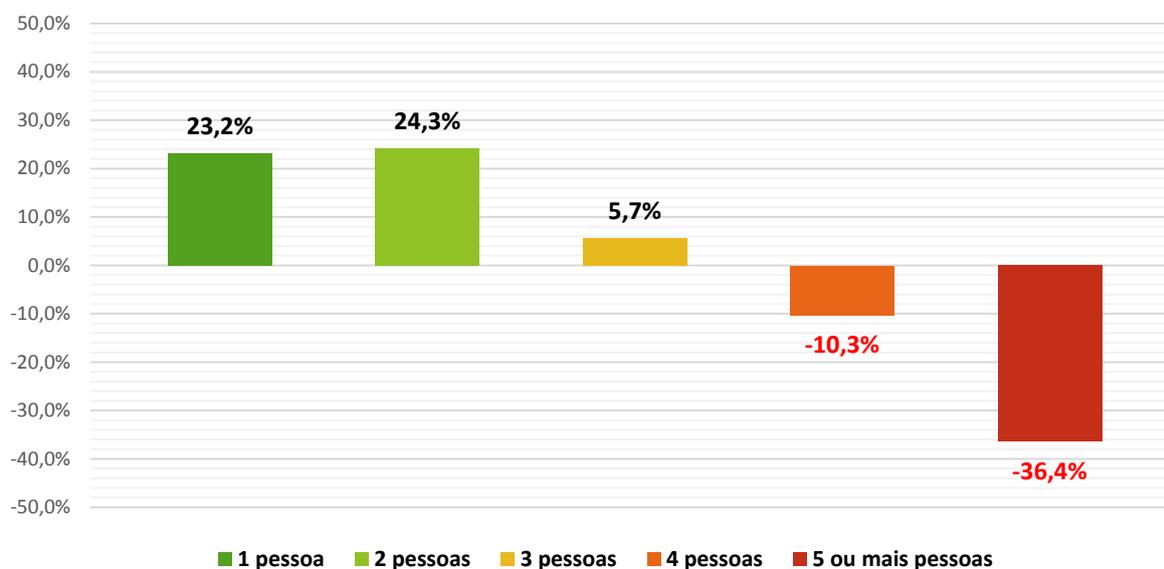
Tabela 22. Evolução da dimensão média das famílias (1981-2011)
(Fonte: Censos 1981-2001-2011, INE - PORDATA)

UNIDADE TERRITORIAL	1981	2001	2011
Região Norte (NUT II)	3,8	3,0	2,7
Sub-região Terras de Trás-os-Montes (NUT III)	3,4	2,7	2,4
Bragança (concelho)	3,4	2,7	2,5

Analisando a estrutura familiar, o Gráfico 9 apresenta a variação da dimensão média das famílias clássicas em Bragança entre 2001 e 2011, sendo possível constatar um crescimento de expressivo do número de agregados de menor dimensão, constituídos por uma ou duas pessoas (56,6% do total em 2011). Este cenário não se apresenta, contudo, tão gravoso como o observado a nível regional, onde, em 2011, se regista um aumento de 43,2% do número de famílias unipessoais e de 28,8% do número de famílias com duas pessoas. Por sua vez, na sub-região Terras de Trás-os-Montes, os valores

mostram-se mais favoráveis, com aumentos de 17,7% e de 12,0% do número de famílias clássicas constituídas por uma e duas pessoas, respetivamente.

Gráfico 9. Variação na dimensão média das famílias clássicas em Bragança (2001-2011)
(Fonte: Censos 2001-2011, INE)



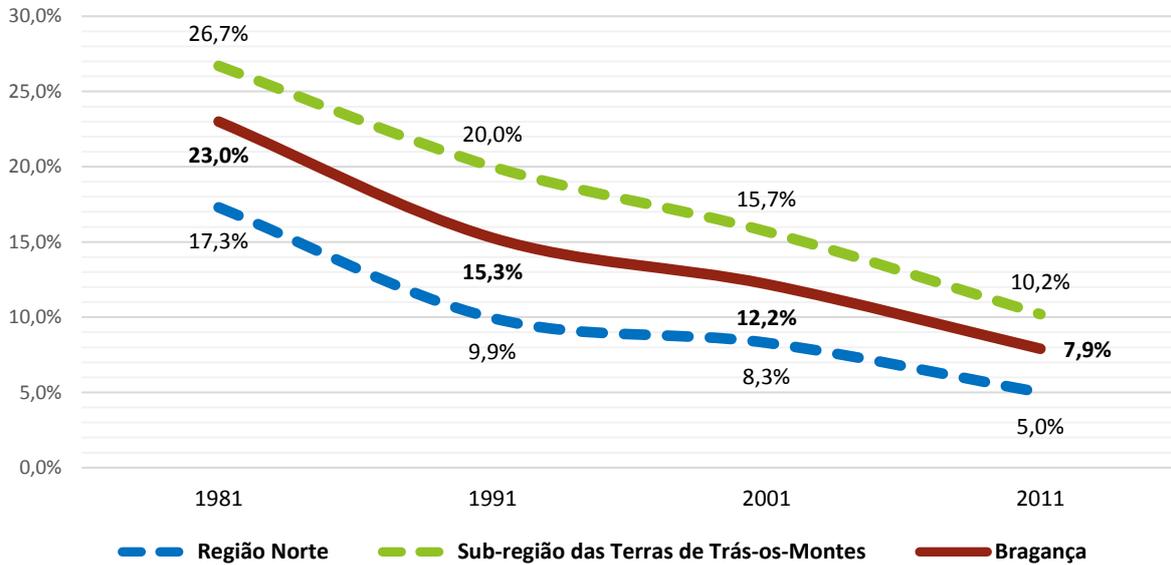
No polo oposto, assiste-se a uma redução drástica das famílias mais numerosas, principalmente daquelas que são constituídas por cinco ou mais pessoas (-36,4%), correspondendo, em Bragança, a somente 4,5% do total em 2011. Por seu turno, as famílias constituídas por três ou quatro pessoas representam cerca de 39,0% do total das famílias clássicas residentes no concelho.

3.2.5. ESCOLARIDADE

Os dados censitários disponibilizados pelo INE revelam que, apesar de uma evolução positiva da **taxa de analfabetismo** em Bragança (Gráfico 10), a percentagem registada em 2011 apresenta-se, ainda, consideravelmente elevada (7,9%), inferior à registada pela sub-região (10,2%), mas superior à observada na região Norte (5,0%).

Gráfico 10. Evolução da taxa de analfabetismo (2001-2011)

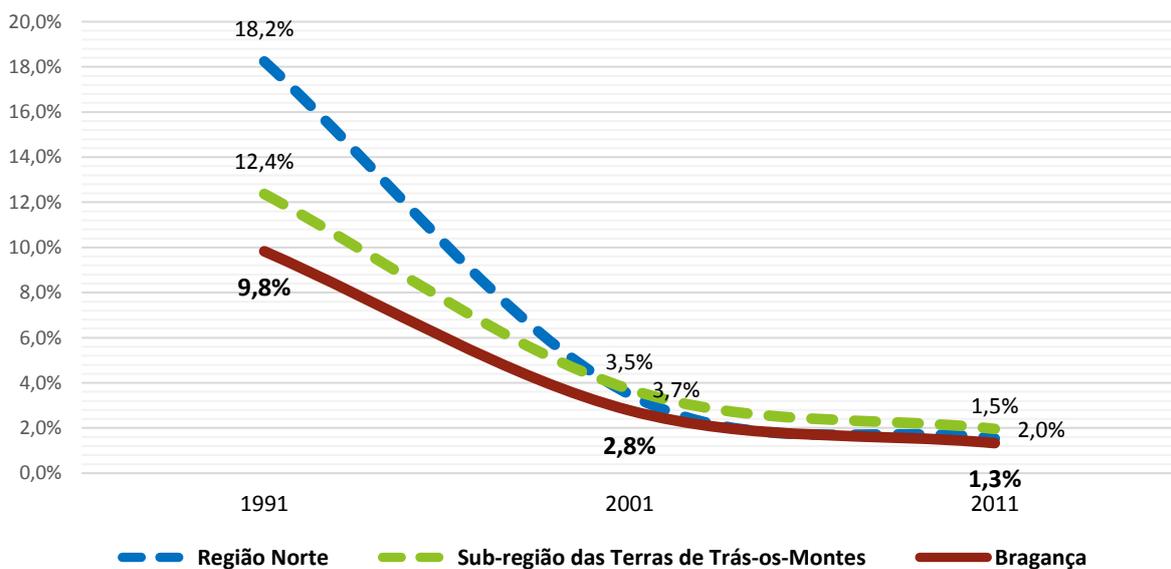
(Fonte: Censos 2001-2011, INE)



A análise dos dados censitários revela, igualmente, uma evolução positiva da **taxa de abandono escolar** (percentagem da população com idade entre 10 e 15 anos de idade que abandonou a escola sem concluir o 9.º ano), registando-se, em Bragança, uma média de 1,3%, valor superior ao apresentado pelas duas unidades territoriais supramunicipais de referência (Gráfico 11).

Gráfico 11. Evolução da taxa de abandono escolar (1991-2011)

(Fonte: Censos 1991-2001-2011, INE)



Relativamente aos **níveis de escolaridade**, a Tabela 23, relativa à população residente, em 2001 e 2011, com 15 ou mais anos, reflete uma evolução positiva nos níveis escolares mais elevados.

No período em análise assiste-se, igualmente, a uma diminuição de cerca de 40,0% da proporção da população sem escolarização em Bragança (em linha com os valores observados nas duas unidades territoriais supramunicipais de referência), bem como da proporção de indivíduos detentores do 1.º e 2.º ciclos (-10,1% e -11,3%, respetivamente). Em contrapartida, a percentagem de indivíduos detentores do 3.º ciclo e do ensino secundário cresceu (9,2% e 19,5%, respetivamente), sendo que os maiores incrementos se verificam ao nível do ensino médio (+37,5%) e do ensino superior, com um expressivo aumento de 87,5%.

Tabela 23. Evolução da proporção dos níveis de escolaridade (2001-2011)

(Fonte: *Estimativas Provisórias Anuais da População Residente*, INE)

		REGIÃO NORTE (NUT II)	SUB-REGIÃO TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES (NUT III)	BRAGANÇA (concelho)
SEM ESCOLARIZAÇÃO	2001	17,7	27,9	21,4
	2011	10,3	16,8	13
	Variação (%)	-41,8%	-39,8%	-39,3%
1.º CICLO	2001	32,9	31,4	28,7
	2011	29,7	31,6	25,8
	Variação (%)	-9,7%	0,6%	-10,1%
2.º CICLO	2001	16,7	12,8	11,5
	2011	14,8	11,2	10,2
	Variação (%)	-11,4%	-12,5%	-11,3%
3.º CICLO	2001	14,6	12,5	15,2
	2011	18,5	15,3	16,6
	Variação (%)	26,7%	22,4%	9,2%
ENSINO SECUNDÁRIO	2001	11,3	9,3	12,8
	2011	14	12,6	15,3
	Variação (%)	23,9%	35,5%	19,5%
ENSINO MÉDIO	2001	0,6	0,5	0,8
	2011	0,8	0,8	1,1
	Variação (%)	33,3%	60,0%	37,5%
ENSINO SUPERIOR	2001	6,2	5,6	9,6
	2011	12	11,7	18
	Variação (%)	93,5%	108,9%	87,5%

De referir, no entanto, que o nível de escolaridade dominante em Bragança continua a ser o 1.º ciclo, com uma representatividade de 25,8% da população. Segue-se, no polo oposto, a proporção dos indivíduos detentores do ensino superior completo (18,0%), valor consideravelmente superior ao registado, em 2011, na região Norte (12,0%) e no conjunto dos nove municípios que constituem a sub-região Terras de Trás-os-Montes (17,7%).

3.3. PARQUE EDIFICADO

No presente subcapítulo desenvolve-se uma análise genérica do parque edificado presente no concelho de Bragança, focando, sobretudo, as tendências de evolução do número, tipologias e outras características dos edifícios habitacionais e dos alojamentos familiares.

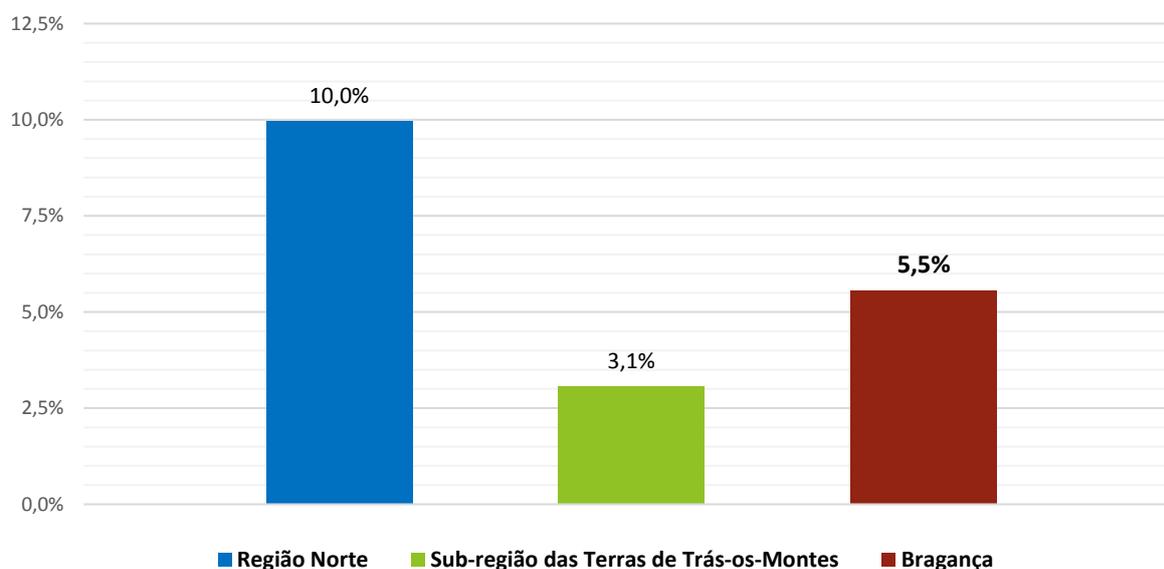
3.3.1. EDIFÍCIOS

Os edifícios clássicos constituem o universo em análise, com destaque para o estudo das variáveis que dizem respeito às características dos edifícios habitacionais existentes no concelho de Bragança em 2011.

EVOLUÇÃO DO PARQUE EDIFICADO

O número de edifícios localizados no concelho de Bragança regista, no último período intercensitário, um crescimento de cerca de 5,5%, tendo passado de 15.649, em 2001, para 16.517 unidades em 2011. Comparativamente com as unidades supramunicipais, este incremento do número de edifícios em Bragança não se apresenta tão acentuado como na região Norte, mas é superior ao observado na sub-região Terras de Trás-os-Montes (Gráfico 12).

Gráfico 12. Variação do número de edifícios clássicos (2001-2011)
(Fonte: Censos 2001-2011, INE)



No nível infra-concelhio, a Tabela 24 evidencia as assimetrias existentes quanto ao ritmo de crescimento do número de edifícios, sendo possível constatar que, enquanto metade dos aglomerados urbanos de Bragança assiste, entre 2001 e 2011, a um decréscimo do parque edificado, a outra metade regista variações positivas. Por sua vez, nove aglomerados não apresentam, na década em análise, qualquer variação no respetivo parque edificado.

Os maiores incrementos pertencem a Vale de Lamas (Baçal), Britelo (Donai), Laviados (Babe) e Montesinho (França), com 96,2%, 75,9%, 71,4% e 51,1%, respetivamente. Fontes Transbaceiro e Zeive (Parâmio), Baçal, Veigas de Quintela (Quintela de Lapaças), Terroso (Espinhosela) e Valverde (Pinela) registam, igualmente, crescimentos significativos, todos iguais ou superiores a 25,0%. Por sua vez, Bragança, o aglomerado urbano onde reside a maioria da população do concelho, apresenta um aumento de 11,6% do número de edifícios, passando de 5.886, em 2001, para 6.571 unidades em 2011.

No polo oposto, do conjunto de aglomerados com mais de 10 edifícios registados em 2001, destacam-se Sortes U2, Reta da Mosca (Rebordãos) e Carrazedo como os aglomerados que apresentam os decréscimos mais expressivos (-69,2%, -63,3% e -30,5%, respetivamente). Bragada (Quintela de Lapaças), Veigas de Quintanilha (Quintanilha), Ponte de Castrelos (UF de Castrelos e Carrazedo), Pereiros (UF de Rebordainhos e Pombares) e Vale de Nogueira (Salsas) observam, também, diminuições importantes, superiores a 15,0%.

Tabela 24. Variação dos edifícios clássicos, por aglomerado urbano (2001-2011)
(Fonte: Censos 2001-2011, INE)

FREGUESIA	LOCALIZAÇÃO		EDIFÍCIOS CLÁSSICOS (n.º)		VARIÇÃO (%)
	CÓDIGO	AGLOMERADO URBANO	2001	2011	
Alfaião	A001	Alfaião	110	125	13,6
Babe	A002	Babe	158	139	-12,0
	A003	Laviados	35	60	71,4
Baçal	A004	Baçal	110	141	28,2
	A005	Sacóias	79	77	-2,5
	A006	Vale de Lamas	53	104	96,2
Baçal; Gimonde; UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	A007	Quinta das Carvas**	-	84	-
Carragosa	A008	Carragosa	79	91	15,2
	A009	Soutelo	83	83	-
Castro de Avelãs	A010	Castro de Avelãs	49	44	-10,2
	A011	Fontes Barrosas	43	41	-4,7
	A012	Grandais	20	21	5,0
	A013	Torre Velha*	16	15	-6,3

LOCALIZAÇÃO			EDIFÍCIOS CLÁSSICOS (n.º)		VARIÇÃO (%)
FREGUESIA	CÓDIGO	AGLOMERADO URBANO	2001	2011	
Castro de Avelãs; Donai; Gostei; Nogueira; Samil, UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	A014	Bragança	5.886	6.571	11,6
Coelhoso	A015	Coelhoso	244	295	20,9
	A016	Quintas de Montesinho	13	16	23,1
Donai	A017	Britelo	29	51	75,9
	A018	Donai	73	84	15,1
	A019	Lagomar	47	54	14,9
	A020	Sabariz	16	18	12,5
	A021	Vila Nova	62	64	3,2
Espinhosela	A022	Cova da Lua	44	50	13,6
	A023	Espinhosela	82	73	-11,0
	A024	Terroso	40	50	25,0
	A025	Vilarinho	66	69	4,5
França	A026	França	120	128	6,7
	A027	Montesinho	45	68	51,1
	A028	Portelo	50	46	-8,0
Gimonde	A029	Gimonde	171	203	18,7
Gondesende	A030	Gondesende	26	30	15,4
	A031	Oleiros	50	48	-4,0
	A032	Portela	52	50	-3,8
Gostei	A033	Castanheira	28	28	s/Var.
	A034	Formil	65	61	-6,2
	A035	Gostei	44	47	6,8
Grijó de Parada	A036	Freixedelo	87	83	-4,6
	A037	Grijó de Parada	135	146	8,1
Macedo do Mato	A038	Frieira	47	54	14,9
	A039	Macedo do Mato	100	94	-6,0
	A040	Sanceriz	72	68	-5,6
Mós	A041	Mós	74	74	s/Var.
Mós; Sortes	A042	Paçó	89	99	11,2
	A043	Zona Industrial de Mós*	0	2	-
Nogueira	A044	Bairro da Mosca	26	30	15,4
	A045	Nogueira	156	152	-2,6
Outeiro	A046	Outeiro	182	169	-7,1
	A047	Paradinha	129	125	-3,1
Parâmio	A048	Fontes Transbaceiro	38	49	28,9

FREGUESIA	LOCALIZAÇÃO		EDIFÍCIOS CLÁSSICOS (n.º)		VARIACÃO (%)
	CÓDIGO	AGLOMERADO URBANO	2001	2011	
	A049	Maçãs	53	57	7,5
	A050	Parâmio	62	69	11,3
	A051	Zeive	32	40	25,0
Pinela	A052	Pinela	197	216	9,6
	A053	Valverde	28	35	25,0
Quintanilha	A054	Quintanilha	129	132	2,3
	A055	Refega	41	39	-4,9
	A056	Veigas de Quintanilha	37	30	-18,9
Quintela de Lapaças	A057	Bragada	57	46	-19,3
	A058	Quintela de Lapaças	139	119	-14,4
	A059	Veigas de Quintela	45	57	26,7
Rabal	A060	Rabal	167	158	-5,4
Rebordãos	A061	Rebordãos	217	217	s/Var.
	A062	Reta da Mosca*	30	11	-63,3
	A063	Sarzeda	80	92	15,0
Salsas	A064	Freixeda	45	43	-4,4
	A065	Moredo	58	52	-10,3
	A066	Salsas	138	129	-6,5
	A067	Vale de Nogueira	91	77	-15,4
Santa Comba de Rossas	A068	Santa Comba de Rossas	229	225	-1,7
São Pedro de Sarracenos	A069	São Pedro de Sarracenos	163	185	13,5
Sendas	A070	Fermentões	51	52	2,0
	A071	Sendas	37	35	-5,4
	A072	Vila Franca	53	53	s/Var.
Serapicos	A073	Carçãozinho	39	36	-7,7
	A074	Serapicos	152	132	-13,2
	A075	Vila Boa	71	66	-7,0
Sortes	A076	Lanção	61	64	4,9
	A077	Sortes	77	88	14,3
	A078	Sortes U2*	13	4	-69,2
	A079	Vidoedo	33	31	-6,1
UF de Aveleda e Rio de Onor	A080	Aveleda	111	109	-1,8
	A081	Guadramil	40	39	-2,5
	A082	Rio de Onor	65	65	s/Var.
	A083	Varge	117	121	3,4
UF de Castrelos e Carrazedo	A084	Alimonde	71	80	12,7

FREGUESIA	LOCALIZAÇÃO		EDIFÍCIOS CLÁSSICOS (n.º)		VARIACÃO (%)
	CÓDIGO	AGLOMERADO URBANO	2001	2011	
	A085	Carrazedo	59	41	-30,5
	A086	Castrelos	65	65	s/Var.
	A087	Conlelas	70	82	17,1
	A088	Ponte de Castrelos*	11	9	-18,2
UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova	A089	Calvelhe	126	123	-2,4
	A090	Paradinha Nova	119	126	5,9
	A091	Paradinha Velha	13	15	15,4
	A092	Izeda	569	533	-6,3
UF de Parada e Failde	A093	Carocedo	56	55	-1,8
	A094	Failde	45	52	15,6
	A095	Parada	331	377	13,9
	A096	Paredes	157	176	12,1
UF de Rebordainhos e Pombares	A097	Pereiros	32	27	-15,6
	A098	Pombares	52	48	-7,7
	A099	Quintas de Arufe*	6	2	-66,7
	A100	Rebordainhos	87	88	1,1
UF de Rio Frio e Milhão	A101	Milhão	98	93	-5,1
	A102	Paçô de Rio Frio	83	93	12,0
	A103	Quintas do Vilar	23	20	-13,0
	A104	Rio Frio	159	153	-3,8
	A105	Vale de Prados*	9	7	-22,2
UF de São Julião de Palácios e Deilão	A106	Deilão	71	76	7,0
	A107	Palácios	41	36	-12,2
	A108	Petisqueira	42	42	s/Var.
	A109	São Julião de Palácios	200	193	-3,5
	A110	Vila Meã	58	56	-3,4
UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	A111	Meixedo	77	82	6,5
	A112	Oleirinhos	28	28	s/Var.
	A113	Quintas da Seara**	-	34	-
Zoio	A114	Martim	25	22	-12,0
	A115	Refóios	27	28	3,7
	A116	Zoio	73	71	-2,7
TOTAL DOS AGLOMERADOS			15.064	16.131	7,1

Nota: * Em 2001 e 2011, os aglomerados urbanos (definidos no PDM em vigor) *Ponte de Castrelos*, *Quintas de Arufe*, *Reta da Mosca*, *Sortes U2*, *Torre Velha*, *Vale de Prados* e *Zona Industrial de Mós* encontram-se inseridos nas áreas residuais (unidades territoriais estatísticas residuais para recenseamento da população e da habitação), pelo que os valores apresentados relativos à população residente são aproximados; ** Os aglomerados urbanos *Quinta das Carvas* e *Quintas da Seara* surgem como lugares censitários apenas em 2011, sendo que, em 2001, encontravam-se inseridos na população *Residual* (isolada).

DENSIDADE DO EDIFICADO

A maior concentração de edifícios clássicos verifica-se em Petisqueira (UF de São Julião de Palácios e Deilão), que apresenta uma densidade de 10,4 edifícios/hectare em 2011. Segue-se Laviados (Babe), com uma densidade de 9,1 edifícios/hectare (Tabela 25).

Tabela 25. Densidade do edificado, por aglomerado urbano (2011)
(Fonte: Censos 2011, INE)

FREGUESIA	LOCALIZAÇÃO		DENSIDADE DO EDIFICADO EM 2011 (n.º edifícios/hectare)
	CÓDIGO	AGLOMERADO URBANO	
Alfaião	A001	Alfaião	3,7
Babe	A002	Babe	4,0
	A003	Laviados	9,1
Baçal	A004	Baçal	5,0
	A005	Sacóias	2,6
	A006	Vale de Lamas	5,8
Baçal; Gimonde; UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	A007	Quinta das Carvas**	0,8
Carragosa	A008	Carragosa	3,5
	A009	Soutelo	6,1
Castro de Avelãs	A010	Castro de Avelãs	3,7
	A011	Fontes Barrosas	4,8
	A012	Grandais	2,3
	A013	Torre Velha*	6,9
Castro de Avelãs; Donai; Gostei; Nogueira; Samil, UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	A014	Bragança	4,3
Coelhoso	A015	Coelhoso	4,7
	A016	Quintas de Montesinho	5,6
Donai	A017	Britelo	1,7
	A018	Donai	5,3
	A019	Lagomar	5,4
	A020	Sabariz	6,4
	A021	Vila Nova	7,5
Espinhosela	A022	Cova da Lua	4,0
	A023	Espinhosela	6,8
	A024	Terroso	4,3
	A025	Vilarinho	4,7
França	A026	França	5,8
	A027	Montesinho	7,5

FREGUESIA	LOCALIZAÇÃO		DENSIDADE DO EDIFICADO EM 2011 (n.º edifícios/hectare)
	CÓDIGO	AGLOMERADO URBANO	
Gimonde	A028	Portelo	5,0
	A029	Gimonde	4,5
Gondesende	A030	Gondesende	3,8
	A031	Oleiros	4,5
	A032	Portela	4,1
Gostei	A033	Castanheira	5,8
	A034	Formil	6,7
	A035	Gostei	4,1
Grijó de Parada	A036	Freixedelo	3,6
	A037	Grijó de Parada	4,7
Macedo do Mato	A038	Frieira	7,2
	A039	Macedo do Mato	6,3
	A040	Sanceriz	6,0
Mós	A041	Mós	5,4
Mós; Sortes	A042	Paçó	2,6
	A043	Zona Industrial de Mós*	0,1
Nogueira	A044	Bairro da Mosca	0,8
	A045	Nogueira	5,7
Outeiro	A046	Outeiro	4,9
	A047	Paradinha	6,8
Parâmio	A048	Fontes Transbaceiro	5,3
	A049	Maçãs	5,7
	A050	Parâmio	7,2
	A051	Zeive	4,9
Pinela	A052	Pinela	4,3
	A053	Valverde	3,0
Quintanilha	A054	Quintanilha	5,4
	A055	Refega	5,5
	A056	Veigas de Quintanilha	5,0
Quintela de Lampaças	A057	Bragada	5,1
	A058	Quintela de Lampaças	7,5
	A059	Veigas de Quintela	4,8
Rabal	A060	Rabal	6,6
Rebordãos	A061	Rebordãos	4,9
	A062	Reta da Mosca*	2,0
	A063	Sarzeda	4,3

FREGUESIA	LOCALIZAÇÃO		DENSIDADE DO EDIFICADO EM 2011 (n.º edifícios/hectare)
	CÓDIGO	AGLOMERADO URBANO	
Salsas	A064	Freixeda	3,9
	A065	Moredo	3,4
	A066	Salsas	4,8
	A067	Vale de Nogueira	3,0
Santa Comba de Rossas	A068	Santa Comba de Rossas	3,2
São Pedro de Sarracenos	A069	São Pedro de Sarracenos	3,4
Sendas	A070	Fermentões	4,5
	A071	Sendas	4,9
	A072	Vila Franca	3,2
Serapicos	A073	Carçãozinho	1,2
	A074	Serapicos	8,8
	A075	Vila Boa	8,8
Sortes	A076	Lanção	7,6
	A077	Sortes	2,2
	A078	Sortes U2*	0,1
	A079	Vidoedo	6,3
UF de Aveleda e Rio de Onor	A080	Aveleda	8,3
	A081	Guadramil	7,8
	A082	Rio de Onor	7,5
	A083	Varge	7,1
UF de Castrelos e Carrazedo	A084	Alimonde	5,8
	A085	Carrazedo	4,9
	A086	Castrelos	5,0
	A087	Conlelas	6,6
	A088	Ponte de Castrelos*	5,9
UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova	A089	Calvelhe	4,7
	A090	Paradinha Nova	4,2
	A091	Paradinha Velha	3,3
	A092	Izeda	4,3
UF de Parada e Failde	A093	Carocedo	3,7
	A094	Failde	3,2
	A095	Parada	4,3
	A096	Paredes	4,4
UF de Rebordainhos e Pombares	A097	Pereiros	4,8
	A098	Pombares	6,4
	A099	Quintas de Arufe*	0,9

FREGUESIA	LOCALIZAÇÃO		DENSIDADE DO EDIFICADO EM 2011 (n.º edifícios/hectare)
	CÓDIGO	AGLOMERADO URBANO	
	A100	Rebordainhos	4,2
UF de Rio Frio e Milhão	A101	Milhão	3,4
	A102	Paçô de Rio Frio	5,2
	A103	Quintas do Vilar	3,4
	A104	Rio Frio	5,8
	A105	Vale de Prados*	2,6
	UF de São Julião de Palácios e Deilão	A106	Deilão
A107		Palácios	4,8
A108		Petisqueira	10,4
A109		São Julião de Palácios	4,0
A110		Vila Meã	4,8
UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	A111	Meixedo	8,0
	A112	Oleirinhos	3,4
	A113	Quintas da Seara**	2,3
Zoio	A114	Martim	5,3
	A115	Refóios	3,9
	A116	Zoio	4,2
MÉDIA DOS AGLOMERADOS			4,2

Nota: * Em 2001 e 2011, os aglomerados urbanos (definidos no PDM em vigor) *Ponte de Castrelos, Quintas de Arufe, Reta da Mosca, Sortes U2, Torre Velha, Vale de Prados e Zona Industrial de Mós* encontram-se inseridos nas áreas residuais (unidades territoriais estatísticas residuais para recenseamento da população e da habitação), pelo que os valores apresentados relativos à população residente são aproximados; ** Os aglomerados urbanos *Quinta das Carvas e Quintas da Seara* surgem como lugares censitários apenas em 2011, sendo que, em 2001, encontravam-se inseridos na população *Residual* (isolada).

A observação da Tabela 25 permite, ainda, constatar que, na globalidade, as densidades do edificado apresentam-se relativamente reduzidas, situando-se a média dos aglomerados, em 2011, em 4,2 edifícios/hectare (após o acréscimo de 0,3 edifícios/hectare face a 2001), valor próximo do registado pelo núcleo urbano de maior dimensão do concelho, a cidade de Bragança.

A Figura 12 expressa, através da representação do indicador “densidade de edifícios por aglomerado urbano”, esta baixa concentração de edifícios na generalidade do território concelhio. Expressa, igualmente, o aumento da densidade do edificado, sobretudo, na cidade de Bragança e nos aglomerados existentes na zona sul do concelho, nomeadamente na UF de Parada e Failde, Pinela, Coelhooso e na UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova.

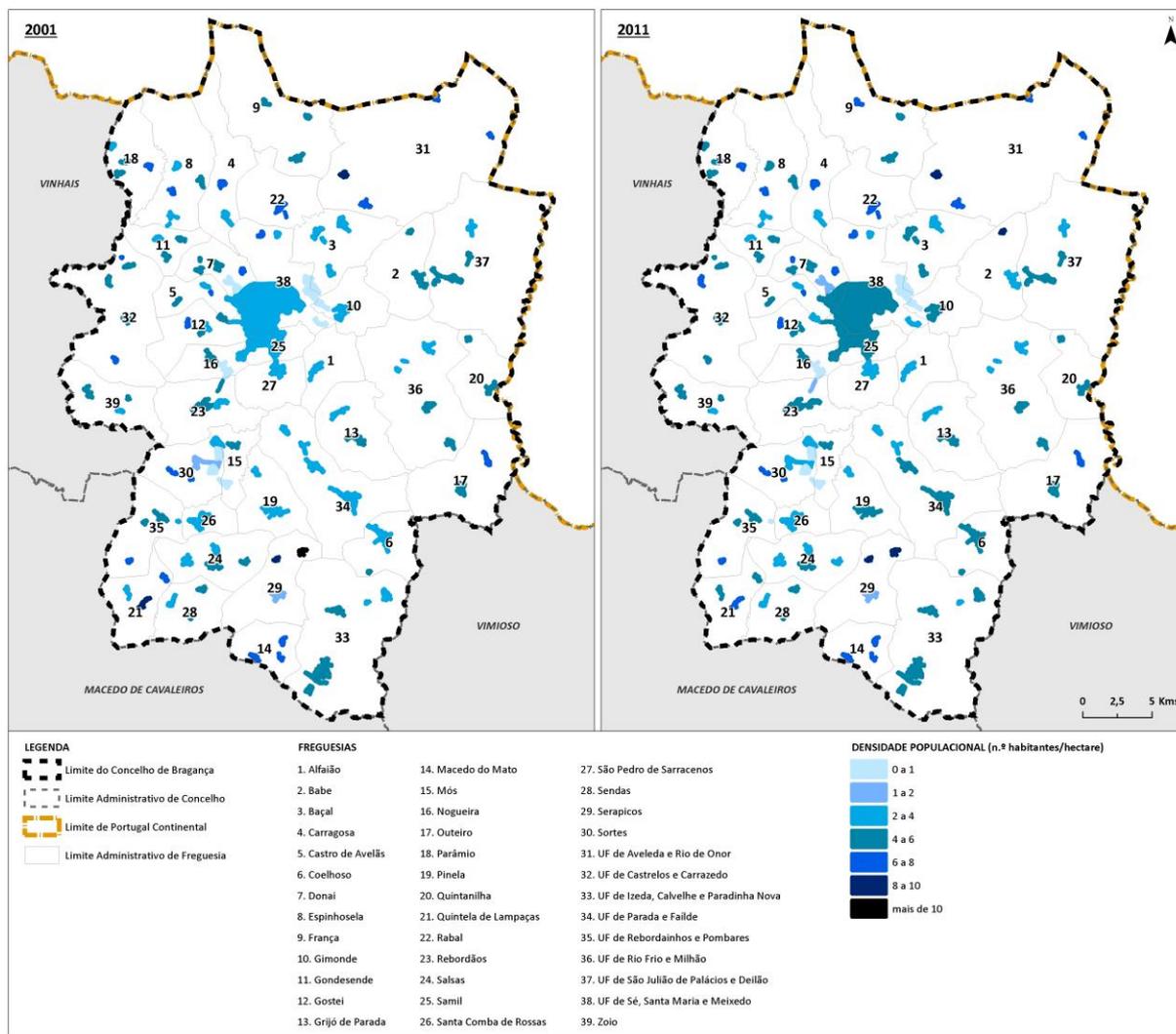


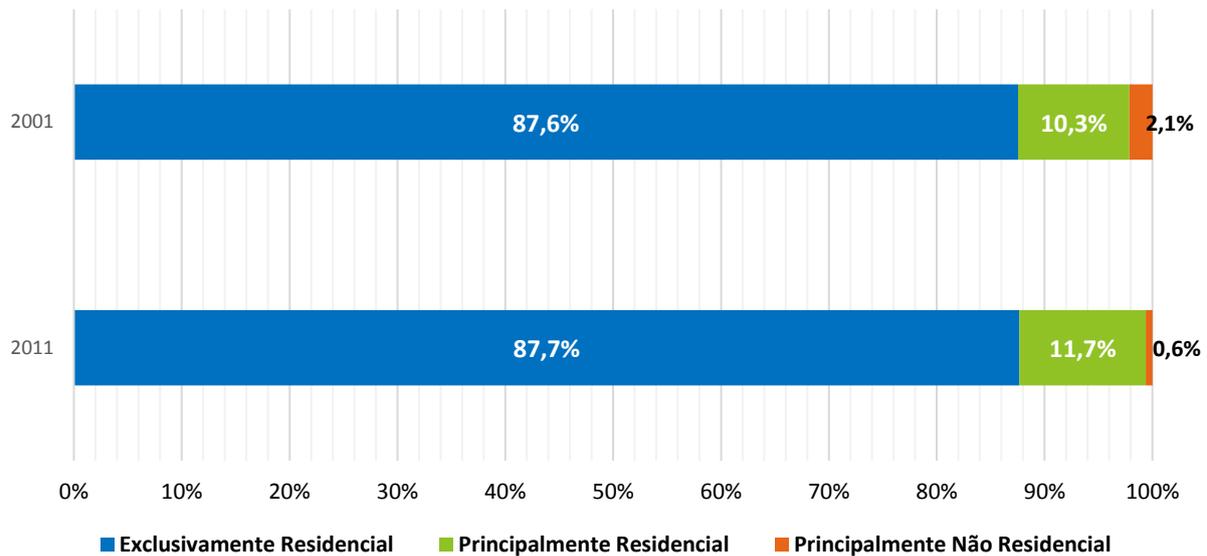
Figura 12. Evolução da densidade do edificado, por aglomerado urbano (Fonte dos dados: Censos 2001-2011, INE. Fontes cartográficas: CAOP, 2018; INE, 2020)

De referir, ainda, que, em 2011, 97,7% dos edifícios clássicos existentes em todo o concelho concentram-se nestes aglomerados urbanos (96,3% em 2001).

FUNÇÕES URBANAS

A leitura do Gráfico 13 permite constatar que, em Bragança, o parque edificado se apresenta marcadamente residencial, verificando-se que, em 2011, somente 12,3% dos edifícios do concelho apresentava outra função para além da habitacional.

Gráfico 13. Evolução da proporção da função dos edifícios clássicos (2001-2011)
(Fonte: Censos 2001-2011, INE)



No entanto, verifica-se também uma tendência de decréscimo daquela percentagem, uma vez que, em 2001, correspondia a 12,4%, pressupondo uma relativa diminuição da multifuncionalidade nos aglomerados urbanos. Este aumento do número de edifícios exclusiva ou principalmente residenciais (5,7% e 19,9%, respetivamente) deve-se, sobretudo, à diminuição drástica do número de edifícios principalmente não residenciais, na ordem dos 70,0%, tendo passado de 335 unidades, em 2001, para apenas 101 em 2011.

No nível infra-concelhio, em 2011, a maioria das freguesias/uniões de freguesias (30 unidades territoriais) apresenta uma proporção de edifícios exclusivamente residenciais superior a 90,0%, sendo que a habitação constitui a única função urbana presente em quatro delas, designadamente em Alfaião, Carragosa, Donai e Sendas. No polo oposto, Parâmio possui apenas 18,4% de edifícios exclusivamente residenciais, seguindo-se, por ordem crescente e com valores inferiores a 50,0%, as freguesias de Espinhosela e Baçal e a UF de São Julião de Palácios e Deilão.

Em anexo ao presente documento (Anexo I) encontra-se a tabela que discrimina o número de edifícios clássicos, por função e por freguesia, no período 2001-2011.

Em termos evolutivos, Parâmio é a freguesia onde, entre 2001 e 2011, se assiste ao maior decréscimo de edifícios unicamente residenciais (-78,6%), seguindo-se Espinhosela e Baçal — com -72,9% e -58,8%, respetivamente — em detrimento, sobretudo, dos edifícios que incluem, para além da habitação, outros usos. Por contraste, Coelhoso e Grijó de Parada quadruplicam o número de edifícios

exclusivamente residenciais e apresentam, no mesmo período, os maiores aumentos deste tipo de edifícios, na ordem de mais de 300,0%. Samil regista, igualmente, um incremento expressivo, duplicando, em 2011, os valores observados em 2001.

Nogueira é a única freguesia onde se verifica um crescimento efetivo do número de edifícios principalmente não residenciais, passando de três unidades registadas em 2001 para nove edifícios identificados à data do último Censos (2011). Por seu lado, nove freguesias/uniões de freguesias apresentam, em 2001, valores que anulam os registados em 2001. Destaca-se Coelhooso que, em 2001, ostentava 134 edifícios principalmente não residenciais, reduzindo-se aquele valor para zero em 2011.

DATA DE CONSTRUÇÃO

O concelho de Bragança apresenta um parque edificado relativamente recente, uma vez que 89,7% dos edifícios do concelho foram construídos a partir de 1946 e mais de metade (52,8%) após o início da década de 80 do século passado.

A leitura dos dados à escala da freguesia, possibilitada pela observação da Tabela 26, permite distinguir, em termos de antiguidade do parque edificado, os territórios infra-concelhios. Assim, dos 1.701 edifícios construídos até 1945, as proporções mais elevadas (superiores a 40,%) localizam-se na UF de Castrelos e Carrazedo e em Carragosa. Zoio e a UF de Rebordainhos e Pombares apresentam, igualmente, percentagens expressivas, ambas superiores a 30,0%. No entanto, o maior número de edifícios mais antigos localiza-se na UF de Sé, Santa Maria e Meixedo, mais precisamente, tal como expectável, no aglomerado da cidade de Bragança, perfazendo um total de 358 unidades. Por outro lado, Samil, Coelhooso e Quintanilha destacam-se como as freguesias onde a menor proporção de edifícios foi construída antes de 1946, correspondendo a menos de 1,0% nas três unidades territoriais.

Por sua vez, a maior proporção de edifícios construídos entre 1946 e 1980 localiza-se em Macedo do Mato e Quintanilha, ambas com 63,2% do respetivo parque edificado construído durante aquele período. Simultaneamente, mais de metade dos edifícios existentes em Quintela de Lampaças, na UF de Parada e Failde e em Donai, foram igualmente construídos entre 1946 e 1980.

Tabela 26. Data de construção dos edifícios clássicos, por freguesia (2011)

(Fonte: Censos 2011, INE)

UNIDADE TERRITORIAL INFRA-CONCELHIA	ATÉ 1945		DE 1946 A 1980		DE 1981 A 2011		TOTAL
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º
Alfaião	9	7,8	40	34,8	90	78,3	139
Babe	7	3,6	80	41,5	113	58,5	200
Baçal	6	2,0	101	33,8	217	72,6	324
Carragosa	72	41,1	59	33,7	51	29,1	182
Castro de Avelãs	17	7,5	87	38,3	136	59,9	240
Coelhoso	1	0,4	97	37,7	215	83,7	313
Donai	6	2,4	137	55,7	157	63,8	300
Espinhosela	32	13,7	96	41,0	115	49,1	243
França	47	21,8	69	31,9	131	60,6	247
Gimonde	26	14,0	92	49,5	111	59,7	229
Gondesende	24	18,2	32	24,2	77	58,3	133
Gostei	3	1,4	88	41,3	151	70,9	242
Grijó de Parada	28	12,6	108	48,6	94	42,3	230
Macedo do Mato	17	7,6	141	63,2	62	27,8	220
Mós	32	19,6	70	42,9	70	42,9	172
Nogueira	4	1,8	65	28,6	159	70,0	228
Outeiro	73	23,5	129	41,5	92	29,6	294
Parâmio	21	11,2	66	35,3	130	69,5	217
Pinela	19	8,3	40	17,5	196	85,6	255
Quintanilha	1	0,5	132	63,2	69	33,0	202
Quintela de Lampaças	18	7,5	149	61,8	57	23,7	224
Rabal	32	18,8	63	37,1	69	40,6	164
Rebordãos	42	12,8	86	26,3	198	60,6	326
Salsas	25	7,4	117	34,7	169	50,1	311
Samil	1	0,2	147	33,6	396	90,6	544
Santa Comba de Rossas	21	9,2	79	34,5	127	55,5	227
São Pedro de Sarracenos	23	13,8	34	20,4	134	80,2	191
Sendas	19	12,5	70	46,1	57	37,5	146
Serapicos	64	24,3	45	17,1	125	47,5	234
Sortes	52	28,3	72	39,1	67	36,4	191
UF de Aveleda e Rio de Onor	39	11,6	115	34,2	192	57,1	346
UF de Castrelos e Carrazedo	118	42,4	90	32,4	71	25,5	279
UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova	91	10,9	406	48,6	303	36,2	800
UF de Parada e Failde	123	20,3	341	56,3	200	33,0	664
UF de Rebordainhos e Pombares	63	33,2	52	27,4	59	31,1	174
UF de Rio Frio e Milhão	85	22,8	108	29,0	176	47,3	369
UF de São Julião de Palácios e Deilão	30	7,1	196	46,6	179	42,5	405
UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	358	6,3	2.157	37,8	3.667	64,2	6.182
Zoio	52	39,7	46	35,1	32	24,4	130
TOTAL/MÉDIA DO CONCELHO	1.701	10,9	6.102	39,0	8.714	55,7	16.517

Finalmente, o maior número de edifícios construídos após 1980 localiza-se também na UF de Sé, Santa Maria e Meixedo, integrando 3.667 (42,1%) dos 8.714 identificados no concelho. Por seu turno, Samil é a freguesia que apresenta, no universo do seu parque edificado, a maior proporção de edifícios recentes com uns expressivos 90,6%. Com proporções igualmente elevadas, seguem-se Pinela, Coelhoso e São Pedro de Sarracenos, com valores superiores a 80,0%.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

Relativamente ao estado de conservação do parque edificado, em 2011, uma percentagem elevada dos edifícios existentes no concelho de Bragança necessitava de obras de reparação (27,8%) e 0,8% encontram-se, ainda, em avançado estado de degradação. No entanto, em termos evolutivos, o concelho regista, entre 2001 e 2011, uma diminuição de 27,9% no número de edifícios com necessidades de reparação (menos 1.773 unidades) e de 72,4% no número de edifícios muito degradados (menos 356 unidades).

A UF de Sé, Santa Maria e Meixedo é a unidade territorial infra-concelhia que, em 2011, apresenta o maior número de edifícios com necessidade de reparação (1.378 unidades) e Mós é a freguesia que detém, no seu âmbito geográfico, a maior proporção deste tipo de edifícios (84,9%). No polo oposto, Pinela possui o menor número de edifícios com necessidades de reparação (13 unidades) e também a menor proporção concelhia, somente 5,1% do total do parque edificado presente na freguesia.

Os edifícios mais degradados concentram-se, sobretudo, na UF de Sé, Santa Maria e Meixedo e em Carregosa (27 e 22 unidades, respetivamente), detendo esta última a maior proporção deste tipo de edifícios a nível concelhio (12,1%). Serapicos, Alfaião, Gondesende e Salsas apresentam, igualmente, valores relativos ao avançado estado de degradação do parque edificado consideravelmente superiores à média do concelho (somente 0,8%). Por outro lado, 16 freguesias/uniões de freguesias (41,0% do total) não apresentam, de acordo com os dados mais recentes, qualquer registo de edifícios muito degradados, destacando-se São Pedro de Sarracenos como a freguesia que regista o maior decréscimo (28 edifícios identificados em 2001).

De referir, ainda, que as três Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) delimitadas no concelho de Bragança — Centro Tradicional de Bragança, Cantarias e São João de Deus — localizam-se precisamente na cidade de Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo), onde se observa o maior número de edifícios degradados e com necessidade de reparação.

Em anexo ao presente documento (Anexo I) encontra-se a tabela que discrimina o estado de conservação dos edifícios clássicos por freguesia, no período 2001-2011.

3.3.2. ALOJAMENTOS

Os alojamentos familiares, ou seja, os alojamentos habitualmente destinados a acomodar uma família, constituem o universo da presente análise.

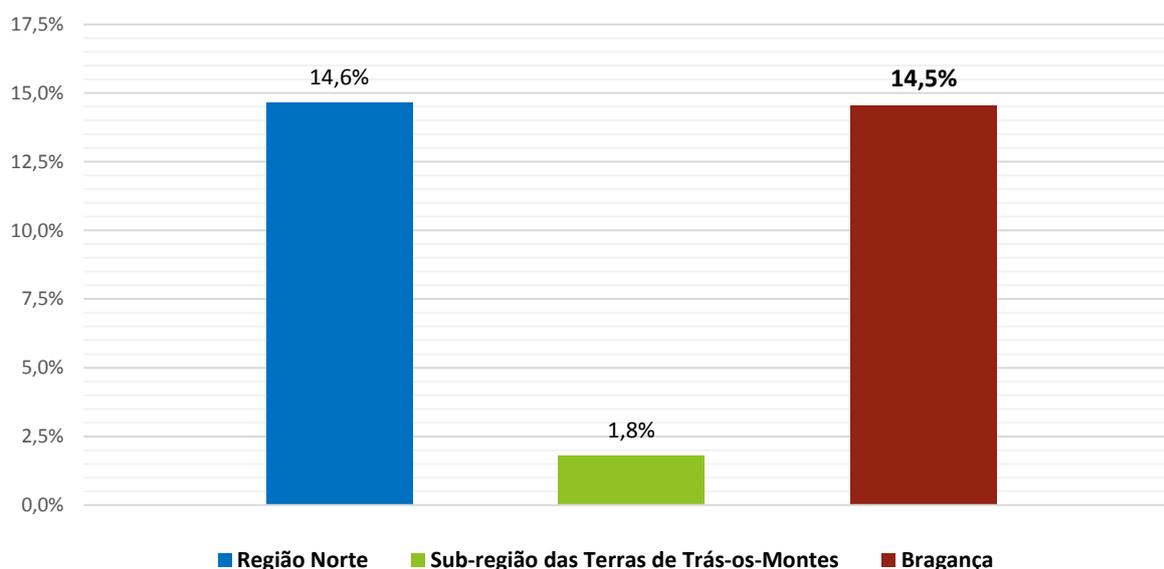
EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALOJAMENTOS

Os dados disponibilizados pelos INE relativos ao último período intercensitário revelam que, no concelho de Bragança, se verifica um crescimento de 14,5% dos alojamentos familiares, passando de 21.635 unidades, em 2001, para 24.782 unidades em 2011.

Este expressivo incremento dos alojamentos familiares em Bragança encontra-se em linha com o observado na região Norte, mas é consideravelmente superior ao registado a nível sub-regional (Gráfico 14).

Gráfico 14. Variação dos alojamentos familiares (2001-2011)

(Fonte: Censos 2001-2011, INE)



No nível infra-concelhio, a Tabela 27 revela as assimetrias existentes quanto ao ritmo de crescimento do número de alojamentos familiares nas diversas freguesias/uniões de freguesias presentes em Bragança.

Tabela 27. Evolução dos alojamentos familiares, por freguesia (2001-2011)
(Fonte: Censos 2001-2011, INE)

UNIDADE TERRITORIAL INFRA-CONCELHIA	ALOJAMENTOS FAMILIARES		
	n.º	%	VARIAÇÃO (%)
Alfaião	115	141	22,6
Babe	193	199	3,1
Baçal	302	324	7,3
Carragosa	175	183	4,6
Castro de Avelãs	238	254	6,7
Coelhoso	259	312	20,5
Donai	258	310	20,2
Espinhosela	237	240	1,3
França	217	238	9,7
Gimonde	191	225	17,8
Gondesende	133	127	-4,5
Gostei	216	246	13,9
Grijó de Parada	226	231	2,2
Macedo do Mato	223	220	-1,3
Mós	163	170	4,3
Nogueira	229	228	-0,4
Outeiro	311	293	-5,8
Parâmio	187	215	15,0
Pinela	229	255	11,4
Quintanilha	209	201	-3,8
Quintela de Lapaças	241	224	-7,1
Rabal	171	160	-6,4
Rebordãos	329	331	0,6
Salsas	337	311	-7,7
Samil	510	687	34,7
Santa Comba de Rossas	236	231	-2,1
São Pedro de Sarracenos	167	191	14,4
Sendas	152	146	-3,9
Serapicos	263	234	-11,0
Sortes	184	191	3,8
UF de Aveleda e Rio de Onor	336	347	3,3
UF de Castrelos e Carrazedo	278	278	s/Var.
UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova	833	806	-3,2
UF de Parada e Failde	615	663	7,8
UF de Rebordainhos e Pombares	190	177	-6,8
UF de Rio Frio e Milhão	372	370	-0,5
UF de São Julião de Palácios e Deilão	421	405	-3,8
UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	11.558	14.286	23,6
Zoio	131	132	0,8
TOTAL/MÉDIA DO CONCELHO	21.635	24.782	14,5

Samil é a freguesia que apresenta, entre 2001 e 2011, a taxa mais alta de crescimento quanto ao número de alojamentos familiares, designadamente 34,7% (177 unidades). Por sua vez, a UF de Sé, Santa Maria e Meixedo, apesar de não registar uma taxa de crescimento tão expressiva (23,6%) detém o aumento do número de alojamentos familiares mais significativo em termos absolutos (2.728 unidades).

Apesar da maioria das freguesias/uniões de freguesias apresentar crescimentos positivos quanto ao número de alojamentos familiares, no polo oposto, Serapicos regista o maior decréscimo deste tipo de alojamentos (-11,0%), uma vez que, em 2011, se observa menos 29 unidades relativamente a 2001. Salsas, Quintela de Lampaças, a UF de Rebordainhos e Pombares, Rabal e Outeiro registam. Igualmente, expressivas taxas de crescimento negativas do número de alojamentos familiares, todas superiores a 5,0%, perfazendo um total de menos 85 unidades face a 2001..

Finalmente, os dados disponibilizados pelo INE revelam, ainda, que a UF de Castrelos e Carrzedo apresenta estagnação ao nível do número de alojamentos familiares, mantendo, em 2011, o mesmo número de unidades existentes em 2001 (278).

FORMA E OCUPAÇÃO DOS ALOJAMENTOS

Quanto à forma de ocupação, apesar do crescimento de 9,9% em relação a 2001, em 2011, pouco mais de metade dos alojamentos familiares presentes no concelho de Bragança é de residência habitual (55,7%).

Nogueira é a unidade territorial infra-concelhia que apresenta a proporção mais elevada de alojamentos familiares de residência habitual (75,0%) e em Pinela observa-se a maior proporção de residências secundárias (62,0%). Com 19,9%, Sortes é a freguesia que detém a taxa mais alta de alojamentos familiares vagos, enquanto 11 freguesias/uniões de freguesias não apresentam qualquer registo de alojamentos e desocupados — Grijó de Parada, Macedo do Mato, Mós, Outeiro, Pinela, Quintela de Lampaças, Rabal, Rebordãos, Serapicos e UF de Aveleda e Rio de Onor.

Em termos evolutivos, o concelho de Bragança apresenta, tal como referido anteriormente, um crescimento no número de alojamentos familiares de residência habitual, perfazendo um total de mais 1.247 unidades em relação a 2001. Esta situação deriva, contudo, do crescimento deste tipo de alojamentos em apenas oito unidades territoriais infra-concelhias, com destaque para os aumentos verificados em São Pedro de Sarracenos (27,7%), Samil (27,4%) e na UF de Sé, Santa Maria e Meixedo

(21,8%). Por sua vez, os decréscimos mais acentuados pertencem a Quintanilha (-23,3%) e à UF de Aveleda e Rio de Onor (-22,0%).

Relativamente aos alojamentos familiares de residência secundária, apenas duas freguesias registam decréscimos no período em análise, designadamente Serapicos (-4,3%) e Sortes com uns expressivos -29,2%. Por seu turno, os maiores crescimentos verificam-se, sobretudo, em Castro de Avelãs (97,4%), Gimonde (80,9%) e Parâmio (78,7%). A UF de Castrelos e Carrazedo e Mós apresentam, igualmente, incrementos significativos, na ordem dos 70,0%.

Finalmente, entre 2001 e 2011, os alojamentos familiares vagos cresceram consideravelmente em Sortes (1.800,0%) e Gostei (600,0%), quase triplicaram em Carragosa e duplicaram em Zoio. Por seu turno, noutras unidades territoriais infra-concelhias assiste-se a reduções consideráveis da proporção de alojamentos familiares vagos, em detrimento, sobretudo, do aumento das residências secundárias. Assim, nove freguesias/uniões de freguesias apresentam, em 2011, valores nulos de alojamentos familiares vagos — Grijó de Parada, Macedo do Mato, Mós, Outeiro, Quintela de Lapaças, Rabal, Rebordãos, Serapicos e UF de Aveleda e Rio de Onor — e Salsas, Nogueira e Castro de Avelãs apresentam reduções superiores a 90,0%.

Perfazendo um total de menos 809 alojamentos familiares vagos em todo o concelho de Bragança, esta redução de 33,7% — de 2.400 unidades, em 2001, para 1.591, em 2011 — revela-se importante quando comparada com as duas unidades territoriais supramunicipais de referência. Assim, se no conjunto dos nove concelhos que constituem a sub-região Terras de Trás-os-Montes se observa, igualmente, uma redução do número de alojamentos familiares vagos, apesar de não tão expressiva como a que se observa no concelho de Bragança (apenas 6,8%), a nível regional regista-se um incremento considerável daquele indicador, com um aumento de 21,0% (

Tabela 28).

Tabela 28. Evolução da proporção da forma de ocupação dos alojamentos familiares (2001-2011)
(Fonte: Censos 2001-2011, INE)

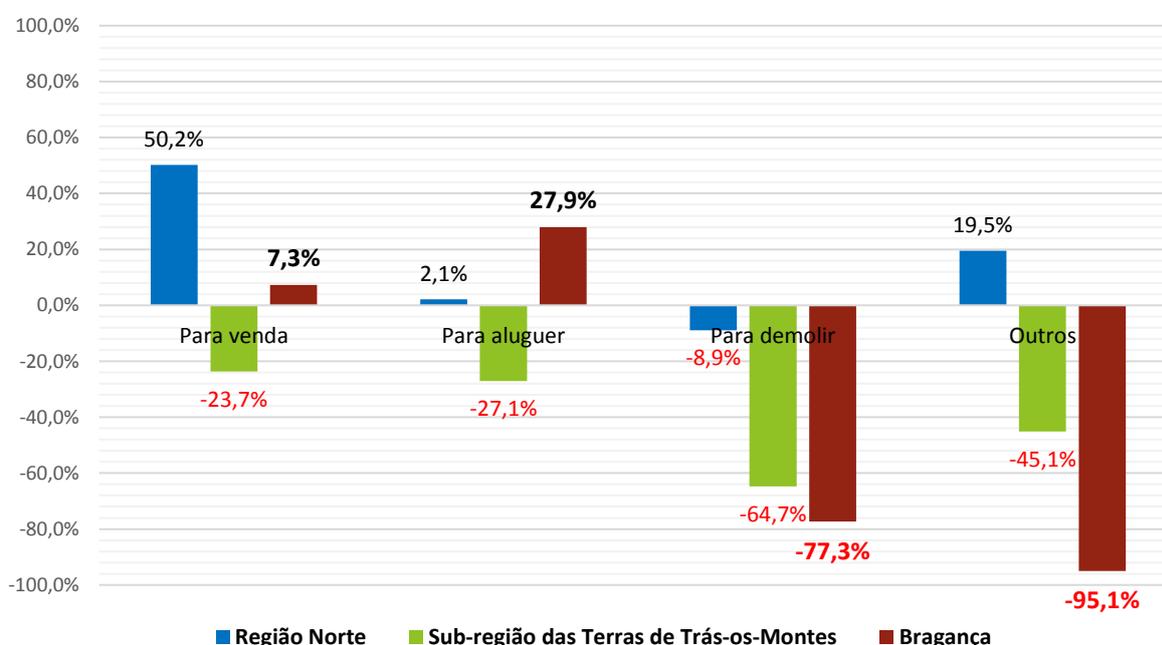
UNIDADE TERRITORIAL	RESIDÊNCIA HABITUAL			RESIDÊNCIA SECUNDÁRIA			VAGO		
	2001	2011	Var.	2001	2011	Var.	2001	2011	Var.
Região Norte	73,6	71,5	11,6	15,9	17,6	26,9	10,4	11,0	21,0
Sub-região Terras de Trás-os-Montes	59,0	55,1	0,5	30,8	36,1	26,2	10,1	8,8	-6,8
Concelho de Bragança	58,0	55,7	9,9	30,9	37,9	40,5	11,1	6,4	-33,7

Em termos proporcionais e absolutos, no concelho de Bragança, o número de alojamentos vagos para aluguer regista o maior crescimento no período em análise (27,9%, ou seja, mais 86 fogos), evidenciando a dinâmica do mercado imobiliário neste setor (Gráfico 15). Os alojamentos familiares para venda registam, igualmente, um acréscimo em relação a 2001 (7,3%).

Em linha com o panorama sub-regional, o número de alojamentos familiares vagos para demolir existentes no concelho de Bragança evidencia uma significativa redução (-77,3%, ou seja, menos 75 unidades).

Gráfico 15. Variação dos alojamentos familiares vagos (2001-2011)

(Fonte: Censos 2001-2011, INE)



De referir, ainda, que a informação censitária não identifica a finalidade de uma parte considerável dos alojamentos familiares vagos (55,7% na região, 64,8% na sub-região e 9,9% no concelho de Bragança em 2011), integrados na categoria “Outros”, facto que dificulta uma análise mais aprofundada das dinâmicas que ocorrem neste domínio.

Em anexo ao presente documento (Anexo I) encontra-se a tabela que discrimina a forma de ocupação dos alojamentos familiares por freguesia, no período 2001-2011.

ALOJAMENTOS NÃO CLÁSSICOS

No concelho de Bragança, o número de barracas e outras instalações precárias apresenta uma redução de apenas duas unidades durante a década de 2001-2011, registando-se a permanência de 27 unidades deste tipo de alojamentos familiares no concelho. Conforme indicado na Tabela 29, trata-se de uma redução de 6,9% face a 2001, proporção muito inferior à observada tanto na sub-região Terras de Trás-os-Montes (-61,3%) como na globalidade da região Norte (-82,1%).

Tabela 29. Evolução dos alojamentos familiares não clássicos (2001-2011)
(Fonte: Censos 2001-2011, INE)

UNIDADE TERRITORIAL	2001	2011	VARIAÇÃO (%)
Região Norte	66.686	1.195	-82,1
Sub-região Terras de Trás-os-Montes	142	55	-61,3
Concelho de Bragança	29	27	-6,9

A observação da Tabela 30 permite constatar o aumento, entre 2001 e 2011, de duas barracas e casas rudimentares de madeira e de 13 alojamentos familiares não clássicos integrados na categoria “Outros”.

Tabela 30. Evolução dos alojamentos familiares não clássicos no concelho de Bragança, por tipo de alojamento (2001-2011)
(Fonte: Censos 2001-2011, INE)

TIPO DE ALOJAMENTO	2001	2011	VARIAÇÃO (%)
Barracas e casas rudimentares de madeira	12	14	16,7
Móveis	3	-	-100,0
Improvizados	14	-	-100,0
Outros	-	13	100,0*
TOTAL	29	27	-6,9

Os alojamentos precários identificados em 2001 localizam-se em Donai (9), Grijó de Parada (1), Parada - UF DE Parada e Failde (1), Santa Comba de Rossas (3), Sé e Santa Maria - UF de Sé, Santa Maria e Meixedo (1 e 12, respetivamente).

HABITAÇÃO SOCIAL

À data do último censo (2011), a sub-região Terras de Trás-os-Montes integrava somente 3,9% dos bairros sociais existentes na globalidade da região Norte, perfazendo 27 unidades, das quais 11,1% se localiza no concelho de Bragança (apenas três bairros).

Por outro lado, a informação mais recente divulgada pelo INE, referente a 2015, indica que, em Bragança, existem 27 edifícios de habitação social (cerca de 7,9% do total existente a nível sub-regional), dos quais seis com propriedade parcial do município. A totalidade dos edifícios de habitação social integram 275 fogos, 13 dos quais ainda vagos, encontrando-se os restantes 262 arrendados.

A Tabela 31 sintetiza a conjuntura da habitação social em Bragança.

Tabela 31. Conjuntura da habitação social (2011 e 2015)

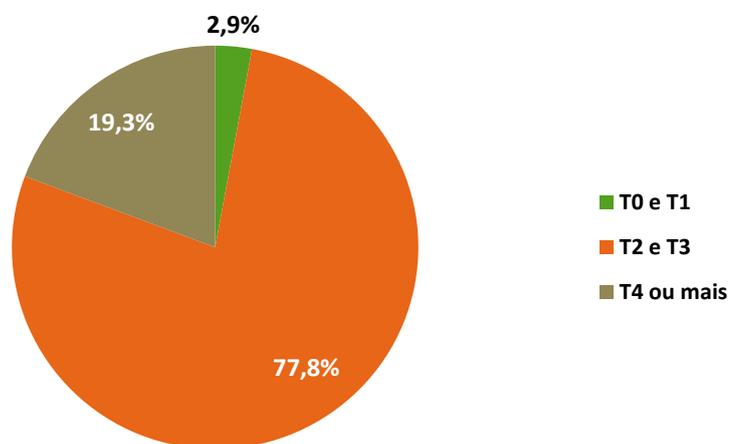
(Fonte: INE)

UNIDADE TERRITORIAL	BAIRROS (n.º)	EDIFÍCIOS (n.º)	FOGOS (n.º)			
			VAGOS	OCUPADOS ILEGALMENTE	ARRENDADOS	TOTAL
Região Norte	690	6.106	2.132	111	39.706	41.949
Sub-região Terras de Trás-os-Montes	27	341	34	16	735	785
Concelho de Bragança	3	27	13	-	262	275

Conforme demonstra o Gráfico 16, a maioria dos fogos de habitação social existentes em Bragança integram-se nas tipologias T2 e T3 (214 fogos), seguindo-se as tipologias T4 ou mais (53 fogos) e T0 e T1 com apenas oito fogos.

Gráfico 16. Variação dos alojamentos familiares vagos (2001-2011)

(Fonte: Censos 2001-2011, INE)



De referir, ainda, que, em 2011, o número de casos registados de pedidos de habitação em Bragança constitui cerca de 30,6% do total observado na sub-região Terras de Trás-os-Montes, perfazendo 45 solicitações (recorde-se a permanência de 27 alojamentos precários, bem como a existência de 13 fogos de habitação social vagos no concelho).

3.4. ATIVIDADES ECONÓMICAS

O presente subcapítulo centra-se no estudo das dinâmicas económicas, procurando identificar as tendências evolutivas dominantes em termos de atividade económica e os setores de atividade que têm desempenhado um papel mais preponderante no desenvolvimento do concelho de Bragança.

Com o objetivo de analisar as transformações ocorridas ao nível da atividade económica, utilizam-se três fontes de informação complementares entre si, nomeadamente o INE, no que respeita à informação censitária, o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) relativamente a alguns dados sobre o desemprego e o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) - Quadros de Pessoal, com informação mais detalhada sobre as empresas, estabelecimentos e pessoas ao serviço. De referir, no entanto, que os elementos disponibilizados pelo MTSSS não incluem os profissionais liberais e os funcionários públicos, pelo que os dados são utilizados no sentido de obter um retrato do tecido empresarial instalado no concelho de Bragança.

3.4.1. POPULAÇÃO ATIVA, EMPREGO E DESEMPREGO

À data do último recenseamento (2011), menos de metade da população residente em Bragança com 15 ou mais anos de idade se encontra ativa (49,8%), ou seja, empregada ou à procura de emprego, uma proporção superior à registada no nível sub-regional, mas inferior à observada na região Norte (Tabela 32).

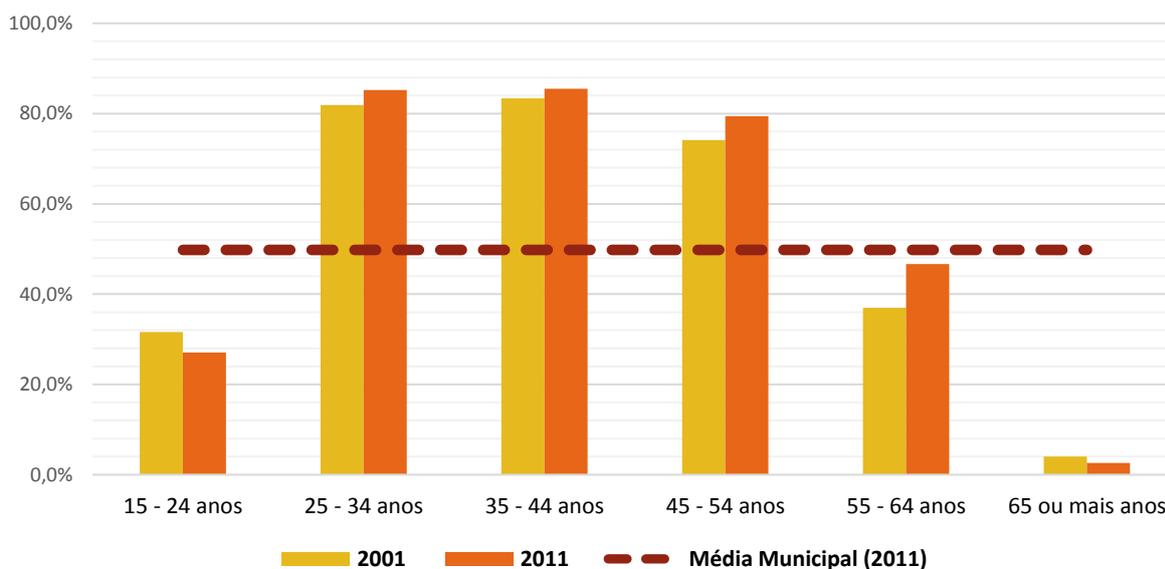
No entanto, em termos evolutivos, a taxa de atividade em Bragança apresenta um crescimento face ao valor observado na década anterior consideravelmente superior ao verificado nas Terras de Trás-os-Montes, que apresenta, igualmente, uma variação positiva. Por sua vez, a região Norte regista um decréscimo significativo da taxa de atividade, com uma variação negativa de 2,2% em relação a 2001.

Tabela 32. Evolução da taxa de atividade (2001-2011)
(Fonte: Censos 2001-2011, INE - PORDATA)

UNIDADE TERRITORIAL	TAXA DE ATIVIDADE (%)		
	2001	2011	VARIAÇÃO 2001-2011
Região Norte	58,3	56,1	-2,2
Sub-região Terras de Trás-os-Montes	43,9	44,2	0,3
Concelho de Bragança	48,8	49,8	1

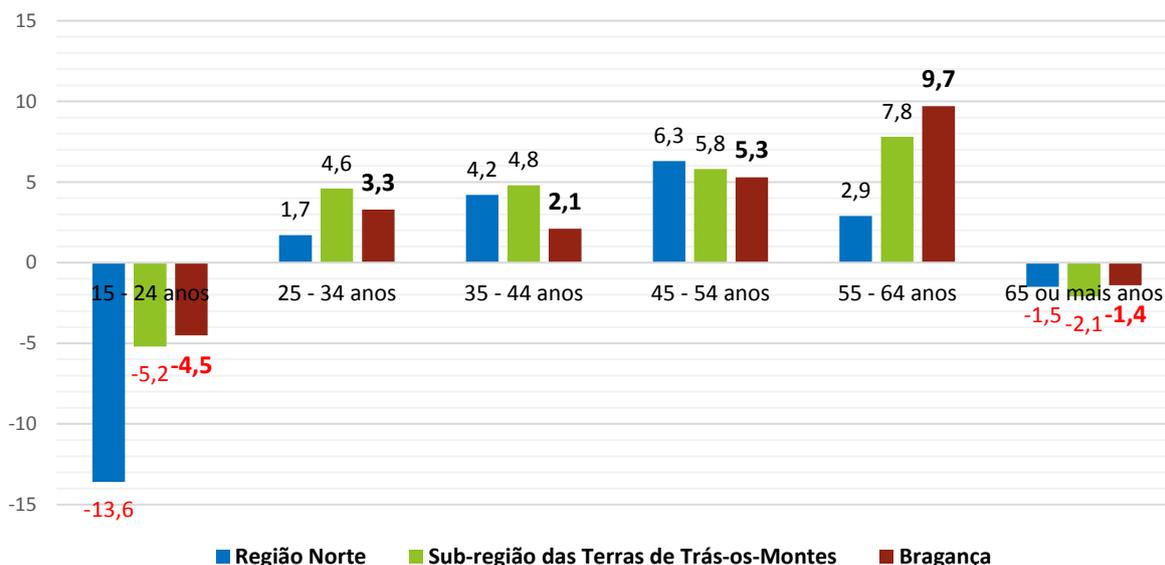
A evolução da taxa de atividade distribui-se de forma diferenciada em função dos escalões etários, encontrando-se claramente acima da média municipal em 2011 nas faixas etárias intermédias que agregam a população entre 25 e 54 anos (Gráfico 17).

Gráfico 17. Evolução da taxa de atividade, por escalão etário (2001-2011)
(Fonte: Censos 2001-2011, INE - PORDATA)



Em termos evolutivos, salienta-se a diminuição da taxa de atividade tanto no grupo etário mais jovem (15-24 anos) como no mais velho (65 ou mais anos), onde se verificam descidas face a 2001 de 4,5% e 1,4, respetivamente (Gráfico 18).

Gráfico 18. Variação da taxa de atividade, por escalão etário (2001-2011)
(Fonte: Censos 2001-2011, INE - PORDATA)



Por sua vez, o crescimento mais significativo observa-se no grupo de pessoas entre os 55 e os 64 anos, com um aumento de 9,7%, variação superior à registada nos dois níveis supramunicipais de referência.

Relativamente ao **emprego**, em 2011, 90,1% da população ativa residente em Bragança encontrava-se empregada, valor superior ao registado tanto na sub-região Terras de Trás-os-Montes (89,1%) como na globalidade da região Norte (85,5%).

Entretanto, tendo Bragança sofrido, tal como resto do país, os impactos da crise financeira, os dados mais recentes a nível nacional — ainda não desagregados à escala do concelho — apontam para uma recuperação do emprego, sendo perceptíveis dinâmicas de recuperação económica que se afiguram relevantes.

Sendo assim, tomando como referência os últimos dados estatísticos disponíveis, resultantes dos Censos, a observação da Tabela 33 permite constatar, nas três unidades territoriais analisadas, a crescente presença do setor terciário, em detrimento, sobretudo, do setor primário nos níveis municipal e sub-regional e do setor secundário no nível regional.

Assinala-se, ainda, em Bragança, uma proporção de pessoas empregadas no setor terciário consideravelmente superior à registada nos dois níveis supramunicipais de referência, situando-se, em 2011, em 78,8% (70,4% na sub-região e 61,6% na região Norte).

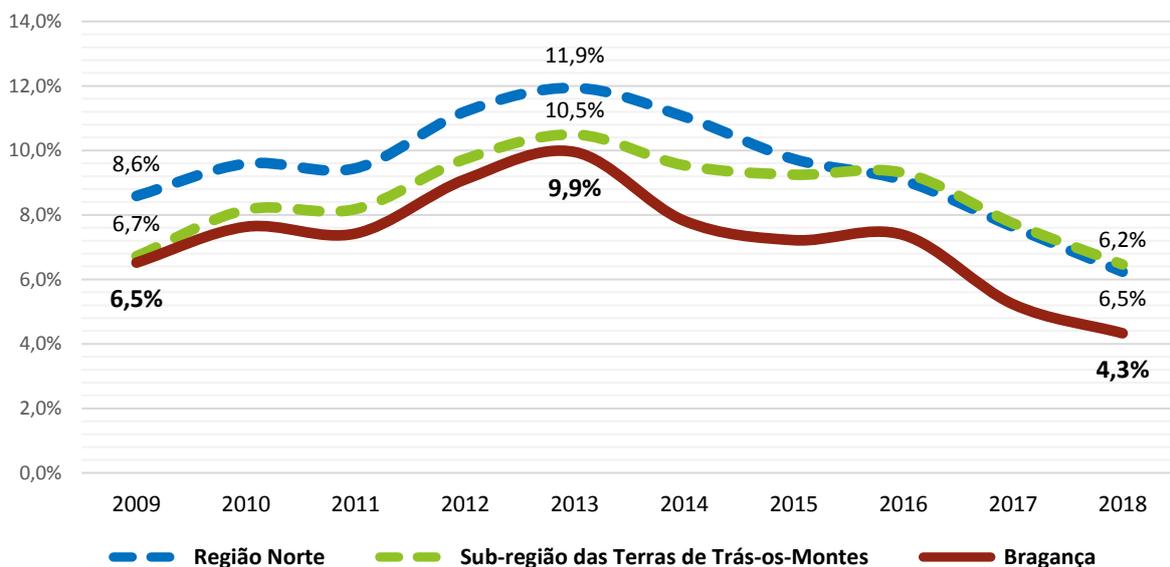
Tabela 33. Evolução da proporção da população residente empregada, por setor de atividade (2001-2011)
(Fonte: Censos 2001-2011, INE - PORDATA)

UNIDADE TERRITORIAL	SETORES DE ATIVIDADE (%)								
	SETOR PRIMÁRIO			SETOR SECUNDÁRIO			SETOR TERCIÁRIO		
	2001	2011	Var.	2001	2011	Var.	2001	2011	Var.
Região Norte	4,8	2,9	-1,9	45,8	35,5	-10,3	49,5	61,6	12,1
Sub-região Terras de Trás-os-Montes	19,2	10,8	-8,4	21,3	18,8	-2,5	59,6	70,4	10,8
Concelho de Bragança	8,9	4,6	-4,3	18,3	16,6	-1,7	72,7	78,8	6,1

Não estando disponível informação relativa à taxa de desemprego posterior à data do último recenseamento à escala concelhia, os dados relativos ao número de inscritos nos centros de emprego do IEFP podem ajudar a traçar o panorama das tendências mais recentes (2009-2018).

Sendo assim, tomando como numerador os inscritos nos centros de emprego e como denominador a população residente com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos, torna-se possível calcular uma hipotética taxa de desemprego. O Gráfico 19 indica uma evolução favorável, sugerindo que Bragança, à semelhança da sub-região Terras de Trás-os-Montes e da região Norte, tem vindo a recuperar do auge da crise económico-financeira (2012-2014). Os dados revelados indicam mesmo que o concelho de Bragança superou, em todos os anos representados, os valores observados nos dois níveis supramunicipais de referência, apresentando-se consideravelmente mais favoráveis nos anos mais recentes.

Gráfico 19. Evolução da proporção de inscritos nos centros de emprego sobre a população residente com 15 a 64 anos (2009-2018)
(Fonte: IEFP/MTSSS, PORDATA)

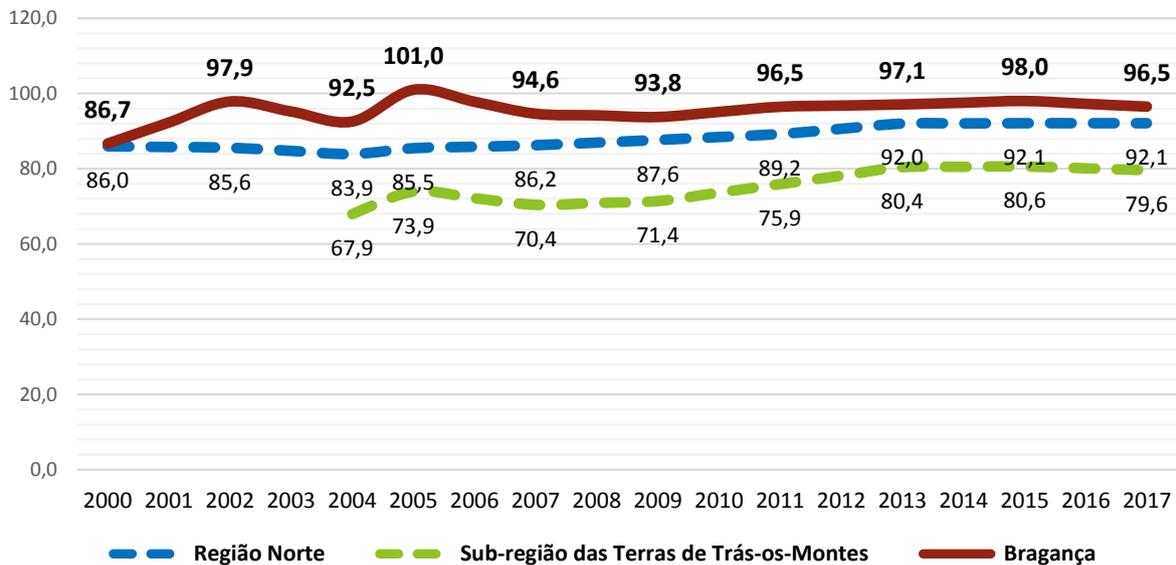


Por sua vez, a análise do Gráfico 20 permite constatar que, entre 2000 e 2017 (última data com dados disponíveis), o poder de compra *per capita* em Bragança tem evoluído favoravelmente, tendo crescido, em termos globais, cerca de 11,3%, passando de 86,7, no ano 2000, para 96,5 em 2017. De referir, ainda, que, em 2005, Bragança regista mesmo um valor superior a 100.

A observação do Gráfico 20 permite, ainda, verificar que, comparativamente com os níveis supramunicipais de referência, este indicador apresenta-se consideravelmente superior e relativamente constante.

Gráfico 20. Evolução do poder de compra *per capita* (2000-2017)

(Fonte: INE)



3.4.2. DINÂMICA EMPRESARIAL

Os dados disponibilizados pelo MTSSS indicam que, entre 2010 e 2018, período que inclui os anos críticos da crise económico-financeira portuguesa, ocorreram, no concelho de Bragança, profundas alterações da estrutura económica e empresarial que redundaram no reforço de um determinado conjunto de atividades económicas, a par do declínio de outras.

A Tabela 34 indica que, no período em análise, apesar da redução do número global de **estabelecimentos** no concelho de Bragança ligados aos setores secundário e terciário (menos 50 e 74 estabelecimentos, respetivamente), o **número de pessoas ao serviço nas empresas** aumentou consideravelmente nos três setores de atividade, sobretudo no terciário, onde se verifica, em 2018, um acréscimo de 892 trabalhadores em relação a 2010. O setor secundário apresenta, igualmente, um crescimento expressivo com mais 417 pessoas ao serviço.

De referir, ainda, o aumento de quatro estabelecimentos e 18 trabalhadores ligados a atividades económicas enquadradas no setor primário, correspondendo a crescimentos de 18,2% e 30,0%, respetivamente, face a 2010.

Tabela 34. Evolução do número de estabelecimentos e de pessoas ao serviço nas empresas, por setor de atividade (2010-2018)
(Fonte: Quadros de Pessoal, MTSSS)

SETOR DE ATIVIDADE	ESTABELECIDAMENTOS			PESSOAS AO SERVIÇO NAS EMPRESAS		
	2010	2018	Var. (%)	2010	2018	Var. (%)
Setor Primário	22	26	18,2	60	78	30,0
Setor Secundário	280	230	-17,9	1.637	2.054	25,5
Setor Terciário	1.063	989	-7,0	4.484	5.376	19,9
TOTAL/MÉDIA DO CONCELHO	1.365	1.245	-8,8	6.181	7.508	21,5

A leitura conjunta da Tabela 35 e da Tabela 36 permite constatar que, num contexto marcado por uma severa crise económica, Bragança assiste a uma dualização do seu tecido empresarial, com diferenças significativas entre os diversos ramos de atividade, independentemente do setor a que pertencem. Por um lado, as empresas que melhor resistiram aos desafios conjunturais e que apresentam um reforço da sua representatividade são as ligadas ao setor terciário, nomeadamente às atividades imobiliárias, às atividades de informação e de comunicação e às atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares, com crescimentos do número de estabelecimentos localizados em Bragança de 33,3%, 23,1% e 20,5%, respetivamente. Contudo, esta situação não se traduz necessariamente na criação de um número significativo de postos de trabalho, perfazendo um total de apenas 25 novos trabalhadores nestes três ramos de atividade — apenas 1,9% do incremento de 1.327 pessoas ao serviço nas empresas.

De facto, tanto em termos percentuais como absolutos, o maior crescimento do número de pessoas ao serviço surge nas empresas ligadas às indústrias transformadoras (setor secundário), com um aumento, em 2018, de 708 trabalhadores, duplicando o valor registado em 2010. Entre os ramos de atividade mais dinâmicos destacam-se, igualmente, as atividades do setor terciário ligadas à saúde humana e apoio social com mais 496 trabalhadores (+39,4% face a 2010), ao comércio por grosso e a retalho e reparação de veículos automóveis e motociclos com mais 229 trabalhadores (+16,5% face a 2010) e outros serviços com mais 172 trabalhadores (+78,9% face a 2010).

Tabela 35. Evolução do número de estabelecimentos, por ramo de atividade (2010-2018)

(Fonte: Quadros de Pessoal, MTSSS)

RAMO DE ATIVIDADE	2010		2018		VARIAÇÃO	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	22	1,6	26	2,1	4	18,2
B - Indústrias extrativas	5	0,4	1	0,1	-4	-80,0
C - Indústrias transformadoras	85	6,2	80	6,4	-5	-5,9
D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	2	0,1	2	0,2	-	s/Var.
E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	4	0,3	3	0,2	-1	-25,0
F - Construção	184	13,5	144	11,6	-40	-21,7
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	425	31,1	396	31,8	-29	-6,8
H - Transportes e armazenagem	44	3,2	33	2,7	-11	-25,0
I - Alojamento, restauração e similares	188	13,8	185	14,9	-3	-1,6
J - Atividades de informação e de comunicação	13	1,0	16	1,3	3	23,1
K - Atividades financeiras e de seguros	44	3,2	35	2,8	-9	-20,5
L - Atividades imobiliárias	15	1,1	20	1,6	5	33,3
M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	78	5,7	94	7,6	16	20,5
N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio	31	2,3	24	1,9	-7	-22,6
O - Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	7	0,5	4	0,3	-3	-42,9
P - Educação	29	2,1	15	1,2	-14	-48,3
Q - Atividades de saúde humana e apoio social	81	5,9	87	7,0	6	7,4
R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	17	1,2	11	0,9	-6	-35,3
S - Outras atividades de serviços	91	6,7	69	5,5	-22	-24,2
T - Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio	-	-	-	-	-	-
U - Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-	-	-	-	-
TOTAL/MÉDIA DO CONCELHO	1.365		1.245		-120	-8,8

Tabela 36. Evolução do número de pessoas ao serviço nas empresas, por ramo de atividade (2010-2018)
(Fonte: Quadros de Pessoal, MTSSS)

RAMO DE ATIVIDADE	2010		2018		VARIAÇÃO	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	60	1,0	78	1,0	18	30,0
B - Indústrias extrativas	16	0,3	3	0,0	-13	-81,3
C - Indústrias transformadoras	664	10,7	1.372	18,3	708	106,6
D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	-	-	1	0,0	1	100,0*
E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	-	-	-	-	-	-
F - Construção	957	15,5	678	9,0	-279	-29,2
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	1.386	22,4	1.615	21,5	229	16,5
H - Transportes e armazenagem	154	2,5	140	1,9	-14	-9,1
I - Alojamento, restauração e similares	666	10,8	739	9,8	73	11,0
J - Atividades de informação e de comunicação	38	0,6	38	0,5	-	s/Var.
K - Atividades financeiras e de seguros	124	2,0	150	2,0	26	21,0
L - Atividades imobiliárias	41	0,	56	0,7	15	36,6
M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	250	4,0	260	3,5	10	4,0
N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio	81	1,3%	63	0,8	-18	-22,2
O - Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	54	0,9	74	1,0	20	37,0
P - Educação	168	2,7	48	0,6	-120	-71,4
Q - Atividades de saúde humana e apoio social	1.258	20,4	1.754	23,4	496	39,4
R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	46	0,7	49	0,7	3	6,5
S - Outras atividades de serviços	218	3,5	390	5,2	172	78,9
T - Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio	-	-	-	-	-	-
U - Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-	-	-	-	-
TOTAL/MÉDIA DO CONCELHO	6.181		7.508		1.327	21,5

Reitera-se, ainda, a importância da presença do setor primário, essencialmente ligado à agricultura e à silvicultura, que, apesar de continuar marginal no contexto do tecido empresarial de Bragança, apresenta uma evolução significativa nas duas variáveis consideradas.

Por outro lado, as atividades ligadas à construção e às indústrias extrativas (setor secundário), bem como à educação (setor terciário) surgem como os ramos de atividade mais atingidos pela crise, registando-se decréscimos importantes tanto no número de estabelecimentos como no número de pessoas ao serviço.

Em termos globais, em 2018, os estabelecimentos ligados ao comércio por grosso e a retalho representam a maior proporção deste tipo de estruturas no concelho de Bragança (31,8%) com um total de 396 unidades onde trabalham 1.615 pessoas (21,5% do total). Seguem-se, a larga distância, os estabelecimentos de alojamento, restauração e similares com 185 unidades e 739 trabalhadores.

Relativamente às empresas com maior número de pessoas ao serviço no concelho (independentemente do seu local de residência), destacam-se as do setor terciário ligadas às atividades de saúde humana e apoio social, com uma representatividade de 23,4% (1.754 trabalhadores), bem como as do setor secundário ligadas às indústrias transformadoras com 18,3% do total concelhio (1.372 trabalhadores).

Em termos de distribuição infra-concelhia, conforme indicado na Tabela 37 e na Tabela 38, a UF de Sé, Santa Maria e Meixedo é, tal como esperado, a unidade territorial onde se concentra a maioria dos estabelecimentos — 960 unidades, ou seja, 76,3% do total — e pessoas ao serviço no concelho — 5.946 trabalhadores, ou seja, 79,2% do total. Segue-se, a larga distância, a freguesia de Samil, onde se localizam 76 estabelecimentos (6,1% do total) e trabalham 424 pessoas (5,6% do total).

Em números absolutos, a UF de Sé, Santa Maria e Meixedo é, igualmente, a unidade territorial infra-concelhia que apresenta o maior decréscimo no número de estabelecimentos, com a redução de 96 unidades em relação a 2010. Segue-se Samil com menos oito estabelecimentos em 2018 do que em 2010. No entanto, em termos percentuais, as maiores reduções no número de estabelecimentos pertencem à UF de Castrelos e Carrazedo e às freguesias de Outeiro e Rabal, com decréscimos na ordem dos 75,0%. Por seu turno, Mós, Zoio e França aparentam ser as freguesias que, entre 2010 e 2018, mais dinamizaram o seu reduzido tecido empresarial.

Tabela 37. Evolução do número de estabelecimentos, por freguesia (2010-2018)

(Fonte: Quadros de Pessoal, MTSSS)

UNIDADE TERRITORIAL INFRA-CONCELHIA	2010		2018		VARIAÇÃO	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Alfaião	8	0,6	6	0,5	-2	-25,0
Babe	5	0,4	4	0,3	-1	-20,0
Baçal	7	0,5	9	0,7	2	28,6
Carragosa	3	0,2	2	0,2	-1	-33,3
Castro de Avelãs	6	0,4	6	0,5	0	s/Var.
Coelhoso	6	0,4	5	0,4	-1	-16,7
Donai	6	0,4	6	0,5	0	s/Var.
Espinhosela	4	0,3	3	0,2	-1	-25,0
França	5	0,4	8	0,6	3	60,0
Gimonde	10	0,7	13	1,0	3	30,0
Gondesende	3	0,2	3	0,2	-	s/Var.
Gostei	27	2,0	32	2,6	5	18,5
Grijó de Parada	3	0,2	4	0,3	1	33,3
Macedo do Mato	4	0,3	4	0,3	0	s/Var.
Mós	1	0,1	4	0,3	3	300,0
Nogueira	16	1,2	14	1,1	-2	-12,5
Outeiro	4	0,3	1	0,1	-3	-75,0
Parâmio	-	-	-	-	-	-
Pinela	3	0,2	3	0,2	-	s/Var.
Quintanilha	3	0,2	4	0,3	1	33,3
Quintela de Lapaças	3	0,2	3	0,2	-	s/Var.
Rabal	4	0,3	1	0,1	-3	-75,0
Rebordãos	11	0,8	7	0,6	-4	-36,4
Salsas	4	0,3	2	0,2	-2	-50,0
Samil	84	6,2	76	6,1	-8	-9,5
Santa Comba de Rossas	10	0,7	10	0,8	-	s/Var.
São Pedro de Sarracenos	9	0,7	5	0,4	-4	-44,4
Sendas	5	0,4	5	0,4	-	s/Var.
Serapicos	6	0,4	4	0,3	-2	-33,3
Sortes	4	0,3	5	0,4	1	25,0
UF de Aveleda e Rio de Onor	4	0,3	4	0,3	-	s/Var.
UF de Castrelos e Carrazedo	5	0,4	1	0,1	-4	-80,0
UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova	27	2,0	22	1,8	-5	-18,5
UF de Parada e Failde	5	0,4	6	0,5	1	20,0
UF de Rebordainhos e Pombares	5	0,4	3	0,2	-2	-40,0
UF de Rio Frio e Milhão	4	0,3	2	0,2	-2	-50,0
UF de São Julião de Palácios e Deilão	4	0,3	4	0,3	-	s/Var.
UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	1.046	76,6	950	76,3	-96	-9,2
Zoio	1	0,1	4	0,3	3	300,0
TOTAL/MÉDIA DO CONCELHO	1.365		1.245		-120	-8,8

Tabela 38. Evolução do número de pessoas ao serviço nas empresas, por freguesia (2010-2018)

(Fonte: Quadros de Pessoal, MTSSS)

UNIDADE TERRITORIAL INFRA-CONCELHIA	2010		2018		VARIAÇÃO	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Alfaião	21	0,3	6	0,1	-15	-71,4
Babe	19	0,3	17	0,2	-2	-10,5
Baçal	25	0,4	37	0,5	12	48,0
Carragosa	6	0,1	2	0,0	-4	-66,7
Castro de Avelãs	50	0,8	36	0,5	-14	-28,0
Coelhoso	32	0,5	36	0,5	4	12,5
Donai	34	0,6	37	0,5	3	8,8
Espinhosela	10	0,2	12	0,2	2	20,0
França	20	0,3	28	0,4	8	40,0
Gimonde	46	0,7	78	1,0	32	69,6
Gondesende	3	0,0	7	0,1	4	133,3
Gostei	130	2,1	182	2,4	52	40,0
Grijó de Parada	22	0,4	19	0,3	-3	-13,6
Macedo do Mato	6	0,1	11	0,1	5	83,3
Mós	9	0,1	92	1,2	83	922,2
Nogueira	95	1,5	80	1,1	-15	-15,8
Outeiro	24	0,4	22	0,3	-2	-8,3
Parâmio	-	-	-	-	-	-
Pinela	13	0,2	6	0,1	-7	-53,8
Quintanilha	14	0,2	23	0,3	9	64,3
Quintela de Lampaças	8	0,1	10	0,1	2	25,0
Rabal	6	0,1	2	0,0	-4	-66,7
Rebordãos	21	0,3	27	0,4	6	28,6
Salsas	18	0,3	21	0,3	3	16,7
Samil	429	6,9	424	5,6	-5	-1,2
Santa Comba de Rossas	25	0,4	29	0,4	4	16,0
São Pedro de Sarracenos	24	0,4	21	0,3	-3	-12,5
Sendas	7	0,1	6	0,1	-1	-14,3
Serapicos	19	0,3	10	0,1	-9	-47,4
Sortes	100	1,6	111	1,5	11	11,0
UF de Aveleda e Rio de Onor	3	0,0	3	0,0	-	s/Var.
UF de Castrelos e Carrazedo	5	0,1	1	0,0	-4	-80,0
UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova	88	1,4	105	1,4	17	19,3
UF de Parada e Failde	22	0,4	23	0,3	1	4,5
UF de Rebordainhos e Pombares	12	0,2	18	0,2	6	50,0
UF de Rio Frio e Milhão	7	0,1	2	0,0	-5	-71,4
UF de São Julião de Palácios e Deilão	9	0,1	10	0,1	1	11,1
UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	4.796	77,6	5.946	79,2	1.150	24,0
Zoio	3	0,0	8	0,1	5	166,7
TOTAL/MÉDIA DO CONCELHO	6.181		7.508		1.327	21,5

No âmbito do emprego gerado, destaca-se Mós com um aumento de 83 pessoas empregadas na freguesia (+922,2%), pese embora a baixa concentração de trabalhadores nesta unidade territorial em relação à globalidade do concelho. No polo oposto, a UF de Castrelos e Carrazedo e a UF de Rio Frio e Milhão, bem como as freguesias de Alfaião, Carragosa e Rabal assistem à redução do número de pessoas ao serviço nas empresas para menos de um terço do valor registado em 2010. Em termos absolutos, para além de Alfaião, Nogueira apresenta, igualmente, a maior perda no número de trabalhadores, registando-se, em cada uma das freguesias, menos 15 pessoas ao serviço relativamente a 2010. Segue-se Castro de Avelãs com uma redução de 14 pessoas.

Relativamente aos setores de atividade e respetivos ramos de atividade, tal como referido anteriormente, a UF de Sé, Santa Maria e Meixedo é a unidade territorial infra-concelhia onde se concentra a maioria da atividade empresarial do concelho de Bragança, nomeadamente 50,0% dos estabelecimentos e 62,8% das pessoas empregadas no setor primário, 56,1% dos estabelecimentos e 69,5% das pessoas empregadas no setor secundário (129 unidades) — ramos das indústrias transformadoras e da construção, sobretudo — e 81,7% dos estabelecimentos e 83,1% das pessoas empregadas no setor terciário (808 unidades) — essencialmente, ramos do comércio por grosso e a retalho e reparação de veículos automóveis e motociclos, transportes e armazenagem e atividades de saúde humana.

Para além da UF de Sé, Santa Maria e Meixedo, o setor primário surge, ainda, com alguma expressão em Gimonde, Gostei, Rebordãos e Samil, cada uma das quatro freguesias com dois estabelecimentos no setor e um total de 12 trabalhadores.

Samil é a freguesia que detém o segundo maior número de estabelecimentos e trabalhadores ligados tanto ao setor secundário (161 pessoas em 26 estabelecimentos) como ao setor terciário (260 pessoas em 48 estabelecimentos). Por sua vez, na freguesia de Gostei regista-se o terceiro maior número de estabelecimentos e trabalhadores ligados ao setor terciário (22 estabelecimentos e 121 trabalhadores).

Refira-se, ainda, a ausência de dinâmica empresarial no setor secundário em nove freguesias/uniões de freguesias, designadamente Alfaião, Outeiro, Parâmio, Pinela, Quintela de Lampaças, Rabal, Salsas, UF de Castrelos e Carrazedo e Zoio. Por seu turno, o setor terciário apresenta-se ausente em Mós e Parâmio e residual, com apenas um estabelecimento registado, nas freguesias de Carragosa, Gondesende, Grijó de Parada, Macedo do Mato, Outeiro e Rabal, bem como na UF de Castrelos e Carrazedo, na UF de Rebordainhos e Pombares e na UF de Rio Frio Milhão.

Em anexo ao presente documento (Anexo II) encontram-se as tabelas que discriminam o número de estabelecimentos e o número de pessoas ao serviço nas empresas por setor económico e por freguesia, no período 2010-2018.

AGRICULTURA E PECUÁRIA

Os dados disponibilizados pelo INE através do Recenseamento Agrícola permitem elaborar um retrato da conjuntura agrícola-pecuária do concelho de Bragança no período 1999-2009.

Relativamente à **Superfície Agrícola Utilizada (SAU)**, a Tabela 39 permite analisar a evolução deste indicador entre 1999 e 2009, sendo notório o decréscimo das áreas agrícolas com efetivo uso agrícola em todas as unidades territoriais representadas, com maior incidência no concelho de Bragança. Assim, enquanto nos níveis regional e sub-regional se registam decréscimos de 4,4% e 11,6%, respetivamente, Bragança apresenta uma diminuição de 18,4%.

A leitura da Tabela 39 permite, ainda, observar as disparidades infra-concelhias existentes relativas a este indicador. Assim, do conjunto de 39 freguesias/uniões de freguesias que constituem o concelho de Bragança, apenas cinco unidades territoriais apresentam, entre 1999 e 2009, crescimento das respetivas áreas agrícolas, pertencendo o mais expressivo a Alfaião (29,1%), seguindo-se Samil com 19,0%. Em contrapartida, as freguesias de Mós, Babe e Nogueira assistem a elevadas reduções das mesmas áreas (-41,7%, -39,8% e -39,4, respetivamente). Donai, Gondesende, Gimonde e a UF de Rebordainhos e Pombares assistem, igualmente, a reduções superiores a um terço das áreas agrícolas utilizadas em 1999.

Destaca-se, ainda, a importância da UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova no panorama agrícola concelhio, por corresponder à unidade territorial onde, em 2009, se localiza a maior proporção da área agrícola utilizada (6,9%), seguindo-se a UF de Parada e Failde com 6,8%. Por sua vez, França e Santa Comba de Rossas apresentam, à mesma data, as mais baixas percentagens destas áreas, ambas inferiores a 1,0%.

Tabela 39. Evolução da Superfície Agrícola Utilizada (1999-2009)

(Fonte: Recenseamento Agrícola 1999-2009, INE)

UNIDADE TERRITORIAL	1999		2009		VARIAÇÃO
	Hectares	%	Hectares	%	%
Região Norte	673.555	-	644.027	-	-4,4%
Sub-região Terras de Trás-os-Montes	215.295	32,0	190.325	29,6	-11,6%
Concelho de Bragança	44.181	20,5	36.031	18,9	-18,4%
Alfaião	433	1,0	559	1,6	29,1
Babe	1.177	2,7	709	2,0	-39,8
Baçal	1.612	3,6	1.469	4,1	-8,9
Carragosa	794	1,8	812	2,3	2,3
Castro de Avelãs	903	2,0	787	2,2	-12,8
Coelhoso	1.045	2,4	726	2,0	-30,5
Donai	953	2,2	584	1,6	-38,7
Espinhosela	1.141	2,6	913	2,5	-20,0
França	259	0,6	192	0,5	-25,9
Gimonde	630	1,4	417	1,2	-33,8
Gondesende	634	1,4	407	1,1	-35,8
Gostei	1.006	2,3	828	2,3	-17,7
Grijó de Parada	1.537	3,5	1283	3,6	-16,5
Macedo do Mato	945	2,1	764	2,1	-19,2
Mós	640	1,4	373	1,0	-41,7
Nogueira	893	2,0	541	1,5	-39,4
Outeiro	991	2,2	883	2,5	-10,9
Parâmio	1.163	2,6	833	2,3	-28,4
Pinela	965	2,2	888	2,5	-8,0
Quintanilha	849	1,9	632	1,8	-25,6
Quintela de Lampaças	653	1,5	619	1,7	-5,2
Rabal	504	1,1	485	1,3	-3,8
Rebordãos	1.080	2,4	835	2,3	-22,7
Salsas	1.279	2,9	925	2,6	-27,7
Samil	669	1,5	796	2,2	19,0
Santa Comba de Rossas	269	0,6	296	0,8	10,0
São Pedro de Sarracenos	584	1,3	446	1,2	-23,6
Sendas	938	2,1	780	2,2	-16,8
Serapicos	1.220	2,8	1.215	3,4	-0,4
Sortes	685	1,6	784	2,2	14,5
UF de Aveleda e Rio de Onor	905	2,0	761	2,1	-15,9
UF de Castrelos e Carrazedo	1.076	2,4	864	2,4	-19,7
UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova	3.072	7,0	2.504	6,9	-18,5
UF de Parada e Failde	2.806	6,4	2.455	6,8	-12,5
UF de Rebordainhos e Pombares	900	2,0	580	1,6	-35,6
UF de Rio Frio e Milhão	2.691	6,1	2.081	5,8	-22,7
UF de São Julião de Palácios e Deilão	2.590	5,9	1.871	5,2	-27,8
UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	1.572	3,6	1.096	3,0	-30,3
Zoio	978	2,2	795	2,2	-18,7

No que diz respeito ao número de **explorações agrícolas**, a Tabela 40 evidencia o seu decréscimo a nível regional, sub-regional e concelhio, bem como na maioria das freguesias/uniões de freguesias, apresentando-se mais expressivas as reduções registadas em Quintanilha, Santa Comba de Rossas e na UF de Rebordainhos e Pombares. Simultaneamente, registam-se aumentos do número de explorações agrícolas em 12 unidades territoriais infra-concelhias, com destaque para Serapicos, Baçal e Zoio, onde se observam aumentos de 31,8%, 30,9% e 29,3%, respetivamente.

Em termos globais, de acordo com os dados mais recentes, datados de 2009, o maior número de explorações agrícolas localiza-se na UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova com 351 unidades, correspondendo a 9,1% do total do concelho. No polo oposto encontra-se a freguesia de Santa Comba de Rossas com 296 hectares afetos à atividade agrícola distribuídos por 38 explorações (1,0% do total), bem como a freguesia de Mós com apenas 373 hectares de SAU distribuídos por 46 explorações agrícolas (1,2% do total).

Tabela 40. Evolução do número de explorações agrícolas (1999-2009)

(Fonte: Recenseamento Agrícola 1999-2009, INE)

UNIDADE TERRITORIAL	1999		2009		VARIAÇÃO
	N.º	%	N.º	%	%
Região Norte	137.552		110.841		-19,4
Sub-região Terras de Trás-os-Montes	22.693	16,5	22.198	20,0	-2,2
Concelho de Bragança	4.071	17,9	3.853	17,4	-5,4
Alfaião	72	1,8	63	1,6	-12,5
Babe	97	2,4	78	2,0	-19,6
Baçal	97	2,4	127	3,3	30,9
Carragosa	77	1,9	71	1,8	-7,8
Castro de Avelãs	76	1,9	62	1,6	-18,4
Coelhoso	112	2,8	118	3,1	5,4
Donai	87	2,1	74	1,9	-14,9
Espinhosela	128	3,1	134	3,5	4,7
França	65	1,6	55	1,4	-15,4
Gimonde	77	1,9	64	1,7	-16,9
Gondesende	62	1,5	54	1,4	-12,9
Gostei	74	1,8	63	1,6	-14,9
Grijó de Parada	109	2,7	116	3,0	6,4
Macedo do Mato	126	3,1	108	2,8	-14,3
Mós	64	1,6	46	1,2	-28,1
Nogueira	76	1,9	68	1,8	-10,
Outeiro	116	2,8	122	3,2	5,2%
Parâmio	123	3,0	111	2,9	-9,8
Pinela	79	1,9	74	1,9	-6,3
Quintanilha	112	2,8	73	1,9	-34,8
Quintela de Lampaças	85	2,1	84	2,2	-1,2
Rabal	71	1,7	56	1,5	-21,1
Rebordãos	116	2,8	115	3,0	-0,9
Salsas	140	3,4	104	2,7	-25,7
Samil	77	1,9	75	1,9	-2,6
Santa Comba de Rossas	55	1,4	38	1,0	-30,9
São Pedro de Sarracenos	66	1,6	58	1,5	-12,1
Sendas	72	1,8	75	1,9	4,2
Serapicos	85	2,1	112	2,9	31,8
Sortes	56	1,4	58	1,5	3,6
UF de Aveleda e Rio de Onor	124	3,0	112	2,9	-9,7
UF de Castrelos e Carrazedo	108	2,7	84	2,2	-22,2
UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova	307	7,5	351	9,1	14,3
UF de Parada e Failde	209	5,1	227	5,9	8,6
UF de Rebordainhos e Pombares	77	1,9	54	1,4	-29,9
UF de Rio Frio e Milhão	180	4,4	163	4,2	-9,4
UF de São Julião de Palácios e Deilão	194	4,8	159	4,1	-18,0
UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	162	4,0	172	4,5	6,2
Zoio	58	1,4	75	1,9	29,3

Relativamente à **produção animal**, Bragança regista, entre 1999 e 2009, um decréscimo de 20,5% do efetivo animal recenseado. Esta evolução negativa encontra-se em linha com a conjuntura supramunicipal, sendo que na sub-região Terras de Trás-os-Montes a tendência decrescente não se apresenta não gravosa (Tabela 41). Esta situação evidencia um decréscimo acentuado de competitividade destes territórios neste ramo de atividade.

A Tabela 41 permite, ainda, analisar as assimetrias registadas no nível infra-concelhio. Assim, os maiores decréscimos verificam-se em Rebordãos, com uma redução de cerca de dois terços do efetivo animal registado em 1999, seguindo-se as freguesias de Mós e Rebordãos com -56,4% e -48,8%, respetivamente. Por seu turno, os maiores incrementos pertencem a Alfaião, com um aumento de 49,3% face a 1999, bem como às freguesias de Baçal (37,8%) e de Castro de Avelãs (36,9%).

Finalmente, é na UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova e na UF de Rio Frio e Milhão que se encontra o maior efetivo animal recenseado em 2009 — 5.912 e 5.911 animais, respetivamente —, correspondendo, cada um dos valores, a 5,8% do total municipal. Conforme indicado no Gráfico 21, predominam, essencialmente, os ovinos e as aves, com 45,5% e 41,6% do número total de animais registados.

Gráfico 21. Proporção do efetivo animal, por espécie animal (2009)
(Fonte: Recenseamento Agrícola 2009, INE)

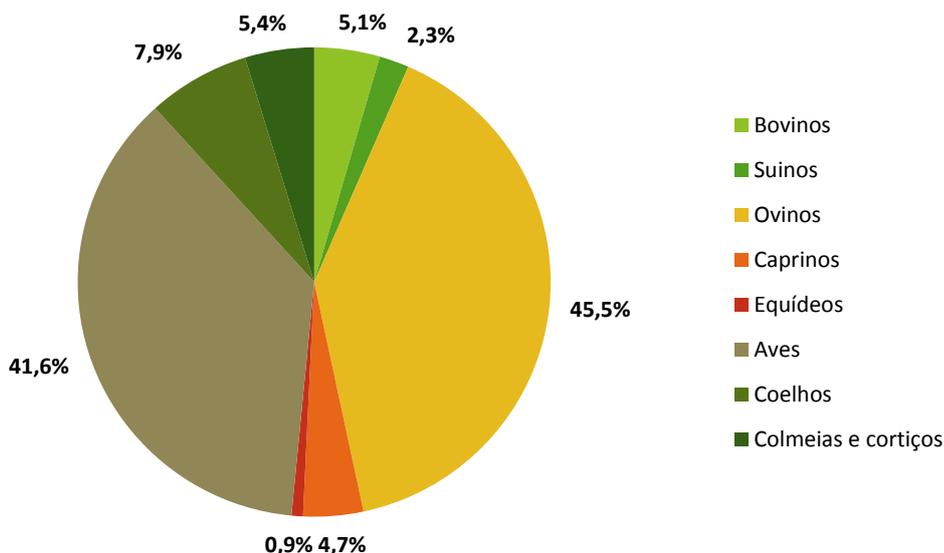


Tabela 41. Evolução do efetivo animal (1999-2009)

(Fonte: Recenseamento Agrícola 1999-2009, INE)

UNIDADE TERRITORIAL	1999		2009		VARIAÇÃO
	N.º	%	N.º	%	%
Região Norte	6.295.363		5.141.648		-18,3
Sub-região Terras de Trás-os-Montes	591.515	9,4	535.505	10,4	-9,5
Concelho de Bragança	127.827	21,6	101.597	19,0	-20,5
Alfaião	1.404	1,1	2.096	2,1	49,3
Babe	2.717	2,1	1.653	1,6	-39,2
Baçal	3.794	3,0	5.228	5,1	37,8
Carragosa	2.248	1,8	1.903	1,9	-15,3
Castro de Avelãs	2.173	1,7	2.975	2,9	36,9
Coelhoso	3.179	2,5	1.655	1,6	-47,9
Donai	2.816	2,2	2.956	2,9	5,0
Espinhosela	3.153	2,5	3.032	3,0	-3,8
França	1.595	1,2	927	0,9	-41,9
Gimonde	2.303	1,8	1.543	1,5	-33,0
Gondesende	1.393	1,1	1.413	1,4	1,4
Gostei	3.383	2,6	3.705	3,6	9,5
Grijó de Parada	4.655	3,6	4.147	4,1	-10,9
Macedo do Mato	1.734	1,4	1.805	1,8	4,1
Mós	2.243	1,8	977	1,0	-56,4
Nogueira	3.209	2,5	1.642	1,6	-48,8
Outeiro	1.871	1,5	1.332	1,3	-28,8
Parâmio	2.954	2,3	2.404	2,4	-18,6
Pinela	2.666	2,1	1.955	1,9	-26,7
Quintanilha	2.797	2,2	1.951	1,9	-30,2
Quintela de Lampaças	2.367	1,9	1.916	1,9	-19,1
Rabal	2.068	1,6	2.295	2,3	11,0
Rebordãos	9.125	7,1	3.073	3,0	-66,3
Salsas	3.753	2,9	2.380	2,3	-36,6
Samil	3.279	2,6	2.181	2,1	-33,5
Santa Comba de Rossas	528	0,4	312	0,3	-40,9
São Pedro de Sarracenos	1.953	1,5	2.133	2,1	9,2
Sendas	3.394	2,7	2.453	2,4	-27,7
Serapicos	1.920	1,5	1.707	1,7	-11,1
Sortes	2.528	2,0	2.190	2,2	-13,4
UF de Aveleda e Rio de Onor	2.866	2,2	3.146	3,1	9,8
UF de Castrelos e Carrazedo	3.076	2,4	2.368	2,3	-23,0
UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova	7.416	5,8	5.912	5,8	-20,3
UF de Parada e Failde	5.897	4,6	4.326	4,3	-26,6
UF de Rebordainhos e Pombares	3.200	2,5	1.898	1,9	-40,7
UF de Rio Frio e Milhão	6.780	5,3	5.911	5,8	-12,8
UF de São Julião de Palácios e Deilão	6.225	4,9	5.188	5,1	-16,
UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	4.739	3,7	4.546	4,5	-4,1%
Zoio	2.416	1,9	2.363	2,3	-2,2

TURISMO

Atualmente, o setor do turismo constitui uma das grandes alavancas do tecido económico português pós-crise económica, evidenciando, em termos globais, uma evolução positiva desde o início da segunda década do século XX.

De acordo com dados disponibilizados pelo Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística (RNAAT) e pelo Registo Nacional dos Agentes de Viagens e Turismo (RNAVT) do Turismo de Portugal (TdP), Bragança integra cerca de 35% dos 42 Agentes Animação Turística (15 empresas), bem como 43% dos Agentes de Viagens e Turismo (nove entidades) que operam na sub-região Terras de Trás-os-Montes (Tabela 42).

Tabela 42. Agentes turísticos (2020*)
(Fonte: SIGTUR, TdP)

UNIDADE TERRITORIAL	EMPRESAS DE ANIMAÇÃO TURÍSTICA		AGENTES DE VIAGENS E TURISMO	
	n.º	%	n.º	%
Região Norte	8.922	-	2694	-
Sub-região Terras de Trás-os-Montes	42	0,5	21	0,8
Alfândega da Fé	-	-	-	-
Bragança	15	35,7	9	42,9
Macedo de Cavaleiros	7	16,7	4	19,0
Miranda do Douro	5	11,9	-	-
Mirandela	5	11,9	6	28,6
Mogadouro	2	4,8	1	4,8
Vila Flor	4	9,5	-	-
Vimioso	3	7,1	-	-
Vinhais	1	2,4	1	4,8

Nota: * Dados disponíveis a 21 de maio de 2020.

Conforme consta na Tabela 43, a maioria das empresas de animação turística que operam no concelho de Bragança encontram-se registadas somente desde 2010 e localizam-se na UF de Sé, Santa Maria e Meixedo.

As 15 empresas de animação turística realizam, sobretudo, as seguintes atividades:

- a) Atividades de ar/livre natureza e aventura;
- b) Atividades marítimo-turísticas;
- c) Atividades culturais/turismo paisagístico e cultural;
- d) Atividades reconhecidas como turismo de natureza;

Tabela 43. Empresas de Animação Turística (2020*)
(Fonte: SIGTUR, TdP)

ANO DE REGISTO	LOCALIZAÇÃO	DENOMINAÇÃO
2004	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	Montezinho Aventura - Empresa Animação Turística, Unipessoal Lda.
2005	Mós	Animalogia - Eventos, Lda.
2006	Gimonde	A Montesinho - Fumeiro Regional Lda.
2011	Salsas	Andriy Petrov
2011	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	Tempo D'Alquimia Ambiente Cultura, Turismo na Natureza Unipessoal, Lda.
2015	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	António Luís Ferreira Quinta de Sá
2015	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	Mediastar, Unipessoal, Lda.
2016	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	Juliana Filipa Da Silva Pinheiro
2016	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	Travessias, Turismo e Hotelaria, Unipessoal, Lda.
2016	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	Tuquinho Tour Unipessoal Lda.
2017	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	Biomontana, Unipessoal Lda.
2017	Gondesende	Cepo Verde Turismo de natureza, Lda.
2017	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	Raquel Queirós Oliveira
2018	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	Lemuel Cerqueira Matos da Silva
2019	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	Risingspace Unipessoal Lda.

Nota: * Dados disponíveis a 21 de maio de 2020.

Por sua vez, todos os Agentes de Viagens e Turismo presentes em Bragança encontram-se registados desde 2011, sendo que apenas um deles não se localiza na sede concelhia (Tabela 44).

Tabela 44. Agentes de Viagens e Turismo (2020*)
(Fonte: SIGTUR, TdP)

ANO DE REGISTO	LOCALIZAÇÃO	DENOMINAÇÃO
2011	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	BTTB, Unipessoal, Lda.
2011	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	Emílio Martins - Transporte de Passageiros e Aluguer de Autocarros, Lda.
2011	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	Fundação INATEL
2011	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	JR - Viagens e Turismo, Lda.
2011	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	Quimera - Viagens e Turismo, Lda.
2012	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	Risingspace Unipessoal Lda.
2017	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	Iberviagens Lda.
2017	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	Vouviajar Lda.
2019	Gimonde	Botravel Unipessoal Lda.

Nota: * Dados disponíveis a 21 de maio de 2020.

Relativamente aos **estabelecimentos hoteleiros**, os dados disponibilizados pelo INE permitem constatar que, entre 2010 e 2017, todas as unidades territoriais analisadas registam incrementos consideráveis a este nível, triplicando o número destas unidades e quase duplicando o número de camas disponíveis, sobretudo na região Norte e na sub-região onde Bragança se insere (Tabela 45).

Observa-se, igualmente, durante o mesmo período, uma duplicação do número de hóspedes, dormidas e proveitos totais obtidos na região Norte, valores que não se apresentam tão expressivos ao nível da sub-região e no concelho. Em Bragança, apesar do acréscimo de 16 estabelecimentos hoteleiros que resultaram numa oferta de mais 419 camas disponíveis (+145,5% e +39,7%, respetivamente), o aumento do número de hóspedes e de dormidas apresenta-se pouco significativo (somente 3,0% e 5,7%, respetivamente). Os proveitos totais ficam, igualmente, aquém do esperado face ao aumento da oferta.

Por sua vez, a média de dias de estada nas unidades hoteleiras sofreu um acréscimo de 0,1 dias em todos os níveis territoriais da análise.

Tabela 45. Evolução dos principais indicadores de atividade hoteleira (2010-2018)
(Fonte: INE)

INDICADORES	REGIÃO NORTE			SUB-REGIÃO DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES			CONCELHO DE BRAGANÇA		
	2010	2017	Var. (%)	2010	2017	Var. (%)	2010	2017	Var. (%)
Estabelecimentos Hoteleiros (n.º)	441	1313	197,7	33	100	203,0	11	27	145,5
Capacidade de Alojamento (n.º de camas)	38.386	62.855	63,7	2.219	3.702	66,8	1.055	1.474	39,7
Hóspedes (n.º)	2.545.911	4.892.605	92,2	122.673	132.599	8,1	60.520	62.344	3,0
Dormidas (n.º)	4.437.756	9.008.846	103,0	175.790	200.327	14,0	86.168	90.743	5,3
Estada Média (n.º de dias)	1,7	1,8	5,9	1,4	1,5	7,1	1,4	1,5	7,1
Proveitos Totais (milhares de €)	218.295	489.312	124,2	6.771	8.544	26,2	3.106	3.661	17,9

Por outro lado, de acordo com os dados disponibilizados pelo Turismo de Portugal através do Registo Nacional de Turismo (RNT) e do Sistema de Informação Geográfica do Turismo (SIGTUR), a oferta global de **empreendimentos turísticos** no concelho de Bragança corresponde, atualmente, a 54 unidades — 28,9% da oferta total observada na sub-região (Tabela 46).

Tabela 46. Empreendimentos turísticos e alojamento local (2020*)
(Fonte: SIGTUR, TdP)

UNIDADE TERRITORIAL	EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS		ALOJAMENTO LOCAL	
	n.º	%	n.º	%
Região Norte	4.614	-	-	-
Sub-região Terras de Trás-os-Montes	187	4,1	244	-
Alfândega da Fé	14	7,5	11	4,5
Bragança	54	28,9	113	46,3
Macedo de Cavaleiros	17	9,1	42	17,2
Miranda do Douro	32	17,1	11	4,5
Mirandela	24	12,8	26	10,7
Mogadouro	5	2,7	24	9,8
Vila Flor	13	7,0	3	1,2
Vimioso	11	5,9	5	2,0
Vinhais	17	9,1	9	3,7

Nota: * Dados disponíveis a 21 de maio de 2020.

No conjunto de 54 empreendimentos turísticos existentes no concelho de Bragança incluem-se 11 Estabelecimentos Hoteleiros (10 Hotéis e uma Pousada), 38 Empreendimentos de Turismo no Espaço Rural (33 Casas de Campo, quatro Agroturismos e um Hotel Rural), dois Empreendimentos de Turismo de Habitação e três Parques de Campismo e/ou Caravanismo.

A unidade territorial infra-concelhia que possui o maior número de empreendimentos turísticos é a UF de Sé, Santa Maria e Meixedo, onde se localiza a sede do concelho, disponibilizando 606 unidades de alojamento, com capacidade para 1.146 utentes, distribuídas em 10 Hotéis, quatro Casas de Campo, dois Agroturismos, um Empreendimento de Turismo de Habitação, uma Posada e um Parque de Campismo e/ou Caravanismo.

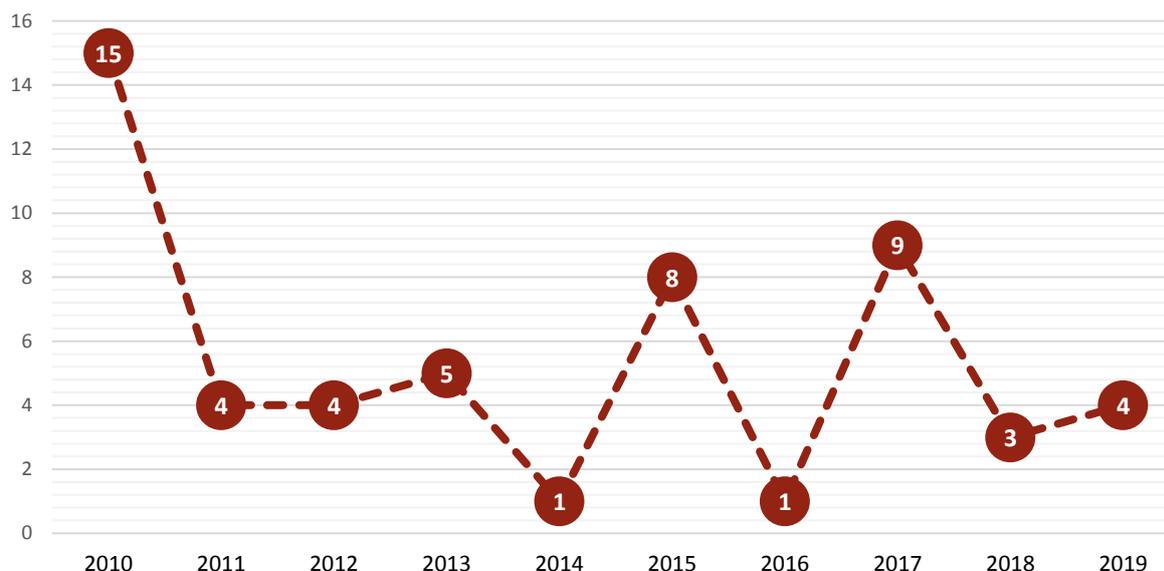
Para além da UF de Sé, Santa Maria e Meixedo, Gondesende e Santa Comba de Rossas possuem os números mais elevados de camas disponíveis (641 e 100 unidades, respetivamente), situação que resulta da presença de parques de campismo e/ou caravanismo em ambas as freguesias.

Por seu turno, 10 freguesias/uniões de freguesias possuem apenas um único empreendimento turístico e 21 não dispõem mesmo de qualquer tipo de unidade turística.

Em anexo ao presente documento (Anexo II) encontra-se a tabela que discrimina o número de empreendimentos turísticos atualmente existentes no concelho, por tipologia e por freguesia.

Em termos evolutivos, a observação do Gráfico 22 permite constatar que todos os empreendimentos turísticos presentes no concelho de Bragança encontram-se registados a partir de 2010, denotando a dinâmica neste setor ao longo da última década.

Gráfico 22. Empreendimentos turísticos registados, por ano (2010-2020*)
(Fonte: SIGTUR, TdP)



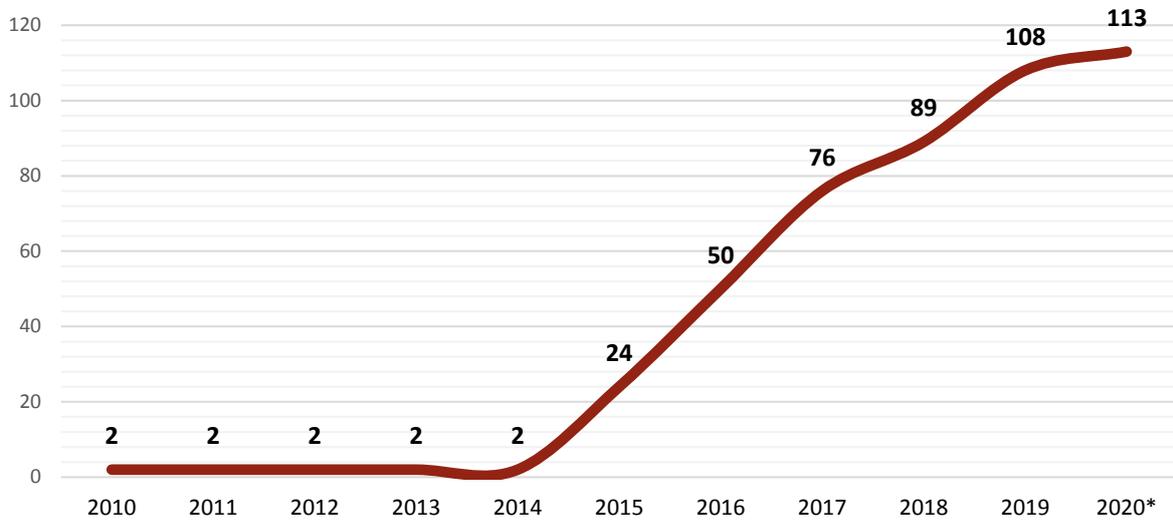
Nota: * Dados disponíveis a 21 de maio de 2020.

Relativamente ao **alojamento local**, conforme apresentado anteriormente na Tabela 46, Bragança integra cerca de metade (46,3%) da oferta disponibilizada pela globalidade da sub-região Terras de Trás-os-Montes.

Conforme é possível verificar através do Gráfico 23, quase todos os alojamentos locais disponíveis no concelho apresentam data de abertura posterior a 2014, sendo que apenas uma das 113 unidades identificadas (um estabelecimento de hospedagem) abriu ao público antes de 2010, concretamente no ano 2000, disponibilizando um total de seis quartos com 11 camas para 15 utentes.

Atualmente, encontram-se disponíveis, no concelho de Bragança, 352 quartos em alojamento local com capacidade para 513 camas, permitindo acolher um total de 654 utentes.

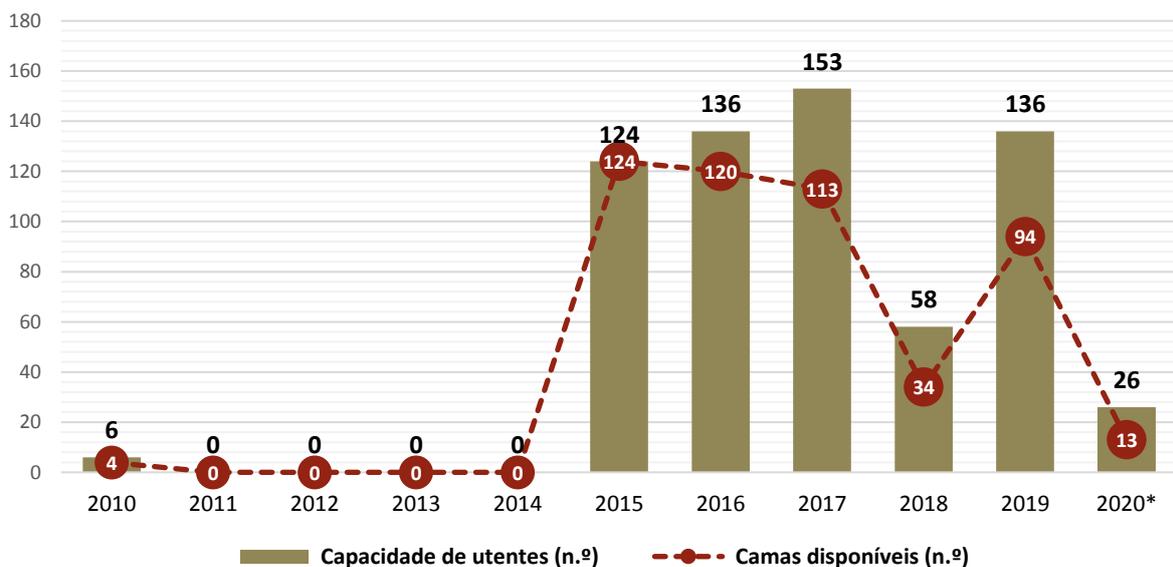
Gráfico 23. Evolução do número de alojamentos locais (2010-2020*)
(Fonte: SIGTUR, TdP)



Nota: * Dados disponíveis a 21 de maio de 2020.

Os dados relativos ao número de camas e capacidade de utentes, expressos no Gráfico 24, evidenciam um crescimento significativo a partir de 2015, sendo que 2017 constitui o ano de maior incremento global com a disponibilização de mais 113 camas para 153 utentes. De referir que os dados relativos ao corrente ano de 2020 correspondem aos compilados pelo SIGTUR até 21 de maio, pelo que se supõe que os valores apresentados, que mostram uma queda significativa nos novos registos, sejam, no final deste ano, consideravelmente superiores.

Gráfico 24. Número de camas disponíveis e capacidade de utentes em alojamento local, por ano (2010-2020*)
(Fonte: SIGTUR, TdP)



Nota: * Dados disponíveis a 21 de maio de 2020.

No que diz respeito à tipologia dos alojamentos locais, a leitura da Tabela 47 permite constatar que os apartamentos constituem a maioria da oferta de alojamento local em Bragança, correspondendo atualmente a 64,6% do total. Seguem-se as moradias com 32 unidades (28,3% do total).

Tabela 47. Número de alojamentos locais, por tipo de alojamento (2020*)
(Fonte: SIGTUR, TdP)

TIPO DE ALOJAMENTO	ANO DE REGISTO												TOTAL	
	2000	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	n.º	%
Apartamento	1	-	-	-	-	-	22	20	16	4	7	3	73	64,6
Estabelecimento de hospedagem	-	-	-	-	-	-	-	2	1	1	1	-	5	4,4
Moradia	-	1	-	-	-	-	-	4	8	8	9	2	32	28,3
Quartos	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2	-	3	2,7
TOTAL	1	1	0	0	0	0	22	26	26	13	19	5	113	

Nota: * Dados disponíveis a 21 de maio de 2020.

Uma rápida análise à escala infra-concelhia (Tabela 48) indica que a UF de Sé, Santa Maria e Meixedo concentra a maioria dos alojamentos locais disponíveis em Bragança (83 unidades, 73,5% do total). Segue-se, a larga distância, a freguesia de Samil com apenas seis unidades.

De referir, no entanto, que quase dois terços das unidades territoriais infra-concelhias analisadas (24 freguesias/uniões de freguesias de um total de 39) não apresenta qualquer oferta deste tipo de alojamento turístico.

Tabela 48. Alojamento local, por freguesia(2020*)
(Fonte: SIGTUR, TdP)

UNIDADE TERRITORIAL INFRA-CONCELHIA	ALOJAMENTOS		QUARTOS		CAMAS		UTENTES	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Alfaião	-	-	-	-	-	-	-	-
Babe	-	-	-	-	-	-	-	-
Baçal	-	-	-	-	-	-	-	-
Carragosa	-	-	-	-	-	-	-	-
Castro de Avelãs	1	0,9	2	0,6	2	0,4	4	0,6
Coelhoso	-	-	-	-	-	-	-	-
Donai	4	3,5	4	1,1	5	1,0	16	2,4
Espinhosela	2	1,8	7	2,0	7	1,4	14	2,1
França	1	0,9	3	0,9	4	0,8	8	1,2
Gimonde	-	-	-	-	-	-	-	-
Gondesende	2	1,8	4	1,1	4	0,8	8	1,2
Gostei	-	-	-	-	-	-	-	-
Grijó de Parada	-	-	-	-	-	-	-	-
Macedo do Mato	-	-	-	-	-	-	-	-
Mós	-	-	-	-	-	-	-	-
Nogueira	-	-	-	-	-	-	-	-
Outeiro	-	-	-	-	-	-	-	-
Parâmio	-	-	-	-	-	-	-	-
Pinela	-	-	-	-	-	-	-	-
Quintanilha	-	-	-	-	-	-	-	-
Quintela de Lapaças	-	-	-	-	-	-	-	-
Rabal	-	-	-	-	-	-	-	-
Rebordãos	-	-	-	-	-	-	-	-
Salsas	1	0,9	5	1,4%	5	1,0	10	1,5
Samil	6	5,3	22	6,3%	32	6,2	32	4,9
Santa Comba de Rossas	1	0,9	1	0,3%	2	0,4	4	0,6
São Pedro de Sarracenos	-	-	-	-	-	-	-	-
Sendas	-	-	-	-	-	-	-	-
Serapicos	-	-	-	-	-	-	-	-
Sortes	-	-	-	-	-	-	-	-
UF de Aveleda e Rio de Onor	5	4,4	12	3,4	18	3,5	30	4,
UF de Castrelos e Carrazedo	1	0,9	1	0,3	1	0,2	4	0,6
UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova	1	0,9	4	1,1	5	1,0	10	1,5
UF de Parada e Failde	1	0,9	3	0,9	5	1,0	10	1,5
UF de Rebordainhos e Pombares	-	-	-	-	-	-	-	-
UF de Rio Frio e Milhão	3	2,7	7	2,0	10	1,9	17	2,6
UF de São Julião de Palácios e Deilão	1	0,9	3	0,9	8	1,6	11	1,7
UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	83	73,5	274	77,8	405	78,9	476	72,8
Zoio	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DO CONCELHO	113		352		513		654	

Nota: * Dados disponíveis a 21 de maio de 2020.

3.5. DINÂMICA URBANÍSTICA

No presente subcapítulo procede-se à análise da dinâmica construtiva e edificatória no concelho de Bragança desde 2010, data de publicação do PDM em vigor, do ponto de vista do investimento privado (obras particulares) e do investimento público (municipal).

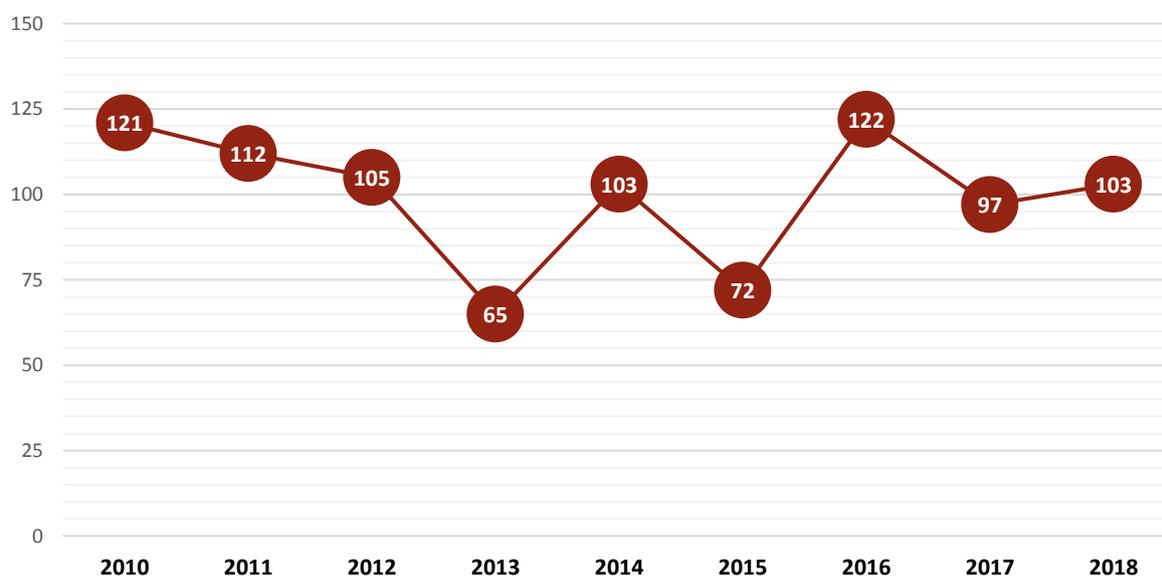
3.5.1. OPERAÇÕES URBANÍSTICAS

A aferição da dinâmica urbanística associada a obras particulares no concelho e Bragança é feita com recurso à informação constante no Sistema de Indicadores de Operações Urbanísticas (SIOU) do INE, que procede à sistematização da informação administrativa relativa a alvarás de licença ou utilização, comunicações prévias, pareceres prévios e projetos de obras municipais. Para o efeito, são utilizados os indicadores referentes aos edifícios licenciados e concluídos por tipo e destino de obra entre 2010 (2014 no caso do nível infra-concelhio) e 2018 (última data disponível).

De acordo com o SIOU do INE, no período compreendido entre 2010 e 2018, um total de 900 edifícios foram alvo de licenciamento, resultando numa média relativamente homogénea de 100 edifícios por ano, conforme é possível observar no Gráfico 25.

Durante a última década em análise, 2013 e 2015 são os anos que apresentam os valores mais baixos, consideravelmente inferiores à média anual, enquanto 2016 e 2010 registam os números mais altos.

Gráfico 25. Evolução dos edifícios licenciados (2010-2018)
(Fonte: INE, 2019)



Em termos de distribuição geográfica (Figura 13), a UF de Sé, Santa Maria e Meixedo é, sem dúvida, a unidade territorial que apresenta o maior número de edifícios licenciados entre 2014 e 2018, num total de 117 unidades, correspondendo a cerca de 23,5% do total. No outro extremo, encontram-se as freguesias de Quintanilha, Macedo do Mato, Nogueira e Alfaião, todas com registos inferiores a 1,0% do total de edifícios licenciados desde 2014.

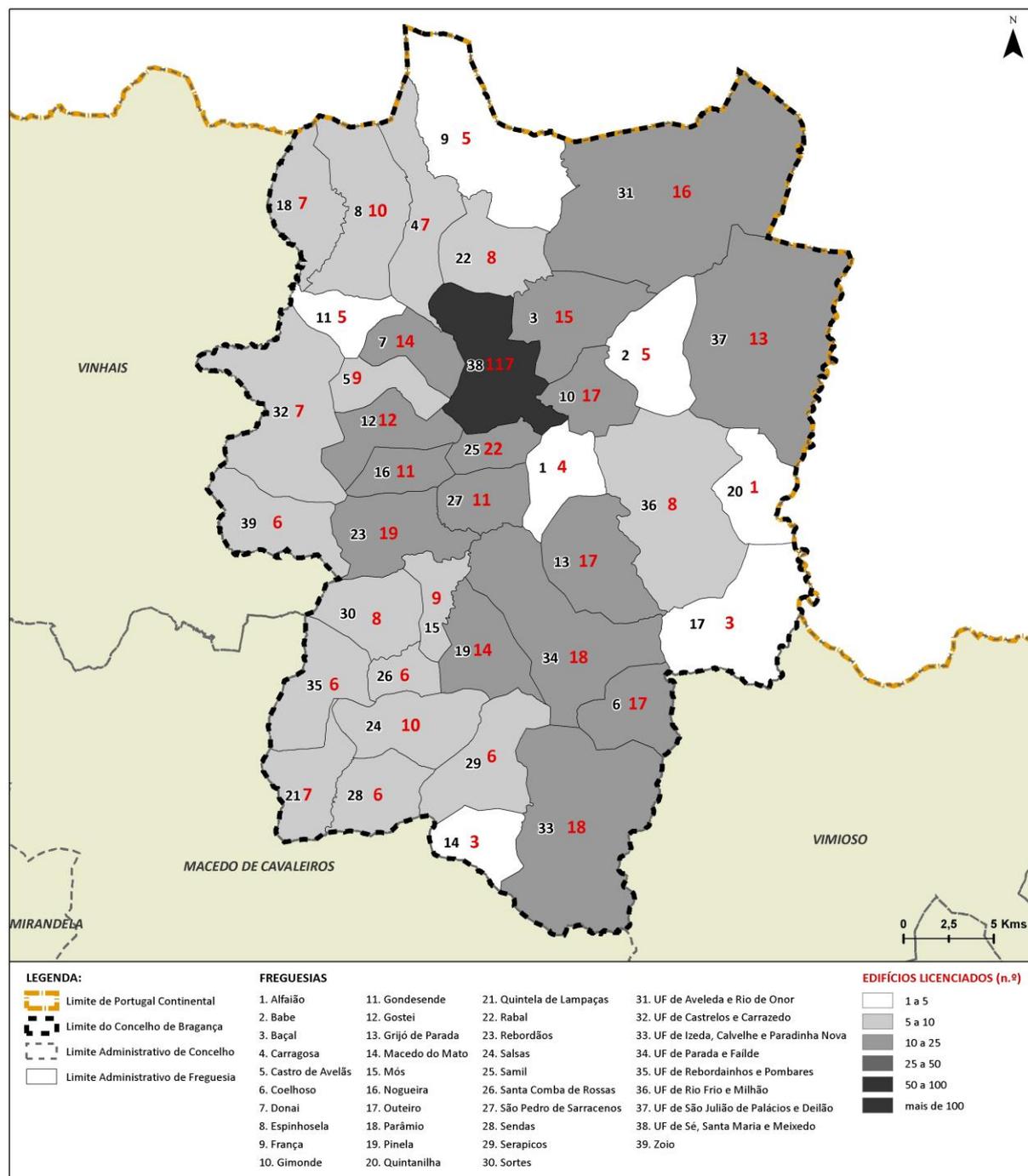
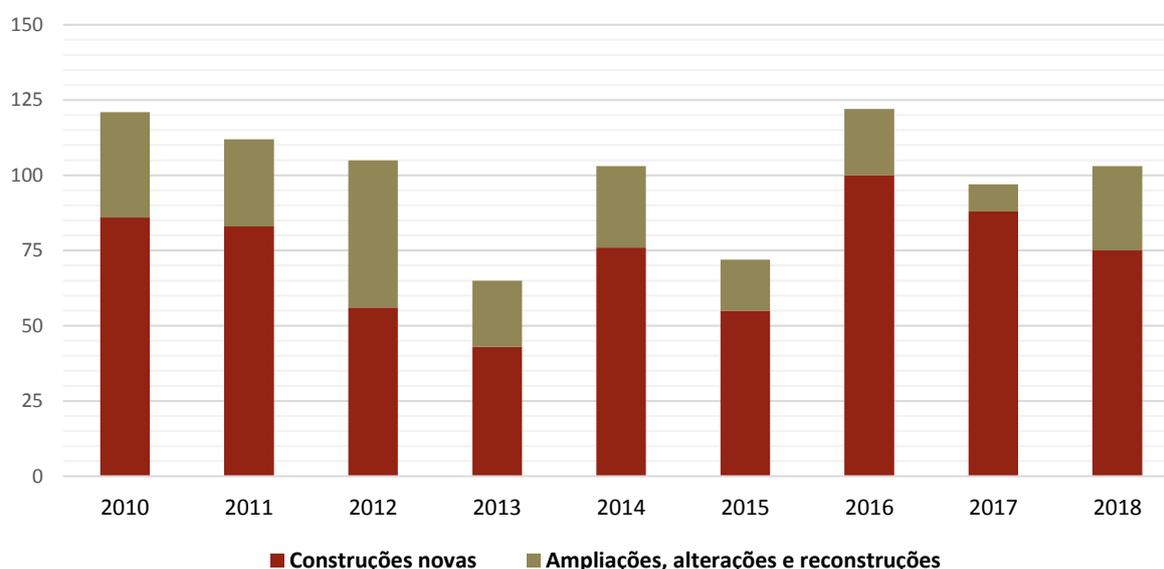


Figura 13. Distribuição geográfica do número de edifícios licenciados (2014-2018)
(Fonte dos dados: INE, 2019. Fonte cartográfica: CAOP, 2018)

Relativamente ao tipo de obra licenciada ou autorizada, o Gráfico 26 indica que, no período em análise, as construções novas são o tipo de obra dominante no concelho de Bragança, apresentando valores expressivos sobretudo em 2016 e 2017 (82,0% e 90,7% do total de edifícios licenciados, respetivamente). Por sua vez, 2012 é o único ano que regista valores mais equilibrados em termos tipológicos, com apenas mais sete edifícios licenciados para construção nova em relação às ampliações, alterações e reconstruções.

Gráfico 26. Evolução dos edifícios licenciados, por tipo de obra (2010-2018)
(Fonte: INE, 2019)



Neste âmbito, a leitura da Figura 14 permite constatar o domínio inequívoco das construções novas na maioria das unidades territoriais infra-concelhias, sendo que em Babe, França, Quintanilha e na UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova todos os edifícios licenciados entre 2014 e 2018 se inserem nesta tipologia. Nogueira, Pinela e São Pedro de Sarracenos apresentam, igualmente, elevadas percentagens de edifícios licenciados para construção nova, todas superiores a 90,0%.

Por seu turno, as proporções mais elevadas de edifícios licenciados para ampliação, alteração ou reconstrução surgem associadas a territórios que manifestam, no geral, uma baixa dinâmica edificatória. Assim, em Sendas, dos seis edifícios licenciados no período em análise, cinco correspondem a ampliações, alterações ou reconstruções (83,3% do total). Do mesmo modo, dois dos três edifícios licenciados em Macedo do Mato (dois terços do total) inscrevem-se, igualmente, na mesma tipologia. Em Alfaião e Rabal, a proporção deste indicador é de 50,0%, correspondendo, na realidade, a apenas dois e quatro edifícios, respetivamente.

Tal como expectável, a UF de Sé, Santa Maria e Meixedo apresenta, em termos absolutos, o maior número de edifícios licenciados para construção nova, perfazendo 100 unidades no período 2014-2018 (85,5% do total da UF).

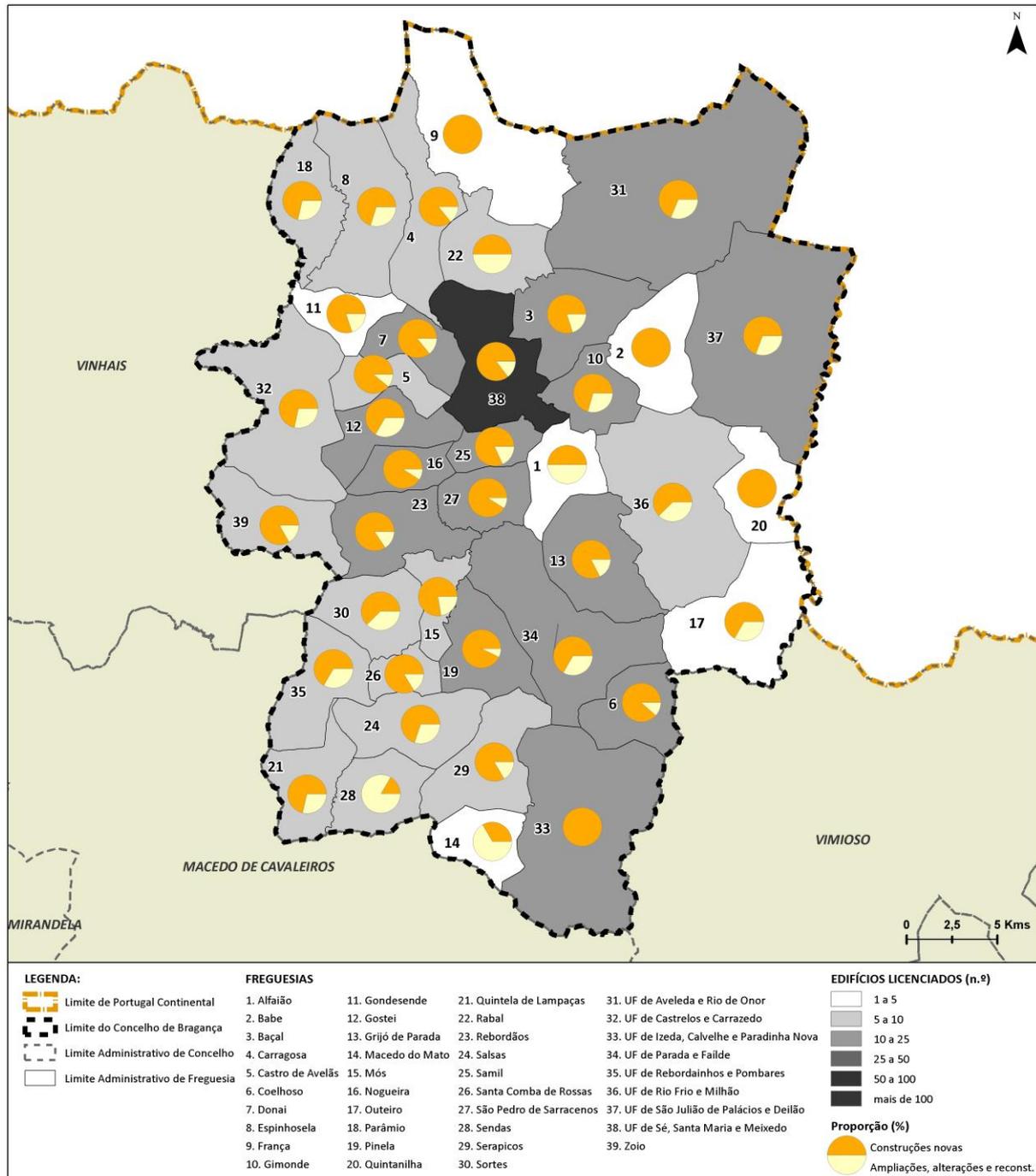
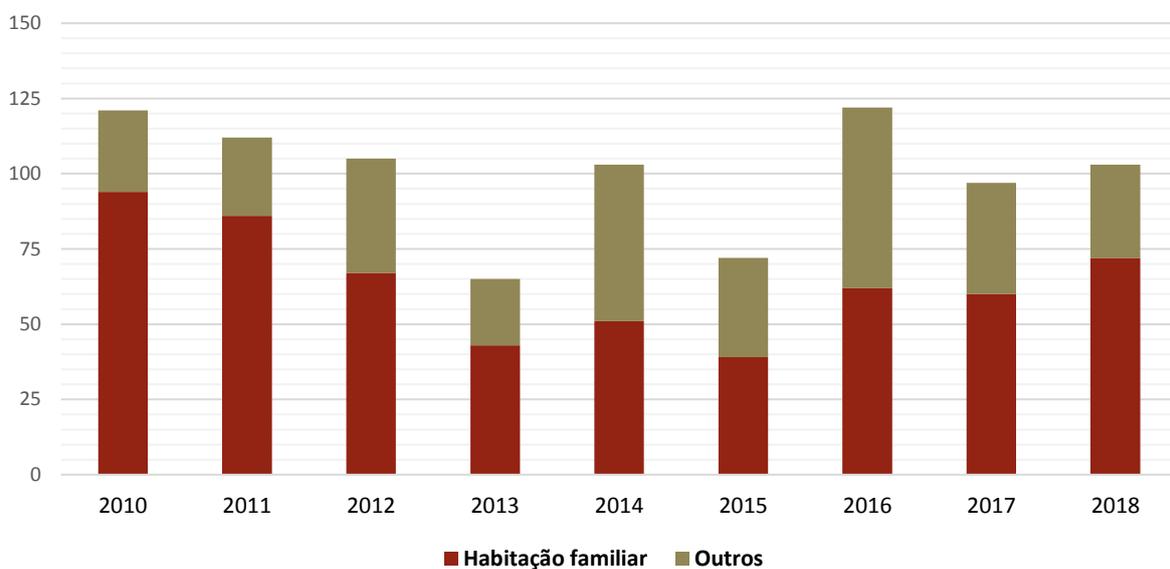


Figura 14. Distribuição geográfica do número de edifícios licenciados, por tipo de obra (2014-2018)
(Fonte dos dados: INE, 2019. Fonte cartográfica: CAOP, 2018)

Relativamente ao destino da obra, a análise do Gráfico 27 evidencia que os edifícios licenciados no concelho de Bragança, entre 2010 e 2018, se destinam, essencialmente, a habitação familiar.

Verifica-se, no entanto, uma aproximação entre ambas as finalidades em três anos consecutivos (2014, 2015 e 2016), sendo que, em 2014, a percentagem de “outros usos” apresenta-se, efetivamente, superior a 50,0%.

Gráfico 27. Evolução dos edifícios licenciados, por destino de obra (2010-2018)
(Fonte: INE, 2019)



Em termos de distribuição geográfica, a Figura 15 evidencia que, do conjunto de 39 freguesias/uniões de freguesias que constituem o concelho de Bragança, em 22 unidades territoriais infra-concelhias (56,4% do total), a proporção de edifícios licenciados para usos distintos do residencial é igual ou superior a 50,0%.

Assim, em Alfaião, Gostei, Rabal, Sortes e na UF de Aveleda e Rio de Onor metade dos edifícios licenciados entre 2014 e 2018 destinam-se a outros usos, enquanto nas freguesias de Babe, Castro de Avelãs e Quintanilha essa proporção é de 100,0%. As freguesias de Donai e Zoio registam, igualmente, elevadas proporções destes edifícios (85,7% e 83,3%, respetivamente).

Por seu turno, todos os edifícios licenciados, durante o período em análise, nas freguesias de Outeiro e Sendas, bem como na UF de Rebordainhos e Pombares e na UF de Rio Frio e Milhão destinam-se a habitação familiar.

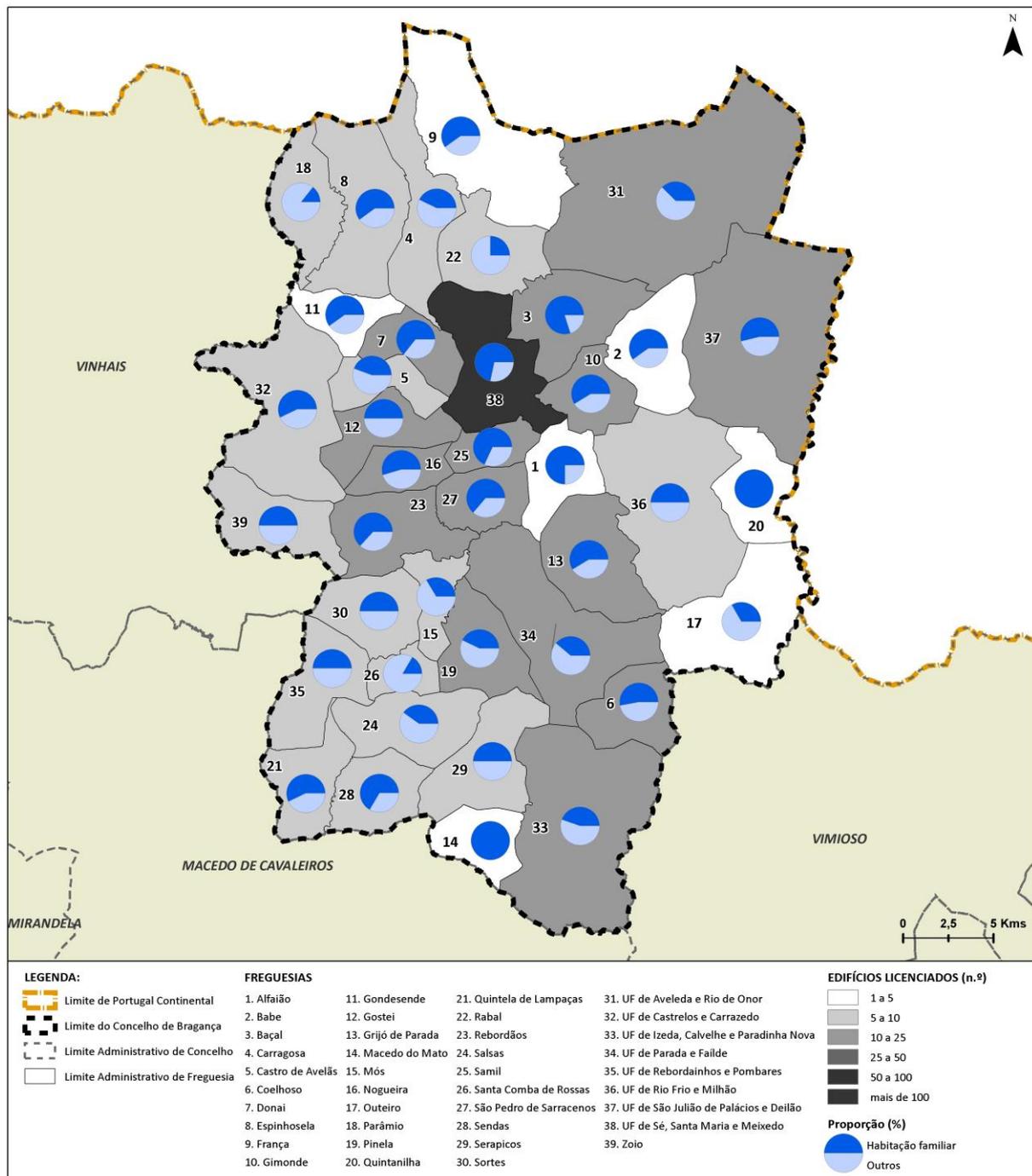


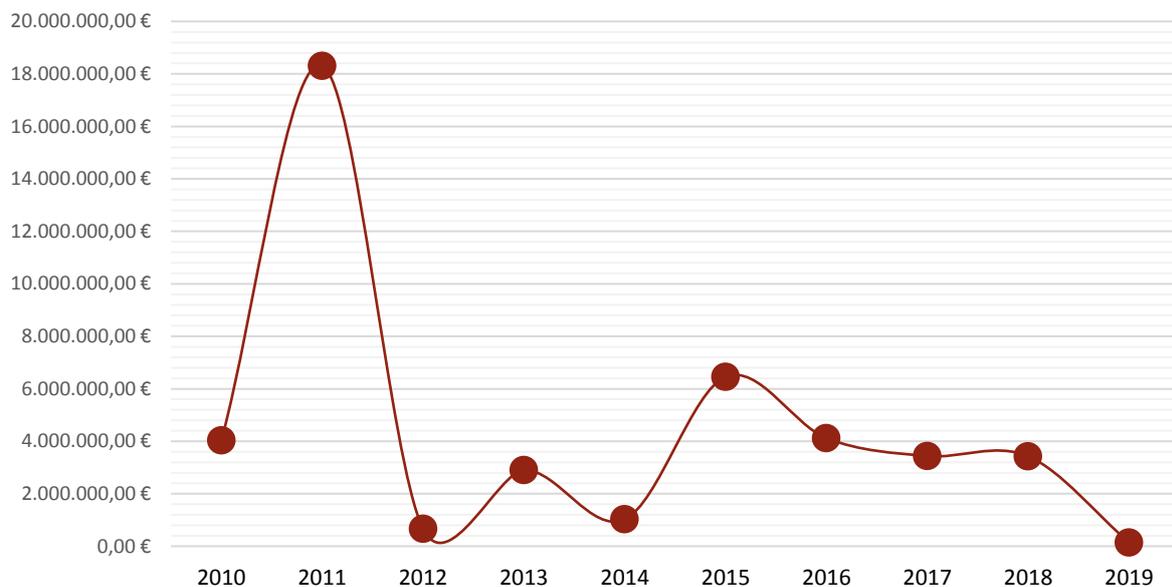
Figura 15. Distribuição geográfica do número de edifícios licenciados, por destino de obra (2014-2018)
(Fonte dos dados: INE, 2019. Fonte cartográfica: CAOP, 2018)

De referir, ainda, que, no intervalo compreendido entre 2010 e 2018, os dados disponibilizados pelo INE revelam um total de 726 edifícios concluídos no concelho de Bragança, correspondendo a 80,7% do número de edifícios licenciados durante o mesmo período.

3.5.2. OBRAS MUNICIPAIS

Relativamente aos investimentos municipais em operações urbanísticas, a apreciação incide na última década de intervenções camarárias, segundo uma abordagem por áreas de atuação diferenciadas. Neste âmbito, o Gráfico 28 traduz a variação do investimento municipal nos últimos 10 anos.

Gráfico 28. Dinâmica de investimentos municipais (2010-2019)
(Fonte: CMB, 2020)



A leitura deste gráfico permite constatar que, desde 2010, o volume dos investimentos municipais tem sofrido algumas oscilações. Os valores mais baixos (até cerca de um milhão de euros) apresentam-se em 2012, 2014 e 2019, data em que atingiu o seu nível mais baixo com menos de 150 mil euros. Por outro lado, 2011 é o ano que regista o maior volume global de investimentos (mais de 18 milhões de euros), seguindo-se 2015 com menos de metade do valor registado em 2011, cerca de 6.5 milhões de euros. De ressaltar, ainda, que, desde 2015, tem-se verificado uma tendência descendente do valor dos investimentos municipais no concelho de Bragança, perfazendo um total de cerca de 44,5 milhões de euros ao longo da última década.

Relativamente às intervenções propriamente ditas, cuja distribuição anual se apresenta no Gráfico 29, estas correspondem a um total de 207 ações distintas, resultando numa média de cerca de 21 ações por ano.

Gráfico 29. Número de ações municipais realizadas, por ano (2010-2019)
(Fonte: CMB, 2020)



Conforme é possível observar neste gráfico, o biénio 2016-2017 corresponde ao período de realização do maior número de ações, o que significa que um maior número de intervenções não implica, necessariamente, um maior volume de investimento.

De seguida, o Gráfico 30 apresenta a proporção de investimentos municipais efetuados entre 2010 e 2019, enquadrados nas seguintes seis áreas de atuação:

- Equipamentos Públicos;
- Habitação;
- Infraestruturas Rodoviárias;
- Obras de Urbanização;
- Qualificação do Espaço Público;
- Saneamento Básico.

Por sua vez, o Gráfico 31 desagrega a mesma informação pelos diferentes anos do período em análise.

Gráfico 30. Proporção de investimentos municipais, por área de atuação (2010-2019)
(Fonte: CMB, 2020)

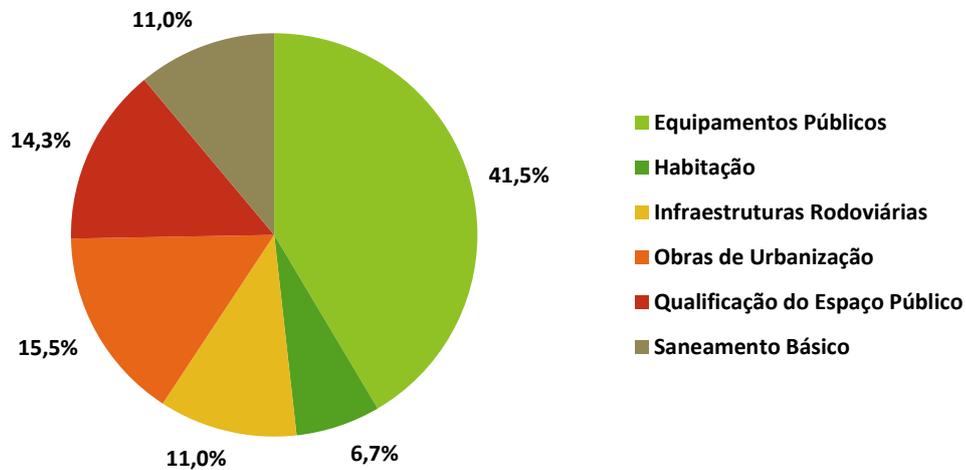
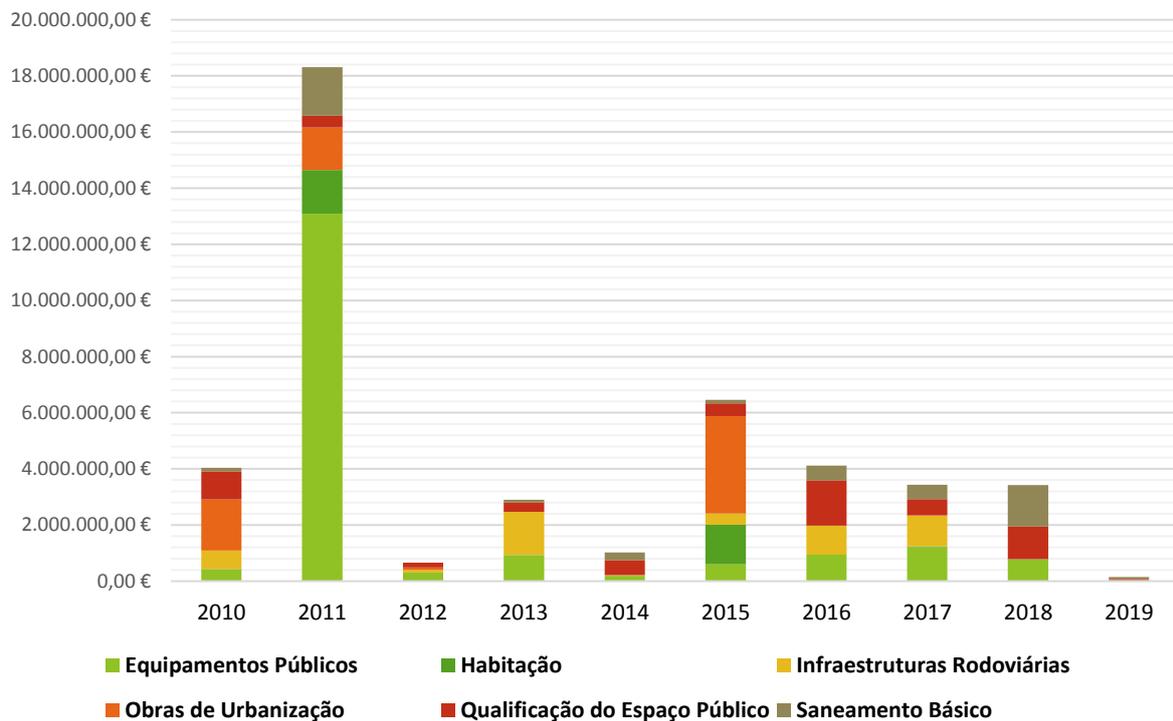


Gráfico 31. Dinâmica de investimentos municipais, por ano e por área de atuação (2010-2019)
(Fonte: CMB, 2020)



A leitura conjunta destes gráficos permite compreender que, ao longo dos últimos 10 anos, o maior esforço orçamental municipal tem sido feito no âmbito dos Equipamentos Públicos (cerca de 18,5 milhões de euros), sobretudo em 2011, correspondendo a 41,5% do valor total investido pelo Município de Bragança.

De seguida, com uma proporção consideravelmente inferior, destacam-se as Obras de Urbanização com 15,5% do total (cerca de 7 milhões de euros), tendo-se registado investimentos nesta área somente no triénio 2010-2011-2012 e em 2015, data que regista mais de metade do investimento observado. A Qualificação do Espaço Público obtém 14,3% do investimento municipal ao longo da última década e, individualmente, as Infraestruturas Rodoviárias e o Saneamento Básico cerca de 11,0%. Por último, o investimento no campo da Habitação tem sido mais intermitente, observável somente no biénio 2010-2011 e em três anos interpolados (2013, 2015 e 2017), perfazendo um total ligeiramente superior a três milhões de euros (6,7% do total), a maioria dos quais aplicados em 2011 e 2015.

Em anexo ao presente documento (Anexo III), apresentam-se as tabelas que elencam os investimentos municipais, organizados pelas respetivas áreas de atuação e por ano.

3.6. ACESSIBILIDADES, TRANSPORTES E MOBILIDADE

No presente subcapítulo, descreve-se, de forma resumida, a situação atual do território concelhio em matéria de acessibilidades, transportes e mobilidade, procurando-se, sempre que possível, identificar as principais dinâmicas e alterações que, neste domínio, caracterizam a evolução do território desde a aprovação do PDM em vigor. Mais especificamente, compila-se e analisa-se um conjunto de dados estatísticos e outras fontes de informação relativas à mobilidade da população residente no concelho de Bragança, às infraestruturas viárias e aos serviços de transporte público disponíveis, quer numa lógica de acessibilidade infra-concelhia, quer no que se refere às condições de conectividade regional/nacional/internacional. Desenvolve-se, ainda, uma análise da evolução da sinistralidade rodoviária a nível concelhio.

3.6.1. PADRÕES DE MOBILIDADE

Para o período entre 2001 e 2011, os dados disponibilizados pelo INE relativos ao número total de movimentos pendulares mostram uma redução do número de deslocações por motivos de trabalho ou estudo da população residente no concelho de Bragança, bem como uma perda da sua representatividade em relação à população residente nos dois períodos (Tabela 49). No entanto, essa variação é menos significativa do que a registada na sub-região Terras de Trás-os-Montes.

O decréscimo do número de deslocações por motivos de trabalho ou estudo, e da sua representatividade relativamente ao número de residentes, deverá acentuar-se depois de 2011, uma vez que, entre 2011 e 2018, se verifica uma redução do número de residentes em Bragança, bem como um aumento do número de idosos, com uma associada perda de pessoas em idade ativa.

Tabela 49. Evolução do número de viagens pendulares (2001-2011)
(Fonte: Censos 2001-2011, INE)

UNIDADE TERRITORIAL	População residente (nº)		Viagens pendulares (nº)		Nº de viagens pendulares / Nº de residentes (%)	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Sub-região Terras de Trás-os-Montes	127.138	117.527	60.226	52.910	47	45
Bragança	34.750	35.341	18.556	18.292	53	52

Simultaneamente, quando analisado o principal modo de transporte utilizado nas viagens pendulares em 2001 e 2011, verifica-se uma alteração das escolhas modais. Tal como apresentado na Tabela 49, entre 2001 e 2011 nota-se, no concelho de Bragança, uma redução do número de viagens em modos ativos (MA) — pedonal e ciclável — e em transporte público (TP), bem como um aumento do número de viagens em transporte individual (TI), à semelhança da sub-região em que se insere. Deste modo, verifica-se uma redução da representatividade das escolhas modais mais sustentáveis nesse período.

De facto, os dados disponíveis para o concelho de Bragança mostram um claro aumento do número de viagens em TI (cerca de 17%), em detrimento das escolhas modais consideradas ativas (pedonal e ciclável) — com uma redução de cerca de 13,7% — e do transporte público, ainda que com uma variação menos significativa (-1,8%) (Gráfico 32 e Gráfico 33).

Gráfico 32. Distribuição modal (2001)
(Fonte: Censos 2001, INE)

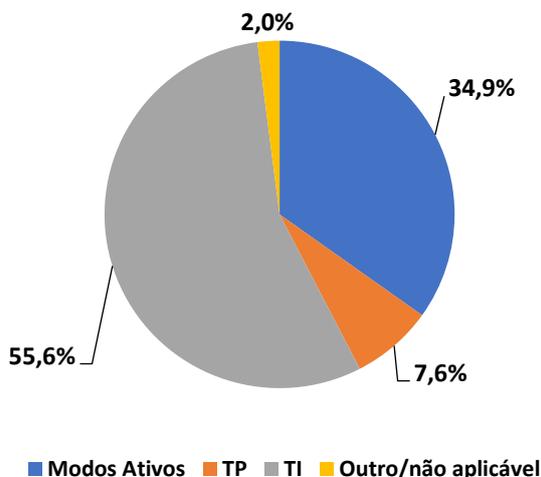
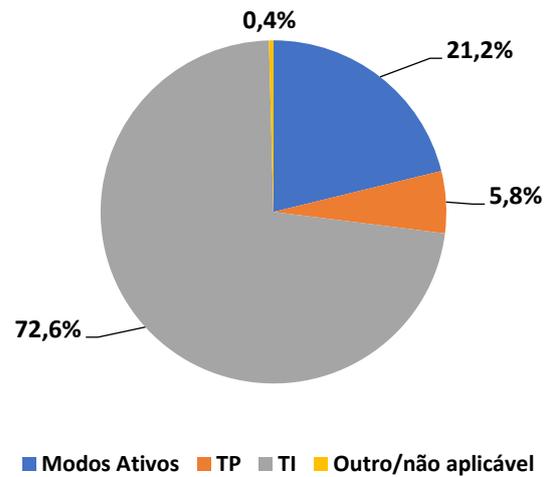


Gráfico 33. Distribuição modal (2011)
(Fonte: Censos 2011, INE)

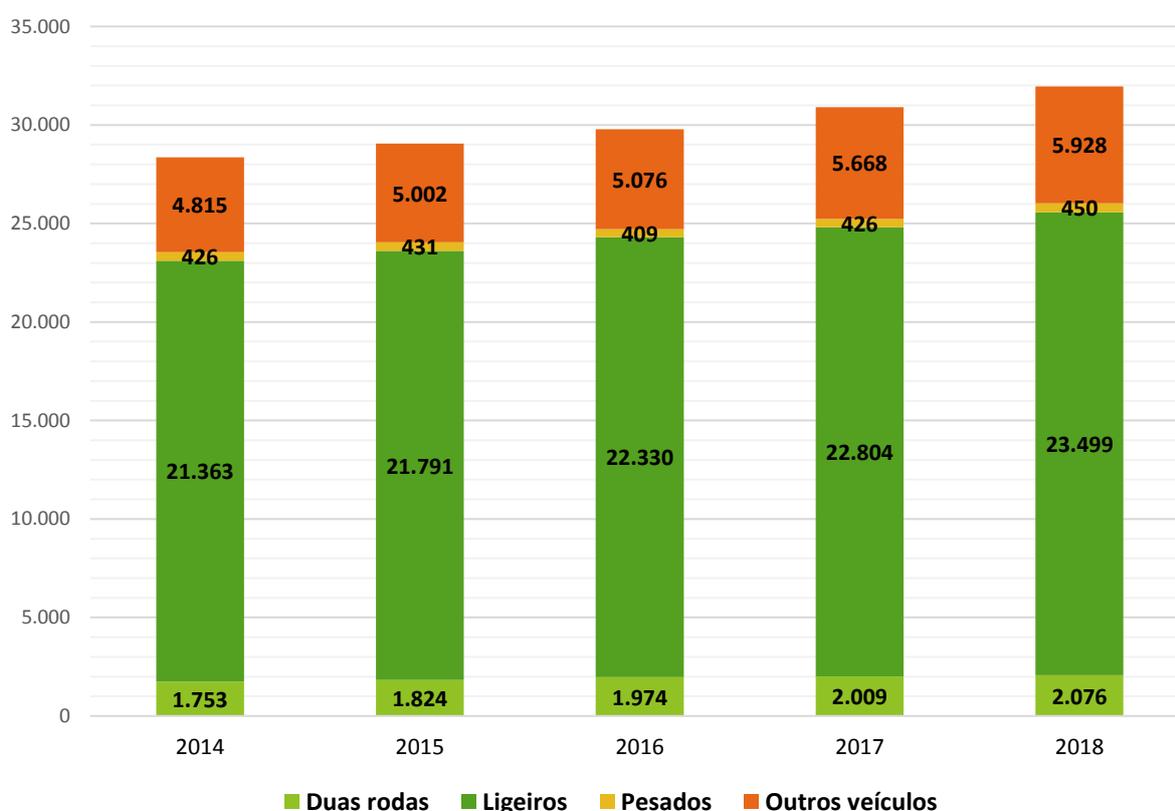


Paralelamente, quando analisado o parque automóvel do concelho, a partir dos dados disponibilizados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), verifica-se, nos últimos anos, um aumento do número total de veículos de utilização individual. Esse aumento global traduz-se numa variação positiva de cerca de 16% do número de veículos de duas rodas (motociclos e ciclomotores), assim como num aumento de 9% do número de veículos ligeiros e de 5% do número de veículos pesados. O crescimento mais significativo do número de veículos — aproximadamente 19% — corresponde a Outros Veículos, nos quais se incluem reboques, máquinas industriais, agrícolas, etc..

O aumento do número de veículos ligeiros e de duas rodas tem impacto evidente sobre as escolhas modais, uma vez que a posse de transporte individual conduz a uma maior predisposição para a sua utilização nas viagens pendulares.

Sendo assim, os dados acerca do parque automóvel concelhio sugerem, entre 2011 e 2018, um contínuo aumento da escolha modal Transporte Individual.

Gráfico 34. Evolução do parque automóvel do concelho de Bragança (2014-2018)
(Fonte: ASF)



Por outro lado, quando analisado o tempo médio das viagens pendulares (Tabela 50), verifica-se um aumento dos tempos de viagem entre 1991 e 2011, o que poderá ser explicado por um aumento das distâncias a percorrer.

Em 2011, no concelho de Bragança, o tempo médio de duração das viagens pendulares aproxima-se dos 15 minutos, à semelhança da sub-região Terras de Trás-os-Montes.

Tabela 50. Evolução da duração média das viagens pendulares
(Fonte: INE)

UNIDADE TERRITORIAL	Duração média das viagens pendulares (min)		
	1991	2001	2011
Sub-região Terras de Trás-os-Montes	12,19	14,25	15,00
Bragança	12,58	14,70	14,97

Relativamente às origens e destinos das viagens pendulares (Tabela 51), a maioria dos residentes no concelho trabalha ou estuda no mesmo território, estando, como tal, na origem de viagens pendulares infra-concelhias (93,6%). Esse valor é ligeiramente superior quando comparado com o da sub-região (91,6%), e expressa uma menor dependência inter-concelhia quando comparado com o valor médio da unidade territorial em que se insere.

Tabela 51. Movimentos pendulares inter-concelhios e infra-concelhios da população residente
(Fonte: INE)

UNIDADE TERRITORIAL	Proporção da população residente que trabalha ou estuda fora da unidade territorial (%)		Proporção da população residente que trabalha ou estuda na unidade territorial (%)	
	2001	2011	2001	2011
Sub-região Terras de Trás-os-Montes	8,7	8,4	91,3	91,6
Bragança	6,7	6,5	93,3	93,6

Verifica-se, ainda, uma proporção significativa de viagens, por motivos de trabalho ou estudo, com origem noutros municípios e destino no concelho de Bragança (Tabela 52). Em 2011, esse valor é de cerca de 15,7%, pelo que, no período 2001-2011, se regista um aumento de cerca de 0,4 pontos percentuais.

Tabela 52. Movimentos pendulares inter-concelhios com destino na unidade territorial
(Fonte: INE)

UNIDADE TERRITORIAL	Proporção da população residente que entra na unidade territorial (%)	
	2001	2011
Sub-região Terras de Trás-os-Montes	5,6	6,6
Bragança	15,3	15,7

Por outro lado, quando analisada a sub-região Terras de Trás-os-Montes, a proporção da população residente que entra na unidade territorial, durante o mesmo período, é significativamente inferior — 5,6% e 6,6%, respetivamente —, facto que, de certo modo, mostra que o concelho funciona como um polo atrator de viagens pendulares (e não só) ao nível da sub-região em que se insere.

No que se refere à promoção de modos de transporte mais sustentáveis, identifica-se a existência de infraestrutura ciclável no território concelhio, nomeadamente a presença de pistas cicláveis na Zona da Mãe d' Água e na ligação do Centro Histórico ao Instituto Politécnico de Bragança. Prevê-se, ainda, a consolidação da rede existente, a partir da ligação das pistas cicláveis identificadas a outros pontos da cidade, com destaque para a Zona Industrial das Cantarias e a zona envolvente do rio Fervença (Figura 16).

No que se refere à extensão da rede ciclável, a infraestrutura existente corresponde a cerca de 6 km de pistas cicláveis, aos quais acrescem 5 km de pistas cicláveis em execução.

Ainda no âmbito da promoção do modo ciclável, o concelho de Bragança dispõe de um sistema de bicicletas elétricas partilhadas, as Xispas. Este sistema tem apresentado elevada adesão por parte da população, justificando uma futura expansão por forma a dar resposta à procura existente.

Quando à mobilidade elétrica, de salientar que se encontram instalados em Bragança seis postos de carregamento de veículos elétricos, localizados na sede do concelho (Tabela 53).

Tabela 53. Postos de carregamento de veículos elétricos no concelho de Bragança
(Fonte: CMB)

POSTOS DE CARREGAMENTO DE VEÍCULOS ELÉTRICOS	
Sá Carneiro - P1	Parque Subterrâneo Sá Carneiro
Sá Carneiro - P2	
Balcão único	Câmara Municipal
Camões - P1	Parque Subterrâneo Praça Camões
Camões - P2	
Ecopark	Bragantia EcoPark

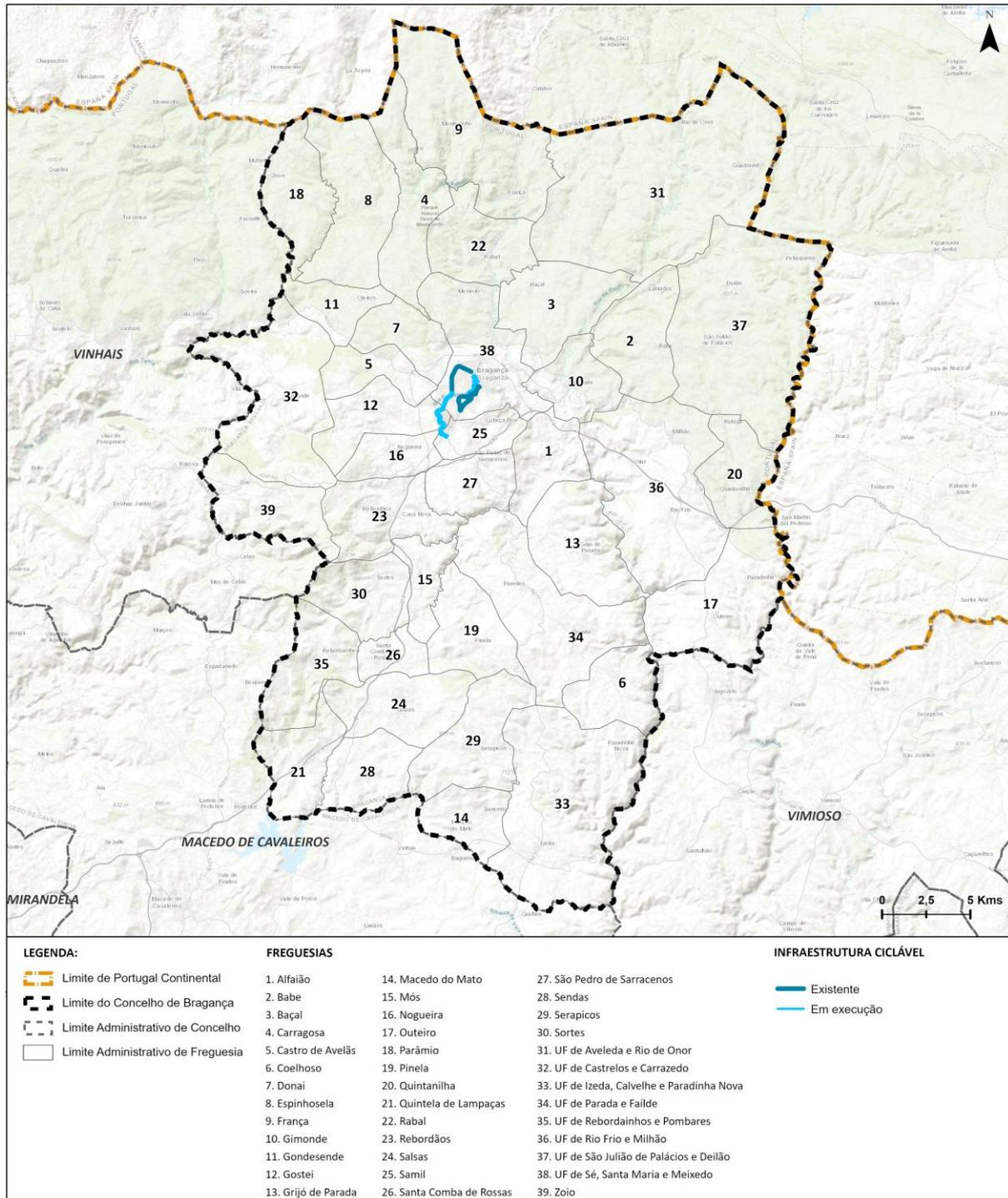


Figura 16. Infraestrutura ciclável

(Fonte dos dados: CMB, 2020. Fontes cartográficas: CAOP,2018; ESRI, 2020)

3.6.2. REDE RODOVIÁRIA

Em Bragança, a rede de infraestruturas rodoviárias assume uma enorme importância, quer em termos de estruturação da ocupação do território concelhio e de garantia das condições de acessibilidade interna, quer ao nível da conectividade regional, nacional e até internacional.

Neste contexto, destaca-se, desde logo, a presença do IP4/A4 (Porto-Vila Real-Bragança-Quintanilha), que atravessa o território concelhio, e permite garantir a acessibilidade externa, quer na direção sudoeste (Vila Real e Porto), quer na direção nascente, permitindo a ligação a Espanha a partir da fronteira de Quintanilha.

Tendo como objetivo primordial o combate à sinistralidade grave no IP4, a Subconcessão Autoestrada Transmontana foi adjudicada em dezembro de 2008, destinando-se a substituir esta via por um perfil mais seguro de autoestrada. Os dados de tráfego, disponibilizados pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT), indicam que os troços presentes no concelho foram inaugurados entre 2011 e 2013, conforme se apresenta na Tabela 54.

Tabela 54. Sublanços da A4 em Bragança
(Fonte: IMT)

SUBLANÇOS	ANO DE INAUGURAÇÃO
Azibo - Quintela de Lampaças	2013
Quintela de Lampaças - Vale de Nogueira	
Vale de Nogueira - Santa Comba de Rossas	
Santa Comba de Rossas - Mós	
Mós - Bragança Poente	
Bragança Poente - Bragança Sul	2011
Bragança Sul - Bragança Nascente	
Bragança Nascente - Rio Frio	2012
Rio Frio - Quintanilha	
Quintanilha - Quintanilha (Fronteira)	

A análise dos dados de tráfego, no período 2014-2019, entre os nós da A4 ao longo do concelho de Bragança — Quintela de Lampaças, Vale de Nogueira, Santa Comba de Rossas, Mós, Bragança Poente, Bragança Sul, Bragança Nascente, Rio Frio e Quintanilha — mostram um aumento do tráfego médio diário anual de 38.021 veículos/dia para 47.947 veículos/dia, correspondendo a um aumento de cerca de 26,1%.

Entre Amarante e Quintanilha (Fronteira), a A4 encontra-se concessionada à empresa Globalvia Transmontana, verificando-se a existência de dois pórticos no concelho, entre os nós de Bragança Sul e Bragança Poente. O custo da portagem, por classe de veículo, apresenta-se na Tabela 55.

Tabela 55. Custo das portagens na Autoestrada Transmontana (A4)
(Fonte: Globalvia Transmontana)

	CLASSE DE VEÍCULO			
	Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4
PÓRTICO 1 (localizado entre Parada de Cunhos e Vila Real)	0,60€	1,05€	1,30€	1,45€
PÓRTICO 2 (localizado entre Bragança Sul e Bragança Poente)	0,60€	1,00€	1,25€	1,40€

Ao nível das infraestruturas rodoviárias, destaca-se, ainda, o IP2 (Portelo - Faro), que assegura a ligação do concelho a sul. De referir, no entanto, que, no sublanço Macedo de Cavaleiros - Bragança, o traçado do IP2 é comum ao do IP4, pelo que adota a designação de IP2/IP4.

Pelo papel que desempenham, estes eixos viários inserem-se na Rede Fundamental do Plano Rodoviário Nacional (PRN 2000), conforme indicado na Tabela 56. Assim, para além dos eixos viários anteriormente assinalados, incluídos no primeiro nível hierárquico da rede, distinguem-se, igualmente, os eixos de carácter local que se inserem na Rede Complementar (EN103, EN316 e EN317) e na Rede de Estradas Regionais (ER206 e ER218) do PRN 2000.

Tabela 56. Eixos rodoviários incluídos no Plano Rodoviário Nacional
(Fonte: PRN 2000)

Rede Fundamental	IP2	Portelo - Faro
	IP4	Porto - Quintanilha
Rede Complementar	EN103	Chaves - Bragança
	EN316	Vinhais - Macedo de Cavaleiros
	EN317	Podence - Carção
Estradas Regionais	ER206	Vila Pouca de Aguiar - Bragança
	ER218	Quintanilha - Carção

De acordo com a hierarquia definida pelo PDM em vigor, a rede rodoviária atual estrutura-se em três níveis distintos — rede primária, secundária e terciária —, segundo as suas funções e o seu nível de serviço. A Tabela 57 caracteriza os diferentes níveis hierárquicos da rede, bem como os principais eixos de cada um dos sistemas.

Tabela 57. Hierarquia Funcional da rede rodoviária constante no PDM em vigor
(Fonte: PDMB, 2010)

HIERARQUIA	FUNÇÃO	VIAS
Sistema Primário	<u>Função de mobilidade:</u> Estabelece as principais ligações ao exterior	A4 (IP2/IP4); IP4; EN103-7 (IP2); EN103; ER206; ER218; ant. EN217
Sistema Secundário	<u>Funções de mobilidade e acessibilidade:</u> Ligação de diferentes polos locais e polos externos secundários	EN316; EN317; eixo ant. EN 218-3-EM 501- CM1037-ant EN308; ant. EN308; ant. EN15-5; EM 537
Sistema Terciário	<u>Função de acessibilidade:</u> Assegura, essencialmente, o acesso local a pequenos aglomerados	Restantes vias do sistema concelho, essencialmente caminhos municipais

Na Figura 17 apresenta-se a rede rodoviária atual, de acordo com a hierarquia definida pelo PDM em vigor.

A infraestrutura rodoviária atual veio permitir não só uma melhoria das ligações externas do concelho, graças, sobretudo, à concretização da A4, bem como um ganho de acessibilidade interna, nomeadamente entre aglomerados urbanos e entre os aglomerados urbanos e a sede do concelho.

Verifica-se, igualmente, um ganho de acessibilidade dos aglomerados urbanos à rede primária, resultado, sobretudo, da criação de novos eixos nas redes secundária e terciária, permitindo uma melhoria no acesso à rede principal.



Figura 17. Rede rodoviária definida pelo PDM em vigor
(Fonte dos dados: PDMB, 2010. Fontes cartográficas: CAOP, 2018; ESRI, 2020)

3.6.3. SINISTRALIDADE

Os dados estatísticos acerca da sinistralidade nas vias rodoviárias do concelho de Bragança mostram uma certa constância do número de acidentes no período 2014-2016, ainda que com um número de mortos variável (Gráfico 35). Em 2015, os acidentes de viação não registam qualquer vítima mortal, sendo o seu valor nulo, assim como o índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas (Gráfico 36).

Gráfico 35. Evolução dos acidentes de viação com vítimas (nº) e tipo de vítima (2014-2018)
(Fonte: INE)

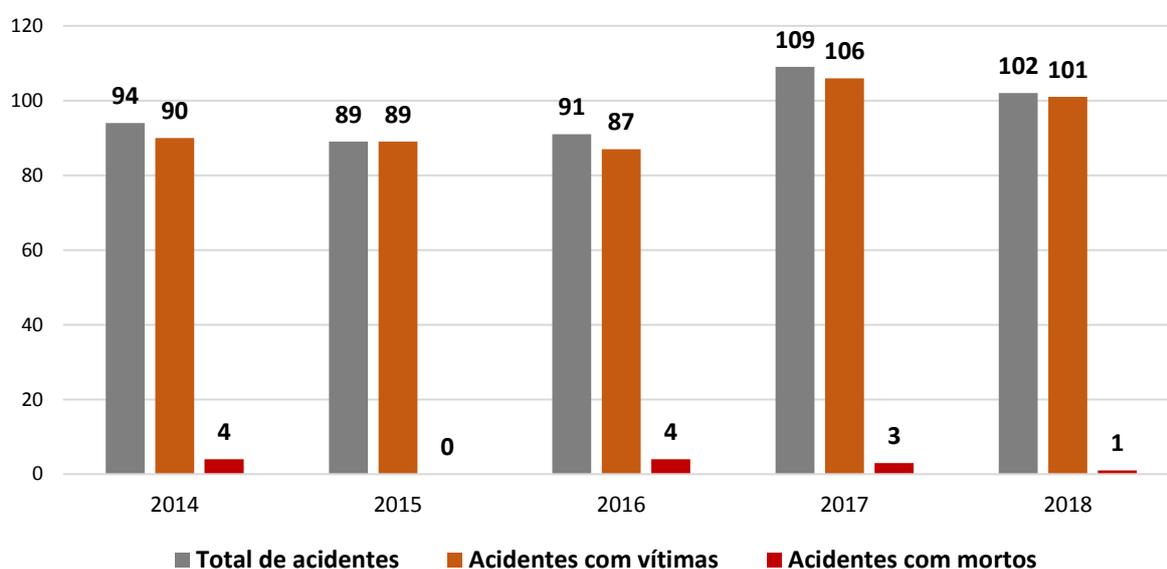
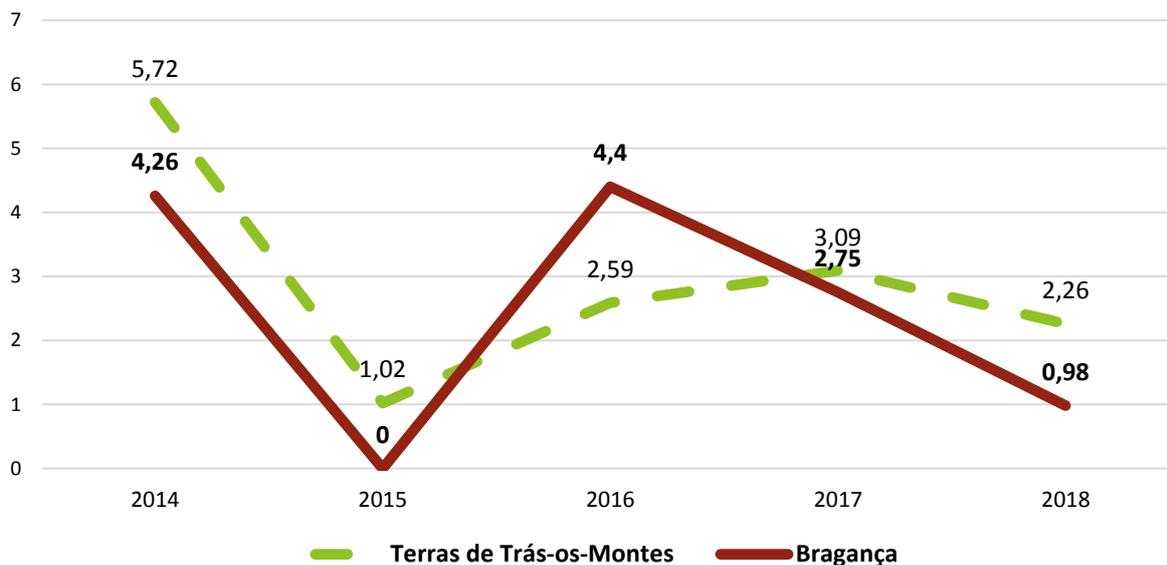


Gráfico 36. Evolução do índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas (2014-2018)
(Fonte: INE)



Em 2017, verifica-se um aumento do número total de acidentes para 109 ocorrências, registando-se o valor mais elevado do período em análise. Já em 2018, o número de acidentes é de 102, registando-se apenas um acidente com vítimas mortais. Sendo assim, nos últimos anos, verifica-se uma efetiva redução do índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas no concelho de Bragança.

Quando comparados o índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas do concelho com o da sub-região, durante o mesmo período, verifica-se que o índice do concelho, à exceção do ano de 2015, é inferior ao da sub-região. Deste modo, comparativamente com a sub-região Terras de Trás-os-Montes, no concelho de Bragança há uma menor representatividade do número de acidentes com vítimas mortais em relação ao número total de acidentes.

3.6.4. TRANSPORTE PÚBLICO RODOVIÁRIO

O concelho de Bragança dispõe de um serviço de transporte público rodoviário municipal, denominado STUB – Serviço de Transportes Urbanos de Bragança. O Serviço prestado atualmente corresponde ao descrito na Tabela 58.

Tabela 58. Serviço de Transportes Urbanos de Bragança (STUB)
(Fonte: CMB)

	LINHA	Nº DE IDAS/DIA	Nº DE VOLTAS/DIA
Linhas urbanas	U1 - Linha verde	16	16
	U2 - Linha amarela	16	16
	U3 - Linha vermelha	16	16
	U4 - Linha azul	Serviço diário de 15 em 15 minutos, das 8:00h às 19:00h	
Outras linhas	L1 - Bragança- Rebordãos	4	3
	L2 - Bragança- Castrelos	3	2
	L3 - Bragança- Alfaião	3	5
	L4 - Bragança- Gondesende	3	3
	L5 - Bragança- Rio de Onor	3	3
	L6 - Bragança- Terroso	2	2
	L7 - Bragança- Portelo	2	2
	L9 - Bragança- Serapicos	1 (só à 5ª feira)	1 (só à 5ª feira)
	L10 - Bragança- Sanceriz	1 (só à 4ª feira)	1 (só à 4ª feira)
	L11 - Bragança- Sendas	1 (só à 3ª feira)	1 (só à 3ª feira)
	L12 - Bragança- Laviados	1 (só à 4ª feira)	1 (só à 4ª feira)
	L13 - Bragança- Pombares	1 (só à 2ª feira)	1 (só à 2ª feira)
	L14 - Bragança- Refóios	1 (só à 6ª feira)	1 (só à 6ª feira)

A análise da Tabela 58 permite destacar a presença de linhas urbanas, que servem o centro do concelho, bem como de outras linhas, que servem as áreas mais rurais.

Naturalmente, a frequência do serviço é maior nas carreiras denominadas urbanas, onde a densidade populacional e a oferta de serviços públicos é superior, chegando às 16 passagens diárias. Contudo, em algumas carreiras que servem as áreas rurais, verifica-se uma frequência bastante reduzida, havendo apenas uma circulação semanal. Tal facto levará, certamente, a uma redução da atratividade da utilização do transporte público nestas áreas.

De salientar, ainda, que a rede de transporte público rodoviário assegurada pelo STUB não serve algumas freguesias e aglomerados urbanos do concelho, circunstância que, mais uma vez, compromete a sua utilização (Figura 18).

A fragilidade do serviço de transporte público já se encontra devidamente identificada pelo Município, sendo que o estudo de reestruturação da rede de TP — *Serviço de Transporte Público de Passageiros e Flexível em Bragança e Revisão da Reestruturação da Rede de Transporte Público* —, datado de 2019, contempla o desenvolvimento de uma proposta de Transporte Flexível, direcionado para o serviço às freguesias e territórios de mais baixa densidade.

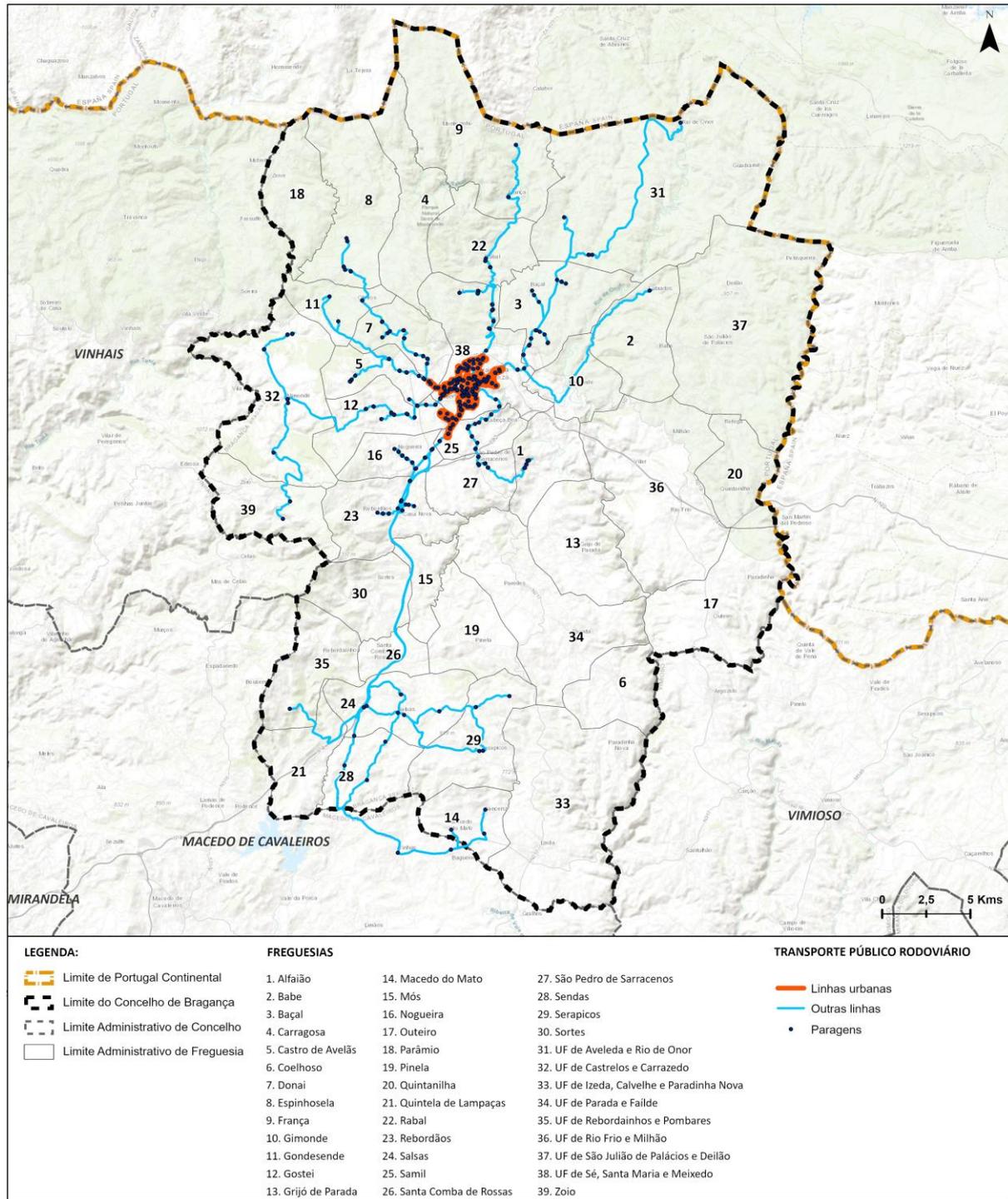


Figura 18. Rede de transporte público rodoviário do concelho de Bragança (STUB)
(Fonte: CMB, 2020)

Para além do serviço de transporte urbano municipalizado, prestado pela STUB, o concelho encontra-se também servido pelos serviços interurbanos de transporte coletivo rodoviário, prestados pela RODONORTE - Transportes Portugueses, S.A. e pela empresa António Augusto Santos, Lda.. Esses serviços incluem, maioritariamente, carreiras de âmbito concelhio, as quais ligam as freguesias mais rurais à sede do concelho, mas também serviços regionais (Tabela 59).

Tabela 59. Serviços interurbanos de transporte público rodoviário no concelho de Bragança
(Fonte: RODONORTE, S.A.; António Augusto Santos, Lda.)

Serviço concelhio	Bragança - Zoio
	Bragança - Quintanilha
	Bragança - Quadramil
	Bragança - Calvelhe
	Bragança - Izeda
	Bragança - Veigas
	Bragança - Freixedelo
Serviço regional	Bragança - Dine
	Bragança - Miranda do Douro
	Bragança - Vinhais

No que se refere ao serviço de transporte regional, a Empresa Alfundeguense, Lda. assegura, também, o transporte diário de passageiros entre o concelho de Bragança e os concelhos de Vila Real e Vila Verde.

Relativamente à oferta de transporte coletivo rodoviário, o concelho de Bragança dispõe, ainda, de serviço expresso, associado a viagens de maiores distâncias, e, como tal, sobretudo de carácter ocasional. Este serviço é assegurado pela Rede Nacional de Expressos, que opera entre Bragança e outros destinos, como, por exemplo, Vila Real, Porto, Coimbra e Lisboa.

De referir que a rede de transporte público de passageiros e os serviços referidos se encontram, atualmente, em fase de estudo de reformulação, no seguimento da entrada em vigor do Regime Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros (RJSPTP). A proposta que vier a resultar do referido estudo constituirá a base do processo de concessão, por parte do Município, do serviço público de transporte de passageiros.

No âmbito do transporte público, destaca-se, também, a presença de uma *interface* de transporte no concelho, localizada na antiga estação ferroviária, situada no centro da cidade. A *interface* de Bragança apresenta boas condições de acessibilidade externa e interna, uma vez que graças às condições da infraestrutura, bem como à oferta de informação ao público, permite um fácil acesso até ao local por diferentes modos de transporte e facilita os transbordos e a passagem entre diferentes serviços.

O concelho de Bragança possui, ainda, infraestrutura ferroviária, correspondente ao percurso da antiga Linha do Tua. Contudo, a desativação da infraestrutura existente, que servia diretamente o concelho, conduziu à necessidade de aceder ao serviço de transporte ferroviário a partir da Estação do Tua, no concelho de Carrazeda de Ansiães — localizada a cerca de uma hora e meia de distância de Bragança — ou através da Estação do Pocinho, no concelho de Vila Nova de Foz Coa — localizada a cerca de uma hora e dez minutos do concelho, deixando, assim, de constituir uma alternativa eficaz ao TPR.

3.6.5. TRANSPORTE AÉREO

O concelho de Bragança é servido pelo Aeródromo Municipal de Bragança, construído entre 1965 e 1972 pelo Município.

Em 2005, a intervenção realizada nesta infraestrutura permitiu um aumento de 500 metros do comprimento da pista, alcançando, assim, um total de 1.700 metros pavimentados, permitindo a sua utilização por aeronaves de maior dimensão. Na sua configuração atual, apresenta uma pista de 1.700 metros de comprimento e 30 metros de largura, o que possibilita o seu uso por aeronaves até ao tipo B.

As intervenções previstas no âmbito do Plano Diretor do Aeroporto Regional de Bragança (2008), preveem, numa primeira fase, a operação de companhias cuja frota é caracterizada por aeronaves do tipo C, com uma capacidade de cerca de 150 passageiros, ligando a região a outros destinos europeus. Por sua vez, a segunda fase do plano considera o *máximo desenvolvimento previsível do aeroporto*, incluindo a construção de uma nova pista, paralela à existente, e dos acessos associados.

Atualmente, o serviço de transporte de passageiros é prestado, unicamente, pela empresa SEVENAIR, que assegura voos diários entre Bragança, Vila Real, Viseu, Cascais e Portimão.

3.7. PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO

Considerando que o património arquitetónico e arqueológico assume uma importância vital no estabelecimento de uma identidade territorial, no presente subcapítulo procede-se à descrição dos valores patrimoniais identificados no concelho de Bragança, tendo em vista a sua salvaguarda, valorização e divulgação.

Vastos, ricos e diversificados, os valores arquitetónicos e arqueológicos — designados no PDM em vigor como valores culturais — encontram-se representados na Planta de Ordenamento, bem como listados no ANEXO I do Regulamento, onde, no n.º 2 do seu artigo 69.º, se procede à sua distinção em:

- a) Imóveis classificados;
- b) Imóveis em vias de classificação;
- c) Outros imóveis com interesse;
- d) Conjuntos com interesse;
- e) Património arqueológico.

No PDM em vigor, todos os elementos identificados como Imóveis Classificados, Imóveis em Vias de Classificação e Outros Imóveis com Interesse dispõem de uma zona de proteção de 50 metros para além dos seus limites físicos, exceto se existir uma Zona Especial de Proteção (ZPE) expressamente delimitada.

3.7.1. IMÓVEIS CLASSIFICADOS E EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO

Para além da representação na Planta de Ordenamento, os imóveis classificados e em vias de classificação encontram-se igualmente identificados na Planta de Condicionantes do PDM em vigor, constituindo, deste modo, servidão administrativa eficaz.

Em 2010, data de entrada em vigor do PDM, encontravam-se classificados os 29 elementos patrimoniais identificados na Tabela 60, designadamente 6 Monumentos Nacionais (MN), 21 Imóveis de Interesse Público (IIP) e dois Imóveis de Interesse Municipal (IIM). Nestes imóveis, as intervenções permitidas e as medidas de proteção são as que decorrem da legislação específica em vigor.

Tabela 60. Património classificado em 2010
 (Fonte: Anexo I do RPDM de Bragança, Aviso n.º 12248-A/2010, de 18 de junho)

DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CATEGORIA	TIPOLOGIA	SUPORTE LEGAL
Categoria de proteção: MONUMENTO NACIONAL				
Castro de Sacóias	Baçal	Arqueologia	Povoado Fortificado	Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23 de junho
Antigos Paços Municipais de Bragança / Domus Municipalis	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	Arquitetura Civil	Paço	Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23 de junho
Castelo de Bragança	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	Arquitetura Militar	Castelo	Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23 de junho
Pelourinho de Bragança	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	Arquitetura Civil	Pelourinho	Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23 de junho
Igreja de Castro de Avelãs	Castro de Avelãs	Arquitetura Religiosa	Igreja	Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23 de junho
Igreja do Santo Cristo do Outeiro	Outeiro	Arquitetura Religiosa	Igreja	Decreto n.º 14 615, DG, I Série, n.º 260, de 24 de novembro de 1927
Categoria de proteção: IMÓVEL DE INTERESSE PÚBLICO				
Atalaia de Candaira	Baçal	Arquitetura Militar	Atalaia	Decreto n.º 29/90, DR, I Série, n.º 163, de 17 de julho
Convento e Igreja de São Francisco	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	Arquitetura Religiosa	Convento	Decreto n.º 1/86, DR, I Série, n.º 2, de 3 de janeiro
Edifício e jardim do antigo Paço Episcopal / Museu do Abade de Baçal	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	Arquitetura Religiosa	Paço	Decreto n.º 1/86, DR, I Série, n.º 2, de 3 de janeiro
Mamoas de Donai / Mamoas de Tumbeirinho	Donai	Arqueologia	Mamoas	Decreto n.º 38 147, DG, I Série, n.º 4, de 5 de janeiro de 1951
Ruínas da Capela da Senhora da Hera / Capela da Senhora da Idera	Espinhosela	Arquitetura Religiosa	Capela	Decreto n.º 1/86, DR, I Série, n.º 2, de 3 de janeiro Decreto n.º 45/93, DR, I Série-B, n.º 280, de 30 de novembro
Pelourinho de Carocedo / Pelourinho de Failde	UF de Parada e Failde	Arquitetura Civil	Pelourinho	Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11 de outubro
Castro de Gimonde	Gimonde	Arqueologia	Povoado Fortificado	Decreto n.º 29/90, DR, I Série, n.º 163, de 17 de julho
Ponte de Gimonde / Ponte Velha	Gimonde	Arquitetura Civil	Ponte	Decreto n.º 29/90, DR, I Série, n.º 163, de 17 de julho

DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CATEGORIA	TIPOLOGIA	SUPORTE LEGAL
Pelourinho de Gostei	Gostei	Arquitetura Civil	Pelourinho	Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11 de outubro
Pelourinho de Frieira	Macedo do Mato	Arquitetura Civil	Pelourinho	Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11 de outubro
Pelourinho de Sanceriz	Macedo do Mato	Arquitetura Civil	Pelourinho	Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11 de outubro
Cruzeiro do Outeiro	Outeiro	Arquitetura Religiosa	Cruzeiro	Decreto n.º 40 361, DG, I Série, n.º 228, de 20 de outubro
Fortaleza do Outeiro	Outeiro	Arquitetura Militar	Fortaleza	Decreto n.º 40 361, DG, I Série, n.º 228, de 20 de outubro
Pelourinho do Outeiro	Outeiro	Arquitetura Civil	Pelourinho	Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11 de outubro
Castro de Ciragata / Cidadelhe de Parada	UF de Parada e Failde	Arqueologia	Castro	Decreto n.º 1/86, DR, I Série, n.º 2, de 3 de janeiro
Capela de Nossa Senhora da Ribeira / Santuário de Nossa Senhora da Ribeira	Quintanilha	Arquitetura Religiosa	Capela	Portaria n.º 443/2006, DR, II Série, n.º 49, de 9 de março
Igreja da Aldeia de Veigas / Igreja de São Vicente de Aldeia de Veigas	Quintanilha	Arquitetura Religiosa	Igreja	Decreto n.º 45/93, DR, I Série-B, n.º 280, de 30 de novembro
Pelourinho de Rebordainhos	UF de Rebordainhos e Pombares	Arquitetura Civil	Pelourinho	Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11 de outubro
Castelo de Rebordãos / Castelo do Tourão	Rebordãos	Arquitetura Militar	Castelo	Decreto n.º 40 361, DG, I Série, n.º 228, de 20 de outubro
Pelourinho de Rebordãos	Rebordãos	Arquitetura Civil	Pelourinho	Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11 de outubro
Pelourinho de Vila Franca de Lampaças	Sendas	Arquitetura Civil	Pelourinho	Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11 de outubro
Categoria de proteção: IMÓVEL DE INTERESSE MUNICIPAL				
Ponte de Frieira	Macedo do Mato	Arquitetura Civil	Ponte	Decreto n.º 29790, DR, I Série, n.º 163, de 17 de julho
Igreja Matriz de Outeiro / Igreja de Nossa Senhora da Assunção	Outeiro	Arquitetura Religiosa	Igreja	Decreto n.º 67/97, DR, I Série-B, n.º 301, de 31 de dezembro

O PDM de Bragança em vigor identifica, ainda, seis imóveis em vias de classificação, dos quais apenas um se encontra, desde 2012, classificado como Monumento de Interesse Público (MIP), designadamente a Igreja Paroquial de São João Baptista (antiga Sé), também denominada Igreja da Sé, localizada na UF de Sé, Santa Maria e Meixedo. Trata-se de um antigo convento de freiras Clarissas, construído em terrenos pertencentes ao mosteiro beneditino de Castro de Avelãs, atualmente recuperado para instalação do Centro Cultural Municipal, Biblioteca Municipal, Conservatório de Música e Espaço Memória da Cidade (Figura 19).



Figura 19. Igreja Paroquial de São João Baptista (antiga Sé)
(Fonte: www.cm-braganca.pt)

Dos restantes cinco imóveis em vias de classificação em 2010, o procedimento de classificação de três deles — Escola Industrial e Comercial de Bragança, Estação Meteorológica de Bragança e Edifício dos CTT de Bragança — encontra-se encerrado/arquivado por não terem sido considerados valores nacionais pela Direção Regional da Cultura do Norte (DRCN).

Por seu lado, o Hospital Regional de Bragança e a Pousada de São Bartolomeu estiveram, igualmente, em vias de classificação, tendo os respetivos procedimentos de classificação caducado, uma vez que não foram concluídos no prazo fixado na legislação específica em vigor.

A Tabela 61 identifica as alterações ocorridas no âmbito do património em vias de classificação desde 2010 no concelho de Bragança.

Tabela 61. Alterações ao património em vias de classificação desde 2010

(Fonte: www.patrimoniocultural.gov.pt)

DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	SUPORTE LEGAL (síntese)	SITUAÇÃO ATUAL	CATEGORIA DE PROTEÇÃO
Escola Industrial e Comercial de Bragança, atual Escola Secundária Abade de Baçal	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	Em vias de classificação nos termos do Decreto-Lei n.º 173/2006, DR, I Série, n.º 16, de 24 de agosto; Proposta de encerramento de 28 de outubro de 2009 da Direção Regional da Cultura do Norte (DRCN), por não ter valor nacional; Despacho de encerramento de 30 de outubro de 2009 do Diretor do IGESPAR, I.P..	Procedimento encerrado/arquivado	Sem proteção legal
Estação Meteorológica de Bragança	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	Em vias de classificação nos termos do Decreto-Lei n.º 173/2006, DR, I Série, n.º 16, de 24 de agosto; Proposta de encerramento de 17 de novembro de 2009 da DRCN, por não ter valor nacional; Despacho de encerramento de 7 de dezembro de 2009 do Diretor do IGESPAR, I.P..	Procedimento encerrado/arquivado	Sem proteção legal
Hospital Regional de Bragança e Escola Superior de Enfermagem	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	Despacho de abertura de 20 de abril de 2007; Procedimento caducado nos termos do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, DR, 1.ª série, n.º 206 de 23 de outubro.	Procedimento caducado	Sem proteção legal
Igreja Paroquial de São João Baptista (antiga Sé) / Igreja da Sé	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	Despacho de abertura de 16 de julho de 2003; Proposta de 14 de março de 2011 da DCRN para a classificação como MIP; Anúncio n.º 13 416/2012, DR, 2.ª série, n.º 178, de 13 de setembro; Portaria n.º 740-FN/2012, DR, 2.ª série, n.º 252 (suplemento), de 31 de dezembro.	Classificado	Monumento de Interesse Público (MIP)
Pousada de São Bartolomeu de Bragança	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	Despacho de abertura de 30 de dezembro de 2004; Procedimento caducado nos termos do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, DR, 1.ª série, n.º 206 de 23 de outubro.	Procedimento caducado	Sem proteção legal

DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	SUPORTE LEGAL (síntese)	SITUAÇÃO ATUAL	CATEGORIA DE PROTEÇÃO
Edifício dos CTT de Bragança	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	Em vias de classificação nos termos do Decreto-Lei n.º 173/2006, DR, I Série, n.º 16, de 24 de agosto; Proposta de encerramento de 16 de outubro de 2009 da DRCN, por não ter valor nacional; Despacho de encerramento de 19 de outubro de 2009 do Diretor do IGESPAR, I.P..	Procedimento encerrado/arquivado	Sem proteção legal
Capela de Santa Marinha	Carragosa	Proposta de classificação de 2 de setembro de 2010, de particular; Proposta de arquivamento de 13 de janeiro de 2010 da DCRN, por não ter valor nacional; Despacho de encerramento de 24 de fevereiro de 2011 do Diretor do IGESPAR, I.P..	Procedimento encerrado/arquivado	Sem proteção legal
Edifício Poças	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	Proposta de classificação de 31 de outubro de 2013 da CM de Bragança, após requerimento do proprietário; Proposta de arquivamento de 28 de janeiro de 2014 da DRCN, por não ter valor nacional; Despacho de arquivamento de 11 de fevereiro de 2014 do diretor-geral da DGPC.	Procedimento encerrado/arquivado	Sem proteção legal

A leitura da Tabela 61 permite destacar, ainda, as propostas de classificação de dois imóveis — Capela de Santa Marinha (Carragosa) e Edifício Poças (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo) —, datadas de setembro de 2010 e outubro de 2013, respetivamente. No entanto, ambos os procedimentos estão já encerrados/arquivados, pelo que, à semelhança dos restantes imóveis nas mesmas circunstâncias, nenhum deles detém, atualmente, qualquer proteção legal.

Contudo, apesar de não classificados, quatro dos imóveis apontados anteriormente encontram-se sujeitos a servidões, determinadas por portaria que fixa a zona de proteção através da indicação dos seus limites, identifica uma zona *non aedificandi*, caso exista, e refere os condicionalismos específicos a que ficam sujeitas estas áreas. No concelho de Bragança, os imóveis sujeitos a estas servidões são os indicados na Tabela 62.

Tabela 62. Imóveis não classificados sujeitos a zona de proteção fixada por portaria
(Fonte: PDMB, 2010)

DESIGNAÇÃO	PORTARIA
Edifício dos CTT de Bragança	Portaria 03-06-1953, de 29 de agosto, DR, n.º 202, IIS
Escola Industrial e Comercial de Bragança, atual escola Secundária Abade de Baçal	Portaria 12-08-1963, de 26 de setembro, DR, n.º 227, IIS
Pousada de São Bartolomeu de Bragança	Portaria 21-05-1964, de 25 de junho de 1964, DR, n.º 148, IIS
Estação Meteorológica de Bragança	Portaria n.º 807/84, de 13 de outubro, DR, n.º 238, IS

A distribuição geográfica dos imóveis classificados e em vias de classificação existentes no concelho de Bragança, em 2010 e em 2020, apresenta-se na Figura 20. A sua observação permite constatar uma relativa ausência de dinamismo neste âmbito, uma vez que, decorridos 10 anos, o número de imóveis classificados no concelho aumentou apenas uma unidade, não se encontrando, ainda, qualquer outro elemento patrimonial (arquitetónico ou arqueológico) em vias de classificação.

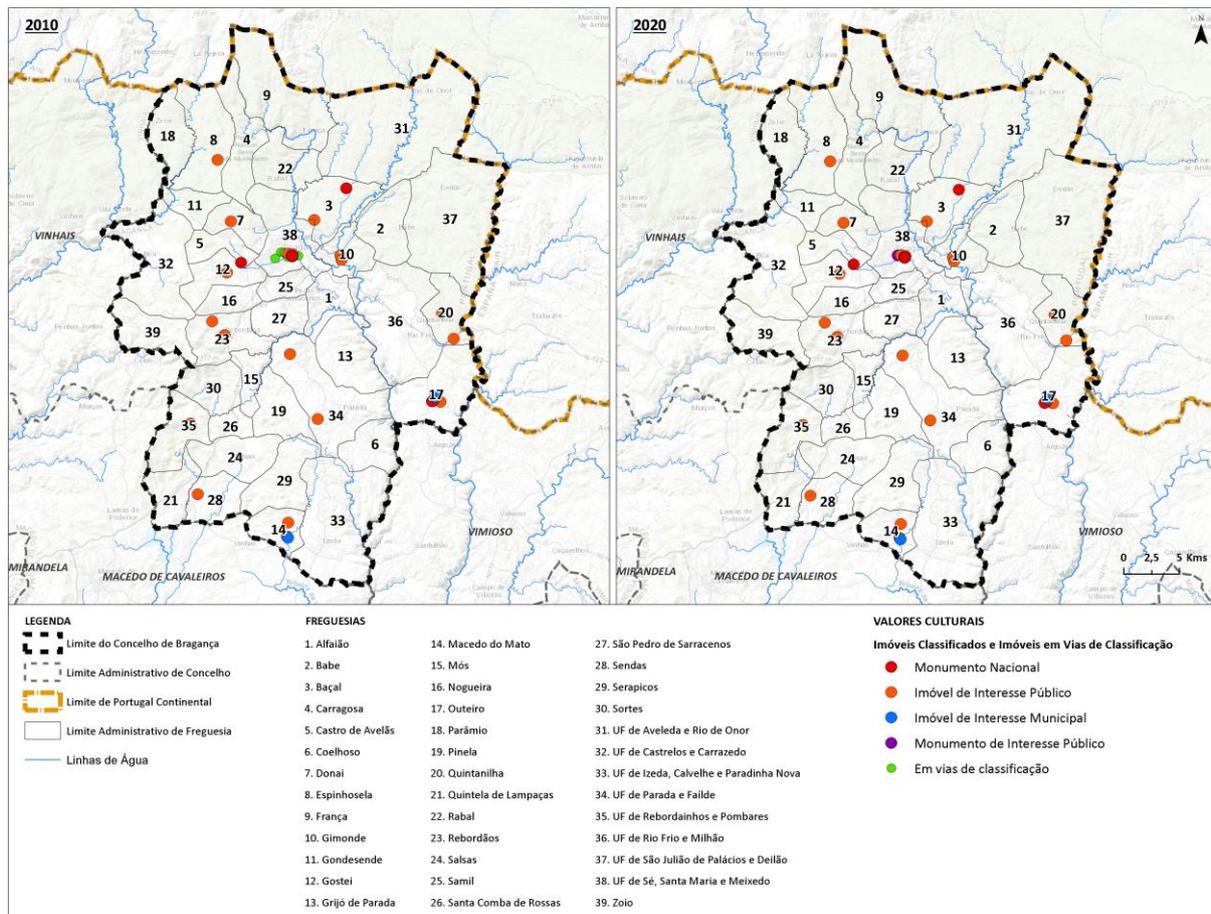


Figura 20. Distribuição geográfica dos imóveis classificados e em vias de classificação (2010 e 2020)
(Fonte dos dados: DGPC, 2020; PDMB, 2010. Fontes cartográficas: APA, 2015; CAOP, 2018; ESRI, 2020)

3.7.2. OUTROS VALORES PATRIMONIAIS

Como referido anteriormente, para além dos imóveis classificados e em vias de classificação identificados no PDM em vigor, este plano territorial identifica, igualmente, outros valores patrimoniais presentes no concelho de Bragança que se encontram sujeitos a regimes específicos de proteção, designadamente:

- a) Outros imóveis com interesse;
- b) Conjuntos com interesse;
- c) Património arqueológico.

Os **outros imóveis com interesse** são *aqueles que, embora não estando classificados ou em vias de classificação, assumem importância no âmbito do património concelhio a nível histórico, cultural e arquitetónico* (n.º 1 do artigo 71.º do RPDM), nos quais são apenas permitidas obras de conservação, reconstrução e ampliação, bem como a demolição de partes que correspondam a intervenções de data posterior à sua origem e que, de alguma forma, contribuam para a sua descaracterização.

O grupo destes imóveis é constituído por 342 elementos distribuídos pelas seguintes seis tipologias arquitetónicas:

- a) Arquitetura Civil Privada — 34 imóveis, sobretudo casas;
- b) Arquitetura Civil Pública — 60 imóveis, sobretudo edifícios públicos, pontes e pontões;
- c) Arquitetura Industrial — 2 imóveis;
- d) Arquitetura Religiosa — 229 imóveis, sobretudo capelas e igrejas;
- e) Estruturas de Apoio — 13 elementos, sobretudo fontes;
- f) Outro Património — 4 elementos escultóricos.

A Tabela 63 discrimina o número de valores com interesse patrimonial presentes em cada uma das freguesias do concelho de Bragança, distribuídos pelas correspondentes tipologias arquitetónicas. Por seu turno, a Figura 21 apresenta a respetiva distribuição geográfica.

A UF de Sé, Santa Maria e Meixedo é a unidade territorial infra-concelhia onde se localiza o maior número de valores arquitetónicos, contabilizando-se um total de 100 elementos (29,2% do total). Segue-se a UF de Parada e Failde e a UF de Rio Frio e Milhão com a presença de 14 imóveis referenciados em cada uma delas. Com apenas duas igrejas assinaladas, Mós é a freguesia que regista, no PDM em vigor, o menor número de valores de interesse patrimonial.

Em anexo ao presente documento (Anexo IV) elencam-se os imóveis com interesse patrimonial, identificados no PDM em vigor, que não se encontram atualmente classificados ou em vias de classificação, discriminados pelas correspondentes tipologias arquitetónicas.

Tabela 63. Valores de interesse patrimonial identificados no concelho de Bragança, por tipologia arquitetónica e por freguesia
(Fonte: PDMB, 2010)

UNIDADE TERRITORIAL INFRA-CONCELHIA	ARQUITETURA CIVIL PRIVADA	ARQUITETURA CIVIL PÚBLICA	ARQUITETURA INDUSTRIAL	ARQUITETURA RELIGIOSA	ESTRUTURAS DE APOIO	OUTRO PATRIMÓNIO	TOTAL
Alfaião	-	-	-	3	-	-	3
Babe	-	-	-	4	1	-	5
Baçal	1	-	-	5	-	-	6
Carragosa	-	-	-	5	-	-	5
Castro de Avelãs	-	1	-	3	-	-	4
Coelhoso	-	1	-	4	1	-	6
Donai	-	-	-	7	-	-	7
Espinhosela	-	1	-	8	-	-	9
França	-	2	-	4	-	-	6
Gimonde	1	1	-	3	-	-	5
Gondesende	-	-	-	3	-	-	3
Gostei	-	-	-	4	-	-	4
Grijó de Parada	-	-	-	5	-	-	5
Macedo do Mato	-	-	-	5	-	-	5
Mós	-	-	-	2	-	-	2
Nogueira	-	-	-	3	-	-	3
Outeiro	2	2	-	5	-	-	9
Parâmio	-	1	-	5	-	-	6
Pinela	-	-	-	2	1	-	3
Quintanilha	-	1	-	3	-	-	4
Quintela de Lapaças	1	1	-	4	-	-	6

UNIDADE TERRITORIAL INFRA-CONCELHIA	ARQUITETURA CIVIL PRIVADA	ARQUITETURA CIVIL PÚBLICA	ARQUITETURA INDUSTRIAL	ARQUITETURA RELIGIOSA	ESTRUTURAS DE APOIO	OUTRO PATRIMÓNIO	TOTAL
Rabal	-	1	-	2	-	-	3
Rebordãos	-	-	-	5	-	-	5
Salsas	1	-	-	11	-	-	12
Samil	-	-	-	9	1	-	10
Santa Comba de Rossas	-	2	-	3	-	-	5
São Pedro de Sarracenos	-	1	-	2	1	-	4
Sendas	1	-	-	6	-	-	7
Serapicos	1	-	-	4	-	-	5
Sortes	1	-	-	4	-	-	5
UF de Aveleda e Rio de Onor	-	1	-	6	-	-	7
UF de Castrelos e Carrazedo	-	2	-	9	-	-	11
UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova	1	2	-	7	-	-	10
UF de Parada e Failde	2	1	-	11	-	-	14
UF de Rebordainhos e Pombares	-	-	-	6	-	-	6
UF de Rio Frio e Milhão	-	4	-	10	-	-	14
UF de São Julião de Palácios e Deilão	-	-	-	10	1	-	11
UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	22	35	2	30	7	4	100
Zoio	-	-	-	7	-	-	7
TOTAL DO CONCELHO	34	60	2	229	13	4	342

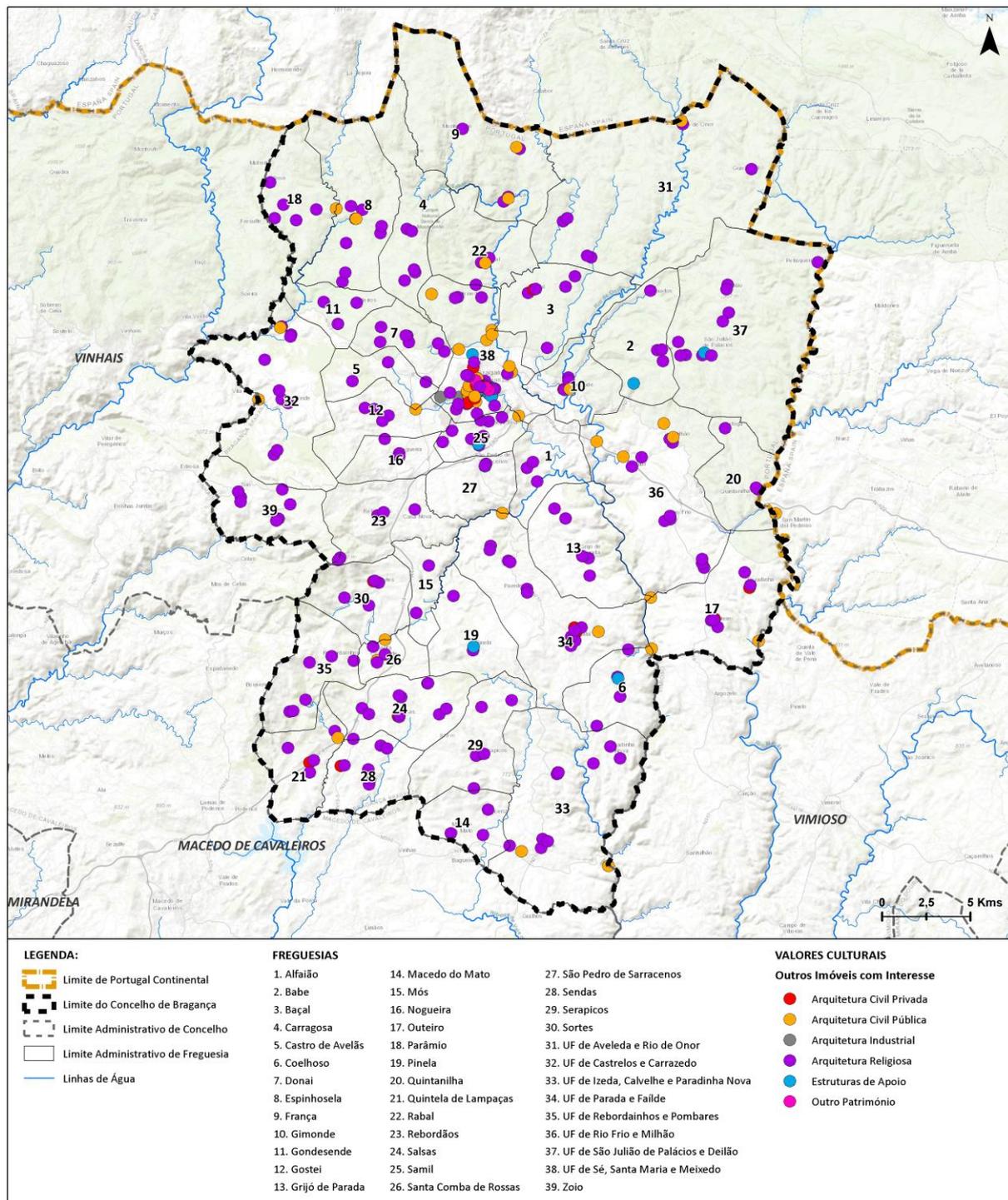


Figura 21. Distribuição geográfica de outros imóveis com interesse identificados no PDM em vigor, por tipologia arquitetónica

(Fonte dos dados: PDMB, 2010. Fontes cartográficas: APA, 2015; CAOP, 2018; ESRI, 2020)

Por sua vez, os conjuntos com interesse, especializados na Figura 22, dizem respeito a obras edificadas de particular originalidade e homogeneidade, que se destacam pelo seu interesse arquitetónico, ambiental, histórico ou etnológico (n.º 1 do artigo 72.º do RPDM), cujo regime específico de proteção visa a salvaguarda e conservação dos aspetos homogéneos da sua imagem e do perfil da paisagem.

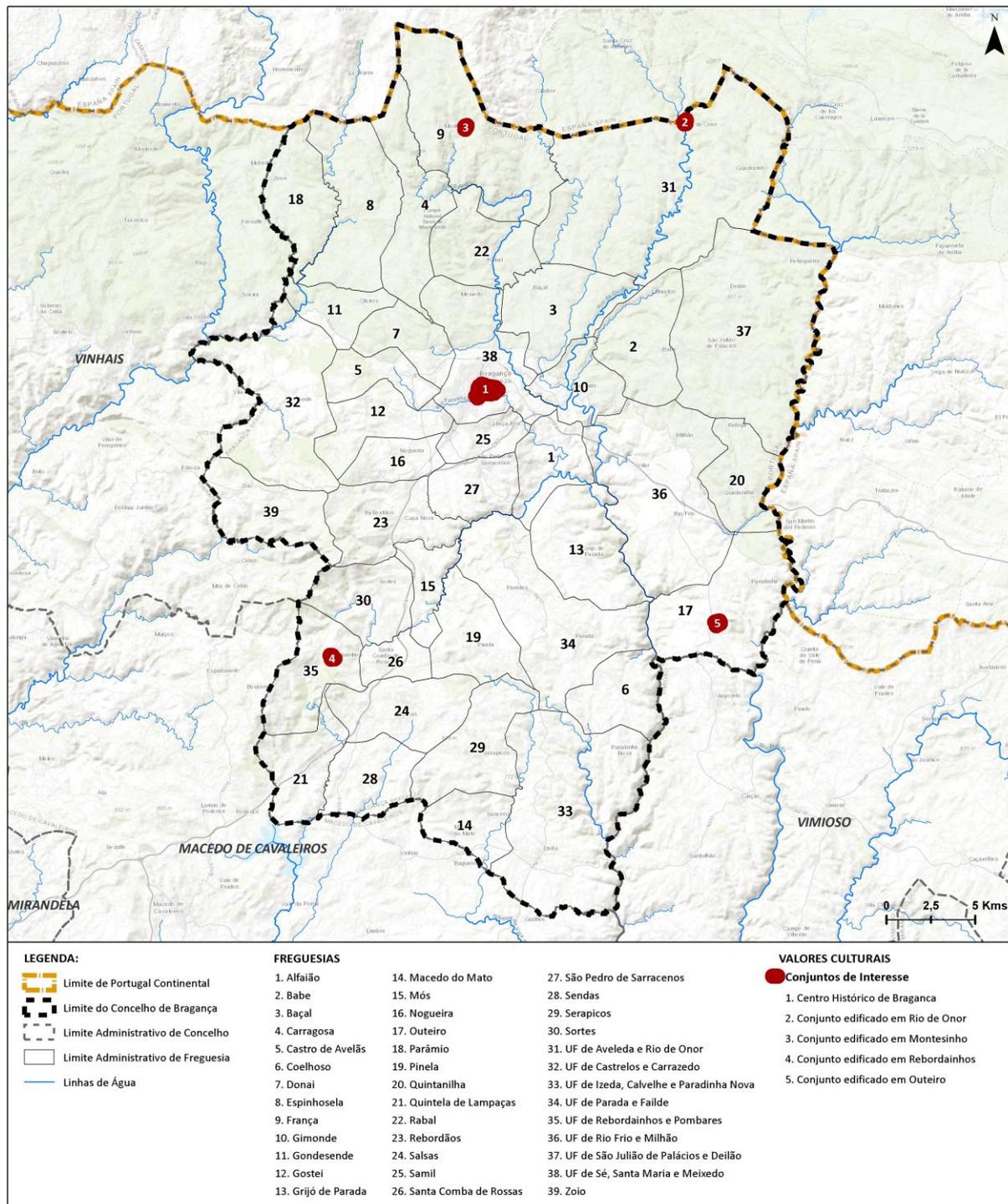


Figura 22. Distribuição geográfica dos conjuntos com interesse identificados no PDM em vigor (Fonte dos dados: PDMB, 2010. Fontes cartográficas: APA, 2015; CAOP, 2018; ESRI, 2020)

Os conjuntos com interesse representados na Figura 22 correspondem ao Centro Histórico de Bragança e a quatro conjuntos edificados em Rio de Onor, Montesinho, Rebordainhos e Outeiro.

Finalmente, o **património arqueológico** identificado no Plano é constituído por *todos os vestígios, bens e outros indícios da evolução humana (...), cuja preservação e estudo permitam traçar a história [do concelho de Bragança] e a vida dos que o ocuparam e a sua relação com o ambiente* (n.º 1 do artigo 73.º do RPDM), aos quais é aplicável o princípio da conservação pelo registo científico.

De acordo com os dados disponibilizados no Portal do Arqueólogo da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), no concelho de Bragança encontram-se atualmente identificados 282 sítios arqueológicos, distribuídos por 35 tipos distintos. Deste conjunto, apenas 247 sítios surgem identificados no PDM em vigor, publicado em 2010, correspondendo a uma diferença de 35 referências, conforme consta na Tabela 64. A constatação desta discrepância pressupõe a existência de algum dinamismo no âmbito da pesquisa arqueológica no concelho de Bragança.

Em termos tipológicos, a observação da Tabela 64 permite, ainda, comprovar o maior número de Povoados Fortificados, com uma representatividade de 22,7% do total de sítios arqueológicos referenciados no concelho de Bragança (64 sítios). Seguem-se os elementos de Arte Rupestre, com 33 sítios identificados (11,7% do total), bem como os 27 *Habitats* e os 26 sítios com Achados Isolados (9,6% e 9,2% do total, respetivamente).

Por sua vez, a Tabela 65 discrimina o número de sítios arqueológicos presentes em cada uma das freguesias do concelho de Bragança, distribuídos pelos respetivos tipos e a Figura 23 apresenta a distribuição geográfica dos sítios arqueológicos identificados no PDM em vigor.

Mais uma vez, apesar da menor incidência, a UF de Sé, Santa Maria e Meixedo é a unidade territorial infra-concelhia onde se localiza o maior e mais diversificado número de sítios arqueológicos, correspondendo a 13,5% do total (38 sítios). Segue-se Castro de Avelãs com 24 sítios (8,5% do total), dos quais 11 são estelas. A UF de Parada e Failde e a UF de Castrelos e Carrazedo apresentam, igualmente, um número considerável de registos arqueológicos (18 e 17, respetivamente), pertencendo a maior proporção aos povoados fortificados. Por seu turno, Mós, Santa Comba de Rossas e Sendas não apresentam qualquer registo deste tipo de valores patrimoniais.

Em anexo ao presente documento (Anexo IV) discriminam-se os 282 sítios arqueológicos identificados no concelho de Bragança, organizados pelos respetivos tipos. Na mesma tabela distinguem-se, ainda, aqueles que não se encontram identificados no PDM em vigor.

Tabela 64. Sítios arqueológicos identificados no concelho de Bragança (2010 e 2020)

(Fonte: PDMB, 2010; Portal do Arqueólogo - DGPC, 2020)

TIPO DE SÍTIO	PDM EM VIGOR - 2010 (n.º)	PORTAL DO ARQUEÓLOGO - 2020 (n.º)
Abrigo	2	2
Achado(s) Isolado(s)	25	26
Arte Rupestre	29	33
Atalaia	-	1
Berrão	-	1
Castelo	1	3
Convento	-	1
Edifício	2	2
Escultura	2	2
Estela	22	22
Estrutura	5	6
Ferraria	1	1
Fonte	-	2
Forno	2	2
Fortificação	-	1
Gruta Natural	2	2
Habitat	25	27
Igreja	9	11
Inscrição	7	7
Marco Miliário	3	3
Mina	4	4
Monumento Megalítico	-	3
Mosteiro	1	1
Muralha	1	1
Necrópole	11	12
Pelourinho	-	1
Ponte	3	12
Povoado	1	1
Povoado Fortificado	63	64
Sarcófago	1	1
Sepultura	2	3
Vestígios Diversos	1	1
Via	3	3
Outros	1	1
Indeterminado	18	19
TOTAL	247	282

Tabela 65. Sítios arqueológicos identificados no concelho de Bragança, por tipo de sítio e por freguesia

(Fonte: PDMB, 2010; Portal do Arqueólogo - DGPC, 2020)

UNIDADE TERRITORIAL INFRA-CONCELHIA	ACHADO(S) ISOLADO(S)	ARTE RUPESTRE	ESTELA	HABITAT	IGREJA	NECRÓPOLE	PONTE	POVOADO FORTIFICADO	OUTROS SÍTIOS	TOTAL
Alfaião	1	2	-	2	-	1	-	2	-	8
Babe	1	-	-	-	1	-	-	2	2	6
Baçal	1	-	-	1	-	-	-	1	1	4
Carragosa	1	1	-	-	1	-	-	2	1	6
Castro de Avelãs	-	-	11	-	-	-	1	1	11	24
Coelhoso	1	-	1	-	-	-	-	2	2	6
Donai	1	-	-	1	1	-	-	2	1	6
Espinhosela	1	-	-	1	1	-	-	4	2	9
França	-	7	-	-	-	1	-	-	2	10
Gimonde	1	-	-	-	-	-	1	1	1	4
Gondesende	-	1	-	1	-	-	1	1	4	8
Gostei	-	1	-	-	-	-	-	1	2	4
Grijó de Parada	-	1	-	1	1	-	-	3	-	6
Macedo do Mato	1	1	-	-	-	-	1	1	1	5
Mós	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nogueira	-	-	-	1	-	-	-	1	1	3
Outeiro	-	-	1	-	-	-	1	1	1	4
Parâmio	-	-	-	-	-	1	1	1	-	3
Pinela	-	-	-	2	-	-	-	1	1	4
Quintanilha	-	-	-	-	1	-	-	2	-	3
Quintela de Lampaças	-	-	-	1	-	-	-	2	2	5

UNIDADE TERRITORIAL INFRA-CONCELHIA	ACHADO(S) ISOLADO(S)	ARTE RUPESTRE	ESTELA	HABITAT	IGREJA	NECRÓPOLE	PONTE	POVOADO FORTIFICADO	OUTROS SÍTIOS	TOTAL
Rabal	1	1	-	-	-	-	-	2	-	4
Rebordãos	-	1	-	1	1	1	-	-	1	5
Salsas	-	-	-	1	-	1	-	-	-	2
Samil	-	1	-	2	-	1	1	2	1	8
Santa Comba de Rossas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
São Pedro de Sarracenos	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2
Sendas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serapicos	-	-	-	-	-	1	-	1	-	2
Sortes	-	1	-	1	-	-	-	-	-	2
UF de Aveleda e Rio de Onor	-	4	-	-	-	2	-	3	4	13
UF de Castrelos e Carrazedo	2	1	-	3	1	1	1	6	2	17
UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova	2	3	-	2	1	-	-	4	1	13
UF de Parada e Failde	3	1	-	3	-	-	1	7	3	18
UF de Rebordainhos e Pombares	2	-	-	1	-	-	-	1	2	6
UF de Rio Frio e Milhão	-	1	-	-	1	-	2	5	1	10
UF de São Julião de Palácios e Deilão	1	1	-	-	-	-	-	2	6	10
UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	6	-	9	2	1	2	1	-	17	38
Zoio	-	4	-	-	-	-	-	-	-	4
TOTAL DO CONCELHO	26	33	22	27	11	12	12	64	75	282

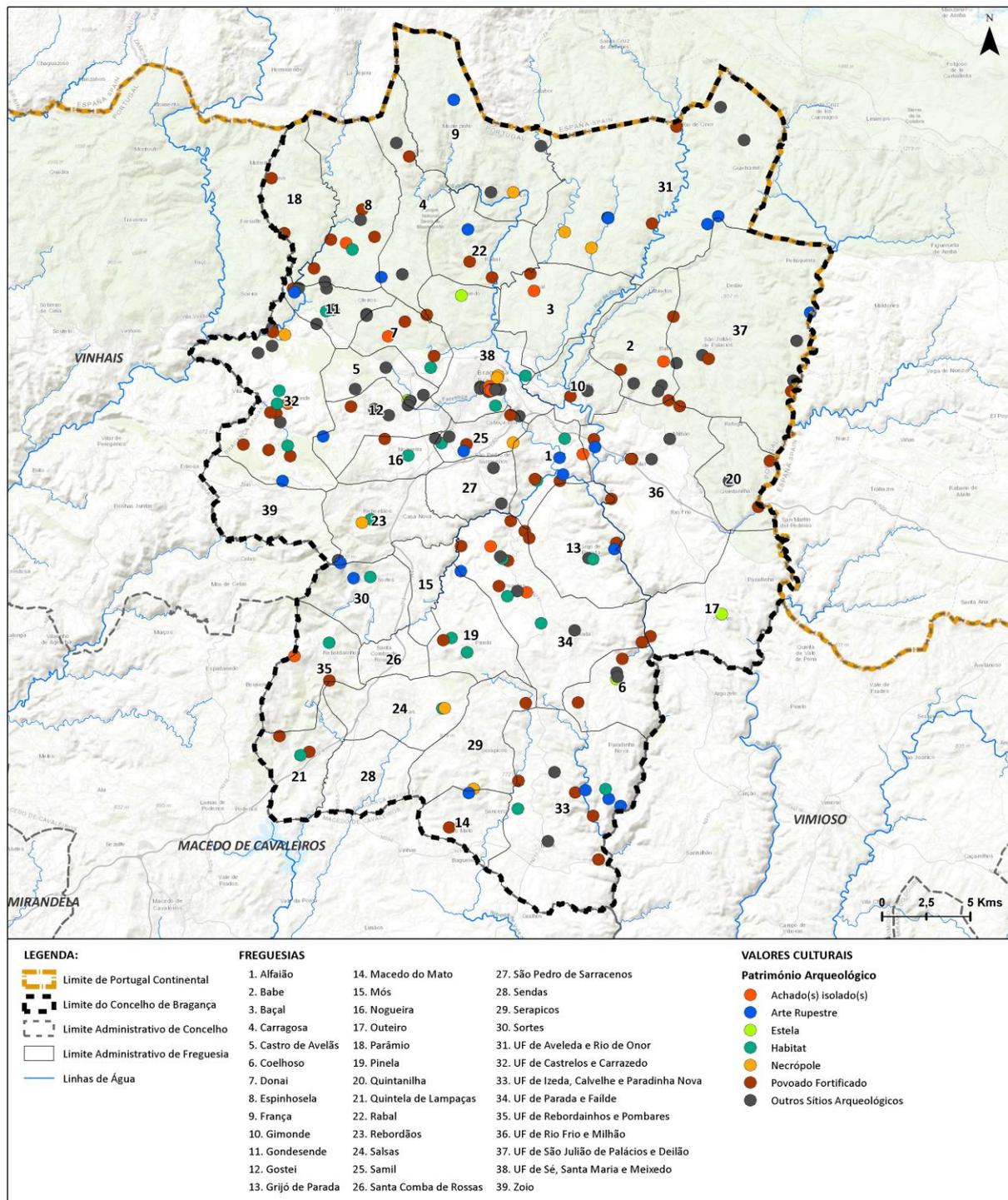


Figura 23. Distribuição geográfica do património arqueológico identificado no PDM em vigor
(Fonte dos dados: PDMB, 2010. Fontes cartográficas: APA, 2015; CAOP, 2018; ESRI, 2020)

3.8. EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA

Os equipamentos coletivos são uma componente fundamental para a atratividade e bom funcionamento do território. Nesse sentido, destacam-se, no presente subcapítulo, os equipamentos de saúde, educação, sociais, desportivos e culturais, presentes no concelho de Bragança.

Relativamente à rede de **equipamentos de saúde**, a mesma é constituída por uma unidade hospitalar e vinte unidades de saúde associadas à prestação de cuidados de saúde primários, que incluem um agrupamento de centros de saúde, dois centros de saúde, treze extensões de saúde, três unidades de cuidados de saúde personalizados e uma unidade de cuidados na comunidade (Tabela 66).

Tabela 66. Unidades de saúde
(Fonte: SNS, 2020)

PRESTADORES DE CUIDADOS DE SAÚDE	LOCALIZAÇÃO
Unidade Hospitalar de Bragança (Unidade Local de Saúde do Nordeste, EPE)	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo
Agrupamento de Centros de Saúde Alto Trás-os-Montes I - Nordeste (Unidade Local de Saúde do Nordeste, EPE)	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo
Centro de Saúde Bragança II- Santa Maria	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo
Centro de Saúde Bragança - Unidade de Saúde da Sé	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo
Extensão de Saúde Izeda (CS Bragança)	UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova
Extensão de Saúde Paredes (CS Bragança)	UF de Parada e Faílde
Extensão de Saúde Parada (CS Bragança)	UF de Parada e Faílde
Extensão de Saúde Rebordainhos (CS Bragança)	UF de Rebordainhos e Pombares
Extensão de Saúde Rio Frio (CS Bragança)	UF de Rio Frio e Milhão
Extensão de Saúde S. Julião (CS Bragança)	UF de São Julião de Palácios e Deilão
Extensão de Saúde Deilão (CS Bragança)	UF de São Julião de Palácios e Deilão
Extensão de Saúde Babe (CS Bragança)	Freguesia de Babe
Extensão de Saúde Coelhooso (CS Bragança)	Freguesia de Coelhooso
Extensão de Saúde Outeiro (CS Bragança)	Freguesia de Outeiro
Extensão de Saúde Fontes Transbaceiro (CS Bragança)	Freguesia de Parânio
Extensão de Saúde Quintanilha (CS Bragança)	Freguesia de Quintanilha
Extensão de Saúde Salsas (CS Bragança)	Freguesia de Salsas
Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Santa Maria 1 (CS Bragança)	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo
Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Santa Maria 2 (CS Bragança)	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo
Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Sé (CS Bragança I)	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo
Unidade de Cuidados na Comunidade Domus (CS Bragança I)	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo

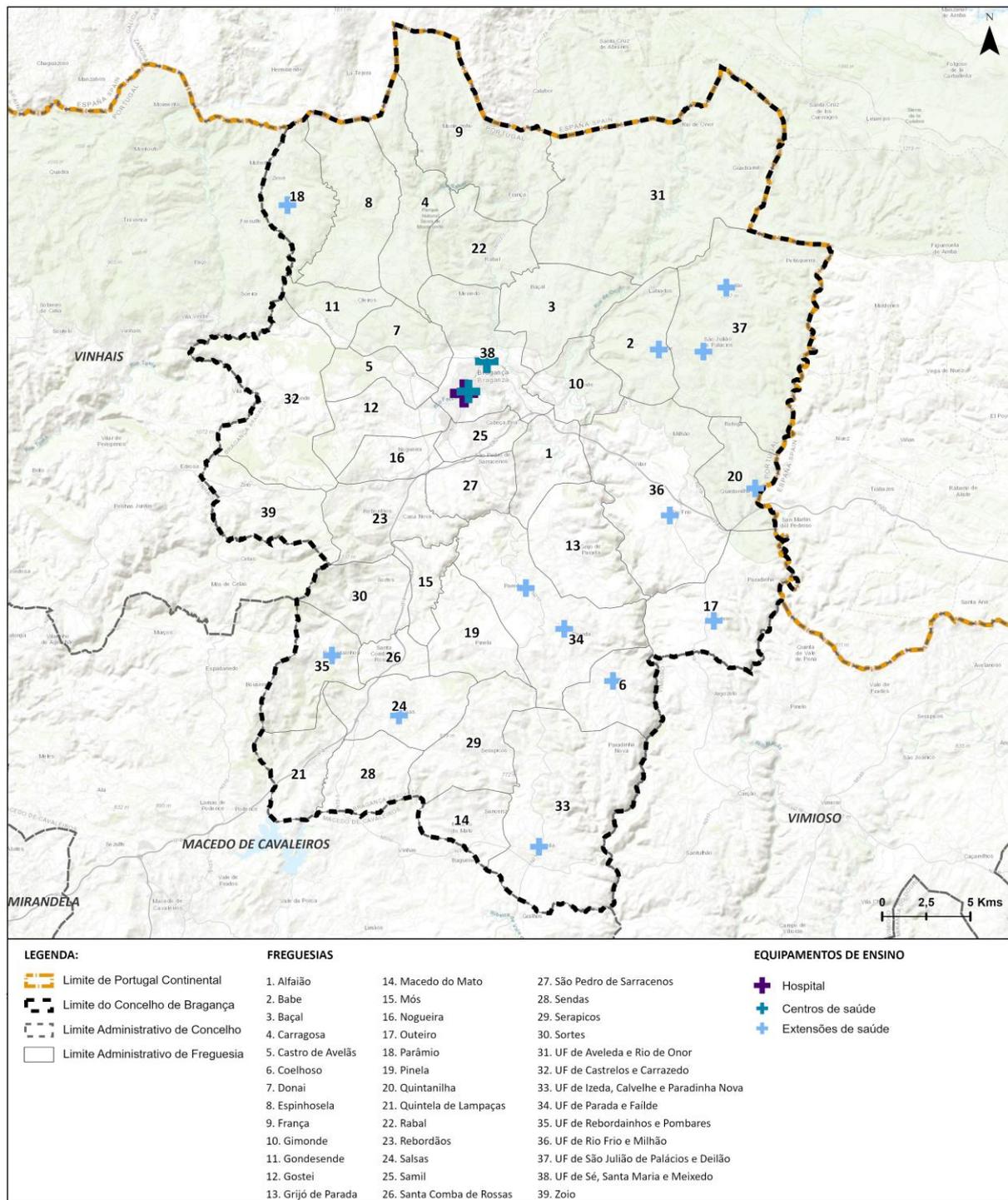


Figura 24. Equipamentos de saúde do concelho de Bragança
(Fonte dos dados: SNS. Fontes cartográficas: CAOP,2018; ESRI, 2020)

A análise da Tabela 66 e da Figura 24, permite, desde logo, concluir que, ainda que as extensões de saúde assinaladas se distribuam pelo território concelhio, o principal polo de concentração de equipamentos de saúde, corresponde, naturalmente, à sede do concelho (UF de Sé, Santa Maria e

Meixedo), na qual se localiza, para além de um grande número de unidades de cuidados de saúde primários, o Hospital Distrital de Bragança. Simultaneamente, a análise comparativa da rede de equipamentos de saúde atualmente presentes no concelho com a rede de equipamentos existentes à data do PDM em vigor (2010), permite concluir que nos últimos anos foram encerradas seis extensões de saúde, designadamente Espinhosela, França, Santa Comba de Rossas, Sortes, Zoio e Guadramil (UF de Aveleda e Rio de Onor), pelo que se verifica uma redução da oferta de equipamentos desta tipologia.

No que se refere aos **equipamentos de ensino**, destacam-se, na Tabela 67, os jardins de Infância, as escolas básicas e as escolas secundárias existentes no concelho, organizadas em três agrupamentos.

Tabela 67. Equipamentos de ensino
(Fonte: CMB, 2020; DGEstE)

AGRUPAMENTO	DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
Agrupamento de Escolas Abade de Baçal	Jardim de Infância da Estação	UF da Sé, Santa Maria e Meixedo
	Jardim de Infância de Santa Comba de Rossas	Santa Comba de Rossas
	Jardim de Infância de Izeda	UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova
	Jardim de Infância de Parada	UF de Parada e Faílde
	Escola Secundária com 3º ciclo Abade de Baçal	UF da Sé, Santa Maria e Meixedo
	EB 1,2,3 Augusto Moreno	UF da Sé, Santa Maria e Meixedo
	EB 1,2,3 de Izeda	UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova
	Escola Básica de Artur Mirandela (nº8)	UF da Sé, Santa Maria e Meixedo
	Escola Básica de Santa Comba de Rossas	Santa Comba de Rossas
	Escola Básica de Parada	UF de Parada e Faílde
Agrupamento de Escolas Emídio Garcia	Centro Escolar da Sé Jardim de Infância	UF da Sé, Santa Maria e Meixedo
	Jardim de Infância de Santiago	UF da Sé, Santa Maria e Meixedo
	Jardim de Infância de Rebordãos	Rebordãos
	Escola Secundária com 3º ciclo Emídio Garcia	UF da Sé, Santa Maria e Meixedo
	Escola Básica Paulo Quintela	UF da Sé, Santa Maria e Meixedo
	Centro Escolar da Sé	UF da Sé, Santa Maria e Meixedo
	Escola Básica de Beatas	UF da Sé, Santa Maria e Meixedo
	Escola Básica de Campo Redondo	UF da Sé, Santa Maria e Meixedo
	Escola Básica de Formarigos	UF da Sé, Santa Maria e Meixedo
Escola Básica de Rebordãos	Rebordãos	
Agrupamento de Escolas Miguel Torga	Centro Escolar Santa Maria Jardim de Infância	UF da Sé, Santa Maria e Meixedo
	Jardim de Infância de Gimonde	Gimonde
	Escola Secundária com 2º e 3º ciclos Miguel Torga	UF da Sé, Santa Maria e Meixedo
	Centro Escolar Santa Maria	UF da Sé, Santa Maria e Meixedo
	Escola Básica de Quintanilha	Quintanilha

Para além dos equipamentos de ensino identificados na tabela anterior, existem, ainda, duas escolas de ensino profissional (Tabela 68) e quatro escolas superiores, integradas no Instituto Politécnico de Bragança (Tabela 69).

Tabela 68. Equipamentos de ensino profissional
(Fonte: CMB)

	DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
Escolas de Formação Profissional	Instituto de Emprego e Formação Profissional de Bragança	UF da Sé, Santa Maria e Meixedo
	Escola Profissional Prática Universal	

Tabela 69. Equipamentos de ensino superior
(Fonte: CMB)

	DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
Escolas Superiores	Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Bragança	UF da Sé, Santa Maria e Meixedo
	Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Bragança	
	Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança	
	Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Bragança	

De acordo com os dados constantes na Carta Educativa do Concelho de Bragança (2012), foram construídos dois centros escolares na cidade e encerrados os seguintes estabelecimentos: EB1 de Loreto, EB1 de São Sebastião, EB1 da Estacada e EB1 da Estação, em Bragança e, nas áreas rurais, a EB1 de Baçal, a EB1 de Coelhooso e a EB1 de Zoio, por falta do número de crianças exigido. O mesmo documento determina, ainda, o encerramento das EB1 de Samil, Espinhosela e Salsas, o que se veio a verificar.

Face a este panorama, conclui-se que, também neste domínio, se concentra um grande número de equipamentos na UF da Sé, Santa Maria e Meixedo (Figura 25).

Simultaneamente, a análise da rede de equipamentos de ensino mostra que existem apenas equipamentos de ensino básico do 2º e 3º ciclo em Bragança e Izeda e que os equipamentos de ensino secundário existentes, encontram-se, na sua totalidade, na sede do concelho. De referir ainda, que para além da UF de Sé, Santa Maria e Meixedo e da UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova, que apresentam uma maior diversidade de equipamentos de ensino, as freguesias de Santa Comba de Rossas, Rebordãos e UF de Parada e Faílde apresentam equipamentos de ensino básico do 1º ciclo e Jardim de Infância, sendo que Gimonde e Quintanilha têm presentes apenas uma das valências. Por

suas vezes, as restantes freguesias não apresentam quaisquer equipamentos de ensino em funcionamento.

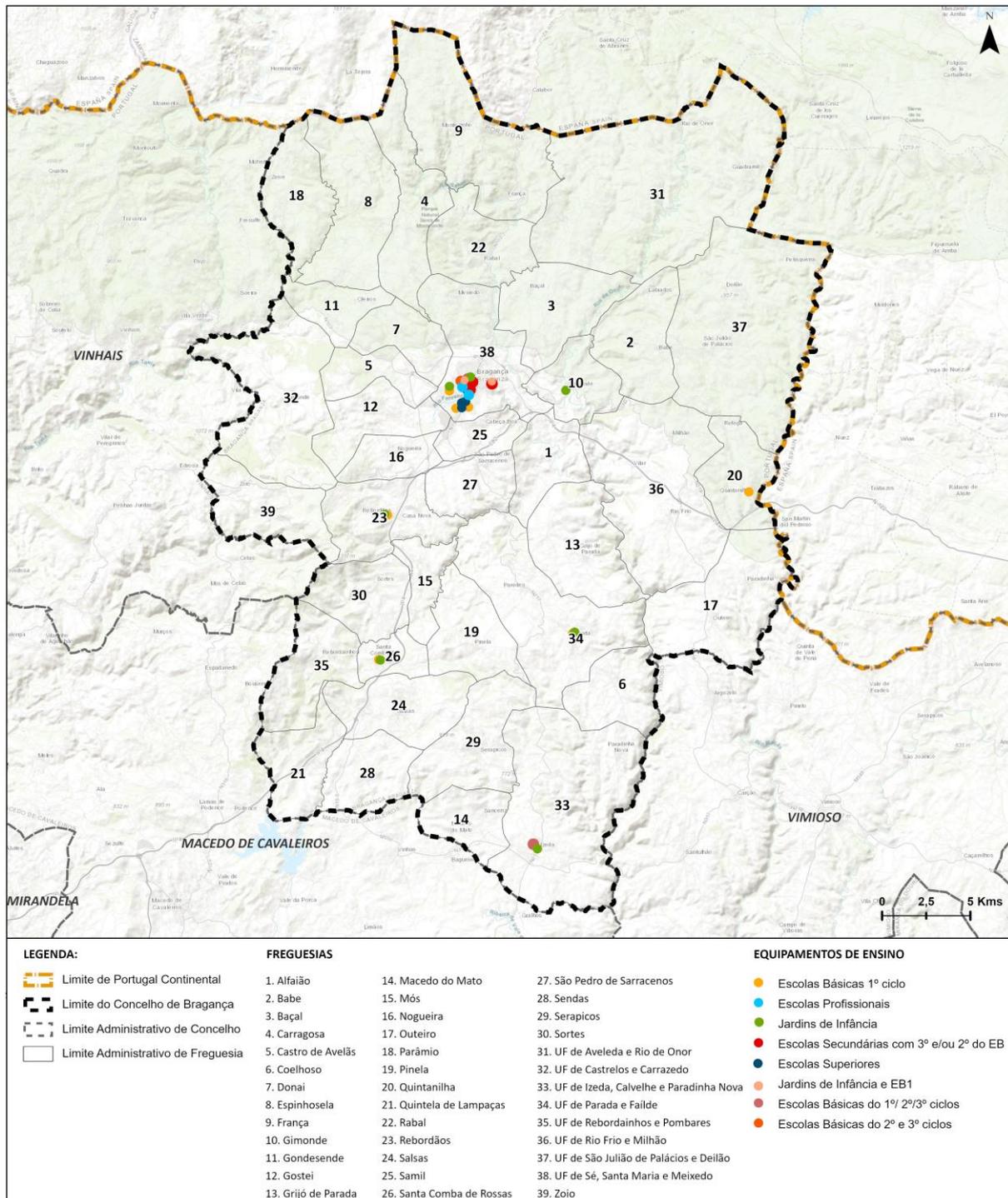


Figura 25. Equipamentos de ensino do concelho de Bragança
(Fonte dos dados: CMB. Fontes cartográficas: CAOP,2018; ESRI, 2020)

Considerando que, entre 2001 e 2018, houve uma perda de população jovem entre os 0 aos 14 anos de 2,6% e entre os 15 e os 24 anos de 4,6%, tal facto implica, necessariamente, o decréscimo de população em idade escolar. Esta circunstância dificulta a gestão dos equipamentos de ensino e a manutenção de uma rede territorialmente mais dispersa.

Relativamente aos **equipamentos sociais**, destacam-se, no território concelhio, os equipamentos constantes na Tabela 70.

Tabela 70. Equipamentos sociais no concelho de Bragança
(Fonte: CMB, 2012)

INSTITUIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	DESTINATÁRIOS
ASCUDT – Associação Sociocultural dos Deficientes de Trás-os-Montes	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	Pessoas com deficiência
Associação de Pais e Amigos do Diminuído Intelectual	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	Pessoas com deficiência
Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	Idosos; famílias carenciadas; beneficiários de RSI; crianças até aos 3 anos de idade; vítimas de violência doméstica.
Associação Entre Famílias	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	Famílias carenciadas; comunidade imigrante; grávidas socialmente desfavorecidas.
Associação Reaprender a Viver	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	Toxicodependentes; alcoólicos e familiares.
Casa da Eira Lar de Idosos	UF de Parada e Faílde	Idosos
Casa de Repouso Sr.ª da Cabeça	Nogueira	Idosos
Casa de Trabalho Dr. Oliveira Salazar	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	Crianças e jovens
Centro Social de São Pedro de Serracenos	São Pedro de Sarracenos	Idosos
Centro Social e Paroquial de Babe	Babe	Idosos
Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Assunção	Rebordãos	Idosos e famílias carenciadas
Centro Social e Paroquial de S. Bento e S. Francisco	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	Crianças; pessoas com deficiência; idosos.
Centro Social e Paroquial de Santo Condestável	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	Crianças e jovens; idosos; (ex-) toxicodependentes; (ex-) alcoólicos; (ex-) reclusos; famílias carenciadas.
Centro Social e Paroquial de São Tomé – Quintanilha	Quintanilha	Idosos

INSTITUIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	DESTINATÁRIOS
Centro Social e Paroquial Nossa Sr.ª da Ponte	França	Idosos
Centro Social e Paroquial Santo Cristo de Outeiro	Outeiro	Idosos
Centro Social Paroquial de Baçal	Baçal	Idosos e famílias carenciadas.
Centro Social Paroquial de Izeda	UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova	Idosos e indivíduos dependentes.
Centro Social Paroquial de Parada	UF de Parada e Failde	Idosos e pessoas carenciadas.
Centro Social Paroquial de S. Lourenço	Quintela de Lampaças	Idosos
Centro Social Paroquial de Santo Estêvão de Espinhosela	Espinhosela	Idosos e pessoas com deficiência.
Centro Social Paroquial dos Santos Mártires	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	Crianças; jovens adultos; pessoas com deficiência; idosos.
Centro Social Santa Catarina – Lar de Isabel Maria Pires	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	Idosos
Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Bragança	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	Vítimas de violência doméstica; sem abrigo; população com necessidades.
EAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal, Associação	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	População carenciada
Fundação Betânia	Samil	Idosos
Home Instead, Apoio Domiciliário a Idosos e Dependentes	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	Idosos e pessoas dependentes.
Instituto de Segurança Social, IP – Centro Distrital Bragança	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	Pessoas com deficiência.
“LEQUE – Associação de Pais e Amigos de Crianças com Necessidades Educativas Especiais”	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	Pessoas com deficiência; crianças e jovens dos 3 aos 16 anos.
Obra Kolping da Diocese de Bragança-Miranda	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	Crianças e jovens; famílias carenciadas.
Obra Social Padre Miguel	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	Idosos; famílias carenciadas; crianças dos 3 meses aos 3 anos.
Santa Casa da Misericórdia de Bragança	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	Idosos; crianças; comunidade em geral; famílias carenciadas; mulheres vítimas de violência doméstica e descendentes menores.

No concelho de Bragança, as respostas sociais de apoio, prestadas pelas instituições descritas anteriormente, contabilizam-se conforme o apresentado na Tabela 71, onde se verifica-se que a

maioria dos equipamentos sociais são referentes a lares residenciais (18), serviços de apoio domiciliário (15), centros de dia (12) e infantários e creches (11).

Tabela 71. Número de respostas sociais disponibilizadas pelas instituições no concelho
(Fonte: CMB, 2012)

Apoio a reclusos	1
Apoio a Toxicodependentes	1
Centro de atendimento a vítimas de violência doméstica	1
Centro de atividades ocupacionais	6
Centro de reabilitação profissional	2
Centro de dia	12
Distribuição de bens de primeira necessidade	2
Infantário/ creche	11
Lar residencial	18
Refeitório social	5
RSI	1
Serviço de apoio domiciliário	15

No âmbito dos **equipamentos desportivos**, destacam-se os equipamentos identificado na Tabela 72, localizados na sede do concelho.

Tabela 72. Instalações desportivas
(Fonte: CMB, 2020)

EQUIPAMENTOS	LOCALIZAÇÃO
Piscinas Municipais de Bragança	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo
Pavilhão Municipal	
Pavilhão da Bancada	
Estádio Municipal	
Campo do Centro de Educação Especial de Bragança (CEE)	

Para além dos equipamentos anteriormente identificados, distingue-se, ainda, um conjunto de associações com uma valência cultural, recreativa e desportiva, localizadas na UF de Sé, Santa Maria e Meixedo, na UF de Aveleda e Rio de Onor e nas Freguesias de Baçal, Babe, Gimonde e Alfaião (Tabela 73).

Tabela 73. Associações culturais, recreativas e desportivas do concelho de Bragança
(Fonte: PDMB, 2010)

DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
Associação de Apicultores do Parque Natural de Montesinho – Casa do Mel	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo
Associação de Andebol de Bragança	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo
Associação de Atletismo	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo
Associação de Cicloturismo de Bragança	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo
Associação Coral Brigantino Nossa Senhora das Graças	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo
Associação Chama Viva de Bragança	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo
Associação Cultural e Recreativa Bª Mãe D`Água	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo
Associação Cultural e Recreativa Abade de Baçal	Baçal
Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Aveleda	UF de Aveleda e Rio de Onor
Associação Cultural e Recreativa de Babe	Babe
Associação Cultural, Ambiental e Recreativa de Caça e Pesca	Gimonde
Associação Cultural e Recreativa “Amigos da Veiga”	Alfaião
Associação de Futebol de Bragança	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo
Associação Internacional de Estudantes de Agricultura	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo
AJEIPB – Associação Jornalismo de Estudantes do IPB	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo
Associação Juvenil Rumos de Esperança	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo
Associação de Paraquedismo do Nordeste	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo
AZIMUTE - Associação de Desportos de Aventura, Juventude e Ambiente	UF de Sé, Santa Maria e Meixedo

Finalmente, quanto aos **equipamentos culturais**, para além dos referidos anteriormente, que apresentam também uma valência cultural, destacam-se os apresentados na Tabela 74.

Tabela 74. Equipamentos culturais e de recreio no concelho de Bragança
(Fonte: PDMB, 2010)

TIPOLOGIA DE EQUIPAMENTO	DENOMINAÇÃO
Biblioteca	Biblioteca Municipal de Bragança
	Conservatório de Música
	Arquivo Distrital de Bragança
	Fundação Os Nossos Livros
Museu	Museu Abade de Baçal
	Museu Militar
Cinema	Cineteatro Montepio Geral
	Domus Cine
	Delegação do IPJ

TIPOLOGIA DE EQUIPAMENTO	DENOMINAÇÃO
Teatro	Teatro Municipal de Bragança
	Cineteatro Montepio Geral
Espaço de Exposições	Centro Cultural Municipal
	Vitória Pub
	Centro de Arte Contemporânea de Bragança
Cibercentro	Cibercentro de Bragança
Posto de Turismo	Posto de Turismo de Bragança

3.9. INFRAESTRUTURAS URBANAS

As infraestruturas urbanas consistem nos sistemas técnicos de suporte direto ao funcionamento dos aglomerados urbanos ou do conjunto de edificações. Como tal, para além dos sistemas de circulação, destinados à mobilidade de pessoas e bens, descritos anteriormente, incluem outros sistemas, entre os quais, as redes de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais, e de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, abordadas no presente subcapítulo.

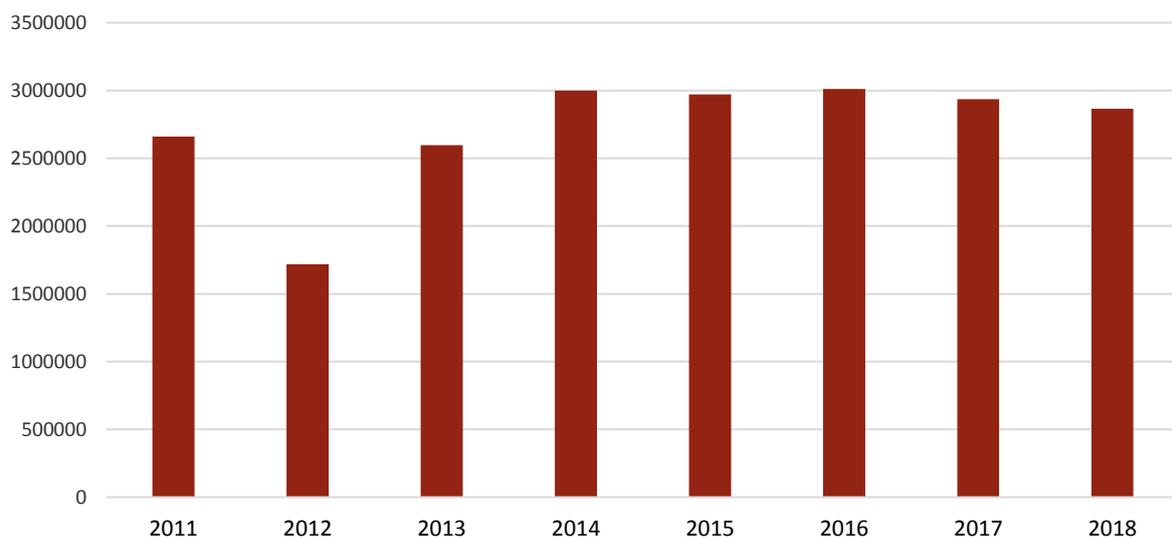
3.9.1. REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

A rede de abastecimento de água de Bragança é uma rede pública que tem como finalidade o abastecimento de água potável à população, organizando-se em dois sistemas: o sistema em alta e o sistema em baixa ou municipal.

Na sequência do Decreto-Lei nº 93/2015, de 29 de maio, a empresa Águas do Norte é a entidade gestora do sistema multimunicipal em alta, sendo, no entanto, o município responsável pela sua distribuição (sistema em baixa).

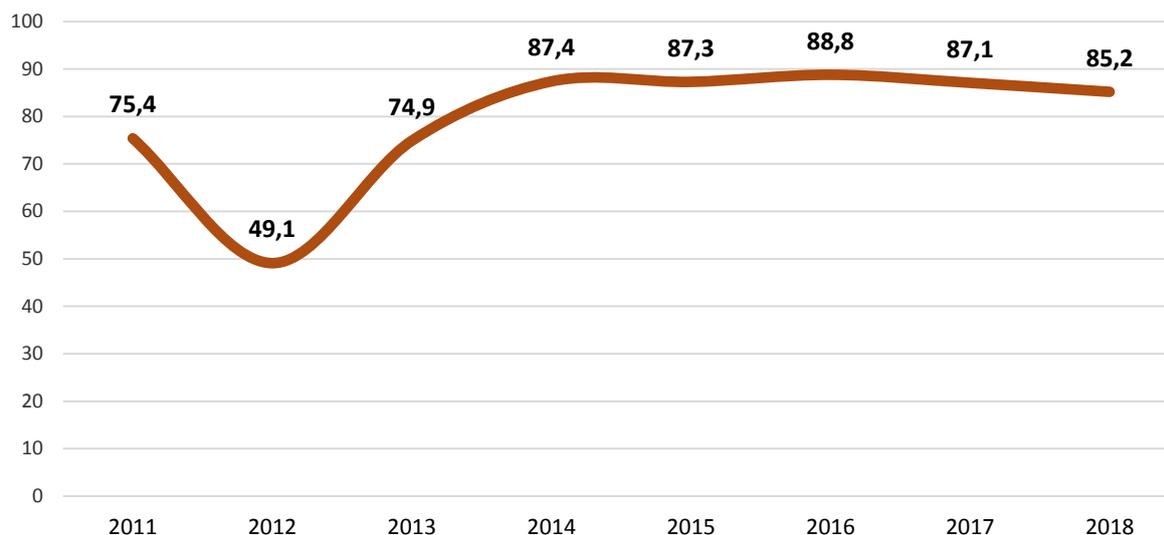
Os dados estatísticos disponibilizados pelo INE mostram um ligeiro aumento do volume de água distribuída entre 2011 e 2018 (cerca de 7%). Verifica-se, no entanto, uma grande redução da água distribuída entre 2011 e 2012, sendo a partir de 2013 este valor mais elevado, e aproximado ao primeiro ano em análise (Gráfico 37).

Gráfico 37. Evolução da água distribuída, em m³ (2011-2018)
(Fonte: INE)



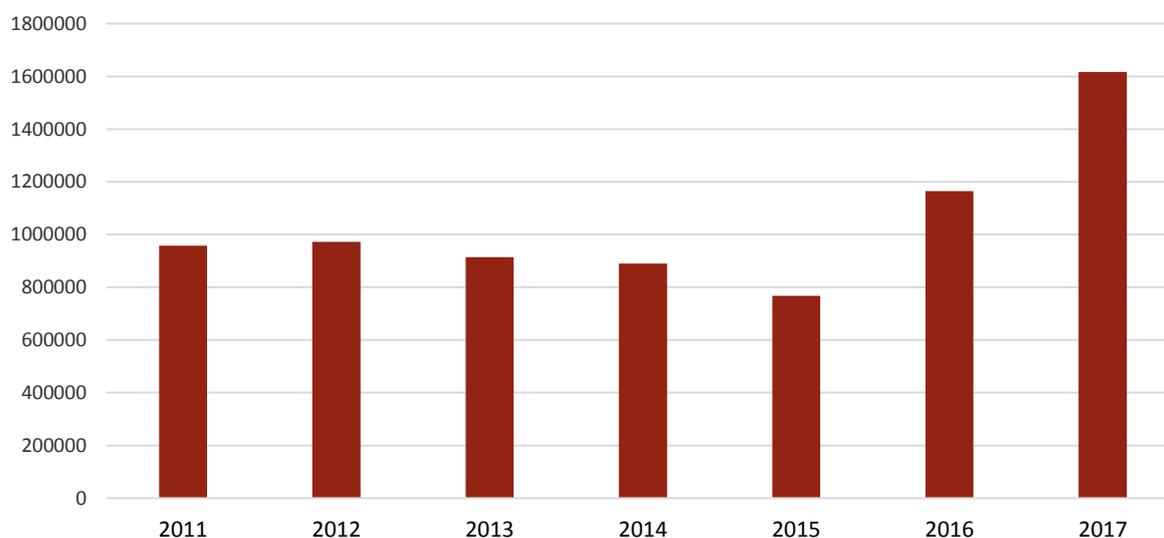
Simultaneamente, verifica-se um aumento da água distribuída por habitante durante o mesmo período, pelo que, em 2018, esse valor corresponde, aproximadamente, a 85 m³, ou seja, mais 11%, comparativamente com 2011 e, ligeiramente inferior aos valores registados desde 2014 (Gráfico 38).

Gráfico 38. Evolução da água distribuída, por habitante, em m³ (2011-2018)
(Fonte: INE)



Relativamente às perdas do sistema de abastecimento de água, o volume de água perdido varia entre os 889.992 m³ em 2015, e os 1.616.091 m³, em 2017, ano em que esse valor é mais elevado. Assim, entre 2011 e 2017 regista-se um aumento das perdas no sistema de abastecimento de água de cerca de 40% (Gráfico 39).

Gráfico 39. Evolução das perdas nos sistemas de abastecimento de água, em m³ (2011-2017)
(Fonte: INE)



No que se refere à cobertura da infraestrutura de abastecimento de água, entre 2013 e 2017 verifica-se um aumento de cerca de 3% da população servida (Tabela 75).

Tabela 75. Evolução da proporção de população servida por sistemas de abastecimento de água (2013-2017)
(Fonte: PORDATA)

	2013	2014	2015	2016	2017
População servida (%)	94	94	95	96	97

Atualmente, a infraestrutura de abastecimento de água serve 99% dos alojamentos e a percentagem de água segura corresponde a 99,8%.

A análise da cobertura territorial da rede de infraestruturas de abastecimento mostra que a mesma cobre a totalidade dos aglomerados urbanos, à exceção do aglomerado urbano Sortes U2.

Segundo os dados disponibilizados pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), relativos à infraestrutura de abastecimento de água, verificam-se as seguintes alterações:

- reabilitação de 4,1% das condutas de abastecimento de água entre 2016 e 2018;
- criação de dois novos pontos de captação de água subterrânea entre 2011 e 2018;
- aumento do número de reservatórios entre 2011 e 2018, de 102 para 114.

3.9.2. REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS

Os dados estatísticos relativos ao sistema de drenagem de águas residuais, mostram uma redução de cerca de 30% do volume de água drenada, entre 2011 e 2018 (Gráfico 40).

Simultaneamente, os dados relativos à população servida por sistemas de drenagem de águas residuais, ainda que indisponíveis durante grande parte do período em análise, mostram que, em 2017, apenas 87% da população se encontrava servida. (Tabela 76).

Gráfico 40. Evolução do volume de águas residuais drenadas, em m³ (2011-2018)
(Fonte: INE)

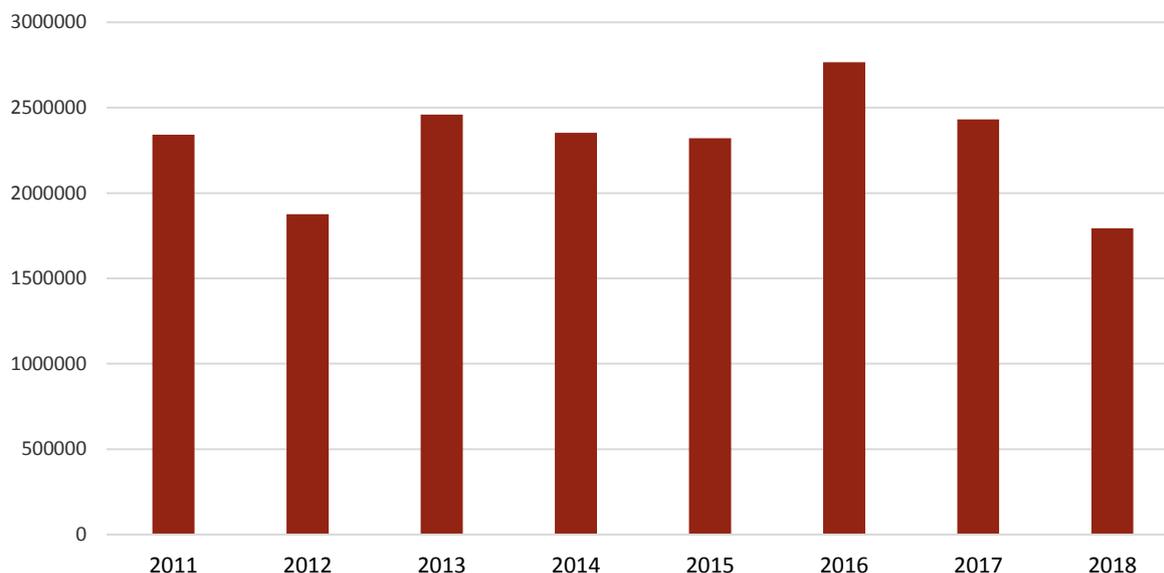


Tabela 76. Evolução da proporção de população servida por sistemas de drenagem de águas residuais (2011-2017)
(Fonte: PORDATA)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
População servida (%)	-	-	-	-	-	87	87

Os dados mais recentes disponibilizados pela ERSAR, relativos ao ano de 2018, indicam que 88% dos residentes no concelho encontram-se servidos pelo sistema de drenagem de águas residuais. Ao mesmo tempo, entre 2013 e 2018 verifica-se um aumento de cerca de 39% do número de alojamentos servidos por soluções individuais de saneamento de AR controladas, fixando-se esse valor, nos 256 alojamentos em 2018. Do mesmo modo, entre 2011 e 2018, o número de estações de tratamento de águas residuais aumentou de 31 para 39, pelo que, durante esse período, terão sido criadas 8 novas ETAR.

No que se refere à cobertura territorial, ainda que a infraestrutura de drenagem de águas residuais sirva grande parte do território, não cobre alguns aglomerados urbanos de menor dimensão e concentração populacional, nomeadamente Paradinha Velha, Vale de Prados e Veigas de Quintanilha.

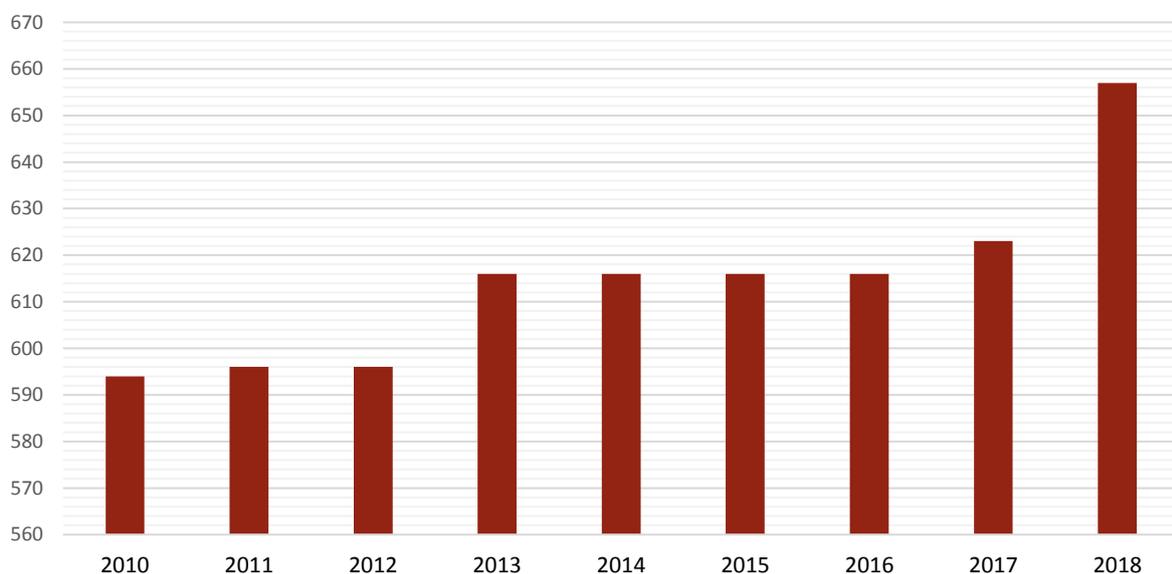
3.9.3. RECOLHA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

A recolha e tratamento dos resíduos sólidos urbanos produzidos no concelho de Bragança encontra-se a cargo da empresa intermunicipal Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., da qual fazem parte, para além do município de Bragança, os municípios de Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa, Vimioso e Vinhais.

No concelho de Bragança encontra-se um ecocentro e uma estação de transferência, que constituem parte integrante da infraestrutura intermunicipal dedicada à recolha e tratamento de resíduos.

Relativamente à evolução do número de ecopontos, o relatório de contas de 2018 da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., revela um aumento global, entre 2010 e 2018, daquele número de cerca de 10%, (Gráfico 41). Sendo assim, em 2018, no conjunto dos municípios que constituem a sociedade, o rácio global de ecopontos é de 1 ecoponto por 201 habitantes, apresentando, como tal, um valor bastante aceitável face ao rácio definido tecnicamente a nível nacional (1 ecoponto/ 500 habitantes).

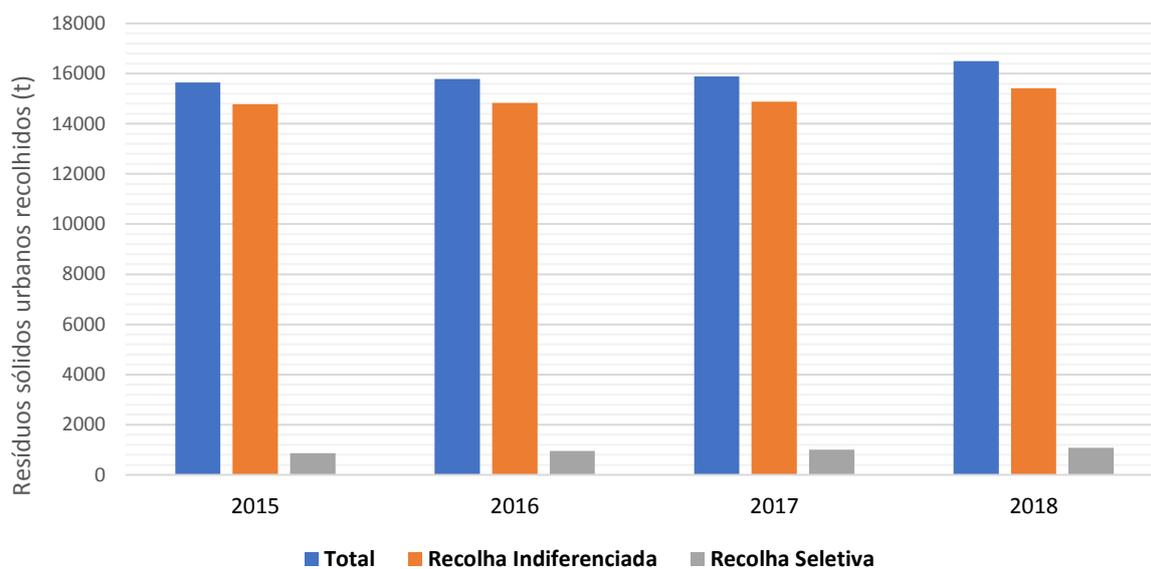
Gráfico 41. Evolução do número de ecopontos a cargo da empresa Resíduos do Nordeste, EIM, SA.
(Fonte: Resíduos do Nordeste, EIM, SA., 2018)



Simultaneamente, os dados estatísticos disponibilizados pelo INE, relativos aos resíduos sólidos urbanos recolhidos no concelho, permitem constatar que, entre 2015 e 2018, se verifica um ligeiro aumento do total de resíduos recolhidos (cerca de 5%), refletido quer pelo aumento dos resíduos

indiferenciados, quer dos resíduos em recolha seletiva. Contudo, em 2018, os resíduos de recolha seletiva correspondem apenas a 7% do total de resíduos recolhidos (Gráfico 42).

Gráfico 42. Evolução da recolha de resíduos sólidos urbanos, por tipo de recolha (2015-2018)
(Fonte: INE)



3.10. AMBIENTE

No presente subcapítulo descrevem-se os principais fatores, tendências e ameaças do sistema ambiental do concelho de Bragança. Como tal, identificam-se as áreas classificadas existentes no concelho e aborda-se a qualidade da água enquanto recurso natural, bem como a qualidade do ambiente urbano, a qualidade do ar e a evolução do consumo e produção de energia elétrica. Por fim, descrevem-se os riscos naturais e mistos a que o concelho de Bragança se encontra mais exposto, com destaque para os incêndios florestais, as cheias e inundações.

3.10.1. ÁREAS CLASSIFICADAS

O Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, define o Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, pelo qual se estabelecem diversas tipologias de áreas protegidas que integram a Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP). Entre as várias tipologias de áreas protegidas encontram-se o Parque Natural — *área que contenha predominantemente ecossistemas naturais ou seminaturais, onde a preservação da biodiversidade a longo prazo possa depender de atividade humana, assegurando um fluxo sustentável de produtos naturais e de serviços* — e a Paisagem Protegida — *área que contenha paisagens resultantes da interação harmoniosa do ser humano e da natureza, e que evidenciem grande valor estético, ecológico ou cultural*.

Assim, a classificação de uma área como Parque Natural e Paisagem Protegida, visa, respetivamente, *a proteção dos valores naturais existentes, contribuindo para o desenvolvimento regional e nacional, e a adoção de medidas compatíveis com os objetivos da sua classificação e a proteção dos valores naturais e culturais existentes, realçando a identidade local*.

O concelho de Bragança integra parte do Parque Natural de Montesinho, criado pelo Decreto-Lei n.º 355/79, de 30 de agosto, e reclassificado pelo Decreto Regulamentar n.º 5-A/97, de 4 de abril: *No Parque Natural de Montesinho encontram-se populações e comunidades animais representativas da fauna ibérica e europeia ainda em relativa abundância e estabilidade, incluindo muitas das espécies ameaçadas da fauna portuguesa, bem como uma vegetação natural de grande importância a nível nacional e mesmo mundial. A reduzida pressão humana verificada em quase todo o seu território permite que grande parte dos processos ecológicos evoluam em padrões muito próximos dos naturais*.

Posteriormente, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 179/2008, de 24 de novembro aprova o Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho, o qual determina o regulamento e

condicionantes afetas a essa área. Mais tarde, o Decreto Regulamentar n.º 13/99, de 3 de agosto cria a Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo, localizada entre os concelhos de Macedo de Cavaleiros e de Bragança.

Para além das áreas classificadas, descritas anteriormente, encontram-se ainda no território quatro Sítios de Importância Comunitária aprovados em Resolução do Conselho de Ministros, na sequência da Diretiva Habitats (92/43/CEE), afirmando-se, assim, a importância destas áreas também a nível europeu (Tabela 77).

Tabela 77. Sítios de Importância Comunitária no concelho de Bragança
(Fonte: ICNF)

Sítio	Data e diploma de classificação	Área (ha) do sítio no concelho	% do concelho classificado	% do Sítio no concelho	Relações com outras áreas classificadas
Montesinho/ Nogueira (PTCON0002)	RCM n.º 142/97, de 28 de agosto	59.499	51%	55%	- âmbito nacional: Parque Natural de Montesinho (67%) - Decreto-Lei n.º 355/79, de 30 de agosto. - âmbito internacional: Zona de Proteção Especial de Montesinho (100%) - Decreto-Lei n.º 384B/99, de 23 de setembro.
Rios Sabor e Maçãs (PTCON0021)	RCM n.º 142/97, de 28 de agosto	4.636	4%	14%	- âmbito internacional: Zona de Proteção Especial Rios Sabor e Maçãs (93%) - Decreto-Lei n.º 384B/99, de 23 de setembro.
Morais (PTCON0023)	RCM n.º 142/97, de 28 de agosto	546	0,47%	4%	- âmbito nacional: Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo (16%) - Decreto Regulamentar n.º 13/99, de 3 de agosto.
Samil (PTCON0041)	RCM n.º 76/00, de 5 de julho	91	0,08%	100%	-

Os Sítios de Importância Comunitária identificados encontram-se, atualmente em fase de classificação como Zonas Especiais de Conservação (ZEC), pelo que estas áreas ficarão sujeitas à *aplicação das medidas necessárias para a manutenção ou o restabelecimento do estado de conservação favorável dos habitats naturais, ou das populações de espécies para as quais o sítio é designado* (Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril). O atraso na sua classificação enquanto ZEC – previsto, segundo a legislação referida, para o prazo de dez anos – tornou estas áreas mais suscetíveis a possíveis pressões e ameaças na última década.

Entre os principais fatores de ameaça, destaca-se a florestação de áreas naturais em detrimento da regeneração natural e da sucessão ecológica, a redução da atividade agrícola e da pastorícia, a introdução de práticas agrícolas desadequadas à manutenção das características do sítio e a ocorrência de incêndios florestais de grandes dimensões, para os quais se verifica, na sua maioria, um agravamento.

Tal como referido na Tabela 77, destacam-se, ainda, no território concelhio, duas Zonas de Proteção Especial — Montesinho e Rios Sabor e Maças —, criadas pelo Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de setembro, e que correspondem a territórios considerados mais apropriados, em número e em extensão, para a conservação das aves selvagens no território nacional, integrando, como tal, a Rede Natura 2000.

A Figura 26 representa, graficamente, as áreas classificadas identificadas anteriormente.

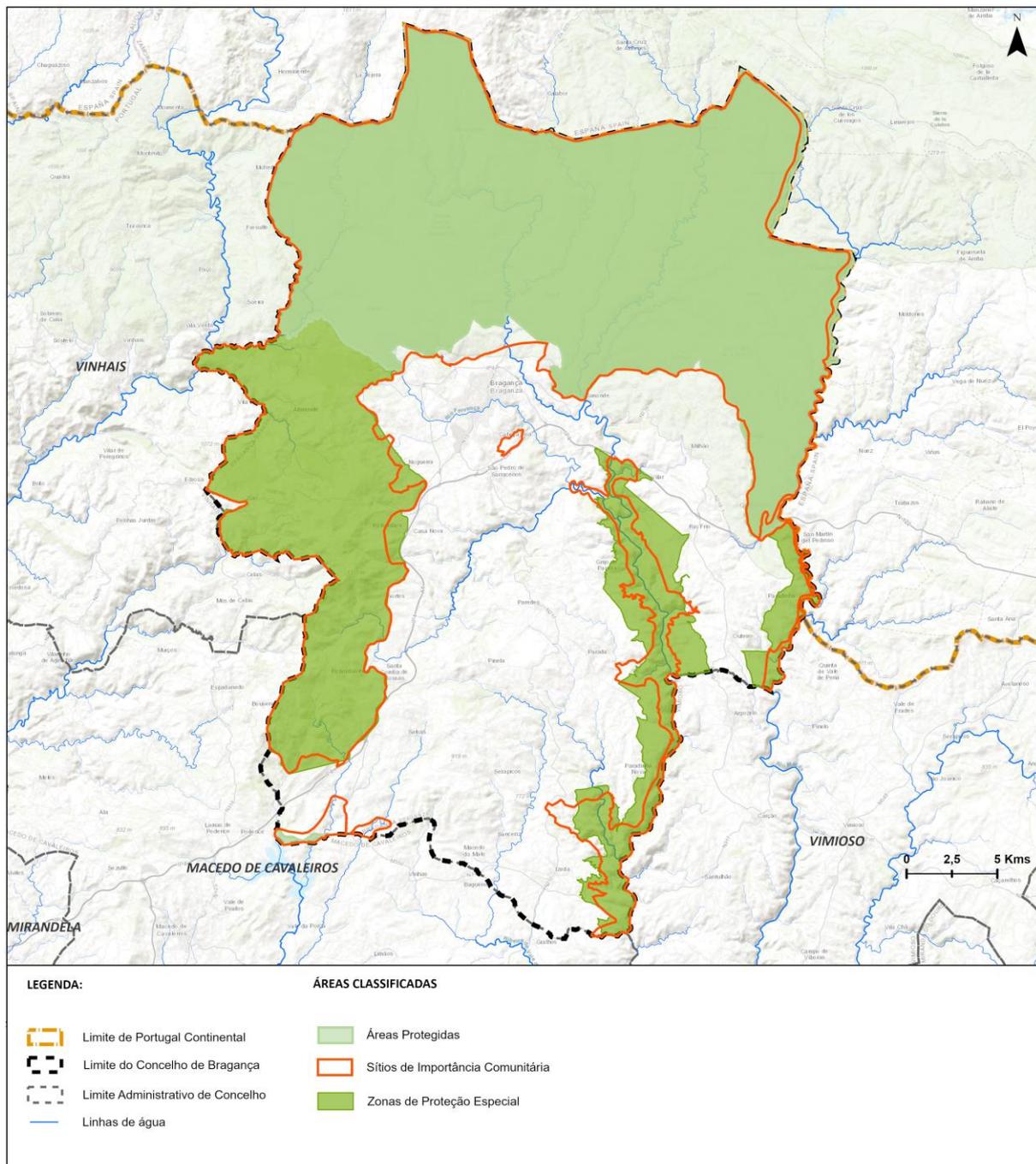


Figura 26. Áreas Classificadas no concelho de Bragança
(Fontes cartográficas: APA, 2014; CAOP, 2018; ESRI, 2020)

3.10.2. QUALIDADE DA ÁGUA

Na sequência da Diretiva Quadro da Água (DQA - Diretiva nº 2000/60/CE), transposta pela Lei da Água (Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de

junho), são elaborados planos de gestão para as várias regiões hidrográficas (PGRH), com o intuito de promover a gestão, proteção e a valorização ambiental, social e económica das águas ao nível da região hidrográfica, por ciclos de planeamento revistos de seis em seis anos (APA, 2016).

O concelho de Bragança insere-se na Região Hidrográfica do Douro (RH3), como tal, as massas de água superficiais do concelho correspondem à bacia do rio Douro (Tabela 78).

Tabela 78. Massas de água superficiais de Bragança
(Fonte: APA)

BACIA	MASSAS DE ÁGUA (nº)	ÁREA (km ²)	%
Rio Douro	30	1.173,57	100

Devido à sua grande extensão e variedade morfológica, a bacia do rio Douro apresenta uma grande diversidade climática, podendo ser considerados dois conjuntos climáticos de características distintas. O concelho de Bragança insere-se, assim, no setor leste, onde se destaca a sub-bacia do rio Sabor, aproximando-se climaticamente das condições associadas aos climas continentais.

Entre as sub-bacias hidrográficas identificadas na RH3, para além da já referida, o concelho de Bragança encontra-se abrangido pelas sub-bacias que integram as linhas de água e afluentes dos rios Tuela e Maçãs.

As massas de água presentes em Bragança são maioritariamente de origem natural. Contudo, verifica-se, também, a presença de uma massa de água artificial, resultante da construção da Barragem do Azibo, que representa menos de 1% das águas superficiais concelhias. Deste modo, encontram-se no concelho um total de 30 massas de águas superficiais, correspondentes às identificadas na Tabela 79.

Tabela 79. Massas de água superficiais intersetadas pelo concelho de Bragança
(Fonte: APA, 2016)

Massas de água (MA)	Código (ID)	Nome	Área total da MA (km ²)
Rio (albufeira)	03DOU0223	Albufeira Azibo	29
	03DOU0217	Rio Sabor	85
	03DOU0208N	Rio Maçãs	80
	03DOU0143	Ribeira de Guadramil	22
	03DOU0162	Ribeira da Amiscosa	17
	03DOU0180	Rio Tuela	356
	03DOU0186	Ribeira de Viveiros	26
	03DOU0193	Ribeiro de Ferreira	88
	03DOU0210	Rio Azibo	35
	03DOU0142	Ribeira das Andorinhas	23
	03DOU0155	Ribeiro de Vida Boa	47
	03DOU0158	Rio Frio	40
	03DOU0165	Ribeira do Porto	20
	03DOU0170	Ribeira da Caravela	42
	03DOU0172	Ribeira de Penecal	47
Rio	03DOU0181	Ribeira de São Cibrão	101
	03DOU0209	Ribeira de Azibeiro	14
	03DOU0160	Ribeira de Carrazedo	15
	03DOU0335F	Rio Sabor	701
	03DOU0171	Rio Sabor	86
	03DOU0225	Ribeira de Salselas	31
	03DOU0148	Rio Baceiro	102
	03DOU0154	Ribeiro da Granja	26
	03DOU0157	Rio de Onor	159
	03DOU0179	Ribeira de Penecal	54
	03DOU0149	Rio Sabor	130
	03DOU0167	Rio Fervença	72
	03DOU0208I	Rio Maçãs	432
	03DOU0213	Ribeira de Veados	61
	03DOU0229	Ribeiro de Castro	118

Uma vez que a proteção da água é fundamental, quer para a saúde humana, quer para os ecossistemas, importa compreender o estado em que se encontram as massas de águas superficiais e subterrâneas do concelho de Bragança, e avaliar possíveis danos, relacionados com a poluição e contaminação das águas e dos solos, que ocorrem na sequência das atividades antrópicas.

No que se refere às massas de água superficiais, identificam-se, no Anexo V do presente documento, as pressões qualitativas difusas, associadas ao *arrastamento de poluentes naturais e antropogénicos por escoamento superficial até às massas de água superficiais* (APA, 2016), no que diz respeito às cargas anuais estimadas por setor de atividade (parâmetros CBO5, CQO, N total e P total), com identificação daquelas que exercem, neste âmbito, pressão significativa sobre as massas de água.

A análise da tabela em anexo permite concluir que as cargas resultantes dos diferentes setores de atividade identificados — agrícola, aquicultura, pecuária e urbano — são consideradas significativas em 6 das 30 massas de água superficiais que intersejam o concelho, designadamente: Rio Sabor, Rio Tuela, Ribeiro de Ferreira, Rio Fervença, Rio Maças e Ribeira de Veados.

Paralelamente, foram também consultados os dados que constam no PGRH, relativamente ao estado global das águas superficiais, em resultado da combinação entre o estado químico e o estado ecológico, ou potencial ecológico, nas linhas de água fortemente modificadas (Tabela 80).

Tabela 80. Estado global das massas de água superficiais intersetadas pelo concelho de Bragança, para o 1.º e 2.º ciclos de planeamento do PGRH
(Fonte: APA, 2016)

MASSAS DE ÁGUA (MA)	CÓDIGO (ID)	NOME	AVALIAÇÃO DO ESTADO GLOBAL	
			PGRH 1.º Ciclo 2009-2015	PGRH 2.º Ciclo 2016-2021
Rio (albufeira)	03DOU0223	Albufeira Azibo	Bom e Superior	Bom e Superior
Rio	03DOU0217	Rio Sabor	Inferior a Bom	Inferior a Bom
	03DOU0208N	Rio Maças	Bom e Superior	Bom e Superior
	03DOU0143	Ribeira de Guadramil	Bom e Superior	Bom e Superior
	03DOU0162	Ribeira da Amiscosa	Bom e Superior	Bom e Superior
	03DOU0180	Rio Tuela	Bom e Superior	Inferior a Bom
	03DOU0186	Ribeira de Viveiros	Bom e Superior	Bom e Superior
	03DOU0193	Ribeiro de Ferreira	Inferior a Bom	Inferior a Bom
	03DOU0210	Rio Azibo	Bom e Superior	Bom e Superior

MASSAS DE ÁGUA (MA)	CÓDIGO (ID)	NOME	AVALIAÇÃO DO ESTADO GLOBAL	
			PGRH 1.º Ciclo 2009-2015	PGRH 2.º Ciclo 2016-2021
	03DOU0142	Ribeira das Andorinhas	Bom e Superior	Bom e Superior
	03DOU0155	Ribeiro de Vida Boa	Bom e Superior	Bom e Superior
	03DOU0158	Rio Frio	Bom e Superior	Bom e Superior
	03DOU0165	Ribeira do Porto	Bom e Superior	Bom e Superior
	03DOU0170	Ribeira da Caravela	Bom e Superior	Bom e Superior
	03DOU0172	Ribeira de Penecal	Bom e Superior	Bom e Superior
	03DOU0181	Ribeira de São Cibrão	Bom e Superior	Bom e Superior
	03DOU0209	Ribeira de Azibeiro	Bom e Superior	Bom e Superior
	03DOU0160	Ribeira de Carrazedo	Bom e Superior	Bom e Superior
	03DOU0335F	Rio Sabor	Bom e Superior	Bom e Superior
	03DOU0171	Rio Sabor	Bom e Superior	Bom e Superior
	03DOU0225	Ribeira de Salselas	Bom e Superior	Bom e Superior
	03DOU0148	Rio Baceiro	Bom e Superior	Bom e Superior
	03DOU0154	Ribeiro da Granja	Bom e Superior	Bom e Superior
	03DOU0157	Rio de Onor	Bom e Superior	Bom e Superior
	03DOU0179	Ribeira de Penecal	Bom e Superior	Bom e Superior
	03DOU0149	Rio Sabor	Bom e Superior	Bom e Superior
	03DOU0167	Rio Fervença	Inferior a Bom	Inferior a Bom
	03DOU0208I	Rio Maçãs	Bom e Superior	Inferior a Bom
	03DOU0213	Ribeira de Veados	Inferior a Bom	Inferior a Bom
	03DOU0229	Ribeiro de Castro	Bom e Superior	Bom e Superior

Assim, das 30 massas de água superficiais que interseitam o concelho, descritas na Tabela 80, 24 apresentam no 2.º Ciclo de Planeamento do PGRH uma classificação de *Bom e Superior* e seis apresentam uma avaliação *Inferior a Bom*.

A avaliação do estado global das seis massas de água classificadas como *Inferior a Bom* deve-se, sobretudo, às pressões significativas identificadas para estas massas de água resultantes das atividades pecuária e agrícola, e de águas residuais.

No que se refere à variação do estado global das massas de água entre os dois ciclos de planeamento, verifica-se uma estabilização em 28 das massas de água e a desqualificação nas massas de água superficiais dos rios Tuela e Maçãs.

Por fim, as massas de água subterrâneas correspondem ao Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Douro, encontrando-se em bom estado químico e quantitativo.

3.10.3. QUALIDADE DO AMBIENTE URBANO

A qualidade do ambiente urbano depende, em grande medida, da articulação da infraestrutura verde, que corresponde às áreas verdes nas suas diversas formas e tipologias, com a infraestrutura cinzenta, nos quais se inserem os elementos construídos, que têm, a maioria das vezes, como consequência, a impermeabilização do solo.

Associada à infraestrutura verde, encontra-se ainda, algumas vezes, a infraestrutura azul, que inclui entre outros elementos as linhas de água. As áreas verdes e azuis assumem, assim, extrema importância no meio urbano, uma vez que oferecem inúmeros serviços de ecossistema, que se dividem entre as funções de produção, regulação, suporte e culturais. Como tal, quando bem planeadas, estas áreas caracterizam-se pela multifuncionalidade, e geram um impacto positivo sobre o meio ambiente, e consecutivamente, no meio urbano em que se inserem, com efeitos positivos também sobre a qualidade de vida dos cidadãos.

Assim, a Organização Mundial de Saúde, reconhecendo a importância das áreas verdes urbanas, recomenda, no mínimo, a existência de 9 m² de área verde por habitante, sendo, no entanto, o valor ideal definido, cerca de 50 m² por habitante. A maior ou menor dificuldade de implementação desse rácio, depende, naturalmente, do contexto urbano em causa.

A COS 2018 distingue, entre os Territórios Artificializados, as áreas afetas a parques e jardins. A análise comparativa dessas áreas no concelho, entre os anos de 2007 e 2018, permite concluir que as áreas identificadas entre os dois períodos são praticamente coincidentes, registando-se apenas o aumento de 1 hectare (Tabela 81).

Tabela 81. Áreas verdes do concelho de Bragança (hectares)

Parques e jardins (COS, 2007)	33,79 hectares
Parques e jardins (COS, 2018)	34,79 hectares

As áreas verdes urbanas destinadas a espaços formais e multifuncionais, identificadas pela COS 2018, correspondem, assim, a cerca de 10 m² por habitante, apresentando, como tal, um valor razoável relativamente aos valores de referência.

Simultaneamente, importa também considerar a Estrutura Ecológica Municipal (EEM) presente nas áreas urbanas (Figura 27).

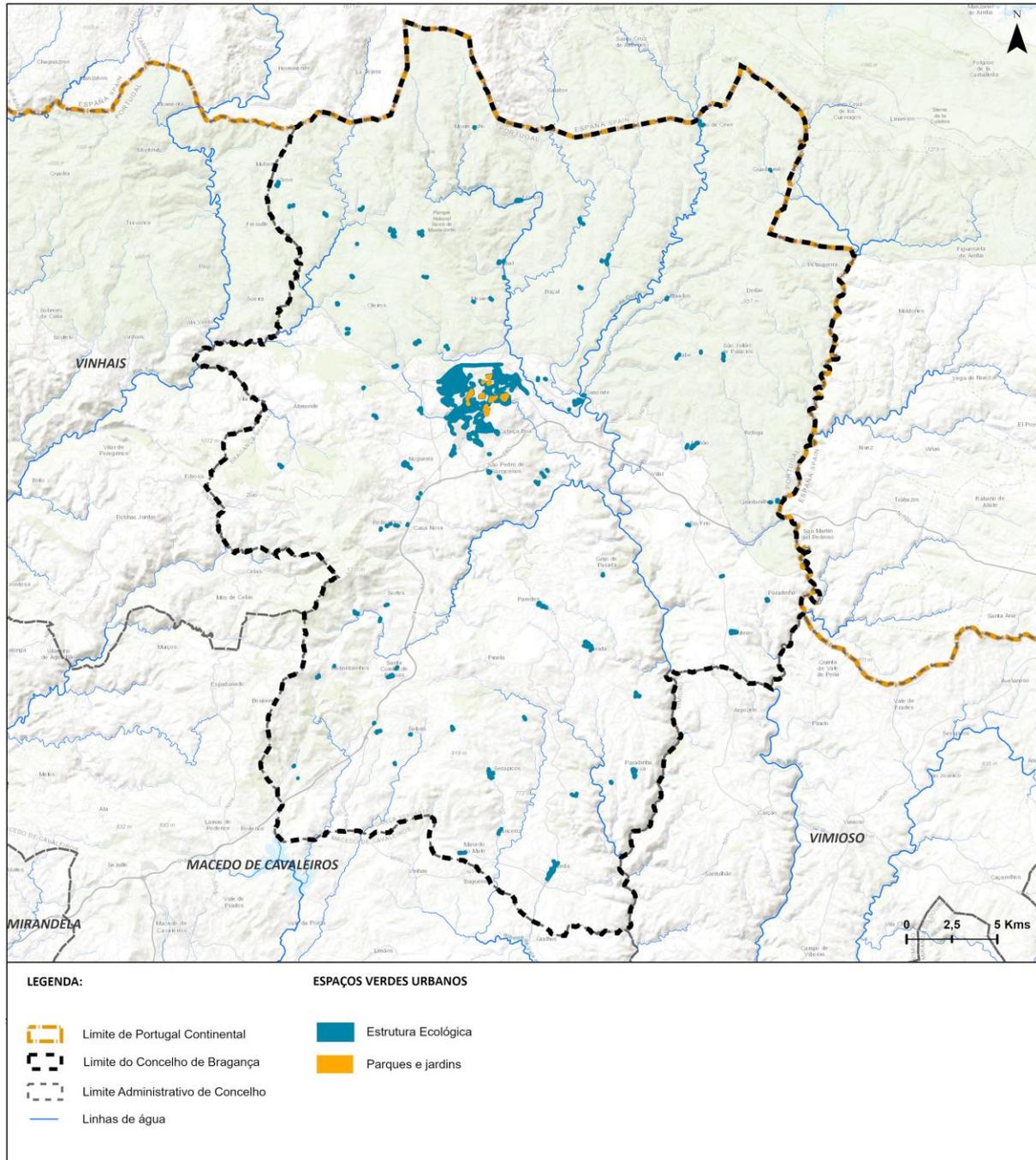


Figura 27. Áreas verdes urbanas
(Fontes cartográficas: PDM, 2010; COS, 2018; CAOP, 2018; ESRI, 2020)

Por fim, destaca-se a continuidade das áreas verdes urbanas com as restantes áreas verdes presentes no concelho, e que constituem a EEM. A conectividade entre essas áreas permite assegurar a ligação entre os diversos ecossistemas e potencia a qualidade destas áreas (Figura 28).

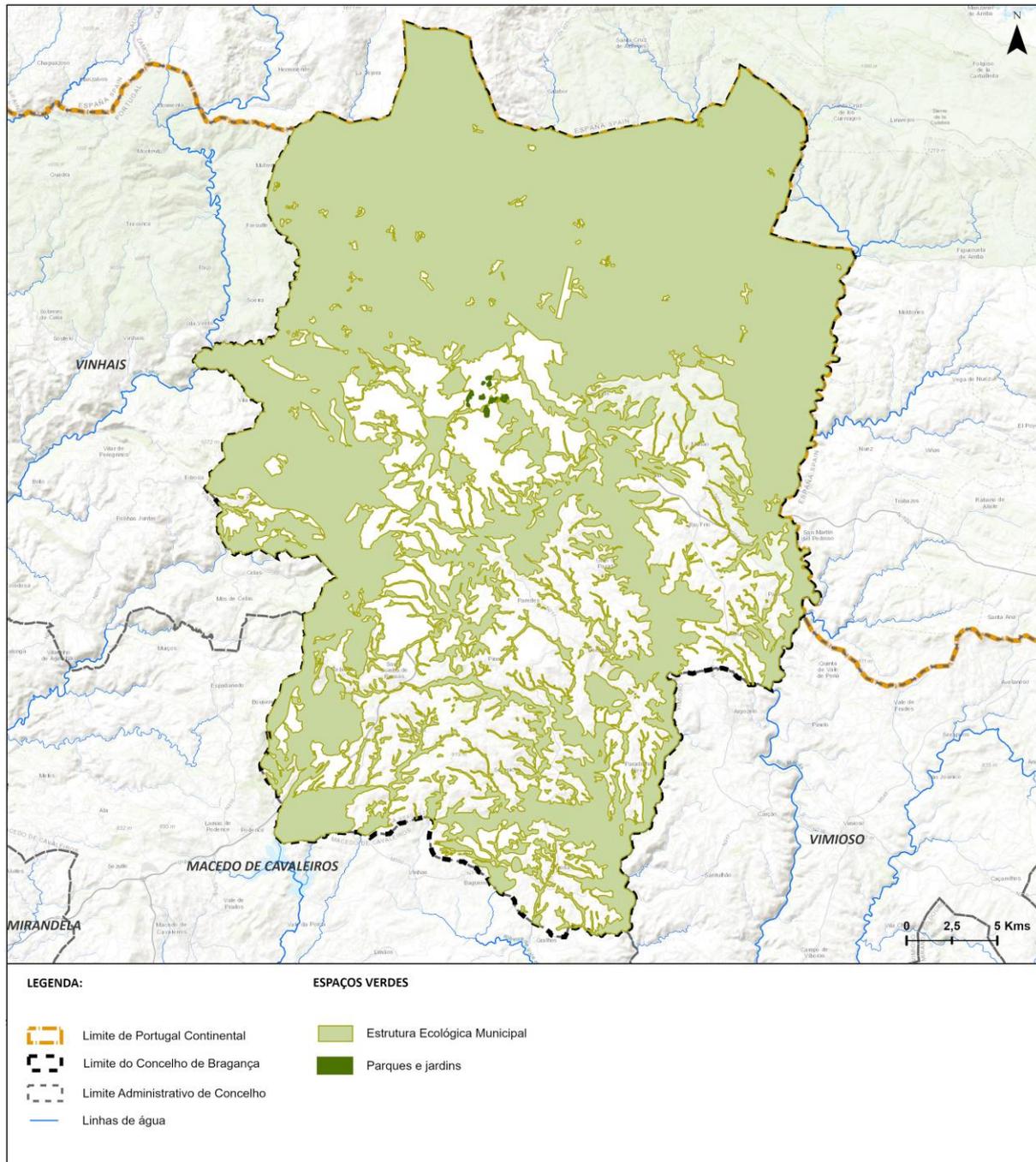


Figura 28. Espaços verdes
(Fontes cartográficas: PDM, 2010; COS, 2018; CAOP, 2018; ESRI, 2020)

3.10.4. QUALIDADE DO AR

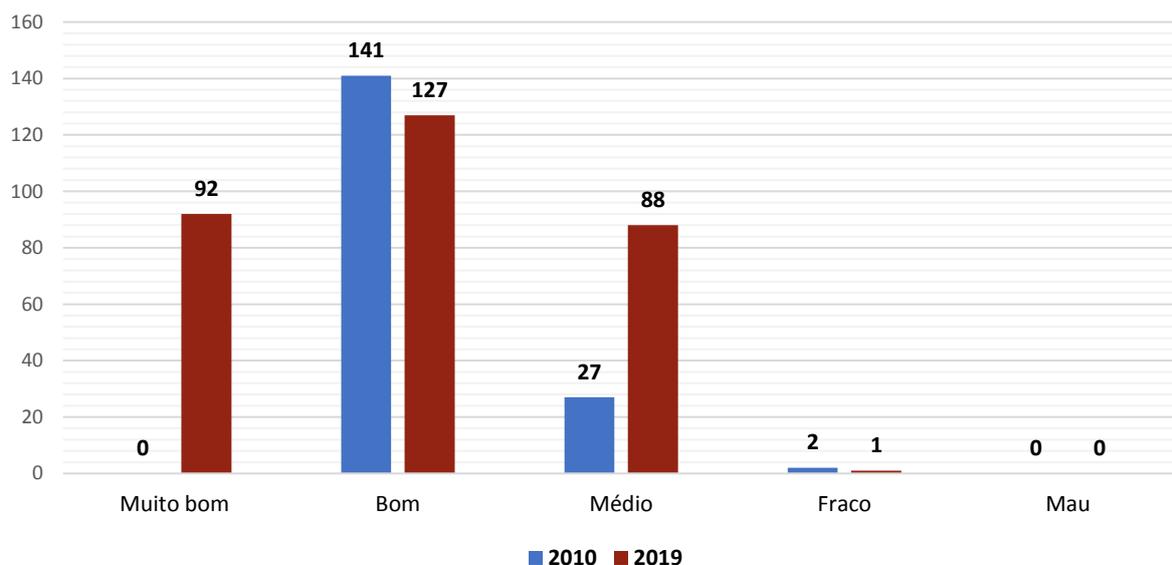
A poluição atmosférica apresenta efeitos nefastos sobre a saúde das populações e do meio ambiente. Como tal, a 23 de setembro de 2010 é publicado o Decreto-Lei nº 102/2010, que estabelece o regime de avaliação e gestão da qualidade do ar, transpondo as Diretivas nº 2008/50/CE e nº 2004/107/CE e revogando o Decreto-Lei nº 276/99.

O concelho de Bragança insere-se na Zona Norte Interior, pelo que, nesta área, as estações de monitorização da qualidade do ar localizam-se nos concelhos de Macedo de Cavaleiros e de Vila Real. Os dados recolhidos nessas estações, divulgados na plataforma QualAr para os anos de 2010 e 2019, permitem estabelecer uma análise comparativa da qualidade do ar nos últimos dez anos (Gráfico 43).

Assim, entre 2010 e 2019, verifica-se um aumento do número total de dias com medições da qualidade do ar realizadas, acompanhado de um aumento do número total de dias em que a qualidade do ar registada é *Boa* ou *Muito Boa*.

Contudo, verifica-se um acréscimo do número de dias em que a qualidade do ar é classificada como *Média*, bem como um único dia em que se apresenta como *Fraca*. Este facto sugere uma ligeira melhoria da qualidade do ar, durante o período em análise.

Gráfico 43. Índice da qualidade do ar na Zona Interior Norte (nº de dias/ano)
(Fonte: QualAr)

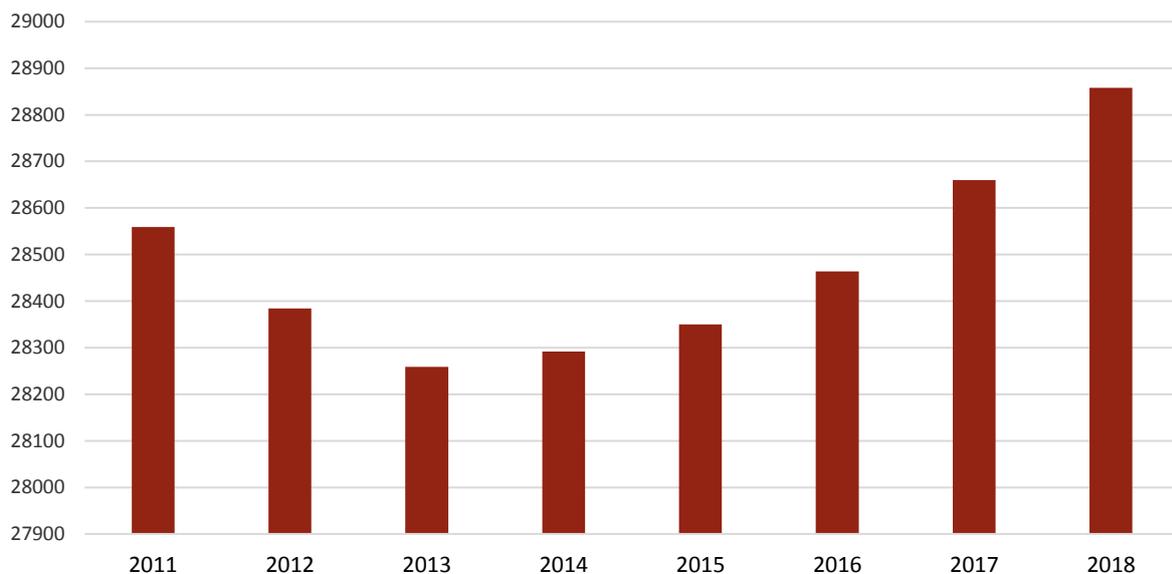


3.10.5. ENERGIA

No que se refere ao setor energético, importa caracterizar a evolução dos padrões de consumo e de produção de energia do concelho de Bragança, tendo por premissa a relação que existe entre as opções de ordenamento do território e os padrões de consumo e produção de energia.

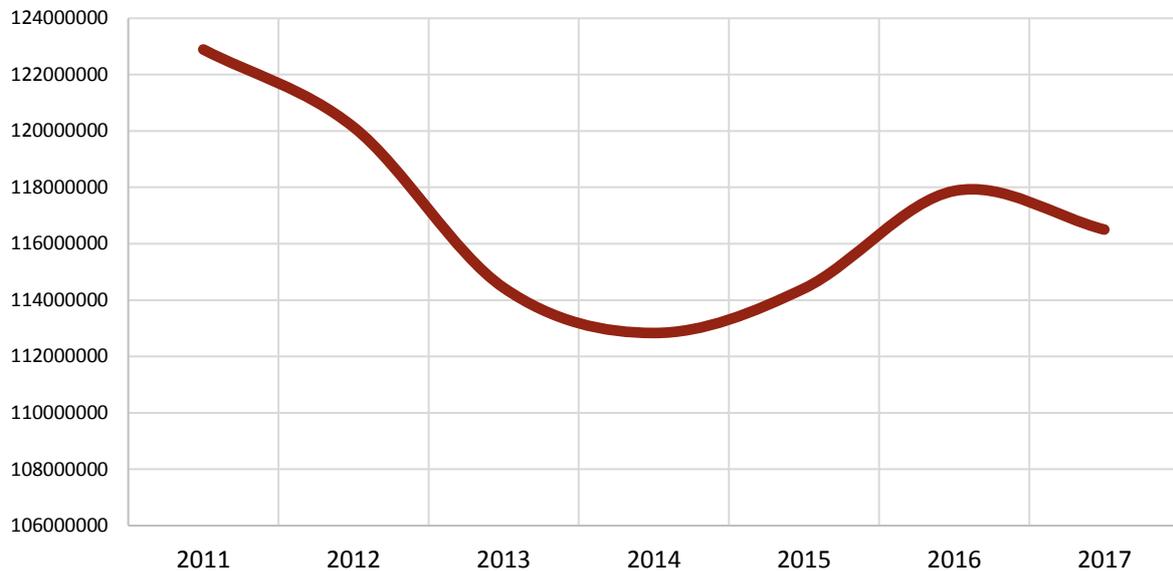
Na ótica do consumo, destaca-se, em primeiro lugar, a variação do número de consumidores de energia elétrica. Segundo os dados estatísticos, disponibilizados pelo INE, entre 2011 e 2013 verifica-se uma redução do número de consumidores, e, posteriormente, um aumento desse valor de 2014 a 2018 (Gráfico 44). Assim, entre 2011 e 2018 o número de consumidores de energia elétrica aumenta ligeiramente (cerca de 1%).

Gráfico 44. Evolução do número de consumidores de energia elétrica (2011-2018)
(Fonte: INE)



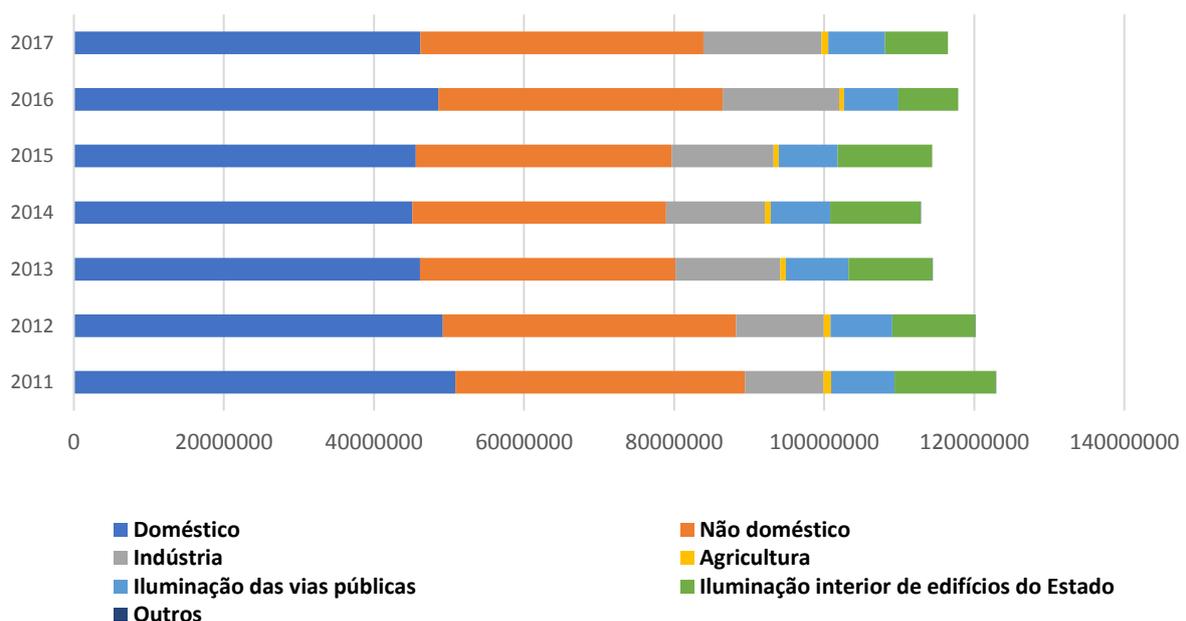
Simultaneamente, verifica-se uma evolução do consumo de energia elétrica similar à evolução do número de consumidores. Contudo, nota-se uma redução do consumo entre 2016 e 2017, pelo que a variação do consumo de energia entre 2011 e 2017 expressa uma redução de cerca de 5,5% (Gráfico 45).

Gráfico 45. Consumo de energia elétrica total (kWh)
(Fonte: INE)



Relativamente ao consumo de energia elétrica por atividade, a análise do Gráfico 46 permite concluir que a energia consumida pelas diferentes atividades — doméstica, não doméstica, indústria, agricultura, iluminação das vias públicas e iluminação interior de edifícios do Estado — apresenta variações mais significativas (2011-2017). O que estará relacionado com uma redução da atividade em alguns setores, mas, também, com implementação de medidas de promoção da eficiência energética.

Gráfico 46. Evolução do consumo de energia elétrica (kWh), por atividade (2011-2017)
(Fonte: INE)



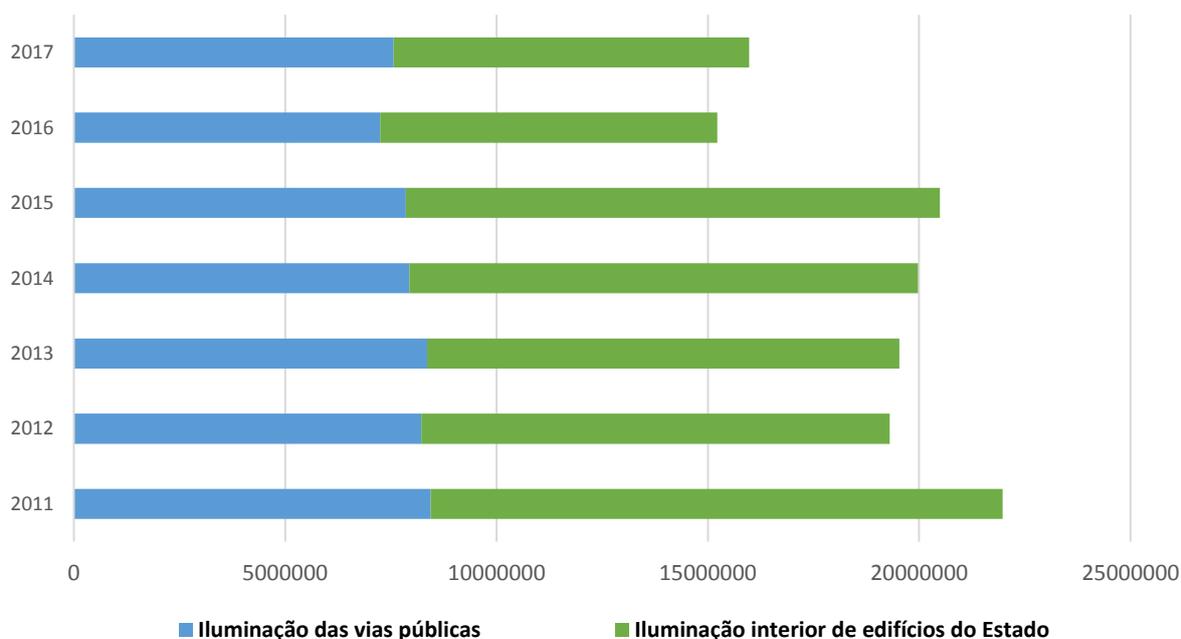
Tal como explicitado na Tabela 82, a variação do consumo de energia elétrica entre 2011 e 2017 é apenas positiva para o sector industrial, verificando-se um crescimento do consumo de cerca de 33,6%.

Tabela 82. Variação do consumo de energia elétrica por atividade (2011-2017)

Doméstico	-10,1%
Não doméstico	-2,4%
Indústria	33,6%
Agricultura	-12,3%
Iluminação das vias públicas	-11,5%
Iluminação interior de edifícios do Estado	-60,9%

No que se refere aos restantes sectores de consumo, destaca-se a redução do consumo de energia para iluminação interior de edifícios do Estado (-60,9%) e destinada à iluminação de vias públicas (-11,5%), provavelmente, graças à implementação de medidas de melhoria da eficiência energética durante esse período (Gráfico 47).

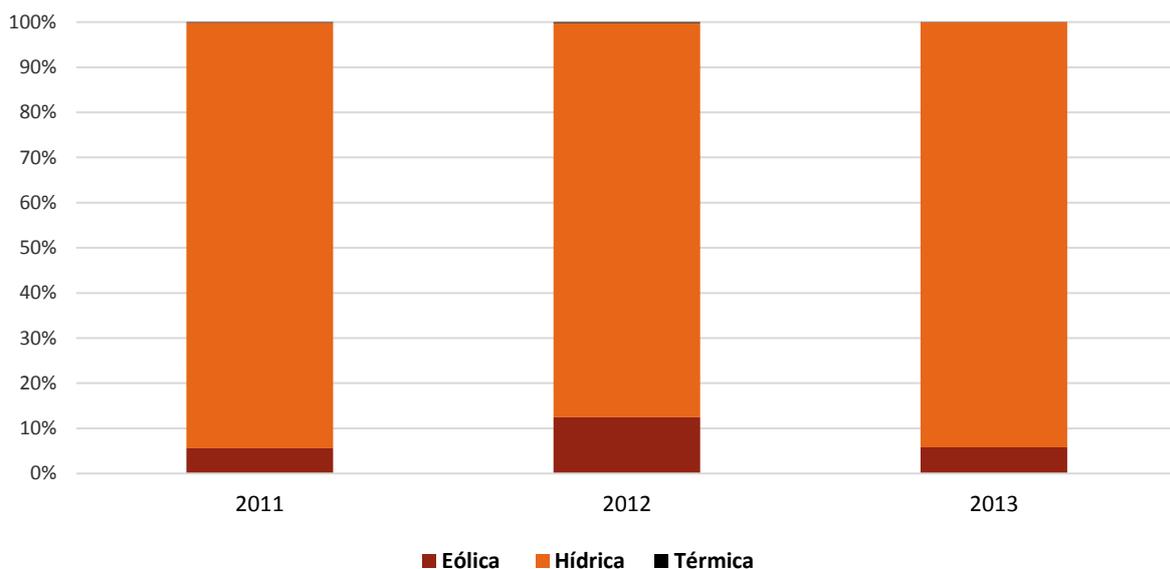
Gráfico 47. Evolução do consumo de energia elétrica (kWh) para iluminação das vias públicas e iluminação interior de edifícios do Estado (2011-2017)
(Fonte: INE)



Quanto à produção de energia, os dados relativos à quota da produção bruta de energia elétrica, para a sub-região Terras de Trás-os-Montes, mostram que, entre 2011 e 2013, a energia elétrica produzida era de origem eólica, hídrica e térmica. Sendo a última referida, pouco significativa nos três anos em análise. Em 2013, a energia hídrica representa cerca de 94% do total de energia produzida e a energia eólica, aproximadamente 6% (Gráfico 48).

Nesse sentido, destacam-se as centrais hidroelétricas do Prado Novo, Montezinho e Gimonde, presentes no território concelhio. Relativamente à infraestrutura de produção de energia eólica, atualmente, não se encontra no território concelhio nenhum parque eólico. Contudo, verifica-se a presença de quatro centrais de produção eólica no distrito de Bragança: Bornes, Borninhos, Castanheira e Felgar.

Gráfico 48. Evolução da quota (%) da produção bruta de energia elétrica (2011-2013)
(Fonte: INE)



3.10.6. RISCOS NATURAIS E MISTOS

As alterações climáticas levarão a uma maior recorrência de fenómenos climáticos extremos, com um consequente aumento dos riscos associados. A maior vulnerabilidade aos impactos gerados leva, como tal, à necessidade de reforçar a adaptação do território. Nesse sentido, a Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano (AMTFNT) elaborou, em 2018, o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Terra Fria do Nordeste Transmontano (PIAAC-TFNT).

Entre as principais vulnerabilidades climáticas identificadas para Terra Fria do Nordeste Transmontano, destacam-se, com base na sua frequência de ocorrência, as seguintes:

- precipitação excessiva
- onda de calor
- seca
- nevão

Segundo o mesmo documento, nos últimos anos, verifica-se um aumento do número de meses com precipitação excessiva, bem como um aumento do volume de precipitação, relativamente aos valores registados em 2010. Enquanto em 2010 o acréscimo de precipitação variava entre os 150% a 200% do valor médio, em 2016 esse valor eleva-se para 250%-400%. Estes fenómenos de precipitação excessiva, estão na origem da ocorrência de cheias e inundações, elevando, assim, o seu risco.

Do mesmo modo, na última década, tem-se verificado um aumento da frequência de ondas de calor, com impacto sobre as cadeias de produção, os ecossistemas, os estilos de vida e a ocorrência de incêndios.

Simultaneamente, é esperado um aumento e agravamento dos períodos de seca, como consequência das alterações climáticas. Entre os principais impactos, destacam-se as restrições no abastecimento de água, os danos sobre as cadeias de produção, a degradação dos ecossistemas, e, mais uma vez, a ocorrência de incêndios.

Por fim, o território da Terra Fria do Nordeste Transmontano caracteriza-se pela queda de neve de forte intensidade, acompanhada de ventos fortes, durante os meses de inverno. Uma vez que, conjuga três fatores determinantes: elevada altitude, número elevado de dias com temperatura inferior a 0°C e elevada quantidade de precipitação. O histórico do registo de nevões aponta para um número médio de três a seis ocorrências por ano. Contudo, nos últimos anos (2014-2016), verifica-se uma redução significativa do número de ocorrências, sendo apenas registado um evento por ano.

Neste contexto, destacam-se, de seguida, os riscos naturais e mistos associados à ocorrência de cheias e inundações e de incêndios florestais, enquanto consequência de fenómenos de precipitação excessiva, ondas de calor e seca, cada vez mais frequentes neste território.

ÁREAS SUSCETÍVEIS DE CHEIAS E INUNDAÇÕES

O histórico de inundações no concelho de Bragança aponta para a existência de ocorrências devido à precipitação excessiva. Como tal, o PDM em vigor define, na Planta de Ordenamento, cinco áreas

inundáveis no concelho. Essas áreas localizam-se nos aglomerados urbanos de Varge, Bragança, Vale de Nogueira, Vidoedo e Sanceriz e estão associadas aos rios Igrejas e Fervença e às ribeiras da Olga e de Agueiras (Figura 29).

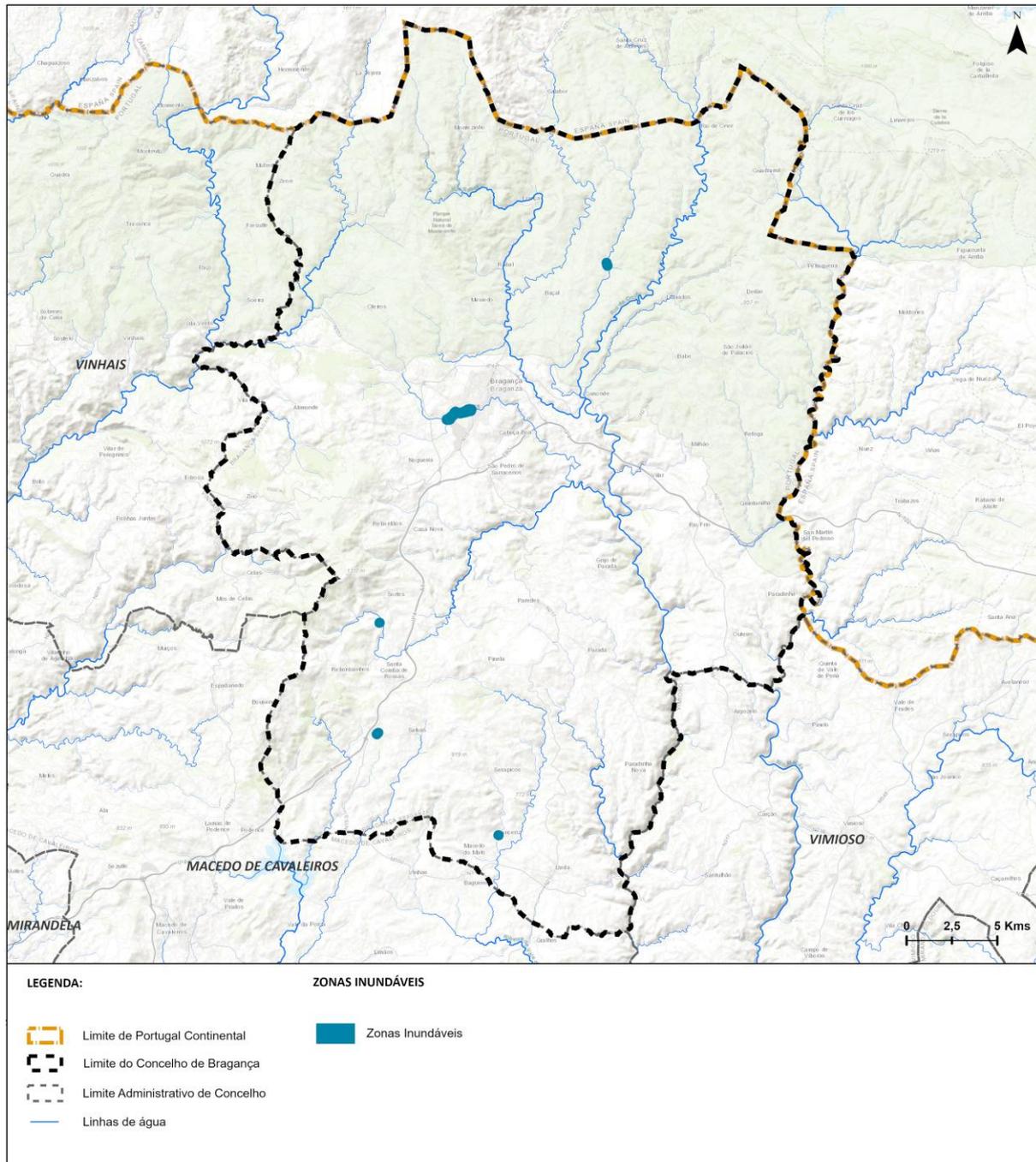


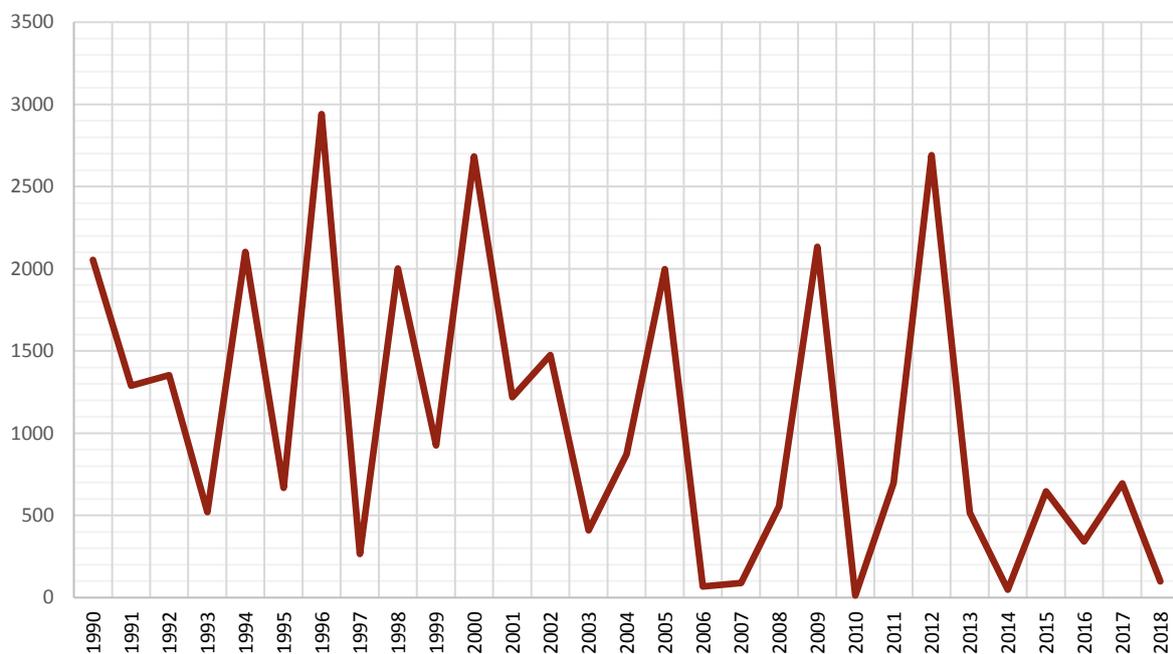
Figura 29. Carta das zonas inundáveis
(Fonte: PDMB, 2010)

INCÊNDIOS FLORESTAIS

Ao longo dos últimos 30 anos, o concelho de Bragança tem sido afetado por incêndios florestais que consomem áreas de matos e floresta e colocam em risco a segurança da população.

A análise do Gráfico 49, que expressa a evolução das áreas ardidas entre 1990 e 2018, mostra um decréscimo significativo da área ardida nos últimos anos, que coincide, temporalmente, com o período de implementação do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) de Bragança.

Gráfico 49. Evolução da área ardida, em hectares, no concelho de Bragança (1990-2018)
(Fonte: ICNF)



As áreas ardidas coincidem, maioritariamente, com a área protegida do Parque Natural de Montesinho e com o SIC Rios Sabor e Maçãs (Figura 30). Verifica-se, ainda, no período em análise, repetidas ocorrências nos mesmos locais.

Para além do perigo associado aos incêndios florestais, com consequências sobre a segurança das pessoas e bens, os fogos florestais conduzem ainda, à perda de biodiversidade e de qualidade do solo, bem como, de coberto vegetal, com consequências negativas sobre os fenómenos de erosão.

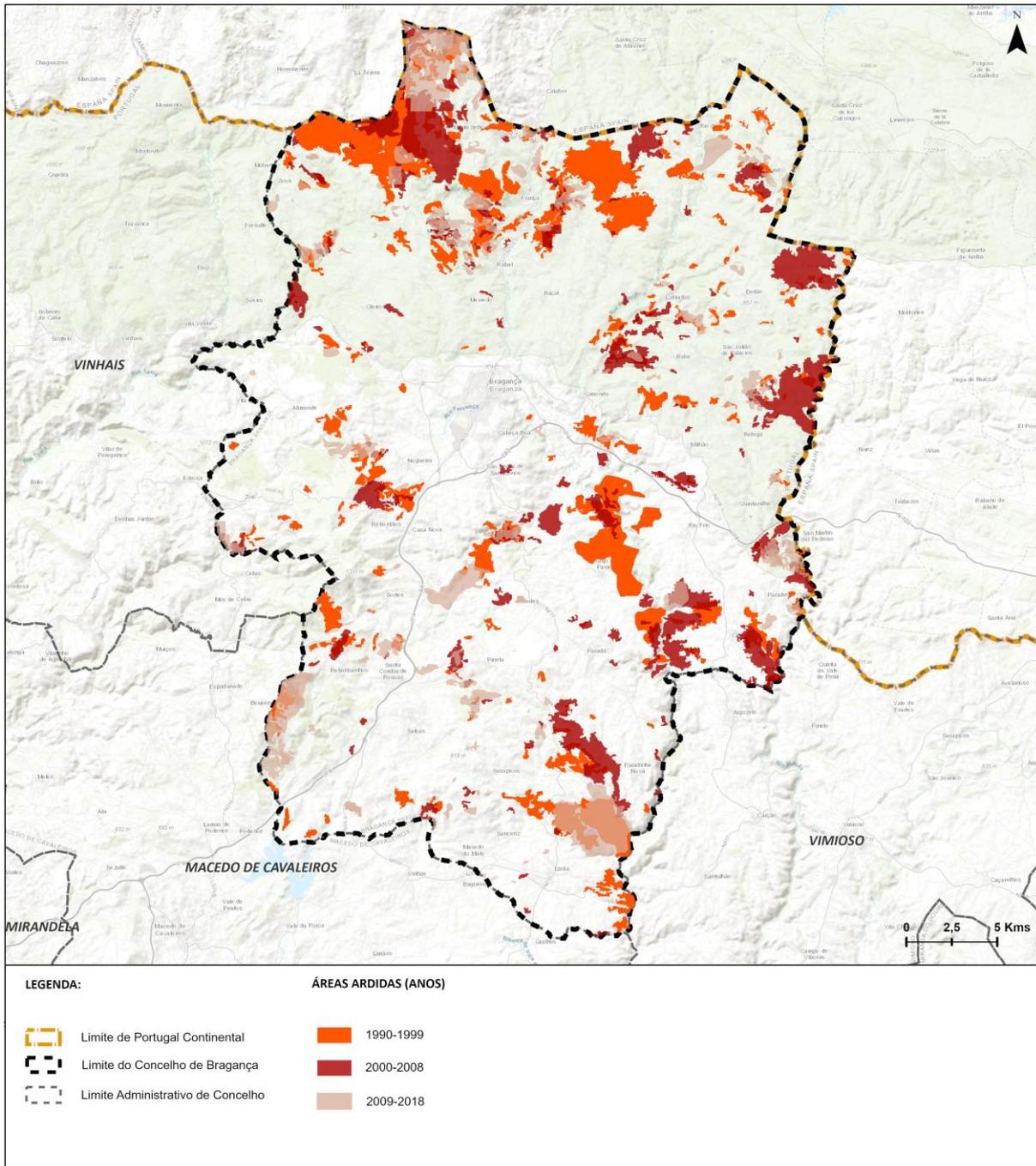
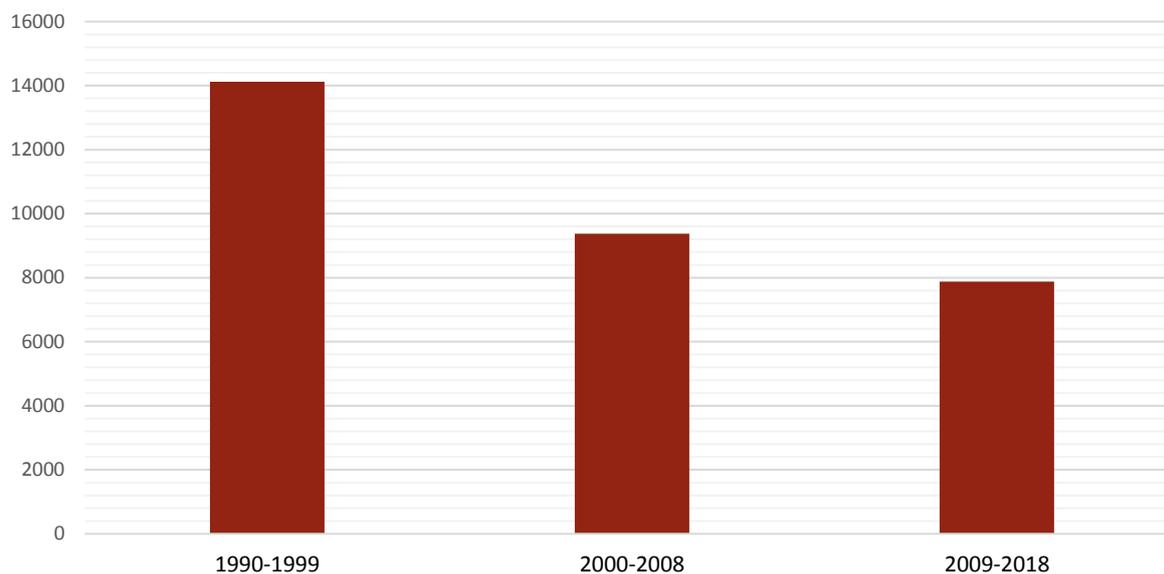


Figura 30. Área ardida no concelho de Bragança
(Fontes cartográficas: ICNF; CAOP, 2018; ESRI, 2020)

De encontro ao apresentado anteriormente, o Gráfico 50 mostra, claramente, um decréscimo da área ardida nos últimos 30 anos, correspondendo, no último período em análise, a cerca de 7.882 hectares.

Gráfico 50. Evolução da área ardida no concelho de Bragança (hectares)
(Fonte: ICNF)



No que se refere à composição dos povoamentos florestais, de acordo com a informação disponibilizada pela Comissão Municipal de Defesa da Floresta (2015), o concelho de Bragança possui grandes áreas de espécies com reduzida combustibilidade (quando comparadas com as resinosas), o que atua enquanto fator positivo e limita a propagação das chamas. Contudo, as elevadas extensões das manchas florestais contínuas, principalmente de resinosas, combinadas com áreas de matos, poderão dar origem a incêndios de grandes dimensões.

Em consequência do número de ocorrências em determinadas áreas do concelho, bem como da ocupação do solo, identificam-se áreas de maior grau de perigosidade de incêndio, tal como assinalado na Figura 31.

As áreas de perigosidade elevada e muito elevada, correspondem aos locais de maiores declives, onde a ocupação é, maioritariamente, de matos e herbáceas e de floresta. Entre as áreas referidas destacam-se a Serra de Montesinho e as vertentes dos principais cursos de água — rio Sabor, rio Maçãs e ribeira de Veados.

No concelho de Bragança, as áreas de perigosidade de incêndio florestal elevada correspondem, assim, a cerca de 26% do território concelhio, e as áreas de perigosidade de incêndio muito elevada a cerca de 4%, sendo que o PMDFCI de Bragança define como acentuado o risco associado aos incêndios florestais e a probabilidade da sua ocorrência é referida como elevada.

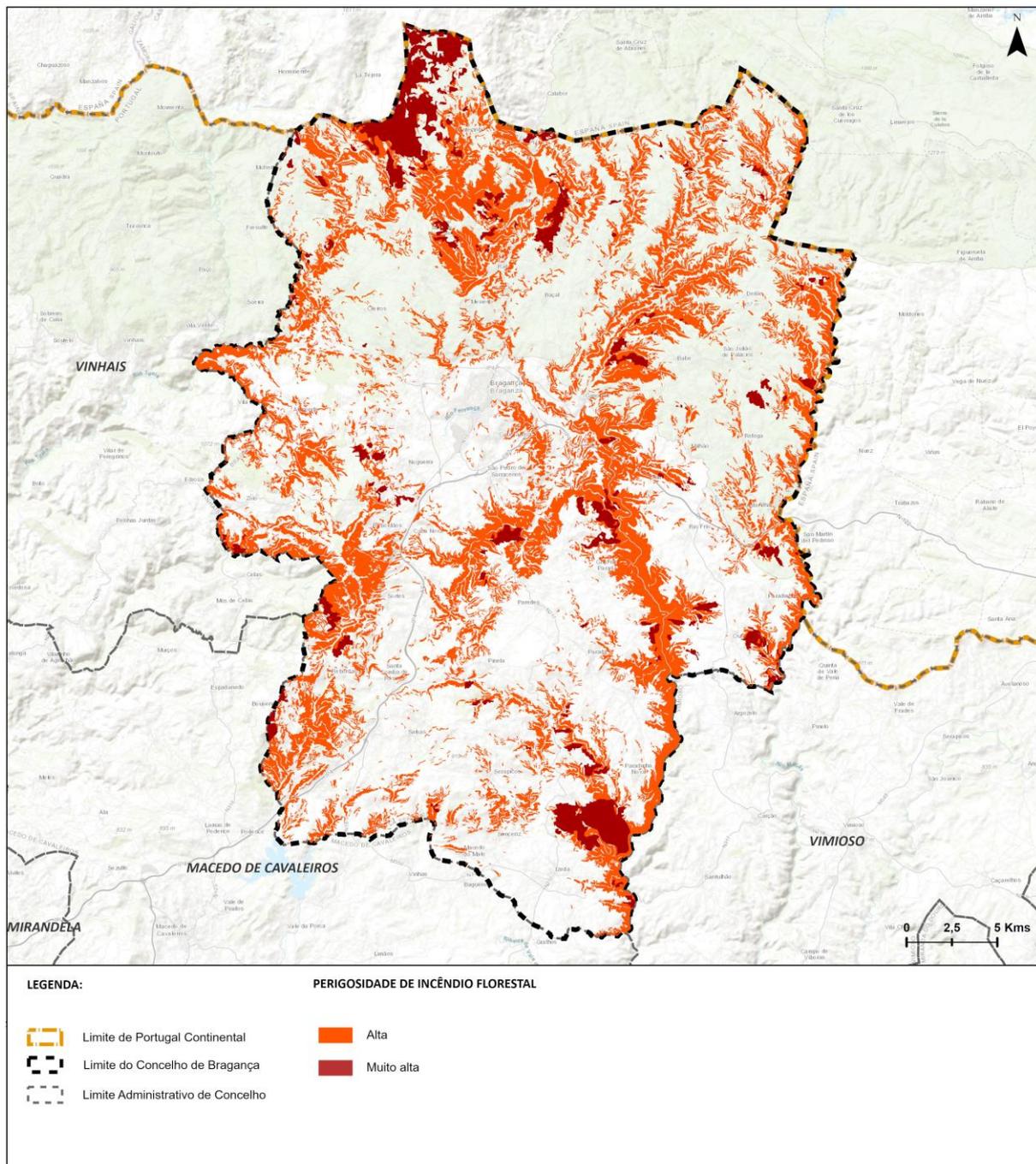


Figura 31. Perigosidade de incêndio florestal no concelho de Bragança
(Fontes cartográficas: CMG, 2010; CAOP, 2018; ESRI, 2020)

4. ANÁLISE DA EXECUÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO MUNICIPAL

No presente capítulo, concretiza-se a análise e avaliação da implementação dos instrumentos de planeamento municipal em vigor no concelho de Bragança, designadamente do PDM, sob três aspetos complementares entre si, designadamente:

- **Programa de Execução**, que contém as disposições sobre a execução das intervenções municipais previstas durante o período de vigência do Plano (curto, médio e longo prazo);
- **Modelo Territorial**, que representa, de acordo com os sistemas estruturantes e a classificação e a qualificação dos solos, o modelo de organização espacial preconizado para o território municipal;
- **Estratégia**, que define as linhas estratégicas de desenvolvimento para o concelho.

A complementaridade das análises que se apresentam de seguida relaciona-se com o âmbito e a natureza do próprio PDM, ao mesmo tempo estratégico, regulamentar e programático. Assim, é com base na ponderação conjunta do nível de execução das intervenções programadas no PDM em vigor (Programa de Execução) e da identificação das efetivas alterações do território em face do Modelo Territorial, definido no Regulamento e na Planta de Ordenamento do Plano, que se torna possível o escrutínio da prossecução e formas de materialização das linhas estratégicas de desenvolvimento definidas em 2010 aquando da 1.ª Revisão do PDM.

4.1. ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE EXECUÇÃO

Procede-se, de seguida, à avaliação do grau de implementação das ações previstas no PDM em vigor, organizadas em cinco grandes grupos de intervenção — Equipamentos e Habitação Social, Estrutura Ecológica, Rede Viária, Infraestruturas Urbanas e Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) —, de acordo com a seguinte simbologia:

- ✓ Ação executada
- X Ação não executada
- ∞ Ação em execução
- ◊ Ação executada parcialmente
- ? Sem informação

A avaliação do grau de implementação das intervenções previstas é feita através da confrontação entre as ações propostas em 2010 e as ações efetivamente concretizadas no concelho de Bragança até à presente data.

4.1.1. EQUIPAMENTOS E HABITAÇÃO SOCIAL

A Tabela 83 apresenta o nível de execução das ações propostas relativas aos Equipamentos e à Habitação Social, distinguindo as duas componentes.

Tabela 83. Nível de execução das ações propostas no PDM em vigor: Equipamentos e Habitação Social
(Fonte: CMB, 2020)

EQUIPAMENTOS E HABITAÇÃO SOCIAL		NÍVEL DE EXECUÇÃO
DESIGNAÇÃO DA AÇÃO		
EQUIPAMENTOS COLETIVOS		
Equipamentos Educativos		
Construção de EB1/JI na EB2,3 Augusto Moreno		✓
Construção de EB1/JI na EB2,3 Paulo Quintela		✓
Requalificação de estabelecimento em Baçal (Núcleo EB1)		X
Requalificação de estabelecimento em Coelhooso (Núcleo EB1)		X
Requalificação de estabelecimento em Espinhosela (Núcleo EB1)		X
Requalificação de estabelecimento em Izeda (Núcleo EI)		◊
Requalificação de estabelecimento em Parada (Núcleo EI+EB1)		◊
Requalificação de estabelecimento em Quintanilha (Núcleo EI+EB1)		✓
Requalificação de estabelecimento em Rebordãos (Núcleo EI+EB1)		✓
Requalificação de estabelecimento em Salsas (Núcleo EI+EB1)		X

EQUIPAMENTOS E HABITAÇÃO SOCIAL	NÍVEL DE EXECUÇÃO
DESIGNAÇÃO DA AÇÃO	
Requalificação de estabelecimento em Samil (Núcleo EI+EB1)	X
Requalificação de estabelecimento em Santa Comba de Rossas (Núcleo EI+EB1)	◊
Requalificação de estabelecimento em Zoio (Núcleo EB1)	X
Integração de EB1 na EB2,3 de Izeda	✓
Equipamentos de Solidariedade e Segurança Social	
Incremento das creches/creches familiares na Sé (Bragança)	✓
Incremento das creches familiares em Baçal	X
Incremento das creches familiares em Espinhosela	X
Incremento das creches familiares em Rebordãos	✓
Incremento das creches familiares em Quintanilha	✓
Incremento das creches familiares em Parada	X
Incremento das creches familiares em Santa Comba de Rossas	X
Incremento das creches familiares em Izeda	X
Criação de 282 vagas em equipamentos de assistência a idosos e ajustamento entre a oferta e a procura	◊
Equipamentos de Saúde	
Requalificação da Extensão de Saúde de Fontes Transbaceiro (Parâmio)	X
Requalificação da Extensão de Saúde de Paredes (Parada)	X
Requalificação da Extensão de Saúde de Sortes	X
Construção de Unidade Móvel de Saúde	✓
Criação de farmácia na Sé (Bragança)	✓
Instalação de Posto Farmacêutico Móvel em Baçal	X
Instalação de Posto Farmacêutico Móvel em Espinhosela	X
Instalação de Posto Farmacêutico Móvel em Parada	X
Instalação de Posto Farmacêutico Móvel em Quintanilha	X
Instalação de Posto Farmacêutico Móvel em Rebordãos	X
Instalação de Posto Farmacêutico Móvel em Santa Maria de Rossas	X
Equipamentos Desportivos	
Construção de Multiusos (concelho)	✓
Construção do Complexo Recreativo Municipal em São Pedro de Sarracenos	X
Equipamentos Culturais e Recreativos	
Ampliação e diversificação da oferta existente	✓
Rentabilização dos equipamentos existentes (Teatro Municipal, entre outros)	✓
Apoio às iniciativas das várias associações culturais e recreativas existentes	✓
HABITAÇÃO SOCIAL	
Desenvolvimento de um projeto de construção de 28 habitações unifamiliares	X
Produção de habitação através de um modelo diversificado de promoção	✓
Aposta na vertente da reabilitação urbana <i>versus</i> construção de fogos novos	✓
Criação de áreas habitacionais qualificadas, privilegiando as zonas rurais de habitação dispersa	✓
Manutenção de uma reserva de fogos vagos	✓
Implementação da Rede Social e do Plano de Desenvolvimento Social	✓

Relativamente aos Equipamentos Educativos, o PDM em vigor integra as propostas constantes na Carta Educativa do Concelho de Bragança homologada em 2007. De acordo com o documento que consubstancia a revisão desta carta, datado de 2012, somente uma parte dos objetivos propostos foi concretizada.

Assim, foram construídos e requalificados dois centros escolares na cidade — Centro Escolar de Santa Maria e Centro Escolar da Sé, ambos inaugurados em outubro de 2010 —, dotando a maior parte dos restantes estabelecimentos de ensino de sistema de aquecimento, salão polivalente, recreio coberto e refeitório. Os sistemas de segurança, calafetamento e arejamento foram igualmente melhorados, bem como apetrechados de espaços lúdicos dos respetivos jardins de infância. Os centros escolares novos não foram, contudo, dotados de enfermaria (o que constitui uma lacuna face ao previsto em 2007), mas possuem gabinete médico. As propostas de construção de duas EB1/JI efetivaram-se na Escola Miguel Torga (Centro Escolar de Santa Maria) e junto à Escola Paulo Quintela (Centro Escolar da Sé).

Por seu turno, nas áreas rurais, dos 11 centros escolares previstos, apenas dois foram construídos — Centro Escolar de Quintanilha e Centro Escolar de Rebordãos, ambos inaugurados no início de 2010, após realização de obras de remodelação e ampliação para integração de JI/EB1. Por falta do número de crianças exigido, foram sendo encerrados os espaços de EB1 em Baçal, Coelhooso, Espinhosela, Salsas, Samil e Zoio. Em Izeda, Parada e Santa Comba de Rossas mantêm-se os núcleos de EB1/JI (em Izeda, passou a integrar a EB2,3 existente), mas não foram entretanto constituídos quaisquer centros escolares nessas localidades.

Em relação aos Equipamentos de Solidariedade e Segurança Social, a 1.ª Revisão do PDM em vigor, apostando num cenário otimista de crescimento da população residente no escalão etário 0-2 anos, preconiza a necessidade de criação de mais 160 vagas na valência creche ou creche familiar até 2016. No entanto, considerando o encerramento dos espaços de EB1 em Baçal e Espinhosela, bem como a manutenção das estruturas existentes em Izeda, Parada e Santa Comba de Rossas, aquele objetivo não se concretizou na generalidade. Porém, a implementação dos novos centros escolares viabilizou o incremento desta valência na Sé (Bragança), em Quintanilha e em Rebordãos.

A 1.ª Revisão do PDM em vigor preconiza igualmente a criação de 282 vagas em equipamentos de assistência a idosos (lares, centros de dia, centros de convívio e apoio domiciliário), a acrescer às 1.687 vagas existentes em 2008, devendo o investimento ser maior nos núcleos de Espinhosela, Rebordãos e Izeda. No entanto, àquela data, apenas 1.105 apoios eram efetivamente utilizados (65,5%), pelo que

a 1.ª Revisão do PDM em vigor considera que o Município de Bragança conseguiria fazer o ajuste entre a oferta e a procura e, admitindo como critério de dimensionamento uma taxa de cobertura de 25% para 2016 e face à população idosa esperada em 2016, o concelho teria, em teoria, a necessidade de ampliar a sua dotação a este nível a mais cerca de três centenas de idosos.

De acordo com os dados constantes na Carta Social do Concelho de Bragança, em 2012, o número de utentes neste tipo de equipamentos de assistência é de 1.557 idosos, correspondendo a um aumento de 40,9% face a 2008, o que significa que o Município conseguiu, de facto, realizar o necessário ajustamento entre a oferta e a procura. No entanto, dada a ausência de dados mais recentes, não é possível estabelecer se a intenção de criação de mais vagas a este nível foi, ou não, concretizada, pelo que se considera que esta ação foi parcialmente concretizada.

Relativamente aos Equipamentos de Saúde, refira-se que apenas se encontram concretizadas as ações relativas à aquisição de uma Unidade Móvel de Saúde, bem como de uma farmácia na Sé, perfazendo atualmente um total de nove unidades disponíveis no concelho (oito na cidade de Bragança e uma em Izeda).

No âmbito dos Equipamentos Desportivos, o Município levou a cabo um conjunto de obras de construção e remodelação dos equipamentos e infraestruturas existentes. A título de exemplo, destaca-se a construção do Centro de Convívio – Pavilhão Multiusos de Babe (inaugurado em dezembro de 2016), bem como as obras de requalificação do Pavilhão Multiusos de São Julião de Palácios (inauguradas em abril de 2018). Em termos de obras de beneficiação, destacam-se, igualmente a título de exemplo, a substituição de pavimentos e a remodelação de balneários do Pavilhão do Estádio Municipal em 2011 e 2013, bem como a ampliação da Piscina Municipal em 2015.

Por seu turno, a construção do Complexo Recreativo Municipal em São Pedro de Sarracenos não avançou.

As ações previstas para os Equipamentos Culturais e Recreativos encontram-se totalmente concretizadas. A ampliação e diversificação da oferta existente, bem como a rentabilização dos equipamentos existentes materializam-se num conjunto de investimentos municipais realizados ao longo do período de vigência do PDM, nomeadamente a construção da Escola de Dança e a ampliação da Casa da Seda (2011), a reconstrução da Casa da Cidade, Sede das Associações em Santa Maria (2011), a realização de diversas obras de beneficiação do Teatro Municipal (2012-2014), a instalação do Centro de Fotografia Georges Dussault no Centro Cultural Municipal (2013), a implementação do Memorial e Centro de Interpretação da Cultura Sefardita (2015), a recuperação das antigas instalações

da Biblioteca Calouste Gulbenkian (2016) e a construção do Núcleo Museológico Ferroviário (2016), entre muitas outras intervenções.

Por sua vez, o apoio às iniciativas das várias associações culturais e recreativas existentes concretiza-se através de apoios, a vários níveis, à realização de concertos, conferências, colóquios, *workshops*, exposições, espetáculos e animação de rua que se realizam, de forma periódica, em todo o concelho. Ainda neste âmbito, destaca-se que o Município de Bragança tem desenvolvido uma política de apoio às associações desportivas do concelho com vista à sua capacitação e organização, de forma a proporcionar-lhes meios adicionais para suportar os encargos decorrentes do desenvolvimento da prática da atividade física e desportiva. Este apoio é disponibilizado através da prestação de subsídios e outros apoios não financeiros (materiais e meios logísticos para a realização de atividades) às associações desportivas que efetuem uma inscrição prévia na Base de Dados Municipal das Associações Desportivas de Bragança, concretizando-se através do estabelecimento de Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo.

Em suma, no que respeita aos **Equipamentos Coletivos**, a concretização das ações propostas apresenta uma maior expressão no domínio da Cultura e o Desporto. No polo oposto, os campos da Educação e da Saúde apresentam o nível mais baixo de execução das propostas do PDM em vigor.

No âmbito da **Habituação**, o desenvolvimento de um projeto de construção de 28 habitações unifamiliares não avançou, mantendo-se os três bairros sociais existentes à data da publicação do PDM em vigor (2010).

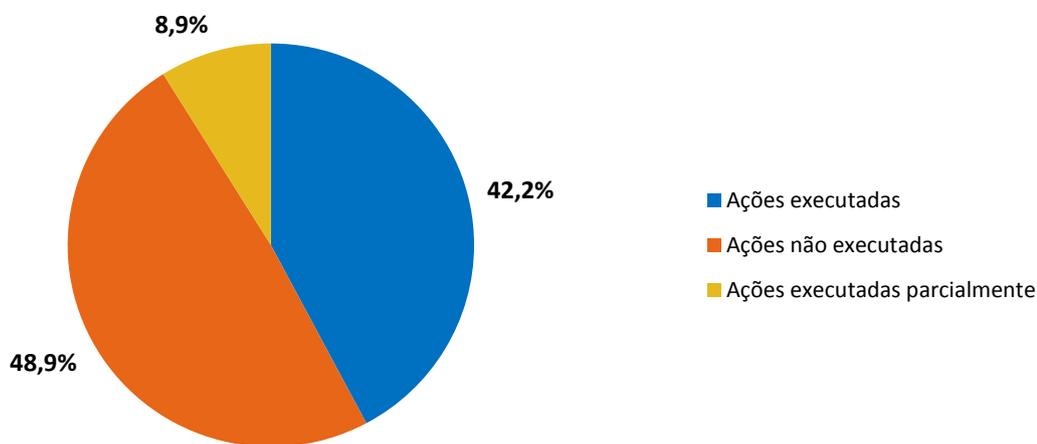
A aposta na vertente da reabilitação urbana em detrimento da construção de fogos novos surge associada à aposta na valorização urbana de Bragança assumida pelo Executivo Municipal como uma prioridade estratégica da governação, concretizando-se na delimitação de três Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) em 2018 — ARU do Centro Tradicional de Bragança (64 hectares), ARU das Cantarias (225 hectares) e ARU de São João de Deus (138,5 hectares). Simultaneamente, o Município tem realizado diversas ações no âmbito da reconstrução de edifícios para residência de estudantes, em 2011 e 2015, num investimento global superior a um 1.200.000,00 €. Ainda em 2015, o Município procedeu à recuperação de um imóvel na Rua dos Combatentes da Grande Guerra para alojamento social de famílias jovens.

Relativamente à manutenção de uma reserva de fogos vagos para habitação social, de acordo com os dados mais recentes disponibilizados pelo INE, no concelho de Bragança existiam, em 2015, 13 fogos ainda vagos (4,7% do total).

Finalmente, no âmbito da implementação da Rede Social, o Município elaborou, em março de 2012, a Carta Social do Concelho de Bragança no contexto da operacionalização do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Bragança, tendo como objetivos oferecer visibilidade e reconhecimento aos principais equipamentos e respostas sociais da rede solidária (IPSS) e não solidária através de um documento que identifica, sumariamente, a vocação e a atuação de cada instituição no concelho. Dois meses mais tarde (maio de 2012), e ainda no contexto da operacionalização do Plano de Desenvolvimento Social, foi elaborado o Guia de Boas Práticas da Intervenção Social no Concelho de Bragança, tendo como objetivos oferecer notoriedade, visibilidade e reconhecimento às principais atividades e projetos de intervenção social de excelência realizados pelas diversas instituições do concelho, oferecendo diversos exemplos a seguir na área social.

Em síntese, a análise do Gráfico 51 permite verificar que 42,2% das ações propostas neste âmbito foram executadas e 8,9% apenas parcialmente.

Gráfico 51. Nível de execução (%) das ações propostas no PDM em vigor: Equipamentos e Habitação Social
(Fonte: CMB, 2020)



4.1.2. ESTRUTURA ECOLÓGICA

A Tabela 84 apresenta o nível de execução das ações propostas relativas à Estrutura Ecológica.

Tabela 84. Nível de execução das ações propostas no PDM em vigor: Estrutura Ecológica
(Fonte: CMB, 2020)

ESTRUTURA ECOLÓGICA	NÍVEL DE EXECUÇÃO
DESIGNAÇÃO DA AÇÃO	
Implementação de uma rede ciclável no concelho	∞
Criação, em conjunto com os concelhos vizinhos (Vinhais e Macedo de Cavaleiros), de centros de interpretação ambiental e de percursos temáticos, intercetados com observatório da natureza, interligando os diversos Sítios da Rede Natura 2000 e da Rede Nacional de Áreas Protegidas	√
Requalificação das zonas verdes existentes	√
Implementação da Zona Verde da Quinta do Campelo	X
Implementação do Parque Urbano de São Bartolomeu	X
PORTA NORTE - Parque de Lazer e de Recreio na Quinta da Trajinha	X

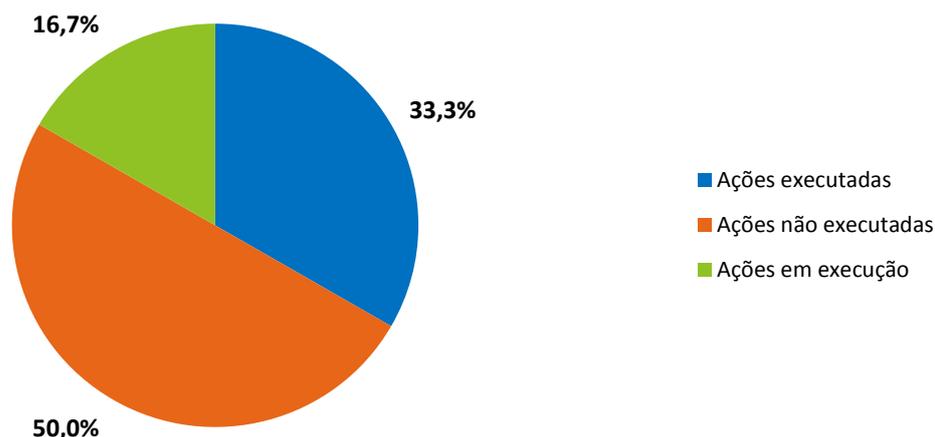
No âmbito das ações relacionadas com a **Estrutura Ecológica**, a proposta de implementação de uma rede ciclável no concelho encontra-se parcialmente executada, uma vez que incide apenas na cidade de Bragança, onde se encontra prevista uma extensão total de 11 km (6 km executados e 5 km em execução).

Em articulação com os concelhos vizinhos, Bragança integra a *Rota da Terra Fria*, que recomenda um traçado viário de 455 km abrangendo cinco concelhos — Bragança, Miranda do Douro, Mogadouro, Vimioso e Vinhais — e a visitação de museus, centros interpretativos e núcleos museológicos distribuídos pelos vários concelhos. No concelho de Bragança localiza-se, entre outros espaços culturais, o Centro Interpretativo da Cerâmica de Pinela e o Centro de Interpretação da Cultura Sefardita. Bragança integra, ainda, a *Rota da Castanha*, que define oito percursos que permitem conhecer e interpretar este produto em Trás-os-Montes, sobretudo nos concelhos de Bragança, Vinhais e Vimioso.

Destaca-se, ainda, a implementação do Parque Verde da Coxa (2011) e a requalificação de diversos espaços verdes existentes, nomeadamente o ajardinamento do Parque Verde da Fraga Selvagem e a introdução de iluminação LED no corredor verde do rio Fervença, ambos em 2017. Por outro lado, não foram executadas as propostas de implementação da Zona Verde da Quinta do Campelo, do Parque Urbano de São Bartolomeu e do Parque de Lazer e de Recreio na Quinta da Trajinha (PORTA NORTE).

O Gráfico 52 indica que, de um total de seis ações propostas neste âmbito pelo Programa de Execução do PDM, metade não foram executadas.

Gráfico 52. Nível de execução (%) das ações propostas no PDM em vigor: Estrutura Ecológica
(Fonte: CMB, 2020)



4.1.3. REDE VIÁRIA

A Tabela 85 apresenta o nível de execução das ações propostas relativas à Rede Viária.

Tabela 85. Nível de execução das ações propostas no PDM em vigor: Rede Viária
(Fonte: CMB, 2020)

REDE VIÁRIA	NÍVEL DE EXECUÇÃO
DESIGNAÇÃO DA AÇÃO	
Construção da Circular Interior de Bragança	∞
Acesso Poente 2.ª Fase	X
Conservação e beneficiação das acessibilidades às sedes de concelho mais próximas	✓
Construção de novos troços	
Ligação França - Aveleda (Via T)	✓
Ligação Pinela - Vila Boa	X
Ligação Donai - Vila Nova	✓
Ligação Zeive (Fontes Transbaceiro) - fronteira (Via U)	✓
Ligação do CM 1039 (Petisqueira) à fronteira (Via D)	✓
CR Quintela de Lapaças - Vila Franca (Via P)	✓
CR Valverde - Pinela (Via N)	✓
CR Zoio - Refoios (Via I)	◊
CM 1054-1, Serapicos - Carçãozinho	✓

REDE VIÁRIA	NÍVEL DE EXECUÇÃO
DESIGNAÇÃO DA AÇÃO	EXECUÇÃO
CR Carrazedo - ER206 (Via H)	✓
CR Fermentãos – Salsas - Moredo (Via E)	✓
CR Oleiros - Portela (Via E)	✓
CR Gondesende - Via E (Via F)	X
Beneficiação de troços existentes	
EM518, Campo Redondo - Gostei - Formil	✓
EM521, antiga EN217 - limite do perímetro urbano de São Pedro de Sarracenos	✓
EM524, entrada de Grijó de Parada	✓
EM526, antiga EN15 - Rebordãos	X
EM528, antiga EN15 - Pombares	X
EM540, acesso a Calvelhe	∞
EM540, Coelhooso - Paradinha Nova	X
EM527, Santa Comba de Rossas - Rebordainhos	✓
EM528, Sortes - Lanção	X
CM1027, acesso a Maçãs	X
CM1041, entre ER206 - Martim - Refoios	X
CM1042, Gostei - Castanheira	X
CM1047, antiga EN218 - Refega	X
CM1048, acesso a Veigas	X
CM1197, Alfaião - Santuário da Senhora da Veiga	X
Acesso de Rio Frio à ER218	X
Acesso a São Julião de Palácios	X

As ações propostas no âmbito da **Rede Viária** encontram-se maioritariamente cumpridas (total ou parcialmente), sobretudo ao nível da construção de novos troços rodoviários. Relativamente à Circular Interior de Bragança, encontram-se executados os troços nascente e noroeste e, em execução, o troço de ligação ao acesso sul. Por sua vez, a beneficiação da EM540, de acesso a Calvelhe, encontra-se incluída na requalificação da estrada municipal que liga a EN217 a Paradinha Nova.

No entanto, apesar da ausência de intervenção na maioria dos troços existentes previstos para beneficiação, importa referir o investimento feito pelo Município em outras obras de conservação e pavimentação não previstas no Programa de Execução do PDM em vigor, designadamente:

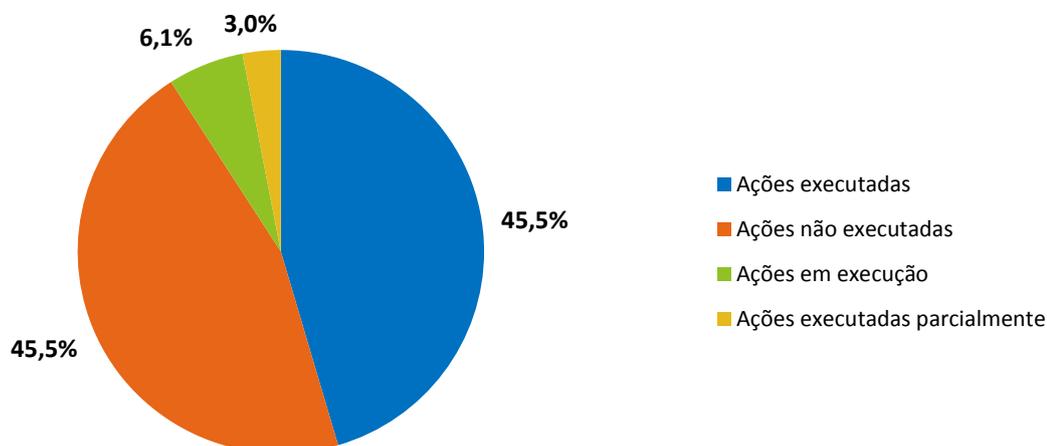
- Conservação e repavimentação da EM542, Coelhooso - rio Sabor;
- Repavimentação da EM541 Parada - Coelhooso;
- Conservação e beneficiação do CM1064 à Senhora da Serra;
- Conservação e beneficiação da EM506 à Petisqueira (Deilão);
- Renovação de pavimento de acesso à aldeia de Nogueira;

- Pavimentação da EM501-1 Baçal à EN218-3;
- Pavimentação da EM501 e da EM504 de acesso a Varge (Baçal);
- Pavimentação da EM503-1 de acesso a Donai;
- Pavimentação do CM1186 entre Formil e Fontes Barrosas (Castro de Avelãs);
- Pavimentação do CM1052 de acesso a Moredo (Salsas);
- Beneficiação, alargamento e pavimentação do CM1204 de acesso a Laviados;
- Pavimentação do CM1046 de ligação a Freixedelo;
- Beneficiação e pavimentação da EN308 à fronteira;
- Pavimentação em Vila Boa de Carçãozinho;
- Pavimentação da EM537 de Santa Comba de Rossas a Pinela;
- Beneficiação e pavimentação da CM1061 de ligação Mós-Valverde-Paredes;
- Repavimentação da EM521 de ligação da Rua de São Sebastião (Santa Maria) à ponte do IP4;
- Repavimentação do acesso a Castro de Avelãs (EM518);
- Pavimentação da ligação de Donai a Vila Nova;
- Pavimentação do Caminho Municipal de ligação de Pombares a Pereiros;
- Pavimentação do Caminho Municipal de ligação de Macedo do Mato a Frieira;
- Repavimentação do CM1054 Salsas - Vila Boa;
- Repavimentação do CM1032 de acesso a Cova da Lua;
- Pavimentação do CM1208 - Rebordãos - CM1064;
- Pavimentação da EM501 França - Aveleda.

Os investimentos municipais realizados desde 2010, no domínio das acessibilidades rodoviárias, incluem, ainda, diversas ações de sinalização urbana e rural (2012-2013).

Em síntese, o Gráfico 53 indica um equilíbrio entre o número de ações executadas e o número de ações não executadas, correspondendo, em ambas as situações, a 45,5% do total. Por sua vez, 6,1% das propostas encontram-se em execução e 3,0% foram executadas parcialmente.

Gráfico 53. Nível de execução (%) das ações propostas no PDM em vigor: Rede Viária
(Fonte: CMB, 2020)



4.1.4. INFRAESTRUTURAS URBANAS

A Tabela 86 apresenta o nível de execução das ações propostas relativas às Infraestruturas Urbanas.

Tabela 86. Nível de execução das ações propostas no PDM em vigor: Infraestruturas Urbanas
(Fonte: CMB, 2020)

INFRAESTRUTURAS URBANAS	NÍVEL DE EXECUÇÃO
DESIGNAÇÃO DA AÇÃO	
Abastecimento de Água	
Construção da Barragem de Veiguinhas (6.ª Fase do proj. de Aproveitamentos Múltiplos do Alto Sabor)	✓
Proteção dos aquíferos subterrâneos	?
Redução ou eliminação de descargas de efluentes domésticos, industriais e agropecuários não tratados	?
Prevenção da poluição de águas subterrâneas por nitratos	?
Melhoria de sistemas de abastecimento de água, principalmente os mais antigos	✓
Construção ou remodelação de infraestruturas nos aglomerados com carências	✓
Diminuição das perdas de água existentes na atual rede de abastecimento	X
Garantia de absorção das necessidades da população prevista para o horizonte do Plano	◊
Drenagem e Tratamento de Águas Residuais	
Ampliação das redes existentes	✓
Tratamento dos efluentes antes do seu lançamento para o meio recetor	✓
Ampliação do serviço a aglomerados pequenos (sistemas autónomos dotados de ETAR compactas)	✓
Implementação de sistemas diferenciados de drenagem e tratamento de águas pluviais, se justificável	✓
Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos	
Expansão da rede de contentores, se justificável	✓
OUTRAS INFRAESTRUTURAS	
Aeroporto Regional - Ampliação do Aeródromo Municipal	X
Instalação de parque eólico na Serra de Nogueira	X
Instalação de parque eólico na Serra de Monteseinho	X

Ao nível da Rede de Abastecimento de Água, para além da concretização da execução da Barragem das Veiguinhas, o Município de Bragança procedeu à melhoria dos sistemas existentes em diversas aldeias do concelho (Alimonde, Espinhosela, França, Laviados, Martim, Nogueira, Parada, Samil, Santa Comba de Rossas, Vila Boa e Zeive, entre outras), nomeadamente através da substituição de condutas ou de troços da rede ou da instalação/reabilitação de reservatórios. Procedeu, igualmente, ao abastecimento de água a Sendas (2014), e à ampliação da rede em Alfaião (2017), bem como à execução, desde 2010, de múltiplas adutoras e condutas em todo o concelho.

No entanto, a intenção de diminuição das perdas nos sistemas de abastecimento de água não se concretizou. Pelo contrário, de acordo com os dados disponibilizados pelo INE, este indicador agravou-

se consideravelmente, uma vez que se verifica um aumento na ordem dos 70,0% face a 2011, tendo passado de 957.073 m³ para 1.616.091 m³ em 2017 (última data com informação disponível).

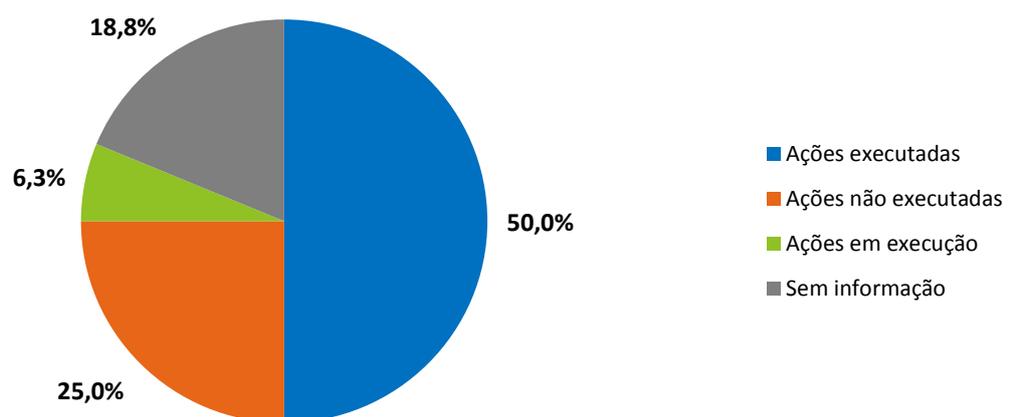
Por falta de informação disponível, não é possível avaliar o nível de execução das propostas relativas à qualidade da água.

Relativamente à Rede de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais, o Município procedeu à ampliação das redes existentes, bem como à execução do saneamento básico ao longo da EN308 e em diversas aldeias do concelho, designadamente em França, Frieira, Gondesende, Lagomar, Parâmio, Rabal, Rebordãos, Terroso e Vila Boa, todas em 2011, em Mosca durante o ano de 2016 e em Cova da Lua e Lanção em 2018. Em 2016 procedeu, igualmente, à ampliação das redes em Gimonde e Rebordãos.

Finalmente, as propostas de ampliação do Aeródromo Municipal, bem como de instalação de dois parques eólicos no concelho, nas serras de Nogueira e de Montesinho, não se concretizaram.

Em termos globais, o Gráfico 54 indica que metade das ações propostas foram executadas e 6,3% encontram-se em execução, enquanto 25,0% não registaram qualquer avanço.

Gráfico 54. Nível de execução (%) das ações propostas no PDM em vigor: Infraestruturas Urbanas
(Fonte: CMB, 2020)



4.1.5. UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO

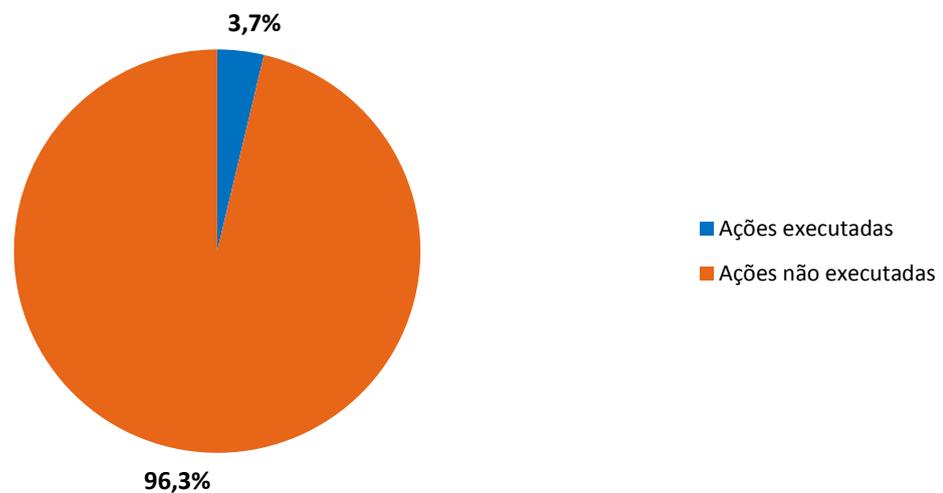
A Tabela 87 apresenta o nível de execução das ações propostas relativas às Unidades Operativas de Planeamento e Gestão.

Tabela 87. Nível de execução das ações propostas no PDM em vigor: UOPG
(Fonte: CMB, 2020)

UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO	NÍVEL DE EXECUÇÃO
DESIGNAÇÃO DA AÇÃO	
Plano de Pormenor	
U1 - Tecnoparque Eco-Energético de Bragança	X
Planos de Pormenor, Operação de Loteamento ou Unidade de Execução	
U2 - Zona Industrial de Mós/Sortes	√
U26 - Plataforma Logística 1 (Baçal)	X
U27 - Plataforma Logística 2 (Bragança)	X
Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana (PP na modalidade específica) ou Unidade de Execução	
U3 - Aldeia de Montesinho (França)	X
U4 - Aldeia de Rio de Onor	X
U5 - Aldeia de Gimonde	X
U6 - Aldeia de França	X
U7 - Aldeia de Lanção e envolvente ao aglomerado (Sortes)	X
U8 - Envolvente à Ribeira de Aveleda	X
U9 - Envolvente ao Rio Igrejas, em Varge (Aveleda)	X
Plano de Intervenção no Espaço Rural (PP na modalidade específica) ou Unidade de Execução	
U10 - Rio Maçãs, em Quintanilha	X
U11 - Moinho da Ponte (Izeda)	X
U12 - Rio Maçãs, em Petisqueira (Deilão)	X
U13 - Praia Fluvial de Gimonde	X
U14 - Praia Fluvial de Santa Comba de Rossas	X
U15 - Monte de São Bartolomeu (Bragança)	X
U16 - Castelo de Outeiro	X
U17 - Complexo Recreativo Municipal, em São Pedro de Sarracenos	X
U18 - Parque de Campismo, em Rio de Onor	X
U19 - Parque de Campismo Cepo Verde (Gondesende)	X
U20 - Parque de Campismo do Sabor (Meixedo)	X
U21 - Hotel Rural e Estância Termal – Banhos de Alfaião	X
U22 - Vila Boa de Arufe (Rebordainhos)	X
U23 - Minas de Portelo e França (França)	X
U25 - Minas da Ribeira (Coelhoso)	X
Unidade de Execução	
U24 - Senhora da Veiga (Alfaião)	X

As ações que apresentam resultados mais desfavoráveis prendem-se com o âmbito do planeamento. Os Planos de Pormenor, Operações de Loteamento e Unidades de Execução propostos não foram concretizados, à exceção da Operação de Loteamento da Zona Industrial de Mós, constituída com um total de 11 lotes. O Gráfico 55 demonstra os resultados pouco satisfatórios obtidos neste domínio, uma vez que 96,3% das ações previstas não se encontram executadas.

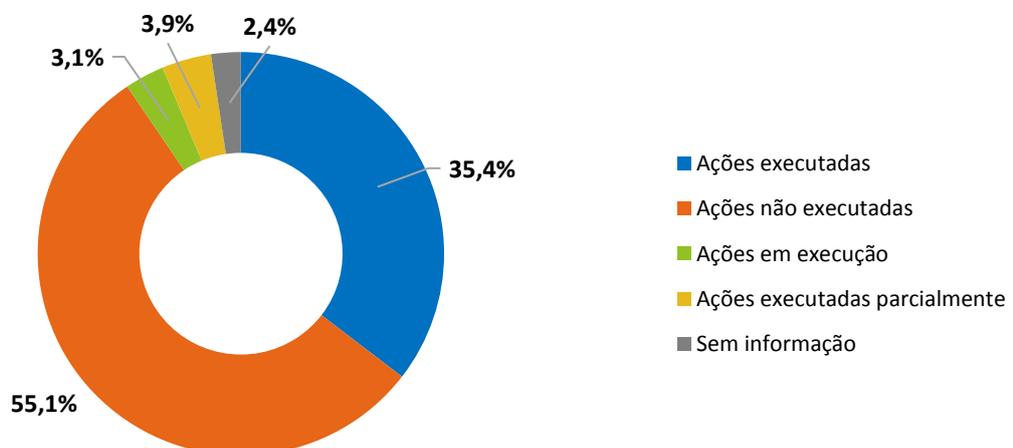
Gráfico 55. Nível de execução (%) das ações propostas no PDM em vigor: UOPG
(Fonte: CMB, 2020)



4.1.6. SÍNTESE DA EXECUÇÃO

Em síntese, o Gráfico 56 indica o nível de execução, em valores percentuais, da globalidade das ações/medidas/projetos previstas no Programa de Execução da 1.ª Revisão do PDM.

Gráfico 56. Nível de execução global (%) das ações propostas no PDM em vigor
(Fonte: CMB, 2020)



A observação do Gráfico 56 permite constatar que a maioria das propostas (55,1%) não se encontra cumprida e somente 39,3% das ações preconizadas se encontram executadas, total ou parcialmente (35,4% e 3,9%, respetivamente). Por fim, 3,1% das ações propostas no Programa de Execução do PDM em vigor encontram-se, ainda, em execução.

4.2. ANÁLISE DA CONCRETIZAÇÃO DO MODELO TERRITORIAL

No presente subcapítulo, procede-se à avaliação da concretização do Modelo Territorial da 1.ª Revisão do PDM, através da análise quantitativa e qualitativa das formas de ocupação do solo afeto aos principais sistemas territoriais — sistema urbano, sistema de acessibilidades e espaços rústicos. Esta análise procura, ainda, detalhar, por categoria de solo delimitada e regulamentada no PDM, os resultados da implementação do mesmo plano.

4.2.1. REDE URBANA

A análise comparativa da estrutura da rede urbana proposta pelo PDM em vigor e da rede urbana atual, considerando a população residente nos diversos aglomerados urbanos concelhios, sugere algumas alterações na organização do sistema urbano.

O PDM em vigor propunha um novo modelo territorial, no qual se previa uma reorganização da hierarquia dos aglomerados urbanos, assente em quatro níveis hierárquicos, conforme se apresenta na Tabela 88.

Tabela 88. Hierarquia da rede urbana proposta pelo PDM em vigor
(Fonte: PDMB, 2010)

Nível I	Bragança
Nível II	Baçal, Espinhosela, Rebordãos, Quintanilha, Parada, Santa Comba de Rossas, Izeda
Nível III	Restantes sedes de freguesia
Nível IV	Restantes lugares

A hierarquia da rede urbana identificada a partir do indicador número de residentes (Censos 2001) e na proposta de hierarquia definida pelo PDM em vigor resulta no apresentado na Figura 32.

Esta análise comparativa pretende identificar, de forma genérica, a previsível evolução da rede urbana por contraponto ao modelo espacial estabelecido na 1.ª Revisão do PDM. Deste modo, verifica-se uma correspondência entre o preconizado e a hierarquia atual (Figura 33), no que se refere aos aglomerados urbanos de Bragança (nível I) e de Rebordãos, Parada, Santa Comba de Rossas e Izeda, aos quais se encontra atribuído o nível II. Contudo, no que se refere a outros aglomerados previstos no nível II, designadamente Quintanilha, Baçal e Espinhosela, estes encontram-se, atualmente, tal como em 2010, nos níveis III e IV, mantendo, assim, a sua importância relativa dentro da rede urbana.

Tal facto, justifica-se, também, pela redução da oferta de equipamentos públicos de ensino e de saúde em Baçal e Espinhosela.

Relativamente aos aglomerados de nível III e nível IV identificados na rede urbana atual, importa, ainda, referir que nem todos os aglomerados situados no nível III correspondem às sedes das freguesias, pelo que alguns desses aglomerados, contrariamente ao proposto, situam-se, ainda, no nível IV. Por outro lado, identificam-se, na hierarquia atual, aglomerados urbanos no nível III que não correspondem a sedes de freguesia, mas nos quais se verifica um ganho de importância relativa, associado, maioritariamente, ao aumento do número de residentes, designadamente em: Vale de Lamas, Quintas das Carvas, Paredes, Sarzeda, Vale de Nogueira, Paradinha, Varge e Paçó.

Simultaneamente, com base nos dados do Censos 2001 e 2011, verifica-se uma concordância dos aglomerados urbanos identificados nos níveis I e II entre 2010 e 2020. Assim, para além dos aglomerados urbanos de nível II identificados em 2010, encontram-se, também, os aglomerados de São Pedro de Sarracenos, Nogueira e Coelhooso, nos quais se verifica uma “subida” do nível hierárquico, do nível III para o nível II. O ganho de importância relativa desses aglomerados na hierarquia da rede urbana prende-se, sobretudo, com o aumento do número de residentes. No entanto, em Coelhooso, verifica-se, também, um ligeiro aumento da importância relativa do aglomerado em termos de volume de emprego gerado.

Do mesmo modo, verifica-se uma subida do nível IV para o nível III dos aglomerados urbanos de Vale de Lamas, Quinta das Carvas, Vale de Nogueira e Paçó, circunstância que se prende tanto com o aumento do número de residentes como com o crescimento relativo do número de trabalhadores ao serviço nestas áreas

Por outro lado, verificam-se algumas “despromoções” do nível hierárquico III para o nível IV, associadas aos seguintes aglomerados: Donai, Aveleda, Sacóias, Paradinha Nova, Macedo do Mato, Quintela de Lapaças, Freixedelo e Calvelhe. Tal facto prende-se, maioritariamente, com o decréscimo do número de residentes.

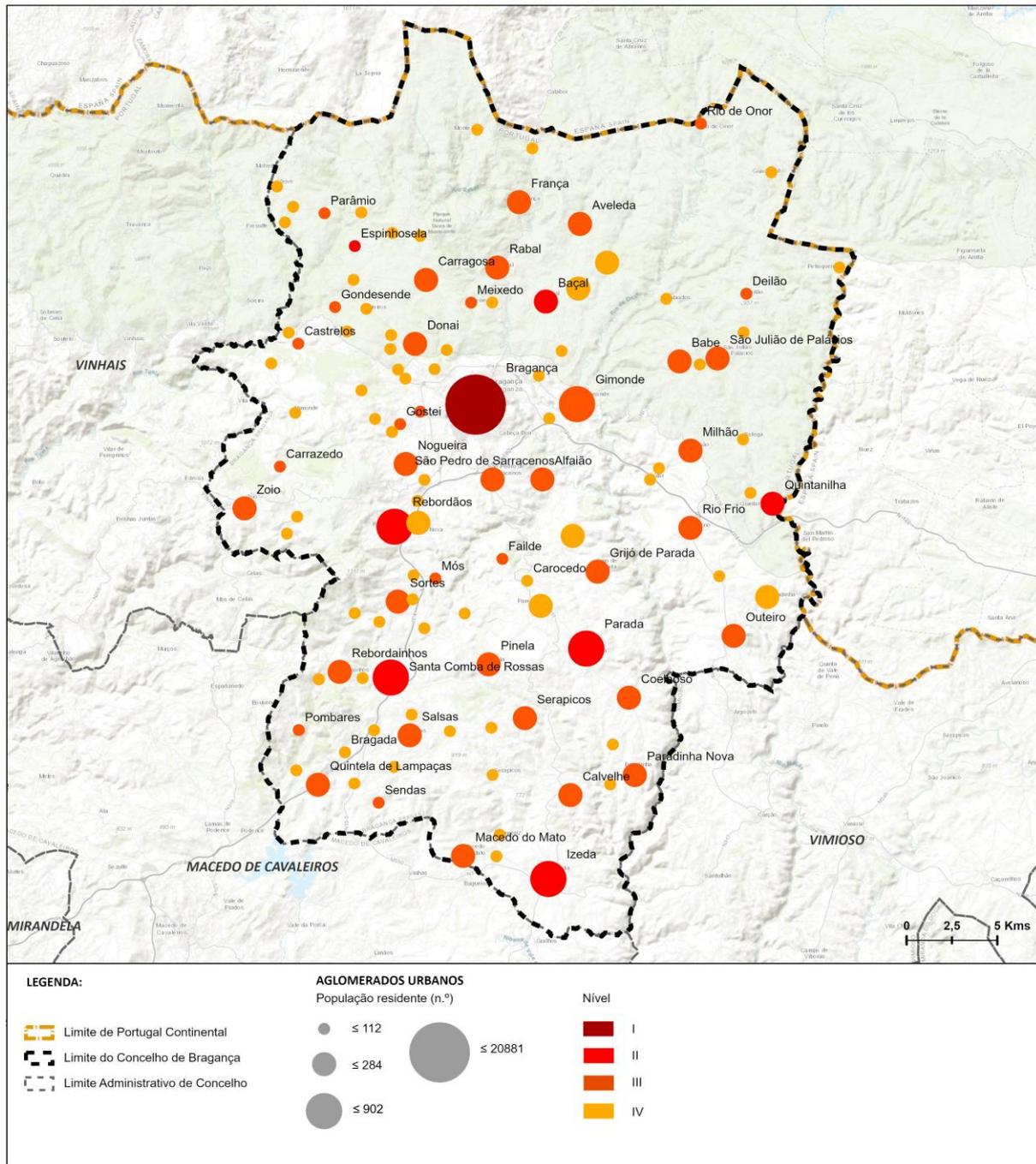


Figura 32. Hierarquia da rede urbana proposta na 1.ª Revisão do PDM
(Fonte dos dados: INE, 2001; PDMB, 2010. Fontes cartográficas: CAOP, 2018; ESRI, 2020)

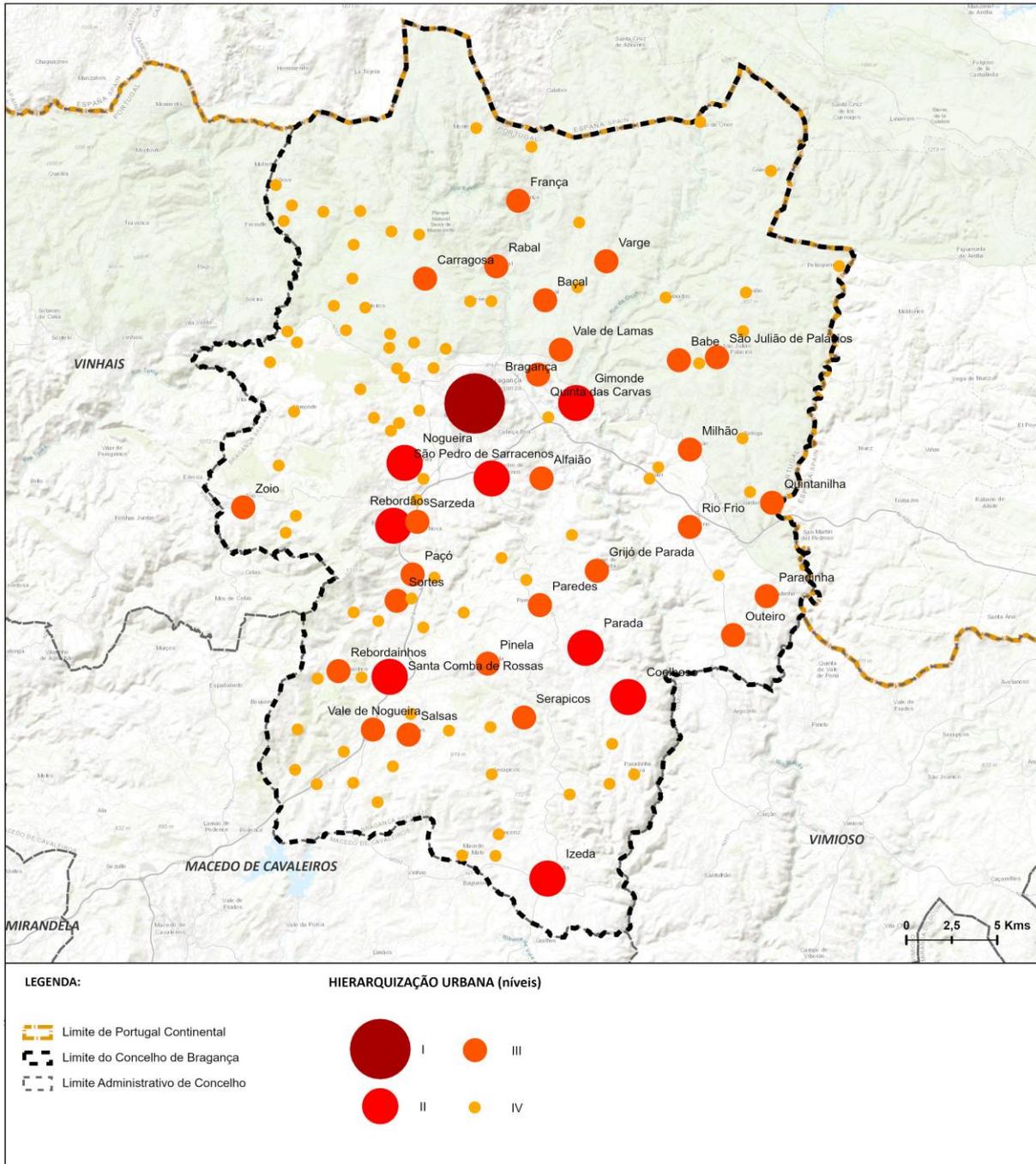


Figura 33. Hierarquia da rede urbana em 2020
(Fonte dos dados: INE, 2011. Fontes cartográficas: CAOP, 2018; ESRI, 2020)

4.2.2. REDE RODOVIÁRIA

O PDM em vigor propunha, no âmbito da infraestrutura rodoviária, a criação de novos eixos viários nos três níveis hierárquicos da rede rodoviária — primária, secundária e terciária —, assim como a requalificação de vias inseridas nos dois primeiros níveis.

O principal objetivo das alterações propostas em 2010 prendeu-se com a melhoria das acessibilidades concelhias, o que dependeria, não só, de uma melhoria na articulação com a rede rodoviária exterior, como também, da melhoria qualitativa das ligações internas entre os principais polos geradores de tráfego. Nesse sentido, o plano procura beneficiar a ligação deste território a outros territórios vizinhos, e as ligações infra-concelhias, sobretudo, entre as sedes de freguesia e a sede do concelho.

Assim, conforme a hierarquia rodoviária proposta pelo PDM em vigor, a Tabela 89 identifica as alterações preconizadas pelo plano, relativamente à criação de novos eixos viários, ou à requalificação de eixos viários existentes.

Tabela 89. Eixos rodoviários propostos ou a requalificar no âmbito do PDM (2010)
(Fonte: PDM, 2010)

Rede rodoviária primária	Proposta	Prolongamento da A4 até Quintanilha – alteração do traçado do IP2/IP4.
	A requalificar	EN 103- Requalificação da EN 103 entre Bragança (nó do IP4) e o limite do concelho.
Rede rodoviária secundária	Proposta	Novos nós de ligação à A4; Ligação da EN317 (Vinhais) a Bragança (nó da A4); Ligação entre os aglomerados urbanos de Aveleda e França; Ligação de Petisqueira ao limite do concelho; Ligação da desde Fontes de Transbaceiro (EN 308) a norte; Ligação da ER 206 a Carrazedo.
	A requalificar	Sublanço Portelo-Bragança do IP2, na ligação a Puebla de Sanabria e à Autovia A52, aproveitando parte do traçado existente (ant. EN 218, EN218-3, EN308, EM 501, CM 1037).
Rede rodoviária terciária	Proposta	Novas ligações, entre outros aglomerados urbanos e eixos viários de hierarquia superior.

As alterações previstas, decorrentes do PDM e identificadas na tabela anterior, encontram-se representadas na hierarquia funcional proposta (Figura 34).



Figura 34. Alterações à rede rodoviária propostas pela 1.ª Revisão do PDM
(Fonte dos dados: CMB, 2010. Fontes cartográficas: CAOP, 2018; ESRI, 2020)

Entre os eixos viários propostos, destacam-se os assinalados na Figura 35 e que resultam de operações concretizadas no decorrer da última década, integrando, assim, a rede rodoviária atual.



Figura 35. Alterações à rede rodoviária propostas pela 1.ª Revisão do PDM efetivamente executadas (Fonte dos dados: CMB, 2010. Fontes cartográficas: CAOP, 2018; ESRI, 2020)

Conclui-se, portanto, que grande parte dos eixos viários propostos em 2010 foram concretizados, pelo que se verifica a expansão da rede rodoviária nos diferentes níveis hierárquicos, conforme o apresentado na Tabela 90.

Deste modo, a maior variação da extensão da rede viária corresponde aos níveis secundário e terciário da rede, os quais contribuem, de acordo com o apontado, maioritariamente, para uma melhoria das acessibilidades infra-municipais.

Tabela 90. Evolução da extensão da rede rodoviária

HIERARQUIA DA REDE RODOVIÁRIA	Extensão da rede rodoviária (km)		Varição (km)
	2010	2020	2010-2020
Rede primária	158,10	165,14	7,04
Rede secundária	319,06	339,88	20,82
Rede terciária	134,22	152,46	18,24

A variação da extensão da rede primária entre 2010 e 2020 corresponde à conversão do IP4 em autoestrada (A4). O ligeiro aumento verificado na extensão da rede primária corresponde à Variante de Bragança, que contorna o concelho pelo lado sul, contrariamente ao IP4. Contudo, a referida qualificação do IP4 em autoestrada permitiu não só melhorar a segurança rodoviária desta via, como, também, obter um ganho notório de acessibilidade, sobretudo na ligação ao Grande Porto e ao Litoral Norte, beneficiando este território.

4.2.3. SOLO URBANO

No PDM em vigor, a classe do Solo Urbano abarca cerca de 3,3% do território concelhio, perfazendo um total de 3.848,3 hectares distribuídos pelas seguintes categorias de uso:

- Solos Urbanizados (2.617,7 hectares) que integram as subcategorias Espaços Urbanizados, Espaços de Equipamentos e Espaços de Indústria;
- Solos cuja Urbanização seja Possível Programar (717,0 hectares) que integram as subcategorias Espaços a Urbanizar, Espaços para Equipamentos e Espaços para Indústria;
- Solos afetos à Estrutura Ecológica Urbana (513,6 hectares).

No âmbito da presente análise, destacam-se os três grupos de subcategorias de solo urbano que apresentam maior relevância e expressão territorial, designadamente: Espaços Urbanizados e Espaços a Urbanizar, Espaços de Equipamentos e Espaços para Equipamentos e Espaços de Indústria e Espaços para Indústria.

ESPAÇOS URBANIZADOS E ESPAÇOS A URBANIZAR

Considerando que os **Espaços Urbanizados**, que incluem os Tipos I a VI delimitados no PDM em vigor, se caracterizam pelo elevado nível de infraestruturação e concentração de edificações, destinando-se o solo predominantemente à construção, a sua sobreposição com as classes de nível 3 mais relevantes dos Territórios Artificializados identificados na COS 2018 permite aferir, de acordo com a informação mais recente disponível, qual o tipo de ocupação predominante nestes espaços (Figura 36).

A observação da Figura 36 possibilita, antes de mais, constatar que os Espaços Urbanizados delimitados na 1.ª Revisão do PDM englobam grande parte, mas não a totalidade, das áreas classificadas na COS 2018 como Tecido Urbano Contínuo, correspondendo a 58,9% daquelas áreas presentes no concelho. Estas, por sua vez, perfazem cerca de 873,0 hectares, ou seja, cerca de 37,8% do total dos Espaços Urbanizados delimitados no PDM. Por outro lado, 11,8% dos espaços classificados no PDM em vigor como Espaços Urbanizados apresentam uma ocupação do tipo Tecido Urbano Descontínuo, perfazendo 271,8 hectares, o que corresponde a 18,3% do total destas áreas no território concelhio. Ou seja, 18,3% do total de áreas de Tecido Urbano Descontínuo identificadas no concelho localizam-se em solo classificado no PDM como Espaços Urbanizados.

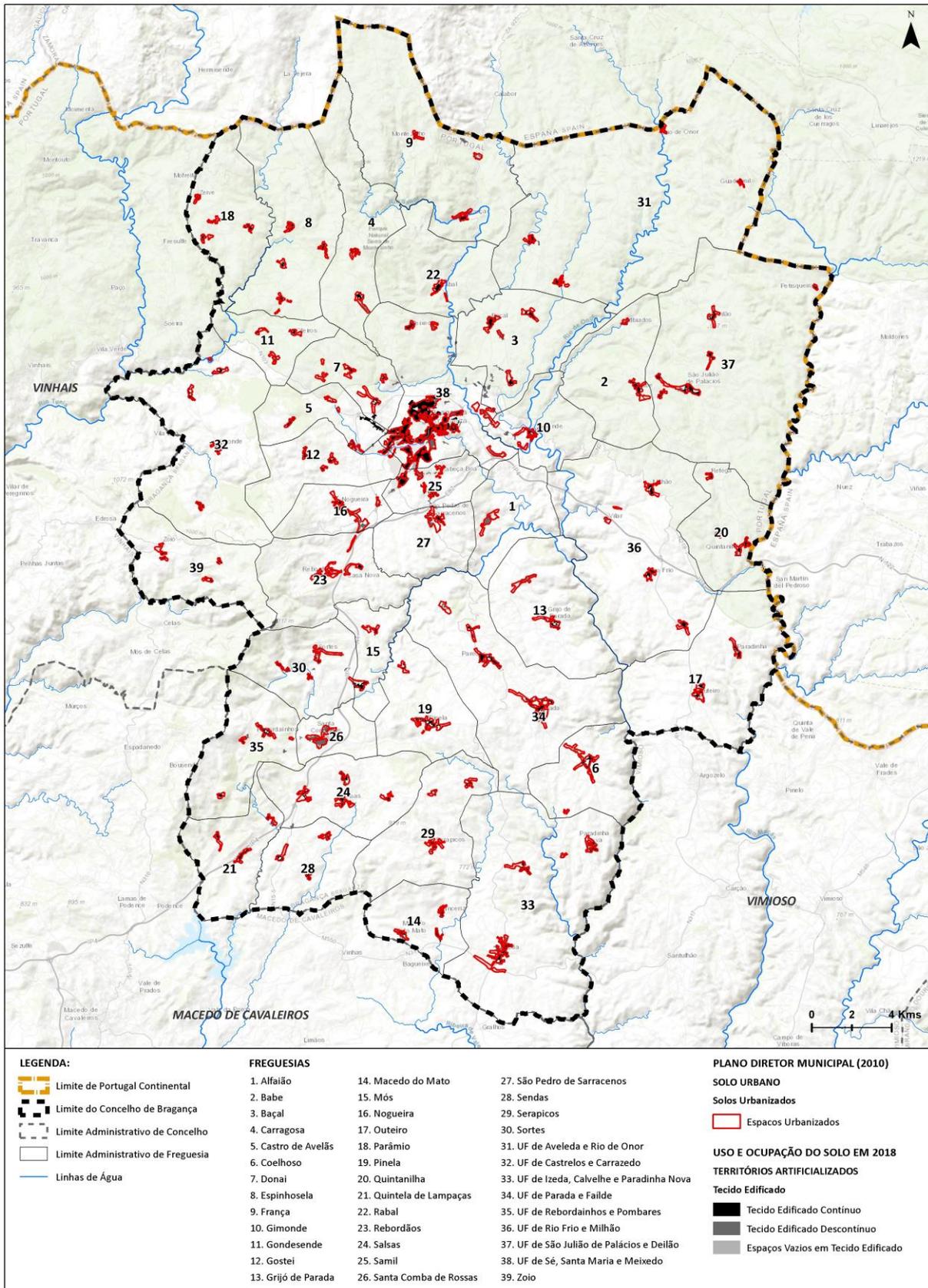


Figura 36. Espaços Urbanizados (PDM 2010) e Tecido Edificado (COS 2018)
(Fontes cartográficas: APA, 2014; CAOP, 2018; DGT - COS 2018; ESRI 2020; PDMB, 2010)

A Tabela 91 sintetiza os dados relativos à ocupação, em 2018, dos Espaços Urbanizados delimitados na 1.ª Revisão do PDM de Bragança.

Tabela 91. Ocupação dos Espaços Urbanizados em 2018
(Fonte: DGT - COS 2018; PDMB, 2010)

	OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANIZADOS		
	Hectares	% PDM 2010	% COS 2018
Espaços Urbanizados (PDM 2010)	2312,5	100	-
Tecido Edificado (COS 2018)	1482,8	-	100
Espaços Urbanizados (PDM 2010) com Tecido Edificado (COS 2018)	1145,1	49,5	77,2
Espaços Urbanizados com Tecido Urbano Contínuo	873,0	37,8	58,9
Espaços Urbanizados com Tecido Urbano Descontínuo	271,8	11,8	18,3
Espaços Urbanizados com Espaços Vazios em Tecido Urbano	0,3	0,01	0,02

De acordo com os dados disponibilizados pelo INE (Censos 2011), o número de edifícios principalmente não residenciais presentes em Bragança é de apenas 101 unidades, cerca de 0,6% do total de edifícios existentes no concelho (14.482 unidades). Desses 101 edifícios principalmente não residenciais, a esmagadora maioria (94,1%) localiza-se nos Espaços Urbanizados delimitados na 1.ª Revisão do PDM, nomeadamente 95 edifícios.

No entanto, na globalidade dos Espaços Urbanizados classificados no PDM em vigor, que integram um total de 1.011 edifícios, a proporção de edifícios principalmente não residenciais é de apenas 9,4%

A Tabela 92 sintetiza os dados relativos ao edificado presente nos espaços classificados no PDM em vigor como Espaços Urbanizados, com destaque para os edifícios principalmente não residenciais.

Tabela 92. Ocupação dos Espaços Urbanizados em 2018
(Fonte: DGT - COS 2018; PDMB, 2010)

EDIFÍCIOS EXISTENTES		EDIFÍCIOS PRINCIPALMENTE NÃO RESIDENCIAIS			
CONCELHO	ESPAÇOS URBANIZADOS	CONCELHO	ESPAÇOS URBANIZADOS		
n.º	n.º	n.º	n.º	% *	% do concelho**
14.482	1.011	101	95	94,1	9,4

Nota: * % dos edifícios principalmente não residenciais presentes nos Espaços Urbanizados do concelho; ** % dos edifícios presentes na globalidade dos Espaços Urbanizados do concelho.

Os **Espaços a Urbanizar**, que incluem os Tipos I a V delimitados no PDM em vigor, correspondem a espaços sem ocupação em 2010, assumidos como zonas de expansão urbana, num total de 396,2 hectares (0,3% da área do concelho). Deste total, conforme é possível observar na Figura 37, somente 19,7% (78,0 hectares) apresenta, em 2018, uma efetiva ocupação urbana.

A Tabela 93 sintetiza os dados relativos à ocupação, em 2018, dos Espaços a Urbanizar delimitados no PDM em vigor.

Tabela 93. Ocupação dos Espaços a Urbanizar em 2018
(Fonte: DGT - COS 2018; PDMB, 2010)

	OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS A URBANIZAR		
	Hectares	% PDM 2010	% COS 2018
Espaços a Urbanizar (PDM 2010)	396,2	100	-
Tecido Edificado (COS 2018)	1482,8	-	100
Espaços a Urbanizar (PDM 2010) com Tecido Edificado (COS 2018)	78,0	19,7	5,3
Espaços a Urbanizar com Tecido Urbano Contínuo	46,7	11,8	3,1
Espaços a Urbanizar com Tecido Urbano Descontínuo	20,0	5,0	1,3
Espaços a Urbanizar com Espaços Vazios em Tecido Urbano	11,3	2,9	0,8

Conforme indicado na Tabela 94, apenas 10 aglomerados urbanos apresentam Espaços a Urbanizar delimitados na 1.ª Revisão do PDM, sendo que Bragança é o aglomerado urbano onde se observa a sua maior proporção (330,6 hectares), correspondendo a 83,5% do total concelhio. Seguem-se, a larga distância, Quinta das Carvas com 13,4 hectares e Izeda com 12,0 hectares (3,4% e 3,0%, respetivamente). Para além destes três aglomerados, Gimonde, Rio Frio, Sarzeda, Rebordãos, São Pedro de Sarracenos, Parada e Santa Comba de Rossas são os restantes aglomerados urbanos onde se encontram delimitados Espaços a Urbanizar.

Relativamente à ocupação dos Espaços a Urbanizar, tal como expectável, Bragança é o aglomerado urbano que apresenta, em 2018, a maior proporção de espaços efetivamente ocupados (18,6%), correspondendo a 94,7% do total (73,8 hectares). Nos restantes aglomerados, as taxas de ocupação são bastante mais reduzidas, todas inferiores a 0,5%.

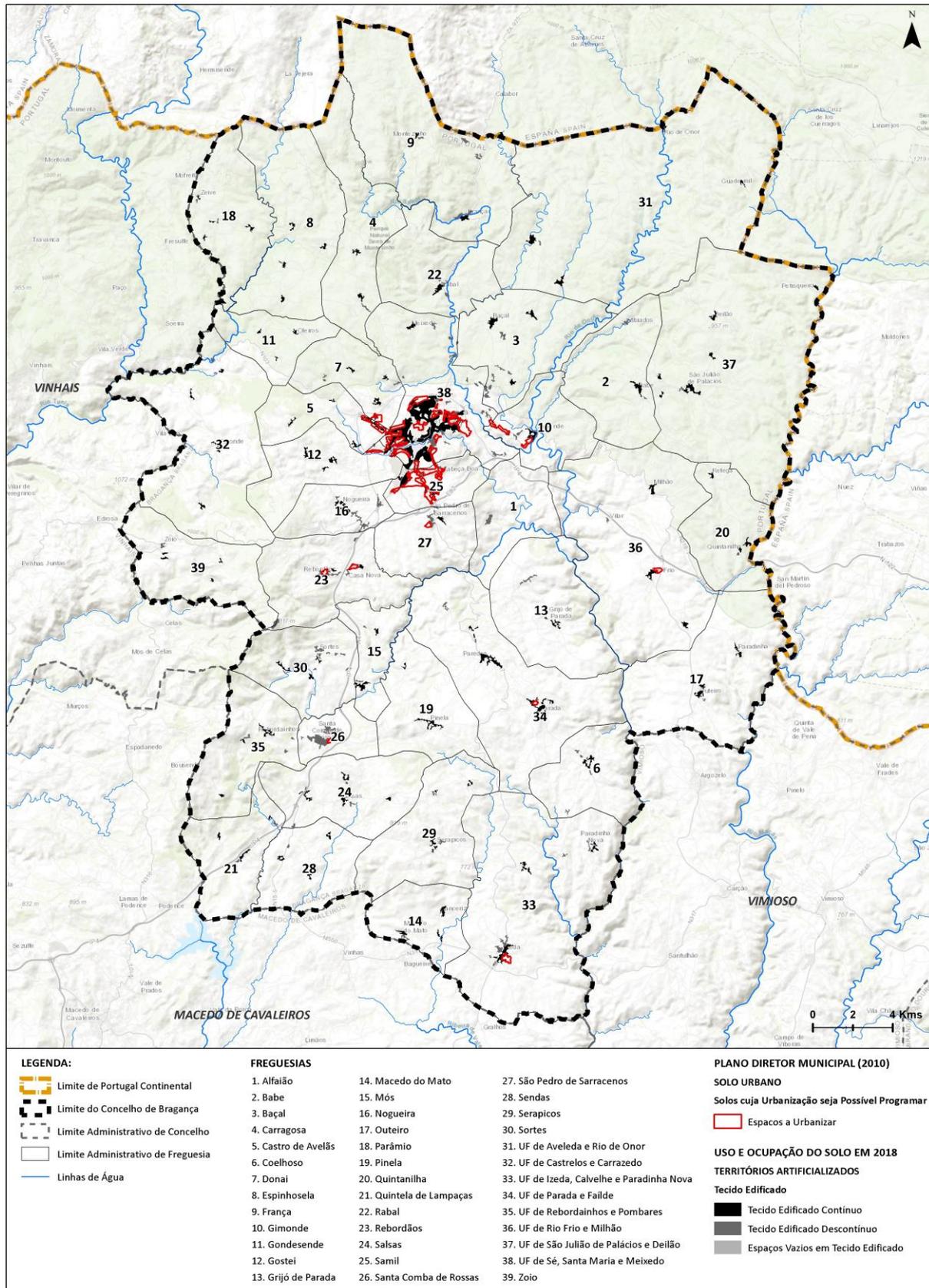


Figura 37. Espaços a Urbanizar (PDM 2010) e Tecido Edificado (COS 2018)
(Fontes cartográficas: APA, 2014; CAOP, 2018; DGT - COS 2018; ESRI 2020; PDMB, 2010)

Tabela 94. Ocupação dos Espaços a Urbanizar, por aglomerado urbano (2018)

(Fonte: DGT - COS 2018; PDMB, 2010)

AGLOMERADO URBANO		ESPAÇOS A URBANIZAR (EU)				
		TOTAL		ÁREAS OCUPADAS		
CÓDIGO	AGLOMERADO URBANO	Hectares	%	Hectares	%	% EU
A001	Alfaião	-	-	-	-	-
A002	Babe	-	-	-	-	-
A003	Laviados	-	-	-	-	-
A004	Baçal	-	-	-	-	-
A005	Sacóias	-	-	-	-	-
A006	Vale de Lamas	-	-	-	-	-
A007	Quinta das Carvas	13,4	3,4%	1,5	1,9%	0,4%
A008	Carragosa	-	-	-	-	-
A009	Soutelo	-	-	-	-	-
A010	Castro de Avelãs	-	-	-	-	-
A011	Fontes Barrosas	-	-	-	-	-
A012	Grandais	-	-	-	-	-
A013	Torre Velha	-	-	-	-	-
A014	Bragança	330,6	83,5%	73,8	94,7%	18,6%
A015	Coelhoso	-	-	-	-	-
A016	Quintas de Montesinho	-	-	-	-	-
A017	Britelo	-	-	-	-	-
A018	Donai	-	-	-	-	-
A019	Lagomar	-	-	-	-	-
A020	Sabariz	-	-	-	-	-
A021	Vila Nova	-	-	-	-	-
A022	Cova da Lua	-	-	-	-	-
A023	Espinhosela	-	-	-	-	-
A024	Terroso	-	-	-	-	-
A025	Vilarinho	-	-	-	-	-
A026	França	-	-	-	-	-
A027	Montesinho	-	-	-	-	-
A028	Portelo	-	-	-	-	-
A029	Gimonde	9,3	2,4%	-	-	-
A030	Gondesende	-	-	-	-	-
A031	Oleiros	-	-	-	-	-
A032	Portela	-	-	-	-	-
A033	Castanheira	-	-	-	-	-
A034	Formil	-	-	-	-	-
A035	Gostei	-	-	-	-	-
A036	Freixedelo	-	-	-	-	-
A037	Grijó de Parada	-	-	-	-	-
A038	Frieira	-	-	-	-	-
A039	Macedo do Mato	-	-	-	-	-
A040	Sanceriz	-	-	-	-	-
A041	Mós	-	-	-	-	-
A042	Paçó	-	-	-	-	-
A043	Zona Industrial de Mós	-	-	-	-	-
A044	Bairro da Mosca	-	-	-	-	-

AGLOMERADO URBANO		ESPAÇOS A URBANIZAR (EU)				
		TOTAL		ÁREAS OCUPADAS		
CÓDIGO	AGLOMERADO URBANO	Hectares	%	Hectares	%	% EU
A045	Nogueira	-	-	-	-	-
A046	Outeiro	-	-	-	-	-
A047	Paradinha	-	-	-	-	-
A048	Fontes Transbaceiro	-	-	-	-	-
A049	Maças	-	-	-	-	-
A050	Parâmio	-	-	-	-	-
A051	Zeive	-	-	-	-	-
A052	Pinela	-	-	-	-	-
A053	Valverde	-	-	-	-	-
A054	Quintanilha	-	-	-	-	-
A055	Refega	-	-	-	-	-
A056	Veigas de Quintanilha	-	-	-	-	-
A057	Bragada	-	-	-	-	-
A058	Quintela de Lampaças	-	-	-	-	-
A059	Veigas de Quintela	-	-	-	-	-
A060	Rabal	-	-	-	-	-
A061	Rebordãos	5,5	1,4%	0,3	0,4%	0,1%
A062	Reta da Mosca	-	-	-	-	-
A063	Sarzedá	6,2	1,6%	0,4	0,5%	0,1%
A064	Freixeda	-	-	-	-	-
A065	Moredo	-	-	-	-	-
A066	Salsas	-	-	-	-	-
A067	Vale de Nogueira	-	-	-	-	-
A068	Santa Comba de Rossas	3,2	0,8%	1,2	1,6%	0,3%
A069	São Pedro de Sarracenos	5,3	1,3%	0,4	0,5%	0,1%
A070	Fermentões	-	-	-	-	-
A071	Sendas	-	-	-	-	-
A072	Vila Franca	-	-	-	-	-
A073	Carçãozinho	-	-	-	-	-
A074	Serapicos	-	-	-	-	-
A075	Vila Boa	-	-	-	-	-
A076	Lanção	-	-	-	-	-
A077	Sortes	-	-	-	-	-
A078	Sortes U2	-	-	-	-	-
A079	Vidoedo	-	-	-	-	-
A080	Aveleda	-	-	-	-	-
A081	Guadramil	-	-	-	-	-
A082	Rio de Onor	-	-	-	-	-
A083	Varge	-	-	-	-	-
A084	Alimonde	-	-	-	-	-
A085	Carrazedo	-	-	-	-	-
A086	Castrelos	-	-	-	-	-
A087	Conlelas	-	-	-	-	-
A088	Ponte de Castrelos	-	-	-	-	-
A089	Calvelhe	-	-	-	-	-
A090	Paradinha Nova	-	-	-	-	-

AGLOMERADO URBANO		ESPAÇOS A URBANIZAR (EU)				
		TOTAL		ÁREAS OCUPADAS		
CÓDIGO	AGLOMERADO URBANO	Hectares	%	Hectares	%	% EU
A091	Paradinha Velha	-	-	-	-	-
A092	Izeda	12,0	3,0%	0,1	0,1%	0,0(1)%
A093	Carocedo	-	-	-	-	-
A094	Failde	-	-	-	-	-
A095	Parada	3,9	1,0%	0,1	0,2%	0,0(4)%
A096	Paredes	-	-	-	-	-
A097	Pereiros	-	-	-	-	-
A098	Pombares	-	-	-	-	-
A099	Quintas de Arufe	-	-	-	-	-
A100	Rebordainhos	-	-	-	-	-
A101	Milhão	-	-	-	-	-
A102	Paçô de Rio Frio	-	-	-	-	-
A103	Quintas do Vilar	-	-	-	-	-
A104	Rio Frio	6,7	1,7%	0,2	0,2%	0,0(5)%
A105	Vale de Prados	-	-	-	-	-
A106	Deilão	-	-	-	-	-
A107	Palácios	-	-	-	-	-
A108	Petisqueira	-	-	-	-	-
A109	São Julião de Palácios	-	-	-	-	-
A110	Vila Meã	-	-	-	-	-
A111	Meixedo	-	-	-	-	-
A112	Oleirinhos	-	-	-	-	-
A113	Quintas da Seara	-	-	-	-	-
A114	Martim	-	-	-	-	-
A115	Refóios	-	-	-	-	-
A116	Zoio	-	-	-	-	-
TOTAL DO CONCELHO		396,2		77,9		19,7

A Tabela 95 estabelece a correspondência entre o modelo de ordenamento do PDM em vigor relativo ao Solo Urbano (Espaços Urbanizados e Espaços a Urbanizar) e a evolução da dinâmica urbanística (indicador relativo ao número de edifícios licenciados entre 2010 e 2018) nas diversas freguesias/uniões de freguesias que constituem o concelho de Bragança.

Em termos globais, a observação da Tabela 95 permite constatar que, tomando em consideração os valores relativos ao número de licenças emitidas no período 2010-2018, a dinâmica urbanística apresenta-se, de facto e conforme preconizado em 2010, mais relevante na UF de Sé, Santa Maria e Meixedo — seguindo-se a UF de Parada e Failde, a UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova e a freguesia de Samil — e mais baixa em Quintanilha, Macedo do Mato, Santa Comba de Rossas e Zoio.

Tabela 95. Modelo de ordenamento do PDM em vigor (Espaços Urbanizados e Espaços a Urbanizar) e dinâmica urbanística, por freguesia
(Fonte: INE; PDMB, 2010)

UNIDADE TERRITORIAL INFRA-CONCELHIA	ESPAÇOS URBANIZADOS		ESPAÇOS A URBANIZAR		TOTAL		LICENCIAMENTOS 2010-2018					
	Hectares	%	Hectares	%	Hectares	%	Construção Nova		Ampliações, alterações e reconstruções		TOTAL	
							n.º	%	n.º	%	n.º	%
Alfaião	31,2	1,4	-	-	31,3	1,2	4	0,6	5	2,1	9	1,0
Babe	38,5	1,7	-	-	38,5	1,4	12	1,8	2	0,8	14	1,6
Baçal	64,4	2,8	-	-	64,4	2,4	19	2,9	7	2,9	26	2,9
Carragosa	36,8	1,6	-	-	36,8	1,4	7	1,1	3	1,3	10	1,1
Castro de Avelãs	28,9	1,3	27,6	7,0	56,6	2,1	11	1,7	1	0,4	12	1,3
Coelhoso	61,5	2,7	-	-	61,5	2,3	23	3,5	8	3,4	31	3,4
Donai	65,0	2,8	13,6	3,4	78,6	2,9	22	3,3	5	2,1	27	3,0
Espinhosela	45,2	2,0	-	-	45,2	1,7	11	1,7	8	3,4	19	2,1
França	36,3	1,6	-	-	36,3	1,3	8	1,2	6	2,5	14	1,6
Gimonde	36,7	1,6	20,9	5,3	57,6	2,1	24	3,6	9	3,8	33	3,7
Gondesende	29,0	1,3	-	-	29,0	1,1	8	1,2	1	0,4	9	1,0
Gostei	32,2	1,4	7,9	2,0	40,1	1,5	16	2,4	7	2,9	23	2,6
Grijó de Parada	51,4	2,2	-	-	51,4	1,9	17	2,6	4	1,7	21	2,3
Macedo do Mato	31,5	1,4	-	-	31,5	1,2	4	0,6	3	1,3	7	0,8
Mós	35,7	1,5	-	-	35,7	1,3	12	1,8	2	0,8	14	1,6
Nogueira	62,1	2,7	-	-	62,1	2,3	20	3,0	1	0,4	21	2,3
Outeiro	46,1	2,0	-	-	46,1	1,7	4	0,6	5	2,1	9	1,0
Parâmio	34,0	1,5	-	-	34,0	1,3	8	1,2	4	1,7	12	1,3
Pinela	60,8	2,6	-	-	60,8	2,2	19	2,9	1	0,4	20	2,2
Quintanilha	36,2	1,6	-	-	36,2	1,3	1	0,2	2	0,8	3	0,3
Quintela de Lampaças	36,5	1,6	-	-	36,5	1,3	7	1,1	6	2,5	13	1,4
Rabal	21,6	0,9	-	-	21,6	0,8	4	0,6	5	2,1	9	1,0

UNIDADE TERRITORIAL INFRA-CONCELHIA	ESPAÇOS URBANIZADOS		ESPAÇOS A URBANIZAR		TOTAL		LICENCIAMENTOS 2010-2018					
	Hectares	%	Hectares	%	Hectares	%	Construção Nova		Ampliações, alterações e reconstruções		TOTAL	
							n.º	%	n.º	%	n.º	%
Rebordãos	52,2	2,3	11,7	2,9	63,8	2,4	19	2,9	6	2,5	25	2,8
Salsas	73,2	3,2	-	-	73,2	2,7	12	1,8	8	3,4	20	2,2
Samil	51,5	2,2	101,9	25,7	153,5	5,7	32	4,8	6	2,5	38	4,2
Santa Comba de Rossas	54,0	2,3	3,2	0,8	57,3	2,1	6	0,9	2	0,8	8	0,9
São Pedro de Sarracenos	45,0	1,9	5,3	1,3	50,3	1,9	17	2,6	3	1,3	20	2,2
Sendas	34,8	1,5	-	-	34,8	1,3	4	0,6	6	2,5	10	1,1
Serapicos	45,2	2,0	-	-	45,3	1,7	11	1,7	1	0,4	12	1,3
Sortes	42,9	1,9	-	-	43,0	1,6	6	0,9	5	2,1	11	1,2
UF de Aveleda e Rio de Onor	37,9	1,6	-	-	37,9	1,4	14	2,1	8	3,4	22	2,4
UF de Castrelos e Carrazedo	47,7	2,1	-	-	47,7	1,8	6	0,9	3	1,3	9	1,0
UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova	131,0	5,7	12,0	3,0	143,1	5,3	32	4,8	8	3,4	40	4,4
UF de Parada e Failde	143,5	6,2	3,9	1,0	147,5	5,4	30	4,5	11	4,6	41	4,6
UF de Rebordainhos e Pombares	35,5	1,5	-	-	35,5	1,3	8	1,2	7	2,9	15	1,7
UF de Rio Frio e Milhão	68,0	2,9	6,7	1,7	74,7	2,8	10	1,5	9	3,8	19	2,1
UF de São Julião de Palácios e Deilão	90,0	3,9	-	-	90,1	3,3	16	2,4	9	3,8	25	2,8
UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	410,4	17,7	181,5	45,8	592,1	21,9	171	25,8	50	21,0	221	24,6
Zoio	27,9	1,2	-	-	27,9	1,0	7	1,1	1	0,4	8	0,9
TOTAL DO CONCELHO	2.312,5		396,2		2.709,7		662		238		900	

Por outro lado, a observação da Tabela 95 permite constatar que o peso das ampliações, alterações e reconstruções corresponde a pouco mais de um quarto do total de edifícios licenciados no concelho (26,4%), pelo que se considera que estas intervenções dizem respeito, na generalidade, a operações urbanísticas realizadas nos Espaços Urbanizados.

ESPAÇOS DE EQUIPAMENTOS E ESPAÇOS PARA EQUIPAMENTOS

Conforme referido anteriormente, no PDM em vigor, os **Espaços de Equipamentos** correspondem a espaços onde são prestados serviços à população (saúde, educação, religião, segurança social, prevenção e segurança, entre outros) e onde são disponibilizadas as condições para a prática de atividades culturais, desportivas e de recreio e lazer, podendo ainda contemplar estabelecimentos de restauração e bebidas de apoio, bem como locais de entretenimento complementares. Integrados nos Solos Urbanizados, estes espaços perfazem um total de 158,2 hectares. No entanto, a sobreposição com a classe Equipamentos da COS 2018 permite constatar que menos de metade destas áreas (42,7%, ou seja, 67,6 hectares) se encontra efetivamente ocupada com o uso preconizado em 2010 (Tabela 96).

Tabela 96. Espaços de Equipamentos (PDM 2010) efetivamente ocupados com equipamentos (COS2018)
(Fonte: DGT - COS 2018; PDMB, 2010)

ESPAÇOS DE EQUIPAMENTOS - PDM 2010 – (Hectares)	OCUPAÇÃO (COS 2018)				TOTAL	
	EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS (Hectares)	EQUIPAMENTOS CULTURAIS (Hectares)	CEMITÉRIOS (Hectares)	OUTROS EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES TURÍSTICAS (Hectares)	Hectares	%
158,2	6,1	2,1	2,8	56,6	67,6	42,7

Por sua vez, os **Espaços para Equipamentos**, integrados nos Solos cuja urbanização seja Possível Programar, correspondem a espaços destinados ao mesmo uso que os Espaços de Equipamentos, perfazendo um total de 134,6 hectares. Contudo, também a ocupação preconizada na 1.ª Revisão do PDM para estes espaços não se concretizou plenamente, apresentando-se ainda mais escassa, sendo que apenas 11,6% (15,6 hectares) se encontra ocupado com equipamentos (Tabela 97).

Tabela 97. Espaços para Equipamentos (PDM 2010) efetivamente ocupados com equipamentos (COS2018)
(Fonte: DGT - COS 2018; PDMB, 2010)

ESPAÇOS PARA EQUIPAMENTOS - PDM 2010 – (Hectares)	OCUPAÇÃO (COS 2018)				TOTAL	
	EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS (Hectares)	EQUIPAMENTOS CULTURAIS (Hectares)	CEMITÉRIOS (Hectares)	OUTROS EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES TURÍSTICAS (Hectares)	Hectares	%
134,6	5,6	-	2,9	7,1	15,6	11,6

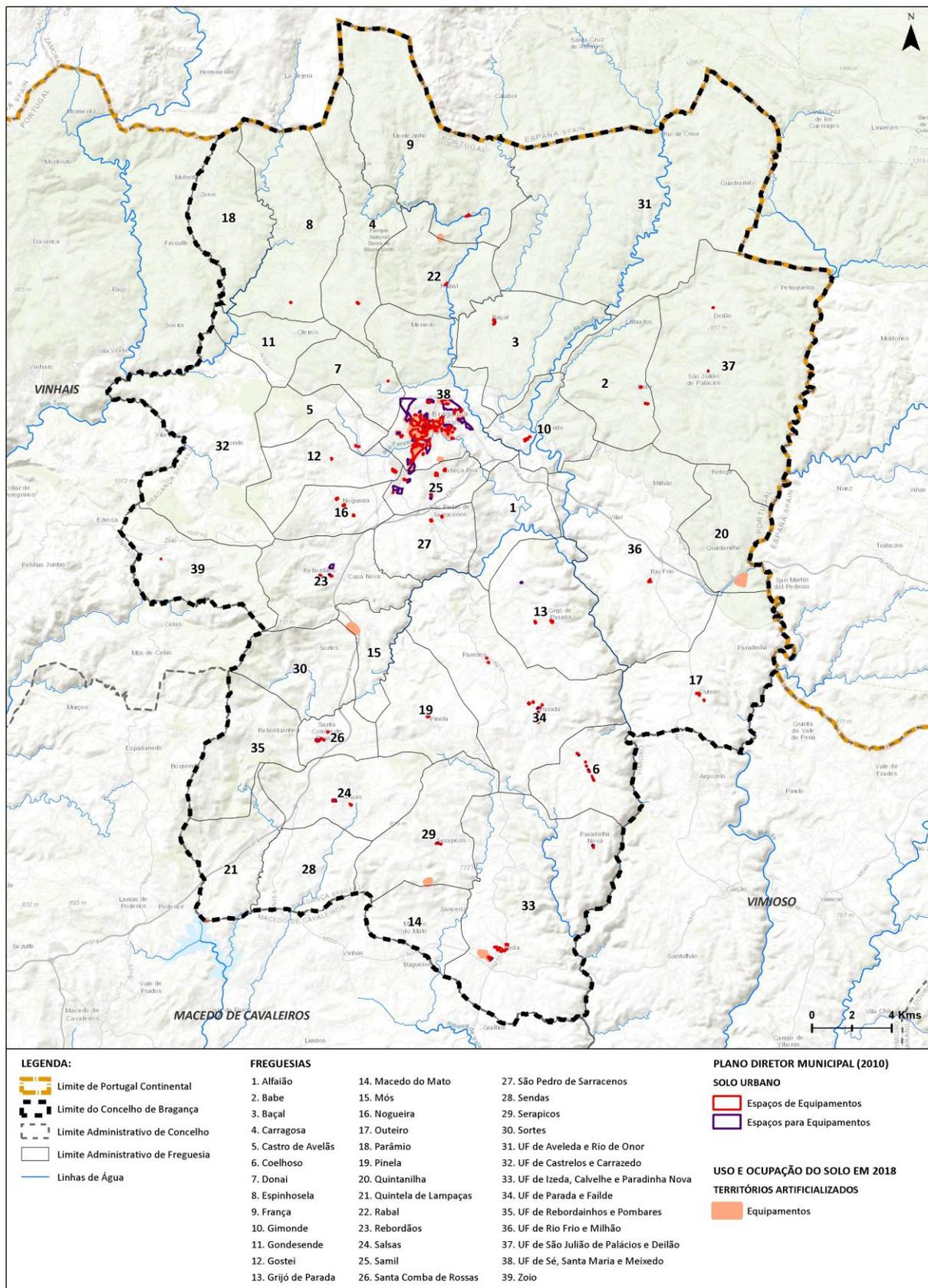


Figura 38. Espaços de Equipamentos e Espaços para Equipamentos (PDM 2010) e equipamentos (COS 2018) (Fontes cartográficas: APA, 2014; CAOP, 2018; DGT - COS 2018; ESRI 2020; PDMB, 2010)

Conforme é possível observar na Figura 38, verifica-se, ainda, que uma parte considerável das áreas identificadas na classe Equipamentos da COS 2018 (42,5%, ou seja, 61,4 hectares) se encontra em solo não qualificado no PDM em vigor como Espaços de Equipamentos ou Espaços para Equipamentos.

ESPAÇOS DE INDÚSTRIA E ESPAÇOS PARA INDÚSTRIA

No PDM em vigor, os **Espaços de Indústria** correspondem a espaços que contemplam ou podem vir a contemplar as atividades industriais e empresariais e outras funções complementares (armazenagem, logística, serviços e comércio), perfazendo um total de 147,0 hectares. Contudo, da globalidade destas áreas qualificadas pelo PDM em vigor, somente 48,2% (70,9 hectares) apresentam efetiva ocupação comercial ou industrial (Tabela 98).

Tabela 98. Ocupação Comercial ou Industrial (COS2018) dos Espaços de Indústria (PDM 2010)
(Fonte: DGT - COS 2018; PDMB, 2010)

ESPAÇOS DE INDÚSTRIA - PDM 2010 - (Hectares)	OCUPAÇÃO (COS 2018)			
	COMÉRCIO (Hectares)	INDÚSTRIA (Hectares)	TOTAL	
			Hectares	%
147,0	11,5	59,4	70,9	48,2

Por sua vez, os **Espaços para Indústria**, integrados nos Solos cuja Urbanização seja Possível Programar, correspondem a espaços que se destinam a estabelecimentos industriais e empresariais e outras funções complementares (armazenagem, logística, serviços e comércio), perfazendo um total de 186,2 hectares. À semelhança dos Espaços de Indústria, também a ocupação destas áreas com usos industriais ou comerciais não se concretizou totalmente. Na realidade, apresenta-se ainda mais deficitária, uma vez que em apenas 2,9% (5,4 hectares) dos Espaços para Indústria delimitados no PDM em vigor se observa ocupação comercial ou industrial (Tabela 99).

Tabela 99. Ocupação Comercial ou Industrial (COS2018) dos Espaços para Indústria (PDM 2010)
(Fonte: DGT - COS 2018; PDMB, 2010)

ESPAÇOS PARA INDÚSTRIA - PDM 2010 - (Hectares)	OCUPAÇÃO (COS 2018)			
	COMÉRCIO (Hectares)	INDÚSTRIA (Hectares)	TOTAL	
			Hectares	%
186,2	1,4	3,9	5,4	2,9

Refira-se, ainda, conforme é possível observar na Figura 39, a ocorrência de uma parte significativa das áreas identificadas nas classes Comércio e Indústria da COS 2018 (20,5%, ou seja, 19,7 hectares) em solo não qualificado no PDM em vigor como Espaços de Indústria ou Espaços para Indústria, distribuindo-se de acordo com as classes de espaço identificadas na Tabela 100.

Tabela 100. Distribuição das áreas de Comércio e Indústria (COS 2018) no PDM em vigor
(Fonte: DGT - COS 2018; PDMB, 2010)

CLASSES DE USO DO SOLO	COMÉRCIO E INDÚSTRIA	
	Hectares	%
SOLO RURAL	1,8	1,9
Espaços Agrícolas	-	-
Espaços Agro-silvo-pastoris	1,8	1,9
Espaços Florestais de Conservação e de Proteção	-	-
Espaços Naturais	-	-
Espaços de Exploração Mineira	-	-
SOLO URBANO	94,1	98,1
Solos Urbanizados	81,1	84,6
Espaços Urbanizados	5,8	6,1
Espaços de Equipamentos	4,4	4,6
Espaços de Indústria	70,9	73,9
Solos cuja Urbanização seja Possível Programar	11,9	12,4
Espaços a Urbanizar	4,9	5,1
Espaços para Equipamentos	1,7	1,7
Espaços para Indústria	5,4	5,6
Solos afetos à Estrutura Ecológica Urbana	1,1	1,2
	95,9	

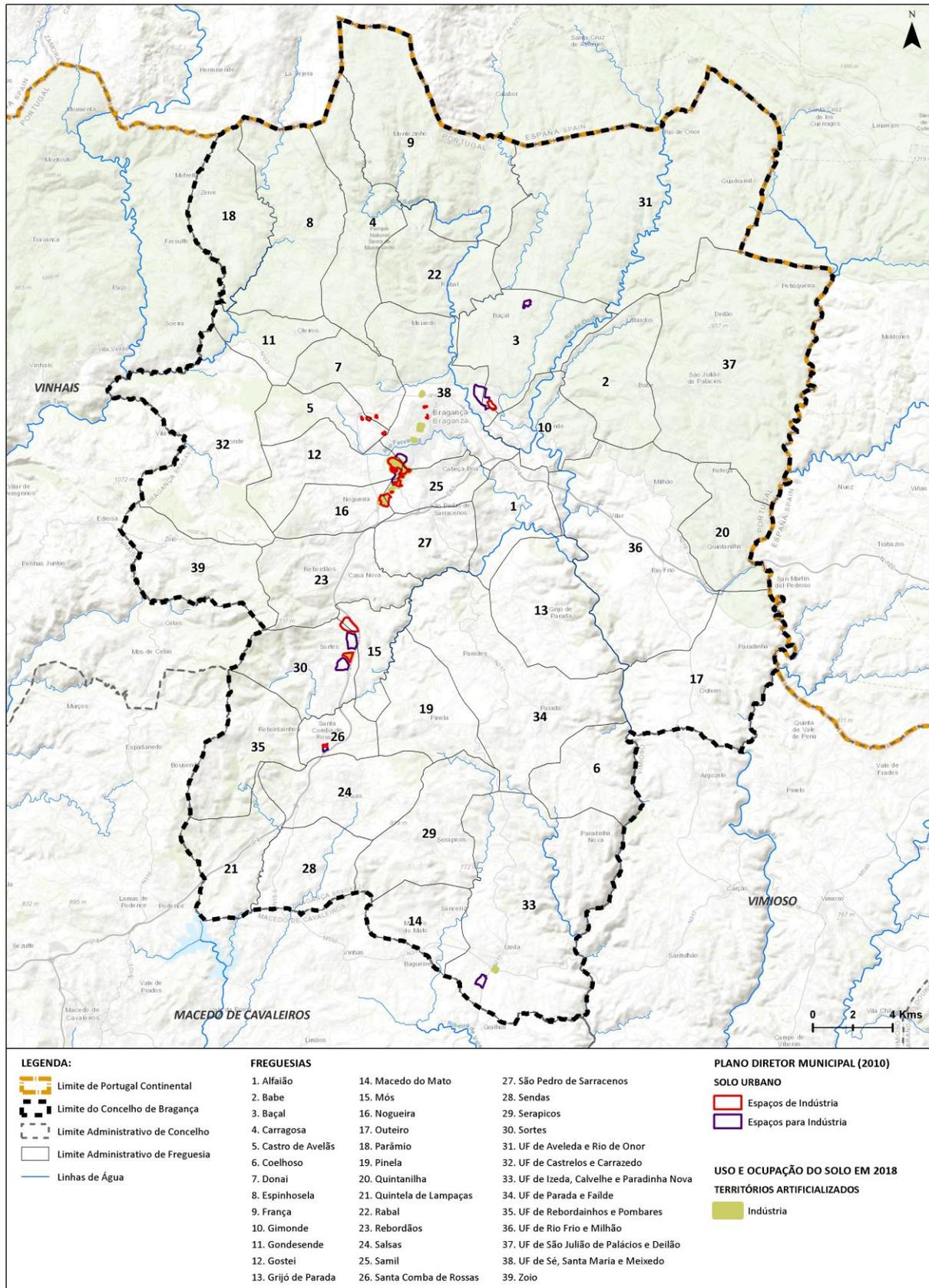


Figura 39. Espaços de Indústria e Espaços para Indústria (PDM 2010) e Indústria (COS 2018)
(Fontes cartográficas: APA, 2014; CAOP, 2018; DGT - COS 2018; ESRI 2020; PDMB, 2010)

4.2.4. SOLO RURAL

O PDM em vigor delimita as seguintes categorias do Solo Rural identificadas na Figura 40: Espaços Agrícolas, Espaços Agro-silvo-pastoris e Espaços Florestais de Conservação e de Proteção.

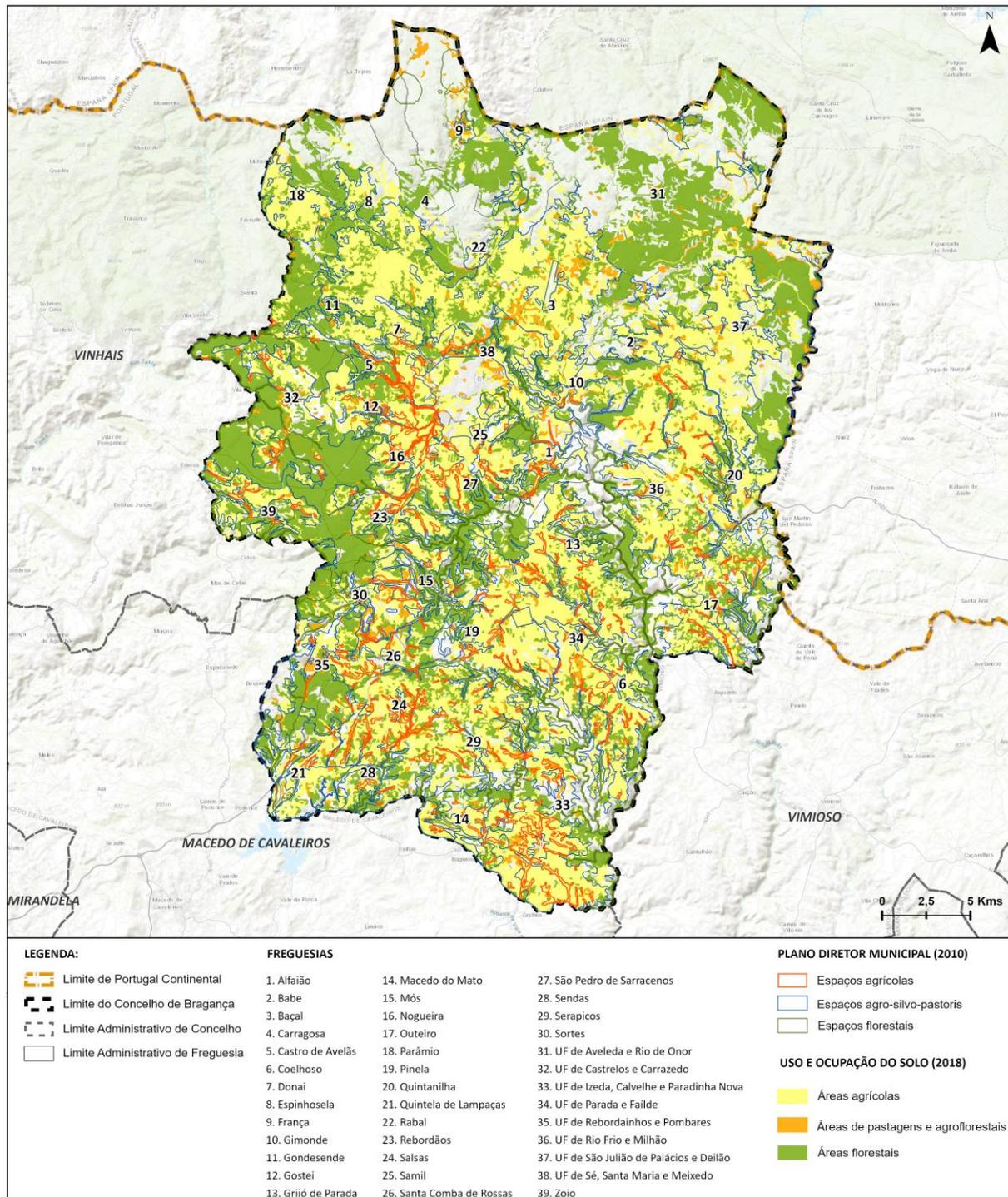


Figura 40. Espaços agrícolas, espaços agro-silvo-pastoris e espaços florestais (PDM 2010)
(Fonte dos dados: CMB, 2010. Fontes cartográficas: CAOP, 2018; ESRI, 2020)

A sobreposição das áreas referidas com as classes da COS 2018 relativas às áreas de ocupação agrícola (Agricultura), Pastagens, Superfícies Agroflorestais e Florestas permite avaliar a consonância ou dissonância entre o definido pelo PDM em vigor e o uso e ocupação do solo atual. Assim, com base nessa análise conclui-se o seguinte:

- 71,1% dos Espaços Agrícolas definidos no PDM em vigor têm uma efetiva ocupação agrícola;
- 3,8% dos Espaços Agro-silvo-pastoris delimitados no PDM em vigor correspondem a Pastagens e Superfícies Agroflorestais da COS 2018;
- 48% dos Espaços Florestais de Conservação e Proteção são ocupados por Florestas.

Desta forma, verifica-se uma relativa dissonância entre a ocupação atual e a preconizada pelo PDM em vigor, das áreas em análise, manifestamente significativa no Espaços áreas Agro-silvo-pastoris, mas, também, no que se refere aos Espaços Florestais e Agrícolas.

Por outro lado, a sobreposição das categorias referidas da COS 2018 com as categorias de solo urbano definidas no PDM em vigor, mostra que: 4,2% dos Espaços Agrícolas, 5,2% dos Espaços Agro-silvo-pastoris, e 0,5% dos Espaços Florestais do concelho localizam-se em áreas com uma ocupação artificializada.

Conforme referido atrás, os dados relativos ao recenseamento agrícola disponibilizados pelo INE, indicam que a Superfície Agrícola Utilizada (SAU) do concelho de Bragança diminuiu no período compreendido entre 1999 e 2009, de 44.181 hectares para 36.031 hectares, o que significa uma redução de cerca de 18,4%. No mesmo período verifica-se uma redução de 5,4% do número de explorações agrícolas e um aumento de 5,8% da superfície ocupada por culturas permanentes. A tendência de evolução do setor agrícola no período 1999-2009, de acordo com os dados disponíveis, ter-se-á mantido no período 2010-2020.

Paralelamente, quando comparados os Espaços de Exploração Mineira definidos pelo PDM em vigor, com a classe da COS 2018 referente às Áreas de Extração de Inertes (integradas nos Territórios Artificializados), conclui-se que apenas 20% da área total da respetiva categoria do PDM em vigor apresenta a ocupação prevista (Figura 41).

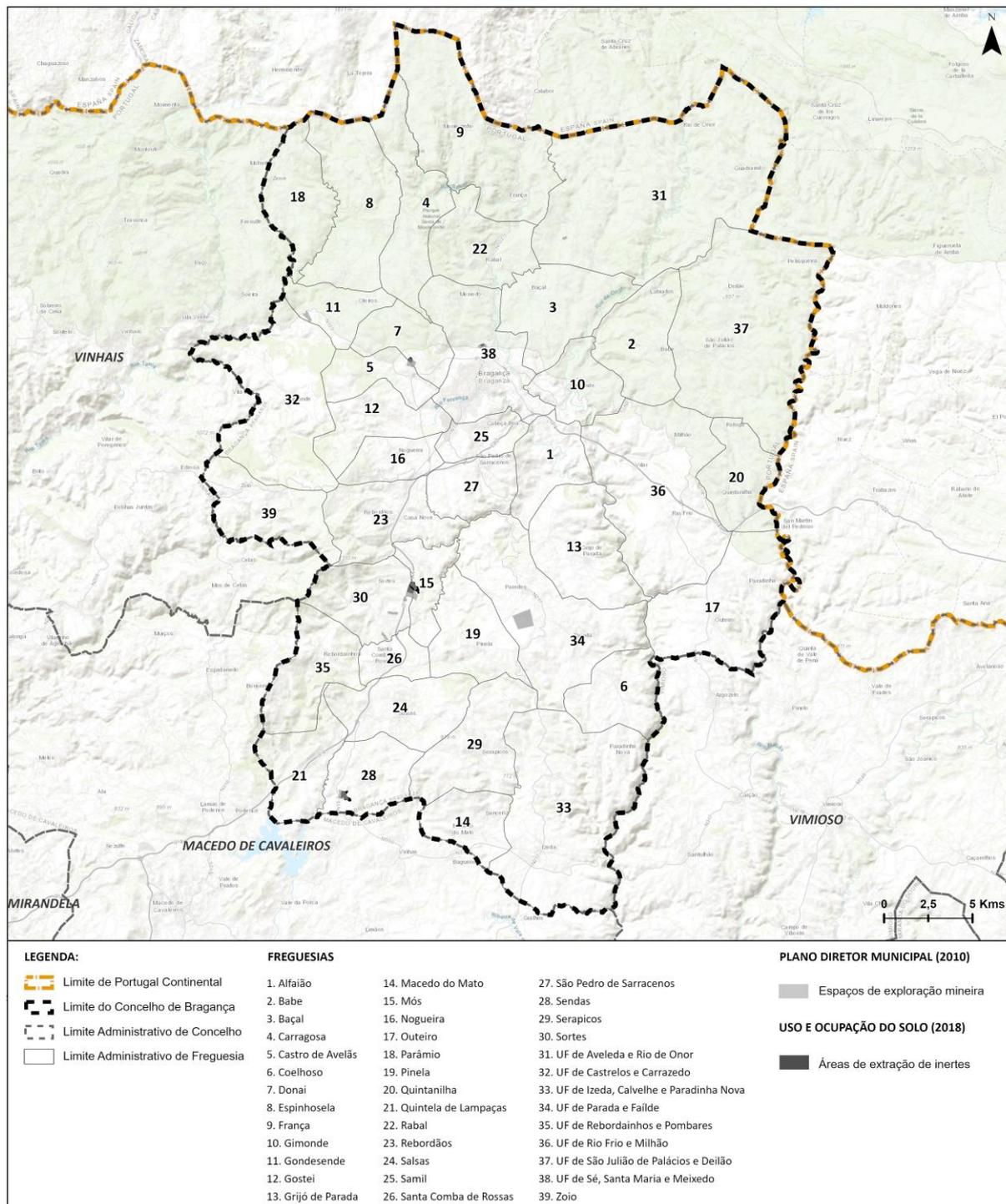


Figura 41. Espaços de exploração mineira (PDM 2010) ocupados por áreas de extração de inertes (COS 2018)
(Fonte dos dados: CMB, 2010. Fontes cartográficas: CAOP, 2018; ESRI, 2020)

Por fim, quando analisados os Territórios Artificializados delimitados pela COS 2018 e a categoria Espaços Naturais definida pelo PDM em vigor, verifica-se que 30,81 hectares da ocupação artificializada encontram-se em áreas definidas pelo PDM em vigor como Espaços Naturais. Isto é,

cerca de 1,4% da área correspondente aos Territórios Artificializados do concelho insere-se em Espaços Naturais definidos pelo PDM em vigor (Figura 42).

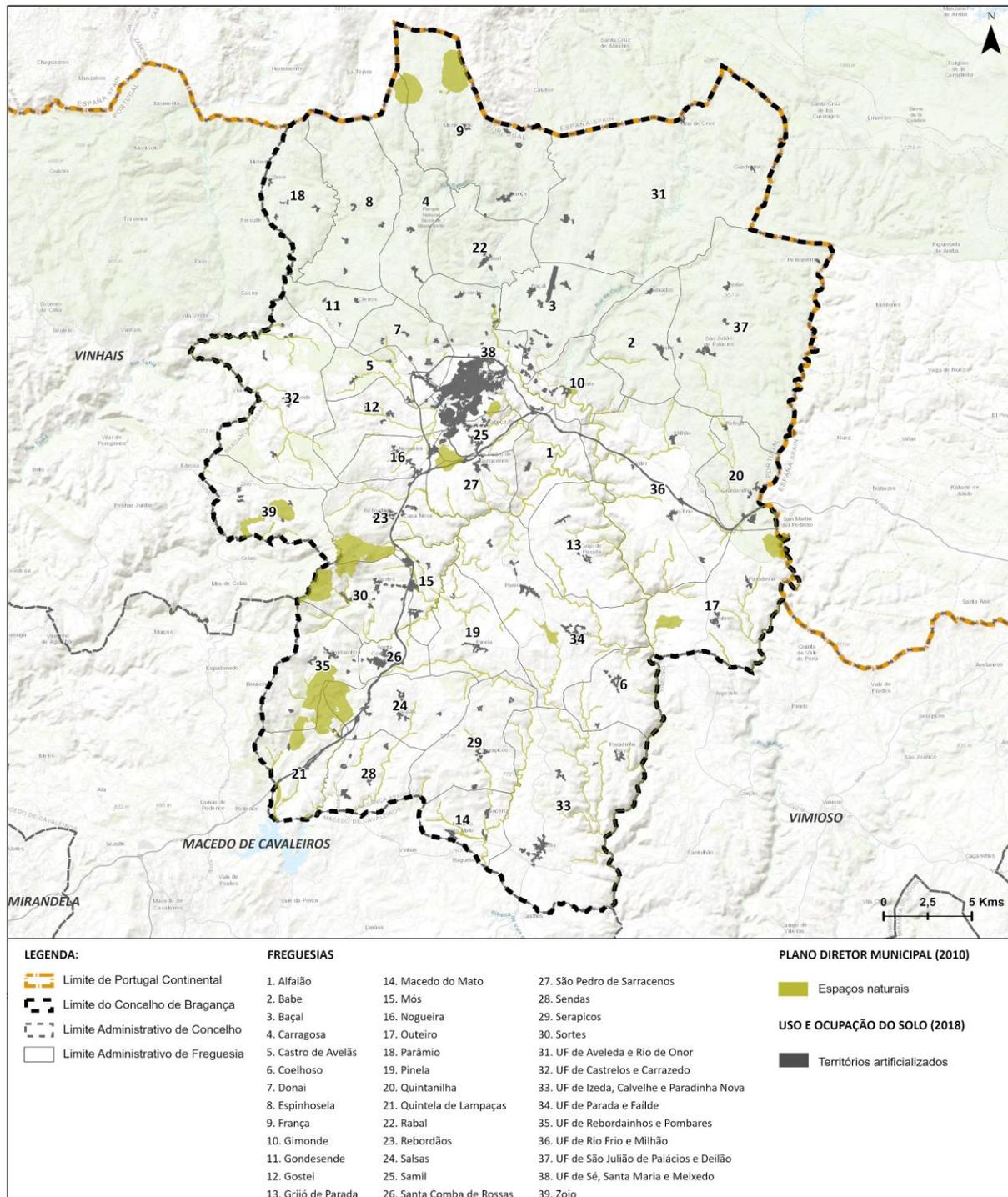


Figura 42. Espaços naturais (PDM 2010) com ocupação artificializada (COS 2018)
(Fonte dos dados: CMB, 2010. Fontes cartográficas: CAOP, 2018; ESRI, 2020)

4.3. ANÁLISE GLOBAL DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO

No presente subcapítulo, procede-se à avaliação global da implementação do PDM em vigor, estruturada pelas Linhas Estratégicas de Desenvolvimento (LED) definidas no Relatório da 1.ª Revisão do PDM. Pretende-se, de uma forma sintética, e tendo por base toda a informação compilada e descrita ao longo do presente documento, descrever de que forma cada uma das linhas estratégicas se materializou, considerando não apenas os resultados mais imediatos e tangíveis das propostas do PDM, mas também os impactos ao nível da ocupação do território e do desenvolvimento urbano.

Recorde-se que a estratégia preconizada pelo PDM de Bragança assenta em quatro domínios fundamentais — demografia, economia, relações internacionais e invocação e território — sobre os quais se encontram definidas as três LED: Reforçar a imagem da cidade de Bragança; Consolidar a oferta de equipamentos e infraestruturas e qualificação dos espaços públicos; Valorizar economicamente os produtos tradicionais e os recursos do património.

LED A | Reforçar a imagem da cidade de Bragança como espaço de inovação, polo regional, elo de ligação internacional, centro de serviços de apoio às empresas e centro comercial e cultural.

A cidade de Bragança tem vindo, progressivamente, a reforçar a sua posição no contexto sub-regional e a mantê-la a nível regional. A análise das origens e destinos das viagens pendulares mostra que a maioria dos residentes trabalha ou estuda no concelho, ao mesmo tempo que se verifica uma proporção significativa de viagens com origem noutros municípios e destino na cidade de Bragança. Esta circunstância denota a sua importância como polo de atração empresarial e comercial, reforçada pelo aumento, desde 2010, do número de pessoas ao serviço nas empresas, sobretudo no setor terciário.

Ainda no âmbito do reforço da imagem da cidade de Bragança como centro de serviços de apoio às empresas, salienta-se o aumento da oferta de espaços para instalação de empresas, a par de outras infraestruturas de apoio à atividade económica. Assim, a Área de Acolhimento Empresarial das Cantarias, localizada adjacente à Zona Industrial das Cantarias, bem como na proximidade aos nós da A4 e IP4, constitui um espaço de excelência para a instalação de empresas, visando contribuir para a atração de empresas orientadas para a inovação, que desenvolvam atividades industriais em setores estratégicos para Bragança e para a região. Por seu turno, a Zona Industrial de Mós, constituída por 11 lotes, com 66 hectares e uma área de construção de cerca de 30 hectares, situa-se a cerca de 7 km da

cidade de Bragança, com acesso direto à Autoestrada Transmontana A4. Em 2016, todos os lotes já se encontravam vendidos, possibilitando a criação de 250 postos de trabalho até ao final de 2019. Finalmente, o Parque de Ciência e Tecnologia “Brigantia-EcoPark”, parte integrante do Parque de Ciência e Tecnologia de Trás-os-Montes e Alto Douro (PCT-TMAD) e gerido por uma sociedade privada sem fins lucrativos (Associação para o Desenvolvimento do Brigantia-EcoPark), constitui um espaço de ciência e tecnologia para apoio a empresas consolidadas e a empresas incubadas, ambas de base tecnológica. Desenvolvendo a sua atividade em três áreas temáticas — Energia, Ambiente e Eco construção —, o parque de Ciência e Tecnologia “Brigantia-EcoPark” possui, ainda, espaços laboratoriais para apoio à investigação, desenvolvimento e inovação.

A conectividade nacional e internacional encontra-se reforçada com a construção da A4 (Porto-Vila Real-Bragança-Quintanilha), que atravessa o território concelhio na direção sudoeste-nascente, permitindo a ligação direta a Espanha a partir da fronteira de Quintanilha.

Por outro lado, a presença do Instituto Politécnico de Bragança, instituição ligada à investigação científica, permite reforçar a posição da cidade de Bragança no contexto cultural regional e internacional, sendo que se verifica uma tendência de aumento do número de alunos inscritos, incluindo estrangeiros, a frequentar o estabelecimento.

Finalmente, assumindo a cidade de Bragança como espaço de inovação, o Município tem também investido na mobilidade elétrica, no sentido de a transformar numa EcoCidade, disponibilizando, entre outras valências, postos de carregamento elétrico e um serviço de bicicletas elétricas de uso partilhado associado à criação de ciclovias, permitindo a expansão da rede existente.

LED B | Consolidar a oferta de equipamentos e infraestruturas e qualificação dos espaços públicos nas áreas rurais, garantindo não só uma maior competitividade destas na atração de áreas habitacionais como reforçando a coesão social.

A análise realizada em capítulos anteriores evidencia, através da comparação entre o modelo territorial preconizado pelo PDM em vigor (2010) e a efetiva evolução do território concelhio, uma dualidade ao nível da rede de equipamentos nas áreas rurais. Assim, ao mesmo tempo que se verifica uma redução da oferta de estabelecimentos de saúde e de educação (atualmente concentrados em centros urbanos de maior dimensão), os equipamentos desportivos, culturais e recreativos apresentam um incremento considerável, novamente sobretudo nem centros urbanos de maior

dimensão. Em termos globais, este crescimento das áreas de equipamentos desportivos, culturais e de lazer consubstancia-se, face a 2010, no aumento de cerca de 75% das áreas afetas a estes usos.

Ao nível da rede de infraestruturas, verifica-se a expansão da rede rodoviária nos diferentes níveis hierárquicos, numa extensão total de mais de 46 km, com impactos importantes tanto a nível local (redes secundária e terciária) como regional.

Em relação às redes de infraestruturas urbanas, o aumento da população servida pelas infraestruturas de abastecimento de água (99% em 2020) e pelos sistemas de drenagem de águas residuais (88% em 2018), sobretudo nas áreas rurais, reforça a coesão social preconizada pelo PDM em vigor. No entanto, apesar da infraestrutura de drenagem de águas residuais servir grande parte do território, a mesma não cobre alguns aglomerados de menor dimensão e densidade populacional, designadamente Paradinha Velha, Vale de Prados e Veigas de Quintanilha.

É também em algumas áreas rurais que, desde 2010, se realizam diversos investimentos ao nível da qualificação dos espaços públicos, na ordem dos 400.000,00 €, incidindo, sobretudo, na requalificação de acessos viários e pedonais, no arranjo de largos e espaços verdes e na execução de iluminação pública. No entanto, o aumento da competitividade das áreas rurais, sugerida tanto pelo aumento do número de residentes como de trabalhadores, entre outros fatores, não se manifesta de igual modo em todos os aglomerados urbanos presentes no concelho, sendo que, globalmente, não se verifica um reforço do perfil funcional dos aglomerados e centros urbanos de nível intermédio. Considerando que o PDM em vigor foca parte da sua estratégia na valorização do papel das sedes de freguesia, o decréscimo populacional e a redução dos equipamentos e serviços públicos disponíveis conduziram, salvo algumas exceções, à perda de competitividade de grande parte destes territórios, nomeadamente Aveleda, Baçal, Donai, Espinhosela, Macedo do Mato, Quintanilha e Quintela de Lampaças, entre outros. De referir, ainda, que a expectativa de expansão urbana de alguns dos aglomerados, expressa numa elevada proporção de solo urbanizável, não se concretizou, inviabilizando a intenção de atração de novas áreas habitacionais preconizada pelo PDM em vigor.

LED C | Valorizar economicamente os produtos tradicionais e os recursos do património natural, cultural e paisagístico, dinamizando a exploração de potencialidades endógenas.

Com o objetivo de valorizar os produtos tradicionais e os recursos do património natural, cultural e paisagístico, o concelho de Bragança integra, em articulação com os municípios vizinhos (Miranda do Douro, Mogadouro, Vimioso e Vinhais), duas rotas temáticas — a Rota da Terra Fria e a Rota da

Castanha. Nestas rotas encontra-se definido um conjunto de percursos que permitem conhecer a riqueza natural e cultural do concelho, associados à visitação de museus, centros interpretativos e núcleos museológicos. Ao longo dos últimos anos, estas estruturas têm sido alvo de investimentos municipais avultados no sentido da sua promoção e requalificação, destacando-se, ainda, a construção do recinto de promoção e valorização das raças autóctones, com um investimento individual superior a um milhão de euros.

A valorização económica dos recursos patrimoniais manifesta-se, igualmente, no incremento das empresas de animação turística e dos agentes de viagens e turismo a operar no concelho de Bragança, a maioria dos quais registados a partir de 2010/2011. Estas entidades realizam, sobretudo, atividades relacionadas com o turismo de natureza, paisagístico e cultural.

No mesmo sentido, a atração de investimento privado relacionado com a dinamização e exploração das potencialidades endógenas materializou-se também no aumento do número de empreendimentos turísticos no concelho, bem como na explosão do alojamento local, sobretudo a partir de 2014.

Em termos globais, verifica-se que a estratégia preconizada pela 1.ª Revisão do PDM, assente em três linhas estratégicas, se encontra cumprida na globalidade para a LED A e para a LED C, constatando-se o efetivo reforço da imagem da cidade de Bragança no contexto regional e internacional, bem como a valorização económica dos recursos patrimoniais naturais e culturais, das potencialidades endógenas e dos produtos tradicionais.

No entanto, a nível infra-concelhio (LED B), o cenário apresenta-se díspar entre si, na medida em que apenas uma pequena parte dos aglomerados rurais existentes manifesta um efetivo aumento da competitividade medido pelo aumento relativo da população e da capacidade de fixação de emprego. A ausência de dinamismo económico e empresarial, o encerramento de equipamentos de saúde e de educação, associado à perda de residentes, e a carência de cobertura das rede de infraestruturas de saneamento básico, entre outros fatores, conduziram à perda de importância de muitos aglomerados rurais de menor dimensão, o que significa que, a este nível, a orientação estratégica do PDM em vigor não se materializou no território.

5. CONTEXTO LEGAL E ESTRATÉGICO

No período que medeia entre a publicação do PDM em vigor e o momento presente ocorreram alterações relevantes do contexto legal e estratégico que subjaz a elaboração e revisão dos instrumentos de gestão territorial. Como tal, descrevem-se, nos próximos subcapítulos, o novo quadro legal e o novo quadro estratégico que, por um lado, determinam a necessidade de revisão do PDM em vigor e, pelo outro, definem os requisitos e diretrizes que deverão orientar esse mesmo procedimento de revisão.

5.1. QUADRO LEGAL

5.1.1. O REGIME JURÍDICO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL – DO DECRETO-LEI N.º 380/99 AO DECRETO-LEI N.º 80/2015

A 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Bragança (PDMB), aprovada através do Aviso n.º 12248-A/2010, de 18 de junho, foi elaborado na vigência do Decreto Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/20009, de 20 de fevereiro, o qual estabelecia, à altura, o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial.

O Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que desenvolve a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solo, Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBPPSOTU) (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio), veio substituir o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, e sucessivas alterações, passando a ser o diploma legal que define o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial. Ainda que o legislador tenha optado por revogar o anterior RJGT, percebe-se que este é a base do novo diploma, mantendo-se, no essencial, a respetiva estrutura e grande parte dos artigos.

Resumidamente, pode-se considerar que, excetuando o regime jurídico do solo, os aspetos relacionados com o regime económico-financeiro dos programas e planos e a avaliação, o novo RJGT não introduz alterações muito substanciais ao sistema de planeamento e gestão do território. No entanto, e no que se refere especificamente aos planos territoriais, verificam-se alterações de carácter particular que, potencialmente, poderão impactar de forma muito relevante o conteúdo dos mesmos planos: a) o disposto no artigo 3.º, no que respeita à obrigatoriedade de integração nos planos

territoriais (mais especificamente nos planos diretores municipais) das normas dos programas territoriais (mais especificamente dos planos/programas especiais) que, em função da sua incidência territorial urbanística, condicionem a ocupação, uso e transformação do solo; b) a eliminação da qualificação operativa do solo urbano (solo urbanizado e solo urbanizável) e o estabelecimento de regras específicas para a classificação do solo.

Nos termos do novo RJGT, os planos territoriais de âmbito municipal estabelecem, de acordo com as diretrizes estratégicas de âmbito regional e com as opções de desenvolvimento estratégico local, o regime de uso do solo e a respetiva execução. São três as tipologias de plano territorial de âmbito municipal – o plano diretor municipal (PDM), o plano de urbanização (PU) e o plano de pormenor (PP). O PDM, de elaboração obrigatória e com uma área de intervenção correspondente à totalidade do território, tem por objeto a definição da estratégia de desenvolvimento territorial, o estabelecimento do modelo territorial municipal, o desenvolvimento das opções de localização e gestão de equipamentos de utilização coletiva e as relações de interdependência com os municípios vizinhos.

Nos termos do artigo 46.º da LBPPSOTU, os planos de âmbito intermunicipal e municipal, como é o caso do PDM, vinculam as entidades públicas e ainda, direta e imediatamente, os particulares. No quadro do sistema de gestão territorial, apenas os planos municipais e intermunicipais têm a potencialidade para produzir efeitos jurídicos relativamente aos particulares. Desta forma, as normas de instrumentos de gestão territorial não dotados de eficácia plurisubjectiva, como é o caso dos Programas Especiais e dos Programas Setoriais, apenas podem ser oponíveis aos privados se e quando recebidas, em termos materiais, nos planos municipais, como já se referiu atrás.

De acordo com artigo 95.º do novo RJGT, o PDM tem por base a classificação e qualificação do solo, associada a uma estratégia de desenvolvimento municipal, constituindo-se como o documento de referência para a elaboração de outros planos municipais e para o desenvolvimento das intervenções setoriais da administração do Estado no território concelhio.

O artigo 96.º do RJGT detalha o conteúdo material do PDM, isto é, o âmbito das opções materiais que do mesmo devem constar, atenta a realidade territorial subjacente e não excluindo a consideração de outras questões que se revelem necessárias à definição da estratégia de desenvolvimento territorial e ao estabelecimento do modelo territorial municipal. Refira-se que o que a lei determina é apenas o âmbito das opções a tomar pelos municípios – as matérias relativamente às quais o plano deve tomar posição – e não já as concretas opções sobre as mesmas. Assim, o PDM deve integrar o seguinte conteúdo material mínimo:

- A caracterização (ou atualização) económica, social e biofísica do território, incluindo, entre outros, a identificação dos valores culturais, do sistema urbano e das redes de transporte e de equipamentos, os sistemas de telecomunicações, de abastecimento de energia, de gás, de captação, de tratamento e abastecimento de água, de drenagem e tratamento de efluentes e de recolha, depósito e tratamento de resíduos;
- Os objetivos de desenvolvimento económico local;
- As medidas de intervenção municipal no mercado de solos;
- Os critérios de sustentabilidade, os meios disponíveis e as ações propostas relativos à proteção dos valores e dos recursos naturais, recursos hídricos, culturais, agrícolas e florestais;
- A identificação da estrutura ecológica municipal;
- A referenciação espacial dos usos e das atividades, através da definição das classes e das categorias de espaços;
- A definição de estratégias e dos critérios de localização e desenvolvimento das atividades industriais, turística, comerciais e de serviços;
- A identificação e a qualificação do solo rústico;
- A identificação e a delimitação das áreas urbanas, incluindo a definição do sistema urbano municipal;
- A definição de programas na área habitacional, das condições de promoção da regeneração e da reabilitação urbanas e das condições de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal;
- A identificação das áreas de interesse público para efeitos de expropriação;
- Os critérios para a definição das áreas de cedência e a definição das respetivas regras de gestão;
- Os critérios de compensação e de redistribuição de benefícios e encargos decorrentes da gestão urbanística, a concretizar nos planos previstos para as unidades operativas de planeamento e gestão;
- A especificação qualitativa e quantitativa dos índices, dos indicadores e dos parâmetros de referência, urbanísticos ou de ordenamento, a estabelecer em plano de urbanização e em plano de pormenor, bem como os de natureza supletiva aplicáveis na ausência destes;

- A programação da execução das opções de ordenamento estabelecidas e a definição de unidades operativas de planeamento e gestão do plano;
- A identificação de condicionantes legais de carácter permanente;
- A identificação e a delimitação das áreas com vista à salvaguarda de informação arqueológica contida no solo e no subsolo;
- As condições de atuação sobre as áreas de reabilitação urbana, situações de emergência ou de exceção, bem como sobre as áreas degradadas em geral;
- A articulação do modelo de organização municipal do território com a disciplina consagrada nos demais planos municipais aplicáveis;
- A proteção e a salvaguarda de recursos e de valores naturais que condicionam a ocupação, uso e transformação do solo;
- O prazo de vigência, o sistema de monitorização e as condições de revisão.

Nos termos do artigo 97.º do RJIGT, o PDM é constituído por um Regulamento, que contém as regras relativas à ocupação, uso e transformação dos solos, devendo este ser lido articuladamente com uma Planta de Ordenamento e uma Planta de Condicionantes, onde se encontram devidamente identificadas e referenciadas as principais servidões e restrições de utilidade pública. É no Regulamento e na Planta de Ordenamento que o município traduz o essencial do modelo de ocupação territorial e as concretas determinações relativas à ocupação, uso e transformação do território, sendo estes os documentos que desempenham, de forma mais imediata, as funções que são deferidas aos instrumentos de planeamento territorial.

O PDM é acompanhado por um Relatório – que integra, designadamente, os vários estudos e outros elementos que permitem fundamentar as opções do plano e que servem de importante auxiliar na interpretação das suas normas e na compreensão das opções constantes do plano – por um Programa de Execução e por um Plano de Financiamento, elementos estes orientados para a execução e operacionalização das opções constantes do plano.

Complementarmente, o PDM é, ainda, acompanhado pelos seguintes elementos: Planta de Enquadramento Regional; Planta da Situação Existente; Planta e Relatório com a indicação dos compromissos urbanísticos existentes; Mapa de Ruído; participações recebidas em sede de discussão pública e respetivo relatório de ponderação; e ficha dos dados estatísticos.

O artigo 199.º do novo RJIGT estabelece que as regras relativas à classificação dos solos são aplicáveis nos termos do artigo 82.º da LBPPSOTU. Estabelece, ainda, que a definição dos critérios uniformes de classificação e reclassificação do solo, de definição da atividade dominante, bem como das categorias relativas ao solo rústico e urbano, aplicáveis a todo o território nacional, decorre da aprovação de regulamento. A não inclusão destas novas regras de classificação e qualificação do solo nos planos municipais, no prazo máximo de cinco anos após a entrada em vigor do mesmo RJIGT, determinará a suspensão das normas do plano que deveria ter sido alterado e, por conseguinte, a impossibilidade de prática de quaisquer atos ou operações que impliquem a ocupação, uso e transformação do solo.

O Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, consubstancia o instrumento regulamentar que estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios de qualificação e as categorias do solo rústico e do solo urbano em função do uso dominante. No artigo 5.º do referido diploma legal, estabelece-se que a classificação do solo traduz uma opção de planeamento territorial que determina o destino básico do solo, assentando na distinção fundamental entre a classe de solo rústico e a classe de solo urbano. No que se refere à classificação do solo urbano, e uma vez que aqui reside a grande alteração que este diploma impõe aos processos de elaboração/revisão dos planos territoriais, define-se que o solo urbano compreende: a) o solo total ou parcialmente urbanizado ou edificado e, como tal, afeto em plano intermunicipal ou municipal à urbanização e à edificação; b) os solos urbanos afetos à estrutura ecológica necessários ao equilíbrio do sistema urbano.

No seu artigo 7.º, o Decreto Regulamentar n.º 15/2015 estabelece, ainda, os critérios que deverão ser observados, pelos municípios e respetivas equipas técnicas, na delimitação do solo urbano em sede de elaboração/revisão dos planos territoriais:

- Inserção no modelo de organização do sistema urbano municipal ou intermunicipal;
- Existência de aglomerados de edifícios, população e atividades geradoras de fluxos significativos de população, bens e informação;
- Existência de infraestruturas urbanas e de prestação dos serviços associados, compreendendo, no mínimo, os sistemas de transportes públicos, de abastecimento de água e saneamento, de distribuição de energia e de telecomunicações, ou garantia da sua provisão, no horizonte do plano territorial, mediante inscrição no respetivo programa de execução e as consequentes inscrições nos planos de atividades e nos orçamentos municipais;

- Garantia de acesso da população residente aos equipamentos de utilização coletiva que satisfaçam as suas necessidades coletivas fundamentais;
- Necessidade de garantir a coerência dos aglomerados urbanos existentes e a contenção da fragmentação territorial.

Em resumo, à luz da legislação atual, os PDM apresentam-se como instrumentos de matriz híbrida, simultaneamente estratégicos (quando estabelecem a estratégia de desenvolvimento territorial do município e, enquadradas por esta, as diversas estratégias setoriais de base territorial), regulamentares (no sentido em que lhes compete a especificação qualitativa e quantitativa dos índices, indicadores e parâmetros de referência de uso do solo que, na ausência de planos mais concretos, serão aplicáveis de forma supletiva) e programáticos (ao estabelecerem a programação da execução das opções de ordenamento estabelecidas).

O atual quadro legal confere um cada vez maior protagonismo a aspetos como o regime económico-financeiro, os instrumentos de programação, execução e perequação, os procedimentos de acompanhamento, avaliação e dinâmica e as formas de articulação e compatibilização com os outros programas e planos que integram o sistema de gestão territorial, numa lógica que entende o plano como um ato de execução permanente e continuada, que se prolonga no tempo, pressupondo a sua adaptabilidade e flexibilização em face dos próprios desenvolvimentos resultantes da sua execução.

5.1.2. OUTROS DIPLOMAS LEGAIS RELEVANTES PARA OS PROCESSOS DE ELABORAÇÃO / REVISÃO DOS PDM

No espaço temporal entre a entrada em vigor da 1.ª Revisão do PDM de Bragança e o momento presente, em que se formaliza o início de novo procedimento de revisão do mesmo plano, verificaram-se profundas alterações do ordenamento jurídico português em matéria de ordenamento do território, para além das consubstanciadas no RJGT. Resumidamente, o caminho legislativo que se percorreu foi o de internalizar nos PDM um conjunto de preocupações e aspetos de ordem setorial, tendo em vista a sua ponderação no contexto da definição das estratégias de desenvolvimento municipal e dos respetivos modelos territoriais.

Os diversos diplomas e regimes jurídicos considerados relevantes para os processos de elaboração/revisão dos PDM podem ser divididos em três tipos, de acordo com a natureza das

respetivas disposições legais e da sua relação com o conteúdo dos mesmos planos: diplomas legais que regulamentam aspetos específicos dos processos de elaboração/ revisão dos PDM; legislação de âmbito setorial que influencia o conteúdo dos PDM; legislação relativa a outras servidões e restrições de utilidade pública.

DIPLOMAS LEGAIS QUE REGULAMENTAM ASPETOS ESPECÍFICOS DOS PROCESSOS DE ELABORAÇÃO/REVISÃO DOS PDM

- DECRETO REGULAMENTAR N.º 15/2015, DE 19 DE AGOSTO
Este diploma legal estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios de qualificação e as categorias do solo rústico e do solo urbano em função do uso dominante, aplicáveis a todo o território nacional (abordado no subcapítulo anterior).
- DECRETO REGULAMENTAR N.º 5/2019, DE 27 DE SETEMBRO
Este diploma legal fixa os conceitos técnicos nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo, designadamente os relativos aos indicadores e parâmetros, bem como os relativos à simbologia e à sistematização gráfica, a utilizar nos instrumentos de gestão territorial.
- PORTARIA N.º 277/2015, DE 10 DE SETEMBRO
Este diploma legal regula a constituição, a composição e o funcionamento das comissões consultiva da elaboração e da revisão do Plano Diretor Intermunicipal (PDIM) e do Plano Diretor Municipal (PDM), nos termos do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015.
- DECRETO-LEI N.º 130/2019, DE 30 DE AGOSTO
Este diploma legal altera e republica o Decreto-Lei n.º 193/95, de 28 de julho, que estabelece os princípios e normas a que deve obedecer a produção cartográfica no território nacional, nomeadamente no que se refere à cartografia a utilizar nos programas e planos territoriais.
- REGULAMENTO N.º 142/2016
Este regulamento estabelece as normas e especificações técnicas da cartografia topográfica e topográfica de imagem a utilizar na elaboração, alteração e revisão dos planos territoriais e na cartografia temática que daí resulte.
- PORTARIA N.º 216-B/2008, DE 3 DE MARÇO
Este diploma legal define os parâmetros para o dimensionamento das áreas destinadas a espaços verdes e de utilização coletiva, infraestruturas viárias e equipamentos de utilização coletiva.

▪ DECRETO-LEI N.º 232/2007, DE 15 DE JUNHO

Este diploma legal estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente. De acordo com o presente decreto-lei estão sujeitos a avaliação ambiental, entre outros, os planos e programas para os setores do ordenamento urbano e rural ou utilização dos solos. Decorre deste diploma a obrigatoriedade, para a entidade responsável pelo plano, de elaborar um relatório ambiental no qual identifica, descreve e avalia os eventuais efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação do mesmo plano e as suas alternativas razoáveis que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos. O relatório ambiental, que consta do conteúdo documental do plano, é obrigatoriamente precedido de um documento contendo a determinação do âmbito da avaliação ambiental e do alcance e nível de pormenorização da informação a incluir no mesmo relatório ambiental.

▪ DECRETO-LEI N.º 199/2015, DE 16 DE SETEMBRO

Este diploma legal altera e republica o Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, que aprova o regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional (RAN).

A RAN é, nos termos do presente regime jurídico, uma restrição de utilidade pública, à qual se aplica um regime territorial especial, que estabelece um conjunto de condicionamentos à utilização não agrícola do solo, identificando quais as permitidas tendo em conta os objetivos da RAN nos vários tipos de terras e solos.

O regime jurídico da RAN define as diretrizes e critérios para a classificação das terras e dos solos a integrar na mesma RAN. Estabelece, ainda, as regras a observar na delimitação da RAN, tendo em conta que a mesma ocorre no âmbito da elaboração, alteração ou revisão dos planos territoriais de âmbito intermunicipal ou municipal.

▪ DECRETO-LEI N.º 124/2019, DE 28 AGOSTO, E PORTARIA N.º 336/2019, DE 26 DE SETEMBRO

O Decreto-Lei n.º 124/2019 altera e republica o Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, que estabelece o regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN).

Nos termos do referido decreto-lei, a REN é uma estrutura biofísica que integra o conjunto das áreas que pela sensibilidade, função e valor ecológico ou pela exposição e suscetibilidade perante riscos naturais, são objeto de proteção especial. Do ponto de vista jurídico, constitui uma restrição de utilidade pública à qual se aplica um regime territorial especial que estabelece um conjunto de condicionamentos à ocupação, uso e transformação do solo,

identificando os usos e as ações compatíveis com os objetivos desse regime nos vários tipos de áreas integradas na REN.

O Decreto-Lei n.º 124/2019 estabelece, ainda, os procedimentos de elaboração, acompanhamento e aprovação da delimitação da REN a nível municipal, nomeadamente no que tem a ver com as entidades responsáveis e com a tramitação do processo de delimitação da REN em simultâneo com a formação dos planos territoriais de âmbito municipal e intermunicipal.

A Portaria n.º 336/2019 aprova a revisão das orientações estratégicas nacionais e regionais que compreendem as diretrizes e os critérios para a delimitação das áreas integradas na REN a nível municipal.

LEGISLAÇÃO DE ÂMBITO SETORIAL QUE INFLUENCIA O CONTEÚDO DOS PDM

- RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 45/2015, DE 7 DE JULHO

Este diploma legal aprova a Política Nacional de Arquitetura e Paisagem (PNAP).

A Política Nacional de Arquitetura e Paisagem (PNAP) assenta em áreas disciplinares que se devem complementar numa intervenção territorial equilibrada e harmoniosa, no quadro do ordenamento do território, do urbanismo e da conservação da natureza, capaz de garantir as funções ecológicas da paisagem e promover a qualidade ambiental, o património construído e a identidade dos lugares.

A PNAP tem como principal finalidade contribuir para:

- A melhoria da qualidade de vida e o bem-estar dos portugueses;
 - A prossecução do desenvolvimento sustentável e do desenvolvimento urbano sustentável;
 - A proteção e valorização do património cultural e natural português;
 - O incremento e disseminação de uma cultura cívica territorial;
 - A competitividade da economia nacional e a afirmação do país e da cultura portuguesa na Europa e no mundo.
- LEI N.º 83/2019, DE 3 DE SETEMBRO
- A lei de bases da habitação estabelece as bases do direito à habitação e as incumbências e tarefas fundamentais do estado na efetiva garantia desse direito a todos os cidadãos, nos termos da Constituição.

Esta lei assenta no princípio geral de que o estado é o garante do direito à habitação. Para assegurar esse direito, incumbe ao estado programar e executar uma política de habitação integrada nos instrumentos de gestão territorial que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social.

A lei de bases da habitação introduz a figura de “Carta Municipal de Habitação”, que constitui o instrumento municipal de planeamento e ordenamento territorial em matéria de habitação, a articular, no quadro do Plano Diretor Municipal, com os restantes instrumentos de gestão do território e demais estratégias aprovadas ou previstas para o território municipal.

Ainda no que se refere ao lugar da habitação no contexto da política municipal de ordenamento do território, estabelece-se que os instrumentos de gestão territorial de âmbito municipal devem incluir as medidas necessárias para o dimensionamento adequado das áreas de uso habitacional, bem como a proteção e valorização da habitação e do habitat.

▪ DECRETO-LEI N.º 9/2007, DE 17 DE JANEIRO

O presente decreto-lei aprova o Regulamento Geral do Ruído, que estabelece o regime de prevenção e controlo da poluição sonora visando a salvaguarda da saúde humana e o bem-estar das populações.

De acordo com o referido regulamento, os planos municipais de ordenamento do território asseguram a qualidade do ambiente sonoro, promovendo a distribuição adequada dos usos do território, tendo em consideração as fontes de ruído existentes e previstas. Neste domínio, é competência dos municípios estabelecer nos planos municipais de ordenamento do território a classificação, a delimitação e a disciplina das zonas sensíveis e das zonas mistas.

O Regulamento Geral do Ruído prevê, em sede de elaboração, alteração ou revisão de plano diretor municipal, a elaboração de mapas de ruído. A elaboração destes mapas de tem em conta a informação acústica adequada, nomeadamente a obtida por técnicas de modelação apropriadas ou por recolha de dados acústicos realizada de acordo com técnicas de medição normalizadas.

▪ DECRETO-LEI N.º 49/2005, DE 24 DE FEVEREIRO

Este diploma legal altera e republica o Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, que procede à revisão da transposição para o direito interno da Diretiva Aves e da Diretiva Habitats.

A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica de âmbito europeu que compreende as áreas classificadas como Zona Especial de Conservação (ZEC) e as áreas classificadas como Zona de Proteção Especial (ZPE).

De acordo com o estabelecido no artigo 7º-C do referido diploma, os instrumentos das políticas de ordenamento do território e de desenvolvimento devem manter e, se possível, desenvolver os elementos paisagísticos de importância fundamental para a fauna e a flora selvagens, tendo em vista a melhoria da coerência ecológica da Rede Natura 2000.

De forma mais específica, o Decreto-Lei n.º 49/2005 determina, no artigo 8.º, que os instrumentos de gestão territorial aplicáveis nas ZEC e nas ZPE devem garantir a conservação dos habitats e das populações das espécies em função dos quais as referidas zonas foram classificadas. Com esse fim em vista, na primeira revisão do PDM aplicável, deve avaliar-se a execução dos objetivos de conservação dos habitats e espécies e adaptar-se o plano em causa às medidas de conservação definidas através dos mecanismos previstos no artigo 7.º.

Por fim, interessa referir que o Decreto-Lei n.º 49/2005 define um conjunto de atos e atividades condicionadas (artigo 9.º) que deverão ser devidamente consideradas na definição do regime de uso, ocupação e transformação do solo em sede de plano territorial.

▪ LEI N.º 76/2017, DE 17 DE AGOSTO, E DECRETO-LEI N.º 55/2007, DE 12 DE MARÇO

A Lei n.º 76/2017 altera e republica o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, que estrutura o Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios (SDFCI).

O SDFCI prevê o conjunto de medidas e ações de articulação institucional, de planeamento, e de intervenção relativas à prevenção e proteção das florestas contra incêndios, nas vertentes das compatibilização de instrumentos de ordenamento, de sensibilização, planeamento, conservação e ordenamento do território florestal, silvicultura, infraestruturação, vigilância, deteção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio e fiscalização.

A cartografia da rede de defesa da floresta contra incêndios e a cartografia de perigosidade de incêndio florestal, constantes dos Planos Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI), devem, nos termos do presente diploma legal, ser incorporadas e regulamentadas nos respetivos planos municipais de ordenamento do território. Mais especificamente, estabelece-se no artigo 16.º que a cartografia de perigosidade de incêndio rural deve integrar a planta de condicionantes dos planos aplicáveis e que a classificação e qualificação do solo (planta de ordenamento) devem também considerar essa cartografia.

No mesmo artigo 16.º, estabelece-se um condicionalismo genérico à edificação que deverá ser devidamente ponderado em sede de elaboração ou revisão de plano municipal – fora das áreas edificadas consolidadas não é permitida a construção de novos edifícios nas áreas classificadas na cartografia de perigosidade de incêndio rural como de alta e muito alta perigosidade.

O Decreto-Lei n.º 55/2007 altera e republica o Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de outubro, que estabelece a proibição, pelo prazo de 10 anos, de várias ações nos terrenos com povoamentos florestais percorridos por incêndios, em áreas não classificadas como solos urbanos nos planos municipais de ordenamento do território.

▪ DECRETO-LEI N.º 21/2019, 30 DE JANEIRO

O presente decreto-lei concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da educação, estabelecendo, nomeadamente, as regras e orientações para a elaboração da carta educativa.

A carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no município, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município.

Nos termos do artigo 14.º do referido diploma legal, 7 a carta educativa integra o plano diretor municipal respetivo.

LEGISLAÇÃO RELATIVA A OUTRAS SERVIDÕES E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA

- Lei n.º 34/2015, de 27 de abril – Estatuto das Estradas da Rede Nacional
- Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro – Lei da Água
- Lei n.º 31/2016, de 23 de agosto – Regime Jurídico da Titularidade dos Recursos Hídricos
- Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio – Regime Jurídico de Proteção das Albufeiras de Águas Públicas de Serviço Público e dos Lagos e Lagoas de Águas Públicas
- Decreto-Lei n.º 382/99, de 22 de setembro – Perímetros de proteção para captações de águas subterrâneas destinadas ao abastecimento público
- Decreto-Lei n.º 86/90, de 16 de março – Regime de aproveitamento das águas minerais naturais

- Lei n.º 54/2015, de 22 de junho – Bases do regime jurídico da revelação e do aproveitamento dos recursos geológicos existentes no território nacional, incluindo os localizados no espaço marítimo nacional
- Decreto-Lei n.º 254/2009, de 24 de setembro – Aprova o Código Florestal
- Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho – Regime Jurídico da Conservação da Natureza e Biodiversidade
- Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro – Estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda
- Decreto-Lei n.º 123/2010, de 12 de novembro – Estabelece o regime especial das expropriações e constituição de servidões necessárias à realização de infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais

5.2. QUADRO ESTRATÉGICO

No presente subcapítulo identificam-se e descrevem-se, de forma genérica, os planos, programas e outros documentos de carácter estratégico com incidência territorial no concelho de Bragança, distinguindo os instrumentos de gestão territorial (desenvolvidos nos termos do RJGT e incluídos, formalmente, no sistema nacional de gestão territorial) dos outros instrumentos de política de ordenamento do território e de desenvolvimento urbano. No seu conjunto, estes documentos definem as diretrizes, orientações e normas que deverão ser ponderadas na elaboração da proposta de Revisão do PDM de Bragança, nomeadamente na definição da estratégia de desenvolvimento territorial e do regime de uso, ocupação e transformação do solo.

5.2.1 INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL

De acordo com a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBGPPSOTU) — Lei n.º 31/2014, de 30 de maio —, o ordenamento do território *organiza-se num quadro de interação coordenada dos âmbitos nacional, intermunicipal e municipal, em função da natureza e da incidência territorial dos interesses públicos prosseguidos* (ponto 2 do artigo 38.º).

Desta forma, a elaboração de planos municipais deve, conforme previsto na alínea a) do artigo 75.º do RJGT, traduzir o quadro de desenvolvimento do território estabelecido nos instrumentos de natureza estratégica nacionais e regionais. Ainda de acordo com o mesmo Regime, a *elaboração de planos municipais obriga igualmente a identificar e a ponderar os programas, planos e projetos com incidência na área em causa, considerando tanto os existentes como aqueles que se encontram em preparação, de forma a assegurar as necessárias compatibilizações* (ponto 4 do artigo 76.º).

Assim, para os diversos níveis do sistema de gestão territorial, a política de ordenamento do território e de urbanismo no concelho de Bragança concretiza-se através dos instrumentos legais discriminados na Tabela 101, abrangendo os âmbitos territoriais nacional, setorial, regional e municipal.

No Anexo VI do presente documento encontram-se listadas as linhas orientadoras, bem como as opções, desafios, objetivos e medidas de ordem estratégica dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT).

Tabela 101. Instrumentos de Gestão Territorial com incidência em Bragança

ÂMBITO NACIONAL

Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território | PNPOT

Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro (alteração da Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.º 80-A/2007, de 7 de setembro, e n.º 103-A/2007, de 23 de novembro)

ÂMBITO SETORIAL

Plano Rodoviário Nacional | PRN 2000

Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, alterado pela Lei n.º 98/99, de 26 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de agosto

Plano Setorial da Rede Natura 2000 | PSRN 2000

Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho

ÂMBITO REGIONAL

Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte | PROT-N

Proposta de dezembro de 2009

Programa Regional de Ordenamento Florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro | PROF TMAD

Portaria n.º 57/2019, de 11 de fevereiro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 15/2019, de 12 de abril

Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro | PGRH Douro - RH3

Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 22-B/2016, de 18 de novembro (2.º ciclo de planeamento referente ao período 2016-2021)

Plano de Ordenamento da Albufeira do Azibo | POAA

Despacho Conjunto (SEALOT/SERN) de 8 de junho de 1993

Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho | POPNM

Resolução do Conselho de Ministros n.º 179/2008, de 24 de novembro

ÂMBITO MUNICIPAL

Plano de Urbanização de Bragança | PU de Bragança

Aviso n.º 4407/2009, de 25 de fevereiro

Plano de Pormenor para a Zona Histórica de Bragança I | PPZH I

Resolução do Conselho de Ministros n.º 99/2007, de 26 de julho

A revisão do **Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)**, revogando a Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro, assume-se como o referencial estratégico nacional para os demais IGT, para a territorialização das políticas públicas e para a programação de investimentos territoriais a financiar por programas nacionais e comunitários.

Seguindo os princípios da coesão territorial, considerando os problemas apontados pelo diagnóstico estratégico realizado, bem como a necessidade de gerir as tendências territoriais previsíveis

identificadas, o novo PNPOP identifica os Desafios Territoriais a considerar no âmbito dos exercícios de planeamento, designadamente a gestão sustentável dos recursos naturais, a promoção de um sistema urbano policêntrico, a promoção da inclusão e valorização da diversidade territorial, o reforço da conectividade interna e externa e a promoção da governança territorial.

No âmbito do novo Programa de Ação para o horizonte 2030, o PNPOP enuncia os compromissos para o território, destacando-se aqueles que concernem diretamente o reforço das abordagens integradas de base territorial, nomeadamente a inclusão de novas abordagens para a sustentabilidade, a garantia de diminuição da exposição a riscos e o reforço da eficiência territorial. O Programa de Ação 2030 do PNPOP identifica, também, as diretrizes de conteúdo para os IGT, nomeadamente os PDM, sublinhando a importância do papel que desempenham no sistema de gestão territorial e a necessidade destes planos reafirmarem a sua dimensão estratégica e de focarem os conteúdos regulamentares. Neste sentido, o PNPOP aponta para a necessidade de um planeamento mais explícito e firme nos princípios e regras gerais de organização e de regime de uso do solo e de salvaguarda de riscos e mais adaptativo a regras de gestão, concentrando todas as disposições relativas à gestão do território, incluindo a articulação com os instrumentos de ordenamento florestal e de defesa da floresta e combate de incêndios.

O PNPOP incentiva, ainda, a adoção, pelos principais centros urbanos, de Planos de Urbanização (PU) e Planos de Pormenor (PP) com o objetivo de libertar os PDM de conteúdos urbanísticos excessivos e tornar mais qualificada, eficiente e adaptativa a gestão urbanística.

No âmbito setorial, considerando a rede de vias de comunicação um dos elementos estruturantes de qualquer território, torna-se essencial incorporar as opções do **Plano Rodoviário Nacional (PRN 2000)** na definição das políticas e estratégias municipais com incidência territorial. Com o intuito de corrigir algumas das assimetrias que se verificam no desenvolvimento socioeconómico do país, o PRN 2000, que define a rede rodoviária de Portugal Continental, entende ser necessário aumentar a densidade da rede viária nas zonas fronteiriças, bem como promover o fecho de malhas viárias e melhorar a acessibilidade de alguns municípios.

O PRN 2000 preconiza, ainda, em articulação com os instrumentos de ordenamento do território, nomeadamente o PDM, a melhoria qualitativa da rede rodoviária, com especial relevo para a defesa ambiental em meio urbano, para os dispositivos de combate à sinistralidade nos mais diversos planos e para os instrumentos de informação necessários à boa gestão e utilização das infraestruturas em causa.

Encontrando-se o concelho de Bragança abrangido por quatro Sítios de Importância Comunitária (SIC) — Montesinho/Nogueira (SIC PTCO0002), Rios Sabor e Maças (SIC PTCO0021), Morais (SIC PTCO0023) e Samil (SICPTCO0041) —, importa considerar as orientações de gestão estabelecidas no **Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN 2000)** passíveis de serem integradas nas políticas e estratégias municipais com indecência territorial.

Tal como referido atrás, a Rede Natura 2000 é uma rede ecológica de âmbito europeu que compreende as áreas classificadas como Zona Especial de Conservação (ZEC) e as áreas classificadas como Zona de Proteção Especial (ZPE). A Rede Natura é composta por áreas de importância comunitária para a conservação de determinados *habitats* e espécies, selecionadas com base em critérios exclusivamente científicos, nas quais as atividades humanas são compatíveis com a preservação destes valores, visando uma gestão sustentável do ponto de vista ecológico, económico e social. Neste sentido, o PSRN 2000 estabelece orientações de gestão agrupadas em cinco blocos temáticos, designadamente: agricultura e pastorícia, silvicultura, edificação e infraestruturas, outros usos e atividades (usos do solo ou atividades económicas não incluídos nos grupos anteriores) e orientações específicas, relacionadas com a gestão direta de espécies ou *habitats*.

A nível regional, a proposta de **Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROT-N)**, de dezembro de 2009, assumindo como objetivo mobilizador central a *promoção e reforço da coesão territorial*, assente, por um lado, no papel central do sistema urbano como estrutura de suporte à apropriação humana do território e, por outro, na exigência de sustentabilidade na sua utilização, identifica quatro componentes agregadoras das opções de desenvolvimento e ordenamento do território da região Norte. A estas quatro componentes encontram-se agregadas diversas opções estratégicas de base territorial a considerar no processo de revisão do PDM de Bragança.

Por seu turno, o **Programa Regional de Ordenamento Florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro (PROF TMAD)**, que assegura a contribuição do setor florestal para a elaboração e alteração dos restantes IGT, define um conjunto de objetivos estratégicos e medidas de intervenção (que correspondem a um conjunto de ações que os permitem atingir), enquadrados em eixos estratégicos para a globalidade da região PROF, posteriormente concretizados nas sub-regiões prioritárias à sua implementação. Neste âmbito, o concelho de Bragança encontra-se abrangido por quatro sub-regiões homogéneas, designadamente: Azibo-Sabor, Coroa-Montesinho, Miranda-Mogadouro e Nogueira-Bragança.

O PROF TMAD apresenta, ainda, um conjunto de medidas e ações a concretizar, tanto nas áreas florestais sensíveis (florestas de proteção, conservação e de recreio e valorização da paisagem) como nos corredores ecológicos, que se prendem com a sua proteção e manutenção/conservação da diversidade faunística e florística.

O **Plano de Gestão de Região Hidrográfica do Douro (PGRH Douro - RH3)**, instrumento de planeamento dos recursos hídricos que visa a gestão, proteção e valorização ambiental, social e económica das águas das bacias hidrográficas integradas na Região Hidrográfica do Douro, define um conjunto de objetivos estratégicos alinhados em sete áreas temáticas, designadamente: Qualidade da água; Quantidade da água; Gestão de riscos e valorização do domínio hídrico; Quadro institucional e normativo; Quadro económico e financeiro; Monitorização, investigação e conhecimento; Comunicação e governança. Apresenta, ainda, um programa de 216 medidas, enquadradas em 16 programas operacionais distintos, que inclui medidas de base, suplementares, adicionais e complementares adaptadas às características da região hidrográfica e ao impacto da atividade humana nas massas de água.

Por sua vez, o **Plano de Ordenamento da Albufeira do Azibo (POAA)**, atualmente em fase de revisão para conversão em programa, constitui um plano especial de ordenamento do território que consagra as medidas adequadas à proteção e valorização dos recursos hídricos, de modo a assegurar a sua utilização sustentável. O POAA, em vigor desde 1993, estabelece uma estratégia de ordenamento para a albufeira e zona envolvente, regulamenta os usos e atividades e define os índices urbanísticos e de ocupação das áreas naturais tendo em conta o equilíbrio ambiental e social da zona.

Organizando e regulamentando os usos do solo, o POAA identifica 16 unidades territoriais que correspondem a áreas sujeitas a regime de proteção, para as quais estabelece o âmbito, objetivos e disposições específicas. Para a albufeira encontram-se definidas as seguintes quatro áreas: a) Área de recreio náutico; b) Área de uso condicionado; c) Área de proteção; e d) Área de respeito e segurança da barragem.

Por seu turno, para a zona envolvente encontram-se delimitadas as seguintes 12 áreas: a) Área de uso agrícola; b) Área de uso agroflorestal; c) Área de uso silvo pastoril; d) Área de uso florestal; e) Área de uso florestal de proteção; f) Área de floresta de proteção (a manter); g) Galeria ripícola; h) Área de exploração de recursos geológicos; i) Espaço canal; j) Área sujeita a plano de pormenor; l) Área de implantação de empreendimentos turísticos; e m) Área de integração de infraestruturas e revestimento vegetal de estabilização do talude da barragem.

Finalmente, o **Plano de Ordenamento do Parque Natural do Montesinho (POPNM)**, em vigor desde 2008, estabelece regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais e fixa os usos e o regime de gestão a observar no Parque Natural do Montesinho (PNM), numa área de intervenção que abrange parte dos concelhos de Bragança e Vinhais, com vista a garantir a manutenção e a valorização das características das paisagens naturais e seminaturais e a respetiva biodiversidade. O POPNM estabelece, ainda, um conjunto de ações e atividades a promover no PNM, bem como as atividades interditas e condicionadas.

Organizando e regulamentando os usos do solo, o POPNM identifica três tipologias de áreas sujeitas a regime de proteção, para as quais estabelece o âmbito, objetivos e disposições específicas, designadamente áreas de proteção parcial (tipos I e II) e áreas de proteção complementar. Em sobreposição, o POPNM identifica, ainda, áreas de intervenção específica que compreendem espaços e sítios de interesse natural e cultural relevante que requerem a tomada de ações especiais de salvaguarda e valorização e integram as seguintes três tipologias: áreas de intervenção específica para a conservação e valorização do património geológico, áreas de intervenção específica para a conservação da natureza e biodiversidade e áreas de intervenção específica para a valorização do património cultural.

São 13 as áreas prioritárias de valorização ambiental que se encontram dentro dos limites administrativos do concelho de Bragança, dividindo-se nas correspondentes tipologias:

Áreas de intervenção específica para a conservação e valorização do património geológico:

- PG2** Pedreira de Mármore de Maçãs
- PG3** Concessão do Alto da Caroceira
- PG4** Maciços graníticos de Montesinho
- PG5** Granitos de Rio Frio
- PG6** Serra das Barreiras Brancas

Áreas de intervenção específica para a conservação da natureza e biodiversidade:

- NB4** Entre Gondesende e Soeira
- NB5** Entre Gondesende e Soeira (a sul da ref. NB4)
- NB7** Espinhosela/Gondesende
- NB8** Parâmio/Vilarinho, entre Poiares e Sardeal
- NB9** Entre Lagomar e Grandais
- NB10** Oleiros/Donai
- NB11** Baçal

Áreas de intervenção específica para a valorização do património cultural:

- PC3** Minas Romanas de França

Por fim, as áreas não abrangidas por regimes de proteção consistem naquelas que coincidem com os perímetros urbanos e com a área do aeródromo de Bragança, conforme definido pelos respetivos municípios, às quais são aplicáveis os parâmetros de edificabilidade definidos nos PMOT, nomeadamente no PDM.

5.2.2 OUTROS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Outros instrumentos de política de ordenamento do território e de desenvolvimento urbano, de nível nacional, regional/sub-regional e local, contribuem, igualmente, para informar a Revisão do PDM de Bragança, designadamente os constantes na Tabela 102.

No Anexo VI do presente documento encontram-se listadas as linhas orientadoras, bem como as opções, desafios, objetivos e medidas de ordem estratégica de cada um dos Instrumentos de Política de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano a seguir identificados.

Tabela 102. Outros Instrumentos de Política de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano com incidência em Bragança

ÂMBITO NACIONAL

Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 | ENCNB 2030

Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio

Nova Geração de Políticas de Habitação | NGPH

Resolução do Conselho de Ministros n.º 50-A/2018, de 2 de maio

Estratégia Cidades Sustentáveis 2020

Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2015, de 16 de julho

Estratégia Turismo 2027 | ET 27

Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/2017, de 27 de setembro

Programa Nacional de Coesão Territorial | PNCT

Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2016, de 24 de novembro

Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa | ENMA 2020-2030

2019

Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais | PNGIFR

2020

ÂMBITO REGIONAL/SUB-REGIONAL

Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial das Terras de Trás-os-Montes | EIDT-TTM

Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável das Terras de Trás-os-Montes | PAMUS-TTM

Janeiro de 2016

Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Terra Fria do Nordeste Transmontano | PIAAC-TFNT

Março de 2018

ÂMBITO MUNICIPAL

Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Bragança | PEDU de Bragança
Março de 2017

Áreas de Reabilitação Urbana | ARU

Delimitadas ao abrigo do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU) - Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado e republicado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto

A política ambiental nacional assenta, atualmente, na descarbonização da economia e na promoção da economia circular, visando um aumento do bem-estar da população e um crescimento sustentável. Nesse sentido, a **Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030)** constitui um documento de referência das políticas ambientais e tem como principal objetivo reduzir a perda de biodiversidade. Esta estratégia assume o património natural português como um fator decisivo para a afirmação do país a nível internacional e como um alvo estratégico para a concretização de um modelo de desenvolvimento assente na valorização do seu território e valores naturais.

Com uma visão de longo prazo que consiste em *alcançar o bom estado de conservação do património natural até 2050, assente na progressiva apropriação do desígnio da biodiversidade pela sociedade, por via do reconhecimento do seu valor, para o desenvolvimento do país e na prossecução de modelos de gestão mais próximos de quem está no território*, a ENCNB 2030 sistematiza metas ordenadas por prioridades a prosseguir até 2030, desenvolvendo os objetivos de sustentabilidade na utilização e afetação dos recursos biológicos e geológicos na perspetiva de uma economia mais circular para a manutenção e promoção da diversidade biológica.

A **Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH)** veio estabelecer o sentido estratégico, os objetivos e os instrumentos de atuação em termos de habitação em Portugal, tendo como missão garantir o acesso de todos a uma habitação adequada (entendida no sentido amplo de *habitat* e orientada para as pessoas, passando por um alargamento do âmbito de beneficiários e da dimensão do parque com apoio público), bem como criar as condições para que tanto a reabilitação do edificado como a reabilitação urbana passem de exceção a regra e se tornem nas formas de intervenção predominantes, tanto ao nível do edificado como das áreas urbanas.

Simultaneamente, a **Estratégia Cidades Sustentáveis 2020** e a **Estratégia Turismo 2027 (ET 27)** constituem, igualmente, nos domínios setoriais a que reportam, instrumentos de política de ordenamento do território e de desenvolvimento urbano a considerar no âmbito do processo de revisão do PDM de Bragança.

A Estratégia Cidades Sustentáveis 2020 apresenta a estratégia de desenvolvimento sustentável de Portugal para o período 2014-2020. Centrada nas cidades e no papel crítico que estas desempenham na estruturação dos territórios, no seu desenvolvimento e coesão, esta Estratégia pretende constituir-se como um quadro de referência orientador para os municípios, entidades intermunicipais e demais agentes urbanos, apontando um caminho de médio e longo prazo para o desenvolvimento territorial integrado, nas suas dimensões económica, social, ambiental, cultural e de governança.

Configurando-se como uma proposta de âmbito nacional, aplicável a nível local, a Estratégia articula uma visão que ambiciona *cidades mais prósperas, resilientes, justas, inclusivas e conectadas* com um conjunto de princípios orientadores e quatro propostas de eixos de intervenção. Apresenta, ainda, um conjunto de medidas integradas nos eixos estratégicos que devem ser entendidas como um quadro de referência orientador, sendo as cidades livres de optar pelo conjunto de diretrizes e orientações estratégicas que considerem prioritárias, selecionadas de acordo com as especificidades próprias dos seus territórios, com as opções locais e com a estratégia de desenvolvimento urbano sustentável que venham a consolidar.

Por sua vez, a Estratégia Turismo 2027, tendo por base um processo participativo e alargado com contributos de diversos ângulos da sociedade nas suas várias valências, pretende ser o referencial estratégico para o Turismo em Portugal. A ET 27 consubstancia uma visão de longo prazo (10 anos), combinada com uma ação no curto/médio prazo para o horizonte 2020, visando, entre outros objetivos, assegurar estabilidade e a assunção de compromissos quanto às opções estratégicas para o turismo nacional, promover uma integração das políticas setoriais e conferir sentido estratégico às opções de investimento.

Sob o desígnio da *Sustentabilidade* e alicerçado por uma visão que pretende *afirmar o turismo como hub para o desenvolvimento económico, social e ambiental em todo o território, posicionando em Portugal como um dos destinos turísticos mais competitivos e sustentáveis do mundo*, o referencial estratégico da ET 27 encontra-se estruturado em metas para o turismo em Portugal 2017-2027, de acordo com três eixos estratégicos que se desdobram nos correspondentes objetivos específicos aos quais se encontram associadas as diversas metas a atingir.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2016, de 14 de janeiro, delegou à Unidade de Missão para a Valorização do Interior a criação, implementação e supervisão de um **Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT)**, bem como a promoção de medidas de desenvolvimento do território do interior, de natureza interministerial. Neste sentido, o PNCT propõe medidas de desenvolvimento do

território que resultam da articulação entre os vários ministérios, e dos seus serviços desconcentrados, com os agentes presentes no território, envolvendo as autarquias locais, comunidades intermunicipais, instituições de ensino superior, associações empresariais, empresas e associações de desenvolvimento local. O PNCT identifica e apresenta 164 medidas de desenvolvimento, assim como uma Agenda para o Interior que integra oito iniciativas de carácter temático, com impacto no território do concelho de Bragança.

A **Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa (ENMA)** assenta na visão de *um país orgulhosamente ativo, onde caminhar e pedalar são atividades seguras e amplamente praticadas, constituindo opções de mobilidade acessíveis e atrativas, maximizando benefícios para a saúde, economia, emprego, ambiente e cidadania*. Tendo presente esta visão, a ENMA define como missão o incentivo e a generalização do *andar a pé* e *andar de bicicleta* nas deslocações quotidianas e de lazer, tornando a mobilidade ativa a forma mais popular para percorrer curtas distâncias, potenciando as sinergias com o transporte público em todo o território nacional e melhorando significativamente a qualidade de vida dos portugueses. Nesse sentido, a implementação da estratégia depende, também, da integração local, no âmbito do PDM, de medidas de planeamento urbano e de gestão da mobilidade que permitam alcançar os objetivos estabelecidos.

Por sua vez, o **Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR)** assenta na seguinte visão: *Portugal protegido de incêndios rurais graves*. Essa visão reconhece que os incêndios rurais não podem ser evitados por completo, pelo que é necessário preparar o território, as pessoas e os operacionais para trabalhar no terreno de modo a incrementar a segurança de todos. Simultaneamente, o fogo deve ser recuperado como fator ecológico comumente aproveitado na gestão agrícola, florestal e dos habitats. Assim, os incêndios rurais que ocorram serão de menor gravidade, destruirão muito menos valor e representarão uma ameaça menor para a segurança e vida das pessoas.

Tendo presente aquela visão, o PNGIFR tem como missão proteger as pessoas e bens dos incêndios rurais, conferir valor aos espaços silvestres e manter os ecossistemas em bom estado de conservação através da identificação de orientações estratégicas e respetivos objetivos. Para a sua concretização, torna-se necessária a implementação de um programa coeso de ações e projetos para o período 2020-2030 e a substituição do atual Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (SNDFCI) pelo Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR).

Aplicando-se o PNGIFR a todo o território nacional, vinculando todas as entidades públicas e privadas e todos os cidadãos, as diretrizes operacionais a nível local deverão ser devidamente avaliadas e ponderadas, no sentido da sua transposição para o planeamento municipal.

A nível regional/sub-regional, a **Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial das Terras de Trás-os-Montes (EIDT-TTM)** visa o reforço e divulgação da identidade da região como um todo, apostando na dinamização da marca “Terras de Trás-os-Montes”, potenciando a sua localização e desenvolvendo sinergias estratégicas com as regiões limítrofes, nomeadamente espanholas.

Tendo presente aquele objetivo, a visão para a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM) consiste no seu reconhecimento nacional e internacional como uma eco região de excelência, com condições distintivas que oferece uma qualidade de vida diferenciada, para residentes e turistas, utilizando os valores naturais e produtos de excelência como principais alavancas. Simultaneamente, a estratégia estabelece como missão *potenciar, juntamente com os seus municípios e stakeholders locais, a promoção do desenvolvimento sustentável da região, reforçando a sua identidade partilhada e o cariz distintivo do território das Terras de Trás-os-Montes, particularmente a qualidade de vida e os seus produtos endógenos.*

O Acordo de Parceria e os Programas Operacionais definem que as Comunidades Intermunicipais (CIM) devem desenvolver Planos de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) de modo a enquadrar as operações a que se pretendam candidatar no respetivo Programa Operacional Regional.

Encontrando-se o concelho de Bragança inserido na CIM-TTM e assumindo-se como principal polo estruturante da sub-região, o **PAMUS das Terras de Trás-os-Montes (PAMUS-TTM)** estabelece a estratégia global de intervenção para este território relativamente à gestão da mobilidade. O documento define um conjunto de estratégias tendentes à definição de um modelo de mobilidade mais sustentável, devendo as mesmas ser igualmente ponderadas no âmbito da Revisão do PDM de Bragança.

Adotada em 2015, a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC 2020) assume como visão contribuir para um país adaptado aos efeitos das alterações climáticas através da implementação de soluções baseadas no conhecimento técnico-científico e em boas práticas. Na sequência dos objetivos definidos, o Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) promoveu o cofinanciamento de iniciativas de desenvolvimento de planos municipais, intermunicipais e regionais de adaptação às alterações climáticas.

Neste contexto, a Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano (AMTFNT) elaborou o **Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Terra Fria do Nordeste Transmontano (PIAAC-TFNT)**, documento que procura criar as condições necessárias para que o território, e os seus agentes, estejam mais preparados para os efeitos decorrentes das alterações climáticas, nomeadamente através da elaboração de uma estratégia intermunicipal de adaptação.

A nível municipal, o **Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) de Bragança**, datado de 2017, procura dar resposta aos principais desafios do desenvolvimento urbano do concelho, sendo constituído pelos seguintes instrumentos de planeamento:

- Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU);
- Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD);
- Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS).

Finalmente, no âmbito da reabilitação urbana, o Município de Bragança deu início ao processo de programação da reabilitação urbana no concelho em 2018 com a delimitação da **Área de Reabilitação Urbana (ARU)** do Centro Tradicional de Bragança, seguindo-se, ainda no mesmo ano, a ARU de São João de Deus e a ARU das Cantarias. A delimitação destas três ARU demonstra claramente que a reabilitação de áreas urbanas de valor histórico, patrimonial, social e económico da cidade de Bragança é, de facto, uma das prioridades estratégicas do executivo municipal. A criação destas ARU permite que a cidade seja abrangida por um conjunto alargado de benefícios e incentivos fiscais que contribuem, de forma concertada, para estimular o envolvimento do setor privado no processo de reabilitação.

Para as três ARU identificadas, encontra-se em elaboração o Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) que, com base, numa estratégia integrada, irá definir um conjunto articulado e coerente de iniciativas, ações e investimentos.

A Tabela 103 identifica as três ARU que, enquadradas legalmente pelo Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado e republicado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto) se encontram delimitadas no concelho de Bragança, bem como a respetiva situação legal.

Tabela 103. Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas no concelho de Bragança
(Fonte: IHRU - Portal da Habitação, 2020)

ARU	SITUAÇÃO LEGAL	APROVAÇÃO/COMUNICAÇÃO	PUBLICAÇÃO EM DR
ARU DO CENTRO TRADICIONAL DE BRAGANÇA	ARU aprovada Entidade Gestora: Câmara Municipal Âmbito Temporal: 3 anos	Câmara Municipal: 16-04-2018 IHRU: 28-05-2018 Assembleia Municipal: 27-04-2018	Aviso n.º 7115/2018 - DR n.º 101/2018, Série II de 25-05-2018
ARU DE SÃO JOÃO DE DEUS	ARU aprovada Entidade Gestora: Câmara Municipal Âmbito Temporal: 3 anos	Câmara Municipal: - IHRU: 19-10-2018 Assembleia Municipal: 24-09-2018	Aviso n.º 14857/2018 - DR n.º 199/2018, Série II de 16-10-2018
ARU DAS CANTARIAS	ARU aprovada Entidade Gestora: Câmara Municipal Âmbito Temporal: 3 anos	Câmara Municipal: - IHRU: 19-10-2018 Assembleia Municipal: 24-09-2018	Aviso n.º 14856/2018 - DR n.º 199/2018, Série II de 16-10-2018

6. SÍNTESE E CONTRIBUTOS PARA A REVISÃO DO PDM

Apresenta-se, de seguida, uma síntese dos principais fatores de mudança interna e externa que caracterizam o território municipal e que condicionam o processo de Revisão do PDM de Bragança.

6.1 SÍNTESE DOS FATORES DE MUDANÇA INTERNOS

A análise da evolução da ocupação do território de Bragança sugere a ocorrência de alterações em cerca de 6,5% do território concelhio (7.600 hectares). No entanto, mantém-se o predomínio das Áreas Florestais em mais de 60% do território, seguindo-se as Áreas Agrícolas com valores próximos dos 37%. Por sua vez, a ocupação urbana corresponde a menos de 2% da globalidade do território concelhio.

Em termos demográficos, o concelho de Bragança apresenta uma trajetória ligeiramente decrescente da população residente, registando-se menos 3,3% pessoas entre 2001 e 2018. Durante o mesmo período, o saldo natural apresenta-se permanentemente negativo, com o número de óbitos a exceder sempre o número de nados vivos.

Concentrando-se a ocupação humana, fundamentalmente, na cidade de Bragança (sede do concelho e capital do distrito), à volta da qual gravita um conjunto de pequenos aglomerados, onde a baixa concentração de população é já generalizada, assiste-se a um agravamento com um ligeiro decréscimo face a 2001, passando de uma densidade de 0,30 habitantes/hectare para 0,29 habitantes/hectare em 2018. Deste modo, o aglomerado urbano de Bragança continua a acolher a maior proporção da população residente no concelho, mais de 65%, seguindo-se, a larga distância, Izeda com menos de 3%.

A análise da evolução da representatividade populacional dos diferentes grupos etários no concelho permite constatar um processo de envelhecimento demográfico, que combina os efeitos da diminuição da população jovem com o aumento do número de idosos, circunstância que se traduz no agravamento do índice de envelhecimento. Em 2001 já existiam em Bragança, em média, cerca de 140 idosos por cada 100 jovens. Em 2018, regista-se o crescimento daquele valor para 215, o que significa que o número de idosos corresponde, atualmente, a mais do dobro do número de jovens no concelho.

Analisando a estrutura das famílias, cujo número regista, em 2011, um acréscimo de 8,6% face a 2001, verifica-se um efetivo crescimento do número de agregados de menor dimensão, constituídos por uma ou duas pessoas, passando a corresponder, em 2011, a cerca de 56,6% do total. No polo oposto,

assiste-se a uma redução drástica das famílias mais numerosas, principalmente daquelas que são constituídas por cinco ou mais pessoas, correspondendo, na mesma data, a somente 4,5% das presentes no concelho.

Ao nível do emprego, apenas cerca de metade da população residente no concelho (49,8%) se encontra ativa (proporção global que cresceu um ponto percentual desde a década anterior), sendo esta situação mais gravosa no grupo etário mais jovem (15-24 anos). Esta população encontra-se, maioritariamente, empregada no setor terciário, que regista uma crescente presença no concelho (cerca de 79% da população residente empregada), em detrimento, sobretudo, do setor primário, mas também do setor secundário, que assinalam decréscimos.

Neste contexto, em termos de desemprego, os dados relativos ao número de inscritos nos centros de emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) revelam uma evolução favorável, sugerindo que Bragança tem vindo a recuperar do auge da crise económico-financeira de 2012-2014. Na mesma linha, o poder de compra *per capita* cresceu, em termos globais, cerca de 11,3%, tendo passado de 86,7 no início do século XXI para 96,5 em 2017.

Em termos de dinâmica empresarial, verifica-se um decréscimo de 8,8% do número de estabelecimentos presentes no concelho. No entanto, este facto não significa, necessariamente, uma diminuição do número de pessoas ao serviço nas empresas de Bragança, uma vez que se observa um crescimento expressivo de 21,5% face ao valor registado em 2010.

Relativamente ao parque edificado, regista-se um incremento de 5,5% do número de edifícios em Bragança no período 2001-2011. Comparativamente com as unidades supramunicipais, este incremento não se apresenta tao acentuado como na região Norte, mas é superior ao observado a nível sub-regional. Todo o concelho continua a registar densidades do edificado bastante reduzidas, situando-se a média concelhia em 4,2 edifícios/hectare, sendo a máxima observada de 10,4 edifícios/hectare em Petisqueira (UF de São Julião de Palácios e Deilão). De matriz marcadamente residencial (em 2011, somente 12,3% dos edifícios do concelho possui outra função para além da habitacional), o parque edificado levanta questões importantes relacionadas com o seu estado de conservação, considerando que cerca de metade dos edifícios do concelho (49,9%) foram construídos antes da década de 80 do século passado.

Em termos de ocupação, em 2011, pouco mais de metade dos alojamentos familiares presentes é de residência habitual (55,7%), resultado do aumento de 40,5%, desde 2001, do número de residências secundárias. Simultaneamente, verifica-se uma redução de um terço do número de alojamentos

vagos, evidenciando a dinâmica do mercado imobiliário no concelho. No entanto, o número de barracas e outras instalações precárias permanece praticamente inalterado, registando-se 27 unidades deste tipo em 2011 (29 em 2001).

Por outro lado, a dinâmica construtiva e edificatória no concelho regista uma evolução relativamente constante, resultado de uma média homogénea de 100 edifícios licenciados por ano desde o início da década. As construções novas permanecem o tipo de obra dominante, sobretudo a partir de 2015, destinando-se, essencialmente, a habitação familiar, em detrimento de outros usos. No entanto, desde 2014, os outros usos começam a ganhar relevância, rivalizando, no período 2014-2016, com a construção de residências.

Relativamente aos investimentos municipais em operações urbanísticas, desde o início da década que o maior esforço orçamental tem sido feito no âmbito da criação e reabilitação de equipamentos públicos (41,5% do valor total investido), seguindo-se as obras de urbanização e as relacionadas com a qualificação do espaço público.

Quanto aos valores patrimoniais presentes no concelho, apesar do PDM em vigor identificar seis imóveis em vias de classificação, apenas um deles se encontra, desde 2012, classificado como Monumento de Interesse Público (MIP), designadamente a Igreja Paroquial de São João Baptista (antiga Sé). Assim, constata-se uma relativa ausência de dinamismo neste âmbito, uma vez que, decorridos 10 anos, o número de imóveis classificados no concelho aumentou apenas uma unidade, perfazendo um total de 30 elementos não se encontrando, ainda, qualquer outro elemento patrimonial (arquitetónico ou arqueológico) em vias de classificação.

No âmbito das infraestruturas rodoviárias, destaca-se a implementação da A4 (Porto -Vila Real – Bragança - Quintanilha), que permite um ganho de acessibilidade externa, quer na direção sudoeste (Vila Real e Porto), quer na direção nascente, favorecendo a ligação a Espanha, a partir da fronteira de Quintanilha. Simultaneamente, verifica-se, também, uma melhoria das acessibilidades entre o concelho e os territórios vizinhos, paralelamente a uma melhoria da acessibilidade interna, sobretudo entre as sedes de freguesia e a sede do concelho. Tal facto, deve-se, maioritariamente, ao aumento da extensão da rede rodoviária secundária e terciária ao longo dos últimos 10 anos (39,06 km).

Por sua vez, a rede do serviço de Transporte Público Rodoviário (TPR) não apresenta alterações significativas desde 2010. Destaca-se, no entanto, a presença do Serviço de Transportes Urbanos de Bragança (STUB), com características distintas para as áreas urbanas e para as áreas de carácter mais rural. No entanto, a reduzida frequência do serviço de TPR nas áreas de maior ruralidade

comprometem a eficácia e a atratividade do transporte público. Essa fragilidade já se encontra identificada pelo Município e, conforme o estudo de reestruturação já desenvolvido, será criado um serviço de transporte público flexível, direcionado para o serviço e as freguesias de menor densidade populacional.

Ao nível das infraestruturas urbanas, assiste-se a uma melhoria na cobertura da rede de distribuição e abastecimento de água, pelo que, atualmente, a infraestrutura serve 99% dos alojamentos do concelho. Ao longo dos últimos anos, regista-se, ainda, um aumento do número de pontos de captação de água e de reservatórios, bem como a reabilitação de 4,1% das condutas de abastecimento de água. Contudo, entre 2011 e 2017, verifica-se um aumento das perdas no sistema de abastecimento de água de cerca de 40%.

Relativamente à rede de drenagem de águas residuais, os dados relativos ao ano de 2018 mostram que 88% dos residentes no concelho se encontram servidos pelo sistema de drenagem de águas residuais, verificando-se, assim, um ligeiro aumento relativamente aos anos anteriores. Observa-se, ainda, um aumento de cerca de 39% do número de alojamentos servidos por soluções individuais de saneamento de águas residuais, bem como um crescimento do número de estações de tratamento de águas residuais, tendo sido criadas, entre 2011 e 2018, oito novas ETAR.

6.2 SÍNTESE DAS ALTERAÇÕES AO CONTEXTO LEGAL E ESTRATÉGICO

Tendo decorrido uma década após a publicação do PDM de Bragança, o contexto legal conheceu profundas alterações, quer ao nível da organização do sistema nacional de gestão territorial, quer ao nível do âmbito, conteúdo e procedimentos de elaboração, acompanhamento e aprovação dos planos municipais.

O Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que desenvolve a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solo, Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio), veio substituir o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, passando a ser o diploma legal que define o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal do sistema de gestão territorial, o regime de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos IGT. Nos termos deste novo RJGT, os planos territoriais de âmbito municipal estabelecem, de acordo com as diretrizes estratégicas de âmbito regional e com as opções de desenvolvimento estratégico local, o regime de uso do solo e a respetiva execução. Por sua vez, o Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, constitui o diploma legal que estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios de qualificação e as categorias do solo rústico e do solo urbano em função do uso dominante, aplicáveis a todo o território nacional.

Para além das alterações consubstanciadas no novo RJGT, constata-se a emergência de nova legislação com impacto relevante nos processos de elaboração/revisão dos PDM. Estes documentos legais podem ser divididos em três tipos, de acordo com a natureza das respetivas disposições legais e da sua relação com o conteúdo dos planos — diplomas legais que regulamentam aspetos específicos dos processos de elaboração/revisão dos PDM, legislação de âmbito setorial que influencia o conteúdo dos PDM e legislação relativa a outras servidões e restrições de utilidade pública — e as suas disposições deverão ser equacionadas no âmbito da revisão do PDM de Bragança.

Por seu turno, o contexto estratégico apresenta, igualmente, consideráveis alterações.

A revisão do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), revogando a Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro, assume-se como o referencial estratégico nacional para os demais instrumentos de gestão territorial, para a territorialização das políticas públicas e para a programação de investimentos territoriais a financiar por programas nacionais e comunitários.

A nível regional, a proposta de Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROT-N), de dezembro de 2009, identifica um conjunto de objetivos estratégicos de programação para a região

Norte no sentido da estruturação e desenvolvimento sustentável do território. Por seu turno, o Plano Regional de Ordenamento Florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro (PROF-TMAD), que estabelece as novas orientações estratégicas para o ordenamento florestal, determina objetivos comuns e individuais para as diversas sub-regiões homogéneas delimitadas, definindo modelos de organização territorial que assentam em normas que condicionam a ocupação, o uso e a transformação do solo nos espaços florestais que devem ser integradas na elaboração/revisão dos PDM. O Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro (PGRH-RH3), instrumento de planeamento dos recursos hídricos que visa a gestão, proteção e valorização ambiental, social e económica das águas, bem como o Plano de Ordenamento da Albufeira do Azibo (POAA) e o Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho (POPNM), que estabelecem regimes de salvaguarda dos recursos e valores naturais, definem, igualmente, objetivos estratégicos de âmbito regional com incidência territorial em Bragança que devem ser ponderados no âmbito da revisão do respetivo PDM.

A revisão do PDM de Bragança deve, ainda, ponderar os objetivos fundamentais de desenvolvimento definidos, a nível local, no PU de Bragança, bem como os objetivos e as propostas de intervenção constantes no Plano de Pormenor para a Zona Histórica de Bragança I (PPZHB I).

Simultaneamente, a Estratégia Cidades Sustentáveis 2020, a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030), a Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH), a Estratégia Turismo 2027 (ET 27), o Programa Nacional de Coesão Territorial (PNCT), a Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa (ENMA 2020-2030) e o Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR) constituem, nos diversos domínios setoriais a que reportam, outros instrumentos de política de ordenamento do território e de desenvolvimento urbano a considerar no âmbito do processo de planeamento que agora se inicia.

A nível regional/sub-regional, destaca-se a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial das Terras de Trás-os-Montes (EIDT-TTM), que define eixos de desenvolvimento estratégico para a sub-região, o Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável das Terras de Trás-os-Montes (PAMUS-TTM), que estabelece a estratégia global de intervenção para este território relativamente à gestão da mobilidade, e o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Terra Fria do Nordeste Transmontano (PIAAC-TFNT), que procura criar as bases para a elaboração de uma estratégia intermunicipal de adaptação às alterações climáticas.

Na esfera municipal, destaca-se, ainda, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Bragança (PEDU de Bragança), que procura dar resposta aos grandes desafios do desenvolvimento urbano do

Município em termos de mobilidade sustentável, regeneração urbana e integração das comunidades desfavorecidas, bem como a estratégia subjacente à delimitação das três Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) no concelho de Bragança.

6.3 CONTRIBUTOS PARA A REVISÃO DO PDM DE BRAGANÇA

O contexto territorial, legislativo e político-estratégico que acaba de se sintetizar determina a indispensabilidade de se promover o início de um procedimento de revisão do PDM de Bragança. Para além das conclusões sobre a evolução do território concelhio e sobre a desadequação de algumas das propostas do PDM em vigor face a esta evolução, existe uma razão de carácter legal muito tangível que torna a revisão do PDM indispensável no curto prazo – os planos municipais que até 13 de julho de 2020 não incluírem as novas regras de classificação e qualificação do solo, definidas no Decreto Regulamentar n.º 15/2015, poderão ver suspensas as respetivas normas que deveriam ter sido alteradas e, por conseguinte, na área abrangida, não poderá haver lugar à prática de quaisquer atos ou operações que impliquem a ocupação, uso e transformação do solo.

O processo de revisão do PDM de Bragança, que agora se inicia, enfrentará uma série de desafios que resultam tanto das alterações e dinâmicas territoriais que este documento procurou identificar e avaliar, como das substanciais alterações do contexto legal e político-estratégico no domínio do ordenamento do território e desenvolvimento urbano que ocorreram na última década. Desta forma, o sucesso do processo de revisão do PDM, aferido quer pelo cumprimento das exigências legais em termos de acompanhamento institucional e dos prazos de conclusão dos trabalhos de revisão do plano, quer pelos resultados e impactos da implementação das propostas (estratégicas, programáticas e regulamentares) que o mesmo plano veiculará, dependerá, em grande medida, da forma como forem ponderados e resolvidos alguns aspetos críticos deste exercício de planeamento.

Assim sendo, consideram-se como aspetos críticos para o processo de revisão do PDM de Bragança os seguintes:

- Afirmação da dimensão estratégica do PDM e da necessidade de focagem das propostas regulamentares, assegurando, nomeadamente, uma melhoria da formulação e da explicitação das componentes estratégicas, em sintonia com os procedimentos e resultados da Avaliação Ambiental Estratégica.
- Promoção de um planeamento mais explícito e firme nos princípios e nas regras relativas ao regime de uso do solo e à salvaguarda de riscos e, ao mesmo tempo, mais adaptativo, através da adoção de mecanismos de programação em função dos resultados da gestão e de soluções de remissão para regulamentos municipais.

- Definição de princípios e regras gerais para a reclassificação do solo rústico, de forma a evitar operações de reclassificação casuísticas que desvirtuem o modelo de organização territorial consubstanciado na Planta de Ordenamento.
- Consideração e internalização no PDM de todas as disposições relativas à gestão do território que tenham incidência territorial urbanística, incluindo as que decorrem do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho e do Plano de Ordenamento da Albufeira do Azibo (ambos em fase de recondução a programa) e da aplicação do regime jurídico da Rede Natura 2000 nas áreas delimitadas pelos SIC Montesinho/Nogueira, Rios Sabor e Maçãs, Morais e Samil (Plano Setorial da Rede Natura 2000 e futuros Planos de Gestão dos SIC/ZEC).
- Articulação do PDM com os instrumentos de ordenamento florestal (PROF Trás-os-Montes e Alto Douro) e com os instrumentos (existentes e futuros) de defesa e gestão integrada da floresta, numa lógica de compatibilização entre a gestão do risco de incêndio e salvaguarda de pessoas e bens, desenvolvimento económico e valores naturais.
- Definição da rede urbana e da rede de áreas de atividade económica ponderando a inserção de Bragança no contexto do sistema urbano regional e nacional, as condições de mobilidade garantidas pelas redes de acessibilidades e transportes e as condições de acesso da população a serviços de interesse geral e das empresas a serviços de interesse económico.
- Definição de um modelo de organização territorial que favoreça a dimensão proximidade nas diferentes vertentes do dia-a-dia das populações, nomeadamente no que está relacionado com a relação casa/trabalho e com o acesso às funções urbanas não residenciais.
- Ponderação dos problemas, desafios e objetivos estratégicos da política municipal de habitação e de reabilitação urbana, nomeadamente no que está relacionado com a oferta e acessibilidade ao mercado habitacional local e com a reabilitação dos espaços urbanos centrais de maior valor identitário e patrimonial.
- Reforço das dimensões do ordenamento agrícola e florestal, tendo em vista a compatibilização entre a valorização económica dos recursos endógenos, a valorização dos serviços dos ecossistemas e a prevenção e redução dos riscos naturais, num cenário de mudança climática.
- Salvaguarda e proteção dos recursos e valores naturais — água, solo e biodiversidade — nomeadamente através da delimitação e regulamentação da Estrutura Ecológica Municipal.
- Contenção da artificialização do solo, nomeadamente através da redução e controlo dos perímetros urbanos, e restrição da nova edificação dispersa e isolada em solo rústico.

- Definição de uma estratégia de criação e formalização de espaços de acolhimento empresarial mais ajustada às reais necessidades do concelho, sobretudo no que a ver com os setores económicos mais dinâmicos, inovadores e centrados na valorização dos recursos endógenos, numa lógica de otimização das infraestruturas existentes e de complementaridade da oferta ao nível regional e sub-regional.
- Conformação dos perímetros urbanos aos critérios de classificação do solo estabelecidos no Decreto Regulamentar n.º 15/2015, num contexto legal marcado pela contenção do solo urbano e pela excecionalidade das situações de reclassificação para solo urbano e num contexto territorial onde se observa a existência de uma elevada proporção de áreas com urbanização programada não executada.
- Aproveitamento da Avaliação Ambiental Estratégica não apenas como importante instrumento de otimização, do ponto de vista ambiental e de sustentabilidade, das propostas do PDM, mas também como instrumento promotor de procedimentos de monitorização e avaliação do ambiente e do ordenamento do território.
- Reforço da dimensão programática do PDM, com destaque para o Programa de Execução e Plano de Financiamento que, nos termos do RJGT, para além da identificação e programação das intervenções consideradas estruturantes, devem incluir a ponderação da viabilidade jurídico-fundiária e da sustentabilidade económico-financeira das respetivas propostas.
- Definição das formas e modalidades de perequação compensatória, incluindo a justa repartição de benefícios e encargos e a redistribuição das mais-valias fundiárias, procurando integrar os diferentes níveis territoriais do planeamento e da programação – as unidades operativas de planeamento e gestão, os planos de pormenor e as unidades de execução – e mobilizando os diversos sistemas e instrumentos de execução previstos no RJGT.
- Adoção e formatação das figuras legais “fundo municipal de sustentabilidade ambiental e urbanística” e “programa de financiamento urbanístico”, previstas no RJGT, tendo em vista a eventual afetação de mais-valias urbanísticas à promoção da reabilitação urbana e à remuneração dos serviços dos ecossistemas.
- Definição de uma estratégia de desenvolvimento territorial e de um modelo de organização territorial que permitam a valorização e potenciação dos principais ativos territoriais e recursos endógenos – localização e condições de conectividade nacional/internacional, valores naturais, paisagem e património cultural edificado e imaterial – e contribuam para a promoção

da diversidade e multifuncionalidade das áreas urbanas e para o reforço do policentrismo ao nível inframunicipal.

7. ELEMENTOS DE REFERÊNCIA

7.1 BIBLIOGRAFIA

Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (2020). *Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais 2020-2030*.

Agência Portuguesa do Ambiente (maio 2016). *Plano de Gestão de Região Hidrográfica 2016/2021 - Região Hidrográfica do Douro (RH3)*.

Agência Portuguesa do Ambiente (2019). *Planos de Gestão dos Riscos de Inundações – Avaliação preliminar dos riscos de inundações. Região Hidrográfica do Douro (RH3)*.

Câmara Municipal de Bragança (2008). *Plano Diretor do Aeroporto Regional de Bragança*.

Câmara Municipal de Bragança (março de 2012). *Carta Social do Concelho de Bragança*.

Câmara Municipal de Bragança (maio de 2012). *Carta Educativa do Concelho de Bragança*.

Câmara Municipal de Bragança (maio de 2012). *Guia de Boas Práticas de Intervenção Social no Concelho de Bragança*.

Câmara Municipal de Bragança (2015). *Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Bragança*.

Câmara Municipal de Bragança (2017). *Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Bragança*.

Câmara Municipal de Bragança (2019). *Serviço de Transporte Público de Passageiros e Flexível em Bragança e Revisão da Reestruturação da Rede de Transporte Público*.

Câmara Municipal de Bragança (2020). *Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Bragança*.

Câmara Municipal de Bragança/Plural - Planeamento Urbano, Regional e de Transportes, Lda. (abril de 2008); *Plano de Urbanização de Bragança. Volume II - Relatório*.

Câmara Municipal de Bragança/Plural - Planeamento Urbano, Regional e de Transportes, Lda. (dezembro de 2004/outubro de 2009); *1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Bragança. Volume I - Análise e Diagnóstico*.

Câmara Municipal de Bragança/Plural - Planeamento Urbano, Regional e de Transportes, Lda. (outubro de 2009, corrigido em janeiro de 2010); *1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Bragança. Volume II - Relatório e restantes elementos da proposta*.

Câmara Municipal de Bragança/Plural - Planeamento Urbano, Regional e de Transportes, Lda. (outubro de 2009, corrigido em janeiro de 2010); *1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Bragança. Volume III - Regulamento, Planta de Ordenamento e Planta de Condicionantes.*

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (2016). *Revisão do PDM - Guia Orientador.*

Comissão Municipal de Defesa da Floresta (2015). *Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Bragança: 2013-2017.*

Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes. *Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial- Terras de Trás-os-Montes.*

Direção-Geral do Território (junho de 2018). *Especificações Técnicas da Carta de Uso e Ocupação do Solo (COS) de Portugal Continental para 1995, 2007, 2010 e 2015.*

Direção-Geral do Território (dezembro de 2019). *Especificações Técnicas da Carta de Uso e Ocupação do Solo (COS) de Portugal Continental para 2018.*

Direção-Geral do Território (2018). *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território: Diagnóstico.*

Direção-Geral do Território (2018). *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território: Estratégia.*

Direção-Geral do Território (2018). *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território: Uma Agenda para o Território (Programa de Ação).*

Instituto Nacional de Estatística (2019). *Anuário Estatístico de Portugal - 2018.* INE, I.P.; Lisboa.

Lusa (2019). *Começaram as obras para o comboio regressar ao Tua.*

Ministério do Ambiente e da Transição Energética (2019). *Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa. ENMA 2020-2030.*

Resíduos do Nordeste, EIM. (2018). *Relatório e contas.*

Sociedade Portuguesa de Inovação (SPI), Transportes, Inovação e Sistemas (TIS) (2016). *Plano de Ação de Mobilidade Sustentável das Terras de Trás- os- Montes. Relatório final.*

Sociedade Portuguesa de Inovação (SPI) (2018). *Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Terra Fria do Nordeste Transmontano.*

Unidade de Missão para a Valorização do Interior (2016). *Programa Nacional para a Coesão Territorial.*

7.2 LEGISLAÇÃO

Bases do regime jurídico da revelação e do aproveitamento dos recursos geológicos existentes no território nacional

Lei n.º 54/2015, de 22 de junho

Cidades Sustentáveis 2020

Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2015, de 16 de julho

Classificação dos bens imóveis de interesse cultural e regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda

Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro

Código Florestal

Decreto-Lei n.º 254/2009, de 24 de setembro

Conceitos técnicos atualizados nos domínios do ordenamento do território e urbanismo

Decreto Regulamentar n.º 5/2019, de 27 de setembro

Critérios de classificação e reclassificação do solo

Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto

Diretivas comunitárias relativas à conservação das aves selvagens e à preservação dos habitantes naturais e da fauna e flora selvagens (transposição)

Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril

Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro

Estatuto das Estradas da Rede Nacional

Lei n.º 34/2015, de 27 de abril

Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade | ENCNB

Resolução Do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio

Lei da Água

Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro (1.ª publicação)

Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de junho (alteração e republicação)

Lei de Bases da Habitação

Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro

Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo | LBGPPSOTU

Lei n.º 31/2014, de 30 de maio

Lista Nacional de Sítios de Importância Comunitária

Declaração n.º 5/97, de 28 de agosto (1.ª fase)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/00, de 5 de julho (2.ª fase)

Parâmetros para o dimensionamento das áreas destinadas a espaços verdes e de utilização coletiva, infraestruturas viárias e equipamentos de utilização coletiva

Portaria n.º 216-B/2008

Parques Nacionais e outros tipos de reservas

Lei n.º 9/70, de 19 de julho

Perímetros de proteção para captações de águas subterrâneas destinadas ao abastecimento público

Decreto-Lei n.º 382/99, de 22 de setembro

Plano de Gestão da Região Hidrográfica | PGRH

Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro (1.ª publicação)

Declaração de Retificação n.º 22-B/2016, de 18 de novembro (retificação e republicação)

Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho

Resolução do Conselho de Ministros n.º 179/2008, de 24 de novembro

Plano de Pormenor para a Zona Histórica de Bragança I

Resolução do Conselho de Ministros n.º 99/2007, de 26 de julho

Plano de Urbanização de Bragança

Aviso n.º 4407/2009, de 25 de fevereiro

Plano Diretor Municipal de Bragança

Aviso n.º 12248-A/2010, de 18 de junho (revisão)

Aviso n.º 5469/2019, de 28 de março (1.ª alteração, incidindo apenas sobre algumas disposições do regulamento do plano)

Plano Nacional da Água | PNA

Decreto-Lei n.º 112/2002, de 17 de abril (1.ª publicação)

Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro (revisão)

Plano Rodoviário Nacional | PRN

Decreto-Lei n.º 380/85, de 26 de setembro

Decreto-Lei n.º 222/1998, de 17 de julho (1.ª publicação)

Lei n.º 98/1999, de 26 de julho (1.ª alteração)

Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de agosto (2.ª alteração)

Plano Setorial da Rede Natura 2000

Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho

Política Nacional de Arquitetura e Paisagem | PNAP

Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2015, de 7 de julho

Princípios e normas para a produção cartográfica

Decreto-Lei n.º 130/2019, de 30 de agosto

Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território | PNPOT

Alteração da Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.º 80-A/2007, de 7 de setembro, e n.º 103-A/2007, de 23 de novembro;

Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro (revisão)

Programa Nacional para a Coesão Territorial

Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2016, de 24 de novembro

Regime de avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente

Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho

Regime de Avaliação e Gestão da Qualidade do Ar

Decreto-Lei n.º 102/2010, de 23 de setembro

Regime de aproveitamento das águas minerais naturais

Decreto-Lei n.º 86/90, de 16 de março

Regime especial das expropriações e constituição de servidões necessárias à realização de infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais

Decreto-Lei n.º 123/2010, de 12 de novembro

Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade | RJCNB

Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho

Regime Jurídico da Reabilitação Urbana | RERU

Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado e republicado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto

Regime Jurídico da Titularidade dos Recursos Hídricos

Lei n.º 31/2016, de 23 de agosto

Regime Jurídico da Urbanização e Edificação | RJUE

Decreto-Lei n.º 555/1999, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 46-A/2014, de 10 de novembro, na sua versão mais recente

Regime Jurídico de Proteção das Albufeiras de Águas Públicas de Serviço Público e dos Lagos e Lagoas de Águas Públicas

Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio

Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial | RJGT

Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio

Regime Jurídico dos Planos Municipais de Ordenamento do Território

Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de março

Regulamento das Normas e Especificações Técnicas da Cartografia

Regulamento n.º 142/2016, de 9 de fevereiro

Regulamento Geral do Ruído

Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro

Reorganização Administrativa do Território das Freguesias

Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro (1.ª publicação)

Declaração de Retificação n.º 19/2013, de 28 de março (1.ª alteração)

Reserva Agrícola Nacional | RAN

Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro

Reserva Ecológica Nacional | REN

Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto

Portaria 336/2019, de 26 de setembro (revisão das orientações estratégicas)

Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal

Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio

Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios

Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto

Transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação

Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro

7.3 RECURSOS WEB

Agência Portuguesa do Ambiente | APA

www.apambiente.pt

Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões | ASF

www.asf.com.pt

Câmara Municipal de Bragança | CMB

www.cm-braganca.pt

Comboios de Portugal | CP

www.cp.pt

Direção-Geral de Energia e Geologia

www.dgeg.gov.pt

Direção-Geral do Património Cultural | DGPC

www.patrimoniocultural.gov.pt

Direção-Geral do Território | DGT

www.dgterritorio.pt

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares | DGEstE

www.dgeste.mec.pt

Direção Regional da Cultura do Norte

www.culturanorte.gov.pt

Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos | ERSAR

www.ersar.pt

Estratégia Turismo 2027

<https://estrategia.turismodeportugal.pt>

Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

<http://www.gep.mtsss.gov.pt/>

Globalvia Transmontana

<http://aetransmontana.pt>

Infraestruturas de Portugal

www.infraestruturasdeportugal.pt

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas | ICNF

www.icnf.pt

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana | IHRU - Portal da Habitação

Áreas de Reabilitação Urbana

www.portaldahabitacao.pt

www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/reabilitacao

Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP. | IMT

www.imt-ip.pt

Instituto Nacional de Estatística | INE

www.ine.pt

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

www.sg.mtsss.gov.pt

Portal do Arqueólogo

<https://arqueologia.patrimoniocultural.pt>

Qualidade do Ar | QualAR

<https://qualar.apambiente.pt/>

Rede Expressos

www.rede-expressos.pt

Registo Nacional de Turismo | RNT

<https://rnt.turismodeportugal.pt/>

Resíduos do Nordeste Empresa Intermunicipal

<https://residuosdonordeste.pt>

RODONORTE

www.rodonorte.pt

Santos, Viagens e Turismo, Lda.

www.santosviagensturismo.pt

Sistema de Informação Geográfica do Turismo | SIGTUR

<https://sigtur.turismodeportugal.pt/>

Serviço Nacional de Saúde

www.sns.gov.pt

SEVENAIR

www.fly.sevenair.com

Sistema de Informação Geográfica de Gestão de Carreiras | SIGGESC

<http://www.siggesc.imt-ip.pt>

Sistema de Informação para o Património Arquitetónico | SIPA

<http://www.monumentos.gov.pt>

Turismo de Portugal

www.turismodeportugal.pt

ANEXOS

ANEXOS

- ANEXO I** Parque Edificado
- ANEXO II** Dinâmica Empresarial
- ANEXO III** Investimentos Municipais por Área de Atuação
- ANEXO IV** Património Arquitetónico e Arqueológico
- ANEXO V** Pressões Significativas para as Massas de Água Superficiais do Concelho de Bragança
- ANEXO VI** Quadro Estratégico

ANEXO I - PARQUE EDIFICADO

No presente anexo, relativo ao parque edificado do concelho de Bragança, apresentam-se as seguintes tabelas:

- a) Evolução dos edifícios clássicos, por função e por freguesia (2001-2011);
- b) Evolução do estado de conservação dos edifícios clássicos, por freguesia (2001-2011);
- c) Evolução da forma de ocupação dos alojamentos familiares, por freguesia (2001-2011).

A_Tabela 1. Evolução dos edifícios clássicos, por função e por freguesia (2001-2011)
(Fonte: Censos 2001-2011, INE)

UNIDADE TERRITORIAL INFRA-CONCELHIA	EXCLUSIVAMENTE RESIDENCIAL					PRINCIPALMENTE RESIDENCIAL					PRINCIPALMENTE NÃO RESIDENCIAL				
	2001		2011		2001-2011	2001		2011		2001-2011	2001		2011		2001-2011
	n.º	%	n.º	%	%	n.º	%	n.º	%	%	n.º	%	n.º	%	%
Alfaião	107	93,0	139	100,0	29,9	8	7,0	-	-	-100,0	-	-	-	-	s/Var.
Babe	188	97,4	196	98,0	4,3	5	2,6	2	1,0	-60,0%	-	-	2	1,0	100,0*
Baçal	294	98,3	121	37,3	-58,8	5	1,7	199	61,4	3880,0	-	-	4	1,2	100,0*
Carragosa	171	97,7	182	100,0	6,4	3	1,7	-	-	-100,0	1	0,6	-	-	-100,0
Castro de Avelãs	217	95,6	227	94,6	4,6	8	3,5	13	5,4	62,5	2	0,9	-	-	-100,0
Coelhoso	70	27,2	307	98,1	338,6	53	20,6	6	1,9	-88,7	134	52,1	-	-	-100,0
Donai	246	100,0	300	100,0	22,0	-	-	-	-	s/Var.	-	-	-	-	s/Var.
Espinhosela	229	97,9	62	25,5	-72,9	5	2,1	181	74,5	3520,0	-	-	-	-	s/Var.
França	216	100,0	235	95,1	8,8	-	-	10	4,0	100,0*	-	-	2	0,8	100,0*
Gimonde	180	96,8	216	94,3	20,0	6	3,2	11	4,8	83,3	-	-	2	0,9	100,0*
Gondesende	129	97,7	127	95,5	-1,6	2	1,5	5	3,8	150,0	1	0,8	1	0,8	s/Var.
Gostei	202	94,8	233	96,3	15,3	10	4,7	9	3,7	-10,0	1	0,5	0	0,0	-100,0
Grijó de Parada	52	23,4	227	98,7	336,5	168	75,7	2	0,9	-98,8	2	0,9	1	0,4	-50,0
Macedo do Mato	219	98,2	218	99,1	-0,5	4	1,8	2	0,9	-50,0	-	-	-	-	s/Var.
Mós	160	98,2	140	81,4	-12,5	3	1,8	32	18,6	966,7	-	-	-	-	s/Var.
Nogueira	219	96,5	216	94,7	-1,4	5	2,2	3	1,3	-40,0	3	1,3	9	3,9	200,0
Outeiro	305	98,1	291	99,0	-4,6	3	1,0	3	1,0	s/Var.	3	1,0	-	-	-100,0
Parâmio	187	100,0	40	18,4	-78,6	-	-	176	81,1	100,0*	-	-	1	0,5	100,0*
Pinela	226	98,7	250	98,0	10,6	3	1,3	3	1,2	s/Var.	-	-	2	0,8	100,0*
Quintanilha	208	99,5	199	98,5	-4,3	1	0,5	1	0,5	s/Var.	-	-	2	1,0	100,0*
Quintela de Lapaças	241	100,0	222	99,1	-7,9	-	-	2	0,9	100,0*	-	-	-	-	s/Var
Rabal	166	97,6	149	90,9	-10,2	3	1,8	14	8,5	366,7	1	0,6	1	0,6	s/Var
Rebordãos	323	98,8	322	98,8	-0,3	4	1,2	4	1,2	s/Var.	-	-	-	-	s/Var
Salsas	319	94,7	308	99,0	-3,4	11	3,3	2	0,6	-81,8	7	2,1	1	0,3	-85,7
Samil	227	51,9	519	95,4	128,6	186	42,6	24	4,4	-87,1	24	5,5	1	0,2	-95,8
Santa Comba de Rossas	220	96,1	218	96,0	-0,9	9	3,9	8	3,5	-11,1	0	0,0	1	0,4	100,0*
São Pedro de Sarracenos	160	95,8	189	99,0	18,1	6	3,6	2	1,0	-66,7	1	0,6	-	-	-100,0
Sendas	151	99,3	146	100,0	-3,3	1	0,7	-	-	-100,0	-	-	-	-	s/Var
Serapicos	259	98,5	233	99,6	-10,0	4	1,5	1	0,4	-75,0	-	-	-	-	s/Var
Sortes	182	98,9	178	93,2	-2,2	1	0,5	12	6,3	1100,0	1	0,5	1	0,5	s/Var
UF de Aveleda e Rio de Onor	278	82,7	343	99,1	23,4	11	3,3	1	0,3	-90,9	47	14,0	2	0,6	-95,7
UF de Castrelos e Carrazedo	273	98,2	274	98,2	0,4	5	1,8	5	1,8	s/Var.	-	-	-	-	s/Var
UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova	751	89,8	770	96,3	2,5	71	8,5	28	3,5	-60,6	14	1,7	2	0,3	-85,7
UF de Parada e Failde	591	97,5	561	84,5	-5,1	15	2,5	98	14,8	553,3	-	-	5	0,8	100,0*
UF de Rebordainhos e Pombares	181	95,3	144	82,8	-20,4	8	4,2	30	17,2	275,0	1	0,5	-	-	-100,0
UF de Rio Frio e Milhão	274	73,7	364	98,6	32,8	86	23,1	4	1,1	-95,3	12	3,2	1	0,3	-91,7
UF de São Julião de Palácios e Deilão	193	45,8	179	44,2	-7,3	227	53,9	226	55,8	-0,4	1	0,2	-	-	-100,0
UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	4.964	87,0	5.353	86,6	7,8	666	11,7	769	12,4	15,5	78	1,4	60	1,0	-23,1
Zoio	123	93,9	84	64,6	-31,7	7	5,3	46	35,4	557,1	1	0,8	-	-	-100,0
TOTAL/MÉDIA DO CONCELHO	13.701	87,6	14.482	87,7	5,7	1.613	10,3	1.934	11,7	19,9	335	2,1	101	0,6	-69,9

A_Tabela 2. Evolução do estado de conservação dos edifícios clássicos, por freguesia (2001-2011)
(Fonte: Censos 2001-2011, INE)

UNIDADE TERRITORIAL INFRA-CONCELHIA	SEM NECESSIDADE DE REPARAÇÃO					COM NECESSIDADE DE REPARAÇÃO					MUITO DEGRADADO				
	2001		2011		2001-2011	2001		2011		2001-2011	2001		2011		2001-2011
	n.º	%	n.º	%	%	n.º	%	n.º	%	%	n.º	%	n.º	%	%
Alfaião	99	86,1	113	81,3	14,1	16	13,9	20	14,4	25,0	-	-	6	4,3	100,0*
Babe	97	50,3	171	85,5	76,3	93	48,2	29	14,5	-68,8	3	1,6	-	-	-100,0
Baçal	149	49,8	177	54,6	18,8	116	38,8	146	45,1	25,9	34	11,4	1	0,3	-97,1
Carragosa	111	63,4	75	41,2	-32,4	63	36,0	85	46,7	34,9	1	0,6	22	12,1	2.100,0
Castro de Avelãs	159	70,0	211	87,9	32,7	62	27,3	29	12,1	-53,2	6	2,6	-	-	-100,0
Coelhoso	156	60,7	273	87,2	75,0	95	37,0	40	12,8	-57,9	6	2,3	-	-	-100,0
Donai	23	9,3	96	32,0	317,4	189	76,8	202	67,3	6,9	34	13,8	2	0,7	-94,1
Espinhosela	80	34,2	185	76,1	131,3	153	65,4	58	23,9	-62,1	1	0,4	-	-	-100,0
França	158	73,1	177	71,7	12,0	57	26,4	67	27,1	17,5	1	0,5	3	1,2	200,0
Gimonde	133	71,5	166	72,5	24,8	49	26,3	63	27,5	28,6	4	2,2	-	-	-100,0
Gondesende	46	34,8	28	21,1	-39,1	86	65,2	100	75,2	16,3	-	-	5	3,8	100,0*
Gostei	190	89,2	187	77,3	-1,6	23	10,8	55	22,7	139,1	-	-	-	-	s/Var.
Grijó de Parada	86	38,7	206	89,6	139,5	129	58,1	24	10,4	-81,4	7	3,2	-	-	-100,0
Macedo do Mato	109	48,9	111	50,5	1,8	93	41,7	107	48,6	15,1	21	9,4	2	0,9	-90,5
Mós	83	50,9	23	13,4	-72,3	77	47,2	146	84,9	89,6	3	1,8	3	1,7	s/Var.
Nogueira	133	58,6	196	86,0	47,4	94	41,4	32	14,0	-66,0	-	-	-	-	s/Var.
Outeiro	137	44,1	276	93,9	101,5	159	51,1	18	6,1	-88,7	15	4,8	-	-	-100,0
Parâmio	162	86,6	152	70,0	-6,2	25	13,4	64	29,5	156,0	-	-	1	0,5	100,0*
Pinela	118	51,5	242	94,9	105,1	111	48,5	13	5,1	-88,3	-	-	-	-	s/Var.
Quintanilha	94	45,0	141	69,8	50,0	115	55,0	61	30,2	-47,0	-	-	-	-	s/Var.
Quintela de Lapaças	180	74,7	160	71,4	-11,1	61	25,3	63	28,1	3,3	-	-	1	0,4	100,0*
Rabal	118	69,4	109	66,5	-7,6	52	30,6	55	33,5	5,8	-	-	-	-	s/Var.
Rebordãos	179	54,7	208	63,8	16,2	110	33,6	116	35,6	5,5	38	11,6	2	0,6	-94,7
Salsas	124	36,8	192	61,7	54,8	173	51,3	108	34,7	-37,6	40	11,9	11	3,5	-72,5
Samil	360	82,4	497	91,4	38,1	73	16,7	46	8,5	-37,0	4	0,9	1	0,2	-75,0
Santa Comba de Rossas	94	41,0	169	74,4	79,8	119	52,0	52	22,9	-56,3	16	7,0	6	2,6	-62,5
São Pedro de Sarracenos	36	21,6	147	77,0	308,3	103	61,7	44	23,0	-57,3	28	16,8	-	-	-100,0
Sendas	118	77,6	117	80,1	-0,8	29	19,1	29	19,9	s/Var.	5	3,3	-	-	-100,0
Serapicos	92	35,0	185	79,1	101,1	158	60,1	36	15,4	-77,2	13	4,9	13	5,6	s/Var.
Sortes	29	15,8	75	39,3	158,6	151	82,1	112	58,6	-25,8	4	2,2	4	2,1	s/Var.
UF de Aveleda e Rio de Onor	75	22,3	239	69,1	218,7	242	72,0	98	28,3	-59,5	19	5,7	9	2,6	-52,6
UF de Castrelos e Carrazedo	136	48,9	127	45,5	-6,6	142	51,1	145	52,0	2,1	-	-	7	2,5	100,0*
UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova	461	55,1	477	59,6	3,5	370	44,3	320	40,0	-13,5	5	0,6	3	0,4	-40,0
UF de Parada e Failde	213	35,1	421	63,4	97,7	362	59,7	239	36,0	-34,0	31	5,1	4	0,6	-87,1
UF de Rebordainhos e Pombares	34	17,9	118	67,8	247,1	138	72,6	55	31,6	-60,1	18	9,5	1	0,6	-94,4
UF de Rio Frio e Milhão	236	63,4	204	55,3	-13,6	135	36,3	165	44,7	22,2	1	0,3	-	-	-100,0
UF de São Julião de Palácios e Deilão	213	50,6	334	82,5	56,8	199	47,3	71	17,5	-64,3	9	2,1	-	-	-100,0
UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	3.695	64,7	4.777	77,3	29,3	1892	33,1	1.378	22,3	-27,2	121	2,1	27	0,4	-77,7
Zoio	77	58,8	28	21,5	-63,6	50	38,2	100	76,9	100,0	4	3,1	2	1,5	-50,0
TOTAL/MÉDIA DO CONCELHO	8.793	56,2	11.790	71,4	34,1	6.364	40,7	4.591	27,8	-27,9	492	3,1	136	0,8	-72,4

A_Tabela 3. Evolução da forma de ocupação dos alojamentos familiares, por freguesia (2001-2011)
 (Fonte: Censos 2001-2011, INE)

UNIDADE TERRITORIAL INFRA-CONCELHIA	RESIDÊNCIA HABITUAL					RESIDÊNCIA SECUNDÁRIA					VAGO				
	2001		2011		2001-2011	2001		2011		2001-2011	2001		2011		2001-2011
	n.º	%	n.º	%	%	n.º	%	n.º	%	%	n.º	%	n.º	%	%
Alfaião	69	60,0%	72	51,1	4,3	46	40,0	69	48,9	50,0	-	-	-	-	s/Var.
Babe	118	61,1%	108	54,3	-8,5	60	31,1	84	42,2	40,0	15	7,8	7	3,5	-53,3
Baçal	180	59,6%	187	57,7	3,9	85	28,1	132	40,7	55,3	37	12,3	5	1,5	-86,5
Carragosa	92	52,6%	80	43,7	-13,0	71	40,6	72	39,3	1,4	12	6,9	31	16,9	158,3
Castro de Avelãs	170	71,4%	175	68,9	2,9	39	16,4	77	30,3	97,4	29	12,2	2	0,8	-93,1
Coelhoso	126	48,6%	126	40,4	s/Var.	133	51,4	184	59,0	38,3	-	-	2	0,6	100,0*
Donai	148	57,4%	168	54,2	13,5	71	27,5	118	38,1	66,2	39	15,1	24	7,7	-38,5
Espinhosela	125	52,7%	105	43,8	-16,0	83	35,0	103	42,9	24,1	29	12,2	32	13,3	10,3
França	123	56,7%	115	48,3	-6,5	75	34,6	99	41,6	32,0	19	8,8	24	10,1	26,3
Gimonde	135	70,7%	135	60,0	s/Var.	47	24,6	85	37,8	80,9	9	4,7	5	2,2	-44,4
Gondesende	81	60,9%	79	62,2	-2,5	31	23,3	44	34,6	41,9	21	15,8	4	3,1	-81,0
Gostei	146	67,6%	159	64,6	8,9	68	31,5	73	29,7	7,4	2	0,9	14	5,7	600,0
Grijó de Parada	138	61,1%	126	54,5	-8,7	81	35,8	105	45,5	29,6	7	3,1	-	-	-100,0
Macedo do Mato	131	58,7%	106	48,2	-19,1	72	32,3	114	51,8	58,3	20	9,0	-	-	-100,0
Mós	79	48,5%	75	44,1	-5,1	56	34,4	95	55,9	69,6	28	17,2	-	-	-100,0
Nogueira	147	64,2%	171	75,0	16,3	49	21,4	55	24,1	12,2	33	14,4	2	0,9	-93,9
Outeiro	145	46,6%	121	41,3	-16,6	125	40,2	172	58,7	37,6	41	13,2	-	-	-100,0
Parâmio	119	63,6%	103	47,9	-13,4	61	32,6	109	50,7	78,7	7	3,7	3	1,4	-57,1
Pinela	105	45,9%	97	38,0	-7,6	124	54,1	158	62,0	27,4	-	-	-	-	s/Var.
Quintanilha	120	57,4%	92	45,8	-23,3	89	42,6	104	51,7	16,9	-	-	5	2,5	100,0*
Quintela de Lapaças	122	50,6%	107	47,8	-12,3	111	46,1	117	52,2	5,4	8	3,3	-	-	-100,0
Rabal	91	53,2%	86	53,8	-5,5	58	33,9	74	46,3	27,6	22	12,9	-	-	-100,0
Rebordãos	213	64,7%	208	62,8	-2,3	74	22,5	123	37,2	66,2	42	12,8	-	-	-100,0
Salsas	178	52,8%	162	52,1	-9,0	93	27,6	148	47,6	59,1	66	19,6	1	0,3	-98,5
Samil	347	68,0%	442	64,3	27,4	110	21,6	152	22,1	38,2	53	10,4	93	13,5	75,5
Santa Comba de Rossas	128	54,2%	113	48,9	-11,7	74	31,4	108	46,8	45,9	34	14,4	10	4,3	-70,6
São Pedro de Sarracenos	94	56,3%	120	62,8	27,7	39	23,4	58	30,4	48,7	34	20,4	13	6,8	-61,8
Sendas	98	64,5%	83	56,8	-15,3	40	26,3	57	39,0	42,5	14	9,2	6	4,1	-57,1
Serapicos	123	46,8%	101	43,2	-17,9	139	52,9	133	56,8	-4,3	1	0,4	-	-	-100,0
Sortes	117	63,6%	107	56,0	-8,5	65	35,3	46	24,1	-29,2	2	1,1	38	19,9	1.800,0
UF de Aveleda e Rio de Onor	173	51,5%	135	38,9	-22,0	154	45,8	212	61,1	37,7	9	2,7	-	-	-100,0
UF de Castrelos e Carrazedo	137	49,3%	112	40,3	-18,2	91	32,7	155	55,8	70,3	50	18,0	11	4,0	-78,0
UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova	410	49,2%	376	46,7	-8,3	341	40,9	379	47,0	11,1	82	9,8	51	6,3	-37,8
UF de Parada e Failde	303	49,3%	289	43,6	-4,6	266	43,3	324	48,9	21,8	46	7,5	50	7,5	8,7
UF de Rebordainhos e Pombares	95	50,0%	80	45,2	-15,8	61	32,1	86	48,6	41,0	34	17,9	11	6,2	-67,6
UF de Rio Frio e Milhão	193	51,9%	170	45,9	-11,9	170	45,7	189	51,1	11,2	9	2,4	11	3,0	22,2%
UF de São Julião de Palácios e Deilão	219	52,0%	187	46,2	-14,6	147	34,9	159	39,3	8,2	55	13,1	59	14,6	7,3%
UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	6.931	60,0%	8.444	59,1	21,8	3.138	27,2	4.769	33,4	52,0	1.489	12,9	1.073	7,5	-27,9
Zoio	82	62,6%	76	57,6	-7,3	47	35,9	52	39,4	10,6	2	1,5	4	3,0	100,0%
TOTAL/MÉDIA DO CONCELHO	12.551	58,0	13.798	55,7	9,9	6.684	30,9	9.393	37,9	40,5	2.400	11,1	1.591	6,4	-33,7

ANEXO II - DINÂMICA EMPRESARIAL

No presente anexo, relativo à dinâmica empresarial do concelho de Bragança, apresentam-se as seguintes tabelas:

- a) Número de estabelecimentos, por setor económico e por freguesia (2010-2018);
- b) Número de pessoas ao serviço nas empresas, por setor económico e por freguesia (2010-2018);
- c) Empreendimentos turísticos, por tipologia e por freguesia

A_Tabela 4. Número de estabelecimentos, por setor económico e por freguesia (2010-2018)
 (Fonte: Quadros de Pessoal, MTSSS)

UNIDADE TERRITORIAL INFRA-CONCELHIA	S. PRIMÁRIO	SETOR SECUNDÁRIO						SETOR TERCIÁRIO														TOTAL		
	A	B	C	D	E	F	TOTAL	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T		U	
Alfaião	-	-	-	-	-	1	1	1	-	2	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
Babe	-	-	-	-	-	1	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	3
Baçal	-	-	-	-	-	2	2	1	1	4	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	7
Carragosa	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Castro de Avelãs	-	-	2	-	-	1	3	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Coelhoso	-	-	-	-	-	3	3	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2
Donai	-	-	-	-	-	1	1	4	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
Espinhosela	-	-	-	-	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2
França	-	-	2	-	1	-	3	-	-	3	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	5
Gimonde	2	-	4	-	-	2	6	-	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
Gondesende	-	-	1	-	-	1	2	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Gostei	2	-	5	-	-	3	8	19	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	22
Grijó de Parada	-	-	-	-	-	3	3	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Macedo do Mato	1	-	2	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Mós	-	-	4	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nogueira	-	-	1	-	-	5	6	5	-	2	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	8
Outeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Parâmio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pinela	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2
Quintanilha	-	-	-	-	-	2	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2
Quintela de Lampaças	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	3
Rabal	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Rebordãos	2	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	1	-	-	-	4
Salsas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2
Samil	2	-	16	-	-	10	26	28	1	6	1	1	2	3	1	-	-	2	-	3	-	-	-	48
Santa Comba de Rossas	-	-	2	-	-	2	4	3	-	2	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	6
São Pedro de Sarracenos	-	-	-	-	-	1	1	2	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	4
Sendas	-	1	-	-	-	-	1	2	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Serapicos	-	-	-	-	-	2	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2
Sortes	-	-	2	-	-	1	3	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2
UF de Aveleda e Rio de Onor	-	-	1	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	3
UF de Castrelos e Carrazedo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova	1	-	2	-	-	6	8	4	-	3	-	1	-	-	1	2	-	1	-	1	-	-	-	13
UF de Parada e Failde	-	-	1	-	-	-	1	2	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	5
UF de Rebordãos e Pombares	1	-	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
UF de Rio Frio e Milhão	-	-	-	-	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
UF de São Julião de Palácios e Deilão	-	-	-	-	-	2	2	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	13	-	35	2	2	90	129	311	27	146	15	30	18	89	19	2	14	65	11	61	-	-	-	808
Zoio	1	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
TOTAL/MÉDIA DO CONCELHO	26	1	80	2	3	144	230	396	33	185	16	35	20	94	24	4	15	87	11	69	-	-	989	

Nota: A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; B - Indústrias extrativas; C - Indústrias transformadoras; D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio; E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição; F - Construção; G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; H - Transportes e armazenagem; I - Alojamento, restauração e similares; J - Atividades de informação e de comunicação; K - Atividades financeiras e de seguros; L - Atividades imobiliárias; M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio; O - Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória; P - Educação; Q - Atividades de saúde humana e apoio social; R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas; S - Outras atividades de serviços; T - Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio; U - Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.

A_Tabela 5. Número de pessoas ao serviço nas empresas, por setor económico e por freguesia (2010-2018)
(Fonte: Quadros de Pessoal, MTSSS)

UNIDADE TERRITORIAL INFRA-CONCELHIA	S. PRIMÁRIO	SETOR SECUNDÁRIO						SETOR TERCIÁRIO														TOTAL	
	A	B	C	D	E	F	TOTAL	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T		U
Alfaião	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	6
Babe	-	-	-	-	-	7	7	1	-	4	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-	10
Baçal	-	-	-	-	-	9	9	5	2	6	-	-	-	-	-	-	-	15	-	-	-	-	28
Carragosa	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Castro de Avelãs	-	-	14	-	-	16	30	4	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	6
Coelhoso	-	-	-	-	-	10	10	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25	-	-	-	-	26
Donai	-	-	-	-	-	1	1	35	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36
Espinhosela	-	-	-	-	-	4	4	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-	-	-	8
França	-	-	8	-	-	-	8	-	-	3	-	-	-	-	5	-	-	12	-	-	-	-	20
Gimonde	2	-	35	-	-	4	39	-	1	36	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37
Gondesende	-	-	1	-	-	1	2	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
Gostei	3	-	24	-	-	34	58	107	13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	121
Grijó de Parada	-	-	-	-	-	18	18	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Macedo do Mato	1	-	3	-	-	-	3	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7
Mós	-	-	92	-	-	-	92	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nogueira	-	-	2	-	-	19	21	51	-	5	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	59
Outeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22	-	-	-	-	-	22
Parâmio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pinela	1	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	5
Quintanilha	-	-	-	-	-	8	8	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	-	-	-	15
Quintela de Lampaças	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	1	-	-	7	-	-	-	-	10
Rabal	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Rebordãos	4	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	-	1	-	-	-	21
Salsas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	20	-	-	-	-	-	21
Samil	3	-	121	-	-	40	161	130	2	52	1	-	2	11	1	-	2	-	59	-	-	-	260
Santa Comba de Rossas	-	-	3	-	-	1	4	7	-	2	-	-	-	-	-	-	16	-	-	-	-	-	25
São Pedro de Sarracenos	-	-	-	-	-	1	1	2	-	-	-	1	-	-	-	-	17	-	-	-	-	-	20
Sendas	-	3	-	-	-	-	3	-	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Serapicos	-	-	-	-	-	7	7	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	3
Sortes	-	-	95	-	-	2	97	-	-	1	-	-	-	-	-	-	13	-	-	-	-	-	14
UF de Aveleda e Rio de Onor	-	-	2	-	-	-	2	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
UF de Castrelos e Carrazedo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova	1	-	6	-	-	17	23	17	-	10	-	-	-	-	2	19	30	-	3	-	-	-	81
UF de Parada e Failde	-	-	2	-	-	-	2	5	-	-	-	-	-	-	-	-	16	-	-	-	-	-	21
UF de Rebordãos e Pombares	12	-	-	-	-	5	5	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
UF de Rio Frio e Milhão	-	-	-	-	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
UF de São Julião de Palácios e Deilão	-	-	-	-	-	7	7	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	49	-	964	1	-	463	1.428	1.228	121	601	37	147	54	244	53	55	46	1.520	49	314	-	-	4.469
Zoio	2	-	-	-	-	-	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6
TOTAL/MÉDIA DO CONCELHO	78	3	1.372	1	-	678	2.054	1.615	140	739	38	150	56	260	63	74	48	1.754	49	390	-	-	5.376

Nota: A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; B - Indústrias extrativas; C - Indústrias transformadoras; D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio; E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição; F - Construção; G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; H - Transportes e armazenagem; I - Alojamento, restauração e similares; J - Atividades de informação e de comunicação; K - Atividades financeiras e de seguros; L - Atividades imobiliárias; M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio; O - Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória; P - Educação; Q - Atividades de saúde humana e apoio social; R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas; S - Outras atividades de serviços; T - Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio; U - Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.

A_Tabela 6. Empreendimentos turísticos, por tipologia e por freguesia (2020*)

(Fonte: SIGTUR, TdP)

UNIDADE TERRITORIAL INFRA-CONCELHIA	TIPOLOGIA							CAPACIDADE (n.º de camas)	UNIDADES DE ALOJAMENTO (n.º)
	EMPREENHIMENTO DE TURISMO			HABITAÇÃO	ESTABELECIMENTO HOTELEIRO		PARQUE DE CAMPISMO E/OU CARAVANISMO		
	ESPAÇO RURAL				PUSADA	HOTEL			
	CASA DE CAMPO	AGRO TURISMO	HOTEL RURAL						
Alfaião	-	-	-	-	-	-	-	-	
Babe	1	-	-	-	-	-	12	6	
Baçal	2	-	-	-	-	-	19	10	
Carragosa	-	-	-	-	-	-	-	-	
Castro de Avelãs	-	-	-	-	-	-	-	-	
Coelhoso	-	-	-	-	-	-	-	-	
Donai	-	-	-	-	-	-	-	-	
Espinhosela	-	-	-	-	-	-	-	-	
França	5	-	-	-	-	-	44	23	
Gimonde	3	2	1	-	-	-	56	28	
Gondesende	3	-	-	-	-	1	641	9 ¹	
Gostei	-	-	-	-	-	-	-	-	
Grijó de Parada	-	-	-	-	-	-	-	-	
Macedo do Mato	-	-	-	-	-	-	-	-	
Mós	1	-	-	-	-	-	8	4	
Nogueira	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	
Parâmio	1	-	-	-	-	-	2	2	
Pinela	-	-	-	-	-	-	-	-	
Quintanilha	2	-	-	-	-	-	16	8	
Quintela de Lampaças	-	-	-	-	-	-	-	-	

UNIDADE TERRITORIAL INFRA-CONCELHIA	TIPOLOGIA							CAPACIDADE (n.º de camas)	UNIDADES DE ALOJAMENTO (n.º)
	EMPREENHIMENTO DE TURISMO			HABITAÇÃO	ESTABELECIMENTO HOTELEIRO		PARQUE DE CAMPISMO E/OU CARAVANISMO		
	CASA DE CAMPO	AGRO TURISMO	HOTEL RURAL		PUSADA	HOTEL			
Rabal	4	-	-	-	-	-	-	48	24
Rebordãos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Salsas	1	-	-	-	-	-	-	12	6
Samil	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Comba de Rossas	-	-	-	-	-	-	1	100	0 ¹
São Pedro de Sarracenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sendas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serapicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sortes	1	-	-	-	-	-	-	16	8
UF de Aveleda e Rio de Onor	2	-	-	-	-	-	-	10	5
UF de Castrelos e Carrazedo	1	-	-	-	-	-	-	6	2
UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UF de Parada e Failde	1	-	-	-	-	-	-	4	2
UF de Rebordainhos e Pombares	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UF de Rio Frio e Milhão	1	-	-	-	-	-	-	4	2
UF de São Julião de Palácios e Deilão	-	-	-	-	-	-	-	20	10
UF de Sé, Santa Maria e Meixedo	4	2	-	1	1	10	1	1.146	606 ¹
Zoio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DO CONCELHO	33	4	1	2	1	10	3	2.164	755

Nota: ¹ Não se incluem as unidades de alojamento relativas aos Parques de Campismo e/ou Caravanismo; * Dados disponíveis a 21 de maio de 2020.

ANEXO III - INVESTIMENTOS MUNICIPAIS POR ÁREA DE ATUAÇÃO

As tabelas seguintes elencam os investimentos municipais por área de atuação:

- a) Equipamentos Públicos;
- b) Habitação;
- c) Infraestruturas Rodoviárias;
- d) Obras de Urbanização;
- e) Qualificação do Espaço Público;
- f) Saneamento Básico.

A_Tabela 7. Investimentos municipais (2010-2019): Equipamentos Públicos
 (Fonte: CMB, 2020)

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS	ANO	VALOR DO INVESTIMENTO (s/ IVA)
DESIGNAÇÃO DA EMPREITADA		
Construção da sede da Junta de Freguesia de Outeiro	2010	260 040,61 €
Reconstrução do forno comunitário	2010	102 933,09 €
Substituição de rebocos da casa do povo de Izeda	2010	3 993,83 €
Fornecimento e colocação de novas caixilharias na escola primária Espinhosela/Samil	2010	6 451,00 €
Fornecimento e colocação de cobertura na bancada do campo de futebol do CEE	2010	9 499,80 €
Reabilitação da cobertura do edifício Auditório Paulo Quintela	2010	10 879,75 €
Fornecimento e montagem, desmontagem e ligação de infraestruturas de construções pré-fabricadas	2010	28 990,00 €
Construção da Escola de Dança e Ampliação da Casa da Seda	2011	364 120,77 €
Reconstrução da casa da cidade – Sede das Associações em Santa Maria	2011	216 905,07 €
Reconversão urbanística da zona do Forte de São João de Deus – Remodelação dos edifícios da sede do Município	2011	10 274 761,22 €
Construção do recinto de promoção e valorização da raças autóctones	2011	1 131 740,75 €
Construção de um novo espaço para a Feira	2011	1 050 412,42 €
Construção de uma garagem no aeroporto regional de Bragança	2011	20 500,00 €
Construção de equipamentos e infraestruturas diversas – substituição do Pavimento Desportivo no Pavilhão Municipal	2011	35 100,00 €
Construção do Teatro Municipal – substituição de vidros e reparação de fachada	2012	6 995,12 €
Remodelação e conservação das instalações municipais – correção acústica dos espaços de lecionação do conservatório de música	2012	48 815,40 €
Construção de equipamentos e infraestruturas diversas – fornecimento, montagem e ligação de infraestruturas de balneários pré-fabricados no Parque Desportivo de Santa Apolónia	2012	53 615,00 €
Recuperação do edifício público no Bairro da Estação	2012	124 096,76 €
Aquisição de estantes móveis para o arquivo	2012	53 678,43 €
Execução de um coberto entre o Centro Escolar de Santa Maria e Escola Básica e a Secundária Miguel Torga	2012	15 353,70 €
Adaptação de edifício a posto de turismo e espaço memória da presença Sefardita	2013	741 504,58 €
Instalação do Centro de Fotografia Georges Dussaut Recuperação de salas no Centro Cultural Municipal	2013	54 561,45 €
Construção de Equipamentos e Infraestruturas Diversas – Substituição do Relvado do Campo de futebol com Relvado Sintético	2013	81 228,88 €
Construção de Centros escolares – Pavimentação dos Campos da Escola Básica e Secundária Miguel Torga	2013	29 760,00 €
Construção de equipamentos e infraestruturas diversas remodelação de balneários no pavilhão do estádio	2013	12 850,00 €
Construção do Teatro Municipal – Substituição de mosaicos na Praça Norte	2014	39 995,00 €
Remodelação da bancada do Estádio Municipal	2014	135 862,64 €
Obras de Beneficiação nos cemitérios municipais – pavimentação de arruamentos a cubos de granito	2014	11 712,50 €
Readaptação do antigo Convento dos Jesuítas à Casa da Cultura – Reparação do beiral poente da Biblioteca Municipal	2014	3 400,00 €
Memorial e Centro de Documentação Bragança Sefardita	2015	278 713,00 €

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS	ANO	VALOR DO INVESTIMENTO (s/ IVA)
DESIGNAÇÃO DA EMPREITADA		
Remodelação e Conservação das instalações municipais – Centro Escolar da Sé, Santa Maria, J.I. de S. Tiago, Centro de Ciência Viva, Teatro Municipal e Campo de futebol da CEE	2015	29 663,96 €
Obras de Beneficiação nos cemitérios municipais – Cemitério St.º Condestável	2015	83 945,80 €
Remodelação e ampliação da Piscina e Pavilhão municipais – Melhoramento das condições térmicas das piscinas municipais	2015	98 863,00 €
Manutenção de Infraestruturas Aeroportuárias	2015	39 445,00 €
Centro Interpretativo da cerâmica em Pinela	2015	5 898,98 €
Aquisição de serviços para o Memorial e Centro de Documentação Bragança Sefardita	2015	68 900,00 €
Construção do Núcleo Museológico Ferroviário	2016	319 181,73 €
Requalificação do Auditório Paulo Quintela no âmbito da Modernização Administrativa	2016	299 362,79 €
Recuperação das antigas instalações da Biblioteca Calouste Gulbenkian	2016	43 471,06 €
Remodelação e conservação das Instalações Municipais – Reparação das Instalações Sanitárias Públicas	2016	54 150,00 €
Remodelação e ampliação da Piscina e Pavilhões Municipais – Melhoramento das Condições Acústicas das Piscinas Municipais	2016	68 700,00 €
Obras de Beneficiação nos cemitérios municipais – cemitério do Toural	2016	40 913,50 €
Equipamentos de ginástica ao ar livre e elemento decorativo em Pinela	2016	34 950,79 €
Construção de equipamentos e Infraestruturas diversas – Instalações Desportivas e Recreativas – conclusão dos muros envolventes das Bancadas do Estádio Municipal	2016	79 999,00 €
Requalificação do Polidesportivo do Bairro da Coxa	2017	1 000 950,89 €
Remodelação e Conservação das Instalações Municipais – Obras de alteração no Recinto das Raças Autóctones	2017	19 500,00 €
Remodelação e Conservação das Instalações Municipais – Colocação de Estores em vários edifícios	2017	10 775,51 €
Execução de dreno interior nas salas de aula no Centro Escolar de Quintanilha	2017	1 676,00 €
Cobertura de recreios e outras obras de requalificação dos Centros Escolares de St.ª Maria e Sé	2017	94 752,02 €
Complexo Desportivo das Modalidades de Praia	2017	24 687,43 €
Obras de Beneficiação nos Cemitérios Municipais – Cemitério do St.º Condestável	2017	64 285,40 €
Melhoria da Mobilidade do Núcleo Urbano – Mobilidade Clicável, pedonal e de Transportes Urbanos – Zona II pedonal – Envolvente do Cemitério	2018	768 293,88 €
Reparação da cobertura do Centro de Arte Contemporânea Graça Morais	2018	13 887,80 €
		18 474 725,31 €

A_Tabela 8. Investimentos municipais (2010-2019): Habitação
(Fonte: CMB, 2020)

HABITAÇÃO	ANO	VALOR DO INVESTIMENTO (s/ IVA)
DESIGNAÇÃO DA EMPREITADA		
Fornecimento e colocação de novas caixilharias em dois apartamentos do Bairro Social da Coxa	2010	7 990,00 €
Reconstrução de Edifícios para residência de estudantes – Edifícios 18, 22 e 24	2011	921 261,41 €
Melhoria da eficiência energética no Bairro Social da Mãe d'Água	2011	624 067,77 €
Programa de Reabilitação de Imóveis na zona histórica – Obras de Reparação no Imóvel Municipal n.º 230 e 232 na Cidadela	2011	14 000,00 €
Remodelação de apartamento bairro da Coxa Bloco B entrada 1, 1.º Esq.	2013	10 500,00 €
Reconstrução de edifício para residência de estudantes na rua Conselheiro Abílio Beça, n.º 4-6-8, no âmbito do Plano Estratégico de Reabilitação Urbana	2015	299 746,44 €
Melhoria da Eficiência Energética no Bairro Social da Coxa	2015	980 748,93 €
Recuperação de Imóveis no Centro histórico para alojamento social de famílias jovens – rua combatentes da Grande Guerra n.º 168	2015	123 569,90 €
Conservação de fogos dos Bairros de Habitação Social da Mãe d'Água e Coxa	2017	19 867,13 €
		3 001 751,58 €

A_Tabela 9. Investimentos municipais (2010-2019): Infraestruturas Rodoviárias
(Fonte: CMB, 2020)

INFRAESTRUTURAS RODOVIÁRIAS	ANO	VALOR DO INVESTIMENTO (s/ IVA)
DESIGNAÇÃO DA EMPREITADA		
Beneficiação alargamento e pavimentação das vias municipais EM 521 de S. Pedro de Serracenos a Alfaião	2010	339 509,80 €
Beneficiação e pavimentação da via municipal EN 308 à Fronteira	2010	83 792,26 €
Pavimentação da via municipal de Rossas a Rebordainhos	2010	225 102,00 €
Execução de muros de suporte em pedra na caminho da Fonte do Conde	2010	11 000,00 €
Estabilização de talude na estrada do Turismo	2010	5 990,00 €
Sinalização Urbana	2012	19 576,98 €
Pavimentações diversas – Renovação de pavimentos em Vale d' Álvaro, cruzamento da Faurécia e acesso à aldeia de Nogueira	2012	49 645,93 €
Sinalização Urbana e Rural	2012	22 771,75 €
Conservação e Beneficiação do CM 1064 à Sr. da Serra e da EM 506 à Petisqueira	2013	162 799,85 €
Conservação da rede viária municipal, pavimentação da estrada municipal 501-1 Baçal à estrada nacional 218-3 e pavimentação da estrada municipal 501 e estrada municipal 504 acesso a Varge	2013	247 698,43 €
Beneficiação da pavimentação da estrada municipal 503-1 acesso a Donai, pavimentação do caminho municipal 1186 entre Formil e Fontes Barrosas e beneficiação da pavimentação do caminho municipal 1052 de acesso a Moredo	2013	169 752,24 €
Beneficiação, alargamento e pavimentação das vias municipais caminho municipal 1204 da estrada nacional 308 a Laviados	2013	261 751,16 €
Beneficiação e Pavimentação das vias municipais, pavimentação da estrada municipal 524 de Carocedo a Grijó de Parada e caminho municipal 1046 da estrada municipal 524 a Freixedelo	2013	199 372,50 €
Beneficiação e pavimentação da estrada municipal 542 de Coelhoso ao Rio Sabor	2013	335 496,20 €
Pavimentação a cubos de granito em Vila Boa de Carçozinho	2013	115 016,66 €
Sinalização Urbana	2013	42 496,10 €
Beneficiação e pavimentação das vias municipais pavimentação da estrada municipal 524 de Carocedo a Grijó de Parada e caminho municipal 1046 da estrada municipal 524 a Freixedelo	2014	20 000,00 €
Beneficiação e pavimentação das vias municipais EM 537 de Santa Comba de Rossas a Pinela	2015	319 491,00 €
Beneficiação e Pavimentação das vias municipais C.M. 1061 de Mós/Valverde/Paredes – Trabalhos Complementares	2015	84 050,00 €
Conservação da Rede Viária Municipal, Repavimentação da E.M. 521 de S. Sebastião à ponte do IP4	2016	229 184,00 €
Conservação da rede viária – Repavimentação do acesso a Castro de Avelãs e estacionamento de pesados	2016	88 869,00 €
Conservação da Rede Viária Municipal – Pavimentação da ligação Donai a Vila Nova	2016	236 571,50 €
Conservação da Rede Viária Municipal – Repavimentação da E.M. 541 Parada/Coelhoso	2016	231 143,89 €
Conservação da Rede Viária Municipal – Pavimentação dos Caminhos Municipais Pombares – Pereiros e Macedo do Mato - Frieira	2016	256 537,50 €
Conservação da rede viária municipal – Repavimentação da E.M. 518 Formil – Alimonde	2017	249 975,00 €
Conservação da rede viária municipal – Repavimentação do C.M. 1054 Salsas – Vila Boa e do C.M. 1032 acesso Cova de Lua	2017	273 587,00 €
Conservação da rede viária municipal – Pavimentação do C.M. n.º 1208 – Rebordãos – C.M. 1064	2017	253 250,00 €

INFRAESTRUTURAS RODOVIÁRIAS	ANO	VALOR DO INVESTIMENTO (s/ IVA)
DESIGNAÇÃO DA EMPREITADA		
Conservação da rede viária municipal – Pavimentação da E.M. 501 – França – Aveleda	2017	333 764,20 €
Conservação da Rede Viária Municipal – Pavimentação do CM 1208 (Rebordãos – CM 1064) – Pavimentação do alargamento do CM 1208 e melhoria das condições de drenagem	2019	29 986,00 €
		4 898 180,95 €

A_Tabela 10. Investimentos municipais (2010-2019): Obras de Urbanização
(Fonte: CMB, 2020)

OBRAS DE URBANIZAÇÃO	ANO	VALOR DO INVESTIMENTO (s/ IVA)
DESIGNAÇÃO DA EMPREITADA		
Construção da praça e ciclovia da Mãe d'Água	2010	872 605,36 €
Construção da ciclovia 2.ª fase ligação ao Centro de Ciência Viva	2010	937 865,65 €
Construção da circular interior – troço da Mãe d'Água	2011	892 883,94 €
Construção da Circular Interior – Troço de Ligação à Av.ª Abade de Baçal	2011	471 575,92 €
Construção da Micro Central Hidroelétrica do Fervença	2011	145 000,00 €
Zona Industrial das Cantarias – fase II – Prolongamento da rua Dr. António Machado	2012	92 628,80 €
Ampliação da Zona Industrial de Bragança	2015	3 473 152,19 €
		6 885 711,86 €

A_Tabela 11. Investimentos municipais (2010-2019): Qualificação do Espaço Público
(Fonte: CMB, 2020)

QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO	ANO	VALOR DO INVESTIMENTO (s/ IVA)
Requalificação na zona industrial das Cantarias	2010	116 874,30 €
Beneficiação da pavimentação da Av. Sá Carneiro, desde o cruz. da subestação da EDP até ao viaduto	2010	316 345,00 €
Arranjos nos arruamentos da cidade. Beneficiação da pavimentação do bairro do Campo Redondo	2010	220 833,00 €
Beneficiação da pavimentação do bairro da Misericórdia	2010	247 281,00 €
Remoção de pilaretes na rua Abílio Beça e Alexandre Herculano	2010	4 390,00 €
Reparação de passeios na Av. Abade de Baçal e Rua Padre António Vieira	2010	38 517,47 €
Reabilitação da zona de estacionamento na Alameda de Santa Apolónia	2010	21 393,90 €
Largo da paragem de Guadramil	2010	7 499,90 €
Reabilitação de um moinho e das margens do rio Piame	2010	27 950,00 €
Parque Verde da Coxa	2011	170 414,22 €
Arranjo de passeios na rua Emídio Navarro	2011	11 515,00 €
Escultura a instalar na ciclovia do Fervença	2011	35 000,00 €
Escultura em homenagem a Abade de Baçal	2011	7 200,05 €
Beneficiação de Passeios na zona industrial das Cantarias	2011	17 889,90 €
Pavimentações Diversas – Cruzamento da rua Prof. Dr. Lucas Pires com a rua de Vale d'Álvaro e acesso à ETA em França	2011	41 208,00 €
Construção da ciclovia na zona envolvente do IPB e 2.ª Fase (Ligação ao CCV) – Trabalhos Complementares	2011	137 470,00 €
Arranjo exterior na zona envolvente aos lotes 28 a 32 do loteamento do Vale Churido	2012	68 780,00 €
Arranjos complementares nos arruamentos da cidade – Melhoria dos acessos e envolvente ao Campo Redondo	2012	105 766,50 €
Arranjo Urbanístico da rua Emídio Navarro no acesso ao Paço Episcopal	2013	102 248,45 €
Requalificação da estrada de turismo. Troço Flor da Ponte – Seixo – Fase 1	2013	165 102,91 €
Execução nos arruamentos da cidade – execução de um muro de vedação na quinta da Trajinha junto à Av.ª cidade de Leon	2013	4 975,00 €
Arranjos nos arruamentos da cidade - Estacada	2013	75 850,00 €
Passeios Diversos na cidade – Mobilidade para todos – Entrada Sul	2014	212 285,72 €
Arranjo do Largo de Baçal	2014	13 098,12 €
Beneficiação dos arranjos exteriores do recinto de promoção e valorização das raças autóctones	2014	
Passeios Diversos na cidade – Mobilidade para todos – Zona Norte/Ponte	2014	79 102,00 €
Promoção da Segurança da Sinistralidade junto do acesso aos Serviços Sociais do Instituto Politécnico de Bragança	2014	93 635,25 €
Promoção da Segurança e Redução de Sinistralidade na rua de Vale d'Álvaro	2014	141 904,00 €
Passeios Diversos na cidade – mobilidade para todos – Grupo I/2015	2015	98 209,00 €
Passeios diversos na cidade – Mobilidade para todos – Grupo II/2015	2015	146 009,57 €
Promoção da Segurança e Redução da Sinistralidade na rotunda da Flor da Ponte	2015	208 643,42 €

QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO	ANO	VALOR DO INVESTIMENTO (s/ IVA)
DESIGNAÇÃO DA EMPREITADA		
Repavimentação dos Bairros da Cidade – Grupo I	2016	172 587,64 €
Repavimentação dos Bairros da Cidade – Grupo II	2016	173 721,60 €
Arranjos nos arruamentos da cidade – Mobilidade para todos – Rotundas da Av. Abade de Baçal e da Av. das Forças Armadas	2016	169 391,05 €
Arranjos exteriores do convento de S. Francisco – ordem Terceira Franciscana	2016	194 310,09 €
Repavimentação dos Bairros da Cidade Grupo III – Vale Churido	2016	294 905,50 €
Passeios Diversos na cidade – Grupo I/2016	2016	226 889,75 €
Arranjo nos arruamentos da cidade – Mobilidade para todos – Rotunda da Av. das Cantarias Norte	2016	274 431,11 €
Reparação do separador central da Av. Cidade de Zamora	2016	13 515,00 €
Ajardinamento de espaços diversos no concelho – Jardim do Pólis	2016	7 980,20 €
Pavimentação a cubos de granito em várias aldeias – caminhos de acesso à capela de N. Senhora da Assunção em Sacoias e arruamento junto ao parque de campismo municipal rio Sabor	2016	56 584,75 €
Passeios diversos na cidade – Grupo II/2016	2016	32 053,75 €
Ajardinamento de espaços diversos no concelho – Parque Verde da Fraga Selvagem	2017	76 437,09 €
Passeios da E.M. 537 - Pinela	2017	40 016,00 €
Iluminação LED do corredor verde do rio Fervença	2017	89 481,47 €
Sinalização da rede de percursos pedestres na área do município	2017	80 675,54 €
Requalificação de acessos urbanos nas aldeias – arranjos do largo da Ribeira...Serapicos	2017	75 797,63 €
Conservação da rede viária municipal – Repavimentação de arruamentos....Jardins da Braguinha	2017	148 890,48 €
Pavimentação a cubos de granito em várias aldeias – Carragosa e Quintas de Rio Frio	2017	43 700,00 €
Pavimentação com cubos de granito em várias aldeias – Arranjos exteriores do Largo do Mosteiro de Castro de Avelãs	2017	11 880,98 €
Construção de muro de suporte de terras na rua da Ponte do Sabor	2017	6 150,00 €
Reabilitação do Espaço Público do Bairro Novo da Previdência	2018	419 081,38 €
Parque Infantil e Jardim da rua da Cerâmica	2018	78 341,28 €
Passeios Diversos na cidade – Bairro Artur Mirandela	2018	326 283,50 €
Reabilitação do espaço público do Bairro dos Formarigos	2018	176 119,77 €
Requalificação de acessos urbanos nas aldeias – Arranjos do Largo da Ribeira do moinho de Serapicos – Muro de suporte e gradeamentos	2018	24 479,99 €
Arranjo Paisagístico do canteiro junto à rotunda da subestação	2018	23 733,70 €
Passeios Diversos na Cidade – Av. Eng. Amaro da Costa	2018	41 217,30 €
Pavimentação de cubos de granito em várias aldeias – Rua S. Domingos em Coelhoso	2018	31 783,00 €
Requalificação de acessos urbanos nas aldeias	2018	43 340,00 €
Execução de iluminação do largo dos Bombeiros Voluntários de Izeda	2019	10 795,26 €
Sinalização da rede de percursos pedestres na área do município – limpeza e sinalização do caminho Português da via da prata	2019	42 367,77 €
		6 344 334,26 €

A_Tabela 12. Investimentos municipais (2010-2019): Saneamento Básico
(Fonte: CMB, 2020)

SANEAMENTO BÁSICO	ANO	VALOR DO INVESTIMENTO (s/ IVA)
DESIGNAÇÃO DA EMPREITADA		
Execução da adutora na aldeia do Zeive	2010	47 475,00 €
Execução da rede de saneamento básico na E.N.308	2010	78 673,94 €
Execução da rede de saneamento básico nas aldeias de França, Rabal e Rebordãos	2011	645 583,26 €
Execução da rede de saneamento básico nas aldeias de Frieira, Vila Boa e Lagomar	2011	495 394,49 €
Execução da rede de saneamento básico nas aldeias de Parâmio, Gondesende e Terroso	2011	468 790,99 €
Colocação de caixas de contador no exterior nas aldeias do Zeive e Fontes de Transbaceiro	2011	11 810,00 €
Colocação de caixas de contador no exterior nas aldeias Parâmio e Maças	2011	16 854,00 €
Colocação de caixas de contador no exterior na aldeia de Vilarinho	2011	8 875,00 €
Elaboração do projeto da rede de saneamento básico nas localidades de Bragada, Maças, Vila Franca e Zeive	2011	13 950,00 €
Fornecimento e instalação de reservatório de 30 m3 e ligação à rede pública na aldeia de Espinhosela	2011	41 980,00 €
Substituição de conduta de água no loteamento municipal de Santiago	2011	24 810,00 €
Fornecimento e Instalação de Reservatório de 30 m3 e ligação à rede pública na aldeia de Martim	2013	36 868,00 €
Fornecimento e instalação de reservatório de 30 m3 em Laviados	2013	48 405,00 €
Execução do emissário e instalação da estação de tratamento na localidade de São Pedro de Serracenos	2014	164 677,50 €
Ligação do furo em Alfaião e reposição do pavimento na rua do Picadouro em Bragança	2014	40 600,00 €
Execução de redes de saneamento básico em várias aldeias Lagomar.....Vila Boa - TC	2014	38 080,10 €
Abastecimento de Água a Sendas	2014	30 508,00 €
Execução da adutora desde as Quintas do Reconco até ao reservatório de Vale de Lamas	2015	119 192,60 €
Execução da rede de saneamento na Mosca	2016	242 911,29 €
Ligação do furo ao depósito em Quintela de Lampaças	2016	35 250,00 €
Execução da rede de saneamento básico na rua dos atalhos – Gimonde Bragança	2016	54 885,50 €
Execução de um troço do emissário na zona industrial das Cantarias - Bragança	2016	38 832,00 €
Ampliação de Saneamento Básico em Rebordãos	2016	53 890,00 €
Substituição de um troço da rede de abastecimento de água de Samil	2016	13 546,00 €
Fornecimento, montagem e ligação à rede de saneamento de uma estação de bombagem de águas residuais em Calvelhe	2016	49 678,00 €
Execução de um troço de emissário no Bº de S. Lourenço	2016	31 782,75 €
Ligação do furo ao reservatório de Frieira	2017	35 492,50 €
Ligação dos furos aos reservatórios em Deilão e Zoio	2017	44 916,50 €
Remodelação de um troço de rede de água na localidade de Parada	2017	11 760,00 €
Colocação de caixas de contador no exterior das localidades de Baçal, Sacoias, Rebordãos e Pinela	2017	55 452,00 €
Execução de condutas adutoras desde o reservatório de S. Bartolomeu até ao Seixo p melhoria e reforço do abastecimento de água	2017	75 485,00 €

SANEAMENTO BÁSICO	ANO	VALOR DO INVESTIMENTO (s/ IVA)
DESIGNAÇÃO DA EMPREITADA		
Substituição de contadores de água e selagem das instalações	2017	66 683,44 €
Ligação do furo em Samil, substituição de um troço de rede de água em Nogueira e execução de conduta para abastecimento do Parque de Campismo	2017	69 940,00 €
Substituição de conduta de água em Parada – Lugar do Cerrado	2017	14 575,00 €
Ampliação da rede de água na rua Pedra Fita, em Alfaião	2017	63 997,50 €
Substituição da rede de água na rua Coronel António José Teixeira e rua do Teixo, em Bragança	2017	79 812,50 €
Execução da rede de saneamento em Cova de Lua e Lançã	2018	780 622,45 €
Substituição de condutas em Alimonde, adutora de Sabariz e implementação de zonas de medição e controlo (ZMC'S) na localidade de Outeiro	2018	79 940,00 €
Execução de captação, reservatórios e ligação à rede pública em Labiados (DLM)	2018	52 298,00 €
Fornecimento, montagem e ligação à rede de saneamento de uma estação de bombagem de águas residuais no Parque de Campismo (DLM)	2018	39 895,00 €
Execução de adutora desde a ETA até ao reservatório e substituição de um troço de conduta de água em França (DLM)	2018	79 980,00 €
Reabilitação de Reservatórios nas localidades de Parada, França, Zeive e Vila Boa (DLM)	2018	57 905,50 €
Substituição da rede de abastecimento de água em Santa comba de Rossas	2018	94 875,00 €
Substituição de condutas de água em dois bairros de Bragança – Fase II	2018	98 987,50 €
Execução de depósito novo e ligação de furo em Sendas	2018	72 645,00 €
Substituição da rede de abastecimento de água e ligação do furo em Outeiro	2018	123 172,50 €
Execução da rede de água para abastecimento das Quintas de Rio Frio – Carragosa e execução da descarga do reservatório	2019	64 970,00 €
		4 916 708,81 €

ANEXO IV - PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO

A tabela seguinte elenca os imóveis com interesse patrimonial, identificados no PDM de Bragança em vigor, que não se encontram atualmente classificados ou em vias de classificação, discriminados pelas respetivas tipologias arquitetónicas.

A_Tabela 13. Outros imóveis com interesse identificados no PDM em vigor
(Fonte: Anexo I do RPDM de Bragança, Aviso n.º 12248-A/2010, de 18 de junho)

DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
ARQUITETURA CIVIL PRIVADA	
Adega Cooperativa de Bragança	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Antiga Torralta	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Casa com as armas dos Pintos Figueiredos, Sarmentos e FONSECAS	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Casa da Quinta de Santa Apolónia	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Casa do Abade de Baçal	Baçal
Casa do Arco	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Casa do Coronel Salvador Teixeira	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Casa dos Calainhos	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Casa dos Morgados	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Casa dos Quintelas ou Casa do Galego ou dos Lousada Sarmento	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Casa dos Sá Vargas ou dos Veiga Cabral	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Casa em Calvelhe	Calvelhe (UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova)
Casa em Gimonde	Gimonde
Casa em Outeiro	Outeiro
Casa em Parada 1	Parada (UF de Parada e Failde)
Casa em Parada 2	Parada (UF de Parada e Failde)
Casa em Paradinha	Outeiro
Casa em Quintela de Lampaças	Quintela de Lampaças
Casa em Salsas	Salsas
Casa em Serapicos	Serapicos
Casa em Sortes	Sortes
Casa em Vila Franca	Sendas
Colégio de São João de Brito	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Edifício com estabelecimento comercial na Praça da Sé	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Edifício da antiga Livraria e Tipografia Académica	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Edifício da antiga Livraria Mário Pércles	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Edifício da antiga Pensão Rucha	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)

DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
Edifício de habitação, onde viveu o Tenente-Coronel Sepúlveda	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Edifício de habitação, onde viveu Teixeira Lopes	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Edifício de habitação na Rua Trindade Coelho	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Edifício Florida na Rua da República/Rua Alexandre Herculano	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Edifício na Rua dos Combatentes da Grande Guerra	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Solar dos Teixeiras	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Solar Engenheiro Matos	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
ARQUITETURA CIVIL PÚBLICA	
Apeadeiro de Santa Comba de Rossas	Santa Comba de Rossas
Auditório Paulo Quintela (antiga Casa da Câmara e ex-Centro Cultural de Bragança)	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Bairro da Previdência	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Captações de água de São João de Brito	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Captações de água do Loreto	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Casa dos Magistrados	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Edifício da antiga Cadeia Militar	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Edifício da antiga Caixa Geral de Depósitos	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Edifício da antiga Câmara Municipal	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Edifício da antiga Casa da Guarda Principal	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Edifício da antiga Escola Industrial	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Edifício da antiga Estação de Caminhos-de-Ferro	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Edifício do antigo Banco de Portugal	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Edifício do antigo Centro Republicano, atual Clube de Bragança	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Edifício do antigo Lactário	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Edifício do antigo Palácio das Corporações	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Edifício do Governo Civil	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico do Toural	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Escola Primária das Beatas	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Escola Superior de Enfermagem	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Estabelecimento Prisional de Bragança	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Estabelecimento Prisional de Izeda	Izeda (UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova)
Fachada do edifício do antigo Mercado	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Forte de São João de Deus	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Palácio da Justiça	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Pontão da Ferradura	Milhão (UF de Rio Frio e Milhão)
Pontão da Ribeira de Viveiros	Parada (UF de Parada e Failde)
Pontão de Fonte Arcada	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)

DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
Pontão de Palhares	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Pontão de Santa Catarina	Meixedo (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Pontão de Santo Amaro	Espinhosela
Pontão dos Forcados	Milhão (UF de Rio Frio e Milhão)
Ponte da Bragada	Quintela de Lampaças
Ponte da Granja	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Ponte da Ribeira de Rossas	Santa Comba de Rossas
Ponte das Carvas	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Ponte de Alimonde	Carrzedo (UF de Castrelos e Carrzedo)
Ponte de Castrelos	Castrelos (UF de Castrelos e Carrzedo)
Ponte de França	França
Ponte de Gostei/Ponte de Areães	Castro de Avelãs
Ponte de Grijó	Outeiro
Ponte de Izeda/Santulhão	Izeda (UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova)
Ponte de Outeiro/Pineiro	Outeiro
Ponte de Parâmio	Parâmio
Ponte de Quintanilha	Quintanilha
Ponte de Rabal	Rabal
Ponte de Rio de Onor	Rio de Onor (UF de Aveleda e Rio de Onor)
Ponte de Valbom	Milhão (UF de Rio Frio e Milhão)
Ponte do Jorge	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Ponte do Loreto/Ferrarias	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Ponte do Mineiro	Coelhoso
Ponte do Moinho dos Padres	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Ponte do Portelo	França
Ponte do Porto	Milhão (UF de Rio Frio e Milhão)
Ponte do Sabor	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Ponte dos Açougues	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Ponte da Ribeira da Granja	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Ponte Nova de Gimonde	Gimonde
Ponte Velha do Penacal	São Pedro de Sarracenos
Teatro Municipal de Bragança	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
ARQUITETURA INDUSTRIAL	
Edifícios a norte dos silos da EPAC	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Fábrica de Cerâmica do Campo Redondo	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
ARQUITETURA RELIGIOSA	

DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
Antigo Colégio dos Jesuítas de Bragança e ex-Escola Augusto Moreno	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Capela da Quinta de Santa Apolónia	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Capela da Santíssima Trindade	Sendas
Igreja da Santíssima Trindade	Sortes
Capela da Senhora da Saúde	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Capela da Senhora de Fátima	Carrazedo (UF de Castrelos e Carrazedo)
Capela da Senhora do Bom Caminho	Castro de Avelãs
Capela da Senhora do Carmo	Parada (UF de Parada e Failde)
Capela da Senhora do Loreto	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Capela da Senhora do Rosário	Espinhosela
Capela da Senhora dos Remédios	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Capela das Almas	Salsas
Capela de Nossa Senhora ao Pé da Cruz/Nossa Senhora das Dores	Rio Frio (UF de Rio Frio e Milhão)
Capela de Nossa Senhora da Assunção	Baçal
Capela de Nossa Senhora da Cabeça	Nogueira
Capela de Nossa Senhora da Conceição	Failde (UF de Parada e Failde)
Capela de Nossa Senhora da Guia	Samil
Capela de Nossa Senhora da Hera	Espinhosela
Capela de Nossa Senhora da Ponte	França
Capela de Nossa Senhora da Veiga	Alfaião
Capela de Nossa Senhora das Necessidades	Rio Frio (UF de Rio Frio e Milhão)
Capela de Nossa Senhora das Neves	Paradinha Nova (UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova)
Capela de Nossa Senhora do Aviso (santuário)	Macedo do Mato
Capela de Nossa Senhora do Pereiro (santuário)	Santa Comba de Rossas
Capela de Nossa Senhora do Rosário	Carrazedo (UF de Castrelos e Carrazedo)
Capela de Nossa Senhora dos Perdidos	Samil
Capela de Nossa Senhora dos Remédios (santuário)	Macedo do Mato
Capela de Padre Santo	Aveleda (UF de Aveleda e Rio de Onor)
Capela de Santa Ana (santuário)	Meixedo (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Capela de Santa Ana	Salsas
Capela de Santa Ana	Rio Frio (UF de Rio Frio e Milhão)
Capela de Santa Ana e São Sebastião	Zoio
Capela de Santa Bárbara	Coelhoso
Capela de Santa Bárbara	Outeiro
Capela de Santa Bárbara	Santa Comba de Rossas
Capela de Santa Bárbara	Zoio

DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
Capela de Santa Catarina	Izeda (UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova)
Capela de Santa Colombina	Gimonde
Capela de Santa Eufémia	Zoio
Capela de Santa Eulália	Deilão (UF de São Julião de Palácios e Deilão)
Capela de Santa Isabel	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Capela de Santa Luzia	Zoio
Capela de Santa Madalena	Paradinha Nova (UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova)
Capela de Santa Marinha	Carragosa
Capela de Santa Rita	Samil
Capela de Santa Teresinha	Parada (UF de Parada e Failde)
Capela de Santa Teresinha	Rebordãos
Capela de Santo Amaro	Carrazedo (UF de Castrelos e Carrazedo)
Capela de Santo Amaro	Espinhosela
Capela de Santo Amaro “Novo”	Espinhosela
Capela de Santo André	Coelhoso
Capela de Santo André	Rebordainhos (UF de Rebordainhos e Pombares)
Capela de Santo António	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Capela de Santo António	Carragosa
Capela de Santo António	Coelhoso
Capela de Santo António	Gimonde
Capela de Santo Apolinário	Izeda (UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova)
Capela de Santo Cristo	Outeiro
Capela de Santo Cristo/Santa Cruz	São Julião de Palácios (UF de São Julião de Palácios e Deilão)
Capela de Santo Estêvão	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Capela de São Bartolomeu (santuário)	Samil
Capela de São Bernardino	Castrelos (UF de Castrelos e Carrazedo)
Capela de São Caetano	São Pedro de Sarracenos
Capela de São Cristóvão	Pombares (UF de Rebordainhos e Pombares)
Capela de São Francisco	Sendas
Capela de São Francisco de Assis	Castrelos (UF de Castrelos e Carrazedo)
Capela de São Frutuoso	Pombares (UF de Rebordainhos e Pombares)
Capela de São Jorge (santuário)	Donai
Capela de São João	Parâmio
Capela de São José	Babe
Capela de São Judas Tadeu	Samil
Capela de São Julião	Salsas
Capela de São Lázaro	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)

DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
Capela de São Miguel	Quintela de Lampaças
Capela de São Lourenço	Parada (UF de Parada e Failde)
Capela de São Lourenço	Samil
Capela de São Roque	Grijó de Parada
Capela de São Roque	Outeiro
Capela de São Roque	Parada (UF de Parada e Failde)
Capela de São Roque	Salsas
Capela de São Roque	Samil
Capela de São Sebastião	Alfaião
Capela de São Sebastião	Aveleda (UF de Aveleda e Rio de Onor))
Capela de São Sebastião	Babe
Capela de São Sebastião	Baçal
Capela de São Sebastião	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Capela de São Sebastião	Carragosa
Capela de São Sebastião	Deilão (UF de São Julião de Palácios e Deilão)
Capela de São Sebastião	Donai
Capela de São Sebastião	Failde (UF de Parada e Failde)
Capela de São Sebastião	Meixedo (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Capela de São Sebastião	Milhão (UF de Rio Frio e Milhão)
Capela de São Sebastião	Nogueira
Capela de São Sebastião	Outeiro
Capela de São Sebastião	Rabal
Capela de São Sebastião	Rebordãos
Capela de São Sebastião	São Julião de Palácios (UF de São Julião de Palácios e Deilão)
Capela de São Sebastião	Sendas
Capela de São Sebastião	Serapicos
Capela de São Sebastião 1	Grijó de Parada
Capela de São Sebastião 2	Grijó de Parada
Capela de São Tiago	Salsas
Capela de São Vicente	Meixedo (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Capela do Divino Senhor	Sortes
Capela do Divino Senhor dos Aflitos	Salsas
Capela do Santo Condestável	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Capela do Senhor da Piedade	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Capela do Senhor de Santa Cruz	Parada (UF de Parada e Failde)
Capela do Senhor do Resgate	Rio Frio (UF de Rio Frio e Milhão)
Capela do Senhor dos Aflitos	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)

DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
Capela do Senhor dos Perdidos	Donai
Cruzeiro da Praça da Sé	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Divino Senhor Cabeça Boa	Samil
Igreja da Misericórdia de Bragança	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Igreja de Nossa Senhora da Assunção	Baçal
Igreja de Nossa Senhora da Assunção (matriz)	Carragosa
Igreja de Nossa Senhora da Assunção (matriz)	Deilão (UF de São Julião de Palácios e Deilão)
Igreja de Nossa Senhora da Assunção	Failde (UF de Parada e Failde)
Igreja de Nossa Senhora da Assunção (matriz)	Gimonde
Igreja de Nossa Senhora da Assunção (matriz)	Gondesende
Igreja de Nossa Senhora da Assunção (matriz)	Izeda (UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova)
Igreja de Nossa Senhora da Assunção	Milhão (UF de Rio Frio e Milhão)
Igreja de Nossa Senhora da Assunção (matriz)	Quintela de Lampaças
Igreja de Nossa Senhora da Assunção (matriz)	Rebordãos
Igreja de Nossa Senhora da Assunção (matriz)	Rio Frio (UF de Rio Frio e Milhão)
Igreja de Nossa Senhora da Assunção	Salsas
Igreja de Nossa Senhora da Assunção (matriz)	Samil
Igreja de Nossa Senhora da Assunção (matriz)	Serapicos
Igreja de Nossa Senhora da Purificação/Nossa Senhora das Candeias (matriz)	Macedo do Mato
Igreja de Nossa Senhora das Neves/Nossa Senhora da Serra (santuário)	Rebordãos
Igreja de Nossa Senhora de Fátima	Babe
Igreja de Nossa Senhora de Fátima	Parâmio
Igreja de Nossa Senhora de Fátima	Gondesende
Igreja de Nossa Senhora do Bom Despacho	Gostei
Igreja de Nossa Senhora do Ó/da Expectação	Zoio
Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Donai
Igreja de Nossa Senhora do Rosário	França
Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Gostei
Igreja de Nossa Senhora dos Remédios	Deilão (UF de São Julião de Palácios e Deilão)
Igreja de Nossa Senhora Rainha (Catedral de Bragança)	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Igreja de Santa Bárbara	Quintela de Lampaças
Igreja de Santa Eufémia	Quintela de Lampaças
Igreja de Santa Cecília (matriz)	Carrazedo (UF de Castrelos e Carrazedo)
Igreja de Santa Clara	Castro de Avelãs
Igreja de Santa Clara e Paço Episcopal	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Igreja de Santa Comba	Espinhosela

DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
Igreja de Santa Comba (matriz)	Santa Comba de Rossas
Igreja de Santa Maria (matriz)/Nossa Senhora do Sardão	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Igreja de Santa Maria	Donai
Igreja de Santa Maria Madalena (matriz)	Grijó de Parada
Igreja de Santa Maria Madalena	Quintanilha
Igreja de Santa Maria Madalena (matriz)	Rebordainhos (UF de Rebordainhos e Pombares)
Igreja de Santo Amaro	Rebordainhos (UF de Rebordainhos e Pombares)
Igreja de Santo André (matriz)	Meixedo (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Igreja de Santo Antão	São Julião de Palácios (UF de São Julião de Palácios e Deilão)
Igreja de Santo Antonino	Sendas
Igreja de Santo António	França
Igreja de Santo Estêvão (matriz)	Espinhosela
Igreja de Santo Ildefonso	Failde (UF de Parada e Failde)
Igreja de São Bartolomeu	Macedo do Mato
Igreja de São Bartolomeu	Rabal
Igreja de São Bartolomeu (matriz)	São Julião de Palácios (UF de São Julião de Palácios e Deilão)
Igreja de São Bento	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Igreja de São Calixto	Gondesende
Igreja de São Cipriano (matriz)	Aveleda (UF de Aveleda e Rio de Onor)
Igreja de São Cipriano	Espinhosela
Igreja de São Cipriano	Parâmio
Igreja de São Cláudio	Gostei
Igreja de São Frutuoso (matriz)	Pombares (UF de Rebordainhos e Pombares)
Igreja de São Genésio (matriz)	Parada (UF de Parada e Failde)
Igreja de São Geraldo	Salsas
Igreja de São João	Macedo do Mato
Igreja de São João	Parâmio
Igreja de São João Baptista (matriz)	Castrelos (UF de Castrelos e Carrazedo)
Igreja de São João Baptista (matriz)	Rio de Onor (UF de Aveleda e Rio de Onor)
Igreja de São Justo	Calvelhe (UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova)
Igreja de São Lourenço	Deilão (UF de São Julião de Palácios e Deilão)
Igreja de São Lourenço (matriz)	França
Igreja de São Lourenço (matriz)	Milhão (UF de Rio Frio e Milhão)
Igreja de São Lourenço (matriz)	Parada (UF de Parada e Failde)
Igreja de São Lourenço (matriz)	Parâmio
Igreja de São Mamede	Carrazedo (UF de Castrelos e Carrazedo)
Igreja de São Mamede	Sortes

DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
Igreja de São Martinho (matriz)	Alfaião
Igreja de São Martinho	Zoio
Igreja de São Miguel	Aveleda (UF de Aveleda e Rio de Onor)
Igreja de São Miguel	Castro de Avelãs
Igreja de São Miguel	Outeiro
Igreja de São Miguel (matriz)	Paradinha Nova (UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova)
Igreja de São Miguel	São Julião de Palácios (UF de São Julião de Palácios e Deilão)
Igreja de São Miguel	Sendas
Igreja de São Miguel	Sortes
Igreja de São Nicolau	Mós
Igreja de São Nicolau	Pinela
Igreja de São Nicolau (matriz)	Salsas
Igreja de São Nicolau	Salsas
Igreja de São Paio	Milhão (UF de Rio Frio e Milhão)
Igreja de São Pedro (matriz)	Babe
Igreja de São Pedro	Carragosa
Igreja de São Pedro	Castrelos (UF de Castrelos e Carrazedo)
Igreja de São Pedro (matriz)	São Pedro de Sarracenos
Igreja de São Pedro (matriz)	Sendas
Igreja de São Pedro	Serapicos
Igreja de São Pedro (matriz)	Zoio
Igreja de São Pelágio (matriz)	Nogueira
Igreja de São Romão (matriz)	Baçal
Igreja de São Roque	Rebordãos
Igreja de São Salvador (matriz)	Donai
Igreja de São Sebastião	Baçal
Igreja de São Sebastião	Gostei
Igreja de São Tiago	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Igreja de São Tiago (matriz)	Coelhoso
Igreja de São Tiago	Donai
Igreja de São Tiago (matriz)	Mós
Igreja de São Tomé	Espinhosela
Igreja de São Tomé/Igreja Velha (matriz)	Quintanilha
Igreja de São Vicente	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Igreja de São Vicente	Grijó de Parada
Igreja de São Vicente	Pinela
Igreja de São Vicente	Rio de Onor (UF de Aveleda e Rio de Onor)

DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
Igreja de São Vicente	Rio Frio (UF de Rio Frio e Milhão)
Igreja do Divino Senhor	Serapicos
Igreja do Divino Senhor da Agonia dos Chãos (santuário)	Salsas
Igreja do Sagrado Coração de Jesus	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Igreja do Santo Condestável	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Igreja dos Santos Mártires	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Igreja Nova	Quintanilha
Seminário de São José	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Via-sacra	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
ESTRUTURAS DE APOIO	
Fonte da Rainha / Fonte do Cano	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Fonte da Rica Fé / Fonte Fechada	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Fonte das Fontainhas	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Fonte de Baixo	São Julião de Palácios (UF de São Julião de Palácios e Deilão)
Fonte de Megilde	Babe
Fonte de mergulho	Samil
Fonte de São Vicente	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Fonte do Jorge	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Fonte dos Milagres	Coelhoso
Forno de Pão, junto à Ponte de Além Rio	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Forno em Pinela	Pinela
Fonte em São Pedro e Sarracenos	São Pedro de Sarracenos
Moinhos	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
OUTRO PATRIMÓNIO	
Busto do Conselheiro Abílio Beça	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Busto do Padre Francisco Manuel Alves	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Estátua de D. Fernando	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)
Monumento aos Mortos da Grande Guerra	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)

A tabela seguinte discrimina os sítios arqueológicos, identificados no concelho de Bragança, organizados pelos respetivos tipos, distinguindo (a negrito) aqueles que não se encontram referenciados no PDM em vigor.

A_Tabela 14. Património arqueológico identificado no concelho de Bragança
(Fonte: Anexo I do RPDM de Bragança, Aviso n.º 12248-A/2010, de 18 de junho)

DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CNS
ABRIGO		
Buraco da Moura	Milhão (UF de Rio Frio e Milhão)	17466
Fragas da Penalva***	Deilão (UF de São Julião de Palácios e Deilão)	17401
ACHADO(S) ISOLADO(S)		
Ara de Carrazedo***	Carragosa	17326
Baçal/Fonte do Pácio	Baçal	2263
Bragança – Bráctea de Siracusa***	Bragança (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)	17397
Calvelhe***	Calvelhe (UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova)	5004
Carreiro	Alfaião	17313
Coelhoso***	Coelhoso	2264
Convento de São Bento	Santa Maria (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)	17400
Estela de Alimonde	Carrazedo (UF de Castrelos e Carrazedo)	17333
Failde ***	Failde (UF de Parada e Failde)	4606
Failde	Failde (UF de Parada e Failde)	17416
Fraga do Berrão	Pombares (UF de Rebordainhos e Pombares)	17541
Gimonde***	Gimonde	17425
Igreja de Santa Maria**	Santa Maria (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)	17393
Igreja de Terroso	Espinhosela	17409
Izeda ***	Izeda (UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova)	17450
Miliário de Carrazedo***	Carrazedo (UF de Castrelos e Carrazedo)	17324
Paredes	Parada (UF de Parada e Failde)	17584
Pombares***	Pombares (UF de Rebordainhos e Pombares)	17488
Rabal ***	Rabal	17520
Rua Duque D. Jaime I	Santa Maria (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)	17399
Rua do Jardim	Santa Maria (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)	17394
Sanceriz***	Macedo do Mato	17452
São Sebastião	Babe	17336
São Tiago de Lagomar	Donai	2851
Valbom¹	Deilão (UF de São Julião de Palácios e Deilão)	17586
Vale de Álvaro***	Santa Maria (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)	17396

DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CNS
ARTE RUPESTRE		
Alto da Caroeira¹	Zoio	36021
Boca de Salsas	Deilão (UF de São Julião de Palácios e Deilão)	17402
Castro Curisco 1 – Rocha 1	França	10603
Castro Curisco 1 – Rocha 2	França	10604
Castro Curisco 1 – Rocha 3	França	10605
Castro Curisco 1 – Rocha 5	França	10609
Castro Curisco 1 – Rocha 6	França	10610
Castro Curisco 1 – Rocha 7	França	10612
Cruz da Pegada	Samil	17574
Cumeeira¹	Zoio	36026
Fonte do Chorro	Aveleda (UF de Aveleda e Rio de Onor)	17340
Fonte dos Engaranhados	Macedo do Mato	17453
Fontela	Calvelhe (UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova)	17480
Fraga Escrevida	Paradinha Nova (UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova)	17479
Fraga da Ferradura	Alfaião	17320
Fraga da Pala	Failde (UF de Parada e Failde)	17412
Fraga da Porca/Fraga Medideira – Rocha 4	França	10608
Fraga da Ramada	Carragosa	17405
Fraga da Senhora	Rebordãos	17556
Fraga das Ferraduras	Carrazedo (UF de Castrelos e Carrazedo)	17301
Fraga das Ferraduras	Paradinha Nova (UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova)	17481
Fraga dos Fusos/Pena Escrita	Sortes	17619
Fragas de Maqueiros	Gondesende	17429
Fragas do Cabril 2	Aveleda (UF de Aveleda e Rio de Onor)	17328
Fragas do Cabril 3	Aveleda (UF de Aveleda e Rio de Onor)	17329
Guilhufe	Gostei	17436
Lastra	Rabal	17516
Letras do Cabeço da Velha	Rio de Onor (UF de Aveleda e Rio de Onor)	17564
Pousadouro	Grijó de Parada	17445
Poço do Pelgo	Alfaião	17321
Sampaio	Milhão (UF de Rio Frio e Milhão)	17464
Tapada¹	Zoio	36024
Tapada¹	Zoio	36025
ATALAIA		
Atalaia da Candaia^{1**}	Baçal	2298
BERRÃO		

DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CNS
Bragança/Porca da Vila	Santa Maria (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)	4612
CASTELO		
Castelo de Bragança	Santa Maria (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)	17390
Castelo de Rebordãos ^{1**}	Rebordãos	5164
Fortaleza do Outeiro/Castelo do Outeiro ^{1**}	Outeiro	14742
CONVENTO		
Convento de São Francisco ^{1**}	Santa Maria (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)	12179
EDIFÍCIO		
Bragança – Largo de São Tiago, n.º 37 a 39	Santa Maria (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)	12411
Bragança – Rua Dom Fernão o Bravo	Santa Maria (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)	11970
ESCULTURA		
Escultura Zoomórfica de Coelhoso	Coelhoso	17545
Igreja de Parada	Parada (UF de Parada e Failde)	17583
ESTELA		
Bragança ^{***}	Santa Maria (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)	17398
Carva	Outeiro	17548
Estela 1 de Castro de Avelãs	Castro de Avelãs	17510
Estela 2 de Castro de Avelãs	Castro de Avelãs	17511
Estela 3 de Castro de Avelãs	Castro de Avelãs	17513
Estela 4 de Castro de Avelãs	Castro de Avelãs	17514
Estela 5 de Castro de Avelãs	Castro de Avelãs	17519
Estela 6 de Castro de Avelãs	Castro de Avelãs	17521
Estela 7 de Castro de Avelãs	Castro de Avelãs	17522
Estela 8 de Castro de Avelãs	Castro de Avelãs	17523
Estela 9 de Castro de Avelãs	Castro de Avelãs	17524
Estela 10 de Castro de Avelãs	Castro de Avelãs	17525
Estela 11 de Castro de Avelãs	Castro de Avelãs	17530
Estela 1 de Meixedo	Meixedo (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)	18975
Estela 2 de Meixedo	Meixedo (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)	18976
Estela 3 de Meixedo	Meixedo (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)	18977
Estela 4 de Meixedo	Meixedo (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)	18978
Estela 5 de Meixedo	Meixedo (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)	18979
Estela 6 de Meixedo	Meixedo (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)	18980
Estela 7 de Meixedo	Meixedo (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)	18981
Estela 8 de Meixedo	Meixedo (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)	18990
Estelas de Coelhoso	Coelhoso	17546
ESTRUTURA		

DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CNS
Bragança – Largo General Sepúlveda	Santa Maria (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)	17344
Bragança – Praça Camões	Sé (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)	21764
Bragança – Rua D. João V	Santa Maria (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)	29327
Bragança – Rua Marquês de Pombal, n.º 14¹	Santa Maria (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)	33495
Bragança – Rua Serpa Pinto	Santa Maria (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)	17343
Bragança – Túnel do Castelo	Santa Maria (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)	17345
FERRARIA		
Ferraria	Rio de Onor (UF de Aveleda e Rio de Onor)	28466
FONTE		
Fonte de Baixo^{1**}	São Julião de Palácios (UF de São Julião de Palácios e Deilão)	17593
Quintela de Lampaças 6	Quintela de Lampaças	33787
FORNO		
Forno de Pinela**	Pinela	17603
Fornos de Alto do Rabal*	Rio de Onor (UF de Aveleda e Rio de Onor)	29361
FORTIFICAÇÃO		
Forte de São João de Deus^{1**}	Santa Maria (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)	35150
GRUTA NATURAL		
Cova da Lua	Espinhosela	4638
Grutas de Penacal	São Pedro de Sarracenos	5594
HABITAT		
Barigelas	Parada (UF de Parada e Failde)	12766
Canada de Alimonde	Carrazedo (UF de Castrelos e Carrazedo)	17323
Castro de Sacóias^{1**}	Baçal	554
Cortinha do Castelo	Pinela	17602
Eiró de Sortes/Marroninho	Sortes	17618
Ferradal	Rebordãos	17558
Ferradoza	Failde (UF de Parada e Failde)	17415
Lombo da Igreja	Rebordainhos (UF de Rebordainhos e Pombares)	17543
Mata Mouros	Paradinha Nova (UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova)	17483
Muradelhas	Parada (UF de Parada e Failde)	17585
Poça	Quintela de Lampaças	17490
Quinta das Carvas	Santa Maria (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)	17392
Quinta de Britelo/Tesouro	Donai	17404
Quinta de São Lourenço	Samil	17576
Quinta de São Lourenço 2	Samil	36375
Sampaio	Nogueira	17477
Santa Eulália/Medea	Izeda (UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova)	4892

DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CNS
Santo Amaro de Alimonde	Carrazedo (UF de Castrelos e Carrazedo)	17322
Senhora da Veiga	Alfaião	17312
Souto da Capela	Pinela	17601
São Bartolomeu	Santa Maria (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)	17389
São Martinho de Carrazedo	Carrazedo (UF de Castrelos e Carrazedo)	17334
São Tomé	Espinhosela	17410
Torre de Medorro	Grijó de Parada	17443
Trás-do-Souto/Fonte da Cruz	Salsas	962
Vale das Brespas	Alfaião	17318
Vinha do Santo	Gondesende	17434
IGREJA		
Bragança - Igreja de São Francisco^{1**}	Santa Maria (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)	4696
Igreja Velha de Conelias	Castrelos (UF de Castrelos e Carrazedo)	17347
Igreja de Espinhosela^{1**}	Espinhosela	17411
Igreja de Grijó de Parada	Grijó de Parada	17444
Igreja de São Lourenço	Milhão (UF de Rio Frio e Milhão)	17470
Igreja de Veigas	Quintanilha	17609
Sagrado	Carragosa	17300
Senhora da Serra	Rebordãos	17557
São Justo/Igreja Velha	Calvelhe (UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova)	17299
São Pedro/Sagrado	Babe	5433
São Salvador	Donai	17435
INSCRIÇÃO		
Ara 1 de Castro de Avelãs	Castro de Avelãs	17463
Ara 2 de Castro de Avelãs	Castro de Avelãs	17473
Ara 3 de Castro de Avelãs	Castro de Avelãs	17474
Capela de São Sebastião	Santa Maria (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)	17341
Fonte de Megilde**	Babe	17337
Inscrição de Castro de Avelãs	Castro de Avelãs	17531
São Cláudio	Gostei	2834
MARCO MILIÁRIO		
Cruz do Marrão	Gimonde	17426
Miliário 1 de Castro de Avelãs	Castro de Avelãs	17471
Miliário 2 de Castro de Avelãs	Castro de Avelãs	17472
MINA		
Buraco dos Mouros/Pelaia	Rio de Onor (UF de Aveleda e Rio de Onor)	17566
Fraga dos Corvos	Castrelos (UF de Castrelos e Carrazedo)	17348

DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CNS
Minas de França	França	17420
Ribeira de Silos*	Rio de Onor (UF de Aveleda e Rio de Onor)	29362
MONUMENTO MEGALÍTICO		
Mamoia de Donai/Tumbeirinho/Devesa de Donai^{1**}	Donai	555
Pedra da Anta¹	Rebordainhos (UF de Rebordainhos e Pombares)	36019
Serra da Nogueira¹	Rebordainhos (UF de Rebordainhos e Pombares)	36020
MOSTEIRO		
Mosteiro de Castro de Avelãs	Castro de Avelãs	17459
MURALHA		
Bragança – Rua dos Batocos	Santa Maria (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)	17305
NECRÓPOLE		
Alto do Martim Cansado	Samil	17577
Alto do Outeiro	Alfaião	17315
Castro de Zeive/Abadia	Parâmio	17589
Chaira	França	17419
Couto	Santa Maria (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)	17391
Estercada	Castrelos (UF de Castrelos e Carrazedo)	17346
Labuselo¹	Aveleda (UF de Aveleda e Rio de Onor)	17331
Quatro Caminhos	Santa Maria (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)	2441
Senhora do Aviso	Serapicos	17617
São Julião	Salsas	1448
Vale das Pereiras	Rebordãos	17559
Vale de Igrejas/Babão	Aveleda (UF de Aveleda e Rio de Onor)	17332
PELOURINHO		
Pelourinho da Frieira^{1**}	Macedo do Mato	11920
PONTE		
Ponte das Carvas^{1**}	Santa Maria (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)	1845
Ponte de Areães	Castro de Avelãs	17457
Ponte de Castrelos	Castrelos (UF de Castrelos e Carrazedo)	5362
Ponte de Frieira^{1**}	Macedo do Mato	1373
Ponte de Gimonde^{1**}	Gimonde	3873
Ponte de Grijó^{1**}	Outeiro	17549
Ponte de Maqueiros	Gondesende	17428
Ponte de Palhares	Samil	17578
Ponte de Parâmio^{1**}	Parâmio	33819
Ponte de Valbom^{1**}	Milhão (UF de Rio Frio e Milhão)	17468
Ponte do Porto^{1**}	Milhão (UF de Rio Frio e Milhão)	17469

DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CNS
Ponte Velha do Penacal ¹	Failde (UF de Parada e Failde)	17418
POVOADO		
Crasto de Coelhooso	Coelhoso	17544
POVOADO FORTIFICADO		
Alto da Torre	Parâmio	4885
Alto do Castro	Rabal	17517
Alto dos Currais/Fraga dos Corvos	Espinhosela	17406
Barrocal	Quintanilha	5413
Cabecinho dos Mouros/Cabeço de Alfaião	Alfaião	4455
Cabeço Cercado	Rebordainhos (UF de Rebordainhos e Pombares)	17542
Cabeço da Mêda/Cidadelha	Failde (UF de Parada e Failde)	17414
Cabeço da Terronha	Macedo do Mato	17454
Cabeço das Freiras	Grijó de Parada	17316
Cabeço de São João/Castelos Velhos	Castrelos (UF de Castrelos e Carrazedo)	5429
Cabeço dos Mouros	Aveleda (UF de Aveleda e Rio de Onor)	17325
Cacaruto do Castro	São Julião de Palácios (UF de São Julião de Palácios e Deilão)	
Castanheiro do Senhor	Samil	4846
Castelinho	Failde (UF de Parada e Failde)	17561
Castelinho	Carrazedo (UF de Castrelos e Carrazedo)	17314
Castelinho/Terronha	Grijó de Parada	4539
Castelo	Quintela de Lampaças	17487
Castelo	Izeda (UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova)	17451
Castelo das Olgas/Urreta Formosa	Calvelhe (UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova)	17298
Castelo de Alfenim/Castelo de Alvelina	Pinela	17604
Castelo de Alimonde	Carrazedo (UF de Castrelos e Carrazedo)	17303
Castelo do Sanguinho	Paradinha Nova (UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova)	17482
Castelo dos Mouros	Espinhosela	17407
Castelo dos Mouros	Milhão (UF de Rio Frio e Milhão)	17467
Castelo dos Mouros/Urreta do Castelo	Calvelhe (UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova)	17297
Castragosa	Milhão (UF de Rio Frio e Milhão)	5436
Castrilhão de Coelhooso	Coelhoso	17537
Castro	Rio de Onor (UF de Aveleda e Rio de Onor)	17565
Castro da Réfega	Quintanilha	17610
Castro da Sapeira	Babe	4891
Castro da Seara/Castro Serzedo	Carrazedo (UF de Castrelos e Carrazedo)	17319
Castro de Baçal	Baçal	17387
Castro de Ciragata/Cidadelhe ^{1**}	Parada (UF de Parada e Failde)	2893

DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CNS
Castro de Gimonde/Arrabalde de Gimonde	Gimonde	535
Castro de Vila Boa	Serapicos	17616
Castro do Serro de Coelhoso	Coelhoso	17535
Castro Mau	Parada (UF de Parada e Failde)	17563
Castro Mouro/Pena Alta	Outeiro	17547
Catavelo	Milhão (UF de Rio Frio e Milhão)	17465
Cercas	Babe	17590
Cigadonha/Nossa Senhora da Cabeça	Nogueira	4515
Crasto/Terronha	Milhão (UF de Rio Frio e Milhão)	5426
Devesa	Donai	4880
Estrepelgo/Picoto	Failde (UF de Parada e Failde)	17413
Fraga do Cavaleiro	Failde (UF de Parada e Failde)	4537
Fragas do Cabril 1	Aveleda (UF de Aveleda e Rio de Onor)	17327
Fragas do Castro	São Julião de Palácios (UF de São Julião de Palácios e Deilão)	17591
Fragas do Castro	Gostei	17438
Lombeiro Branco	Carragosa	4879
Lombeiro de Maqueiros	Gondesende	4701
Monte dos Xistos	Samil	17575
Penedo	Grijó de Parada	5437
Picoto/Castro de Carrazedo	Carrazedo (UF de Castrelos e Carrazedo)	17317
Ruínas da Senhora da Hera/Casarelhos	Espinhosela	2783
Sagrado	Donai	4878
Santo Amaro	Espinhosela	17408
Senhora da Conceição/Penhasco da Ermida da Senhora	Failde (UF de Parada e Failde)	4538
Sumidago	Alfaião	5423
Terronha	Quintela de Lampaças	17489
Terronha de Alimonde	Carrazedo (UF de Castrelos e Carrazedo)	17302
Torre	Rabal	17518
Torre do Castro	Carragosa	5037
Vale dos Prados	Milhão (UF de Rio Frio e Milhão)	5421
Torre Velha de Castro de Avelãs	Castro de Avelãs	1307
SARCÓFAGO		
Igreja de São Julião de Palácios	São Julião de Palácios (UF de São Julião de Palácios e Deilão)	2042
SEPULTURA		
Lavadouros de Gostei	Gostei	17437
Mata de São Sebastião	Santa Maria (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)	21771
São Miguel – Quintela de Lampaças¹	Quintela de Lampaças	37862

DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CNS
VESTÍGIOS DIVERSOS		
Bragança – Colégio dos Jesuítas	Sé (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)	19362
VIA		
Caminho das Doñas	São Julião de Palácios (UF de São Julião de Palácios e Deilão)	17592
Escalões de Alimonde	Carrazedo (UF de Castrelos e Carrazedo)	17335
Fonte de À Mó/Estrada Velha	Failde (UF de Parada e Failde)	17417
OUTROS		
Castrilhão	Carragosa	5038
INDETERMINADO		
Babões ***	São Julião de Palácios (UF de São Julião de Palácios e Deilão)	17339
Bairro de São Sebastião	Santa Maria (UF de Sé, Santa Maria e Meixedo)	17388
Cabecinha	São Julião de Palácios (UF de São Julião de Palácios e Deilão)	17587
Campiça de Cima	França	17330
Castro	Castro de Avelãs	17460
Chã de Arcas	São Pedro de Sarracenos	17612
Fraga da Orca	Gondesende	17432
Fraga do Selvagem	Samil	4886
Izei	Nogueira	17478
Lameiro da Anta	Parada (UF de Parada e Failde)	17560
Lombeiro do Castro	Gondesende	17431
Monte Cercado	Babe	17338
Paio/Lamaçal	Gondesende	3050
Santo André Velho	Espinhosela	17433
Santo Apolinário	Izeda (UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova)	17449
São Martinho	Castro de Avelãs	17462
Torre Velha^{1**}	Castro de Avelãs	2878
Torre Velha de Grandais	Castro de Avelãs	17461
Vale de Anta	Gondesende	17430

Notas:

* Localização indeterminada

** Sítios também considerados no património arquitetónico/arqueológico

*** Sítios não cartografados no PDM em vigor por indicação da Câmara Municipal

(1) Sítios não identificados no PDM em vigor

ANEXO V - PRESSÕES SIGNIFICATIVAS PARA AS MASSAS DE ÁGUA SUPERFICIAIS DO CONCELHO DE BRAGANÇA

A tabela seguinte descreve as principais pressões sobre as massas de água superficiais intersetadas pelo concelho de Bragança.

A_Tabela 15. Cargas anuais estimadas por setor de atividade e pressões significativas para as massas de água superficiais intersetadas pelo concelho de Bragança
(Fonte: APA, 2016)

MASSAS DE ÁGUA (MA)	CÓDIGO (ID)	NOME	CARGAS POR SETOR DE ATIVIDADE (kg/ano)				PRESSÕES SIGNIFICATIVAS
			CBO ₅	CQO	N total	P total	
Rio (albufeira)	03DOU0223	Albufeira Azibo	U- 431,43	U- 1725,72	U- 258,86 A - 8242,58 P - 3680,29	U- 84,56 A - 1176,41 P - 191,03	-
	03DOU0217	Rio Sabor	-	-	A - 25876,71 P - 9473,49	A - 3340,02 P - 466,41	Agrícola Pecuária
Rio	03DOU0208N	Rio Maçãs	U - 1077,6	U - 4310,4	U- 646,56 A - 25671,62 P - 8583,48	U - 211,21 A - 3541,66 P - 424,38	-
	03DOU0143	Ribeira de Guadramil	-	-	A - 4601,46 P - 2295,16	A - 274,69 P - 112,75	-
	03DOU0162	Ribeira da Amiscosa	-	-	A - 4565,18 P - 1778,80	A - 488,17 P - 90,01	-
	03DOU0180	Rio Tuela	Aq. - 6296,25 U - 8471,64	Aq. - 12592,5 U - 33886,56	Aq.- 3358 U - 5082,98 A - 55510,87 P - 19670,52	Aq. - 839,5 U - 1660,44 A - 7286,01 P - 995,87	Aquicultura Urbano Agrícola Pecuária
	03DOU0186	Ribeira de Viveiros	U - 51,87	U - 207,48	A - 27352,61 P - 11692,88	A - 3612,80 P - 617,62	-
	03DOU0193	Ribeiro de Ferreira	-	-	A - 1005,69 P - 614,17	A - 25,14 P - 34,11	Agrícola Pecuária
	03DOU0210	Rio Azibo	U - 821,25	U - 3285	U - 492,75 A - 11973,59 P - 3990,29	U - 160,97 A - 1760,32 P - 196,32	-
	03DOU0142	Ribeira das Andorinhas	U - 273,75	U - 1095	U - 164,25 A - 4228,53 P - 2180,21	U - 53,66 A - 232,59 P - 107,1	-
	03DOU0155	Ribeiro de Vida Boa	U-197,1	U- 788,4	U- 118,26 A - 12427,37 P - 5210,35	U- 38,63 A - 1238,66 P - 257,55	-
	03DOU0158	Rio Frio	U- 109,5	U- 438	U- 65,7 A - 12755,08 P - 4529,13	U- 21,46 A - 1726,14 P - 222,49	-
	03DOU0165	Ribeira do Porto	-	-	A - 7843,77 P - 2259,08	A - 1401,95 P - 110,98	-
	03DOU0170	Ribeira da Caravela	U- 602,25	U- 2409	U- 361,35 A - 16555,35 P - 4789,41	U- 118,04 A - 2823,14 P - 235,27	-
	03DOU0172	Ribeira de Penecal	U- 1204,5	U- 4818	U- 722,7 A-15546,31 P- 5286,39	U- 236,08 A-2213,19 P- 259,69	-

MASSAS DE ÁGUA (MA)	CÓDIGO (ID)	NOME	CARGAS POR SETOR DE ATIVIDADE (kg/ano)				PRESSÕES SIGNIFICATIVAS
			CBO ₅	CQO	N total	P total	
	03DOU0181	Ribeira de São Cibrão	U- 219	U- 876	U- 131,4 A-30617,30 P- 11354,38	U- 42,92 A-3893,19 P- 578,10	-
	03DOU0209	Ribeira de Azibeiro	U- 492,75	U- 1971	U- 295,65 A-4014,68 P- 1653,07	U- 96,58 A-477,70 P- 83,81	-
	03DOU0160	Ribeira de Carrzedo	-	-	A- 4663,63 P- 1660,72	A- 664,53 P- 81,58	-
	03DOU0335F	Rio Sabor	U- 306,6	U- 1226,4	U- 183,96 A-27821,09 P- 11060,36	U- 60,09 A- 3996,98 P- 562,64	-
	03DOU0171	Rio Sabor	U- 848,64	U- 3394,56	U- 509,18 A-27430,81 P- 9693,22	U- 166,33 A-3862,51 P- 476,17	-
	03DOU0225	Ribeira de Salselas	U- 501,87	U- 2007,48	U- 301,22 A-111121,80 P- 3679,82	U- 98,37 A-1905,67 P- 185,92	-
	03DOU0148	Rio Baceiro	U- 458,43	U- 1833,72	U- 275,06 A-20696,04 P- 7964,53	U- 89,85 A-2511,41 P- 393,19	-
	03DOU0154	Ribeiro da Granja	U- 273,75	U- 1095	U- 164,25 A-8960,77 P- 2889,20	U- 53,66 A- 1394,38 P- 141,93	-
	03DOU0157	Rio de Onor	U- 821,25	U- 3285	U- 492,75 A-24221,95 P- 10233,74	U- 160,97 A- 2428,91 P- 502,72	-
	03DOU0179	Ribeira de Penecal	I- 6984,75	I- 13969,5	I- 232,83 A-2589,96 P- 300,85	I- 16,63 A- 2589,96 P- 300,85	-
03DOU0149	Rio Sabor	U- 1368,75	U- 5475	U- 821,25 A-23423,44 P- 10205,21	U- 266,28 A- 2286,36 P- 501,32	-	
03DOU0167	Rio Fervença	U- 52560	U- 210240	U- 31536 A-24792,46 P- 8151,50	U- 10301,76 A- 4331,66 P- 400,43	Urbano Agrícola Pecuária	
03DOU0208I	Rio Maçãs	U- 684,36	U- 2737,44	U- 410,62 A-13176,66 P- 5501,23	U- 134,14 A- 1346,21 P- 270,24	Agrícola Pecuária	
03DOU0213	Ribeira de Veados	-	-	A-19941,14 P- 6899,12	A-2805,14 P- 338,91	Agrícola	
03DOU0229	Ribeiro de Castro	U- 565,74	U- 2262,96	U- 339,44 A-41911,28 P- 14131,55	U- 110,86 A- 6581,90 P- 714,59	-	

Setores de Atividade: A – Agrícola; Aq.- Aquicultura; G – Golfe; I – Indústria; P – Pecuária; U – Urbano

CBO₅ - Carência Bioquímica em Oxigénio; CQO – Carência Química de Oxigénio; N total – Azoto total; P total – Fósforo total

ANEXO VI - QUADRO ESTRATÉGICO

Procede-se, de seguida, à identificação das diretrizes, orientações e normas estratégicas, constantes nos IGT com incidência territorial no concelho de Bragança, que deverão ser ponderadas na elaboração da proposta de Revisão do PDM de Bragança, nomeadamente na definição da estratégia de desenvolvimento territorial e do regime de uso, ocupação e transformação do solo, de acordo com o alinhamento constante na tabela seguinte:

A_ Tabela 16. Instrumentos de Gestão Territorial com incidência em Bragança

ÂMBITO NACIONAL

Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território | PNPOT

ÂMBITO SETORIAL

Plano Rodoviário Nacional | PRN 2000*

Plano Setorial da Rede Natura 2000 | PSRN 2000

ÂMBITO REGIONAL

Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte | PROT-N

Plano Regional de Ordenamento Florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro | PROF TMAD

Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro | PGRH Douro - RH3

Plano de Ordenamento da Albufeira do Azibo | POAA

Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho | POPNM

Nota: * Não apresenta diretrizes e orientações estratégicas a considerar neste âmbito.

A_Tabela 17. Quadro estratégico: Instrumentos de Gestão Territorial

ÂMBITO NACIONAL

Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território | PNPOT

[Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro, que corresponde à alteração da Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.º 80-A/2007, de 7 de setembro, e n.º 103-A/2007, de 23 de novembro]

DESAFIOS TERRITORIAIS / OPÇÕES ESTRATÉGICAS:

1. Gerir os recursos naturais de forma sustentável
 - 1.1 Valorizar o capital natural
 - 1.2 Promover a eficiência do metabolismo regional e urbano
 - 1.3 Aumentar a resiliência socioeconómica
2. Promover um sistema urbano policêntrico
 - 2.1 Reforçar a cooperação interurbana e rural-urbana como fator de coesão interna
 - 2.2 Promover a qualidade urbana
3. Promover a inclusão e valorizar a diversidade territorial
 - 3.1 Aumentar a atratividade populacional, a inclusão social, e reforçar o acesso aos serviços de interesse geral
 - 3.2 Dinamizar os potenciais locais e regionais
4. Reforçar a conectividade interna e externa
 - 4.1 Otimizar as infraestruturas ambientais e a conectividade ecológica
 - 4.2 Reforçar e integrar redes de acessibilidades e de mobilidade
 - 4.3 Dinamizar as redes digitais
5. Promover a governança territorial
 - 5.1 Reforçar a descentralização de competências e a cooperação intersectorial e multinível
 - 5.2 Promover redes colaborativas de base territorial
 - 5.3 Aumentar a Cultura Territorial

COMPROMISSOS PARA O TERRITÓRIO:

1. Robustecer os sistemas territoriais em função das suas centralidades
2. Atrair novos residentes e gerir a evolução demográfica
3. Adaptar os territórios e gerar resiliência
4. Descarbonizar acelerando a transição energética e material
5. Remunerar os serviços prestados pelo capital natural
6. Alargar a base económica territorial com mais conhecimento, inovação e capacitação
7. Incentivar os processos colaborativos para reforçar uma nova cultura do território
8. Integrar nos IGT novas abordagens para a sustentabilidade
9. Garantir nos IGT a diminuição da exposição a riscos
10. Reforçar a eficiência territorial nos IGT

PROGRAMA DE AÇÃO (diretrizes de conteúdo):

- Explicitar a estratégia territorial municipal, estabelecendo os princípios e os objetivos subjacentes ao modelo de desenvolvimento territorial preconizado, explicitando a coerência do modelo com as orientações de ordenamento do território nacionais e regionais, bem como as orientações específicas de natureza setorial e especial aplicáveis e

identificando as inerentes opções de organização, classificação e qualificação do solo e de regulamentação e programação adotadas.

- Definir o sistema urbano e as áreas de localização empresarial tendo em conta a inserção das centralidades nas redes municipais e supramunicipais e considerando os sistemas de mobilidade e as adequadas condições de acesso da população a serviços de interesse geral e das empresas a serviços de interesse económico.
- Considerar a perspetiva da eficiência energética nas opções de povoamento e de mobilidade, classificando e qualificando o solo com base em pressupostos de eficiência energético-ambiental e descarbonização, favorecendo a redução das necessidades de deslocação e fomentando novas formas de mobilidade sustentável.
- Identificar carências e necessidades habitacionais e promover disponibilidades de habitação acessível em regime de arrendamento, através da reabilitação e regeneração urbana e de políticas específicas, considerando a habitação como um fator determinante da atração de novos residentes.
- Reforçar as dimensões do ordenamento agrícola e florestal, tendo em vista valorizar os recursos endógenos, gerir compatibilidades de usos e gerar novas economias multifuncionais e novas relações urbano-rurais, assentes na promoção das atividades agrícolas e florestais, na valorização dos serviços dos ecossistemas, nomeadamente no que se refere à água, solo e biodiversidade e nas atividades de turismo, lazer, recreação e cultura.
- Delimitar as áreas de suscetibilidade a perigos e de risco, tendo em consideração os cenários de alteração climática e definir as medidas de precaução, prevenção, adaptação e redução da exposição a riscos, incluindo a identificação de elementos expostos sensíveis a gerir e a realocar, considerando a análise de perigosidade e risco próprias e à escala adequada e as macro vulnerabilidades territoriais críticas apontadas pelo PNPT e desenvolvidas pelos PROT.
- Identificar medidas de redução e minimização das vulnerabilidades da interface urbano-florestal e de prevenção do risco de incêndio, através da identificação e definição de regras de gestão e segurança de aglomerados urbanos, de aglomerados rurais e de áreas de edificação dispersas, incluindo áreas de localização empresarial e unidades dispersas, identificando em cada situação tipo a sua articulação com os instrumentos de planeamento florestal e de prevenção e combate de incêndios.
- Desenvolver abordagens e integrar estratégias e diretrizes de sustentabilidade que garantam a salvaguarda e valorização de recursos e valores naturais, nomeadamente da água, solo e biodiversidade, a criação de estruturas ecológicas e infraestruturas verdes, a conservação da natureza, em particular em áreas classificadas e a valorização dos serviços dos ecossistemas e a qualificação das unidades de paisagem.
- Travar a artificialização do solo, adequar a extensão do solo urbano, promover a regeneração, reabilitação, reutilização e revitalização urbana, e restringir a nova edificação dispersa e isolada em solo rústico, subscrevendo como usos incompatíveis com a classificação do solo rústico novas instalações de atividades económicas não relacionadas com as utilizações próprias do solo rústico, e de empreendimentos turísticos, salvo nas formas e tipologias estabelecidas nos Programas Regionais, e as novas construções de habitação, fora do solo urbano, aglomerados rurais e das áreas de edificação dispersa, nesta últimas nos termos das orientações dos Programas Regionais e salvaguardando as

vulnerabilidades aos perigos, nomeadamente de incêndio, cheia e inundação e deslizamento de vertentes.

- Identificar os passivos ambientais e o solo urbano com usos obsoletos e ocupações desqualificadas e definir estratégias e ações de incentivo à sua recuperação, reconversão e/ou reposição tendo em vista a sua incorporação nas cadeias de valor económico e social, nomeadamente através de mecanismos de compensação pela instalação de novos usos.
- Definir modelos de organização territorial e normativos de gestão que potenciem a descarbonização da economia e da sociedade, a mobilidade sustentável, a economia circular e de partilha e os consumos de proximidade.

ÂMBITO SETORIAL

Plano Setorial da Rede Natura | PSRN 2000

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho]

LINHA ESTRATÉGICA GLOBAL:

- Para a globalidade dos valores naturais, é necessária uma maior integração dos objetivos de conservação dos valores naturais nos instrumentos de gestão do território, compatibilizando este objetivo com um leque alargado de atividades, incluindo a urbanização, o turismo, a indústria extrativa, as infraestruturas, as acessibilidades, o recreio e o lazer.

Sítio “Montesinho/Nogueira” (PTCON0002)

[Classificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28 de agosto]

- Manutenção da sua elevada diversidade e das características naturais que o tornam singular e que permitem albergar os valores naturais nele existentes;
- Conservar a naturalidade e o contínuo ecológico dos ecossistemas ribeirinhos (cursos de água e bosques ripícolas associados) presentes em toda a sua área;
- Condicionar a expansão do uso agrícola e a mobilização do solo;
- Condicionar a florestação, conservar/recuperar povoamentos florestais autóctones e reduzir o risco de incêndio;
- Condicionar a construção de infraestruturas, a expansão urbano-turística, a construção de açudes e barragens em zonas sensíveis;
- Condicionar intervenções nas margens e leito de linhas de água e conservar/recuperar a vegetação ribeirinha autóctone;
- Ordenar acessibilidades, atividades de recreio e lazer e. a prática de desporto de natureza

Sítio “Rios Sabor e Maçãs” (PTCON0021)

[Classificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28 de agosto]

- Manutenção do extenso contínuo de ecossistemas ribeirinhos;
- Condicionar intervenções nas margens e leito de linhas de água;
- Condicionar a construção de açudes e barragens em zonas sensíveis;
- Condicionar a captação de água e regular dragagens e extração de inertes;
- Condicionar a intensificação e a expansão do uso agrícola, bem como a mobilização do solo;
- Condicionar a florestação, conservar/recuperar povoamentos florestais autóctones e reduzir o risco de incêndio;

- Condicionar a construção de infraestruturas;
- Condicionar a expansão urbano-turística;
- Ordenar acessibilidades, atividades de recreio e lazer e a prática de desporto de natureza.

Sítio “Morais” (PTCON0023)

[Classificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28 de agosto]

- Condicionar a expansão do uso agrícola e a mobilização do solo;
- Condicionar a florestação, conservar/recuperar povoamentos florestais autóctones, promover a regeneração natural e reduzir o risco de incêndio;
- Condicionar a construção de infraestruturas;
- Condicionar a construção de açudes e barragens em zonas sensíveis;
- Condicionar a expansão urbano-turística;
- Condicionar a captação de água, a drenagem e as intervenções nas margens e leito de linhas de água;
- Regular dragagens e extração de inertes;
- Regular uso de açudes e charcas;
- Condicionar o corte e a colheira de espécies;
- Ordenar acessibilidades, atividades de recreio e lazer e a prática de desporto de natureza

Sítio “Samil” (PTCON0041)

[Classificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/00, de 5 de julho]

- Condicionar todas as alterações de uso do solo que provoquem a destruição dos habitats, nomeadamente a instalação de infraestruturas, expansão urbana, arborizações, a extração e a deposição de inertes;
- Condicionar a mobilização do solo;
- Tomar medidas que impeçam a florestação;

ÂMBITO REGIONAL

Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte | PROT-N

[Proposta de dezembro de 2009]

Opções Estratégicas de Base Territorial:

1. CONSOLIDAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SISTEMA URBANO, a dois níveis:

- Estabelecimento de uma matriz policêntrica da rede urbana, com base numa combinação de elementos de hierarquia com elementos de complementaridade, explorando as virtualidades dos efeitos de rede;
- Valorização e promoção, como componentes essenciais da sua atratividade e competitividade, dos elementos de excelência e dos vetores de qualificação tanto dos meios urbanos propriamente ditos como dos nós de especialização funcional (plataformas logísticas, polos de ciência e tecnologia, infraestruturas de acolhimento empresarial), de sustentação e fomento das economias de aglomeração, da intensificação tecnológica e da competitividade da base económica e das atividades da Região.

2. CONFORMAÇÃO E EXECUÇÃO DAS REDES E SISTEMAS FUNDAMENTAIS DE CONETIVIDADE

centrada na articulação entre pontos nodais da estrutura territorial da Região e destes com o

exterior, como elemento fundamental de fomento da competitividade, do reforço da mobilidade e da promoção de maior equidade territorial:

- Grandes infraestruturas e interfaces de transporte;
- Rede rodoviária estruturante;
- Redes ferroviárias de alta velocidade e convencional (suburbana/interurbana/regional);
- Redes telemáticas;
- Sistemas de transportes e de comunicações, tendo em vista garantir níveis adequados de articulação/conexão entre os centros urbanos e uma acessibilidade alargada a equipamentos e serviços básicos (serviços de proximidade).

3. CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO SUPORTE TERRITORIAL, encarando integradamente os seus elementos constitutivos enquanto valores intrínsecos (dever de preservação da memória e identidade coletiva), enquanto componentes de uma dinâmica de desenvolvimento sustentado, e enquanto fatores de melhoria da qualidade de vida:

- Proteção e qualificação dos valores naturais, ambientais e patrimoniais;
- Controlo e gestão das situações de riscos naturais e tecnológicos (identificação, medidas de prevenção, monitorização), e atenuação/eliminação dos passivos ambientais (recuperação de situações degradadas, eliminação/desagravamento de fontes poluidoras).

4. GESTÃO SUSTENTADA DOS RECURSOS PRODUTIVOS de forte vinculação locacional, com exploração das potencialidades e atenuação das fragilidades:

- Aproveitamento do potencial hídrico numa ótica de sustentabilidade do recurso (reserva estratégica de água, produção de eletricidade, abastecimento, rega, desporto e lazer, valorização paisagística, elementos de atenuação e controle do risco, reequilíbrio ambiental);
- Sustentabilidade energética, na dupla vertente de promoção do aumento da eficácia nos consumos energéticos e de reforço da componente da produção energética a partir de fontes renováveis;
- Exploração da fileira dos recursos geológicos e hidrogeológicos;
- Exploração das fileiras vitivinícola, agropecuária e silvo-pastoril, com relevo especial para o desenvolvimento de “nichos de qualidade” (produtos certificados, DOC);
- Exploração sustentada dos recursos florestais e espaços associados, e ainda dos recursos cinegéticos, apícolas e aquícolas das águas interiores, e outros diretamente associados à floresta e às atividades silvícolas;
- Exploração da fileira do turismo.

Plano Regional de Ordenamento Florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro | PROF TMAD

[Portaria n.º 57/2019, de 11 de fevereiro, retificada pela Declaração de Retificação n.º15/2019, de 12 de abril]

Objetivos Estratégicos e Objetivos Específicos:

EIXO II - ESPECIALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

- Assegurar a conservação dos habitats e das espécies da fauna e flora protegidas;
- Aumentar a produção e produtividade nas áreas com aptidão para produção lenhosa ou suberícola;
- Promover a valorização paisagística e as atividades de recreio dos espaços florestais;

- Desenvolver o uso múltiplo dos espaços florestais, nomeadamente ao nível da caça, pesca, produção de mel e cogumelos.

EIXO III - MELHORIA DA GESTÃO FLORESTAL E DA PRODUTIVIDADE DOS POVOAMENTOS

- Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais.

Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro | PGRH Douro - RH3

[Resolução do Conselho de Ministros n.º52/2016, de 20 de setembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 22-B/2016, de 18 de novembro (2.º ciclo de planeamento referente ao período 2016-2021)]

Objetivos Estratégicos:

- Atingir e manter o Bom estado das massas de água reduzindo ou eliminando os impactos através de uma gestão adequada das pressões.
- Promover as boas práticas para um uso eficiente da água.
- Promover a gestão dos riscos associados a secas, cheias, erosão costeira e acidentes de poluição.

Eixos e Programas de Medidas:

- Redução ou eliminação de cargas poluentes - Construção ou remodelação de estações tratamento de águas residuais urbanas:
 - Redes de saneamento básico e construção de 16 ETAR compactas, em aglomerados rurais do concelho de Bragança (U.F Parada e Faílde, Parâmio, Espinhosela, Donai, Gondesende, Sortes, U.F. Carrazedo e Castrelos, Sendas, Bragança/Gostei, Bragança/Nogueira, Parâmio, Quintela de Lapaças, Salsas);
 - Reabilitação de emissário e construção da ETAR de Gimonde;
 - Construção de ETAR de São Pedro de Sarracenos e emissários;
 - Beneficiação da ETAR de Bragança

Plano de Ordenamento da Albufeira do Azibo | POAA

[Despacho Conjunto (SEALOT/SERN) de 8 de junho de 1993]

Objetivos principais:

- Compatibilizar as utilizações principais da albufeira (rega e abastecimento público de água) com as atividades secundárias e recreativas que nela se desenvolvem;
- Definir um modelo de ocupação do solo para a zona envolvente da albufeira (faixa de 500 metros), tendo em vista disciplinar e orientar o desenvolvimento de atividades ligadas ao recreio, turismo e lazer suscitadas pela presença e utilização do plano de água, face à existência de outras atividades económicas (agricultura, silvicultura, agro pastorícia), bem como à necessária preservação dos recursos naturais como solos de elevada capacidade de uso e recursos faunísticos e florísticos de elevado interesse;
- Proceder à delimitação, no plano de água e suas margens, de áreas de maior aptidão para a localização de atividades de recreio e ocupação de tempos livres (banhos e natação, pesca, navegação a remo e a vela e outras direta ou indiretamente ligadas à fruição do plano de

água), bem como condicionamentos a considerar tendo em conta a sua compatibilidade ou incompatibilidade mútuas, ou impactes por elas criadas sobre os recursos biofísicos componentes do sistema.

Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho | POPNM

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 179/2008, de 24 de novembro]

Objetivos Gerais:

- Assegurar a proteção e a promoção dos valores naturais, paisagísticos e culturais, tendo como objetivo estratégico a conservação da natureza e da biodiversidade;
- Fixar os usos e o regime de gestão compatíveis com a proteção e a valorização dos recursos naturais e o desenvolvimento das atividades humanas em presença, tendo em conta os instrumentos de gestão territorial convergentes na área protegida;
- Corrigir os processos que podem conduzir à degradação dos valores naturais em presença, criando condições para a sua manutenção e valorização;
- Determinar, atendendo aos valores em causa, os estatutos de proteção adequados às diferentes áreas, bem como definir as respetivas prioridades de intervenção;
- Promover a gestão e valorização dos recursos naturais, possibilitando a manutenção dos sistemas ecológicos essenciais e os suportes de vida, garantindo a sua utilização sustentável, a preservação da biodiversidade e a recuperação dos recursos depauperados ou sobre explorados;
- Salvaguardar e valorizar o património cultural da região nas suas dimensões material e imaterial;
- Contribuir para o ordenamento e disciplina das atividades socioeconómicas, de forma a evitar a degradação dos valores naturais, seminaturais e paisagísticos, estéticos e culturais da região.

Objetivos Específicos:

- Promover a preservação dos *habitats* de vegetação arbórea;
- Promover a preservação dos valores faunísticos e florísticos mais relevantes;
- Promover os valores do património geológico nas suas múltiplas componentes (valor intrínseco, cultural, estético e funcional);
- Promover o desenvolvimento rural e local;
- Disciplinar a proliferação de construções dispersas no meio rural, impedindo o fracionamento de propriedades e potenciando as ações de emparcelamento.

Procede-se, de seguida, à identificação das diretrizes, orientações e normas estratégicas, constantes noutros instrumentos de política de ordenamento do território e de desenvolvimento urbano com incidência territorial no concelho de Bragança, que deverão, igualmente, ser ponderadas na elaboração da proposta de Revisão do PDM de Bragança, de acordo com o alinhamento constante na tabela seguinte:

A_Tabela 18. Outros Instrumentos de Política de Ordenamento do Território e de Desenvolvimento Urbano com incidência em Bragança

ÂMBITO NACIONAL
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 ENCNB 2030
Nova Geração de Políticas de Habitação NGPH
Estratégia Cidades Sustentáveis 2020
Estratégia Turismo 2027 ET 27
Programa Nacional de Coesão Territorial
Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa ENMA 2020-2030
Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais
ÂMBITO REGIONAL/SUB-REGIONAL
Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial das Terras de Trás-os-Montes
Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável das Terras de Trás-os-Montes PAMUS das Terras de Trás-os-Montes
Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Terra Fria do Nordeste Transmontano PIAAC-TFNT
ÂMBITO MUNICIPAL
Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Bragança PEDU de Bragança
Áreas de Reabilitação Urbana ARU*

Nota: * Não apresenta diretrizes e orientações estratégicas a considerar neste âmbito.

A_Tabela 19. Quadro estratégico: Outros Instrumentos de Política de Ordenamento do Território e de Desenvolvimento Urbano

ÂMBITO NACIONAL

Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 | ENCNB 2030

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio]

Eixos e Objetivos Estratégicos:

EIXO 1 - MELHORAR O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL:

- Assegurar que as espécies (fauna e flora) e os *habitats* protegidos melhoram o seu estado de conservação ou tendência populacional;
- Assegurar e promover a conservação da diversidade genética animal e vegetal

EIXO 2 - PROMOVER O RECONHECIMENTO DO VALOR DO PATRIMÓNIO NATURAL:

- Promover o mapeamento e avaliação da condição dos ecossistemas e melhorar a sua capacidade de fornecer, a longo prazo, serviços mais relevantes para o bem-estar humano.

EIXO 3 - FOMENTAR A APROPRIAÇÃO DOS VALORES NATURAIS E DA BIODIVERSIDADE PELA SOCIEDADE:

- Aprofundar o contributo da agricultura para os objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade;
- Aprofundar o contributo da silvicultura para os objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade;
- Garantir a utilização sustentável dos recursos em águas em águas interiores e sistemas fluviais;
- Assegurar a conservação da biodiversidade e da geodiversidade nas atividades de prospeção, pesquisa e exploração de recursos minerais;
- Promover a oferta e qualificação dos serviços no domínio do Turismo de Natureza, que concorram para a gestão sustentável dos territórios e salvaguardem o património natural e a identidade cultural;
- Assegurar a sustentabilidade na utilização de recursos genéticos marinhos e terrestres;
- Assegurar a sustentabilidade das infraestruturas de transporte e comunicações;
- Garantir a integração dos objetivos de conservação da natureza e biodiversidade nos instrumentos de ordenamento, estratégias, planos e programas, assegurando a coerência de aplicação de regimes nas áreas classificadas e sua conectividade.

Nova Geração de Políticas de Habitação | NGPH

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 50-A/2018, de 2 de maio]

Objetivos:

- Dar resposta às famílias que vivem em situação de grave carência habitacional;

- Garantir o acesso à habitação a todos os que não têm resposta por via do mercado;
- Criar as condições para que a reabilitação seja a principal forma de intervenção ao nível do edificado e do desenvolvimento urbano;
- Promover a inclusão social e territorial e as oportunidades de escolha habitacionais.

Estratégia Cidades Sustentáveis 2020

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2015, de 16 de julho]

Eixos Estratégicos:

Eixo 1 - INTELIGÊNCIA & COMPETITIVIDADE

- Articular as estratégias de localização empresarial e industrial com os investimentos realizados e previstos no âmbito da logística e conectividade internacional, potenciando as suas sinergias.
- Reforçar, a partir das estratégias de atração e apoio à localização empresarial e institucional, a diversidade e vitalidade económica urbanas, fortalecendo a qualificação funcional, social e ambiental dos centros urbanos e a sua capacidade de fixação de população jovem e qualificada.

Eixo 2 - SUSTENTABILIDADE & EFICIÊNCIA

- Conter a expansão dos perímetros urbanos, estruturando e requalificando as frentes urbanas e protegendo os terrenos rústicos envolventes da urbanização avulsa e discriminando positivamente a ocupação dos vazios urbanos existentes, sem prejuízo da possibilidade de eventuais e excecionais necessidades de crescimento, devidamente enquadradas e programadas.
- Promover ações de reabilitação urbana nos centros históricos e em áreas urbanas e periurbanas com carências multidimensionais, fomentando a recuperação, beneficiação e reconstrução do edificado, a requalificação e reconversão de zonas industriais abandonadas e a qualificação do espaço público e das infraestruturas, garantindo condições de conservação, segurança, salubridade, estética, paisagem e ambiente.
- Fomentar a criação, qualificação, integração, acessibilidade e legibilidade dos espaços exteriores urbanos, constituindo sistemas de espaços coletivos, nomeadamente praças, passeios arborizados, áreas pedonais, zonas de acalmia de tráfego, hortas, jardins, quintas e parques, valorizando as suas funções enquanto áreas livres de recreio, lazer, sociabilidade, cultura e desporto, potenciando o seu papel no equilíbrio microclimatológico, dos ecossistemas, dos ciclos biogeoquímicos, da biodiversidade e da paisagem, e contribuindo para a infraestrutura verde.
- Reduzir a intensidade energética das cidades, assumindo respostas diferenciadas de gestão da procura, redução do consumo e promoção da eficiência energética dos distintos agentes urbanos e, em particular, dos setores público, empresarial e residencial, assim como dos subsistemas de iluminação, mobilidade, gestão da água e de resíduos, incluindo a integração e a utilização de fontes de energia renovável, assegurando a transição para um modelo de baixo carbono e a redução da pegada carbónica dos sistemas urbanos.
- Diminuir a intensidade carbónica da mobilidade urbana, incluindo mercadorias e passageiros, desincentivando o transporte individual motorizado, promovendo a

intermodalidade e reforçando a adequação, cobertura, conetividade, serviço, informação e sustentabilidade do transporte coletivo, incrementando o peso e a diversidade das opções de mobilidade baixo carbono na repartição modal, incluindo a mobilidade suave e elétrica renovável, e promovendo a integração funcional e tarifária da rede intermodal urbana, suburbana e interurbana.

- Estimular a mobilidade sustentável nos processos de regeneração urbana, promovendo a diversificação da oferta de proximidade, a atratividade das áreas urbanas com bons níveis de acessibilidade, as respostas de mobilidade segura dirigidas a crianças, jovens, famílias e idosos, a logística urbana residencial, comercial, empresarial e industrial e a reestruturação do espaço canal em favor do transporte coletivo e da mobilidade suave e condicionada.
- Obviar à proliferação indiscriminada da edificação dispersa nos solos rústicos periurbanos, especialmente para habitação, precavendo deseconomias urbanas, e promover a afetação desses solos a atividades produtivas, nomeadamente agrícolas e florestais, desmotivando o seu abandono e ajudando a neutralizar procuras e interesses adventícios.
- Potenciar espaços silvestres periurbanos e metropolitanos, criando ou requalificando parques de recreio e lazer, parques florestais de uso múltiplo e redes de percursos nas áreas de influência das cidades, aumentando a sensibilização da população urbana para os valores naturais.
- Fomentar o investimento em infraestruturas verdes urbanas e nos interfaces urbano-rural e urbano-ribeirinho, assentes no capital natural e nos serviços sociais, económicos e ambientais fornecidos pelos ecossistemas, e favorecer a integração urbano-ribeirinha, valorizando os ecossistemas fluviais, lagunares e marinhos e as atividades económicas conexas.

Eixo 3 - INCLUSÃO & CAPITAL HUMANO

- Promover a inclusão, a equidade e a coesão social, procurando reverter os processos associados à exclusão social, como a pobreza, as dificuldades no acesso à habitação, a equipamentos e a serviços, a infoexclusão e o afastamento para as periferias, garantindo o direito à cidade e incentivando trajetórias residenciais centrípetas.
- Assegurar a adequada extensão, intensidade e qualidade das redes de infraestruturas urbanas e de equipamentos e serviços sociais, através de uma perspetiva funcional e não tão só administrativa, de forma a responder às procuras e necessidades específicas e emergentes dos idosos, crianças, jovens, famílias e cidadãos com mobilidade reduzida.
- Apoiar a estruturação de economias de base comunitária, promovendo o comércio de proximidade e o emprego local, nomeadamente mediante o recurso a sistemas de incentivos que promovam a dinâmica económica e o emprego.

Estratégia Turismo 2027 | ET 27

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/2017, de 27 de setembro]

Objetivos Estratégicos e Objetivos Específicos:

VALORIZAR O TERRITÓRIO E AS COMUNIDADES

- Conservar, valorizar e usufruir o património histórico-cultural e identitário.

- Promover a regeneração urbana das cidades, regiões e o desenvolvimento turístico sustentável dos territórios/destinos.

IMPULSIONAR A ECONOMIA

- Atrair investimento e qualificar a oferta turística.

GERAR REDES E CONECTIVIDADE

- Melhorar os sistemas de mobilidade rodoferroviária e de navegabilidade.

Programa Nacional de Coesão Territorial

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2016, de 24 de novembro]

Eixos de intervenção e objetivos:

EIXO 1. UM TERRITÓRIO DO INTERIOR + COESO

- **Objetivo:** Construir sistemas capazes de promover a inclusão social e a equidade através de uma maior igualdade de competências territoriais, promovendo uma melhor articulação entre a oferta de serviços urbanos e rurais e propondo novos serviços em rede que valorizem visões intersectoriais e interescolares, tendo em vista a qualidade de vida.

EIXO 2. UM TERRITÓRIO DO INTERIOR + COMPETITIVO

- **Objetivo:** Alargar as capacidades de desenvolvimento dos territórios do interior, potenciando novas estratégias de valorização dos seus recursos, ativos e agentes, assim como a geração de maiores níveis de atratividade, afirmando e consolidando uma nova competitividade.

EIXO 3. UM TERRITÓRIO DO INTERIOR + SUSTENTÁVEL

- **Objetivo:** Potenciar a diversidade geográfica, integrando a paisagem, os recursos endógenos, o património natural e cultural em prol de uma maior sustentabilidade, valorizando os espaços de montanha, de fronteira e os territórios mais periféricos.

EIXO 4. UM TERRITÓRIO DO INTERIOR + CONECTADO

- **Objetivo:** Reforçar a conectividade dos territórios do interior, facilitando a sua inserção em espaços mais alargados, por forma a potenciar os relacionamentos entre as bases produtivas litoral-interior, de fronteira e com a diáspora, gerando, assim, novas formas de articulação e de organização para a coesão, a competitividade e a sustentabilidade.

EIXO 5. UM TERRITÓRIO DO INTERIOR + COLABORATIVO

- **Objetivo:** Promover a transversalidade da atuação interministerial, valorizando as lideranças locais e a capacitação institucional, difundindo plataformas de diálogo e de cocriação, de experimentação e implementação de políticas, em prol de processos inovadores de governança territorial.

Iniciativas da Agenda para o Interior:

ENVELHECIMENTO COM QUALIDADE:

- Apoiar as pessoas idosas que desejam viver nas suas habitações de forma independente (adaptação das habitações ou partilha do alojamento);
- Garantir aos idosos o acesso a serviços de apoio e ao comércio e serviços de proximidade, promovendo a qualidade de vida e contrariando o isolamento e a fraca mobilidade;
- Promover ambientes urbanos amigos de todas as gerações, nomeadamente através de espaços públicos mais acolhedores e acessíveis;
- Facilitar a mobilidade adaptando as redes de transportes, enquanto condição para a autonomia dos idosos;
- Promover a atividade física e desportiva e uma alimentação favorável a uma vida mais extensa e com maior qualidade;
- Olhar para o envelhecimento enquanto uma oportunidade de crescimento económico, criação de novos serviços e emprego e capacidade de poupança e consumo;
- Estimular a participação social dos mais idosos, através do voluntariado dos idosos e da promoção de atividades intergeracionais;
- Criação de redes de apoio domiciliário (serviços de saúde e sociais) aos idosos.

INOVAÇÃO DA BASE ECONÓMICA:

- Mobilização Económica da Diáspora (facilitação de contactos e canais de distribuição/comercialização);
- Atração de Investimentos, atração de Novas Gerações e promoção da Imagem do Interior;
- Territorialização das RIS3, através da operacionalização das propostas de Especialização Inteligente;
- Exploração de oportunidades de variedade relacionada;
- Ativação da Quadruple Hélix de Inovação do Interior;
- Facilitação de processos de extensão e de qualificação das ofertas produtivas estruturantes via aumento da capacidade de absorção de inovação;
- Exploração de Cadeias de Valor relevantes para o interior;
- Desenvolvimento de Sistemas Inovadores de Incentivos às empresas;
- Iniciativas fiscais orientadas para a discriminação positiva do interior;
- Agenda de Promoção do Empreendedorismo;
- Aposta em novos sectores como alavanca de novas ofertas sofisticadas do Interior.

CAPITAL TERRITORIAL:

- Promover a natureza, na valorização das áreas protegidas, das paisagens e da biodiversidade;
- Incentivar a biodiversidade em espaço urbano, valorizando os contextos e a conectividade ecológica, os corredores verdes e os parques agroecológicos;
- Promover a revitalização e valorização dos rios, em especial os rios de montanha, das suas paisagens e das atividades económicas sustentáveis que se possam associar;
- Valorizar o território em torno das Reservas da Biosfera da UNESCO, em prol da conservação dos valores naturais, do desenvolvimento sustentável e da prosperidade económica das populações;
- Valorizar os ativos patrimoniais históricos, arquitetónicos, arqueológicos e simbólicos dos territórios;

- Promover o turismo com vista à valorização e sustentabilidade do património natural, cultural e paisagístico das regiões do interior;
- Dinamizar o estudo e investigação de recursos territoriais tangíveis e intangíveis e proceder à revalorização do seu papel, conferindo-lhes uma identidade distintiva e atrativa;
- Fomentar dinâmicas em rede, a cultura colaborativa, as energias renováveis e a economia circular, num envolvimento permanente com as populações.

COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA:

- Dar prioridade, visibilidade e notoriedade política à cooperação transfronteiriça para o desenvolvimento;
- Consensualizar, articular, operacionalizar e monitorizar de forma permanentemente, as estratégias e prioridades de intervenção nos territórios de fronteira, designadamente, através da adoção de novas estruturas de articulação e cooperação;
- Garantir a coerência estratégica da gestão e execução dos instrumentos de financiamento comunitários dirigidos ao desenvolvimento dos espaços de fronteira e ao aprofundamento da cooperação transfronteiriça;
- Estimular a competitividade económica dos espaços de fronteira a partir do aproveitamento das valores naturais, patrimoniais e culturais, partilhados entre Portugal e Espanha, existentes, designadamente, nas bacias hidrográficas do Minho, Douro, Tejo e Guadiana;
- Reforçar o apoio ao investimento privado de carácter empresarial nos espaços de fronteira, articulando-o com investimento público, planeado em conjunto;
- Alargar do âmbito da cooperação transfronteiriça a novos domínios como a gestão e regeneração urbana, os serviços de proximidade, os transportes e a educação, entre outros.

RELAÇÃO RURAL-URBANA:

- Desenvolver informação relacional, para alimentar a reflexão estratégica, em torno dos desafios futuros para melhorar na articulação rural-urbana;
- Construir uma Agenda Nacional dirigida à cooperação rural-urbana, numa perspetiva multidimensional e multi-escalar;
- Apoiar a construção de cenários prospetivos tendo em vista a implementação de estratégias e de projetos de cooperação rural-urbana, de base local e regional;
- Reforçar o papel dos espaços naturais na garantia do funcionamento dos processos ecológicos nos espaços urbano-rurais, tendo em vista a preservação dos ecossistemas e da sustentabilidade ambiental;
- Em termos de representações territoriais, contrariar visões dicotómicas urbano-rurais, que empobrecem os espaços rurais e focalizam-se nas centralidades urbanas;
- Garantir os serviços públicos em boas condições de acesso, em termos de acessibilidade e mobilidade, e a custos financeiramente sustentáveis;
- Fomentar as parcerias institucionais urbano-rurais em torno de projetos estratégicos para as populações e para as organizações locais/regionais;
- Fomentar o uso das redes digitais na prestação de serviços públicos (saúde, educação, apoio social), no reforço da coesão social e na competitividade económica;
- Assegurar uma forte articulação entre as políticas de desenvolvimento e ordenamento do território e entre o desenvolvimento urbano e o rural.

ACESSIBILIDADE DIGITAL:

- Melhorar a acessibilidade e conectividade digital, em particular a utilização da banda larga fixa e móvel no interior do país;

- Desenvolver competências e qualificar os recursos para a plena utilização pela sociedade das Tecnologias da Informação e da Comunicação;
- Incrementar a penetração e a presença da internet nas empresas localizadas nos territórios do interior;
- Aumentar a taxa de utilização dos serviços públicos digitais pelos cidadãos, designadamente pelos grupos sociais mais vulneráveis do interior.

ATRATIVIDADE TERRITORIAL:

- Estruturação e comunicação da identidade competitiva do interior;
- Reposicionamento do Interior e da sua notoriedade temática;
- Agilização comercial e de penetração em mercados estratégicos;
- Gestão operacional de marketing.

ABORDAGENS, REDES E PARTICIPAÇÃO:

- Reforçar a transversalidade e a coordenação da atuação interministerial com incidência nos territórios do interior;
- Consolidar os espaços NUTS III do interior e das Comunidades Intermunicipais enquanto interlocutores privilegiados, capazes de dinamizar redes temáticas colaborativas em diferentes áreas de atuação das políticas públicas;
- Reforçar e valorizar o papel dos Grupos de Ação Local enquanto agentes de mudança dinamizadores de desenvolvimento nos territórios rurais do interior;
- Valorizar as lideranças locais e regionais num esforço de capacitação e de qualificação do tecido institucional;
- Promover a cooperação interinstitucional e o trabalho conjunto em prol da realização de objetivos estratégicos e da concretização das metas e resultados fixados;
- Reforçar a capacidade de atores para a promoção de ações de desenvolvimento territorial e a consolidação de redes de cooperação estratégica;
- Implementar os Laboratórios de Políticas Públicas focados na cocriação, desenho, teste e experimentação de novas abordagens de política, e na promoção de plataformas de diálogo e de inovação nos processos de governança nos territórios do interior.

Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa | ENMA 2020-2030

[2019]

Objetivos (2030):

- Quota modal de viagens em bicicleta no território nacional de 7,5%;
- Quota modal de viagens em bicicleta nas cidades de 10%;
- Quota modal ativa (bicicleta e pedonal) no território nacional de 20%;
- Extensão total de ciclovias de 10.000 km;
- Redução da sinistralidade rodoviária de peões e ciclistas em 50% (em relação a 2017).

Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais [2020]

Orientações estratégicas:

OE1 - VALORIZAR OS ESPAÇOS RURAIS

- **Redimensionar a propriedade rural:** aumentar a percentagem de propriedades rústicas com maior dimensão.
- **Aumentar a remuneração dos proprietários com a reforma do modelo de gestão florestal:** incrementar o Valor Atualizado Bruto da propriedade; desenvolver um mecanismo adaptativo de governança do recurso florestal.
- **Disponibilizar incentivos jurídicos e financeiros à valorização do território rústico:** reforçar o montante financeiro de apoio, aplicado a áreas arborizadas, pastagens ou matagais.

OE2 - CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS

- **Planear e promover uma paisagem diversificada e em mosaicos:** incrementar a reconversão da paisagem potenciando o aumento dos hectares em mosaicos.
- **Diminuir a carga combustível à escala da paisagem:** incrementar a área anual sujeita a gestão de combustível.

OE3 - MODIFICAR COMPORTAMENTOS

- **Reduzir as ignições de maior risco:** reduzir o número de ignições em dias com severidade meteorológica elevada ou superior, que pela sua tipologia, local e altura em que ocorrem apresentam maior risco.
- **Especializar a comunicação de risco:** implementar mecanismos de comunicação e informação com os vários públicos-alvo e às diferentes escalas regionais e locais, integrando os vários processos do SGIFR.

OE4 - GERIR O RISCO EFICIENTEMENTE

- **Implementar o planeamento integrado incorporando a avaliação de risco:** realizar o planeamento anual com perspetivas plurianuais integrando os vários processos de trabalho, as várias entidades e as diferentes escalas territoriais. Este planeamento incorpora uma avaliação do risco estrutural e conjuntural.
- **Implementar um modelo capacitado de governança do risco:** implementar as relações institucionais para a recolha, análise, tomada de decisão e comunicação sobre risco de incêndios rurais garantindo a sua correta capacitação.
- **Redesenhar a gestão do dispositivo:** dimensionar processos e recursos no sentido de uma maior eficácia e eficiência.
- **Aumentar a qualificação dos agentes SGIFR:** desenvolver as competências de todos agentes do SGIFR garantindo o princípio da especialização e para determinadas atividades suportar a necessária profissionalização e aumento do conhecimento.

ÂMBITO REGIONAL/SUB-REGIONAL

Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial das Terras de Trás-os-Montes

Eixos de Desenvolvimento Estratégico (EDE) e Objetivos Estratégicos (OE):

EDE 1 - DESENVOLVIMENTO Rural

- **OE1:** Otimizar os recursos de exploração agrícola, pecuária e florestal;
- **OE2:** Melhorar a rede de apoio às empresas, com especial enfoque nos sectores agrícola e pecuário;
- **OE3:** Fomentar a diferenciação, inovação, competitividade e coesão territorial;
- **OE4:** Apoiar a inclusão social, com vista à diminuição da pobreza;
- **OE5:** Promover a sustentabilidade económica e social, com vista ao repovoamento do território.

EDE2 - TURISMO

- **OE6:** Fomentar a valorização e preservação do património cultural, natural e paisagístico da região;
- **OE7:** Estimular o investimento, investigação, desenvolvimento e inovação do território
- **OE8:** Promover a acessibilidade e ligações entre municípios para a mobilidade/ troca de pessoas e bens/ serviços.

EDE3 - AMBIENTE

- **OE9:** Potenciar a sustentabilidade energética;
- **OE10:** Valorizar, proteger e utilizar de forma sustentável os recursos naturais e paisagísticos.

Objetivos Específicos:

- Melhoria da rede de infraestruturas e de serviços de apoio às empresas;
- Promoção do território e oferta endógena;
- Valorização e preservação do património e recursos naturais;
- Otimização dos recursos de exploração agropecuária, florestal, cinegética e piscícola;
- Apoio à inclusão social;
- Potenciação e reforço dos meios de comunicação e acessibilidades;
- Promoção de uma região ambientalmente autossustentada;
- Promoção de ensino sustentável;
- Promoção da eficiência das administrações e organismos públicos.

Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável das Terras de Trás-os-Montes | PAMUS das Terras de Trás-os-Montes

[Janeiro de 2016]

Objetivos Estratégicos:

- Promover a melhoria da eficiência e da eficácia do transporte de pessoas e de bens;

- Promover uma harmoniosa transferência para modos de transporte mais limpos e eficientes;
- Garantir um sistema de acessibilidades e transporte mais inclusivo;
- Reduzir o impacto negativo do sistema de transportes sobre a saúde e a segurança dos cidadãos, em particular dos mais vulneráveis;
- Reduzir a poluição atmosférica, do ruído, das emissões de gases com efeito de estufa (em particular de CO₂) e do consumo de energia.

Objetivos Específicos:

- Promover serviços de transporte público de qualidade e adequados à procura, garantindo a sustentabilidade da oferta;
- Promover a Intermodalidade no sistema de transportes;
- Promover as deslocações em modos suaves (a pé e bicicleta), reforçando o seu papel no sistema de transportes;
- Garantir que o sistema rodoviário responde às necessidades de mobilidade da região, com níveis adequados de serviço e segurança;
- Promover um uso mais racional e eficiente do carro;
- Capacitar e envolver a sociedade.

Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Terra Fria do Nordeste Transmontano | PIAAC-TFNT

[Março de 2018]

Objetivos Específicos:

- Criar e disponibilizar novo conhecimento sobre as vulnerabilidades da região relativamente às alterações climáticas;
- Analisar os impactos potenciais sobre diferentes áreas e setores, tendo em conta a segurança das pessoas e bens e a saúde humana;
- Identificar e hierarquizar um conjunto de medidas de mitigação de riscos e respetivas opções de adaptação;
- Aumentar a consciencialização e sensibilização da população para o impacto das alterações climáticas;
- Envolver os principais agentes sociais e económicos na elaboração e na subsequente implementação do Plano;
- Criar bases para a elaboração de uma estratégia intermunicipal de adaptação às alterações climáticas nos municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano, visando a criação de uma cultura de cooperação entre os vários setores e atores;
- Definir orientações para inclusão de medidas de adaptação às alterações climáticas nos instrumentos de gestão e de planeamento dos municípios e suas associações;
- Capacitar os municípios e as suas associações para a tomada de decisão sobre a adaptação às alterações climáticas.

ÂMBITO MUNICIPAL

Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Bragança | PEDU de Bragança

[Março de 2017]

Objetivos:

- A consolidação de Bragança como polo estruturante do território envolvente;
 - A afirmação de Bragança como EcoCidade;
 - A promoção de Bragança como cidade dinâmica e inovadora;
 - A continuidade das intervenções recentes ao nível do espaço público e de equipamentos;
 - A atração de população e o combate ao despovoamento;
 - O aproveitamento do potencial do rio Fervença;
 - A promoção da inclusão e justiça social;
 - A articulação entre diferentes zonas da cidade.
-

EQUIPA TÉCNICA:



TERRITÓRIO XXI - Gestão Integrada do Território e do Ambiente, Lda.
Rua D. João I, 298
4450-162 Matosinhos
T. +351 220 135 202
geral@territorioxxi.pt